



UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – ICHS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE – CPDA

TESE DE DOUTORADO
Linha de Pesquisa: Políticas Públicas, Estado, Atores Sociais

Razões da sustentabilidade do Governo da Floresta: uma releitura do
processo de desenvolvimento do Estado do Acre

Mauro César Rocha da Silva

2011



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO – UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – ICHS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE – CPDA**

**Razões da sustentabilidade do Governo da Floresta: uma releitura do
processo de desenvolvimento do Estado do Acre**

Mauro César Rocha da Silva

SOB A ORIENTAÇÃO DA PROFESSORA
ELI DE FÁTIMA NAPOLEÃO DE LIMA

TESE DE DOUTORADO SUBMETIDA COMO REQUISITO PARCIAL PARA APROVAÇÃO DO GRAU DE
DOUTOR NO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE

SEROPÉDICA, RJ
DEZEMBRO DE 2011



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO – UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – ICHS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE – CPDA**

MAURO CÉSAR ROCHA DA SILVA

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Ciências no**
Curso de Pós-graduação em Ciências Sociais, na área de concentração em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

TESE APROVADA EM: / / 2011

(ELI DE FÁTIMA NAPOLEÃO DE LIMA, DRA., CPDA/UFRRJ)
ORIENTADORA

(LEONILDE SÉRVOLO DE MEDEIROS, DRA., CPDA/UFRRJ)

(NELSON GIORDANO DELGADO, DR., CPDA/UFRRJ)

(NAZIRA CAMELY, DRA. UFAC-UFRJ)

(MARIA DO SOCORRO BEZERRA DE LIMA, DRA. UENF)

333.108112 Silva, Mauro César Rocha da.
S586r Razões da sustentabilidade do Governo da floresta:
T uma releitura do processo de desenvolvimento do Estado
do Acre / Mauro César Rocha da Silva, 2011.
350 f.

Orientadora: Eli de Fátima Napoleão de Lima
Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.
Bibliografia: f. 334-350

1. Estado - Teses. 2. Mercado – Teses. 3.
Desenvolvimento sustentável – Teses. 4. Legitimidade
de poder – Teses. I. Lima, Eli de Fátima Napoleão de. II.
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto
de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

**Dedico este trabalho àquelas pessoas que, embora distantes, me mostraram que a colheita próspera decorre de um dedicado caminho de sementeira que lhe antecedeu: Suzet Gonzalez, Jane Ramirez, Zola, Itza Marion.
Em especial dedico à Rebeca, Eleonor, e Gabriel.**

AGRADECIMENTOS

Na consecução de todas as etapas de elaboração deste trabalho que, agora, apresentamos em formato de Tese muitas pessoas e Instituições públicas ou particulares contribuíram para a sua conformação, as quais sou sinceramente grato a todas elas pelo empenho a mim confiado. O trabalho individual de elaboração e pesquisa que realizei, na verdade, foi fruto de um processo coletivo, sem o qual esse empreendimento não poderia ter sido alcançado. Meus agradecimentos, portanto, à Universidade Federal do Acre – UFAC que me concedeu autorização para a realização do Curso de Pós-Graduação na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, no Centro de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA.

À UFRRJ-CPDA meu reconhecimento indelével pelo acolhimento austero como discente e, sobretudo, por me proporcionar oportunidade de um ensino de qualidade, um conhecimento científico a altura dos desafios do desenvolvimento brasileiro, com elementos teóricos e metodológicos eficazes para a compreensão da realidade social sob a luz da temática do desenvolvimento. O meu agradecimento ao CPDA enquanto Instituição Pública de excelência em Ciência Social se entrelaça com o engajamento e afeto humano com que os/as professores/as realizam seu trabalho acadêmico cujo zelo não poderia deixar de mencionar na pessoa dos seguintes docentes: Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Jorge Romano, Roberto Moreira, Peter May, Fátima Portilho. Em especial, a minha orientadora Eli de Fátima Napoleão de Lima que, com paciência e presteza, me acompanhou durante as fases de pesquisa e elaboração final da Tese. Os servidores da Secretaria Acadêmica na pessoa de Henrique Santos pelo profissionalismo com que atendeu as minhas solicitações acadêmicas e encaminhamentos burocráticos, tornando a distância irrelevante e minimizando as dificuldades do afastamento geográfico, quando passei a residir no Acre para a realização da pesquisa.

Aos meus colegas de Curso e de Turma que, apesar de distantes, me deixaram a lembrança das boas recordações partilhadas nos momentos de estudos e na convivência mútua das recreações e festividades: Elaine Lacerda, Paulo Nierdele, Laécia, Dora, Everton

Meu reconhecimento a todas as Instituições governamentais do Acre, na cidade de Rio Branco e Cruzeiro do Sul, pelas informações repassadas e material disponível. Ainda, pelas pessoas que tão gentilmente me concederam entrevistas e disponibilizaram material estatístico relevante para a composição deste trabalho.

Meu cumprimento particular a Marta Antunes que aceitou gentilmente fazer a tradução do resumo para o inglês.

Talvez na impossibilidade de mais uma vez cumprimentar a todos/as, gostaria de deixar meu registro e de dizer que foi através do empenho deles que encontrei entusiasmo para oferecê-los esta humilde contribuição acadêmica como sinal dessa disposição coletiva, um esforço científico de contribuir com o processo de desenvolvimento humano do Acre.

Simultaneamente, essa possibilidade de realização profissional que tive destaca a importância inestimável de valorização de uma das muitas Universidades Públicas de qualidade que tem contribuído para a promoção da abertura das oportunidades educacionais no país, bem como se empenhado para a elevação da consciência social necessárias à qualificação do desenvolvimento científico e tecnológico e, sobretudo, à emancipação humana do Brasil.

RESUMO

SILVA, Mauro César Rocha da. **Razões da sustentabilidade do Governo da Floresta: uma releitura dos aspectos políticos e econômicos do desenvolvimento do Estado do Acre.** Rio de Janeiro, ICHS/CPDA/UFRRJ, 2011. (Tese doutorado, Doctor Scientiae em Ciências Sociais, em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)

Razões da sustentabilidade do Governo da Floresta: uma releitura sobre o processo de desenvolvimento do Estado do Acre

RESUMO

Na década de 1990 que antecedeu o início do século XXI uma máxima político-econômica de dupla significação entrou na moda mundial e figurou como premissa irrepreensível de interpretação da sociabilidade humana devido seu amplo respaldo no círculo acadêmico, a saber: i) a promulgação da extinção da política e, portanto, do Estado enquanto instância reguladora do ordenamento social; ii) e a reafirmação da predominância do mercado barganhador expresso pelo receituário neoliberal, como a principal orientação da existência social entre os homens. Confrontado por esse pressuposto genérico, este trabalho de pesquisa procura investigar, a partir do tema do desenvolvimento, como se poderia explicar a crescente importância da ação do Estado do Acre na condução do desenvolvimento regional durante o período em que se prescrevia o desaparecimento da esfera estatal? Ademais, como teria sido possível o Governo da Floresta promover melhoras relativas das condições materiais de vida social quando se advogava em alto e bom tom o domínio do interesse estritamente econômico diante dos objetivos sociais de suprir as demandas coletivas dos ordenamentos humanos? Enfim, diante de tanto descrédito do caráter político da vida social e da precarização das condições materiais de vida em escalada planetária, o que teria justificado a enorme legitimidade do Governo da Floresta face ao visível desvirtuamento do poder político enquanto instrumento essencial de orientação das sociedades para superação das suas necessidades? A experiência de constituição do Acre, ao contrário do que se tem dito, tem demonstrado a persistente coexistência das instâncias da economia e da política na formação do Estado e do mercado acreano, de modo que se durante todo o curso da história do Acre tenha ocorrido prosperidade material para atender as necessidades crescentes do conjunto da população local, foi em razão do contínuo e tenso condicionamento do duplo movimento do qual fala Karl Polanyi: de um lado, a ação política voltada para a proteção social, e de outro, o impulso do desenvolvimento econômico. O Governo da Floresta, objeto deste estudo, corresponde ao resultado de um desses momentos em que o poder político esteve bastante entrelaçado ao interesse econômico, ao passo, que se houve a restauração da dinâmica econômica assim como conquistas sociais isso ocorreu devido o grau da combinação com que esses interesses se enfrentaram e\ou ajustaram-se por dentro do tabuleiro de forças da política econômica do Estado do Acre.

Palavras chaves: poder político (Estado); interesses econômicos (mercado); desenvolvimento sustentável; legitimidade de poder.

ABSTRACT

SILVA, Mauro César Rocha da. **Reasons for the Forest's Government Sustainability: a rereading of the political and social dimensions of the Acre State's development.** Rio de Janeiro, ICHS/CPDA/UFRRJ, 2011. (PhD, Doctor Scientiae in Social Sciences, in Development, Agriculture and Society)

Reasons for the Forest's Government Sustainability: a rereading of the political and social dimensions of the Acre State's development.

ABSTRACT

During the 1990s, preceding the beginning of the XXI century, a political and economic *maxima* of double meaning entered the mainstream and become a faultless premise of human sociability interpretation due to its broad support from academic circles, namely: i) the enactment of policy extinction and thus of the state as regulator of social organization; and ii) the reassertion of the bargaining market primacy expressed by the neoliberal tenet, as the main orientation of social existence among men. Confronted with this general assumption, this research investigates, within the development field, how one could explain the growing importance of the Acre State's actions in the direction of regional development within the period that prescribed state sphere disappearance? Furthermore, how was it possible for the Forest's Government to promote virtual improvements in the material conditions of social life; while it was loudly and clearly advocated the prominence of purely economic interest in relation to the social goals of meeting the collective demands of human orderings? Finally, considering both the discrediting of the political character of social life and the precariousness of the material conditions of life on a planetary scale; what would have justified the enormous legitimacy of the Forest's Government in face of the visible distortion of political power as an essential tool to guide societies towards overcoming their needs? On the contrary of what has been stated, the experience of Acre establishment has shown the persistent coexistence of the economic and political realms in the Acre state and market formation. At the point that, if throughout all of Acre's historic pathway we can find material prosperity able to meet the growing needs of the entire local population, it was because of the continuous tense and conditioning double movement described by Karl Polanyi: on the one side, there is the political action towards social protection; and, on the other side, the impulse towards economic development. The Forest's Government – the subject of the present study, corresponds to the output of one of those moments in which the political power was closely intertwined with the economic interest. If there was a simultaneous restoring of economical dynamic and social conquests, it was due to the degree in which these interests clashed, and/or adjusted from within the forces relation of the economic politics of the Acre State.

Key words: political power (state); economic interests (market); sustainable development; power legitimacy.

Lista de Tabelas, Figuras e Gráficos

Tabela 1	População do Acre, Urbana-Rural, 2007.	p. 54
Tabela 2	População do Estado do Acre, Municípios de Cruzeiro do Sul Rio Branco	p. 54
Tabela 3	População do Estado do Acre, Municípios de Cruzeiro do Sul Rio Branco, por zona rural e urbana	p. 54
Tabela 4	Direitos de exportação da borracha acreana cobrados pela União	p. 84
Tabela 5	Exportação de borracha silvestre amazônica, 1821-1947	p. 85
Tabela 6	Produção Total do Setor Primário (Agricultura) do Acre – série 1970\1996	p. 107
Tabela 7	Produção do Setor Primário do Município de Rio Branco e sua participação relativa no Acre	p. 108
Tabela 8	Produção do Setor Primário do Município de Cruzeiro do Sul e sua participação relativa no Acre	p. 108
Tabela 9	Segmento Pecuário – Bovinos, produção em número de cabeças – e percentual de participação dos municípios (%)	p. 111
Tabela 10	Segmento Extrativista do Acre – Borracha (tonelada)	p. 113
Tabela 11	Beneficiamento e Renda dos Conjuntos Mecânicos das Colônias Agrícolas de Rio Branco, 1952	p. 131
Tabela 12	População total do Estado do Acre, série temporal 1970-2000	p. 136
Tabela 13	Valor em R\$ atribuído pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ por m ³ de madeira serrada no Estado do Acre para referenciar a base de cálculo do imposto do ICMS (ano referência 2000).	p. 223
Tabela 14	População do Acre, Urbana-Rural, 1920-2007.	p. 232
Tabela 15	População total do Estado do Acre, 1970-2007, Municípios, Região Norte	p. 232
Tabela 16	Pessoa Ocupadas de 10 anos ou mais de idade, segundo os ramos de atividade, a posição na ocupação do trabalho principal, Acre, 1999-2006.	p. 237
Tabela 17	População em idade ativa, economicamente ativa e não economicamente ativa no Acre.	p. 238
Tabela 18	Quantidade produzida e valor da produção dos principais produtos agrícolas do Acre (2002-2006) (Continuação Tabela 18b)	p. 243
Tabela 18b	Quantidade produzida e valor da produção dos principais produtos agrícolas do Acre (2002-2006)	p. 243
Tabela 19	Produto Interno Bruto – PIB do Acre e participação dos setores produtivos	p. 246
Tabela 20	Confronto dos resultados dos dados estruturais dos Censos Agropecuários. Acre – 1970\2006.	p. 248
Tabela 21	Dinâmica do rebanho bovino nos estados da Amazônia Legal entre 1975 e 2007.	p. 249
Tabela 22	Dinâmica da área de pastagens nos estados da Amazônia Legal entre 1975 e 2006.	p. 251
Tabela 23	Evolução da taxa de lotação das pastagens nas regiões do Brasil e nos estados da Amazônia Legal entre 1974 e 2006.	p. 252
Tabela 24	Receita Tributária Comparativo 2002-2003	p. 258
Tabela 25	Receita Tributária Comparativo 2005-2006	P. 258
Tabela 26	Demonstrativo do PIB do Brasil e das Grandes Regiões da Federação – 1995-2007.	p. 260
Tabela 27	Pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade, por setor de atividade e	

	posição na ocupação do trabalho principal – Acre.	p. 269
Tabela 28	Pessoas de 10 anos ou mais, ocupadas na semana de referência, por classe de Rendimento mensal de todos os trabalhos, no Acre, 1999-2006.	p. 271
Tabela 29	Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, Por classes de rendimento mensal familiar per capita, segundo as Grande Regiões, Unidades da Federal e Regiões Metropolitanas – 2008.	p. 272
Tabela 30	Número de Matrículas da Educação Básica, do Acre. 1999-2006.	p. 378
Tabela 31	Médias do Enem por Município e por Escolas dos Alunos Concluintes do Ensino Médio em 2008 (Acre).	p. 284
Tabela 32	Notas Médias do Enem por Município e por Escolas dos Alunos Concluintes do Ensino Médio em 2008.	p. 285
Tabela 33	Escala do IDH-M do Acre (1991-2000).	p. 287
Tabela 34	As áreas desmatadas na Amazônia Legal nos últimos três períodos (Km ²).	p. 320
Tabela 35	A participação dos Estados no desmatamento anual da Amazônia Legal (Km ²).	p. 321

Tabelas, Figuras, Gráficos e Mapas Compilados

Tabela 1	Ano de criação, responsabilidade institucional da presidência, estrutura dos 5 espaços de participação e número de membros (MENESES, 2008).	p. 314
Tabela 2	Esperança de vida ao nascer, por sexo, segundo as Grandes Regiões – 1980\2005. (IBGE, 2009)	p. 273
Tabela 3	Organizações da sociedade civil que têm assento nos espaços analisados. (MENESES, 2008)	p. 318
Tabela 4	Número de membros dos 5 espaços e porcentagens da Sociedade e da Sociedade Civil, dos Órgãos Governamentais e dos Governos Estaduais e Federais (MENESES, 2008).	p. 325
Tabela 44	Desflorestamento bruto da Amazônia Legal, segundo Unidades da Federação – 1992\1999. (IBGE, 2002, p. 89)	p. 321
Figura 1	Composição do CEMACT por Tipo Institucional (MENESES, 2008)	p. 315
Figura 2	Composição do CDRFS por Tipo Institucional (MENESES, 2008)	p. 316
Figura 3	Composição da CEAA-BID por Tipo Institucional (MENESES, 2008)	p. 316
Figura 4	Composição do CFE por Tipo Institucional. (MENESES, 2008)	p. 317
Gráfico 1.6	Esperança de vida ao nascer, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação (IBGE, 2009)	p. 274
Gráfico 2.5	Proporção de pessoas com 18 a 24 anos de idade com 11 anos de estudo segundo as Grandes Regiões – 1998\2008 (IBGE, 2009a)	p. 277
Gráfico 13	Taxa de mortalidade em jovens do sexo masculino de 15 a 29 anos de idade, em ordem crescente de 2005, por homicídio, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação – 2000-2005	p. 275
Gráfico 4.	Desmatamento evitado no Brasil e nos estados da Amazônia Legal entre 1975 e 2006, em função do aumento da atividade de pecuária (Valentim e Andrade, 2009)	p. 253
Mapa 1	Mapa de localização do Estado do Acre	p. 19
Mapa 2	Mapa do Estado do Acre	p. 47

Quadro 2	Configuração da Estrutura Fundiária do Acre	p. 201
Quadro 1	Terras Cadastradas do Acre (1970-1980)	p. 202
Quadro 3	Terras Cadastradas do Acre (1970-2004)	p. 202
Quadro 4	Índice de Gine (1992-2003)	p. 203

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO		01
SECÇÃO I:	1.1. APORTE CONCEITUAL. AS ORIGENS ASSOCIATIVAS DA RELAÇÃO ENTRE A GESTÃO ECONÔMICA E O PODER POLÍTICO: A FORMAÇÃO DOS MERCADOS INTERNOS E DO PODER POLÍTICO (ESTADO).....	08
	RAZÕES HISTÓRICAS ENDÓGENAS DO PROJETO POLÍTICO DO GOVERNO DA FLORESTA	19
	1.1. AS MOTIVAÇÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS DA FORMAÇÃO HISTÓRICA DO ACRE – A REVOLUÇÃO ACREANA.....	23
	1.2. AS RAZÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS DO MOVIMENTO AUTONOMISTA E AS SUAS DISSIDÊNCIAS REGIONAIS.....	45
	1.2.1. OS PRIMEIROS VIAJANTES E O POVOAMENTO DOS RIOS ACRE E JURUÁ.....	47
	1.2.2. A CIDADE COMERCIAL E POLÍTICA DE RIO BRANCO.....	50
	1.2.3. A CIDADE COMERCIAL E POLÍTICA DE CRUZEIRO DO SUL.....	58
	1.3. AS MOTIVAÇÕES ECONÔMICAS E POLÍTICAS QUE SUSTENTARAM O MOVIMENTO AUTONOMISTA DO ACRE.....	65
SECÇÃO II:	O MERCADO E A EXPANSÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA GOVERNAMENTAL DE DESENVOLVIMENTO DO ACRE	77
	2.1. AS BASES MATERIAIS DA POLÍTICA ECONÔMICA E A AS PRIMEIRAS MEDIDAS PARA A FORMAÇÃO DO MERCADO INTERNO.....	78
	2.2. AS COLÔNIAS AGRÍCOLAS, DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA E CONFIGURAÇÃO POPULACIONAL DO MERCADO DO ACRE	101
	2.3. ELEMENTOS DA RELAÇÃO ASSOCIATIVA DO MERCADO DO ACRE COM OS SEUS ORDENAMENTOS POLÍTICOS A PARTIR DA POLÍTICA ECONÔMICA GOVERNAMENTAL DE DESENVOLVIMENTO.....	123
SECÇÃO III	A EMERGÊNCIA DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL E A RELAÇÃO DO CAMPESINATO COM A NATUREZA	140
	3.1. AS PRÁTICAS E MENTALIDADES DOS PATRÕES E SERINGUEIROS NO ORDENAMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO SERINGAL.....	144
	3.2. AS RAÍZES DO ENTRELACAMENTO AMBIENTAL COM AS PRÁTICAS PRODUTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DOS SERINGUEIROS.....	153
	3.3. MAPEAMENTO EXPLORATÓRIO DA RELAÇÃO DO CAMPESINATO ACREANO – OS SERINGUEIROS – COM A NATUREZA.....	165
	3.4. OS CONTEXTOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA NATUREZA NAS ESTRATÉGIAS	

	DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS.....	173
	3.5. O DESENVOLVIMENTO COMO PROCESSO SOCIAL RESULTADO DA COEXISTÊNCIA DO PRINCÍPIO DA ECONOMIA E DA POLÍTICA NO ÂMBITO DA DETERMINAÇÃO DO MERCADO CAPITALISTA.....	178
SECÇÃO IV	O GOVERNO DA FLORESTA E O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ACRE, 1999-2006.....	187
	4.1 SITUANDO A POLÊMICA SOBRE O GOVERNO DA FLORESTA FRENTE ÀS PESQUISAS ACADÊMICAS MAIS RECENTES.....	191
	4.2. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ACRE: MENSURAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL DA VIDA MATERIAL.....	227
	4.2.1. DINÂMICA POPULACIONAL.....	229
	4.2.2. AGRICULTURA.....	238
	4.2.3. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS.....	253
	4.3. DESENVOLVIMENTO HUMANO: RENDA, EDUCAÇÃO, LONGEVIDADE, SAÚDE, SANEAMENTO, HABITAÇÃO.....	253
	4.3.1. TRABALHO E RENDA.....	266
	4.3.2. LONGEVIDADE, SAÚDE E SANEAMENTO.....	272
	4.3.3. EDUCAÇÃO.....	276
	4.3.4. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH DO ACRE.....	286
SECÇÃO V	POLÍTICA E SUSTENTABILIDADE: DA DESGOVERNABILIDADE À LEGITIMIDADE DO PODER POLÍTICO NO ACRE	293
	5.1. O DESENVOLVIMENTO COMO PROJETO POLÍTICO-SOCIAL DE COMPATIBILIZAÇÃO DOS INTERESSES DE DETERMINADA FORMAÇÃO SOCIAL	296
	5.2. A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO GOVERNO DA FLORESTA: DO DESGOVERNO À GOVERNABILIDADE.....	304
	5.3. AS RAZÕES DA ESTABILIDADE SOCIAL E LEGITIMIDADE POLÍTICA DO GOVERNO DA FLORESTA DO ACRE.....	328
	CONCLUSÃO.....	341
	BIBLIOGRAFIA.....	347

1. INTRODUÇÃO

O questionamento fundamental que orientou os objetivos da presente tese foi a indagação sobre que razões empíricas permitem explicar a possibilidade de ascensão do Governo da Floresta, em outubro de 1999, considerado progressista frente às causas sociais dos trabalhadores, dado o caráter contextual em voga, naquela década, extremamente excludente, motivado pela racionalidade neoliberal com o seu viés econômico exclusivamente calculista. Nos perguntamos ainda como pode tal Governo promover transformações sócio-econômicas significativas se o mesmo estava enredado pelo ranço do processo de modernização conservadora em curso no país e emparedado pela expansão do ‘capital’ em escalada planetária, que os eufóricos diziam, havia aniquilado e desintegrado toda a estrutura do aparelho de Estado, e como um “moinho satânico”, parafraseando Karl Polanyi (2000) havia colocado este, ao seu serviço exclusivo de deterioração das necessidades humanas de proteção social. E finalmente, procuramos saber como pode o Governo dispor de tamanha legitimidade política a ponto de ter sido reeleito, tido a capacidade de garantir a sucessão de sua gestão depois de oito anos de mandato, justo no período em que se anunciava a morte do Estado, a deslegitimação do poder, e, por pressuposto, o fim da política como direção primaz da sociedade¹?

Desse modo, para procurar contestar estas indagações o objetivo da pesquisa foi constituído por dois propósitos mútuos: i) em primeiro lugar, investigar a formação histórica do Acre, a gênese do Estado do Acre (Unidade da Federação do Brasil) e a formação do mercado (interno local) na sua relação correspondente com o intuito de delinear as principais lacunas e os fatores subestimados historicamente que foram identificados e recuperados pelos propagadores da FPA por meio dos quais conseguiram o estabelecimento de um “pacto social” que garantiu a ascensão e consolidação do Governo da Floresta na direção do poder do Estado do Acre; ii) em segundo lugar, definidos estes fatores que em convergência deram legitimidade de poder ao referido Governo, analisamos se esse encontro dos interesses tem resultado, ao alcançar a ordem política institucionalizada do Estado, em melhoria do bem-estar material de vida da população residente.

No caso do Acre, a formação do projeto de política de desenvolvimento local deu-se simultaneamente ao processo que desembocou na definição das fronteiras estaduais, na configuração mental de sua gente, na criação da administração pública (da política fiscal, impostos, créditos, controle das atividades econômicas), da regulamentação da economia e conseqüentemente do mercado. O entrelaçamento e a correspondência de funções econômicas e políticas protagonizadas pelos mesmos agentes prefiguraram essa condição do desenvolvimento como o encontro das variáveis da *economia* e da *política*.

Buscamos apreender estes questionamentos tomando a temática do desenvolvimento, principalmente na versão do desenvolvimento sustentável que passou a dominar os discursos e\ou as ações dos governos de praticamente todos os países a partir de meados dos anos de 1990, quando as questões ambientais entram no debate político. Em particular abordaremos o processo de desenvolvimento tratando a problemática do mercado e da sua relação associativa com a política econômica governamental como recorte específico para caracterizar a formação e desenvolvimento do circuito político-econômico

¹ Cf. Ignácio SACHS (2000); Perry ANDERSON (2004); Boaventura de Souza SANTOS (2002); Istvan MESZAROS (2004); Slavoj ZIZEK e Glyn DALY (2006).

do Acre. Sob este ângulo de investigação, a noção de desenvolvimento que adotamos vincula-se a motivações éticas e regulamentos sociais das trocas econômicas de maneira que o processo de desenvolvimento consiste na superação das privações econômicas e sociais (como a escassez de recursos naturais, fome, deseducação, desemprego, enfermidades, liberdades) que limitam a expansão das liberdades substantivas interditando a possibilidade do bem-viver sob condições básicas de existência social (SEN, 1999; SEN, 2000) que atendam ao usufruto das gerações atuais e futuras. O lugar de mercado mais do que o espaço de produção de valores econômicos que ocorrem através da produção, oferta e do consumo de mercadorias responsáveis pelo crescimento da renda per capita e do Produto Interno Bruto – PIB define-se por atributos de eficiência normativa que salvaguardem o intercâmbio mercantil contra “a exploração e em favor do bem-estar público” (BRANDT, 1979, p. 12)

Procedendo desse modo, referenciamos o trabalho, do ponto de vista teórico, situando-o por dentro da tradição sociológica que estuda as relações sociais como resultante de múltiplas interações humanas, em que no caso particular elegemos as dimensões da economia e da política. Esta opção se justifica porque segundo nos advertem Fernand Braudel (1985\1986), José Fiori (1999), Karl Polanyi (1944\2000), Max Weber (1972\2000), Antônio Gramsci (1987) e Gramsci (por SEMERARO, 1999), Amartia Sen (1999; 2000) dentre outros, os processos de desenvolvimento social assim como os mercados desenvolvem-se enredados em ramificações éticas e às motivações políticas dos ordenamentos sociais.

Nesse sentido é que Max Weber (2000) define a metodologia específica da sociologia para a compreensão empírica e explicação das causas e dos efeitos das relações sociais concebendo o princípio primaz de que a ação social entre os homens é carregada de sentidos constituídos, às vezes, por múltiplas motivações. Uma linha de sua exposição, por exemplo, procura estabelecer as conexões entre as ações² associativas da economia e das ordens sociais. O significado sociológico dessa abordagem implica concretamente “(...) que as relações mais gerais entre economia e sociedade [guardam] uma relação de princípio entre economia e as ordens sociais que explicam a relação de dependência mútua e os efeitos empíricos destas” (p. xxiii).

Nesse sentido, pensar o modo como ocorre o processo de socialização do mercado significa considerar a sua vinculação com as comunidades políticas instituídas, porque segundo Sen (1999) existem razões empíricas suficientes que indicam o afastamento sistemático da motivação social baseada somente no auto-interesse, como exemplifica o caso de êxito da indústria japonesa em que os comportamentos aproximam-se de valores como dever, lealdade e a boa vontade. Esses mesmos aspectos têm sido

² Max Weber entende por “ação” “um comportamento humano (tanto faz tratar de um fazer externo ou interno de omitir ou permitir) sempre e na medida em que o agente ou os agentes o relacionem com um sentido subjetivo. Ação social, por sua vez, significa uma ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso (...). O sentido, é o sentido subjetivamente visado: a) na realidade ‘a’ ou num caso historicamente dado, por um agente, ou em ‘b’ média e aproximadamente, numa quantidade dada de casos, pelos agentes ou; b) num tipo puro conceitualmente, construído pelo agente ou pelos agentes concebidos como típicos. Não se trata, de modo algum, de um sentido objetivamente ‘correto’ ou de um sentido ‘verdadeiro’ obtido por indagação metafísica. Nisso reside a diferença entre as ciências empíricas da ação, a Sociologia e a História, e todas as ciências dogmáticas, a Jurisprudência, a Lógica, a Ética e a Estética, que pretendem investigar em seus objetos o sentido ‘correto’ e ‘válido’ ” (WEBER, 2000, p. 3-4).

identificados por Giovanni Arrighi e Beverly Silver (2001) como as respostas asiáticas da Índia, Japão e China a dominação do Ocidente.

Nesse expediente, a análise de tal processo de dependência mútua e seus efeitos práticos deve ser vislumbrada através do sentido da ação dos grupos sociais (em última instância dos indivíduos), princípio primário objetivo-empírico inicial para o estudo de qualquer objetivação da sociedade, mediante o qual é possível alcançar o entendimento do entrelaçamento da socialização estabelecida pela identificação da evidência do sentido visado da ação social. O sentido da ação, portanto, embora não esteja determinado antecipadamente, ou pré-definido por realidades objetivas dadas como se originasse pronto, orienta-se por condições concretas referenciadas na conduta dos outros agentes participantes da ação social e subordina-se na sua forma de realização, ao processo de socialização que lhe enreda, isto é, a ação social desenvolve-se como resultado da ação conjunta da sociedade, pois “é da essência do ‘processo de socialização’ e de todo o enredamento do indivíduo nele que intenções e ações sejam levadas a operar no conjunto das circunstâncias sociais e do processo permanente de societarização” (WEBER, *ibid*, p. xxvii).

Max Weber exemplifica a evidência do sentido da ação social compreensivelmente possível fazendo referência à produção, ao uso e função dos artefatos utilizados socialmente:

...Todo artefato, uma máquina, por exemplo, somente pode ser interpretado e compreendido a partir do sentido da ação humana (com finalidade possivelmente muito diversa) proporcionou (ou pretende proporcionar) à sua produção e utilização; sem o recurso a esse sentido permanecerá inteiramente incompreensível. O compreensível nele é, portanto, sua referência à ação humana, seja como meio, seja como fim concebido pelo agente ou pelos agentes e que orienta suas ações. Somente nessas categorias orienta-se a compreensão dessa classe de objetos (...) Compreendemos as ações de tirar lenha ou de apontar com um fuzil não apenas de maneira atual, mas também pelos motivos, quando sabemos que o lenhador executa essa ação para ganhar um salário ou para consumo próprio, ou para recrear-se (...) ou quando sabemos que o atirador age assim obedecendo a uma ordem de executar alguém, ou combatendo um inimigo (racional) ou por vingança (de maneira afetiva, e nesse sentido, irracional) (...) todas essas são conexões de sentido compreensíveis, cuja compreensão consideramos uma explicação do curso efetivo da ação (WEBER, *id*, p. 5-6).

Em síntese, os fundamentos da sociologia compreensiva de Max Weber, portanto, constituídos na relação da ação social em interação com as formações sociais em que ela é desenvolvida, permitem apreender as conexões de sentido estabelecidas – os interesses representados – entre as ordens institucionais das associações políticas, como o Estado, em correspondência com as motivações das associações econômicas, como o mercado, e seus distintos agentes envolvidos, assim como compreender os efeitos práticos mútuos que são decorrentes dessa relação, em termos da orientação e funcionamento da política econômica. As orientações dos agentes nas escolhas dos meios disponíveis para satisfazer suas necessidades diante dos recursos escassos moldam-se também pelas ações de terceiros que têm os mesmos meios, de modo que, a escolha das medidas econômicas associam-se aos regulamentos estabelecidos e as convenções em vigor através das quais os

agentes sabem que quaisquer transgressões acerca da apropriação dos presumíveis recursos para a satisfação de suas necessidades, podem acarretar reações de terceiros (WEBER, 2000).

Com efeito, a experiência do Acre se mostra bastante eloqüente, pelas razões que exploramos sinteticamente para consideração, nessa unidade da federação, de como se estabelece a relação entre as trocas econômicas e os estatutos normativos ao longo da sua formação estatal, tornando possível a averiguação do entrelaçamento das motivações econômicas com os dispositivos e convenções políticas dos agentes produtivos que operaram na constituição da política econômica governamental de desenvolvimento acreano.

Embora o Estado do Acre corresponda do ponto de vista do seu estatuto político-jurídico a uma Unidade da Federação do Brasil, seria um equívoco designá-lo como um Estado-Nação propriamente dito. Ainda que possua Constituição própria, suas diretrizes normativas não podem ser contraditórias com os princípios constitucionais da Carta Magna brasileira a qual ela se submete. Nesses termos não poderíamos adequar o referencial teórico concernente à formação dos Estados nacionais e aplicá-los descontextualizados, forçando uma utilização conceitual para uma explicação da situação do Acre, enquanto Estado autônomo, mesmo que ele usufrua de relativa independência política frente ao poder da União. A esse respeito Paulo Bonavides (2007) nos adverte. Segundo o autor, as unidades políticas federadas podem estatuir livremente “uma ordem constitucional própria, estabelecer as competências dos três poderes que habitualmente integram o Estado (executivo, legislativo e judiciário) e exercer desembaraçadamente todos aqueles poderes que correm da natureza do sistema federado, desde que tudo se faça na estrita observância dos princípios constitucionais básicos da Constituição Federal” (BONAVIDES, p. 195-196).

No entanto, continua o cientista jurídico, com exceção da absoluta independência de que goza o Estado Federal, da sua soberania diante das coletividades associadas, o poder dos estados membros é “...da mesma natureza, da mesma espécie, da mesma substância daquele de que se compõe o poder do Estado” (ibid, p. 197). Nesse caso, conferimos que o processo histórico de formação do Acre desencadeou-se semelhante às experiências dos Estados nacionais, feitas às devidas ressalvas do espaço, tempo e demografia. Ademais, as teorias sobre o Estado pelo seu alcance e abrangência permitem uma adequação interpretativa sobre esse ordenamento político dotado da mesma natureza estatal.

O território ao qual pertenciam as terras acreanas era uma área ‘desconhecida’, politicamente encravada na confluência de uma tríplice fronteira internacional (Brasil-Bolívia-Peru) cujos países limítrofes ainda não haviam atentado para a sua existência, efetivamente. O motor industrial das fábricas européias e norte-americanas que entrou em funcionamento nas principais cidades mundiais elevou à importância do mercado da borracha e despertou a ‘questão do Acre’ perante os olhos dos países da tríplice fronteira, embora nessa época, os brasileiros já andassem por elas. As insurreições armadas e diplomáticas que se estabeleceram entre os três países que, ao término delas, deram os direitos às terras acreanas de serem anexadas ao Brasil, foram antecipadas pela proclamação da constituição do Estado Independente do Acre por duas vezes consecutivas, sendo a primeira proclamada por Luiz Galvez, em 14 de julho de 1899, e a segunda, por José Plácido de Castro, em 06 de agosto de 1902, as quais o governo do Brasil tratou energicamente de dissolver por razões inerentes à política diplomática entre os países. Em

1903, com o Tratado de Petrópolis entre o Brasil e a Bolívia, em 1909, com o ajuste de fronteiras com o Peru, as terras acreanas passaram a ser legalmente brasileiras, com a anexação definitiva à nação brasileira na condição de Território Federal do Acre, passando somente a usufruir do título de Estado do Acre, em 1962, com a aprovação do Projeto de Lei Nº 4.070, no Congresso Nacional, apresentado por José Guimard dos Santos, desde 1957.

Estes acontecimentos históricos, por esses motivos correlacionados, nos dão subsídios suficientes para abordarmos o Acre a partir da ótica das teorias sobre o Estado, não obstante, estejamos cientes de que se trata de uma unidade federada do Brasil e de que o Acre não é uma nação ou país e as implicações disso³, segundo referenciamos. Mas o fato da história acreana ter-se sucedido nesses termos, isso implica pensar principalmente como ocorreram a demarcação de seu território, a criação do sistema de impostos, a formação das bases de uma economia local, a assimilação dos diferentes grupos sociais, a criação do sentido do pertencimento simbólico do grupo originário, tudo isso que marca indelevelmente o caráter próprio de uma dada formação social (no caso aqui, o de “ser acreano”). Ademais, enquanto federação, o Estado do Acre detém relativo poder discricionário administrativo sobre sua economia e sua política de modo que pode politicamente definir o rumo do seu desenvolvimento, não obstante possa haver forte interferência nacional, nomeadamente, devido à dependência econômica e\ou política a que ele está sujeito.

A explanação insistindo na referência teórica sobre o Estado para assinalar a experiência do Acre, mesmo com estatuto de Federação em sentido estrito, explica-se pelo fato do Governo da Floresta que propomos analisar, por um lado, obviamente ter ascendido à direção executiva do Estado Acre, e em segundo, instrumentalizar-se do aparato estatal para implementar sua política de desenvolvimento sustentável aparentemente na contra-mão da história em virtude da figura do Estado nacional haver sido considerado em fase de

³ O cuidado da pesquisa em discriminar as características políticas do Acre situando-o como uma unidade política federada vinculada a um Estado Nacional, a fim de pedir licença acadêmica para utilizar o arcabouço conceitual das teorias do Estado não é de tudo um despropósito porque essa condição acarretará implicações de ordem prática e metodológica para o estudo proposto. Um primeiro aspecto dessa situação diz respeito às influências emanadas do poder central diante das unidades federadas e das políticas nacionais de desenvolvimento que muitas vezes são contraditórias com as federações que por determinantes de tempo, espaço e geografia podem apresentar dinâmicas sociais muito distintas. No caso do Acre essas ressalvas são relevantes porque, por exemplo, é bastante discutível se todas as implementações do Governo da Floresta se dariam sem o suporte financeiro da União, basta olharmos a questão da resolução dos conflitos fundiários. A maioria dos projetos de assentamentos foram constituídos por instituições da esfera federal como o INCRA ou IBAMA, as Reservas Extrativistas e os Projetos de Assentamentos Extrativistas são um bom exemplo disso, bem como os assentamentos de colonização. Os Pólos Agrofloretais e algumas áreas de assentamentos (Naris, Colônias Agrícolas), um percentual bastante ínfimo se comparado a estas outras mencionadas, é que foram criados pela competência dos governos estaduais. Ora, embora as instituições federais sediadas no âmbito do governo estadual compatibilizem suas ações executivas localmente, elas obedecem em grande parte condicionamentos nacionais. O mesmo poderíamos estender para ações nas áreas de meio ambiente, saúde, educação, e infra-estrutura que costumam responder as políticas da União. Nessas condições, seria bem mais complicado aferir ou mesmo atribuir as ações executadas pelo mérito, *stricto sensu*, único e exclusivamente do Governo da Floresta. Por essas razões, e cientes desses limites, referenciando as abordagens sobre o Estado e concebendo o Acre como tal, isso implica em última instância que ao tratarmos do Estado do Acre, de algum modo, a nossa análise respinga sobre o Estado do Brasil. E esse certo desconforto que assumimos antecipadamente pode ser minimizado porque tomamos o Acre como Estado apenas por uma razão metodológica para entender a partir de um estudo de caso como o desenvolvimento sustentável, a política e economia, operam nesses tempos tão difíceis.

desaparecimento (SANTOS, 2001), e finalmente, porque no Acre, toda a pulsão da dinâmica econômica e social deriva da ação estatal. Isso nos leva a concordar com Michael Mann (2000) de que o Estado está mais vivo do que nunca, principalmente se levarmos em conta a situação periférica do Acre, com enormes debilidades sócio-econômicas, embora a análise do autor refira-se ao caso Europeu e o impacto da Comunidade Européia para os Estados dos países membros.

O segundo ponto essencial para a utilização conceitual do Estado, conforme já indicamos acima, consiste em compreender que não existem historicamente mercados e, portanto, desenvolvimento material sem os ordenamentos políticos e econômicos aos quais eles estão incrustados. Giovanni Semeraro (1999, p. 88) traduzindo Antonio Gramsci assinala que em seu conceito de sociedade civil a idéia do “‘homo oeconomicus’ e o mercado ‘determinado’ da sociedade civil não são separáveis do Estado e do seu complexo superestrutural”. Na visão de Gramsci, segundo este autor, a dicotomia que o liberalismo introduziu com a associação da livre iniciativa econômico ligada à sociedade civil e as atividades jurídico-governamentais vinculadas à sociedade política parte de um grande erro metodológico que precisa ser sempre desmascarado, pois segundo ele “todo liberalismo (...) é uma regulamentação do Estado; a privatização como a nacionalização sempre são intervenções do Estado. O Estado é a condição preliminar de qualquer atividade econômica coletiva, é o elemento do mercado, é até o próprio mercado, a própria expressão político-jurídica pela qual uma mercadoria (o trabalho) é preliminarmente desvalorizada” (SEMERARO, 1999, p. 88). Nesse sentido não existe separação entre Estado e economia, sendo que o ordenamento político consiste em estabelecer o padrão das trocas econômicas, de regular os distúrbios mercantis (DAHRENDORF, 1997; SEMERARO, 1999; POLANYI, 2000).

A pesquisa limita-se a estudar o Estado do Acre considerando a experiência de desenvolvimento sustentável durante a gestão executiva do Governo da Floresta realizada entre 1999-2006. A base de dados que utilizamos procurou recobrir o território do Acre como um todo, mas deliberadamente buscou-se enfatizar os resultados e impactos das políticas governamentais, bem como os fatores explicativos da ascensão do referido Governo elegendo as cidades de Rio Branco, capital estadual, e Cruzeiro do Sul, o segundo pólo mais dinâmico depois de Rio Branco. Essa escolha foi motivada, em primeiro lugar, pelo fato do volume das pesquisas sobre a historiografia acreana ser predominantemente escrita considerando, estritamente, as regionais do Alto e Baixo Acre, a qual a cidade de Rio Branco corresponde ao seu principal centro comercial e político. A região do vale do Juruá tem sido pouco abordada nas pesquisas acadêmicas estaduais. A dificuldade geográfica da localização do Juruá que obstaculiza a interação mais efetiva com a cidade de Rio Branco e os vales do Alto e Baixo Acre influi para que estas duas regiões guardassem e desenvolvessem processos sócio-econômicos muito distintos. Ademais a profusão com que o Governo da Floresta anuncia seu projeto político de desenvolvimento, certamente, ficaria pouco inteligível se não fosse tomado em consideração o entendimento da participação do Juruá em tudo isso. No entanto, convém sublinhar que por indisponibilidade das informações não foi possível apresentar os dados de maneira proporcional cobrindo as duas municipalidades das duas principais regionais, em todas as cinco seções da Tese, devido as fontes estatísticas estarem agregadas para o Acre como um todo, com exceção das três primeiras seções onde pudemos dispor os dados de forma paralela, em virtude da natureza das informações diferenciadas que elas exigiram.

Igualmente, pretendíamos mostrar os impactos empíricos na vida material da população subjacente ao desenvolvimento sustentável do Governo, a fim de termos uma noção sobre a distribuição espacial dos resultados de suas políticas. Convém sublinhar que tivemos muitas dificuldades para conseguir lograr esse objetivo e se em todas as temáticas tratadas não o realizamos, isso se deveu às várias ordens de dificuldades encontradas: i) informações que pudessem gerar bases comparativas entre as duas cidades, ii) que os dados fossem seriados temporalmente derivado das mesmas fontes de pesquisa, iii) ausência de informações acerca de certos temas, iv) dificuldade de acesso à informações em algumas instituições pesquisadas que fossem desagregadas regionalmente; v) falta de tempo.

O procedimento metodológico da pesquisa baseou-se nas seguintes etapas: i) elaboração dos objetivos da pesquisa; ii) levantamento do material empírico, fontes bibliográficas, documentos, obras literárias regionais; iii) catalogação de dados estatísticos em instituições públicas (IBGE, SEPLAM, SEBRAE, Secretarias Estaduais e Municipais das cidades de Rio Branco e Cruzeiro do Sul), com pesquisa pela internet; iv) realização de entrevistas; v) sistematização das informações coletadas; vi) elaboração preliminar da tese por secções temáticas; v) e por fim, redação conclusiva da tese.

O trabalho está organizado em cinco secções, com divisões em subsecções. A primeira Secção: Razões históricas do Projeto Político do Governo do Acre, procurou rastrear por dentro do contexto histórico de formação do Acre os sentidos ou significados sociais que ficaram ausentes da agenda política e econômica depois da Revolução Acreana e Movimento Autonomista, e que estrategicamente foram adensados ao Projeto do Governo da Floresta. Na segunda Secção: “A dinâmica sócio-econômica e o poder governamental ao redor dos conflitos do desenvolvimento” considerou a expansão da política econômica governamental de integração das atividades produtivas, a medida que a indústria da borracha dava sinais de desvalorização econômica. Nela, se enfatizou a disseminação das atividades agrícolas e criação de ampliação da diversificação produtiva de ocupação daqueles espaços que o declínio da borracha ia deixando em aberto.

Na terceira Secção: O cenário da década de 1970-1980, o reposicionamento dos agentes sociais, o meio ambiente. Tratou-se de descrever a conjuntura em que os conflitos sócio-ambientais eclodiram no campo, o surgimento do Movimento dos Seringueiros e Indígenas, organizado pelos sindicatos rurais, a mudança na correlação das forças sociais e a emergência da questão ambiental em decorrência da luta em defesa pelas florestas acreanas. Daí foram extraídos os últimos recursos simbólicos apropriados pelo Governo, esta Secção teve como foco deixá-los em evidência. A quarta Secção: O Governo da Floresta e os resultados materiais do Projeto de Desenvolvimento Sustentável, 1999-2006, situa o debate crítico sobre o Governo da Floresta e apresenta ao mesmo tempo que dialoga com uma base de informações empíricas dos resultados gerados pelas políticas governamentais do referido Governo.

Por fim, na última Secção: Política e Desenvolvimento Sustentável, abrem-se conjecturas sobre os fundamentos políticos e culturais que deram legitimidade de poder ao Governo da Floresta, suspeitando que eles ultrapassam o nível da realidade material, da dinâmica econômica, e se escondem por detrás dos recalcamientos sociais, ressentimentos históricos que, desde tempos pretéritos, têm empalidecido a vontade de identificação do seu corpo social com as ramificações com a terra/lugar em que tal tecido social se incrusta. Muito além das transformações de ordem econômica, a legitimidade política do Governo da Floresta afigura-se como a possibilidade de valorização de um sentimento simbólico de identificação social de sua gente, de estima do lugar, de dizer, um lugar que aqui tem gente,

que tem consciência política, direção da organização social. Talvez um sentimento ainda não adensado na devida espessura que a identidade social exige, em virtude das contradições e incompletudes que o projeto político do Governo da Floresta, todavia, não respondeu localmente para a emancipação de sua gente. Esta última Secção procurou responder a esse desenlace mais simbólico que opera de forma entremeada, mas por cima da camada material, e lhe dá sustentação.

Convém dizer, para finalizar esta parte da Introdução, que em todas as cinco Secções esforçamo-nos por apresentar os seus respectivos assuntos, mantendo, minimamente, a autonomia de uma em relação à outra, embora todas estejam interligadas por um fio condutor principal que lhes dá organicidade, ele caminha como uma sombra pela camada superficial do texto e o seu ponto essencial concentrou-se em dar visibilidade à formação da política econômica governamental e ao mercado interno localizado, pois foi dessa convergência e, por dentro dela, que se encontram as razões explicativas da possibilidade do Governo da Floresta e de seus feitos.

1.1. Aporte conceitual. As origens associativas entre a gestão econômica e o poder político relativas à formação dos mercados internos e do poder político (Estado)⁴.

Como anunciamos no início desta Introdução, as realizações do Governo da Floresta (1999-2006) se sucederam num contexto (mundial-nacional) de muitas controvérsias político-econômicas as quais podemos sintetizá-las tomando o seu principal paradoxo, o de que o debate sobre o desenvolvimento sustentável ganha importância política no momento em que está em pleno curso histórico políticas econômicas de corte neoliberal responsáveis pelo aprofundamento da deteriorização humana e ambiental do período contemporâneo. Essa batalha das idéias foi enfraquecida desastrosamente em favor da voracidade do capital barganhador expresso na noção-comum de Francis Fukuyama de negação da política em referência a queda das experiências socialistas do leste-europeu, rezando finalisticamente que o mercado capitalista se colocava como único caminho possível da história.

A indefinição retórica dessa controvérsia e de defensiva da política – mesmo em escaladas planetária de desigualdades, desintegração social, e financeirização da riqueza – promoveu, por mais de uma década, um debate especulativo que esterilizava inclusive a investigação científica. A experiência do Governo da Floresta para além do mérito ou demérito, segundo dissemos, sofreu de partidarismo, de tal modo, que tornou fantasmagórica a realidade acreana, a ponto de dificultar inclusive a validade de qualquer prognóstico sobre os avanços ou retrocessos, até mesmo no sentido de se procurar gerar subsídios materiais que dessem sustentação para propor, talvez, mudanças de curso da gestão governamental.

Essas razões foram motivos suficientes para recuperarmos neste trabalho de pesquisa as lições fundamentais dos pilares da ciência sociológica, em que merece ser

⁴ Convém sublinhar que os fundamentos teóricos que embasam o presente trabalho, bem como esse prefácio, se referenciam principalmente nas contribuições de conteúdo político-econômico de José Fiori, Ferdinand Braudel, Max Weber, Karl Polanyi. Apesar de ciente das diferentes abordagens e perspectivas destes autores, nos utilizamos daquilo que os aproximam, isto é, nos argumentos de que os mercados e os ordenamentos políticos desenvolvem-se entrelaçados.

sublinhado para os motivos que nos interessam, em primeiro lugar, a premissa de que a sociologia é uma ciência precipuamente empírica que estuda os fatos sociais, à luz obviamente de uma teoria interpretativa da sociabilidade humana, extraíndo a inteligibilidade contida neles e que, independentemente, do observador e\ou da posição que se encontra os fatos empíricos, resultados da ação humana têm caracteres exteriores que se impõem ao pesquisador enquanto manifestação de sua materialidade social tangível, segundo nos advertiu desde tempos remotos, Emile Durkheim (1987) em seu trabalho *As regras do método sociológico*.

Portanto, o segundo aspecto derivado desta verificável imparcialidade do conhecimento sociológico postula a razão como sendo o principal atributo da ciência social na medida em que as práticas humanas são dotadas de sentido, de que há uma razão para os agentes fazerem aquilo que eles fazem, de tal modo, que em sendo assim, estas motivações podem ser racionalmente decifradas pela instrumentalização do conhecimento, mesmo considerando que esse sentido é variável no tempo e lugar. O sociólogo francês Pierre BOURDIEU (1997) formula de maneira bastante precisa essa reflexão sobre a pesquisa social,

...a sociologia postula que há uma razão para os agentes fazerem o que fazem (no sentido em que falamos de razão de uma série), razão que se deve descobrir para transformar uma série de condutas aparentemente incoerentes, arbitrárias, em uma série coerente, em algo que se possa compreender a partir de um princípio único ou de um conjunto coerente de princípios. Nesse sentido, a sociologia postula que os agentes sociais não realizam atos gratuitos. A palavra gratuito remete, em parte, à idéia de não-motivado, de arbitrário: um ato gratuito é um ato do qual não podemos fazer sentido, um ato loco, absurdo, pouco importa, diante do qual a ciência social nada tem a dizer, do qual só pode se omitir (BOURDIEU, p. 138-139).

Sob outro ângulo, a abordagem de Ernst Cassirer (2005) tem constatado que o principal elemento que caracteriza a existência dos homens refere-se à sua capacidade de utilização da linguagem, do símbolo, “o conhecimento humano é por sua própria natureza um conhecimento simbólico” (p. 96). Mas o seu conhecimento está intrinsecamente relacionado com o mundo físico que o rodeia, para todas as suas necessidades imediatas e interesses práticos. No entanto, o conhecimento social, embora possa ser estudado com as mesmas regras dos conhecimentos biológicos, contém conhecimento de estatuto diferenciado, porque por mais que mantenha interface com o mundo físico que o rodeia, ele diz respeito precisamente à influência dos indivíduos, uns sobre os outros, em sociabilidade, portanto, isso implica considerar que apesar dos fatos sociais portarem significados simbólicos, sentidos sociais, eles não podem dispensar de um processo de descrição empírica dos eventos aos quais ele se inscreve. A experiência específica do conflito acreano que estrangulou o frágil ordenamento social e trouxe à tona a problemática de sua auto-determinação através do problema ambiental como variável de identificação dos interesses divergentes, pode ser empiricamente decifrável em seus significados simbólicos tangíveis: os fazendeiros e madeireiros, recém-chegados às terras acreanas, viam a floresta como empecilho ao desenvolvimento da pecuária e, portanto, queriam devastá-la para transformar suas áreas em pasto; ao contrário, os seringueiros e indígenas que tinham na floresta a fonte de existência econômico-produtiva de suas comunidades, entendiam-na como parte de sua sobrevivência social, e portanto, a queriam manter em pé.

Em resumo, os fazendeiros queriam transformar as florestas em pastagens e os seringueiros e indígenas resistiam para que elas permanecessem. O sentido simbólico desses conflitos ambientais encontra evidência descritivo-empírica nas florestas e na forma de seu uso produtivo.

Segundo Braudel (1986\1989) as relações de trocas constituem o traço primordial da existência das sociedades, possivelmente porque sem o substrato da vida material não haveria a possibilidade de qualquer sobrevivência social, visto que é basicamente por meio das relações de trocas econômicas que se permite a liberação do isolamento dos indivíduos e o suprimento de suas necessidades. Nesse sentido foi que no amplo dorso da vida social o comércio e a ação econômica voltadas para atender às necessidades primárias, ligando todos a todos, tornaram-se a própria referência sobre a qual as bases da sociedade se desenvolvem (WEBER, 2000). Mas o caráter histórico das trocas econômicas nem sempre significou a preponderância dos mercados na orientação da vida social, voltada para aquisição de rentabilidade, barganha ou lucro. Em muitos casos, a relação de mercado provavelmente assumiu papel diferenciado, às vezes, até acidental em muitas das formações sociais (POLANYI, 2000).

De tal modo que se tem bastante motivos para considerar que a simples presença da economia na vida social não significa razão suficiente para deduzir daí a premissa de que dela decorre uma relação necessariamente de ganho. Max Weber (2000) considerou que a ação econômica orienta-se pela busca de satisfação das necessidades mais elementares de existência social, visto que a disponibilidade dos meios disponíveis, os recursos, para satisfazê-las é limitada, o que pode implicar, talvez, em restrições de satisfação das necessidades de terceiros. Nesse sentido, a ação economicamente orientada para apropriação imediata dos recursos para satisfação de necessidades materiais utiliza-se de outras modalidades de meios não-econômicos, como fórmulas políticas, religiosas, constelações éticas e morais, tendo em vista assegurar pela coação física ou de forma pacífica, a garantia de subsistência e reprodução social de seus membros.

Observa-se, portanto, nesse caso, que nem todas as sociedades humanas desenvolveram formas de associação econômicas racionalmente dirigidas para aquisição utilitária de ganhos materiais, de lucro. Dentro da economia de troca, propensa à rentabilidade via mercado, somente a sociedade do ocidente conheceu um tipo particular de gestão econômica especificamente orientada para a aquisição do lucro, com a criação do mercado auto-regulado, que teremos oportunidade de conhecê-lo, um pouco, mais adiante. No momento convém mencionar que suas origens históricas, segundo Weber (2000) vieram prosperando através da intensificação e extensão das relações de mercado desde o século XVI, e isso, “em virtude da superioridade absoluta e indispensavelmente efetiva de uma direção cujas disposições se orientam individualmente pela situação de mercado, por um lado, e de puras constelações de poder, por outro” (ibid. p. 90), uma vez que os interesses mais facilmente conciliáveis consistem naqueles interesses puramente orientados pela renda, isso tem gerado pressão do interesse econômico por dentro do aparelho estatal.

Todas as formações sociais, portanto, historicamente anteriores a esse período, praticamente, desconheceram a absoluta orientação do mercado no processo de organização social. Uma típica economia de mercado, segundo Karl Polanyi (2000) significa um sistema de mercados, em que os preços são definidos exclusivamente sem nenhuma interferência de orientação extra-econômica, provindo dele a direção máxima do princípio pela preponderância do lucro que subordina todo o ordenamento social, transformando à sua disposição os recursos necessários (terra, trabalho e dinheiro) em mercadorias conversíveis

monetariamente para o seu funcionamento ininterrupto e expansivo. Contudo, mesmo depois da hegemonia do capitalismo ocidental ascendente, Giovanni Arrighi e Bervely J. Silver (2001), procurando explicação para a prosperidade das economias asiáticas emergentes, dirigidas por fora da modernização dominante, sustentaram que o mercado auto-regulado não conseguiu submeter seu domínio sobre estas sociedades orientais (Índia, China, por exemplo) porque não reconheceram o princípio fundamental desses povos de conciliação dos seus interesses econômicos e políticos com os aspectos religiosos da cultura local. Na Ásia Meridional, comentam os autores,

(...) a durabilidade e força do poder central dependiam do grau em que as diversas correntes de civilização nativa fossem conciliadas, não eliminadas (...). Na esfera crucial de tributação, as fontes de renda de que dependiam a autoridade central [dos Mughal] eram predominantemente controladas por uma miríade de grupos e redes pessoais em torno dos mercados locais e regionais, bem como dos cinturões agrários (...). Esse difuso sistema de dominação não implicava desorganização ou fragmentação, como afirmava a historiografia colonial. A economia e a cultura uniam o corpo político. Múltiplas culturas, comunidades e territórios ligavam-se em uma civilização integrada, mediante amplas e densas redes de comércio, que ligavam inúmeros mercados entre si e eram essenciais para converter o excedente, extraído da terra e do trabalho, em dinheiro e mercadorias (...). A proteção era o dever mais importante dos governantes. Por exemplo, a venerável epopéia Mahabharata afirmava que ‘o rei que diz a seu povo ser seu protetor, mas não o protege ou é incapaz de protegê-lo, deve ser morto pela massa dos súditos, como um cão contaminado pela raiva e que enlouqueceu’ (ARRIGHI e SILVER, p. 251-252).

Portanto, a constatação de Polanyi de que nem todas as sociedades foram sociedades de mercados, tem sua validade mesmo para os tempos contemporâneos. Em termos retrospectivos Max Weber (2000) tem demonstrado uma variedade de formas associativas, como as comunidades domésticas⁵, os clãs, comunidades de aldeias, comunidades camponesas, senhorios territoriais, que desenvolveram relações econômicas alheias ao cálculo restrito para obtenção máxima do lucro, típicas de economia de oikos⁶. Todas elas, apesar de não significarem tipos puros de economia doméstica, exclusivas para

⁵ Max Weber (2000) define comunidade doméstica como uma associação que busca suprir suas necessidades de bens e trabalhos da vida cotidiana, onde prevalece uma economia basicamente fechada para fora. Mas em situações extraordinárias, emergências, ou dificuldade parte da suplementação das necessidades podem ser completadas pela relação comunitária, para além da sua associação, pela ajuda da vizinhança. A noção de vizinhança não somente remete ao grau de proximidade geográfica das moradias em relação uma às outras, mas refere-se também à conciliação de interesses estabelecidos com outros grupos fora da comunidade.

⁶ “Um oikos, em sentido técnico, não é simplesmente toda grande comunidade doméstica ou toda aquela que fabrica, por si mesma, produtos variados, por exemplo, artesanais ou agrícolas, mas a economia doméstica extensa, autoritariamente dirigida, de um príncipe, senhor de terra ou patrício cujo motivo último não é a aquisição capitalista de dinheiro, mas a provisão organizada, em espécie, das necessidades do senhor. Para esse fim, ele pode servir de todos os meios, também da troca com o exterior, em maior escala. O decisivo é que seu princípio é a valorização do patrimônio e não a valorização do capital. Em sua natureza essencial, oikos significa: provisão organizada de necessidades, ainda que lhe possam estar agregadas com economia aquisitiva. Entre os dois princípios há naturalmente uma escala de transições imperceptíveis e também mudanças graduais ou abruptas de um para o outro” (WEBER, p. 262-263).

subsistência associativa, e dispensarem partes de suas produções para transações comerciais no mercado, à base das trocas comerciais que estabeleceram, obedeceram primordialmente motivações extra-econômicas e certo sentimento de solidariedade e reciprocidade. Típicas dessa situação são também os exemplos do comunismo doméstico de família, com fundamentos tradicionais e afetivos; comunismo de camaradas; comunismo de amor da comunidade religiosa com fundamentos explicitamente emocionais. Em todos esses casos, a troca servia, no limite, como simples dispositivo para “desfazer-se de excedentes ocasionais ou para obter coisas que a produção própria simplesmente não pode fornecer” (ibid., p. 263).

Nesse sentido, o espírito do homem barganhador, com inclinação psicológica para auferir resultados de renda, através das relações de permuta de uma coisa pela outra, atribuído ao pensamento econômico de Adam Smith, como o ‘homo economicus’, que foi formulada, considerando-se que a divisão social do trabalho apurava a propensão dos homens para ocupações lucrativas é, simplesmente, bastante questionável, na medida em que à divisão do trabalho, concorrem fatores como sexo, geografia e capacidade individual. Polanyi (2000) lembra que a história das sociedades primitivas confirma que, ao contrário, da psicologia capitalista, a psicologia primitiva era extremamente comunitária. O estudo de tais comunidades tem sido muito importante para confirmar que os mecanismos econômicos, na verdade, estão incrustados nas relações sociais: o homem das sociedades primitivas, diz ele, “...não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos” (ibid., p. 65).

Segundo ele, o exemplo das sociedades tribais é ilustrativo perante do fato de que só raramente o interesse econômico prevalece. No maior número de caso, predomina a primazia dos laços sociais, primeiro porque infringindo os códigos coletivos o indivíduo pode ser marginalizado, segundo, porque as relações de reciprocidades são obrigações partilhadas que melhor atendem aos interesses dos indivíduos na relação de dar e receber. Todo prestígio social exalta o desprendimento dos indivíduos em favor do grupo, assim como o indivíduo não existe sem a cobertura do vínculo social. Mesmo os atos de troca são mediados eminentemente por obrigações mútuas de compromisso social, de tal modo que não subsiste qualquer noção de lucro ou riqueza, a não ser aquela que esteja, tradicionalmente, ajustada ao prestígio social. (POLANYI, 2000). Nos seringais da Amazônia acreana, igualmente, desde os tempos mais antigos era comum a partilha de alimentos (caça, pescado, produtos extrativos como açaí, buriti), sem intermediação da lucratividade, em que as relações de vizinhança, amizade e parentesco constituía o princípio da reciprocidade, o motivo da doação, tendo o beneficiário do alimento que retribuir o mesmo ato quando tivesse êxito numa empreitada abundante. É bastante provável que esse comportamento continue a vigorar até os dias atuais, principalmente, naquelas áreas mais remotas dos seringais em que o uso da moeda ainda é uma realidade praticamente superficial nas relações da comunidade.

Exemplos das tribos dos ilhéus de Trombriand da Melanésia, estudadas por Malinowski, dão conta da negação do princípio do lucro, da troca e do regateio para a barganha. Tomando em consideração somente o aspecto econômico com o objetivo de enfatizar melhor como as motivações econômicas enraízam-se na constelação da vida social, Karl Polanyi observou o predomínio do princípio da reciprocidade e redistribuição nas práticas indígenas. O princípio da reciprocidade valorizava as relações de parentesco

mediadas pela divisão sexual (nucleadas na família e parentesco), enquanto o princípio da redistribuição dizia respeito ao ordenamento político territorial. A reciprocidade atuava como mecanismo para assegurar o provimento para a reprodução familiar, ao passo, que a redistribuição prevenia, do ponto de vista do grupo extenso, a proteção de suprimentos contra a escassez através de um sistema de armazenamento da produção de alimentos, provisões de defesa, funções públicas, trocas comerciais, que, ao seu tempo, eram redistribuídos, segundo as normas vigentes de divisão do trabalho. Nesse sentido, o princípio da reciprocidade e redistribuição ajustava-se num sistema de poder organicamente centralizado no território, na figura do chefe local, e, mutuamente, asseguravam a reprodução social. Tais mecanismos sócio-econômicos⁷ ocorreram em muitas outras comunidades antigas, como no reinado de Hammurabi, na Babilônia, nas sociedades das pirâmides, no Novo Império do Egito (POLANYI, 2000).

O terceiro princípio que influenciou a orientação econômica foi o da domesticidade voltado para a produção de subsistência para o abastecimento próprio, conforme citamos acima, com a descrição das comunidades domésticas, a partir das análises de Max Weber. O aspecto geral que interessa reter dessa orientação econômica é que ela só raramente ou esporadicamente em momentos de crises ou catástrofes, atuou como meio de troca, no mais das vezes, sua realização não guardou nenhuma vinculação com a criação de mercados, pois o seu padrão de funcionamento era dirigido para atender o provimento do grupo fechado. Nesse caso do princípio de domesticidade, Karl Polanyi argumenta que é indiferente à natureza institucional de sua formação político-social: o seu núcleo normativo pode ser dado pela predominância do “sexo, como na família patriarcal; localidade, como nas aldeias; ou poder político, como no castelo senhorial. E também não importa a organização interna do grupo. Pode ser tão despótica como a família romana ou não democrática como a zadruga sul-eslava; tão grande como os imensos domínios dos magnatas Carolíngios ou tão pequenas como a propriedade camponesa média da Europa Ocidental” (ibid., p. 73). Na Ásia Meridional, Giovanni Arrighi e Bervely Silver (2001, p. 253) se depararam com a mesma situação concebendo não haver dúvida “de que os sistemas pré-coloniais de governos eram exploradores e opressivos. Mas a opressão e a exploração estavam inseridas em uma ordem civilizacional que tornava sua lógica flexível, compreensível e até aceitável, para o camponês, assim como para outros grupos e classes subalternas da sociedade indiana”. No essencial, era importante que os recursos disponíveis chegassem para o sustento de todos.

No Livro I, da Política (Elementos da Cidade), Aristóteles, de posse do conhecimento das cidades gregas de sua época, considerou que a atividade comercial daquele tempo não pertencia naturalmente à ciência de enriquecer, pois “primitivamente as permutas só podiam ser feitas na proporção exata das necessidades de cada um (p. 19)”. Embora ciente de que o uso intensivo da moeda, com o aumento da população, tenha

⁷ Karl Polanyi comenta que “esses exemplos mostram que a redistribuição também tende a enredar o sistema econômico propriamente dito em relações sociais. Como regra, encontramos o processo de redistribuição como parte do regime político vigente, seja ele o de uma tribo, de uma cidade-estado, do despotismo ou do feudalismo, do gado ou da terra. A produção e a distribuição de mercadorias são organizadas principalmente através da arrecadação, do armazenamento e da redistribuição, sendo o padrão focalizado o chefe, o templo, o déspota ou o senhor. Uma vez que as relações do grupo dominante com os dominados são diferentes, de acordo com os fundamentos em que repousa o poder político, o princípio da redistribuição envolverá motivações individuais tão diferentes como a partilha voluntária da caça pelos caçadores e o medo do castigo que impulsiona os fellaheen a pagarem seu impostos em espécies” (ibid., p. 72).

introduzido, em parte, a ciência econômica uma inclinação para a usura e abundância ilimitada da riqueza, desvirtuando o objetivo pelo qual ela havia sido criada, de mediação das trocas produtivas, deduziu dessa inflexão a justa razão da repugnância que os gregos dispensavam à aquisição ilimitada da usura.

Ademais, o pensamento aristotélico, de conotação política, ressalta que a produção econômica, voltada para o suprimento e uso próprio do grupo comunitário, cuja essência está ligada ao princípio da domesticidade de auto-suficiência associativa da cidade, não necessariamente, precisa desfazer-se para atender uma produção acessória de excedente com destinação para o comércio exterior desarticulando a base doméstica, uma vez que a comercialização do excedente poderia ser realizada justamente para possibilitar a aquisição daqueles bens necessários à sustentação da domesticidade. Na essência dessa formulação reside a evidência de que a dissolução da reciprocidade indicaria que a economia voltada exclusivamente para o mercado introduziria um elemento desestabilizador da condução da atividade econômica podendo deteriorar o abastecimento auto-suficiente das cidades na medida em que a separação da economia das relações sociais nas quais ela está entrelaçada, poderiam conduzir a situação de escassez dos suprimentos indispensáveis à vida na cidade.

Essas considerações levam à constatação, portanto, que antes do fim do feudalismo, as formas associativas predominantes da ação econômica que orientaram as trocas comerciais estabelecidas (internamente e/ou externamente) entre os distintos povoamentos, através do mercado, foram dirigidas, em momentos diferenciados, pelos princípios da domesticidade, reciprocidade e distribuição, ou da combinação dos três, independentemente da natureza institucional de poder político, seja ele patriarcal, chefe local da comunidade doméstica, senhor territorial, principados, cidades-estados com poder centralizado e mesmo com certa hierarquia na sua organização social. O fato é que a primazia das trocas comerciais estava incrustada no substrato das relações sociais que lhe eram inerentes como a religião, a moral, a ordem política, as quais guiavam o câmbio comercial principalmente para garantir a simetria da manutenção de suprimentos para a reprodução social dos seus membros, sendo que o princípio do ganho, do lucro, da acumulação ou da barganha raramente figura como elemento principal da ação econômica, pois as motivações comportamentais eram predominantemente extra-econômicas (Polanyi, 2000).

De tal modo que até este momento, os mercados não exerceram grande importância na vida econômica. Mas a partir do século XVI, eles passaram a ser mais atrativos para os governos na medida em que o esforço tributário, proveniente das atividades comerciais, poderia servi-lhe como base de sustentação. Tomemos agora, a história da formação dos mercados para entender quais as circunstâncias que irão propiciar a fusão dos mercados e dos governos no direcionamento da vida social sob a crescente proeminência do princípio da calculabilidade e racionalização, com vista ao abastecimento e ganho pecuniário.

Segundo Karl Polanyi (2000, p. 76) o “mercado é o local de encontro entre produtores e compradores para a finalidade da permuta, da compra ou da venda (...) [sendo que] à permuta, à barganha e à troca constituem um princípio de comportamento econômico que depende do padrão de mercado”. O padrão de mercado, por si só, cria uma instituição específica, o mercado, o qual funciona com objetivo próprio para a permuta e o ganho. Da presença do padrão de mercado, por exemplo, depende a definição dos preços. Mas a simples existência ou ausência de mercado, em uma dada sociedade não define a

complexidade de suas relações econômicas nem, necessariamente, indica o grau de desenvolvimento produtivo nos termos modernos como compreendemos hoje, porque, em última instância, os mercados sempre existiram como locais de abastecimento das comunidades, de suprimentos diversos e/ou mesmo funcionando como elemento essencial da atividade lucrativa. Igualmente, o uso da moeda é tão ancestral quanto a humanidade.

No Oriente antigo, por exemplo, já se utilizava a moeda como meio de troca, assim como no Império romano, na época de Cristo, mas nem por isso, esse simples mediador das transações comerciais representou uma racionalização da atividade econômica, se comparado à proporção dos padrões modernos. O uso da moeda era restrito e esporádico e circulava nas mãos de poucos segmentos sociais, tampouco o mercado compreendia todas as atividades econômicas, assim como a moeda não se caracterizava como um padrão dominante que orientava a mediação de todos os âmbitos da vida social ou econômica. O seu florescimento, como prelúdio de rentabilidade aos modos do ‘capital’, coincide com o crescimento das grandes cidades européias dos tempos prósperos que antecederam o século dezenove.

Segundo Fernand Braudel,

Só conseguimos disciplinar, definir o termo capitalismo, para o pôr a serviço da exegese histórica, se o enquadrarmos judiciosamente entre os dois termos que o subentendem e lhe dão a sua significação: capital e capitalista. O capital, realidade palpável, uma massa de meios facilmente identificáveis e sempre em atividade; o capitalista, o homem que preside ou tenta presidir os destinos da inserção do capital, no incessante processo de produção a que todas as sociedades estão condenadas; o capitalismo é, em linhas gerais (e apenas em linhas gerais), a forma de conduzir, para fins geralmente pouco altruístas, esse constante jogo de inserção (...). A palavra chave é o capital (...) não designa só as acumulações de dinheiro, mas também os resultados utilizáveis e utilizados do trabalho previamente realizado: uma casa é um capital; o trigo armazenado é um capital; um navio e uma estrada são igualmente capitais. Mas um bem de capital só merece essa designação quando participa no processo ininterrupto e incessantemente renovado da produção: os tesouro não utilizado, a floresta não explorada, etc., não são capitais nesse sentido (BRAUDEL, (1985\1986, p. 54)

O sentido específico da existência do mercado como intercâmbio da atividade produtiva, direcionada estritamente para a busca de lucratividade é o significado particular que estamos considerando como noção de mercado aquisitivo. Isso implica constatar que, apesar das trocas comerciais serem inerentes à ação humana, nem sempre elas poderiam ser tomadas como permutas comerciais, típicas dos mercados capitalistas, como estamos procurando mostrar em nossa investigação, porque, como dissemos à luz da bibliográfica utilizada, da essência das trocas quase sempre escapava a motivação exclusivamente do ganho econômico. Assim, que, por essas razões, as origens das atividades de mercado não se constituíram por dentro da economia doméstica onde se tecia mais vigorosamente influências não competitivas, no âmbito do espaço local, mas germinaram a partir das transações de intercâmbio de longa distância, rompendo geograficamente as fronteiras do comércio local por onde se começou a busca daqueles produtos e bens que aí não estavam disponíveis. Mas mesmo o comércio exterior, segundo Polanyi (2000) não era também

necessariamente competitivo, porque operava muitas vezes como comércio de negócios bilaterais, que funcionava mediante acordos de reciprocidade e, somente naqueles casos de restrição de certos produtos pelos chefes locais se utilizava da chantagem ou barganha ou mesmo pirataria para aquisição deles.

De tal modo, que não sendo o comércio local especificamente lugar de mercado, nem o comércio de longa distância ser igualmente competitivo, embora o comércio exterior tenha estabelecido os primeiros portos comerciais de produtos diversos, tem-se que com a configuração do comércio interno que antecipou as economias nacionais, se assentou as bases do mercado propriamente competitivo simultâneo à formação das grandes cidades européias, principalmente com a ação estatal de regulação da economia e interligação interna dos seus pequenos mercados fragmentados (ligação campo-cidade), dentro de uma política econômica de administração centralizada com direção coordenada para aquisição do lucro.

Os elementos explicativos, portanto, que levaram à constituição do mercado interno estão associados a vários fatores inter-relacionáveis. No contexto do período medieval, as formações políticas européias encontravam-se com suas fronteiras bastante fluidas, com seu poder político descentralizado, sendo que, internamente, aos seus limites precariamente definidos, as cidades eram ainda bem diferenciadas em relação ao campo. No âmbito do comércio local, as atividades econômicas desenvolvidas pela classe burguesa emergente estavam inteiramente reguladas por uma política preocupada com o controle da produção como forma de manutenção do equilíbrio dos preços dos produtos, o que implicava, em barreiras comerciais, em relação à entrada de mercadorias externas. Entretanto, o comércio exterior, exercido por mercadores e intermediários que transacionava grande volume de produtos, passavam por fora do controle comercial das cidades e, isso, repercutia na oferta e demanda de produtos, podendo causar prejuízos para os comerciantes locais, ou mesmo elevar o preço de produtos de necessidades primárias da vida da comunidade. Esses fatores, assim arrolados de maneira geral, sustentam o fato do desenvolvimento do comércio local e comércio de longa distância terem ocorrido separadamente, num cenário tecido por economias autárquicas localizadas e poder político descentralizado, articulado precariamente por um comércio de longa distância que pressionava os espaços locais procurando ligá-los comercialmente entre si. Essa tensão pendular encontrou uma resposta à altura, com a ação estatal que num movimento crescente de centralização política engolfou o conjunto das economias levando à formação do mercado interno ou economia nacional.

Tomando alguns fragmentos da análise de Polanyi (2000, p. 84,87), podemos visualizar como ele descreve esse processo de origem do mercado interno ou economia nacional, em que a ação estatal projeta-se como instrumento político, para regular os limites das trocas econômicas, no âmbito dos territórios nacionais diante da percepção de que a competição exacerbada poderia proporcionar a proliferação de distúrbios comerciais e gerar dificuldades de abastecimento das populações, inclusive, com o encarecimento e/ou escasseamento daqueles produtos de necessidades básicas das populações locais, como os alimentares.

Na Europa Ocidental o comércio interno foi criado, na verdade, por intervenção do Estado. (...) Mantendo o princípio de um comércio local não-competitivo e um comércio de longa distância igualmente não-competitivo, levado a efeito de cidade a cidade, os burgueses dificultaram, por todos os meios a seu dispor, a inclusão do campo no compasso do

comércio, e a abertura de um comércio indiscriminado entre cidade e campo. Foi esse desenvolvimento que forçou o estado territorial a se projetar como instrumento da ‘nacionalização’ do mercado e criador do comércio interno. (...) A ação estatal, que havia libertado o comércio dos limites da cidade privilegiada, era agora chamada a lidar com dois perigos estreitamente ligados, os quais a cidade já havia contornado, naquela época, que a competição levaria, em última instância, ao monopólio, mas o monopólio era ainda mais temido do que posteriormente, pois ele muitas vezes estava ligado às necessidades da vida e, portanto, podia tornar-se facilmente um perigo para a comunidade. O remédio encontrado foi a total regulamentação da vida econômica, só que agora em escala nacional e não mais apenas municipal. (...) [pois] qualquer intrusão temporária de compradores ou vendedores no mercado poderia destruir o equilíbrio e decepcionar os compradores e vendedores regulares, e o resultado seria a cessação do funcionamento do mercado. Os fornecedores antigos deixaram de oferecer suas mercadorias por não terem uma garantia de preço e o mercado, sem suprimentos suficientes, tornar-se-ia uma presa do monopólio (POLANYI, 2000, p. 84,87).

É importante destacar que o florescimento do mercado competitivo, do tipo capitalista, não ocorreu por fora dos mecanismos do poder político que, ao contrário, lhe deram estrutura e padrão, muito embora o poder estatal tenha condicionado os seus limites de sua operacionalização. E mais ainda, se o impulso do poder estatal possibilitou o florescimento do mercado auto-regulado e se subordinou, em vários momentos, aos ditames da barganha exclusiva do lucro, como ocorreu no século XIX e princípio do século XX, como bem analisou Karl Marx (1998), em *o Capital*, foi através, precisamente, do recurso da política que as forças sociais tentaram assegurar o tenso equilíbrio, ao longo da história das sociedades modernas, entre o movimento de liberalização do mercado e o de autoproteção, o da dinâmica econômica com a estabilidade social, o progresso com a vida associativa das comunidades políticas.

Todo esse processo de transformação da vida social que levou à expansão crescente do uso da calculabilidade orientada para aquisição, expresso pela relação de mercado, e que resultou na dissolução do funcionamento das economias dirigidas pelos princípios de acordos comerciais de obrigações mútuas sofreu forte influência das interligações entre os distintos espaços locais (aldeias, povoados, cidades) ocasionado pelo avanço extensivo do mercado e tendência política territorial centralizadora. Em certo nível, isso esteve ligado, no plano cultural, às relações de casamento estendido e conseqüente partilha de bens que contribuiu para dissolver o ordenamento doméstico e comunitário na medida em que despreendeu os indivíduos dos seus locais de produção e referências coletivas e os ligou em teias sociais mais abrangentes, economicamente, através do comércio, e politicamente, sobre a cobertura estatal.

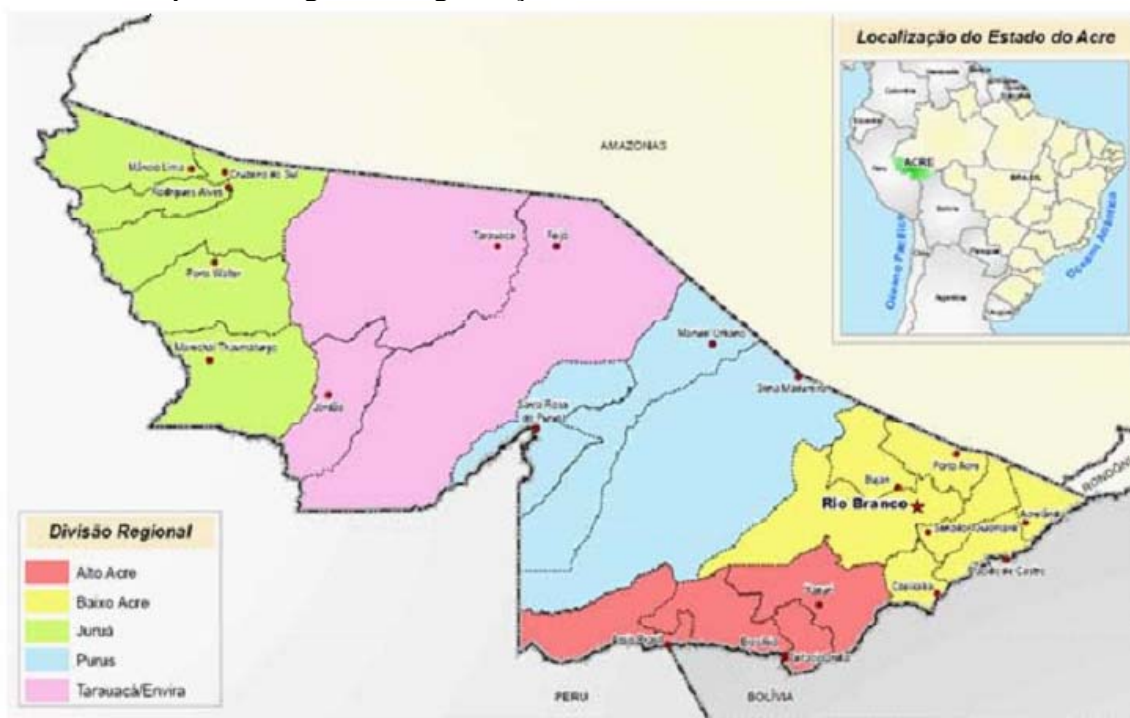
No âmbito mais geral, esse desenvolvimento cultural se disseminou pelo crescimento das cidades revertendo-se na abertura de novos postos de trabalhos administrativos, funções públicas, valorização do indivíduo pelo interesse fiscal, criação de escolas, espaços de cultura-lazer, sistema de saúde, comércio. Tudo isso ao mesmo tempo causou, aos poucos, progressivo deslocamento das possibilidades de aprendizagem e referências sociais que deslizaram do espaço doméstico para o território mais amplo. Os membros dos grupos, por exemplo, não encontravam mais proteção e segurança na

associação comunitária assim como suas balizas morais deixaram de ser o costume ou a lei local, pois o poder político institucionalizado que se centralizava abriu novas frentes de vínculo pelo trabalho assalariado tornando a comunidade, agora, politicamente unida ao território estatal, não mais o lugar central da produção, senão o espaço associado da produção e consumo (WEBER, 2000)

A trajetória econômica de estruturação da gestão estatal do mercado do Acre e às manifestações dos grupos sociais de resistências políticas voltadas para a proteção social do desenvolvimento econômico que percorreram todo o processo de formação histórica da população acreana, e foram assumidas no projeto do Governo da Floresta (1999-2006), certamente, nos permitirão reforçar a base de subsídios empíricos que a prosperidade material dos povos, a dinâmica econômica, a estabilidade social, nunca foram dimensões incompatíveis entre si, e que, portanto, só encontram refúgios quando o poder político se preocupa em dá uma direção de projeto de sociabilidade conciliável com a justa medida de proteção para o amplo dorso da vida material e social dos diferentes interesses os quais ele representa.

SEÇÃO I. RAZÕES HISTÓRICAS ENDÓGENAS DO PROJETO POLITICO DO GOVERNO DA FLORESTA

A Frente Popular do Acre – FPA ascende ao poder do Estado do Acre (Unidade da Federação do Brasil), em 1999, com o Projeto Político nomeado de “Governo da Floresta”. Munido por um discurso de restauração da dinâmica econômica e emancipação social auto proclama-se herdeiro das forças sociais de resistência que lutaram pela autonomia das terras acreanas e daquelas que buscaram construir um projeto de desenvolvimento para a região que fosse sustentável e conciliasse as demandas sociais do conjunto da população local, principalmente, das forças do trabalho que residiam no campo, subjugadas. A Revolução Acreana de finais do século XIX, o Movimento Autonomista, a partir de 1910, e o Movimento Social dos Seringueiros e Indígenas da década de 1970-1980 correspondem a essas forças sociais, nas quais o Governo da Floresta se respaldou. Esta seção procura caracterizar essas fases da história do Acre, tratando de realçar os aspectos que foram selecionados que explicam como o referido governo se utilizou deles para conseguir sua legitimação.



Fonte: Plano Plurianual do Acre – PPA, Governo do Estado do Acre, 2008-2011.

Em outubro de 1998, com o slogan “Governo da Floresta”, o candidato Jorge Ney Viana Macedo Neves, mais conhecido como Jorge Viana, à frente de ampla coligação política designada como a Frente Popular do Acre – FPA foi eleito governador do Acre com 57,7% dos votos, vencendo o candidato de oposição Alécio Dias (PFL) que obteve 26,3% da contagem eleitoral, seguido por Francisco Brígido da Costa, o Chicão, com 14,7% das intenções dos eleitores acreanos⁸. Este fato político marcaria profundamente a historiografia sobre o Acre e o Governo da Floresta que se estabeleceu desde então: ou

⁸ Cf. Horário Sant’Ana Jr., 2004.

seria ovacionado como um fenômeno herdeiro das forças progressistas dos movimentos dos povos da floresta, promovendo melhoria material para sua população (SANT'ANA JR., 2004; GARRAFIEL, 2008; COSSON MOTA, 2007; SCHIMINK e CORDEIRO, 2008), popularizado nacional e internacionalmente por seus feitos ou seria nominado como tributário da corrente histórica de expropriação social generalizada e continuador do desenvolvimento insustentável na Amazônia acreana (PAULA, 2005; MORAIS, 2008; GUIMARÃES JÚNIOR, 2008), com a diferença de apresentar rótulos novos para embalagens velhas.

Mas, para além do mérito da polêmica, o fato é que esse acontecimento praticamente repaginou, sob nova luz, os eventos históricos do Acre e o seu desdobramento recente provocou uma ruptura a que todo acreano, minimamente ciente da vida político-econômica estadual, nato ou adotivo, há de fazer referência, isso porque esse momento causou transformações práticas, de tal magnitude, que seus efeitos podem ser observados empiricamente pelo mais simples homem comum. O traço importante de sublinhar aqui é que este momento estabeleceu liames com uma série de fases históricas anteriores e promoveu uma fusão particular mais coordenada e centralizada entre economia e política, que se diferencia de todos os momentos políticos que o precederam e, de tão significativa que foi, abriu uma nova etapa para o desenvolvimento regional do Acre.

No entanto, se o feito do Governo da Floresta foi resultado, de certa forma, da articulação entre variados aspectos políticos e econômicos do Acre, de onde se derivou relativa legitimidade política, com o crescente endosso social dos acreanos ao seu projeto de governo, o mesmo não se pode dizer dos resultados empíricos que sua política gerou. A implementação de suas políticas governamentais de desenvolvimento tem sido motivo para muitas controvérsias no debate público local, e elas advêm tanto do meio acadêmico quanto do corpo populacional mais especializado, o que significa dizer que o relativo consenso em torno do seu projeto político não alcança a mesma opinião quando se refere aos resultados materiais de suas políticas de desenvolvimento. À primeira vista, o que se detecta é uma incipiência de pesquisa mais detida sobre as respostas materiais relativas ao desenvolvimento e bem-estar social conforme o governo se propunha realizar; em segundo lugar, e por esta primeira razão, decorre uma divergência das próprias análises que não conseguiram dimensionar, até o momento, o estatuto da mudança e/ou continuidade, no seu conjunto, considerando o contexto do Acre, dentro do qual o processo se sucede. Nesse sentido, torna-se necessário realizar uma análise agregando variáveis e indicadores básicos que dêem conta de vários aspectos que compõem o processo de desenvolvimento. Ademais, seria importante inquirir, antecipadamente, quais as idéias-forças sobre as quais esse projeto se funda e se sustenta, de modo que deixasse um pouco mais claro o questionamento dos porquês através dos quais o referido governo consegue ser tão exitoso ao ponto de conseguir a sucessão de seu governo, dentro da mesma linha político-econômica de três mandados consecutivos.

Seguramente este trabalho não tem a pretensão de por fim à polêmica sobre o Governo da Floresta, nem tem preocupação alguma de entrar no mérito da questão de ser favorável ou contrário a ele, senão que seu intuito é de enriquecer com registros materiais, ainda mais, o debate crítico, aprofundando os dados empíricos ao seu entorno, de modo a contribuir com o esclarecimento deste cenário que se apresenta tão nebuloso, e assim, minimamente propor uma leitura de conjunto que permita conectar os vários aspectos explicativos da natureza específica desse governo. Para isso, talvez seja necessário voltar um pouco no tempo, focar a história acreana sobre um novo ângulo de investigação, não

para tentar recontá-la e descrever casos isolados, porque isso cabe aos historiadores, mas para fazer uma leitura sociológica e tecer certas ligações entre os eventos passados, que possam ser explicativos da situação que vivenciamos no presente, e das possibilidades que se projetam pra o futuro.

Esse intento de revolver o passado para situar o Governo da Floresta, iniciado em 1999-2006, não é despropositado, visto que tal governo consolidou-se amparado num discurso que atualizava os valores da Revolução Acreana que elevaram as terras acreanas à condição de Território Federal, em 1903; do Movimento Autonomista, de 1950, que defendeu a transformação do Território do Acre em Estado Federal do Acre, ocorrida em 1962; posicionou-se contrário à política nacional de desenvolvimento das décadas de 1960-1970 de incentivo à pecuarização da Amazônia e desfavorável à população local; embebeu-se na defesa dos movimentos sociais (sindicalismo rural e povos indígenas), de resistência contra os desmatamentos e em defesa das florestas, que teve em Chico Mendes sua principal referência política; condenou a deteriorização do patrimônio público e descaso político dos governos anteriores marcados por corrupção e insegurança pública generalizada; por fim, o governo Jorge Viana legitimou a sua ação governamental encampando a proposta de desenvolvimento sustentável, que combinava diferentes forças sociais, principalmente os trabalhadores rurais – liderados pelos seringueiros – e assumiu o compromisso de equilibrar melhor o uso dos recursos naturais, com incremento econômico e material das forças produtivas, tendo como objetivo elevar o padrão de bem-estar social do conjunto da população, como base necessária para conformar uma identidade local que estabelecesse a auto-estima do ‘ser acreano’ e respondesse às suas necessidades mais básicas de existência social.

A convergência desses fatores, em sentido geral, explicam a ascensão do governo. Mas, para ir mais além necessitamos identificar exatamente em que sentidos esses elementos se conectam e como a sua combinação mútua resultou na consolidação de um projeto político eficaz. Entender como isso foi possível, quais as razões, motivações, expectativas e interesses envolvidos neles constituem a porta de entrada para compreender como ele se desenvolve e se instala no poder governamental.

No plano político-econômico, pode-se considerar que o debate das eleições de outubro de 1998 foi pautado por um cenário de crise, de grande instabilidade social. O último governo estadual (1995-1998) chegou ao noticiário nacional marcado por acusações de corrupção, malversação de recursos públicos, improbidade administrativa, e a insegurança pública alcançava altos índices de criminalidade com a atuação do esquadrão da morte articulado com o narcotráfico⁹. Com o declínio da economia da borracha, desde os anos 1970, as atividades de pecuária extensiva e madeireira haviam produzido grandes danos ambientais, além de forçar significativas levas de trabalhadores rurais a migrarem

⁹“No Acre, as eleições de 1998 aconteceram em meio a inúmeras denúncias relativas ao Governo Orleir Cameli. As notícias de corrupção, esquadrão da morte, narcotráfico, chegaram ao noticiário nacional. A título de exemplo, pode-se citar a Revista Época que, já no segundo semestre de 1999, retomou estas notícias lembrando que quando era Governador, Cameli tinha 4 CPFs e o Boing particular 727 com documentação irregular e que fora apreendido pela Polícia Federal, no interior de São Paulo, carregado com contrabando. Lembra ainda que o Comandante Geral de Polícia Militar durante seu governo foi Hildebrando Pascoal, que ficou célebre no noticiário nacional por seu envolvimento com o narcotráfico e o crime organizado (Época, São Paulo, 13 set. 1999, p. 28-34) Depois de empossado, foi denunciado pela CPI do Narcotráfico, da Câmara Federal, por uma séria de assassinatos, tráfico de drogas, formação de quadrilha. Teve seu mandato cassado em 22\09\1999 e, atualmente, encontra-se preso, aguardando julgamento” (SANT’ANA JR., 2004, p. 250).

para os núcleos urbanos. Os conflitos sociais entre trabalhadores, indígenas, pecuaristas e fazendeiros, com a mudança do uso da terra, dividiram os interesses do conjunto da população acreana, em uma oposição fundamental daqueles favoráveis à agropecuária e os resistentes a ela. Em síntese, constata-se que nos vários âmbitos da sociedade acreana a instabilidade e a crise estavam instaladas e os conflitos se faziam latentes.

No contexto nacional, o Acre apresenta-se como uma região desassistida pela União, em certo sentido, por sua baixa capacidade de intervenção nacional e dependência financeira dos repasses financeiros do Governo Federal, e sua população, à parte, ressentia-se de relativo abandono dos administradores federais. Enfim, todas essas questões estavam em jogo na disputa eleitoral e a possibilidade de sucesso dependia de como esses temas iam ser tratados nos discursos dos candidatos ao governo e enfeixados no escopo de uma proposta de desenvolvimento local. Podemos considerar que foi nas fímbrias desses assuntos que, conectado uns aos outros, o candidato Jorge Viana conseguiu sobrepor-se aos seus adversários. Mas para entender como isso foi possível, necessitamos compreender como a sua equipe foi capaz de fazer uma leitura dos eventos significativos da historiografia acreana acerca do seu recente processo de desenvolvimento econômico e acioná-los de forma específica com o objetivo de engolfar todos os interesses em disputa. É precisamente esse o objetivo que vamos percorrer nesta primeira parte do trabalho.

Em recentes trabalhos de tese sobre o governo Jorge Viana, Sant'Ana Jr. (2004), Morais (2008) e Guimarães Junior (2008) consideraram que um dos mecanismos políticos que alicerçou o projeto do governo foi a seleção de certos eventos históricos, revalorização do passado e recuperação de personagens simbólicas. Desse modo, a Revolução Acreana protagonizada por Luiz Galvez e Plácido de Castro (1903) que resultaram na formação do Território Federal do Acre, o Movimento Autonomista (1950) que defendeu a sua elevação à categoria de Estado da Federação e o Movimento Sindical de Seringueiros e Indígenas (1970) liderado por Chico Mendes em defesa do meio ambiente e desenvolvimento sustentável para a região, foram os principais recursos ideológicos¹⁰ utilizados naquele momento como acontecimentos de referência do seu projeto político.

¹⁰ O conceito de ideologia que estamos adotando aqui procura apreender o seu significado mais profícuo para o esclarecimento da realidade social, na tentativa de decifrar até o limite do possível sua relação com os lugares-comuns de falsidade, erro, ou mesmo de atribuição específica de um grupo dominante, nos diferenciando da ênfase de Morais (2008) e Guimarães Jr. (2008) que o tomam como elemento discursivo de oposição com a realidade. Com essa intenção, tentamos considerar que as relações estabelecidas entre os humanos e destes com o mundo que os rodeiam, nas suas diferentes dimensões de existência social, decorrem de vínculos dotados de sentidos e/ou significados extremamente enredados dentro do contexto sócio-histórico nos quais eles se fundamentaram, portanto, empiricamente decifráveis e compreensivelmente válidos para os parâmetros do conhecimento aceitável da época a eles ligados. De tal modo que procuramos exorcizar aquela dimensão de ocultação do real, de ilusão, dissimulação da realidade, aquilo que nunca pode ser apreendido ou conhecido pelo seu caráter fantasmagórico ou pelo seu simbolismo magnetizado ou mesmo pela profundidade da realidade, porque se não é possível apreendê-los é porque eles estão fora do contexto social e ainda não ganharam estatuto de validade para a época. Tomamos a noção de ideologia como o estudo das idéias humanas, uma ciência da investigação racional das leis que governam a formação e o desenvolvimento das idéias. Nos apropriamos da sua formulação mais sociológica, tal qual definida por Eagleton (1997, p. 22) como sendo “o meio pelo qual homens e mulheres travam suas batalhas sociais e políticas, no âmbito dos signos, significados e representações, especificamente referindo-se aos modos pelos quais os processos de poder ficam presos no reino dos significados”. Mas, trata-se de procurar dar significados descritivo e empírico à reflexão sobre a ideologia, englobando os seus dois aspectos principais, controversos: em primeiro lugar, como designação funcional de um conjunto de valores, de idéias empiricamente inteligível, tendo como

Tendo já sido identificado os principais eventos e\ou acontecimentos históricos, ligados ao projeto político do governo, cabe-nos, agora, retomar cada um deles com o objetivo de procurar apreender seus significados mais relevantes na literatura para, posteriormente, poder apresentar nossa leitura sobre quais circunstâncias ou condicionamentos os aspectos selecionados foram encaixados na proposta do governo com a intencionalidade de consolidar um projeto de desenvolvimento de identificação social funcional ao seu projeto de poder. Tentaremos alcançar esse objetivo na seguinte seção, realçando, desde logo, desembrulhando essas características por dentro do enredo historiográfico dos processos políticos de institucionalização territorial e econômicos de configuração do mercado local que motivaram e constituíram de forma associativa a relação social no Acre.

1.1. As motivações político-econômicas da formação histórica do Acre – a Revolução Acreana

O movimento geral dos interesses econômicos e políticos que orientaram as frentes de expansão em direção às desconhecidas terras acreanas e que levou à constituição do Território Federal do Acre, através dos acordos diplomáticos que puseram termo aos conflitos militares nas fronteiras entre Brasil, Bolívia e Peru, que, na historiografia local, começou com a Revolução Acreana, liderada por Luiz Galvez e Plácido de Castro, foi encerrado oficialmente com a ratificação do Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903, entre os governos do Brasil e da Bolívia e o Tratado de Ajuste de Fronteiras acordados com Brasil e o Peru, em 8 de setembro de 1909. O ponto essencial desse processo que nos interessa consiste na identificação de quais elementos pressionam ou pressionaram a constituição dessa unidade política e econômica centralizada, dotada de sentido, em um terreno classificado, a princípio, como desconhecido, destituída de população, de instituições, portanto, de qualquer sociabilidade ou história de si mesma. Trata-se de apreender o enredo político econômico desse território ¹¹ e a sua configuração social.

Os ventos alísios que aplainaram as embarcações dos primeiros exploradores europeus que se aventuraram na empreitada de colonização do Novo Mundo, ao qual a América Amazônia fazia parte, foram impulsionados por mentalidades fulgurantes de fundamento religioso, de que além-mar se encontraria novas rotas marítimas que o conduziriam a um paraíso terreal, um lugar exuberante, dotado de recursos naturais ilimitados, à espera para ser explorado. Tais visões prefiguradas foram descritas pelos primeiros viajantes que aqui chegaram carregadas de mistérios que se imiscuíam em indícios fantásticos permeados por miríades de contrastes, estranheza e verdor. O mesmo

função orientar os comportamentos políticos coletivos; em segundo lugar, a ideologia como falsa consciência das relações de domínio das classes de distorção do conhecimento da realidade (BOBBIO, 2004).

¹¹ Como foi dito anteriormente, estamos cientes que o Acre é parte integrante do Estado Nacional brasileiro enquanto unidade política federada, não se colocando, portanto, na condição de Estado nação. Ocorre que o Brasil se formou sob o dorso territorial da sua mesma extensão geográfica durante o período em que foi colônia portuguesa, não incorporando quaisquer outras áreas que estivessem fora desses limites. O Estado do Acre foi um dos poucos casos de anexação territorial depois da independência política do Brasil, em 1822. Por essa razão, justifica-se analisar o recente processo de sua formação histórica, pois, se é possível a associação, assemelhou-se aqueles do início do século XIX de consolidação dos estados e economias nacionais, uma vez que significou conflitos armados entre países, a definição política de um território, centralização econômica, conformação social de sua gente a vínculos de enraizamento locais.

pensamento eurocêntrico que avistava uma natureza inóspita verdejante em sua juventude, habitada por animais selvagens e gentes de comportamento descomunal, de força natural e humana, de inestimável beleza desvanecia pelo contraste daquela monstruosidade dos ambientes enormes e a selvageria das práticas canibais dos nativos; a paisagem paradisíaca esplêndida do horizonte descoberto que inebriava a visão dos exploradores reivindicando uma dádiva divina superior, cedia rapidamente espaço ao medo daquele deserto cheio de selvageria e perigos geográficos.

De igual modo, a ocupação da Amazônia, e particularmente, do Acre, foi tributária dessa visão prefigurada de muitas riquezas. A profecia do Eldorado – homem dourado¹² – que alimentou a atração dos europeus de promessas de um Novo Mundo, depositário de recursos minerais preciosos também contagiou aqueles que se dirigiram para o extremo oeste da região amazônica. Os primeiros a ensaiarem a exploração dos recursos na região foram as concessionárias inglesas, começando com o intercâmbio das atividades de caça, pesca e agricultura rudimentar com os nativos. No Xingu, os holandeses deram início à produção de cana de açúcar e, em 1616, os portugueses fundaram a cidade de Belém “e aí estabeleceram o cultivo de cacau, cana, algodão, arroz, café, apoiado no trabalho dos indígenas” (Lima, 1943, p. 58).

Araújo Lima (1943), em seus registros, fornece informação de que a exploração das atividades produtiva na região amazônica, os cultivos agrícolas, permaneceram efervescentes até o momento em que ocorreu a ampliação do sistema comercial europeu, a partir de 1850, aproximadamente, quando o comércio da borracha passou a exercer maior atratividade econômica. Como a base do sistema comercial que integrou a Amazônia ao mercado mundial europeu era constituída pelo crédito, isto é, o intercâmbio de mercadorias (matéria prima, produtos, e bens industrializados), intermediado pela ausência da moeda, a crescente prosperidade dos negócios da borracha limitou a esfera da produção exclusivamente à produção da borracha, interditando com isso a produção agrícola, a fim de nutrir o máximo de lucratividade comercial decorrente do fornecimento de mercadorias industrializadas para o aviamento dos trabalhadores nos seringais em troca da produção das pélas de borracha.

Mas embora as terras acreanas tenham permanecido sob relativo alheamento sem que nenhum dos três países, Brasil, Bolívia, Peru, onde elas se localizavam, reivindicasse seus domínios ou tomasse qualquer medida de controle fronteiriço sobre as mesmas – o que deixou essa região sem barreiras nacionais e desprotegidas dos avanços de povos estrangeiros – a atração pelos produtos naturais conduziu ao reconhecimento dos afluentes do rio Solimões, e deste, à penetração e descoberta dos rios Juruá, Purus, e Aquiri. O isolamento geográfico e as incertezas sobre as posses de suas terras, não impediu que os

¹² Werner Sombart revela que foi depois dos descobrimentos de Colombo, quando a Europa ouviu, admirada, a narração das aventuras na terra dos mares do Novo Mundo, que se propagou à história de uma nuvem de ouro, caindo nas mãos de quem se dispunha a procurá-la. E o ‘conto maravilhoso do príncipe recoberto de metal precioso, Eldorado, - país de ouro – no fim declarado e tácito de todas as expedições. As pesquisas históricas esclarecem que a palavra Eldorado provém de uma contração de ‘el hombre dorado’, mito que mergulha raízes numa prática de exorcismo pagão dos índios da aldeia de Guatavitá, nas montanhas de Nova Granada. Explicaram ser um costume pré-histórico daqueles indígenas, reproduzido na escultura. Em certo dia, o chefe da tribo, untava o corpo de um índio escolhido para a cerimônia, com uma goma especial, e os companheiros polvilhavam-no de ouro em pó, transformando o jovem guerreiro em ‘el hombre dorado’. Em seguida, o conduziria numa balsa até o meio do lago onde ele era lançado às águas, desaparecendo nas profundezas. Os deuses transformaram o sacrifício do homem dourado em graças para a tribo (TOCANTINS, 2001, p. 103-104).

brasileiros amazonenses fossem os pioneiros a adentrarem seus limites, à procura de mananciais de seringueiras para realização do trabalho de extração do látex.

A prosperidade dos negócios da borracha que florescia nessas terras acreanas explorada pelos amazonenses, deixou os bolivianos desconfiados de que os brasileiros estivessem transacionando ilegalmente, nas cercanias de suas fronteiras, em terras nacionais da Bolívia. Os peruanos que também mantinham passagem por estas áreas, pelo lado das cabeceiras do rio Juruá começaram alegar serem estas extensão de suas fronteiras nacionais. O conflito político¹³ sobre os direitos das terras acreanas, portanto, instala-se internacionalmente e o impasse recobre uma fronteira trinacional. Os interesses políticos de institucionalização da posse das terras acreanas, portanto, definem-se de forma conciliável com o interesse econômico da borracha; os negócios do governo provincial amazonense se combinam com as motivações do comércio local e o mercado mundial.

No plano mais geral, essa vinculação da relação entre economia e política definida pela “questão do Acre”, se expressa explicitamente pelo problema político da indefinição das fronteiras nacionais e da completa desregulamentação do controle do circuito comercial nestas áreas constando o postulado de que os espaços de mercado desde o seu momento embrionário de constituição requerem mecanismos políticos de estruturação administrativa do seu processo de intercâmbio (regulação das fronteiras de trocas, direitos do circuito comercial), caso contrário, a indefinição dos domínios de circulação das trocas econômicas, em limites inconclusos, abertos e descentralizados, tendem a produzir a instabilidade do saque, da guerra, da barbárie e do salve-se quem puder.

A luta revoltosa pelo direito de posse das terras acreanas instaurada na tríplice fronteira tem seu ponto de origem dessa situação de indeterminação do espaço de mercado sem limites de dos domínios políticos territoriais onde ele se desenvolvia. Apesar dos governos da Província do Amazonas de 1852 em diante procurarem estender sua jurisdição para além de suas fronteiras provinciais, estimulando comerciantes a financiarem navegantes para adentrarem nessa zona desconhecida, à procura de novas áreas de exploração de borracha para estabelecer aí colonização voltada para a extração de seringa, ao mesmo tempo, que intencionavam estabelecer o controle da circulação de mercadorias e dos seus tributos associados, eles expandiram sua administração sem conhecimento ou garantia de domínio oficial, pois embora estas terras permanecessem desconhecidas dos três países limítrofes, as mesmas pertenciam diplomaticamente à Bolívia, previstas pelo Tratado de Ayacucho de 1867, que reconhecia os termos de posse deste país andino¹⁴.

¹³ Não interessa aos propósitos deste trabalho retomar em profundidade todos os interesses inerentes às disputas diplomáticas que levaram a formação do Acre, pois esse assunto já está bem descrito pela literatura acadêmica. Nossa intenção é de reconstruir as bases da formação político-econômica do Acre, do ponto de vista das relações que os processos políticos desencadeados estabeleceram com os rumos do desenvolvimento regional e de como foram influenciados pelos interesses da economia da borracha. A leitura dessa relação ajuda a entender o governo Jorge Viana. Sobre a história mais geral da constituição do Acre consultar, dentre outros, Augusto MEIRA (1913, reed. 1998); Genesco Castro (1930, reed. 1998); Cláudio de Araújo LIMA (1973); Craveiro COSTA (1973, reed. 1998); Leandro TOCANTINS (2001 vol. I, II; 1998); Glimedes Rego BARROS (1993); Carlos Alberto Alves de SOUZA (1995).

¹⁴ Os bolivianos, cabreiros por essa movimentação se desenrolar nas proximidades de suas fronteiras, despertam para averiguação dos limites geográficos da referida área. O Coronel José Manuel Pando, adversário político do presidente da Bolívia Anicete Arce, ficou interessado no assunto e veio investigar o que estava se passando. Munido de instrumentos de medição fez cálculos e concluiu que as terras em disputa pertenciam aos bolivianos, pois estavam dentro dos limites geográficos previstos pelo Tratado de Ayacucho (1867) que reconhecia os termos de posse da Bolívia. O Tratado de Ayacucho havia sido homologado pelo

Mesmo assim, Costa (1998) comenta que o comércio com os rios Acre, Purus e Iaco, nesta época, já servia ao comércio de Manaus e Belém, e, em 1865, a Província do Amazonas “jurisdicionava tudo aquilo, tranquilamente, sem reclamações, concedendo lotes de terras com títulos definitivos ‘ao sul da linha ideal do Beni ao Jaquirana’ e a comarca de Antimari estendia seus limites muito além do paralelo da confluência do Beni com o Mamoré. O mesmo fenômeno de expansão econômica e administrativa operava-se no Rio Juruá e seus maiores tributários” com o povoamento dos seringais e implantação das instalações da indústria de extração de borracha (COSTA, 1998, p. 26).

Nesse sentido é que Tocantins (1998, p. 32) relaciona a ação governamental com a atividade do comércio, enquanto esforço catalisador do impulso à produção da borracha nas terras acreanas, quando comenta que Serafim da Silva Salgado, por exemplo, a mando do presidente da Província do Amazonas foi um dos primeiros a revelar as terras acreanas, seguido pelo mestiço amazonense Manuel Urbano da Encarnação e o paraense João da Cunha Correia, considerados os verdadeiros exploradores das atuais terras que constituem o Acre. No ano de 1861, Manuel Urbano da Encarnação subiu o rio Alto Purus, passando pelos afluentes Acre ou Aquiri, Mucuim, Yaco, Aracá (Chandless) e Ituxi e João da Cunha navegava pelo Alto Juruá e os afluentes Tarauacá, Juruá-Mirim. O mesmo autor registra também uma carta enviada pelo cearense João Gabriel Carvalho e Mello, o primeiro a estabelecer-se na região do Rio Acre (Carta de Campinas de 11-09-1975) ao Visconde de Santo Elias, em Belém do Pará, solicitando mantimentos para assegurar a posse da terra, a fim de manter a grande produção de borracha, (TOCANTINS, 2001, p. 15; COSTA, 1998).

Não resta dúvida que esse processo de intensificação das navegações por estas terras em busca de áreas de seringueiras para exploração de borracha também foi influenciado diretamente pelas descobertas científicas em torno da utilização da borracha como matéria-prima para produção de artefatos industriais de distintos usos, principalmente para a indústria automobilística, farmacêutica, bélica e de vestuário. As descobertas do processo de vulcanização por Thomas Hancock, na Inglaterra, em 30 de maio de 1844 e Charles Goodyear, nos EUA, em 15 de junho deste mesmo ano, deram à borracha mais resistência, impermeabilidade e elasticidade, e a tornaram indispensável à sociedade industrial (BENCHIMOL, 1977).

Anteriormente, o desenvolvimento tecnológico dessa matéria prima para seu uso em escala industrial foi iniciado pelos franceses que haviam tomado conhecimento de uma resina viscosa, chamada de *cautchouc*, proveniente de uma árvore conhecida como *héve* pelos nativos de Quito, desde o ano de 1736 quando La Condamine, expedicionário

Tratado de Santo Ildefonso (1777) que por sua vez fora ratificado pelo Brasil no qual reconhecia a legitimidade de domínio das terras pelos bolivianos, sob o fundamento do antigo Tratado de Madri (1750) estabelecido entre Portugal e Espanha, verdadeiro modelador dessas fronteiras, que localizava a linha Leste-Oeste entre os rios Madeira e Javali, indo até encontrar a margem oriental do Rio Javari, portando, pertencente à Bolívia. No ano de 1895, Frederico Diez Medina, ministro da Bolívia no Rio de Janeiro, protocolou junto ao Ministério do Exterior do Brasil, no exercício de Carlos Carvalho, documento de reconhecimento da posse dos bolivianos pelos tratados anteriores (TOCANTINS, 1998). Em 3 de janeiro de 1899, sob ameaça de contestação dos limites por parte do ministério do exterior brasileiro na pessoa de Dionísio Cerqueira, o Ministro da Bolívia José Paravicini foi ao Rio Acre e fundou o povoado de Puerto Alonso, e aí estabeleceu instalações alfandegárias, definiu procedimentos de navegação, posse de terras, e legislação judicial (TOCANTINS, 1998; COSTA, 1998; BARROS, 1993)

francês, enviou uma amostra desta seiva, que segundo ele mesmo havia constatado, era utilizada para iluminação, impermeabilizar vestimentas, além de outras aplicações domésticas como no fabrico de “botijas de formato de peras, sapatos, bolas” (COSTA, 1998, p. 43-44). Como consequência, em 1878, as terras acreanas já haviam ganhado grande importância na produção de borracha natural (TOCANTINS, 1998) e a corrida política e econômica, pela conquista dos direitos de comércio desse produto, abertos como estavam para os três países fronteiriços desencadearam as lutas diplomáticas entre três nacionais envolvidas.

Esse entrelaçamento entre os governos e o poder político, segundo Giovanni Arrighi e Beverly Silver (2001), que se estendeu ao intercâmbio triangular vindo a interligar o comércio de manufaturas da Europa, as comunidades de escravos da África e os colonos da América, formando um circuito comercial cada vez mais integrado, é característica do sistema econômico mundial daquele período histórico representado pelo sistema mercantilista cujo aspecto principal consistia na ação das companhias de comércio “que eram organizações meio governamentais e meio empresariais, licenciadas por governos europeus, para agir em seu nome no mundo não europeu, numa época em que as nações da Europa eram ainda fracas, pelos padrões históricos mundiais” (p. 107). No caso da região amazônica, especialmente, a integração a este sistema se operou através da inter-relação do governo da Província do Amazonas com comerciantes locais que deu impulso e estimulou aos primeiros exploradores a aventurarem-se pelas terras acreanas. A articulação entre o comércio e poder dos governos direcionada, numa ponta, para gerar receita tributária (impostos territoriais) e de investimentos (produtos de manufaturas) para subsidiar a administração governamental, e, na outra, para expandir os negócios mercantis, foram os traços específicos que caracterizaram esse sistema mercantilista que se expandia desde o século XVI, a partir do epicentro europeu.

A lógica interna subjacente de lucro e proteção desse sistema funcionou como seu principal limitante pelo lado dos países hegemônicos e expansivo, no caso dos territórios dominados. Nos países centrais de onde ela se originava, por exemplo, a subsistência conteve a expansão lucrativa das suas cidades florescentes, mas nos países não europeus o mesmo impulso pela lucratividade prevaleceu sobre os países colonizados, gerando um circuito comercial virtuoso\vicioso de abastecimento das indústrias dominantes e exploração das áreas dos colonos subordinados. Os níveis abusivos dos preços dos produtos industrializados, que vão vigorar na cadeia de intermediação das trocas comerciais com os seringais produtores de borracha, constituem exemplo significativo do aspecto lucrativo do intercâmbio mercantilista de longa distância.

Esse mesmo raciocínio é encontrado em Polanyi (2000). Segundo ele, o mercantilismo enquanto sistema político econômico, foi uma política deliberada dos estados centralizados europeus emergentes com o objetivo de estreitar o vínculo entre o mercado local e o comércio de longa distância que operavam em paralelo e de forma não-competitiva até aquele momento, mas que se desenvolveu resguardando a economia da comunidade com rigorosos mecanismos estatais de intervenção para proteção dos produtos de necessidades primárias, como os suprimentos alimentares, a fim de controlar o nível de preços, articulando as trocas comerciais pulverizadas localmente e instrumentalizando a ligação entre campo e cidade, de modo a unificar os interesses comerciais para investir na expansão do comércio dos produtos além mar, que preparou o terreno para a constituição do mercado interno dos países centrais. No caso específico da política externa, era necessário um poder soberano para prepararem os povos atrasados a se organizarem para o

comércio e os negócios, “a nova política, estatal mercantilista envolvia a disciplina dos recursos de todo o território nacional para os objetivos de poder nos assuntos externos” (ibid, p. 86).

É dentro desse cenário mais amplo, com relações de mercado, inscritas no sistema econômico mercantilista de trocas além mar, que a expansão econômica e populacional em direção às terras acreanas, se enquadra. Mas se por um lado, o mercantilismo foi um sistema econômico amplamente regulado pela política estatal dos países europeu de onde ele era extraído para assegurar a estabilidade dos seus mercados internos correspondentes, foi porque ele encontrou na política externa de navegação e descobrimentos de rotas comerciais inexploradas, a fórmula para estabelecer monopólios mercantis e impor um comércio de espoliação contra os povos agrários estrangeiros. Assim, que o mercantilismo alimentou o tráfico e o comércio de negros africanos, arregimentando seus braços para o trabalho escravo nas colônias recém instaladas no Novo Mundo, onde se inclui também o Brasil, explorando especiarias exóticas diversas, ouro, produtos extrativos, madeiras, e produtos agrícolas como açúcar, café, cacau (OLIVEIRA, 2005).

Naqueles lugares onde o tráfico de africanos não prosperou, como na Amazônia, a solução foi tentar instrumentalizar a mão de obra das populações autóctones, indígenas, complementando-a, quando houvesse necessidade, com a promoção de frentes pioneiras de exploração, acompanhadas por fortes processos migratórios de deslocamentos humanos, os quais foram submetidos as mais severas condições de trabalho compulsório e onde as trocas comerciais empreendidas foram marcadas pela exploração sistemática na esfera da circulação das mercadorias. O ponto de apoio político para esse sistema comercial de alcance internacional funcionar nas regiões estrangeiras foi encontrado nas autoridades comerciais e políticas locais que passaram a operar como caixa de ressonância das intermediações de tal sistema, em nível localizado.

É essa razão comercial e política subscrita ao mercado da borracha que desencadeia os conflitos territoriais pelo domínio das terras acreanas, pois segundo a linha de nossa argumentação as formações mercantis, os espaços de mercados sempre requerem o entrelaçamento com os domínios políticos, inclusive para dar organização aos negócios comerciais, sob bases territoriais sólidas administrativamente. Nesse sentido, os brasileiros amazonenses exploradores, dos seringais em zonas bolivianas, quando viram ameaçados seus interesses comerciais, e considerando que os tratados diplomáticos resguardavam legitimidade de posse à Bolívia, com a fundação do povoado de Puerto Alonso e o estabelecimento de postos alfandegários pelo Ministro boliviano José Paravicini, dão início à disputa armada aproveitando-se das vicissitudes que os marcos da fronteira Brasil-Bolívia deixava antever como o fixado pelo protocolo de 19 de fevereiro de 1895, onde se dissemina dúvidas sobre a localização exata do ponto principal da nascente do rio Javari, base para a demarcação de seus limites (COSTA, 1998, p. 29). As autoridades políticas da Província do Amazonas, diante da ameaça iminente de contenção dos seus dividendos fiduciários, derivados das arrecadações de tarifas do comércio da borracha e os donos do dinheiro da borracha ameaçados de terem seus negócios confiscados pelos bolivianos, se juntam, no âmbito regional, para fazer frente ao avanço da Bolívia. Como a Província do Amazonas não podia assumir declaradamente uma investida contra os bolivianos, pois a Presidência do Brasil reconhecia a legitimidade de posse à Bolívia, ao que pese a hipótese de dúvida sobre os limites fixados, o governo amazonense age dissimuladamente para insuflar os ânimos dos patrões seringalistas para contestarem o domínio boliviano, que foi

restabelecido em 23 de outubro de 1898, com a instalação de uma alfândega no rio Acre pelo consentimento das autoridades brasileiras.

O que estava em jogo para a Província do Amazonas, declaradamente, se referia ao controle da produção da borracha e o direito pelos impostos daí advindos. Costa (1998, p. 40 e 48) registra que em “... 1899, produzia o território do Acre mais de 60% da borracha amazonense, ou mais de 12.000 toneladas, trabalho exaustivo dos brasileiros que por lá viviam, milhares deles definitivamente localizados em vastas propriedades demarcadas e legalizadas pelo Estado do Amazonas (...). Esse território concorria com 50%, mais ou menos, da borracha que saía pelo porto de Manaus, isto é, o trabalho acreano dava ao Estado do Amazonas quase a metade da sua receita anual”.

No dia 1 de maio de 1899, o advogado cearense José de Carvalho, secretário da Prefeitura Municipal de Manaus, apoiado pelo governo do Estado do Amazonas, Ramalho Junior, juntou empresários locais da borracha e dirigiram-se para Puerto Alonso a solicitar a retirada dos bolivianos. Mas nada puderam fazer contra a presença boliviana, a não ser regressarem para Manaus. No manifesto de 1º de maio de 1899, assinado por cinquenta pessoas, a maioria seringalistas, reivindicava-se a saída da representação boliviana: “o povo brasileiro, representado por nós abaixo-assinados, solidariamente responsáveis, no uso de sua alta vontade revoltada, vem intimar-vos para que abandoneis o governo ilegal que vos achais exercendo atualmente neste território, desbravado, habitado e hoje defendido, por milhares de brasileiros, que até vossa invasão aparentemente ilegal viviam à sombra das leis de seu país e nelas confiavam” (Carvalho, 2002\1904 apud MORAIS, 2008, p. 63).

Não tardou muito, o Governador Ramalho Junior valeu-se do jornalista Luis Galvez Rodrigues de Arias, natural da Espanha, que havia sido atraído pelo auge da economia da borracha, à região. Inserido nos meios políticos e sociais percebe o interesse do Governo do Amazonas em garantir o controle do Acre. Conhecido por sua habilidade e astúcia, embora sem nenhum conhecimento em conflito armado, insinuou ao governo interesse em levar adiante o empreendimento com a finalidade de assegurar a presença política do Amazonas nas terras acreanas. Mais motivado pelos interesses econômicos que poderia aferir e de posse da informação de que os bolivianos estavam com acordos tácitos com os EUA para garantir o domínio efetivo do Acre à Bolívia, o governo do Amazonas é incitado a fazer proposta de financiar uma expedição armada liderada por Luis Galvez, disfarçada de expedição comercial de exploração da borracha. Costa (1998, p. 55) confere as cifras da expedição e registrando, faz as contas: “pela documentação conhecida, as nossas despesas para pacificação do Acre ascendiam a 1.200:000\$000 (milhão de reis). Só a Luis Galvez, para pagamento das despesas feitas com a revolução, o Amazonas entregou, por seu delegado, o dr. Lopo Neto Rs. 690:000\$000, conforme recibo do chefe revolucionário, em meu poder (...) Galvez reúne-se e pede a todos os seus homens que o acompanhem – eram 24 ao todo. Compram 20 rifles Winchester, 2.000 balas, revólveres e punhais, abundantes provisões, embarcando com a sua pequena tropa no vapor ‘Cidade do Pará’, da firma Marques Braga, fingindo que iam se dedicar a exploração da borracha”. Em 19 de junho chegou com seus homens na entrada do rio Pauini, continuando viagem na lancha São Miguel até chegar ao Antimari, e daí a São Jerônimo, aportando em Puerto Alonso, em 4 de julho de 1899. No dia 14 de julho deste mesmo ano, vitorioso, Luiz Galvez proclama o Estado Independente do Acre, na vila Empresa, acima de Puerto Alonso, e se auto-intitula o seu Presidente (TOCANTINS, 1998; COSTA, 1998).

Como a Presidência do Brasil permanecia alheia ao processo de ocupação do Acre por brasileiros, nunca admitindo a possibilidade de considerá-lo nacional, porque o tinha como boliviano pelo ajuste diplomático de 1867 (Acordo de Ayacucho) que dava ciência por parte do Brasil, do domínio Boliviano das terras situadas ao sul da linha Javali-Beni, por essa razão, o Presidente Campos Sales, quando informado sobre a rebelião que havia criado o Estado Independente do Acre, dá ordens aos ministros da Marinha e da Guerra para irem ao Acre extinguir pacificamente o Estado que havia sido constituído. No dia 15 de março de 1900, Luis Galvez é destituído da Presidência do Acre, deportado para Recife-PE e de lá transferido para a Europa, com sua saúde gravemente afetada por impaludismo. Os bolivianos tendo restituído o seu domínio político, passaram a estabelecer novamente sua presença em Puerto Acre (TOCANTINS, 1998).

Nova investida contra os bolivianos foi então organizada pelo governador do Amazonas, Silvério Neri. No dia 16 de novembro de 1900, a expedição Floriano Peixoto, também conhecida como Expedição dos Poetas, devido agregar em suas tropas, escritores, poetas, jornalistas parte a bordo da gaiola Solimões em direção a Puerto Alonso, sob o comando do jornalista Orlando Correa Lopes. Mas a operação fracassou. No confronto de 24 de dezembro de 1900, os bolivianos encurralaram os poetas e forçaram a regressar para Manaus (TOCANTINS, 1998; COSTA, 1998).

O Ministro das Relações Exteriores da Bolívia, Felix Aramayo, observando que a situação do Acre tornava-se insustentável, procura a embaixada inglesa para estabelecer um acordo de arrendamento das terras pertencentes à Bolívia. Através da criação do Bolivian Syndicate “que tinha o objetivo de administrar e explorar as riquezas naturais do Acre, por um período de 30 anos (...) sendo 60% dos lucros para a Bolívia e 40% (...) para os banqueiros anglo-norte-americanos” (TOCANTINS, *ibid.*, p. 41). Com essa medida, os bolivianos pretendiam definitivamente garantir o domínio político e econômico de suas terras, mesmo abrindo mão de sua soberania nacional, mediante esse protocolo firmado entre os governos Inglês, EUA, e Bolívia.

A possibilidade de constituição da companhia comercial Bolivian Syndicate, associado à especulação do cientista Luiz Cruls, diretor do Observatório Nacional do Rio de Janeiro, que admitiu a possibilidade de parte das terras acreanas também pertencerem ao Brasil, insuflou os ânimos do Governo brasileiro que, agora, de posse de subsídios mais consistentes passou a considerar inconseqüente a ingerência internacional que poderia advir da ação do Bolivian Syndicate, inclusive, se caracterizava como uma ameaça à independência das nações latino-americanas, contudo, ainda se mantinha politicamente consciente da validade do domínio boliviano.

Diante destes fatos, o governo do Amazonas movimenta-se novamente. O Jornalista Rodrigo de Carvalho, no ano de 1902, encontra-se com José Plácido de Castro, agrimensor, que estava em Manaus para fazer tratamento de sua saúde debilitada, nos trabalhos de medição nos seringais do rio Purus. Com bons antecedentes nas frentes de guerra, no sul do país, aceita o convite do governo do Amazonas para chefiar expedição de conquista do Acre. Antes, porém, de sair com suas tropas para combate, José Plácido de Castro realiza viagem ao Acre para mobilizar os seringueiros e patrões seringalistas com o objetivo de despertar sentimento de patriotismo e pertencimento das terras em que essa gente vivia. Estuda a geografia da região, junta os homens mais combatentes e prepara os recursos materiais para a expedição. No seu diário (CASTRO, 1930, reed. 1998) fazendo referência à composição da companhia comercial (Bolivian Syndicate), é possível detectar a análise que faz da situação do Acre e de como a utiliza para fazer o chamamento de resistência e

mobilização dos acreanos, inculcando ânimos de patriotismo e pertencimento nacional àqueles interessados em participar na frente de combate em defesa do Brasil.

“era uma completa espoliação feita aos acreanos. Veio-me à mente a idéia cruel de que a Pátria brasileira se ia desmembrar, pois a meu ver, aquilo não era mais do que caminho que os Estados Unidos abriam para futuros planos, forçando-os, inclusive o Acre. Qualquer resistência por parte do Brasil ensejaria aos poderosos dos Estados Unidos o emprego da força, e a nossa desgraça em breve estaria consumada” (CASTRO, p. 43).

O extrato do diário de José Plácido de Castro coloca um novo elemento para recobrir as motivações econômicas e políticas na medida em que os reveste com a indumentária do apelo de pertencimento e patriotismo nacional para adicionar à disputa pelas terras acreanas, em litígio. Com o esgotamento e indeterminação dos tratados diplomáticos dos países, dos seus acordos e protocolos administrativos, o conflito se estendeu para a resistência armada, para o confronto direto nas trincheiras de Puerto Alonso. No entanto, pelo lado das autoridades brasileiras nacionais, a luta pelo direito das terras acreanas era um ato simplesmente ilegal. Os patrões seringalistas e os seringueiros arregimentados, bem como as personalidades políticas dos governos do Amazonas, a princípio, lutavam para conquistar o controle das terras acreanas, mais motivados pelo fisco, muito embora estivessem acoplados a ele certos arroubos patrióticos de sentimento nacional. O que de fato se põe mais verificável acerca da questão acreana, pelo interesse dos brasileiros amazonenses, conforme os dados disponíveis, se refere ao controle pela circulação das mercadorias, o domínio pelo sistema de impostos, administração das alfândegas, pelo comércio de aviamento, e também à garantia da base material, instalada nos seringais, às estradas de seringa, todas as terras e benfeitorias materiais e produtivas aí instaladas de propriedade de comerciantes e exploradores brasileiros, amazonenses, paraenses e demais nordestinos.

Os donos do poder (governos do Amazonas) e os donos do dinheiro (comerciantes da borracha) embora já tivessem feito alianças para alcançar esse objetivo, garantir o controle do novo mercado em expansão nas terras acreanas, os interesses políticos acionados, permaneciam enredados no circuito estritamente comercial. O fato de ter sido proclamado o Estado Independente do Acre (e não uma unidade Federada do Brasil) por duas vezes consecutivas e foi duas vezes também dissolvido pelo governo central, sugere que a questão acerca da brasilidade por alguma razão, embora estivesse colocada no jogo das disputas comerciais, como depõe o diário de Plácido de Castro, mesmo estando à revelia do consentimento da União, não operava como componente nacional determinante de engajamento e motivação, senão que estava subordinada pelo objetivo primaz de domínio daquelas terras, principalmente de interesses amazonenses. A expedição liderada por Luis Galvez e Plácido de Castro, como sinaliza Castro (1998) saiu com o objetivo bem explícito de garantir a presença do Amazonas no local e ganhar tempo para que o governo de Manaus pudesse tecer os fios que lhe dessem legitimidade para estender seu poder discricionário àquele mercado acreano em formação, tanto que saiu disfarçada de expedição comercial.

Se até essa etapa predominou o interesse comercial e político da Província do Amazonas pelo controle sobre a circulação de mercadoria, das trocas econômicas da indústria extrativa, da circulação dos transportes, do sistema de impostos e fiscalização,

controle das fronteiras políticas dessa área com a presença do fisco, como indicou as constantes frentes de combate com os bolivianos, aos poucos, esse interesse foi se disseminando para despertar um mínimo de sentimento nacional que fosse funcional a conquista do território, nossa hipótese pelos registros apresentados é que no caso do Acre, o componente de pertencimento nacional (e depois local) esteve latente nos primeiros momentos de sua história, mas esteve sempre submerso ao interesse comercial particular de amazonenses e paraenses, bloqueado nacionalmente pelo respeito diplomático da legitimidade do domínio boliviano. José Plácido de Castro talvez tenha sido, entre os heróis oficiais, o que mais procurou acender e relacionar a chama da conquista do Acre a um processo mais amplo de pertencimento nacional, estabelecendo o vínculo com a consciência nacional e segurança do país quando advertiu sobre a possibilidade de intervenção internacional por parte dos ingleses e norte americano, caso fosse firmado o acordo de constituição do Bolivian Syndicate. Por outro lado, o engajamento explícito das companhias comerciais amazonenses e paraenses, assim como a procedência dos trabalhadores em atividades naquelas mesmas terras, de outras regiões do país, apontavam para a ausência ou inexistência de qualquer possibilidade de elementos culturais de identidade localizada, naquele momento, com exceção do idioma brasileiro.

O uso de termos como patriotismos, autonomia e independência política, para referir-se a ocupação estrangeira reivindicados por ele, seu empenho em preparar um exército adestrado e hábil para o combate, que conhecesse o terreno de combate, demonstrou sua preocupação em conquistar um Acre que fosse brasileiro, embebido pelo sentimento nacional. Não figurava sob nenhum aspecto provável, um sentimento de “ser acreano” que definisse uma idiosincrasia do homem local. A relação com a natureza, muito menos, não se apresentava como dispositivo de nossas raízes, definidora do sentimento de “acrianidade”. Isso não estava colocado àquela altura, posto que a questão pertinente da vez que recobria toda a região amazônica, brasileira ou não, despertava apenas a grande aventura da motivação pelo valor econômico contido na exploração dos recursos naturais.

O sentimento de acreano, se é que havia algum sentimento de acreano entre aqueles nordestinos desterrados e totalmente desabitados nessas terras, estava ancorado no sentimento mais geral de pertencimento à pátria brasileira, recém constituída, do sentimento de falar a mesma língua e de viver entre gente de perfil semelhante, marcado por um clima e espaço geográfico similares. A nomeação de acreano para aquela gente, recém-chegada, se referia estritamente à localização geográfica daquelas terras designadas como acreanas que, por extensão, passou a classificar também aquelas pessoas que as habitavam, das mais variadas matizes, nordestinos, cearenses, portugueses, sírios, libaneses.

A observação do boliviano Dom Lino Romero, Delegado Nacional em Territórios de Colônias, a respeito das reticências que tinha da situação do Acre, salienta essa perspectiva pela visão do estrangeiro boliviano, os traços que naquela época caracterizavam os brasileiros residentes em terras bolivianas. O teor da carta de Dom Lino Romero enviada ao presidente da Bolívia, foi escrita nestes termos: “o Acre é nominalmente da Bolívia, porém, materialmente é do Brasil. Tudo contribui para isso: a imensa distância e obstáculos que o separam do resto do país, a gente estranha que o povoa, a falta de vias de comunicação dentro do mesmo território, e, finalmente, a impossível adaptação de nossa raça a este clima mortífero” (TOCANTINS, 1998, p. 48).

Podemos aludir que foi com esse espírito de sentimento de nacionalidade que José Plácido de Castro embrenha-se no combate de 6 de agosto de 1902, sob a neblina que cobria a Vila de Xapuri. Na madrugada de véspera das comemorações da Independência da Bolívia, Plácido de Castro conquista a Intendência boliviana, instalada naquela vila, sob o comando de Juan de Dios Barrientos. No dia 5 de outubro, o exército de Plácido de Castro rende as forças bolivianas localizadas no Seringal Empresa, hoje cidade de Rio Branco. Em 14 de outubro, após 108 dias de combate, todo o Acre, com exceção de Puerto Acre, onde estava localizado o quartel-general da Bolívia, havia sido conquistado por seus soldados. O combate final com os bolivianos deu-se, portanto, na localidade de Puerto Acre. Em 15 de janeiro de 1903, os combatentes abrem fogo. No dia 24 de janeiro, depois de duros enfrentamentos os bolivianos se rendem, e as duas partes assinam tratado de cessar fogo. Dom Lino Romero, Delegado Nacional em Território de Colônias, transfere as bases bolivianas para o domínio dos brasileiros. No dia 27 de janeiro de 1903, é constituído o Estado Independente do Acre, sendo aclamado como presidente José Plácido de Castro (TOCANTINS, 1998)..

Neste momento, o governo brasileiro sob a Presidência de Rodrigues Alves, através da diplomacia de Rio Branco, Ministro do Exterior do Brasil, estabelece, com os representantes bolivianos, protocolo firmando acordo de paz (*modus vivendi*), que foi assinado em 21 de março de 1903, pondo termo final para os litígios entre Brasil e Bolívia. Este pacto diplomático foi selado com a assinatura do Tratado de Petrópolis em 17 de novembro de 1903 que selava o referido protocolo. Com o Tratado de Petrópolis, o Brasil incorporou ao seu território 181.000 quilômetros quadrados de terra, em contrapartida, ficou responsável por construir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré para facilitar o trânsito comercial dos bolivianos pela fronteira com Mato Grosso. Além disso, se comprometeu a repassar 2.000.000,00 milhões de libras esterlinas para os bolivianos referentes ao pagamento das terras anexadas.

Desde então, o governo brasileiro institui o Acre como Território Federal pelo Decreto-Lei nº 5.181 de 7 de abril de 1904. Na condição de Território Federal, o Acre foi dividido em três departamentos, a serem administrados de forma autônoma e descentralizada, tendo seus representantes governamentais indicados diretamente pela Presidência da República: Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá. O Departamento do Alto Acre com sede, na cidade de Rio Branco, compreendendo a região dos rios Abunan, Rapiirran, Iquiri, Alto Acre ou Aquiri, e Alto Antimari. O Departamento do Alto Purus sediado em Sena Madureira e se estendendo pela região dos rios Iaco ou Hiuaco e com todos os afluentes deste, incluindo o Chandless, o Corunja até as cabeceiras dos mesmos rios. O Departamento do Alto Juruá com sede, em Cruzeiro do Sul, abrangendo os rios Tarauacá e seus afluentes, e pelo lado do Alto Juruá, incorporando o Moa, Juruá-Mirim, Amonea, Tejo e o Breu até as nascentes dos mesmos rios. Os referidos Departamentos¹⁵

¹⁵ Estes departamentos passariam por sucessivas alterações administrativas. No ano de 1912 com o Decreto 9.813/23/10/1912, o Departamento do Alto Juruá foi desmembrado, dando origem ao Departamento do Alto Tarauacá, com sede na vila/cidade de Seabra. O mesmo Decreto também deu estatuto a cinco novos municípios: Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, Tarauacá, Rio Branco, Xapuri. Em 1920, o Decreto 14.383/01/10/20 da Presidência da República, eleva o Acre à categoria de Território Federal. Em 1938, pelo Decreto 968/21/21/38 do Presidente Getúlio Vargas cria dois novos municípios. O município de Feijó, desmembrado do município de Tarauacá e o município de Brasília, pela divisão de terras do município de Xapuri. Agora, o Acre contava com sete municípios ao todo. Em 1943, o Decreto Lei 6. 163/31/12/43, muda o nome do município de Seabra para Tarauacá e o nome da cidade de Brasília para Brasília. Em 1957, o

seriam dirigidos por prefeitos nomeados diretamente pela Presidência da República (TOCANTINS, 1998; COSTA, 1998; FARIA DA SILVA, 2001; SIMIONE SILVA, 2003).

Morais (2008) considera que essa quadra da formação histórica do Acre constitui o ponto de origem, o mito fundador da identidade do acreano, cujo ícone foi a Revolução Acreana que propiciou a formação do Território Federal do Acre como resultado da luta daqueles que escolheram as terras acreanas para trabalhar e viver. O sentimento que habita este episódio é o do heroísmo, da ação destemida, o orgulho e coragem de defender estas terras pela entrega da própria vida no combate. Mas paradoxalmente à Revolução Acreana também teria inaugurado a gênese do ressentimento de abandono político do acreano, por parte das autoridades políticas nacionais, pela resistência em reconhecê-los como brasileiros no primeiro momento e, posteriormente, por tutelar os seus governos na figura do Território. Segundo a autora, a base da construção do **“mito da acreanidade”** está assentada na Revolução Acreana, que fundou também o **“mito do abandono político”** segundo o qual o governo federal havia relegado aqueles homens à condição de cidadão de **“segunda categoria”** em seu próprio país, após lutar para tornar aquelas terras bolivianas em terras do território brasileiro.

(...) o sucesso desse mito fundador diz respeito ao fato do Acre ter sido conquistado com os esforços e recursos próprios, ou seja, o exército de seringueiros venceu os militares bolivianos e, peruanos, sem a aquiescência do governo brasileiro. Assim, no final da Revolução, os brasileiros do Acre conquistaram o direito de se autodenominarem acreanos. A Revolução Acreana, para o historiador Marcus Vinícius é o mito fundador do Acre e da acreanidade, porque não é um termo aleatório, ele surge desse momento e a partir daí se identifica um território, um povo uma identidade, é tanto, que eles inventam o termo de acreanos históricos para os que aderiram à luta pelo Acre (MORAIS, 2008, p. 54).

Merecem destaque algumas observações sobre a Revolução Acreana, a respeito da fase de proclamação de Luis Galvez, em 1899, quanto a de Plácido de Castro, em 27 de janeiro de 1903, no que diz respeito aos propósitos que levaram à constituição do Território do Acre e ao sentido de identificação da gente que aí vivia. Em primeiro lugar, convém deixar bastante explícito que Luis Galvez e depois Plácido de Castro, de igual modo, estavam a serviço do Governo do Amazonas e por ele foram financiados, como deixamos constatado. Em segundo, independentemente de quem esteve à frente das expedições

deputado federal José Giomard Santos apresentou projeto pleiteando a elevação do Acre a categoria de Estado da Federação. Somente no ano de 1962 esse projeto foi sancionado pelo Presidente João Goulard. Até este momento, a administração municipal continuava sendo exercida por prefeitos nomeados pela Presidência da República. No ano de 1963, ocorreriam as primeiras eleições diretas para prefeitos e vereadores eleitos no município através do voto. No ano de 1976, o Acre passaria por uma outra divisão municipal, em que foram criados mais cinco municípios: Plácido de Castro; Assis Brasil, desmembrado do município de Brasília; Manoel Urbano, do município de Sena Madureira; e Mâncio Lima, desmembrado de Cruzeiro do Sul. Na década de 1990, em 1991, através do Decreto Lei 034/91, o Acre ganha mais dez municípios: Porto Acre, Bujari, Acrelândia, Epitaciolândia, Porto Walter, Rodrigues Alves, Marechal Taumaturgo, Jordão, Santa Rosa do Purus, Capixaba. As vilas de Jurupari, em Feijó, e Vila Extrema e Califórnia não foram elevadas ao estatuto de município ou por não ter participação mínima da população exigida (51%) ou por se situarem em zona de litígio, na fronteira estadual, caso de Vila Extrema e Califórnia, localizadas na fronteira do Acre/Rondônia (SIMIONI SILVA 2003 p. 78/81). Sobre o mesmo assunto conferir, dentre outros, GUERRA, 1951 e 1955/2005; REGO BARROS, 1993; TOCANTINS, 1998; COSTA, 1998; FARIA DA SILVA, 2001.

contra os bolivianos, se Luiz Galvez ou Plácido de Castro, o objetivo específico que os motivou foi um único e mesmo sonho: o de estender às terras acreanas a jurisdição e o controle da circulação e produção de borracha à Província do Amazonas. O interesse político e econômico se mesclava: o político era mais de natureza tributária e fiscal; o econômico buscava garantir e ampliar a produção da indústria da borracha.

O terceiro aspecto é que tudo isso se processava sem o endosso declarado da União pela simples razão de que a Presidência da República reconhecia a validade da posse das terras acreanas pela Bolívia decorrente do Tratado de Ayacucho e, portanto, não interessava indispor-se com as autoridades deste país por uma disputa de terras internacionalmente ilegítima, do ponto de vista da política diplomática. Não se tratava de desconhecimento da inexistência dos brasileiros que aí estavam nem das movimentações dissimuladas realizadas pela Província do Amazonas que tinha interesse naquelas áreas produtivas de borracha, pois os governos amazonenses mantinham contato informal com o Presidente do Brasil. O que se pode especular é que, talvez, fosse conveniente para o país manter a boa vizinhança com os bolivianos, no plano diplomático, sendo complacente com as investidas amazonenses, nas terras acreanas, que se configuravam como uma ação pontual de uma província, até que aparecesse algum acontecimento que justificasse uma tomada de posição mais direta do governo nacional para pleitear a posse das terras. Por essa razão, o governo brasileiro, quando ficou sabendo da criação do Estado Independente do Acre, 1899, por Luiz Galvez de Arias, ordenou tropas nacionais para dissolver imediatamente tal governo com a expatriação de Galvez para o seu país de origem e devolvendo as terras ao comando boliviano. O fato é que o governo nacional sempre considerou as terras acreanas como reconhecidamente de domínio boliviano, conforme constata a literatura disponível.

Nesse sentido, o elemento que consideramos importante foi o alargamento do sentido político que se projeta por cima da luta pela defesa das terras acreanas, dissipando a idéia de sentimento nacional, incitando o interesse brasileiro por esta zona, por uma questão de segurança do país, e, ademais, por tratar-se de uma área ainda de localização duvidosa nos limites bolivianos, podendo a mesma ser pleiteada pelos brasileiros, dada a antiguidade do uso em função da presença brasileira (*utis possidetis*). O motivo de Plácido de Castro se preocupar em construir uma argumentação que ligasse a situação vivenciada nas terras acreanas com a possibilidade de intervenção estrangeira na área através do Bolivian Syndicate, associando-a ao interesse nacional, de modo a procurar fomentar um sentimento de pertencimento à nação, de orgulho pela pátria, que recobrisse os valores estritos dos interesses comerciais da borracha, em certo sentido, amplia o escopo da luta ao âmbito nacional.

Ademais, o Estado Independente do Acre, proclamado por José Plácido de Castro, foi beneficiado pela nova conjuntura dos acontecimentos no país, com mudança da presidência brasileira de Campos Sales por Rodrigues Alves; pela iminente ameaça de intervenção internacional do Bolivian Syndicate; e, principalmente, pelo interesse do novo Ministro do Exterior do Brasil, Rio Branco, em promover a incorporação definitiva do Acre ao restante do país, através de uma ação política diplomática, o que explica a anexação definitiva do Acre ao Brasil. Isso coloca em questionamento e, de fato, representa a constatação mais emblemática da impotência da idéia de que os “acreanos conquistaram essas terras com esforços próprios”, pois encontra sua negação no desenrolar dos acontecimentos em que a evidência é o dado conclusivo de que a Revolução Acreana não tinha poder político para negociar a constituição de um Estado Independente do Acre

sem a intervenção direta da Presidência do Brasil, tanto é que Galvez foi extraditado por tropas federais e dissolvido seu governo e, se com Plácido de Castro, chegamos a Território Federal, foi porque o Ministro das Relações Exteriores negociou a compra dessas terras, embora de forma alguma, isso diminua o mérito das disputas realizadas anteriormente que puseram em evidência a questão deste território despertando simultaneamente o interesse nacional por ele.

Essas observações nos levam a fazer mais advertências sobre algumas idéias genéricas. A primeira é a de o “Acre escolheu ser brasileiro”, porque “por um lado, os que fizeram a Revolução Acreana não queriam ser bolivianos, como era dito no lema dos revolucionários: “já que não podemos ser brasileiros, resolvemos não ser bolivianos”. O que seria o caminho natural se não houvesse tido insurreições. A segunda é a máxima astuciosa de Galvez: “já que a Pátria não me quer criamos outra” como gênese do discurso fundador do Acre (MORAIS, 2008). Não custa constatar, nos dois casos, como vimos, à presença genérica da questão nacional, visto que a questão das terras acreanas emerge como uma problemática nacional entre os países da tríplice fronteira. Por outro lado, as pessoas que exploravam as terras acreanas eram de fato brasileiras, sendo um disparate não considerá-las como tal. Desse modo, antes de serem das terras acreanas eram brasileiros de outras regiões do país, e, na condição de brasileiros, não tinham poder para por adiante um Estado Independente à revelia das autoridades nacionais, pois todo o processo expansionista que os levou às terras acreanas havia sido impulsionado por forças nacionais através da Província do Amazonas e Pará, embora sem o consentimento explícito do poder central do país.

A lição geral que nos confronta durante todo o processo histórico, de formação do território acreano consiste nessa ligação enredada entre os interesses comerciais e políticos dos governos regionais associados ao alargamento do significado de pertencimento nacional. Nesse sentido, quando os conflitos entre Brasil e Bolívia foram finalmente solucionados, o Peru¹⁶ se levanta para reclamar também parte de terras pelo lado dos Rios Purus e Juruá, por onde faz fronteira com o Brasil, alegando que as mesmas pertenciam aquele país. Então foram constituídas comissões mistas para averiguação. Euclides da Cunha e o Gal. Berlamino Mendonça chefiaram os estudos de perícias. Embora em menor intensidade, ocorreu conflito armado no Alto Juruá, envolvendo brasileiros e peruanos. Mas depois de mais de cinco anos de negociações, em 8 de setembro de 1909, foi assinado o Tratado de Ajuste de Fronteiras entre Brasil e Peru. Com a nova configuração político-administrativa, o Território Federal do Acre passou a deter 152.000 Km². Em contrapartida, o Brasil cedeu quase 30.000 Km² pelo lado do Alto Purus e Juruá onde havia presença peruana.

Já na condição de Território Federal, no ano de 1912, o Acre passou por mais uma reforma administrativa. O Departamento do Alto Juruá foi desmembrando e se criou o Departamento de Tarauacá com sede na cidade de Tarauacá-Seabra. No entanto, a gestão administrativa continuava marcada pela descentralização política. No ano de 1920, o governo federal resolve centralizar a representação dos Departamentos através da figura do

¹⁶ A relação entre Brasil e Peru remota a 1851. Neste ano de 1851, os dois países assinaram a convenção Especial de Comercio, Navegação e Limites, com a seguinte redação: concordam as duas partes contratantes em que os limites do Império do Brasil com a República do Peru sejam regulados em conformidade com o *uti possidetis*; por conseguinte reconhecem respectivamente, como fronteira a povoação de Tabatinga; e daí para o Norte em linha reta, a encontrar o Rio Japurá, defronte do Apapóris e de Tabatinga para o Sul, o Rio Javali, desde a sua confluência com o Amazonas (Mello, 1990 apud MORAIS, 2008, p. 56).

governador Territorial, localizado na cidade Rio Branco, nomeado pela Presidência da República. De 1934 em diante, passa a haver eleições para escolha de representação territorial para o Congresso Nacional. Finalmente, em 14 de junho de 1962, o Território Federal do Acre é elevado à categoria de Estado Federal do Brasil, com a aprovação do Projeto de Lei Nº 4.070, de autoria do deputado federal, José Guionard Santos, no Congresso Nacional durante o governo de João Goulart, em 15 junho daquele ano.

Se dissemos que os processos políticos e econômicos que encontraram convergência, entre o governo e os interesses do comércio, para a formação do Estado Independente do Acre, do Território Federal do Acre, e finalmente do Estado do Acre, advieram do encontro dirigido pelos homens do poder da Província do Amazonas e mais tarde pelos donos do poder do governo brasileiro, articulados com os donos do dinheiro ou os patrões seringalistas e comerciantes originários do nordeste ou mesmo vindos do Amazonas ou de Belém, portanto convergências externas ao ambiente estrito do Acre, foi porque, naquele momento, o Acre não era constituído como um espaço geográfico dotado de interesse local econômico e político próprio, nem seus habitantes partilhavam de sentimento de pertencimento social, moldado por perfil específico de seu povoado, pois, à época, ainda vivenciava seu processo de ocupação e colonização, ainda sem vínculos mútuos de sociabilidade.

Essas ponderações levam-nos ao seguinte questionamento: em que sentido podemos dizer que os atos políticos que resultaram na constituição da unidade política do Território do Acre, sua delimitação administrativa e geográfica, por si só, despertaram um sentimento de identificação social, que podemos considerar como definição de uma forma idiossincrática, designada por um tipo específico de enraizamento social, o ser acreano, portador de características autóctones, ao ponto de falarmos da configuração de uma identidade social. Será que a formação da identidade social de um povo se satisfaz com a definição pura e simples da institucionalidade política do seu espaço territorial ou será que a camada de terra, sobre a qual determinada agregação social firma seus pés, não necessita sofrer um processo de sementeira dos seus sentimentos mais característicos, os enraizar na terra, em forma de um projeto de sociabilidade, para que a identificação social possa florescer e gerar frutos! Nossa pesquisa tende a apontar para essa segunda consideração, pois considera que a constituição de referências coletivas de determinada formação social se eleva para além da institucionalidade territorial, embora os mecanismos políticos territoriais figurem como a camada elementar sobre a qual se podem erguer os pontos de identificação dos ordenamentos humanos, dando-lhe uma psicologia social particular de grupo.

Isso pode ser explicado porque as primeiras levas de migrantes nordestinos entre patrões e seringueiros não intencionavam constituir família ou fixar-se nas terras recém-chegadas, a idéia geral que os moviam era a de ir avançando sempre em novas áreas produtivas, à medida que o comércio demandava mercadorias. Os elementos humanos autóctones, os nativos indígenas, por sua vez, foram considerados gente sem legitimidade de domínio do lugar, por isso foram expulsos ou exterminados. Nas melhores intenções humanitárias foram agregados como mão-de-obra subordinada. Esses fatos apontam para a constatação de que não havia um sentimento do povo do lugar, com linguagem própria, de pertencimento mútuo, com costumes e sentido de reciprocidade originário, enraizados entre eles. Os migrantes eram forasteiros e os nativos de dentro não tiveram voz para reivindicar as terras do Acre onde moravam. Então era quase impossível existir, naquele momento, um sentimento de identidade do local. O acreano tinha o único significado de

designar as pessoas (brasileiros) que chegaram ao lugar ao qual fazia referência aquele nome.

A consideração de Leandro Tocantins (1998) a esse respeito é bastante relevante. O referido autor procurando identificar as várias modalidades de expressões culturais do desenvolvimento que pudessem se fazer presentes no Acre, por meio das representações populares, como os hábitos cristalizados nos comportamentos sociais, os costumes, enfim, nas realizações materiais e espirituais que permitissem marcar indelevelmente os acreanos chega à seguinte constatação em 1984, praticamente oitenta anos depois de instituído o Território Federal do Acre:

O Brasil é um país muito rico em cultura popular. Seu povo, imaginativo, criador, contribuí para dar imenso colorido à nossa paisagem humana. Seja através do folclore, do artesanato, da música popular, da literatura de cordel, e tantas outras manifestações. Quanto ao caso do Acre, ainda não existe uma cultura popular definida, em termos especificamente locais embora já estejam se delineando valores originais nascidos no seio da sociedade acreana. Em capítulo anterior, tratou-se sobre o Estado-jovem, seus desbravadores nordestinos, sua população (grande parte itinerante). Naturalmente na fase heróica, isto é, da formação histórico-social, que terminou com a incorporação do território ao Brasil. Ir ao Acre, mesmo depois de ser unidade brasileira, era aventurar-se. Os que desejavam, no comércio, nas profissões liberais ou na administração pública, iniciar carreira, valia a pena tentar. Mas, na primeira oportunidade, retornavam ao seu lugar de origem (TOCANTINS, p. 72-73).

O argumento de Tocantins acerca da formação social acreana, é importante para além da sua constatação de ausência de um substrato cultural, cristalizado nos valores das pessoas que habitavam no Acre, inclusive, chegando a estender essa situação até a década de 1980. O segundo traço que merece destaque é a correlação que ele estabelece dos aspectos culturais como inerentes à dinâmica dos processos econômicos e políticos quando menciona as atividades comerciais, profissões liberais e administração pública em conformidade com o sentimento de enraizamento com o lugar.

Segundo nosso ponto de vista, essa determinação social incipiente no que diz respeito à conformação de plataformas comuns de identificação dos interesses dos acreanos, que persistiu ao longo das primeiras décadas de constituição do Território acreano somente irá aflorar a partir dos anos 1970-1980, está relacionada à intensidade da conflituosidade econômica e política que recobria todo o tecido social do Acre, daquela década, em que os conflitos por terra, no campo, representaram o estágio mais latente de oposição dos interesses coletivos e o componente mais visível da exclusão de segmentos de trabalhadores e indígenas dos resultados das políticas públicas de desenvolvimento social e econômico da região. Contudo, serão estes embates travados por dentro deste cenário, pela primeira vez, que irão colocar em evidência de forma mais explícita à necessidade de alteração na correlação de forças políticas e econômicas através da ação de contestação e resistência dos movimentos sociais rurais e urbanos (sindicalismo rural e urbano, Partidos Políticos, Ceb's) por melhorias urbanas e defesa do modo de vida dos trabalhadores rurais (seringueiros, predominantemente) com a preservação das florestas acreanas e contenção da pecuarização e devastação dos recursos florestais. Na medida em que estes enfrentamentos sociais passaram a questionar o status das autoridades políticas vigentes,

eles mexeram assim na posição dos agentes alterando a correlação de forças do poder do Estado.

É nesse contexto que a questão da identidade do acreano através do apelo pela preservação dos recursos naturais – das florestas de seringueiras e castanheiras, por exemplo – vai ser acionada como componente geral estratégico para redefinição dos rumos do desenvolvimento local moldado pelos contornos culturais do ambiente do lugar. A questão da identidade local, portanto, emerge pela prefiguração de uma mentalidade ambiental de valorização de certo regionalismo marcado por expressões culturais (tipo de linguagem, alimentação, música, poesia, visão sobre a natureza) que não podem ser vislumbrada por fora do estreito vínculo que mantém com o processo de desenvolvimento econômico e político que o envolve (produção e trabalho) como a preservação das florestas, o desafio da pecuarização e exploração madeireira, bem como a incorporação e representação política das demandas dos diversos segmentos de trabalho na formulação da política econômica de desenvolvimento para a região.

Se o questionamento dos acreanos de autodeterminação de si mesmos ainda não havia encontrado um fundamento comum que desse uma configuração geral de pertencimento para o tipo social de gentes que habitavam o Acre no decorrer das primeiras décadas de seu processo histórico, conforme assinalou Tocantins (1998), provavelmente isso ocorreu pela ausência de consolidação de uma consciência imediata de pertencimento e vínculo com as necessidades de auto-desenvolvimento e realização do território acreano, que durante muito tempo, apenas representou o manancial de possibilidades econômicas e políticas a serem exploradas por pessoas que não pretendiam ali estabelecer povoamento definitivo. Entretanto, se tal consciência sobre o auto-desenvolvimento dos acreanos veio a despertar no auge dos conflitos sociais da década de 1970\1980, a isso se deveu a relativa mudança e evolução nos comportamentos sociais, a relativa sedimentação da população em seu território, assim como a integração do desenvolvimento econômico e político dos seus diferentes espaços rurais e urbanos. Nesse sentido, o principal aspecto que consideramos significativo sobre o qual se colocou o debate sobre a identificação dos acreanos, daquele momento, e que ao mesmo tempo condensou toda a contradição de sua evolução histórica numa oposição fundamental, consiste na intensidade dos conflitos sócio-ambientais em torno da direção do desenvolvimento local que rompeu com a sensível organicidade que estruturava da sociedade do Acre, com o desmantelamento da cadeia da indústria extrativista da borracha e sua tentativa de substituição pela agropecuária, que dividiu a sociedade local praticamente ao meio, colocando de um lado os seringueiros em defesa pela preservação das florestas da qual dependia seu modo de existência social de vida e trabalho, e de outro, os pecuaristas, fazendeiros, madeireiros, que pretendiam transformar as florestas em pastagens para alimentação do gado, pois viam nas florestas um obstáculo para o desenvolvimento econômico.

Desse modo, para assegurar a mais próxima adequação dos sentidos simbólicos da linguagem e o seu atrelamento aos fatos sociais aos quais eles se referem (CASSIRER, 2005), diminuindo ao máximo a decalagem dessa relação, se torna indispensável um processo de descrição-empírica dos eventos estudados sem a qual não seria possível um entendimento da ação humana. A experiência específica do conflito acreano que estrangulou o frágil ordenamento social e trouxe a tona a problemática de sua autodeterminação através do problema ambiental como variável de identificação dos interesses divergentes serve como exemplo material de como os significados simbólicos, os sentidos dos fatos sociais estão estreitamente ligados com os interesses sociais práticos e o meio

ambiente que envolve: os fazendeiros e madeireiros recém-chegados as terras acreanas viam a floresta como empecilho ao desenvolvimento da pecuária e, portanto, a queriam devastá-la para transformar suas áreas em pasto; ao contrário, os seringueiros e indígenas que tinham na floresta a fonte de existência econômico-produtiva de suas comunidades, entendiam-na como parte de sua sobrevivência social, e portanto, a queriam mantê-la em pé. Em resumo, os fazendeiros intencionavam transformar as florestas em pastagens e os seringueiros e indígenas resistiam para que elas permanecessem.

O sentido simbólico desses conflitos sócio-ambientais encontra evidência descritivo-empírica nas florestas e na forma de seu uso produtivo marcando explicitamente de oposição dos interesses. O sentido empírico da pelos seringueiros de valorização das florestas devido à importância para sua reprodução social se expressa por defenderem a manutenção delas, enquanto, ao contrário, o significado de atraso e de empecilho do desenvolvimento atributo dos fazendeiros, fez com que os mesmos defendessem sua transformação em pasto, portanto, sua devastação.

Temos, portanto, do nosso ponto de vista, uma consideração geral sobre a questão da identidade social do acreano que entende que enquanto representação de sentido ou símbolo, a interação social dos acreanos está ligada aos projetos políticos e econômicos de desenvolvimento local sobre os quais essa sociedade se vem desenvolvendo na sua evolução histórica, de tal modo, que se problemática da sociabilidade do Acre não se estabilizou nas primeiras quadras históricas sucessivas a constituição territorial, foi porque a base material da economia e a existência social dos segmentos em sua interação principalmente das categorias de trabalhadores não haviam alcançado maturação suficiente de conscientização dos seus interesses. Na análise de Tocantins (1998) aparecem alguns indícios dos elementos essenciais que passaram a figurar na sociedade acreana e que permitiram desencadear sensível florescimento dos valores culturais e estabilização social entre os acreanos que não estavam presentes nos períodos que foram antecessores:

De quarenta anos para cá houve uma sensível evolução. Hoje existe uma sociedade que tem ânimo de fixar-se, de construir lar para toda a vida. Sociedade que se estabiliza, graças às facilidades de transportes, de comunicação, e da existência da rede de ensino para a educação dos filhos: do primário à Universidade. Terra onde o povo dispõe de rede hospitalar, assistência sanitária, boa clínica médica. Comércio que tem de tudo. Prepara-se o Acre para criar seus próprios valores, inclusive os de cultura popular. Já existe em funcionamento a Comissão Acreana de Folclore, destinada a estimular as manifestações folclóricas. O Governo criou, recentemente, a Fundação de Desenvolvimento dos Recursos Humanos, Cultura e Desportos, cuja ação prioritária dirige-se à cultura popular, na preparação de pessoal especializado, com objetivo de realizar um programa de resguardo, valorização e promoção dos valores culturais, inclusive os populares (TOCANTINS, p. 73)

Essa descrição empírica que fizemos estabelecendo às convergências de interesses econômicos e políticos externos a estrutura organizacional da população acreana em formação e sua correlação com os interesses práticas localizados na exploração dos recursos do ambiente natural das florestas do Acre articulados que estavam aos governos e comércio de Belém e Manaus, implementado por um trabalho social itinerante de gentes ainda desenraizadas naquelas terras, constituem explicação da fragilidade política e social que se agrava ainda mais com a constituição do Território Federal do Acre, que deslocou a

direção de seu governo às prerrogativas do governo federal, ficando, portanto, dependente da indicação de seus prefeitos departamentais pela Presidência da República. A própria constituição do Acre como Território Federal, por si só, confirma essa constatação. Não constava na Carta Magna do Brasil República (1889) a figura do Território porque o país havia se formado incorporando somente aquelas terras que estavam sob seu domínio provincial. Não figurava uma política constitucional no país de avanço sobre novas áreas fora de suas fronteiras geográficas das capitanias hereditárias, como parecia enquadrar-se o caso das terras acreanas.

A figura jurídica de Território, por esse motivo, foi baseada na Constituição dos EUA donde existia uma política de avanço expansivo sobre fronteiras territoriais estrangeiras, o que reivindicava um dispositivo político específico para controle daqueles domínios estrangeiros e gentes desconhecidas recém conquistadas. O mais significativo desse instrumento político para nossos propósitos refere-se à tutela que o governo nacional deveria exercer sobre o novo domínio, pela simples razão de que o novo território incorporado por diferenciar-se socialmente da nação conquistadora deveria ficar, por assim dizer, de quarentena sob o governo direto do poder central, durante um período de assimilação cultural e política, até que a população estivesse suficientemente integrada com capacidade de direção de seu próprio destino. As palavras do jurista americano George Curtis são ilustrativas desse critério:

Governo territorial não é autogoverno, embora seja necessário que o Congresso, durante um certo período, governe os ocupantes do domínio público, período que pode variar conforme os diferentes casos; todavia onde se tenha a comunidade territorial tornado tão grande e tão próspera que este povo seja inteiramente capaz de se governar a si mesmo, é contrário ao espírito, às instituições e, ao mesmo tempo, às intenções da Constituição privá-lo de aparelhos completos, de direitos e privilégios da organização de Estado, e conservá-lo sujeito a um poder distante, sobre o qual não tenha sequer uma fiscalização parcial igual a que os cidadãos de qualquer Estado da União (COSTA, 1998, p. 124).

No caso do Acre, portanto, três possibilidades estavam colocadas: i) criação da figura do Território dependente da União; ii) incorporação às terras da Província do Amazonas ou Pará; iii) anexação, na condição de Estado Federado do Brasil. A opção, portanto, pela criação do Acre como Território, à revelia da Constituição do país, considerada, politicamente, por membros governamentais como inconstitucional, demonstrou o interesse do governo federal por manter o controle político e econômico dessa região em rédeas curtas, visto que um dos efeitos dessa posição significava o controle tributário com a drenagem dos recursos advindos da tributação da borracha para os cofres da União, assim como da interferência direta sobre sua administração\governo que seriam indicadas pela Presidência da República. O Território do Acre não teria direito a uma Constituição própria, seria impedido de realizar eleições, e dependeria de repasses financeiros da União e tutela para manter o seu governo. No caso da opção de incorporação das terras seja à Província do Amazonas ou do Pará, isso poderia indispor o Governo Federal diante dessas duas províncias, de tal modo, que a melhor saída encontrada consistia na criação do Território.

Também não foi o caso de anexá-lo na condição jurídica de Estado Federal, por mais natural que parecesse à Constituição do país que reivindicava princípios democráticos

e mesmo baseado na Constituição americana, que também admitia a incorporação de subunidades estatais, como concorda ou jurista estadunidense, as autoridades nacionais optaram por contrariar o espírito republicano das instituições brasileiras e manter o Acre na condição de Território, conforme registrou Costa (1998):

Quando é adquirido um território, daí deriva naturalmente o direito de permitir que dele se forme Estado e de admiti-lo na União, não só porque a Constituição reconhece o poder de admitir novos Estados sem restrições, mais ainda porque seria incompatível com instituições baseadas na idéia do self-government, que o governo federal mantivesse os territórios sob seu domínio particular supremo e recusasse ao povo as instituições locais, que são do direito comum (COSTA, 1998, p. 125).

O aspecto importante que queremos salientar com essa ênfase na questão política que deu condição jurídica diferenciada ao governo do Território do Acre, relacionado ao caráter problemático da identidade social do acreano, àquela altura, além do interesse econômico e político que ela contém diz respeito à impressão subjacente das autoridades nacionais que vaza sobre o tipo psicológico-social da gente que adentrou estas terras. O estabelecimento político do regime territorial para a região acreana, contrariando estatutos jurídicos nacionais, certamente foi motivado por resquício do pensamento de Oliveira Vianna (1943) e Euclides da Cunha (1986) que, por caminhos interpretativos distintos, chegaram a uma idéia genérica comum, a de que a índole daquela gente que para cá veio, era destituída de qualquer capacidade cognitiva de direcionamento e, portanto, incapaz de auto-governo¹⁷. No caso particular de Oliveira Vianna, o referido autor argumentava que

¹⁷ O aspecto explícito que nos interessa destes autores não é de pô-los em evidência pela análise desfigurada de variação européia, do início do século XX, acerca da realidade brasileira, isso porque naquele período eram raros pensamentos originais que estivessem destituídos de um tom pejorativo da gente nativa, locais, sobretudo amazônicas. O ponto chave a que queremos nos referir é a idéia dos povos da Amazônia serem entes em “terra sem história”, sujeitos sempre dominados pela natureza selvagem e exuberante que os abrigava e provia de alimentos, mas que ao mesmo tempo os dominava com a sua imponente diversidade natural, rica, exótica e amedrontadora. Isso deu asas à noção de que tais sujeitos fossem incapazes de gerar um corpo de idéias e valores de civilidade próprios, viviam praticamente no estágio de natureza de Hobbes, o que sabemos hoje é que isso é um disparate. Focalizar na mentalidade histórica desses pensadores, aqui será importante, porque a partir deles poderemos perceber como o aspecto parcial não consegue visualizar o conjunto da realidade, mesmo que o objeto de estudo seja apenas um pequeno ponto da realidade. Entender o pequeno ponto não significa isolá-lo dentro de um contexto, mas tentar procurar os liames que prendem aquela minúcia no seu conjunto. José Saramago, na lucidez de seu ensaio sobre a lucidez, já havia diagnosticado tal atitude pericial, quando observou em uma capela de um pequeno vilarejo de Portugal, a luminosidade e o brilho daquele sino que tocava para chamar os fiéis, convidando-os para sua profissão de fé. O escrito comenta que quando teve a oportunidade de mudar de posição de onde se encontrava, para ver a parte de fundo desse monumento, constatou como a sua luminosidade e brilho cedeu lugar à poeira e as teias que haviam se impregnado nele pelo seu outro lado, chegando à conclusão de que para conhecer aquele sino em sua totalidade haveria que dar o giro completo em torno dele. Nesse sentido, não poderíamos crer que esses mesmos migrantes nordestinos, considerados atrasados e brancos, mostrariam para o mundo, no raiar do século XXI, não algo extraordinário que viria à tona por um desvendamento mágico, mas algo que já estava ali, que sempre esteve ali, à espera de um olhar atendo da vida material. E foi na convivência com a floresta, no contato com aquele mundo estranho, somando experiência dos povos nativos que ali viviam que eles desenvolveram uma maneira específica de relacionar-se com a vida material que, apesar de enredada ao contexto internacional de forma subordinada, circunscreveram-no em um campo próprio de reprodução social. Tal experiência foi tão efetiva na sua vivência que tudo aquilo que Oliveira Vianna e Euclides da Cunha consideraram, tempos atrás, como responsável pela incapacidade daquela gente, portanto, do seu atraso, se tornou o componente mais moderno da atualidade: a valorização da natureza, o uso dos seus

não era razoável o gaúcho independente, o paulista operoso, ou mesmo o bom e ponderado mineiro ser nivelado ao sertanejo do nordeste de tão frouxos sentimentos e ligado às paixões mais virulentas. Nestes termos ele se expressa fazendo referência aos desbravadores do Acre:

[...] que essas colônias germânicas, que se expandem, florescentes e ricas, ao Sul de Santa Catharina e Paraná, disputem um dia, pela sua autonomia local, pelos direitos de sua maioria política, é hypothese perfeitamente admissível. São gente de outra origem, de outra tempera, de outros hábitos, de outro espírito. Nela o sentimento de solidariedade social e dos deveres cívicos não é enxertia doutrinária, não é um ‘fiat’ de legisladores eruditos: está nos instintos mesmos das cidades, dorme na alma de suas pequenas collectividades”. (VIANNA, 1943: 144-145).

Isto dizia Oliveira Vianna, porque considerava que a população que vivia e trabalhava nos seringais do Acre fora formada basicamente por cangaceiros tumultuários da Parahyba, jagunços explosivos e turbulentos de Itapicurú e do São Francisco, sertanejos rebeldes e indomáveis do Carirys. O nordestino migrado para o Acre não teria capacidade para exercer as funções da vida democrática e muito menos as responsabilidades republicanas. O seu traço característico essencial postulava-o como de ser aventureiro, um andarilho sem fixa definição na terra, com vida errante, em função da busca aventureira da cobiça. Sinaliza ser improvável sair uma sociedade civilizada na sua estrutura, porque a índole peculiar deste homem instável, incoerente e transitório só podia levar a um egoísmo desumano e à barbárie. E conclui, advertindo que “nas florestas do Acre, mais do que no recesso dos sertões, autonomizá-lo importa escravizá-lo” (idem, p. 151).

Euclides da Cunha (1986), no tópico *A terra sem historia*, por outro ângulo de abordagem, enfatizava a mesma têmpera do nordestino numa análise complementar e convergente com a de Oliveira Vianna, escrita posteriormente talvez influenciado por sua argumentação. O referido autor chama atenção dizendo que Amazônia, no princípio do século XX, ainda se encontrava em formação justificando a necessidade da tutela do poder central do país, quando argumenta nos seguintes termos:

...o homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido [...] a tarefa é dúplice aos conquistadores [...] restalhes o encargo maior de justapor os novos organismos aos novos meios, corrigindo-lhes os temperamentos, destruindo-os vários hábitos incompatíveis ou criando-lhes outros até se construir [...] o indivíduo inteiramente aclimatado [...] e por isso um pupilo do Estado” (ibid, p. 25-26).

Esses elementos, combinados de atribuição da incapacidade social e índole débil do acreano, localizados no pensamento de Oliveira Viana e Euclides da Cunha, serviu como respaldo argumentativo da condição de tutela da população local que a figura jurídica do Território serviu para estabelecer até o ano de 1962, quando ocorreu a sua transformação em unidade federada do Acre, conforme expusemos anteriormente. Essa condição de incompletude política, de dependência ao controle da União, portanto, não impôs, somente

recursos sob parâmetros de reprodução social de seu modo de vida tradicional. O mundo levou, no caso do Acre, quase cem anos para valorizar os seringueiros e os nativos indígenas, sendo que eles aí estavam a cem anos atrás, praticamente levando o mesmo modo de vida de sempre.

retardou avanços político e econômico, senão que subordinou o conjunto da vida social, mas especificamente impingindo um processo de desenvolvimento arredo à emancipação da população local, sobretudo, das categorias trabalhadoras.

Sob o controle diretivo da União, os representantes do governo local foram pessoas que vieram na sua grande maioria, de outras regiões do país para administrar as políticas de desenvolvimento na região, geralmente acompanhados de uma comitiva de parentes e agregados, para exercerem os ofícios de governo. Mesmo o Território mantendo representantes parlamentares no Congresso Nacional e Assembléia Legislativa, a partir de 1934, isso não significou maior independência político-econômica para o Acre, primeiro porque, os políticos locais, em sua maioria, eram de outras regiões e fragilizados localmente de representatividade política como eram, atuavam de forma subserviente aos interesses das grandes regiões do país e passavam a ser correia de transmissão das convergências externas no âmbito local, respaldando as políticas de desenvolvimento, admitidas nacionalmente. Dessa relação de acomodação adaptativa, obviamente, advinham benefícios de sustentação política. Ademais, o Acre era quase insignificante, se comparado aos grandes centros do país, principalmente com o declínio progressivo da economia da borracha.

Nesta mesma época, a legitimidade política dos governos locais advinha mais do respaldo dos poderes oficiais constituídos, do que da defesa dos interesses locais do conjunto da população (indígenas, trabalhadores rurais, pequenos artesãos), visto que muitos deles ainda não estavam formulados no campo do direito político. O atendimento das demandas mais gerais da população como educação, saúde, saneamento, eram administrados pela “mentalidade governamental” de garantir a confiança e tutela de seus subordinados, e assim protegê-los de forma dependente, o apadrinhamento, a clientela, representavam os traços mais visíveis desse procedimento. Tudo isso deixa transparecer que a legitimidade política dos governos locais decorria mais de laços tradicionais (WEBER, 2000) de dependência pessoal, compadrio político de proteção e do favor e menos de um respaldo fincado no âmbito da institucionalidade estatal que refletisse as distintas expectativas em disputa por dentro da estrutura governamental. Na verdade, a legitimidade de poder, portanto, derivava do entrelaçamento adaptativo escalonado dos segmentos subalternos dependente dos seringalistas, destes com os donos do poder político local, num círculo convergente àqueles apoios governamentais, dos quais a massa de trabalhadores rurais (seringueiros, trabalhadores rurais, e indígenas) ficava preterida de participação dos benefícios materiais gerados, embora estivesse envolvida no seu enredo. Soma-se a esse respeito a baixa participação política da população, restrita ao ambiente da cidade (comerciantes, funcionários públicos, magistrados, classe estudantil, poucos seringalistas), a partir de 1934, quando a maior parte dos habitantes vivia no meio rural. Na década de 1940, na cidade de Rio Branco a população era inferior a 5.000 habitantes. Nas primeiras eleições livres, em 1962, por exemplo, quando a população total acreana aproxima de 215.299 pessoas, os votantes tiveram participação de 12%, sendo que os analfabetos não possuíam direito de voto (SILVA, 2001; MORAIS, 2008; SCHMINK E CORDEIRO, 2008).

Ao fim desta primeira parte da seção, podemos inferir que a ‘questão do Acre’ surgiu da convergência externa do interesse internacional que motivada pelo sistema mercantilista do comércio de longa distância, articulou o interesse comercial e político dos comerciantes e governos das Províncias do Amazonas e do Pará para os propósitos de exploração de matérias primas naturais e expansão do mercado de produção de borracha,

abrindo novas fronteiras geográficas para circulação de mercadorias industrializadas. Ambos os interesses (internacional e nacional) poderiam beneficiar-se dos dividendos mercantis e financeiros que tal negócio propiciaria para cofres governamentais e setores comerciais. À medida que a importância das terras acreanas aumentava, devido à valorização da borracha nas trocas comerciais, o poder político foi tendo a necessidade de estender o domínio administrativo sobre as fronteiras desse mercado que se expandia para o controle da circulação de mercadoria, regulação das fronteiras administrativas mediante o estabelecimento do fisco sobre seus limites. Essa necessidade política ligada que estava à atividade econômica levou à constituição política das terras acreanas em Território Federal do Acre, em 1903.

Mas a elevação daquelas terras à condição política de Território, neste primeiro momento, não significou a emancipação de sua gente, que ainda, estava destituída de laços de pertencimento mais sólidos de identificação social, e tampouco representou a autonomia política definitiva de seu governo, porque o mesmo ficou subordinado às prerrogativas da Presidência da República. Se houve alguma característica que possamos assinalar como atributo ilustrativo do significado desse processo de fundação política do Acre, do ponto de vista da têmpera social de sua gente como lhe sendo sinal indelével de genuína idiossincrasia, foi o sentido da ausência e incompletude. A ausência de motivações autóctones, ausência de costumes enraizados no lugar, ausência de direção política local, ausência do mercado interno. As únicas coisas que não estavam ausentes, por pressuposto, mantiveram um descompasso móvel entre si: as terras acreanas e o agregado de gente emigrada presente nelas não se prendiam um no outro com a presença fértil de sua vontade de auto-determinação.

Estes elementos constituem os aspectos embrionários que seriam adicionados ao projeto político do Governo da Floresta. A eles nos referíamos quando dissemos que o Governo da Floresta recorreria a acontecimentos passados para recuperar algumas características e significados do processo de desenvolvimento sócio-político do Acre para acoplá-lo a sua plataforma de governo.

Não obstante o desenraizamento dessa relação, menos mal, ele já ocorria sobre um substrato material bem sólido para fincar os pés, as terras acreanas. O Movimento Autonomista que nascerá embebido pelas águas negras e turvas do Juruá vai procurar estabelecer essa ligação se espraiando por todo o território acreano, embrulhado, como sempre, pelas motivações e expectativas da economia e política. Tentaremos analisá-lo em suas origens, orientações e propósito, simultaneamente, à medida que formos descrevendo a fundação e crescimento das duas principais cidades acreanas, Rio Branco e Cruzeiro do Sul, cujas diferenciações geográficas e políticas que as constituem, produziram interferências significativas no curso dos acontecimentos desse Movimento, que respingam de forma reluzente para a compreensão dos eventos que se sucederão no final da década de 1990.

1.2. As razões políticas e econômicas do Movimento Autonomista e as suas dissidências regionais.

Se o crescimento do comércio internacional operou como catapulta para impulsionar a expansão colonizadora das terras da Amazônia, e do Acre, em particular, com o objetivo de ampliar o mercado de circulação de produção da borracha e simultaneamente intensificar o circuito de mercadorias industrializadas para novas áreas, podemos dizer, que, do mesmo modo, também foi ele o estímulo para a formação e

estabelecimento das primeiras cidades nessas zonas, visto que é relativamente inerente à atividade comercial desprender certos dispositivos políticos, necessários, que favorecessem os intercâmbios donde tal atividade econômica se realizava, a começar com estruturação de entrepostos comerciais e limites administrativos para permitir o trânsito livre dos negócios comerciais.

Essa ânsia centralizadora e expansiva econômica, política, em certo sentido, tem seu primeiro marco no Tratado de Ayacucho de 1867, que ao estabelecer os limites fronteiriços mais gerais das zonas colonizadas brasileiras e bolivianas pelos protetorados de Portugal e Espanha, franqueou a navegação por essas regiões amazônicas a todas as bandeiras. Dessa época, datam as principais viagens de pioneiros e navegantes por esses cursos, adentrando principalmente pelos rios do Acre, Purus e Juruá.

Mas se as cidades acreanas foram se fechando em seus limites, assim como o próprio Território Federal do Acre, conforme vimos na subseção anterior, no mesmo ritmo em que a borracha ia ganhando importância como matéria prima indispensável ao abastecimento da indústria das cidades modernas do século XX, isso se deu porque no jogo das trocas comerciais o dispositivo político foi se tornando indispensável para regulação do fluxo contínuo das trocas materiais, organizando a produção, disponibilizando o trabalho necessário, controlando os recursos disponíveis, e principalmente, administrando os dividendos, provenientes da sua circulação comercial no interior das suas fronteiras políticas, com o desenvolvimento contínuo dos povoados e cidades acreanas.

É, por essa razão, que sincronizado ao comércio internacional de longa distância desenvolvem-se os processos migratórios de ocupação populacional da região, a partir de 1850, com o objetivo de suprir, de braços, as terras disponíveis para a realização do trabalho de extração da borracha. Embora os dados estatísticos não sejam absolutos, estima-se que de 1877 a 1900 provavelmente tenham se deslocado para a região amazônica aproximadamente 158.125 mil nordestinos, cearenses. Nesse sentido, a migração estabelece íntima ligação com a economia da borracha, e o migrante Nordestino, em sua maioria dos recantos cearenses, constitui o elemento humano generalizado, utilizado para a formação social e econômica desse empreendimento que se formava no Acre. Tais tipos humanos que para cá se dirigiram juntaram gente de praticamente toda a espécie social: “generalizou-se aventureiros quase nômades, vagabundos de toda espécie, operários desclassificados, agricultores desenraizados, tipos rurais e urbanos, à procura de emoção econômica e psicológica para sua aventura e viagem” (BENCHIMOL, 1977, p. 153).

Nesse sentido, as duas principais cidades acreanas foram organizadas em função da economia da borracha, não se diferenciando das razões originárias que motivaram as relações comerciais nas suas distintas terras. A outra característica geral dessas cidades amazônicas, além do caráter emigrado de sua gente, pode ser visualizada se levarmos em conta a sua localização, pois as mesmas desenvolveram-se bem nos pontos fluviais, de melhor acesso, devido à facilidade do comércio de navegação, de abastecimento e escoamento de mercadorias, bens e serviços. Esse posicionamento permitia o transporte regular da borracha para os grandes centros comerciais de Belém e Manaus e de lá para os países europeus e norte-americanos, praticamente durante todo o ano.

Ademais, do ponto de vista político, a posição geográfica desses pólos comerciais permitia internamente favorável trânsito entre as demais localidades adjacentes ao seu entorno, as quais confluíam de forma navegável para seus núcleos espacialmente descentralizado, o que propiciava freqüentes contatos entre seringalistas, comerciantes e os

políticos das cidades que assim poderiam manter uma rede de comunicação, estabelecer acordos, com o objetivo de horizontalizar o tratamento das questões do comércio da borracha e as formas de convivência da vida nos seringais. Não é sem importância o fato de que em toda a extensão das terras do Acre, e considerando a significativa diferença geográfica e social entre estas duas regiões, vigorassem as mesmas práticas e fossem semelhantes os procedimentos adotados que organizavam a vida no seringal.

É com esse objetivo, de explorar as semelhanças e diferenças econômicas e políticas, que vão ser expressadas pelo Movimento Autonomista destas duas principais cidades acreanas, que procuraremos analisar como o Governo da Floresta conseguiu sintetizar seus aspectos característicos e instrumentalizá-los dentro do escopo político, favorável ao seu projeto de governo. Antes disso, faremos conciso registro da formação econômica e política de Rio Branco e Cruzeiro do Sul, situando seu florescimento econômico e descrevendo as primeiras medidas governamentais, voltadas para a institucionalização do mercado, no âmbito da política econômica do desenvolvimento do Acre.

1.2.1. Os primeiros viajantes e o povoamento dos rios Acre e Juruá

Mapa (01). Estado do Acre



Fonte: SEMA, 2007.

In: Plano territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território do Alto Acre e Capixaba (BRILHANTE, 2007)

Segundo já nos advertiu Samuel Benchimol, a história da produção da borracha não começou em 1877, como se costuma registrar, senão que o movimento migratório de deslocamento para as áreas amazônicas guarda marcos temporários precedentes. O ano de 1877 indica particularmente a súbita migração em função da grande seca nordestina que assolou o Nordeste do país. Os relatórios das províncias brasileiras da região descrevem o princípio desse movimento. Nas comarcas de Gurupá e Santarém, na Província do Pará, têm-se registro da entrada para os rios Madeiras e Purus de milhares de pessoas que nelas

se dedicam à indústria extrativista. Nessa época, chega à região grande quantidade de gentes, que somadas às quantas, lá se encontravam, contabilizavam só no Alto Madeira, no ano de 1858, cinco mil pessoas (5.000). No ano de 1869 entraram em Manaus 1.676 emigrantes, na sua maioria, maranhenses que vieram acompanhados por José Manuel da Rocha Thury (BENCHIMOL, 1977, p. 182).

Não é necessário aprofundar a constatação de que as condições de transporte desses migrantes nordestinos, que se dirigiram para as regiões amazônicas, foram as mais precárias possíveis. Os relatos de viagens de Euclides da Cunha¹⁸, por exemplo, dão conta dessa cruenta realidade. Mas, para ficar com a opinião de um viajante que percorreu os seringais do Alto Juruá e acompanhou viagem dos portos nordestinos, chamado Alfredo Lustosa Cabral, entre os anos de 1897 e 1907, temos o seguinte depoimento registrado por Wolff (1999), de como essas pessoas chegavam ao Amazonas ou ao Acre:

...chegamos, finalmente, ao porto de Fortaleza. Feitas as visitas protocolares, o comandante recebeu uma lista de quinhentos flagelados (500) para o Amazonas. Era impossível aceita-la, não havia onde colocar essa gente, mas também era desumanidade deixá-la. Retidos nas estalagens de Fortaleza por alguns dias, os patrões não suportavam mais o dispêndio dos sertanejos. Recorreram aos grandes da terra, e a horda embarcou, sem ter mais lugar onde acomodá-los. As redes armadas, duas, três, por cima das outras [...] Não se podia mais tolerar o ambiente de imundície nos porões. Entristecidos, embriagados, vomitando no fundo de redes porcas, jazia uma quarta parte dos passageiros (WOLFF, 1999, p. 59).

Segundo Costa (1998), o Acre passou ao nosso conhecimento geográfico através da expedição pioneira realizada em 1860, por Manuel Urbano da Encarnação, que viajou subindo o rio Acre, passando pelo Mucuí e chegando até o Madeira. Nessa viagem, que durou aproximadamente 20 dias, Manuel Urbano estudou as características da região, colheu informações, e realizou comércio com tribos indígenas locais. A partir de 1864, o geógrafo inglês, Chandless, adentrou os rios Acre, Purus e Juruá, em expedições científicas, para estudar as condições regionais de navegabilidade e mapear sua geografia.

Em outubro de 1869 chegaram de Uruburetama 53 emigrantes para o Baixo-Purus, conduzidos pelo pioneiro João Gabriel de Carvalho e Mello. José Manoel da Rocha Thury trouxe mais 600 pessoas para os distritos de Codajás e Purus. Neste ano, só para se ter uma idéia do movimento da população, por sexo, consta que chegaram cerca de 1.348 homens e 328 mulheres, o que totalizava um número de 1.676 pessoas. Os casados ou com famílias representavam 59 pessoas, e os sem famílias eram da ordem de 1.617. No ano de 1900, por exemplo, período de intensa seca na sua região de origem, dos 15.773 emigrantes saídos do Nordeste, 1.282 eram grupos familiares correspondendo a 6.477 pessoas, deste total mais de 3.233 eram menores. As 6.063 pessoas restantes eram maiores de idade que fugiam do flagelo da seca, no Nordeste (COSTA, 1998, p. 182).

No Juruá, coube ao presidente Tenreiro Aranha ordenar, em 1852, a primeira expedição àquele rio, sendo incumbido de realizá-la Romão José de Oliveira, que exercia nessas paragens, a missão de atrair e pacificar os índios. Mas existem depoimentos de

¹⁸ Cf. Euclides da Cunha (1986), Um paraíso perdido, para melhores entendimentos sobre as condições de viagem dos migrantes nordestinos para a Amazônia, referidas em várias passagens dos livros.

passagens anteriores pelo Juruá. O francês Castelnau, descendo o Solimões, no ano de 1847, recolheu dos ribeirinhos alguns depoimentos sobre as primeiras entradas no rio. Em conversa com Francisco Manuel da Cruz e Flores, Nicolau José de Oliveira escutou a história de suas próprias viagens ao alto Juruá, tendo os dois homens feito referência ao rio Tarauacá, cuja foz ultrapassaram¹⁹ (COSTA, 1998, p. 132). O padre Constantino Tastevin (Tavestin), no seu livro *Le fleuve Juruá*, também se refere a um amigo “crioulo português que pela época de 1850 subiu freqüentes vezes o Juruá até Marari, e mesmo até Tarauacá, para a troca de produtos europeus com os índios, que lhes davam cacau, salsaparrilha, baunilha, óleo de copaíba, ovos de tracajá” (BENCHIMOL, 1977, p. 132).

Esse primeiro momento de ocupação dos rios Acre, Purus e Juruá é essencialmente marcado pela expansão geográfica, movida por certo propósito de ampliação das relações mercantis, em que predomina o extrativismo industrial da borracha, por meio do qual o povoamento encontrará impulso surpreendente para assentar suas bases materiais e atender à ânsia da ocupação colonizadora. O ano de 1866 encerra esse primeiro ciclo, que se pode denominar geográfico, de adentramento desses rios (Purus, Acre e do Juruá). Os pioneiros João Rodrigues Cametá, Serafim Salgado, Manuel Urbano da Encarnação, que ensaiaram a abertura dos caminhos desconhecidos do vale do Purus, despertam os ânimos para a penetração do vale do Juruá, pelos capitães Francisco Manuel da Cruz e Flores, Nicolau José de Oliveira, Romão José de Oliveira e João da Cunha Correia (BENCHIMOL, 1977, p. 175; COSTA, 1998).

Já no ano de 1887, o panorama social do Acre expressaria significativo vulto de crescimento de produção de borracha, no Vale do Purus, que, segundo Benchimol, foi descrito pelo Coronel Labre, que esteve naquela região como uma dos locais mais populosos, com capacidade de exportação de goma elástica em torno de 500.000 quilos de borracha, o que aumentaria nos anos posteriores. Tinha uma população de 10.000 pessoas, sem incluir os nativos que somavam o dobro. O seu comércio movimentava 15 grandes vapores que, durante o período chuvoso, faziam a navegação pelo rio e transportavam anualmente trabalhadores e mercadorias (BENCHIMOL, 1977, p. 178).

Essa ascensão da produção ocorre também no Juruá que passa a deter o controle da comercialização, inclusive da borracha produzida na região do Purus. No ano de 1870, subia o Juruá, pela primeira vez, uma embarcação a vapor, chamada lancha Curuza, chegava ao Guajará em 1880. De 1889 em diante “a corrente imigratória não mais parou, seguindo-se com pequenas intermitências, por meio de canoas, lanchas e outros barcos a vapor de maior vulto, pelo Juruá acima, até que por volta de 1894, desde o Moa ao Breu, as bordas do Juruá se encontravam pontilhadas de taperis, mais tarde transformados em barracões, que seriam os primeiros núcleos de população” (BENCHIMOL, 1977, p. 178).

No Alto Juruá, ocorreu idêntico povoamento. O cearense Francisco F. de Carvalho estabelecia-se, em 1870, no Riozinho da Liberdade, e sete anos após, o movimento irradiou-se ao Rio Tarauacá, saindo à frente Antônio Petrolino Albuquerque, Miguel Fernandes, João Busson. Em 1883, o cearense Antônio Marques de Menezes, fundou seringal na foz do Mu. João Dourado e Balduino de Oliveira levaram a ocupação às, ainda mal conhecidas, raias com o Peru (BENCHIMOL, 1977, p. 185).

Os relatos de viagens, como o do engenheiro Antônio Dias dos Santos, que esteve de passagem pelo rio Juruá em 1896, dão testemunho do movimento comercial desta zona bastante estimulada pela extração da goma elástica. O viajante atesta a construção de

¹⁹ Francis de Castelnau, *Expedition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud* (apud Benchimol, 1977)

algumas obras de infra-estrutura para instalar a cadeia produtiva da produção da borracha que sinalizam a maior intensidade e o ritmo de planejamento do sistema comercial em curso. O mesmo informante indicava que, na altura do ponto da foz do Moa, iam construir uma estrada de rodagem, armazéns, e já existiam casas de moradores que movimentam anualmente uma cifra que se eleva a 300 contos de réis. Companhias de transportes, como as de propriedade de Melo & Cia., Antônio Cruz & Cia., começam a trafegar por esses rios durante o período de maior volume de águas, que na época, compreendiam os meses de janeiro a maio. O comércio que se desenvolve por essas paragens comprova que os afluentes do Juruá detinham grande abundância de seringueiras, podendo um bom trabalhador produzir cerca de 1.500 quilos de borracha, por safra (BENCHIMOL, 1977, p. 179). No Rio Tejo, um dos principais afluentes do Juruá, só para se ter uma idéia, a produtividade de um seringueiro dessa região podia chegar a uma tonelada por ano, ultrapassando quase em três vezes o que se produzia nos seringais de Belém ou do Amazonas (WOLFF, 1999).

Nota-se, portanto, que as origens históricas, econômicas, sociais e políticas da população do Acre, estão relacionadas particularmente a esses deslocamentos populacionais de ocupação deflagrados pelos processos de expansão territorial e econômica que, por alternativas distintas de povoamento espontâneo e/ou "dirigido"²⁰, trouxeram para a região, em períodos históricos específicos, um número bastante significativo de migrantes, principalmente nordestinos, oriundos do sertão, a partir de meados do século XIX. Na grande maioria dos casos, esses migrantes eram trabalhadores do campo, vindos de regiões donde inexistia, para o indivíduo pobre, qualquer tipo de direito, pois as relações de poder estavam baseadas no mando autoritário, visto que a vontade que prevalecia, nessas áreas, era sempre a do fazendeiro ou dos senhores donos de terras (Oliveira, 1982).

1.2.2. A cidade comercial e política de Rio Branco.

O processo de povoamento, colonização e fundação política das primeiras cidades acreanas respondeu pela necessidade de braços que a indústria extrativista exigia para o trabalho de produção da borracha, nos seringais das terras recém conquistadas, no extremo oeste da região amazônica. Após a resolução dos conflitos entre os países da tríplice fronteira, as autoridades nacionais deram início à implementação de medidas para a institucionalização política do território acreano, com o objetivo político de guarnecer suas

²⁰ O Acre foi ocupado principalmente por nordestinos que se deslocaram para esta região, dentre outros motivos mormente, em função das fortes secas que assolaram os sertões do Nordeste. No entanto, na década de 40, por exemplo, principalmente a partir de 1943, um grande contingente de trabalhadores deslocou-se para a região, influenciado pelas autoridades governamentais que precisavam aumentar a produção de borracha na Amazônia para suprir as exigências firmadas nos acordos com os americanos, em decorrência da guerra. Nesse sentido, foram criadas instituições especializadas e organismos específicos responsáveis para financiar, transportar, abastecer, dar assistência médico-sanitária e garantir os equipamentos aos trabalhadores que fossem "combater" numa frente diferente: a produção de borracha na Amazônia. As principais instituições criadas foram o Departamento Nacional de Imigração – DNI, Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia – SEMTA, Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia – CAETA, Superintendência de Abastecimento de Trabalhadores para o Vale Amazônico – SAVA, Serviço Especial de Saúde Pública – SESP, Banco de Crédito da Borracha. Nas décadas de 70/80 com a "expansão da fronteira agrícola", também muitos colonos e trabalhadores rurais, do centro-sul do país foram deslocados para o Acre como assentados nos projetos de colonização. O Projeto de Colonização Pedro Peixoto foi um dos projetos que agregou trabalhadores de vários estados do país. Para maior aprofundamento sobre as migrações para o Acre conferir, dentre outros, Oliveira, 1982; Martinello, 1988.

fronteiras geográficas, estabelecer instalações de administração, fiscalização, controle econômico de exercer sua ação governamental de tributação, fomento e organização das atividades produtivas, o que resultaria na constituição de um espaço de mercado para a sustentação do desenvolvimento de suas cidades. A trajetória de construção política das duas principais cidades acreanas, Rio Branco e Cruzeiro do Sul, revela do mesmo modo, o processo de institucionalização do mercado interno acreano através da política econômica governamental. A criação das cidades acreanas, portanto, confunde-se com história de integração das atividades econômicas, no âmbito do mercado local, por meio da ação governamental.

O antigo seringal Empresa, fundado em 28 de dezembro de 1882 pelo cearense Neutel Maia, foi o lugar onde a cidade de Rio Branco se estabeleceu, local geograficamente estratégico para as atividades de navegação devido o seu posicionamento na parte mais alta de terra das duas margens do rio Acre que permitia tráfego fluvial o ano inteiro inclusive durante a estação seca (TOCANTINS, 1998; CORDEIRO & SCHMINK, 2008). De acordo com Schmink e Cordeiro (2008), o desenvolvimento comercial e populacional da cidade de Rio Branco, com o florescimento do comércio e a constituição dos primeiros aglomerados de moradores, pode ser classificado em três fases consecutivas, que vai desde a fundação do seringal Empresa, formação dos primeiros bairros, casas comerciais até a consolidação de Rio Branco como sede do Departamento do Alto Acre:

Neutel Maia, em 1884 abriu uma casa comercial, Nemaia e Cia., para atender as embarcações a vapor e aos seringalistas, além de servir como intermediário no abastecimento da região de carne de gado da Bolívia. O comércio estabelecido na Gameleira foi seguido por outros prédios (hotéis, restaurantes, casas comerciais e residências) na beira do rio, constituindo-se na primeira rua da cidade, hoje denominada de Eduardo Assmar. Outros dois bairros incipientes da cidade neste primeiro momento incluíram Canudos, uma aglomeração de casas de trabalhadores acima da Gameleira, e a Rua África, uma extensão da rua na direção do igarapé Judia, onde moravam trabalhadores afrodescendentes. Desde este começo até 1908, a cidade passou por três fases: i) a formação do povoado e centro comercial, 1882-1898; ii) centro político no vale do rio Acre, com a Revolução Acreana, 1899-1903; consolidação da liderança política e econômica como sede de Departamento, 1904-1908 (RIO BRANCO, 2006, p. 11 apud SCHMINK & CORDEIRO, 2008, p. 31).

Os primeiros acontecimentos que levaram à consolidação política e econômica da cidade de Rio Branco ocorreram, em 1903, com a designação do antigo seringal Empresa como centro do Vale do rio Acre, e em 1904, com a sua elevação à condição de sede da prefeitura do Departamento do Alto Acre, sob o comando do Cel. Raphael Augusto da Cunha Mattos. Na condição de sede da prefeitura departamental, localizada na área conhecida como Volta da Empresa, recebe suas primeiras instalações públicas, alterando a sua fisionomia de antigo povoado, é construída a Delegacia de Polícia, a sede da Prefeitura, e uma escola primária. Neste mesmo ano, a sede da prefeitura passa a se chamar Villa Rio Branco. Em seus arredores se prolifera o primeiro bairro, chamado Bairro 15, cujo nome foi influenciado pela presença do 15º Batalhão de Infantaria do Exército, que esteve acampado na área, onde o bairro se formou (CORDEIRO & SCHMINK, 2008).

Em 1909, o prefeito do Departamento do Alto Acre, Cel. Gabino Besouro Cintra preocupado em centralizar o poder político-administrativo e pressionado pelo crescimento

da Villa Rio Branco, e dos problemas de cheias durante os períodos de fortes chuvas, transfere a sede do poder político para a margem esquerda do rio Acre, local que ficou conhecido como Penápolis (em homenagem ao Presidente Afonso Pena), pois aí seria o local mais favorável para construção das instalações dos poderes públicos, assim como para realizar as futuras obras da cidade.

No dia 23 de outubro de 1912, a Villa Rio Branco é denominada cidade de Rio Branco, e no ano seguinte, 1913, torna-se sede do município de mesmo nome, unificando as duas margens do rio Acre, antiga Villa Rio Branco, sede do seringal Empresa, na margem direita, e a antiga Vila Penápolis, na margem esquerda. Seu nome foi tributário ao trabalho de diplomacia do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Barão do Rio Branco, durante a Presidência de Rodrigues Alves, que negociou a resolução dos conflitos de fronteira entre Brasil e Bolívia, finalizados, como vimos, com a criação do Território Federal do Acre.

Na condição de sede municipal, a partir de 1913, Rio Branco recebe novas instalações públicas: uma estação de Rádio e Telegrafia (em 1913), grupo escolar (em 1915), serviço de luz elétrica (em 1916). Não obstante, Rio Branco ainda não se configurava como um centro administrativo, proeminente, se comparado as outras cidades acreanas, devido suas deficiências em infra-estrutura de serviços. Sena Madureira, por exemplo, já possuía luz elétrica, hospital e sistema de transporte urbano, com bondes puxados à tração animal. Mas essa situação mudaria nos tempos vindouros. Quando, em 1º de outubro de 1920, Rio Branco é elevada à capital territorial, e com a extinção dos demais departamentos, a cidade é novamente beneficiada com obras de melhoramento. Os serviços de Correios, Tribunal de Apelação, hospital, agência fiscalização federal, uma fábrica de tijolos estadual, estádio de futebol são instalados (SCHMINK & CORDEIRO, 2008).

Hugo Carneiro, entre 1927-1930, construiria o Palácio do Governador (1929), o Quartel da Polícia Militar, o Mercado Municipal e uma Penitenciária, onde hoje funciona a prefeitura municipal. Nesta década de 1930 se consolidaria a imagem de Rio Branco como centro comercial e político do Território acreano. Na condição de sede oficial do Território, funcionavam as principais instituições dos três poderes estatais (legislativo, executivo e judiciário). No centro político da cidade estava localizado o Palácio do Governo, levantado em 15 de junho de 1929 como a obra de maior relevo da Capital, pelo seu estilo clássico e arquitetura em traços barrocos, ao modo europeu. O Palácio procurou referenciar a fase inicial do processo modernizador da cidade que buscava romper com os traços tradicionais e se posicionar como centro de referência econômico-político na região, representado pelas novas instalações de pedra. As palavras do próprio governador Hugo Carneiro, ao procurar estabelecer um paralelo entre o antigo prédio que sediava a base do governo estadual com o novo Palácio construído, chamavam atenção para essa ruptura que se pretendia estabelecer no Território Federal do Acre com a instauração do processo de modernização:

Esta casa, o Palácio do Governo, reflete o lastimável estado em que se encontra todo o Território. Efetivamente, o velho barracão de madeira, o desconfortável pardieiro, ameaçadora ruína, desguarnecido de forro, com o telhado mal seguro (...) paredes externas e internas de tábuas apodrecidas, soalho sem fixidez, tudo na eminência de desabamento. (...) O novo Palácio do Governo Territorial assenta em uma elevação que domina a praça principal da cidade de Rio Branco e o que a atravessa. É ladeado por duas ruas que vão até o porto, tendo à sua frente um jardim moderno com a extensão de 160 metros, formando, assim, um conjunto

harmonioso de grande beleza, que mais realça as sóbrias linhas do imponente edifício. O arquiteto inspirou-se na arquitetura grega, buscando principalmente seguir o estilo grave e majestoso da ordem jônica. A elegante fachada do prédio tem as alas salientes, com as janelas dos dois pavimentos em um apurado conjunto de riquezas e simplicidade de estilos e a parte central apoiada em quatro majestosas colunas, terminando em capitéis de finos traçados (TOCANTINS, 1998, p. 60-61).

No contexto da modernização da capital do Território, em sintonia com a industrialização do país, dos anos 1930, período do Presidente Getúlio Vargas no comando nacional, foram abertas, em Rio Branco, as vias Epaminondas Jacome, Benjamim Constant, Marechal Deodoro e Getúlio Vargas que definiram o eixo central do transporte, no centro da cidade, que ainda hoje se mantém (SCHMINK & CORDEIRO, 2008). Na margem direita, denominada 2º Distrito, antigo Bairro Beirute, mantiveram-se as casas comerciais de propriedade dos descendentes sírios, libaneses, principais empreendedores das atividades de comércio da região (TOCANTINS, 1998).

Nesta década de 1930, vivenciava-se a mais profunda crise da economia da borracha devido à concorrência dos seringais da Malásia, Tailândia, Sri Lanka, Indonésia que vinham se desenvolvendo desde 1905 com formas de cultivos mais adequadas às escalas industriais, onde o processo produtivo realizava-se em fazendas, com as seringueiras posicionadas próximas uma das outras, reduzindo o tempo de deslocamento para o corte, facilitando o controle sobre as plantações e barateando os custos produtivos e sociais, além do aumento da produtividade. No decorrer deste período de desvalorização da borracha ocorre, com maior intensidade, o fenômeno do êxodo rural, forçando muitos seringueiros a buscarem melhores condições de vida e trabalho nos centros urbanos que se formavam. Muitos deles se dirigiram para as principais cidades como Rio Branco, que oferecia melhores perspectivas de trabalho e serviços; outros buscaram abrigo nos seringais da Bolívia; os poucos afortunados que haviam conseguido poupar algum recurso com o saldo da borracha, aproveitaram a oportunidade para regressar com suas famílias para os locais de onde vieram²¹.

No entanto, esse vínculo da atividade de produção de borracha com a densidade demográfica regional é bastante representativo na historiografia acreana. O número de habitantes costuma variar na proporção do desempenho da borracha. No Acre, em 1920, por exemplo, habitavam 92.379 pessoas, mas com a tendência declinante da indústria extrativa, os anos que se seguiram foram acompanhados pela diminuição da população estadual, que chegou a 79.768 moradores, em 1940. Essa evasão de pessoas do Acre para outras regiões do país ou mesmo internamente em direção aos centros urbanos das cidades acreanas em decorrência das oscilações econômicas do extrativismo, manteve-se até a década de 1970 quando a dinâmica populacional ainda permaneceu fortemente influenciada pela atividade de produção de borracha sendo o nomadismo, migração e o êxodo as principais características desse sistema econômico em atividade.

No pós-1970 a tendência será de estabilidade e crescimento da população estadual, sendo os movimentos migratórios, agora, ligados a interesses contrários aos da borracha, como os dos empresários, fazendeiros, latifundiários do centro-sul do país, interessados na

²¹ Os impactos sociais desse processo apareceram nas análises de diversos autores como Costa Sobrinho (1992), Leandro Tocantins (2001), Luís Antônio Pinto de Oliveira (1982), Adalberto Ferreira da Silva (1982); Silvio Simeoni Silva (2003).

atividade agropecuária e exploração madeireira. No âmbito interno, essa variação da população, a partir da década de 1940, aos poucos, iria modificar a configuração rural-urbano do estado, resultado de processo de migração inter-municipal e fluxos externos em direção à região de contingentes populacionais com o conseqüente esvaziamento do campo e urbanização das cidades acreanas, conforme podemos observar a inclinação dessa dinâmica na tabela 1.

Tabela 1. População do Acre, Urbana-Rural, 2007.

ANO	POPULAÇÃO		TOTAL
	Urbana	Rural	
1920			92.379*
1940	14.138	65.630	79.768
1950	21.272	93.483	114.755
1960	33.534	125.318	158.852
1970	59.474	156.726	216.200
1980	132.169	169.134	301.303
1991	258.520	159.198	417.718
2000	369.796	187.541	557.337
2007	464.680	190.705	655.385

(Fonte: IBGE, 1996-2007 – Censo Demográfico; SCHMINK, 2008; GUERRA, 2005; ACRE EM NUMEROS, 2007-2008)

* Sem informação discriminada para zona urbana ou zona rural.

Em particular, a cidade de Rio Branco é um exemplo típico dessa situação interna do êxodo rural-urbano e fluxos externos. Nos anos de 1940 contava com uma população inferior a 5.000 habitantes (SCHMINK, 2008) e passa, trinta anos depois, em 1970, a comportar 83.977 pessoas. Nas três décadas seguintes, o crescimento demográfico segue ritmo acelerado, passa para 117.101 mil habitantes em 1980, chega a 197.376 habitantes, em 1990, alcançando a cifra de 253.059, em 2000, para finalmente manter-se com 290.639 habitantes, em 2007, com uma taxa de urbanização de 92,73%, o que significa uma população rural bastante residual da ordem de 21.134 habitantes.

**Tabela 2. População do Estado do Acre, Municípios de Cruzeiro do Sul
Rio Branco**

Estado, Município	1970	1980	1991	2000	2007
Acre	215.299	301.276	417.718	557.526	655.385
Rio Branco	83.977	117.101	197.376	253.059	290.639
Cruzeiro do Sul	43.584	50.472	66.603	67.441	73.948

Fonte: Censo IBGE, 1970, 1980, 1990, 2000 – Censos Demográficos. In: SANTOS, 2005, p. 49; ACRE EM NÚMEROS, 2007.

**Tabela 3. População do Estado do Acre, Municípios de Cruzeiro do Sul
Rio Branco, por zona rural e urbana**

Estado, Município	1970		1980		1991		2000		2007	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Acre	59.439	155.860	131.930	169.346	258.520	159.198	370.267	187.259	464.680	190.705
Rio Branco									269.505	21.134
Cruzeiro do Sul									50.950	22.998

Fonte: Censo IBGE, 1970, 1980, 1990, 2000 – Censos Demográficos. In: SANTOS, 2005, p. 49; ACRE EM NÚMEROS, 2007.

Com a finalidade de enfrentar o problema do êxodo rural em direção à cidade de Rio Branco, o governo local tomou as primeiras medidas político econômicas objetivando responder a demanda por trabalho dos seringueiros que se deslocavam do campo. Neste sentido, foram implantadas, nos arredores da cidade de Rio Branco, as Colônias de produção agrícolas. Nos governos de Gabino Besouro (1908), Deocleciano de Souza (1912), Cunha Vasconcelos (1913) implantaram-se as primeiras colônias, localizadas geralmente nas adjacências da cidade, onde foram assentados os seringueiros migrados, dentre outros motivos, também para aumentar a produção de alimentos agrícolas. Muitos seringueiros se fixaram em outros pontos da cidade, que com o tempo, foram absorvidos ao perímetro urbano, configurando novos bairros na cidade que se expandia.

Convém destacar que até a década de 1940, conforme ilustra a formação comercial e política de Rio Branco, a economia acreana se baseava na produção da borracha como atividade exclusiva. As casas comerciais correspondiam ao segundo ramo de atividades mercantis que se articulavam com economia extrativista, através da intermediação das mercadorias industrializadas para os seringais, como as casas de comércio que se proliferaram no antigo Bairro Beirute localizado no Segundo Distrito, da capital Rio Branco. Na cidade, as fábricas de cerâmica, olarias para a produção de tijolos, telhas constituíram os primeiros ramos do setor de manufaturas, seguido por pequenos ofícios como padeiros, torrefação de café, carpinteiros, pedreiros. O funcionalismo público correspondia ao principal ofício da zona urbana. O mercado acreano, portanto, estava fundamentado na economia rural de exportação da borracha (setor primário), no comércio de circulação de mercadorias industrializada (setor terciário), pequenas manufaturas urbanas voltadas para a construção civil (setor secundário) como as olarias e principalmente baseado na presença dos funcionários públicos e dos setores governamentais. A esfera governamental constituía o mais importante espaço de dinamização da economia.

As obras e instalações da cidade de Rio Branco se intensificam a partir dos anos 1950, quando começa a ser construída a malha rodoviária da capital, ampliando os meios de transportes regionais para além dos rios e interligando vários municípios entre si pela via terrestre e o Alto Acre com as outras regiões do Brasil. Rio Branco passa a ligar-se com a vila de Plácido de Castro pela linha AC-1, posteriormente com Boca do Acre-AM, pela AC-3. Pela BR-364 ligou-se com a cidade de Porto Velho-RO, no ano de 1964, e através desta via com o restante do país. No ano de 1992, a BR-364, antiga linha 129, é pavimentada com camada de asfalto, possibilitando tráfego rodoviário de Rio Branco com as demais regiões brasileiras durante o ano inteiro.

Entre 1950 e 1960, constrói-se a maternidade Barbara Heliadora, o Hospital Psiquiátrico, o Instituto Getúlio Vargas, o Colégio Eurico Dutra, a Catedral. Em 1963 foi construída a Usina de força e luz movida a óleo diesel, que abastecia 561 instalações comerciais, prédios públicos e residências, das 1.894 casas existentes fornecendo energia das 5:30h da manhã até as 23:00h. Neste mesmo ano, iniciou-se a construção da ponte metálica, que ligaria as duas partes da cidade, separadas pelo curso do rio Acre. Antes da existência da ponte, o transporte era realizado por catraias, pequenas embarcações que faziam o traslado da população de um lado para o outro da cidade. O sistema de telefonia foi instalado, atendendo inicialmente à comunicação com 200 assinantes, no âmbito local,

sendo que as ligações para fora da cidade eram feitas por telegramas ou pelo anúncio no rádio (SCHMINK & CORDEIRO, 2008).

O transporte aéreo data de 1936 com linhas conectando as cidades de Belém, Manaus, Porto Velho e as linhas do Acre, realizada pela Companhia Povair Brasil S.A. Os aviões das Companhia Sindicato Condor foram os pioneiros em fazer as conexões aéreas com as linhas de São Paulo-Corumbá, com Porto Velho-Lábrea, e Boca do Acre, Xapuri e Rio Branco, no Acre. Em 1950 a cidade de Rio Branco passa a contar com o aeroporto Salgado Filho, cuja pista de pouso havia sido construída ainda com tijolos. Na época, o aeroporto mantinha 12 vôos por semana, saindo da capital Rio Branco para as demais cidades brasileiras. Em 1970, seria construído o aeroporto internacional Presidente Médice, em instalações mais modernas e, em 1999, o novo aeroporto internacional Plácido de Castro seria construído em função da intensificação do transporte aéreo na região e também devido à posição geográfica do antigo aeroporto localizar-se em uma área baixa da cidade, facilmente atingida pelas fortes chuvas que chegavam a interditar várias ruas que impediam o deslocamento dos passageiros para suas instalações.

No intervalo de tempo que compreende 1941 a 1964, Schimink e Cordeiro (2008) comentam que a política econômica do Acre foi dominada por dois governadores militares indicados pelo governo federal: i) Oscar Passos, ligado à aliança PTB e MDB; ii) Guiomard Santos, da aliança PSD e Arena. Os autores afirmaram que os seringalistas e comerciantes tradicionais, enfraquecidos com o declínio sucessivo do extrativismo, à época, apesar de deterem o controle das terras e do comércio, deram início ao processo de disputa pela direção do aparelho estatal, a fim de poderem controlar as políticas de desenvolvimento regional e assim assegurar as compensações políticas de suas perdas econômicas.

A concorrência política entre esses dois governos modificaria significativamente a infra-estrutura material do Território do Acre, principalmente da capital Rio Branco, onde os investimentos públicos foram mais concentrados. Tocantins (1998), por exemplo, ressalta o importante trabalho desempenhado pelo governo de José Guiomard Santos no Território: “José Guiomard Santos (...) autor da Lei que transformou o Território em Estado (...) [em] sua administração projeta uma ampla transformação da paisagem acreana nas estruturas governamentais, na construção de escolas, hospitais, maternidades, na abertura de estradas e colônias agrícolas, no apóio às atividades culturais” (TOCANTINS, p. 70).

Mas nem todos os governos indicados pela União, para a direção dos Departamentos do Acre e da capital Rio Branco, tiveram o mesmo empenho para promover mudanças que beneficiassem o Território. Exagero à parte, poder-se-ia apresentar outro painel acerca dos demais governadores indicados no contexto da economia da borracha. Sobre os governadores interventores, Rego Barros (1993) fez severas críticas que ficaram registradas na historiografia acreana. Segundo ele,

logicamente, o Governo Federal não foi sempre feliz na escolha dos governos dos Departamentos. Forçados pelas oligarquias que os apoiavam e pelos compromissos eleitorais, nomearam muitas vezes indivíduos completamente estranhos ao meio, inescrupulosos uns, aventureiros outros, todos atraídos pelos vencimentos do cargo ou pelo decantado fausto da vida em Manaus [para onde sempre se dirigiam]. ‘Dizia-se que o seu teatro era uma vitória de arte italiana na selva, onde os homens ainda de casaca, as poucas senhoras, de decotes e cheias de jóias, as mais

cocottes, ainda mais decotadas e cheias de jóias ainda (...) assevera-se que o primeiro carro Ford chegado ao Brasil, foi o que trafegou pelas ruas de Manaus (...) nestes eróticos refúgios encontravam-se lindas e provocadoras francesas, espanholas, polonesas, portuguesas, peruanas, além de naturais de outros países (...) havia entre os novos ricos quem acendesse charutos com notas de cem mil réis, fizesse correr em fontes, nos pátios dos palacetes, champanha em vez de água (REGO BARROS, 1993, p. 11-12).

[E continua]: assim armados de poderes ditatoriais, os Prefeitos, sem exceção, se desmandavam e porfiavam em violências. A administração que eles aparelhavam ressentia-se desse mal congênito. E, positivamente, nada fizeram de útil e de perdurável...Dessa incúria federal, os desmandos, as malversações, os peculatos, os grandes crimes acoroçados pelas próprias autoridades, os criminosos impunes, as humilhações impostas à população laboriosa dos seringais, as exortações a boa fé dos proprietários ricos e simplórios, tudo isso não raro agravado com a prisão para os tímidos e o açoite para os altivos (...) de nada valera para os acreanos o sangue derramado (...) (REGO BARROS, 1993, p. 21).

É importante deixar explícito que o processo de formação política e desenvolvimento econômico da cidade de Rio Branco, ao longo do período em que o Acre esteve na condição de Território, tendo seus governadores interventores indicados pela União operou sob a lógica mais geral da ação governamental de estruturação da administração pública e dos seus vários aparelhos institucionais nos centros das principais cidades, nomeadamente as instalações dos três poderes (executivo, legislativo, judiciário), os postos de tributação, segurança, educação e saúde. No plano econômico, a produção da borracha, o comércio de aviamento e as incipientes manufaturas de cerâmicas urbanas movimentavam o mercado acreano caracterizadas pelo forte consumo governamental e pela demanda dos funcionários públicos das cidades. O setor privado praticamente inexistia e a atividade agropecuária ganhava importância na política econômica territorial como alternativa de diversificação produtiva para assegurar emprego e alimentos para os trabalhadores vindos do meio rural para as cidades, devido às sucessivas crises da borracha. A criação das Colônias Agrícolas, que abordaremos mais detalhadamente na próxima seção, correspondeu a uma das primeiras medidas governamentais, direcionadas para o fomento da produção local com a finalidade de estruturar o mercado interno, garantir a produção de alimento para o abastecimento das cidades e conter problemas sociais como o desemprego e marginalização urbana.

Do ponto de vista da representação política institucionalizada, pode-se considerar que a maior parte da população vivia por fora desse processo, sendo que os segmentos de trabalhadores não possuíam consciência de seus interesses coletivos. O traço específico da ação política se caracterizava pela tutela estatal, apadrinhamento e relação de confiança, aspectos que configuravam a política clientelista do favor. Essa situação política teria seu ponto de estrangulamento no decurso da década de 1970, com as mudanças das relações econômicas e modificações na forma de uso da terra, que tornariam evidentes as oposições dos interesses dos seringueiros, predominantemente, de tal modo, que despertariam a consciência dos seus interesses diante da exclusão social a que foram submetidos. Essas transformações se dariam em maior escala no Alto e Baixo Acre, no trecho entre Rio

Branco-Brasiléia-Xapuri, devido à profundidade dos conflitos econômico e social. Tais mudanças afetariam o núcleo da relação social no Acre e deixariam latentes duas possibilidades de desenvolvimento para a região em torno das quais forças econômicas e políticas divergentes disputariam o controle pela direção do rumo do desenvolvimento.

As forças emergentes, que resistiram no campo e nas cidades do Alto Acre, a partir da década 1970, saíram vitoriosas nesse embate sobre os rumos do desenvolvimento quando conquistaram o poder governamental, duas décadas depois, em 1998. Mas se tal conquista foi possível, ela não poderia ter ocorrido sem a compreensão da história do Juruá, particularmente, da cidade de Cruzeiro do Sul, o segundo centro econômico e político regional e o segundo maior colégio eleitoral do Acre.

1.2.3. A cidade comercial e política de Cruzeiro do Sul.

Os pioneiros da ocupação acreana conseguiram estabelecer seus domínios nos seringais. Temos, por exemplo, o caso do cearense Francisco F. de Carvalho que se estabelecia, em 1870, no Riozinho da Liberdade; Antônio Petrolino Albuquerque, Miguel Fernandes, João Busson que aportaram no Rio Tarauacá; o cearense Antônio Marques de Menezes que, em 1883, fundou seringal na foz do Mu. João Dourado e Balduino de Oliveira chegaram ao Alto Juruá, na fronteira com o Peru. O cearense Mâncio Agostinho Rodrigues Lima, que chegou em 1910, e acumulou fortunas como seringalista, comerciante e líder político na região do Juruá (CRUZEIRO DO SUL, 1994).

Foi em razão dessas frentes pioneiras de exploração comercial e produtiva que a cidade de Cruzeiro do Sul foi fundada em 12 de setembro de 1904, tendo a sede provisória do Departamento do Alto Juruá instalada na localidade chamada Invencível, na foz do rio Mõa, pelo pioneiro Cel. Gregório Thaumaturgo de Azevedo, enviado pelas forças militares nacionais. No dia 28 de setembro deste mesmo ano, obedecendo ao Decreto nº 8, o ponto administrativo de Cruzeiro do Sul foi transferido para as antigas terras do seringal Centro Brasileiro adquiridas pelo governo da União, do proprietário-seringalista Antônio Marques de Menezes. No dia 31 de maio de 1906 o lugar foi elevado à categoria de cidade, tornando-se capital do Departamento Alto Juruá. O Cel. Gregório Thaumaturgo de Azevedo foi o seu fundador e assumiu o governo Cruzeiro do Sul de 1904 a 1906.

Do ponto de vista político-administrativo, o Município do Juruá, atual Município de Cruzeiro do Sul, correspondia à jurisdição oficial da cidade de Cruzeiro do Sul e unidades distritais, administradas por sub-prefeituras. Naquela ocasião haviam quatro distritos: i) Rodrigues Alves, localizado à margem esquerda do rio Juruá; ii) Porto Walter, no alto Juruá, a 310 km da cidade de Cruzeiro do Sul; iii) Marechal Thaumartugo, no rio Amõnea, a 390 km distando desta cidade; iv) e Foz do Breu, fazendo extrema com a fronteira do Peru, a 590 quilômetros de Cruzeiro do Sul.

Localizado na margem esquerda do Juruá, Cruzeiro do Sul possui uma área territorial de 24.652 Km², fazendo limites pelo norte com o município de Ipixuna-AM; ao sul, com os municípios de Mâncio Lima e fronteira com o Peru; ao leste, com o município de Tarauacá; e oeste, com o Peru. Os principais cursos d'água que banham o município e contornam seus traçados fronteirços são o Juruá e seus afluentes: Paraná dos Mouras, Valparaízo, Juruá-Mirim, Ouro Preto, Grajaú, Rio das Minas, Natal, Tejo, Amõnea.

Os primeiros exploradores que chefiam as expedições de colonização por esses rios, da região do Alto Juruá datam de 1857. João da Cunha foi o primeiro indigenista a aportar às terras da atual Cruzeiro do Sul, chegando à altura do rio Juruá Mirim, rio que deságua no Juruá. O cientista Wyllam Clandless, geógrafo inglês, esteve realizando

investigação também no Alto Juruá, na confluência com o Campinas. Em 1872, Augusto Hilíges e Lopes Neto chegaram à foz do Breu, em viagem científica. No ano de 1877, quando ocorre a grande seca nordestina aportam as primeiras remessas de imigrantes nordestinos no Alto Juruá. E em 1899, o primeiro barco a vapor, o navio Mundurucus, desliza pelas águas barrentas do Juruá (CRUZEIRO DO SUL, 1981).

A população, como o processo de colonização demonstra, é descendente de cearenses nordestinos predominantemente, mas há forte presença de portugueses, sírios e libaneses. Os primeiros se dedicaram mais a produção de borracha nos seringais, enquanto os segundos são conhecidos por desenvolverem atividades mercantis, através do comércio operado pelo sistema de aviamento. Os nativos grupos indígenas das tribos Amaucas, Araras, Canamaris, Caxinauás, Jaminauas, Nauas, Tucanos, praticamente, tiveram sua população reduzida à quantidades bem inferiores à existente ao início do século, e socialmente, foram excluídos do processo colonizador, sendo muitos deles dizimados completamente pelos exploradores que avançavam sobre suas terras. Embora em condições sociais e políticas bastante inferiorizadas os indígenas originários ainda deixaram sua marca nas feições gerais dos moradores da cidade que guardam nítidos traços culturais de suas etnias, reflexo também da subordinação sexual a que nos seringais foram submetidos.

Constata-se, portanto, que também a cidade de Cruzeiro do Sul formou-se impulsionada pela abundância de árvores de seringueiras e o comércio de produção de borracha, fazendo com que a mesma se tornasse o segundo centro político-econômico do Acre. A sua estruturação material e populacional, mais ou menos, acompanhou o andamento desse desenvolvimento econômico e político. Quando, por exemplo, foi feito o primeiro recenseamento demográfico do Alto Juruá, em 1904, ordenado pelo prefeito recém empossado daquele departamento, Cel. do Corpo de Engenheiros Gregório Thaumaturgo de Azevedo, com cobertura de 112 seringais, foram contabilizadas 6.974 pessoas, destas, 5.087 eram homens e 1.887 mulheres. Em 1906, na região do Juruá, incluindo a cidade de Cruzeiro do Sul e o rio Tarauacá, foram registradas 14.208 pessoas, das quais 10.581 eram homens (74,5%) e 3.627 mulheres, representando 25,5% da população²² (WOLFF, 1999).

Só na cidade de Cruzeiro do Sul, entre 1906 a 1914, a população aumentou de 546 habitantes para 3.598 pessoas, e ao mesmo tempo, a área ganhou porte de centro comercial do Alto Juruá. Na cidade, passaram a viver os comerciantes, funcionários públicos, soldados policiais, proprietários de seringais, empregados do comércio, além de pessoas que se ocupavam das atividades de alfaiate, costureiras, lavadeiras, sapateiros, prostitutas, além de agricultores, caçadores e seringueiros, que moravam na periferia da cidade cultivando as terras e matas nos arredores. Mauro Almeida (apud WOLFF, 1999, p. 88) registrou esse momento de constituição da cidade de Cruzeiro do Sul:

Exagero à parte, a área realmente cresceu de um simples posto de comércio comprado pelo Cel. Thaumaturgo em 1904 para uma cidade de 3.000 habitantes em 1912. Na área urbana de Cruzeiro do Sul, um monumental boulevard de 30 metros de largura foi projetado. A cidade tinha uma escola, uma associação de trabalhadores, um tribunal (fórum),

²² Neste primeiro momento, a quantidade de mulheres era bastante inferior a dos homens porque para o patrão não interessava mulheres no seringal, que eram consideradas como improdutivas, além do mais representavam mais despesas, pois geravam a necessidade de plantar alimentos, o que não era permitido aos seringueiros, que deviam dedicar-se ao corte da seringa e comprar seus produtos do barracão, gerando maior lucro para o patrão (WOLFF, 1999).

uma delegacia, uma loja maçônica e uma capela, e a partir de 1906 tinha um jornal que defendia a autonomia da região. Além disso, havia uma serraria a vapor, duas fábricas de tijolos e telhas, energia elétrica, uma fábrica de gelo e mais ou menos 150 estabelecimentos comerciais pertencentes a comerciantes brasileiros e ‘orientais’ (libaneses, gregos e judeus).

Neste período de rápido desenvolvimento muitas instituições civis, religiosas e recreativas se constituíram: foram criados cinemas, teatros, sociedades recreativas e beneficentes, lojas maçônicas, igrejas católicas, evangélicas, associação comercial, representação dos correios, mesas de rendas federais, delegacias de polícia, casas comerciais, escolas, farmácias, bilhares. Nos anos que se sucederam, a tendência da cidade seria de alcançar instalações básicas (saúde, educação, produtivas, comerciais e industriais), aumento populacional e representação social dos seus diferentes segmentos sociais que iam surgindo. Tudo isso contribuiria para que Cruzeiro do Sul se tornasse a segunda maior cidade territorial, em importância econômica e política.

Nos primeiros anos que seguiram à fundação de Cruzeiro do Sul, como sede oficial do Departamento do Alto Juruá, ocorreu a implantação de algumas instalações de melhoria da cidade. Estabeleceu-se o Posto Fiscal Brasileiro na Foz do Amônia, em 1904. Em 1906, é inaugurado o órgão oficial de imprensa, com a produção do Jornal Cruzeiro do Sul. No mesmo ano foi criada a usina de força para fornecimento de luz elétrica à população. Em 1908, construído o Liceu Afonso Pena, e no ano seguinte, 1909, fundação do Centro Operário Beneficente. As edificações da Estação Telegráfica, de ondas longas da cidade, o Cais do Porto e o obelisco comemorativo de fundação da cidade, foram construídos no ano de 1912. Em 1913 foi instalado o Tribunal de Apelação, sendo eleito presidente o Desembargador Elizário Távora e constituído o primeiro Conselho Municipal de Cruzeiro do Sul (CRUZEIRO DO SUL, 1981).

Na década de 1920, depois da centralização política do Território que levou à extinção dos departamentos político-administrativos com a nomeação de Rio Branco capital territorial, em Cruzeiro do Sul foi edificada a maternidade Santa Casa de Misericórdia, para oferecer atenção básica de saúde e acompanhamento de gravidez no município. Em 1926, foi inaugurada a igreja católica Nossa Senhora da Glória, padroeira da cidade, considerada um dos principais símbolos postais deste município pela sua majestade arquitetônica que, à base de cerâmica aparente, procurou mesclar o estilo dos grandes monumentos medievais com suas fortes muralha e paredes amparadas por colunas mestras à arquitetura indígena marcada por seu formato arredondado e livre espacialmente em sua cavidade interna. Nesta paisagem que se formava, plaina, em 1939, a primeira aeronave nas águas do Juruá, um hidroavião peruano. No ano de 1951, se inaugurou a primeira linha aérea de Cruzeiro do Sul S/A, ligando a cidade, por via aérea, à capital e cidades amazonenses (CRUZEIRO DO SUL, 1981).

Nos anos 1940, já contando com aproximadamente 7.000 habitantes, Cruzeiro do Sul, paulatinamente, foi modificando sua estrutura espacial e arquitetura. As residências, prédios públicos e ruas foram ganhando material moderno. As casas erguidas em madeira e cobertas em alumínio, telha ou mesmo palha, passaram a ser construída em alvenaria ou em alvenaria e madeira. As ruas se interligaram com as avenidas, configurando o centro espacial da cidade por onde se fixavam as casas residências (de funcionários, seringalistas,

políticos, comerciantes), casas comerciais e instituições públicas. Nos arredores da cidade moravam normalmente os trabalhadores rurais, agricultores.

No ano de 1944, o Município do Juruá passa a chamar-se Município de Cruzeiro do Sul. Em 1963, com a elevação do Território do Acre à categoria de Estado, e a conseqüente conquista de seus direitos políticos, cria-se a Câmara Municipal de Cruzeiro do Sul. A partir da década de 1970 foram instaladas a Rede Telefônica (CONTEL); Rede de Energia do Acre – Eletroacre; Rede de abastecimento de água – Sanacre; realizado o vôo inaugural do Boeing 737 Varig\Cruzeiro²³; implantação da TV Cruzeiro do Sul, canal 5, pela Rede Amazônia de Televisão; estabelecimento da Rede Telefônica do Sistema DDD, Empresa Brasileira de Telecomunicações – Embratel; realizado a captação direta do sinal de transmissão da Rede Globo de Televisão, em 1981 (CRUZEIRO DO SUL, 1981).

No ano de 1963, implanta-se o sistema de saneamento de água – Sanacre, captando água potável do igarapé São Salvador, que começou abastecendo 1.260 ligações à população. A companhia de eletricidade – Eletroacre estendeu seu alcance cobrindo aproximadamente 80% da população, com 2.499 usuários. As obras de pavimentação e rodagem se intensificaram precisamente, a partir de 1969, com a criação do 7º Batalhão de Engenharia e Construção – BEC. O BEC construiu praticamente toda a malha rodoviária da cidade e estruturou seus eixos principais, trabalhando nas rodovias de ligação dos municípios da regional do Juruá e Purus, incluindo estradas vicinais, na zona rural do município de Cruzeiro do Sul. Implementou o asfaltamento da BR – 364 no sentido Rio Branco-Sena Madureira, atuou na construção do aeroporto de Tarauacá, além de realizar importante trabalho na área de saúde, fazendo consultas médicas, exames laboratoriais, e atendimentos clínicos, em geral, da população (CRUZEIRO DO SUL, 1981).

Alguns programas foram realizados, visando promover o desenvolvimento da região do Alto Juruá. Merece destaque o Projeto Rondon, instalado em 1971, como resultado do convênio da Universidade Estadual de Campinas, Governo do Estado do Acre, Prefeitura de Cruzeiro do Sul e Prelazia do Alto Juruá, que realizou ações na área da saúde, engenharia civil, agronomia, produção de alimentos agrícolas, serviço social, direito. Entre as suas principais atividades podemos destacar “exame ambulatorial, atendimento odontológico, campanhas de vacinação anti-pólio e contra meningite, campanha de saúde pública, cursos de primeiros socorros, cursos de alimentação e construção de hortas, de avicultura de corte, de formação de técnicos em eletrônica, de instalação elétrica residencial, de atendente hospitalar, de educação física, além da construção do bio-digestor, na fazenda experimental do governo” (CRUZEIRO DO SUL, 1981, p. 56). Neste mesmo período, a Superintendência de Campanha de Saúde Pública – Sucam se estabeleceu na região, para oferecer os serviços de coleta de sangue para exame laboratorial de malária e tratamento, borrifação residencial contra mosquitos e aplicação de vacinas contra febre amarela.

O governo federal deslocou uma unidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, para a região, instalado na cidade em 1975. Sob a jurisdição de 7.034.300ha de terras, correspondentes aos municípios de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Tarauacá e Feijó, passou a fazer vistorias para regularização da situação fundiária,

²³ Nos anos seguintes foram instaladas Força Aérea Brasileira – FAB, com a operação do ‘búfalos’; Transporte Aéreo do Vale do Juruá – TAVAJ Ltda operando com Taxi aéreo; Transporte Aéreo da Bacia Amazônica, operando com bandeirantes; Serviço Aéreo do Vale da Amazônia – SAVA; Órgão Controlador do Núcleo de Proteção ao Vôo NPV, da FAB.

trabalhando na discriminação de terras, arrecadando áreas em nome da União, repassando os Títulos Definitivos – TD, e expedindo Licença de Ocupação – LO para trabalhadores rurais e proprietários (CRUZEIRO DO SUL, 1981).

No âmbito das atividades produtivas, a partir da gestão do governador Geraldo Mesquita (1975-1979), a Companhia de Colonização do Acre – Colonacre e Companhia de Armazéns Gerais do Acre – Cageacre, passaram a prestar serviços de suporte à produção agrícola com a criação de assentamentos rurais como os Naris, colônias agrícolas, prestação de assistência técnica, apoio no escoamento, comercialização e armazenamento da produção agrícola. Os plantios produtivos passaram a ser diversificados em cultivos perenes e temporários. Além da produção de café, vinha-se intensificando o cultivo de guaraná, arroz, milho, feijão, mandioca para produção de farinha, frutas cítricas como laranja, lima, limão, tangerina, abacaxi; frutos diversos como abacate, biribá, pupunha, cupuaçu. A Cobal, por sua vez, funcionou como unidade comercial para o fornecimento de mercadorias industrializadas no processo de abastecimento dos seringueiros.

Na década de 1980, a criação de pecuária já havia expandido bastante o seu plantel de animais, aumentando sua população de bovinos para a ordem de 4.723 cabeças. No ano de 1956, o número de cabeças de gado correspondia a cifra de 2.700 cabeças de gado, e em 1923, a quantidade de animais era de 2.000 bovinos. Em termos percentuais, nesses 24 anos (de 1956-1980), a pecuária havia crescido 171,74%, o equivalente a 1973 mil cabeças, um incremento médio da ordem de 196,6 rés ao ano (7,15%). Se tomarmos o intervalo de 1923, em que a região possuía cerca de 2.000 cabeças de gado, em comparação ao ano de 1956 (com 2.750 cabeças), notaremos que a média de crescimento animal, nestes 33 anos, situou-se na casa dos 137,5%, aumento de 750 animais, com produção anual em torno de 5,4 cabeças (4,1% a.a). Agora se tomamos o período agregado dos 57 anos (1923-1980), o incremento da atividade de pecuária foi da ordem de 236,15%, o que representava um crescimento de 48 cabeças de gado ao ano (4,14% a.a).

Os dados dão conta que no ano de 1980 a produção de pequenos animais, incluindo suínos e ovinos, girava em torno de 18.522 e 390 unidades respectivamente, mas não especifica o volume de comercialização. A criação de aves era baixa, porém, atualmente há um plantel de 900 galinhas poedeiras, que produzem ovos para geração de 500 indivíduos. A insuficiência de informações não permite gerar um quadro comparativo de base quantitativa, sobre o incremento da produção de pequenos animais, mas serve para indicar o grau de importância da atividade agropecuária entre as décadas de 1930 a 1980, aproximadamente (CRUZEIRO DO SUL, 1981).

No caso da produção agroextrativista, estas atividades coletoras movimentaram no ano de 1956 valores da ordem de Cr\$ 45.805.470,00, sendo a renda da produção de borracha bastante superior, se comparado aos demais produtos extrativos, pois deste total a borracha era responsável por Cr\$ 40.829.830,00. A produção agrícola total, incluindo o cultivo de mandioca para a produção de farinha, café e arroz, geravam faturamento da ordem de Cr\$ 29.767.025,00, com destaque para a produção de café e arroz que foram responsáveis por Cr\$ 8.281.000,00 e Cr\$ 4.095.000,00, respectivamente deste valor.

O comércio de mercadorias voltado para o abastecimento interno da cidade de Cruzeiro do Sul, é movimentado por três supermercados, lojas varejistas de confecções e eletrodomésticos (98), uma fábrica de guaraná (Guaraná Nauense, criada em 07-08-1971), pequenas industriais artesanais e/ou mecanizadas (2 padarias mecanizadas, 4 artesanais, sorveterias, 1 torrefação de café), distribuidoras de gás (Fogás), postos de gasolinas, mercearias, drogarias (10), butiques (2), barbearias (2), salão de beleza (3), restaurantes

(3), bares, pensões de alimentos, hotéis²⁴. O comércio mantém relações mercantis com os mercados de Belém, Manaus, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo de onde importam tecidos, calçados, ferragens, armarinho, combustível e produtos alimentares industrializados, enlatados em geral, como café, leite, biscoitos, bebidas e medicamentos (CRUZEIRO DO SUL, 2004).

O mercado de exportação localiza-se no mercado do setor madeireiro, marcenaria e usina de borracha. A serraria São Jorge, de propriedade de Abdulcarim Almeida Tobu, instalada em 16 de janeiro de 1973, trabalha com madeiras nobres como cedro e mogno e exporta prancha bruta para os mercados da Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos. A serraria Marmude Cameli & Cia, fundada em 10 de julho de 1971 também exporta madeira bruta para as mesmas regiões da Europa e EUA. As principais marcenarias de propriedade de Wilhen Peters Keulen, de Francisco Tomé de Melo e marcenaria Oriente que fabricam esquadrias, fazem entalhamento, produzem móveis coloniais e confeccionam madeira em geral, negociam parte de sua produção para o mercado externo.

Embora a economia extrativista tenha amargado situação de crise nos anos 1970, o processo de industrialização da borracha bruta continuou dando sobre fôlego aos seringais nativos do Acre, em particular, para os seringais do Alto Juruá que manteve a produção de laminados de borracha, processada pela Usina de Borracha do Ocidente Ltda, criada em 19 de setembro de 1978, de propriedade de Orleir Messias Cameli. A referida Usina de Borracha que estendeu suas atividades de beneficiamento de borracha até o ano de 1992, quando, então, entrou em situação de falência, absorvia até aquele período a matéria prima local mantendo uma capacidade industrial para processar 1.500 toneladas de laminados ao ano. Chegou a gerar na cidade de Cruzeiro do Sul 40 novos empregos diretos, contribuindo para aumentar a arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços–ICMS.

No plano mais geral do desenvolvimento humano, não podemos esquecer o papel desempenhado pela Prelazia do Alto Juruá, no direcionamento de sua pastoral católica para a educação e assistência social da população, além da formação espiritual. O bispo cearense Dom José Lourenço da Costa Aguiar foi o primeiro religioso católico que prestou serviço de pastoral no Alto Juruá entre os anos de 1894 a 1905. O seu trabalho de catequização resultou na fundação da Igreja Nossa Senhora da Glória, em 15 de agosto de 1926, consolidando a jurisdição da Prelazia do Alto Juruá, instaurada no dia 22 de maio de 1931. Com sede oficial na cidade de Cruzeiro do Sul e sob a coordenação da Congregação do Espírito Santo, a Prelazia do Alto Juruá seria dirigida fortemente pelo pulso dos sacerdotes germânicos. A chegada do bispo Dom Henrique Ruth, em 13 de abril de 1936, primeiro bispo prelado do Alto Juruá, oficializou definitivamente a presença da Igreja Católica na região.

Desde o momento de seu estabelecimento, a Prelazia atuou na assistência à infância, à juventude e aos anciãos, desenvolvendo atividades de catequização, oferecendo cursos de noivado e preparando vocacionados para o ofício do sacerdócio. Além disso, estabeleceu a Colônia Ernane, formada com vinte casas para o abrigo das famílias dos doentes de hanseníase. Estas famílias eram tratadas no Hospital de Dermatologia Sanitária que continha 20 leitos. A Prelazia também construiu a Clínica Geriátrica D. José Haescher, composta por 42 leitos; o Seminário Nossa Senhora da Glória, com uma área de 2.750m²,

²⁴ Hotel Novo Acre; Savone Hotel, Hotel dos Viajantes; Hotel Sandras; Hotel Porta do Pacífico; Hotel Alice Silva.

para atender, aproximadamente 120 seminaristas; o Seminário São João Maria Vianey para formação de padres; o Educandário para abrigar crianças órfãs; o Lar dos Vicentinos para acolher os idosos; três Centros Sociais de Treinamento para formação de jovens e adultos na liturgia católica; a emissora de Rádio Verdes Florestas. Neste trabalho pastoral contou com o apoio de diversas congregações religiosas: Congregação do Espírito Santo; Irmãos Maristas (1968); Irmãs Dominicanas de Santa Maria Madalena (1937); Irmãs Franciscanas do Mártir São Jorge (1972); Irmãs Franciscanas da Sagrada Eucaristia (1976); Congregação das Irmãs da Divina Providência (1970); e Congregação das Irmãs de Nossa Senhora (1971) (CRUZEIRO DO SUL, 1994).

É importante sublinhar que do ponto de vista político, esta atuação católica do Juruá voltada predominantemente para uma pastoral de formação de padres não incorporou no seu discurso profético de evangelização uma leitura da vida social que ampliasse a conscientização da população cruzeirense acerca dos problemas sociais mais elementares da vida no sentido de sua libertação dos laços de dominação do mundo. Embora sua presença efetiva na ação de assistência social de velhos, doentes e crianças abandonadas, tenha sido de fundamental relevância para aliviar a vida de muitos desafortunados, sua atuação pode ser caracterizada como tendo sido uma participação de perfil mais caritativo-assistencialista. Esta classificação da ação da Igreja católica no Juruá é relevante porque ela assinala uma diferenciação essencial em relação à prática da mesma Igreja católica desenvolvida pelos padres italianos, na regional do vale do Acre mais guiada por uma teologia da libertação que postulava à emancipação dos afortunados do mundo, pregando, neste sentido, uma aproximação com os movimentos sociais de bases contra a exploração humana, como aconteceu nas cidades de Rio Branco, Xapuri e Brasiléia e, que, portanto, explicam, em parte, a presença pujante do sindicalismo rural e das Comunidades Eclesiais de Bases daquela região durante os conflitos da década de 1970, situação que não ocorreu no Juruá (SILVA, 2001).

O reflexo deste comportamento pastoral do Juruá pode ser explicitado através da frágil força dos movimentos sociais na década de 1970, em Cruzeiro do Sul, quando o sindicalismo procura institucionalizar os interesses dos trabalhadores rurais. Chama atenção em Cruzeiro do Sul o desprestígio e isolamento do sindicalismo rural naquela década, por um lado, e a forte presença das associações na canalização dos interesses dos diversos segmentos de trabalhadores urbanos, por outro. As demandas dos trabalhadores dos setores subalternos da sociedade civil aí haviam encontrado ressonância por intermédio dos espaços de representação sindical, de conotação mais política, senão que por canais de representação mediados pelas associações, de perfil comunitário e atribuição mais econômica²⁵. Tivemos somente o caso dos seringueiros que fundaram o Sindicato de

²⁵ Embora na prática tanto sindicatos como associações possam mediar questões de natureza econômica e política, podemos assegurar que o sindicato tem papel de intermediação mais político, enquanto as associações mediam demandas de perfil mais econômico, isso por conta da própria natureza institucional de cada uma delas. O que, porém, é significativo dessa sutil diferença de mediação, é a idéia de que tomando uma por outra se perde de vista a natureza de sua verdadeira institucionalidade. No caso de se tomar uma associação ao invés de um sindicato, do ponto de vista político, significa despolitizar a demanda trabalhista específica que está em negociação, isto é, significa destituí-la das relações de poder intrínsecas às desigualdades das relações de trabalho, para tentá-las reduzir a um mero ajuste ou acordo econômico, encobrindo assim os autores da exploração. Não foi arbitrário, o fato dos trabalhadores rurais, em particular os seringueiros, terem permanecido às amarras das relações de subordinação nos seringais do Alto Juruá até praticamente 1990, enquanto que no Alto Acre, os seringueiros daquela região, organizados em sindicatos, a

Cruzeiro do Sul em 1976. Naquele momento, suas demandas eram preservação do meio ambiente, garantia da posse da terra para os assentamentos rurais. Os pescadores da cidade se organizaram, mediados pela criação da Associação dos Pescadores, a partir dos anos 1980, chegando a reunir aproximadamente 337 associados em torno de melhores preços para os pescados, melhoramento nas condições de armazenamento e comercialização. No mesmo período, os estivadores criaram a Associação dos Estivadores. Nas áreas de assentamentos rurais a proliferação das associações agrícolas foi impactante. Em 1984 haviam sido criadas 12 associações cada uma delas contendo em média 80 associados em várias partes do município, como por exemplo, nas vilas Lagoinha, Campinas, seringal Dois Irmão, BR – 317, União do Projeto Santa Luzia, Ramal 3, Santa Rosa, São Pedro, Vila Rodrigues Alves, Sacada da Alemanha, Assis Brasil, São Francisco e Guarani (CRUZEIRO DO SUL, 1994). São sintomáticos os intensos conflitos agrários na década de 1970, no Alto Acre, inclusive, seguido por forte violência patronal e assassinatos, enquanto que nos seringais do Juruá, praticamente, sobre as mesmas circunstâncias, não se encontram registros de conflitos pela posse das terras com a crise da borracha²⁶.

Em resumo, podemos considerar que o processo de povoamento e ocupação produtiva dos seringais dos rios Acre, Purus, e do Alto Juruá se deram aproximadamente dentro da quadra histórica de 1870 a 1910. Os acontecimentos consecutivos de centralização política das áreas que até então estavam indefinidas juridicamente entre a tríplice fronteira brasileira, peruana e boliviana consolidaram os principais núcleos urbanos. A regulação das fronteiras, e em função dela, o ordenamento administrativo da vida política e da economia, marcou o surgimento das primeiras cidades. Assim, a centralização política e regulação econômica das cidades ocorreram no decurso da prosperidade material de sua indústria extrativista, e à medida que a borracha crescia no comércio internacional, elas foram estabelecendo seu poderio econômico e prestígio político no âmbito local.

No antigo seringal Empresa, sob a prosperidade dos negócios da Companhia Nemaia & Cia, se estabeleceu a Villa Rio Branco, sede do Alto Acre, que depois se transformou na cidade de Rio Branco, elevada futuramente como Capital Federal do Estado do Acre. Cruzeiro do Sul, jurisdição oficial do Alto Juruá, se formou no seringal chamado Centro Brasileiro, de onde chegou à condição de principal cidade econômica e política do Juruá. O ritmo de desenvolvimento material e institucional, diferenciado destas duas importantes cidades acreanas, gerou sociabilidades particulares. Mas os desencadeamentos vindouros dos movimentos econômicos e políticos do território acreano apesar de suas distintas dinâmicas, encontram-se entrelaçados, de tal modo que os desdobramentos posteriores às décadas de 1970\1980 protagonizados pela coalizão que resultou no Governo da Floresta, não poderiam realizar-se sem uma compreensão estratégica desta relação.

1.3. As motivações econômicas e políticas que sustentaram o Movimento Autonomista do Acre

Se a historiografia amazônica indica que o mesmo movimento geral de expansão dos mercados para a exploração da borracha levou à formação das duas principais cidades

partir dos anos 1975, ergueram uma bandeira política de desenvolvimento regional, baseada nas Reservas Extrativistas, que alterou bruscamente os rumos políticos e econômicos dos anos 1990.

²⁶ É razoável considerar que além da formação social-religiosa diferenciada entre as duas regiões, o isolamento geográfico tenha contribuído significativamente para impedir que a pressão agropecuária chegasse ao Juruá com a mesma intensidade como se estabeleceu no Alto Acre.

comerciais acreanas, Rio Branco e Cruzeiro do Sul, transformando-as em pólos econômicos e políticos locais podemos dizer que tal processo, de forma contraditória, configurou nas referidas municipalidades, formas diferenciadas de relacionamento econômico e político, seja pela influência das características geográficas que as localizavam distintamente, seja pelas motivações políticas e idiosincrasias das gentes que as povoaram. Mas se diferenças existiam concretamente, elas podem ser visualizadas econômica e politicamente através da abordagem sobre o Movimento Autonomista do Acre.

Sem ligações rodoviárias trafegáveis o ano inteiro entre estas duas cidades, até os dias atuais, que se encontram inconclusas – com exceção dos meses de agosto-setembro que permitem trânsito contínuo – Cruzeiro do Sul, com densas vias fluviais, aproveitou esse manancial de águas turvas para, nos seus primeiros anos de formação, estreitar laços mercantis, navegando no seu curso principal, o rio Juruá, e baixando por ele, estendeu comunicação comercial pelo caminho do rio Amazonas e aí chegando a Manaus, com quem intermediava suas trocas comerciais com o mercado internacional e daí abastecendo seu mercado local.

Esta característica geográfica, de tão visível que era persistiu como pano de fundo, por longo tempo, como recurso para que os cruzeirenses reivindicassem uma administração autônoma do seu departamento. No Relatório apresentado ao Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira, em abril de 1957, essa motivação que constituiu parte do discurso do Movimento Autonomista deflagrado, em 1910, em Cruzeiro do Sul, ainda persistia em documentos das autoridades políticas locais do Juruá mais de quarenta anos depois:

Espraiam-se nessa calota, dois vales distintos, não somente sobre o aspecto hidrográfico, como ainda na contextura geo-econômica: [Acre]-Purus e Juruá, orientando-se em paralelo com o prolongamento através do Estado do Amazonas em busca da calha mater, o lendário Rio Mar. A formação hidrográfica de cada um desses grandes cursos não possibilita quaisquer ligações entre ambos, uma vez que correm no mesmo sentido, com mais freqüência de Sudoeste, para Nordeste, num paralelismo que impede sequer o aproveitamento de cada curso até suas cabeceiras para, dessas nascentes, floresta adentro, atingir-se a outra bacia. A própria hiléia é diversificada de um vale para outro, tanto assim que na região do Purus e Acre, abunda na selva a castanha, quando no rio Juruá há ausência completa desse produto de índice tão expressivo na economia amazônica. Por outro lado, a própria formação geográfica, se bem que predominante a terciária, modifica-se no Vale do Juruá para Oeste. Serra do Divisor ou da Contamana, onde as anticlinais possibilitam região petrolífera, em grande área, aliás, com formações cretáceas (CRUZEIRO DO SUL-TERRITÓRIO DO ACRE, 1957, p. 5).

Nesse circuito comercial de tráfego predominantemente fluvial, sem praticamente nenhuma comunicação direta (por rios ou rodovias) com Rio Branco, os agentes econômicos e lideranças políticas de Cruzeiro do Sul desenvolveram um relativo sentimento de isolamento, isolamento este que fazia parte da própria realidade material de sua geografia, num primeiro plano²⁷. Mas tal configuração de sua natureza geográfica, de

²⁷ Rego Barros registra o grau de dificuldade que era, naquela época, chegar de Cruzeiro do Sul a Rio Branco, pelos únicos meios de comunicação existentes, as vias hidrográficas. “O percurso Cruzeiro do Sul-Rio Branco, separados entre si por aproximadamente 500 Km de selva, era vencido pelo gaiola descendo o Juruá e

ausência comunicativa, se estendeu ao âmbito político, em 1903, quando da constituição do Território Federal do Acre, o governo federal promulgou a administração dos Departamentos do Território com poderes discricionários, autônomos e descentralizados, com o agravante de seus cargos serem indicados pela Presidência da República.

A centralização política que se processaria em 15 de janeiro de 1920, pelo Decreto Nº 4.058, unificando os Departamentos, com sede na cidade de Rio Branco, elevaria ainda mais as evidências desses limites geográficos, que diferenciavam as duas principais cidades do Acre em decorrência a maioria dos investimentos públicos serem concentrados na capital Rio Branco, o que aumentava ainda mais o descontentamento dos cruzeirenses em relação ao governo Territorial.

Estes aspectos, portanto, o isolamento geográfico, a administração dos Departamentos autônomos e descentralizados através do Decreto Nº 5.188, de 7 de abril de 1904, e a prerrogativa da União de indicar os governos departamentais do Território, geralmente, com a nomeação de pessoas de outras regiões do país, serviram para fermentar o sentimento político de auto-suficiência administrativa dos habitantes locais de Cruzeiro do Sul, que se resignasse contra àquela situação de insuficiência política, à negação da autonomia local. Esse ressentimento foi a chama que acendeu o Movimento Autonomista, organizado pelos comerciantes e políticos do Juruá, em 1910.

Os desmandos de poder dos Intendentes, indicados pela União, que aplicavam os poucos recursos repassados pelo governo federal, em ações alheias aos interesses da população, acomodando comitivas de parentes nas funções administrativas da prefeitura local, além dos motivos que elencamos acima, das diferenças geográficas, foram as razões principais que levaram à indignação daqueles agentes políticos locais que empreenderam esse movimento, que nasceu no berço do Juruá, se irradiou por todo o Território. No plano econômico, o descontentamento dos agentes locais tornara-se visível acerca dos impostos tributáveis, derivados da exportação de borracha que eram drenados pela União e retornavam em formas de repasses ao Território em quantidade bastante ínfima. Na ordem política, os adeptos da Revolução Acreana haviam reivindicado desde o princípio das insurreições que levaram à constituição territorial do Acre o direito de autonomia administrativa defendendo a transformação da figura de Território em Estado Federal do Acre.

No âmbito interno do Território, o Movimento Autonomista que se formava em torno de comerciantes, seringalistas, e políticos locais, começou a realizar ações políticas contestatórias no sentido de alcançar a autodeterminação política do governo acreano. Em 1º de junho de 1910, eles deportaram do posto de prefeito o coronel da Guarda Nacional João Cordeiro e compuseram uma junta governista encabeçada por Mâncio Rodrigues de Lima, João Bussons e Francisco Freire de Carvalho e, como suplentes, Borges de Aquino, Glicério de Vasconcelos Pessoa e Alfredo Teles de Menezes. O governo federal tomou ciência do problema no Juruá e enviou forças militares para dissolver os dissidentes e restabelecer a ordem legal, cem dias depois (BARROS, 1993; COSTA, 1998).

depois pelo Solimões até encontrar a montante, o Purus. Subindo-o em ronceira viagem até a Boca do Acre e por este até a sede departamental. Essa viagem totalizava cerca de 5.000 Km e a duração dessa epopéia, dependendo das monções, nunca era inferior a 35 dias. Um gaiola para ir de Belém até Cruzeiro do Sul percorre a mesma distância que um navio vence da capital paraense a Estocolmo, na longínqua Suécia. Assim são as distâncias na Amazônia” (REGO BARROS, 1993, p. 62).

Este movimento em prol da autonomia política local gerou matizes internas entre os próprios acreanos, colocando de um lado aqueles que defendiam a posição do governo federal, e de outro, os que queriam transformação do Acre, a Estado. Em comemoração aos 44 anos de elevação do Acre a Estado (Jornal A Gazeta, Rio Branco, quinta-feira, 15 de junho de 2006, p. C1-3), o historiador Marcus Venícius comentou que os autonomistas tinham grupos rivais “o grupo conhecido por ‘unionistas’, formado por defensores do governo federal” que, inclusive, em razão dessa disputa, ocasionada pelo agravamento das dissidências, havia decorrido o assassinato de Plácido de Castro, em 1910. Após essas revoltas em Cruzeiro do Sul e da morte de Plácido de Castro, o movimento se disseminou para outros municípios, quando em 1912, Sena Madureira também depôs o intendente municipal, sendo posteriormente alvo da intervenção do governo central do país; em 1918, sucedeu também revoltas dos autonomistas na cidade de Rio Branco, com o saldo de muitas mortes decorrentes do combate entre os moradores, os ‘urucubacas’ do Segundo Distrito (que defendiam a elevação a Estado) contra os moradores do primeiro distrito de Penápolis, os unionistas, que advogavam a permanência do Acre como Território²⁸. Segundo esse historiador, os levantes dos autonomistas, de tendências insurrecionais, contra os governos indicados, caracterizou a primeira fase desse movimento (1904-1920), o segundo deu-se pela militância da Legião Autonomista (urucubacas) e o Partido Construtor (corocas) nas disputas eleitorais (1930-1946)²⁹ e a terceira (1957-1962) consolidou-se pela legalização do movimento, cuja consecução penetrou pelo Congresso Nacional através da representação do reeleito deputado federal e senador José Guiomard dos Santos. Depois da revolta de Rio Branco, em 1918, o movimento passou para a sua segunda fase,

(...) iniciando um processo de organização dos grupos políticos. Nesse período, o Acre passou a eleger dois deputados federais. Então os dois grupos, ‘autonomistas’ e ‘unionistas’ foram para a disputa, sendo chamados de ‘corocas’ e urucubacas’, respectivamente, nomes colocados pelos membros rivais de cada agremiação. A terceira fase do Movimento Autonomista foi marcada pela legalização do Movimento, elegendo Guiomard Santos em 1957, o primeiro senador acreano. Então, Guiomard Santos apresentou uma lei no Congresso Nacional para que o Acre fosse elevado a Estado. Nessa época foram criados vários comitês de apóio a matéria, com uma forte participação das mulheres do Vale do Juruá. A lei foi aprovada em 1962, e em 1963, passamos a ter o direito de escolher nossos próprios governantes” (Jornal A Gazeta, Rio Branco, quinta-feira, 15 de junho de 2006, p. C1-3. Manchetes: *Acreanos comemoram hoje 44 anos de elevação do Acre a Estado*).

Tínhamos referido anteriormente que além da motivação política, fatores econômicos concorreram para a orientação das forças autonomistas, aliás, uma razão econômica fundamental, a política tributária. No Manifesto do Partido Autonomista do Alto Juruá de 1919, encaminhado à Presidência da República e à Câmara dos Deputados, com o objetivo de por à apreciação das autoridades políticas do país, as condições materiais e comerciais que inquietavam as autoridades políticas e econômicas cruzeirenses,

²⁸ Jornal Página 20, Rio Branco-Acre, quinta-feira, 15 de junho de 2006, p. 11. Manchetes: Acre: *Estado conquistado a ferro e fogo*.

²⁹ O debate político-partidário ocorreu pela disputa entre Oscar Passos (PTB) favorável a manutenção do Território e de Guiomard Santos (PSD) em favor da elevação do Acre a Estado. Da segunda metade da década de 1940 até o final dos anos de 1960, essa questão da autonomia marcou essa contenda.

funcionários públicos, comerciantes, advogados, as cifras apresentadas pelos partidários desse movimento dão conta de explicitar os valores econômicos que estavam em questão pela disputa da autonomia do Acre:

Neste particular de verbas para o Território, a União tem sido de uma avareza típica. O Acre tem direito de por essa avareza à face do país. Dar anualmente 250 contos para as despesas de administração e melhoramento a cada Departamento, onde tudo está por fazer chega a ser uma esmola. O Acre tem o direito de reclamar ‘porque pagou integralmente à União os 34.681:672\$800 (34.681 contos 672.800 mil-réis) que ela gastou com a incorporação e tem um saldo de 49.000 contos de réis. De 1903 a 1917 a receita somou 116.443 contos e despesas atingiu 32.344 contos, logo houve um saldo positivo de 84.098 contos (32.000 com o Tratado de Petrópolis; 1.700 de indenização ao Bolivian Syndicate e 981 com o Tribunal Arbitral) a União recolheu ao Tesouro a importância de 49.416 contos de réis. Os saldos anuais resultantes da receita e despesa do Território, em vez de reverterem à zona que os produziu, em melhoramentos materiais e fomento de suas indústrias e das suas possibilidades econômicas, foram incorporadas à renda ordinária da República e tiveram aplicação inteiramente estranha ao Território (Manifesto do Partido Autonomista do Alto Juruá, 1919).

No caso do Acre, como foi dito, a motivação econômica sempre esteve entrelaçada com a ação política. Na condição de Território Federal, o Acre, segundo mencionamos, i) em primeiro lugar, teve seu governo a cargo da administração da Presidência da República, pelo Tratado de Petrópolis de 17 de novembro de 1903; ii) o Território ficaria subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, sendo, portando, considerado espaço militar, e suas nomeações proferidas pelas forças militares e judiciais; iii) todos os cargos administrativos deveriam ser preenchidos por nomeações, os governadores, os Intendentes e os Vogais, correspondente a prefeitos e vereadores, seriam designados pela indicação da Presidência da República; iv) na condição de Território, o Acre não teria direitos a voto, nem de Constituição, nem poderia arrecadar taxas, impostos, ou estabelecer alfândegas, todos os recursos econômicos e direitos políticos seriam canalizados para União e de lá repassados para os departamentos pela Presidência da República (FARIAS, 2003; BARROS, 1993; COSTA, 1998).

No plano econômico, desde a derrota da Expedição de Floriano Peixoto, conhecida como a Expedição dos Poetas, pelas forças bolivianas, em 1901, dentre as demais disputas políticas pelas terras que estavam em jogo, figurava sempre aquela motivação econômica de definir quem teria o poder constitucional de instalar os postos alfandegários para recolher os impostos pela circulação da borracha e o controle de navegação pela região acreana. Com a expulsão dos brasileiros, a primeira medida dos bolivianos, na pessoa do Tenente-Coronel Pedro Salazar, foi de guarnecer fortemente a área instalando um quartel general e também posto aduaneiro, em Puerto Alonso. Naquele ano de 1901, a Delegação obteve uma renda de 1.933:961\$000 (um milhão de bolivianos em moeda do país andino) “proveniente de direitos cobrados sobre a borracha, sernambi e caucho, estando previsto o aumento da receita quando fossem instaladas alfândegas no rio Iaco e no Alto Acre, o que vinha proporcionar ao tesouro da Bolívia um lucro, em todo o Acre, de 4 milhões de bolivianos anuais, só se comparando a exportação gumífera” (TOCANTINS, 2001, p. 95).

Com os mesmos objetivos correm os primeiros atos de Plácido de Castro, por exemplo, quando proclama o Estado Independente do Acre, em 25 de janeiro de 1903, dentre outras medidas administrativas, foi de criar as Diretorias da Fazenda, designando ninguém menos do que Rodrigo de Carvalho, ligado à Província do Amazonas, para cuidar dos assuntos aduaneiros. A pequena máquina administrativa que se formava segundo Tocantins (2001), funcionava mais em termos de cobrança de impostos e se movia mais pelos interesses do fisco, vital para a sobrevivência do Estado, do que propriamente se dedicava à estruturação das demais funções das políticas estatais, como instalação de infraestrutura de saneamento, educação, ativação das atividades comerciais e industriais. Segundo comenta Barros (1993), o Território do Acre até às vésperas do ano de 1919 permaneceria

(...) sem vias de comunicação; com os seus rios principais obstruídos; com uma navegação deficiente e caríssima; sem um estabelecimento de crédito para suas operações comerciais, sem o menor amparo oficial ao seringueiro e sua indústria, o proprietário custeando ele próprio a introdução do trabalhador que chega ao seringal com ônus de uma dívida que o escraviza, a lavoura abandonada à sua própria sorte; a pecuária ainda embrionária e sem esperanças de desenvolvimento; o índio, que podia ser um elemento útil entregue à selvageria; 70% da população enferma de amarelo, de feridas bravas e de impaludismo, perdendo pouco a pouco a sua capacidade de trabalho, para morrer à míngua sem um hospital (...) a região toda em plena decadência, às portas do aniquilamento pela morte de sua indústria [de borracha] (BARROS, p. 231).

Os motivos antecedentes à constituição do Território também estavam embebidos pelos dividendos econômicos. A legislação boliviana com seus impostos, seus tributos e alfândegas de taxaço da borracha no Acre estavam levando os acreanos, incluindo os patrões seringalistas, comerciantes, e principalmente os seringueiros, às beiras do endividamento e prejuízo econômicos. Costa (1998) retrata o infortúnio que rondava os ares das terras acreanas sob o domínio boliviano, pelos idos de 23 de setembro de 1898, até praticamente a agosto de 1902, com o Delegado Nacional no Território do Acre, Dom Lino Romero:

As exigências alfandegárias impunham 15% *ad valorem*, sobre a importação em geral havendo, porém, gêneros que pagavam 30 a 40%. Era o encarecimento exorbitante da vida, já normalmente caríssima. Como o dinheiro escasseava no território e todas as transações eram feitas à crédito, mediante saques sobre Manaus e Belém, ou a troca de borracha, que era, em última hipótese, a moeda circulante, a aduana recebia os impostos em mercadorias, desfalcando os aviamentos dos seringais. E não era só: o valor comercial dessas mercadorias, no cálculo alfandegário dos impostos, era estabelecido pelo fisco, acrescido somente de 25%, para fretes, comissões, seguros, embarques, embalagens, todas as enormes e extorsivas despesas com que as praças aviadoras oneravam os gêneros, gravando-lhes ordinariamente o custo com 100%, duplicando o valor real da fatura. Outros impostos esboçavam-se. O de capitação, por exemplo, que mais tarde foi posto em execução: todo o habitante do território seria obrigado a dar dois dias de trabalhos públicos, ou 20\$000 em dinheiro, para a remissão da obrigatoriedade. Ensaivava-se um imposto sobre a

exportação de borracha e falava-se na legalização da propriedade, num prazo demasiado curto, que importava na espoliação do domínio (COSTA, p. 52).

Se sinais de desfalecimento vinham lavando à desvalorização da borracha de forma lenta e sucessiva, antes mesmo da historiografia econômica registrar o primeiro momento de crise desta atividade econômica, em 1912\1913³⁰, isso se deu porque desde o ano de 1904 as taxas e impostos sobre a produção da borracha vinham sendo sistematicamente oneradas por parte do governo brasileiro, que a submetia a um regime fiscal abusivo. No período de 1904, vigorava uma emenda que elevava de 18% a 23% o tributo federal sobre a borracha acreana, no governo boliviano a taxa era de 15%. Em 1905, o governo do Amazonas propunha crescer a este valor mais 5%, perfazendo um total de 28%. Além do mais, outros tributos incidiam sobre o produto: tributo de exportação (federal), 18%; tributo exportação, 3%; tributo seguro, 1%; tributo transporte, 5%; tributo da comissão de venda, 3%; imposto na alfândega, 2%. A soma dos tributos chegava a casa dos 32% de ônus sobre 1kg de borracha comercializada, a taxa mais onerosa do mundo que recaía sobre aquela indústria (COSTA, 1998), sendo que, ainda por cima, os recursos drenados pela União eram parcamente restituídos em forma de repasses territoriais, e àqueles que regressavam nessa rubrica para o governo territorial eram empregados pelos Intendentes locais para o pagamento do funcionários, ficando numa situação de quase abandono os investimentos no melhoramento público.

Costa (1998) sintetiza essa situação econômica a partir dos reclamos políticos que se estenderam desde 1900 até os anos de 1917:

‘Esse alvitre’, dizia em 1900 o Sr. Francisco de Sá, na Câmara dos Deputados, ‘esse alvitre é do ponto de vista político, uma iniquidade; do ponto de vista financeiro uma imprudência’. A iniquidade persiste; a imprudência continua. A iniquidade estava na miséria do Congresso Nacional, em escala decrescente, voltava para cada uma das Prefeituras: 200 contos, para 1917; 474 contos, para 1914; 650 contos, para 1913; 700 contos, para 1912; 750 contos, para 1911, cerceando essa dotação todos os anos, à proporção que os departamentos se desenvolviam e, portanto, aumentavam os encargos administrativos e as exigências materiais cresciam. A imprudência estava nessa própria diminuição de recursos pecuniários, que incitava cada vez mais ‘as forças latentes que hão de operar vitoriosamente a emancipação’. Iniquidade e imprudência porque a população do território, que não era composta de inconscientes e escravos, sabia perfeitamente que já era tempo de ser aplicada na própria região, nas suas necessidades materiais, cada vez maiores, essa considerável receita arrecadada pela União e por ela consumida em gastos que não aproveitam à população que a produziu (COSTA, p. 188).

Tais razões econômicas, sob a forma de impostos, taxas, arrecadações alfandegárias, aduanas, repasses federais, alicerçaram as reivindicações políticas do Movimento Autonomistas que se irradiou internamente entre os departamentos, através do levante de

³⁰ Cf. TOCANTINS, (2001, vol. I, II); COSTA, (1998), BENCHIMOL, (1977) sobre a evolução da competição da produção asiática de borracha cultivada com os seringais nativos amazônicos, apreciando comparativamente volume de produção-valorização\desvalorização e incidência dos tributos nos respectivos períodos históricos.

1910, em Cruzeiro do Sul, no Juruá, que almejava como principal reivindicação a emancipação política do Território do Acre, em particular, com a descentralização do Departamento do Juruá e independência de seu território.

Essa chave analítica é explicativa e justifica porque as elites locais do Alto Juruá sustentam e sustentaram aquele sentimento de emancipação administrativa dentro das próprias fronteiras internas do Acre. Quando eles deflagraram o Movimento Autonomista, naquele 1º de junho de 1910 e deportaram do cargo de Prefeito o Sr. Cel. João Cordeiro, Intendente indicado pela União, estabelecendo uma Junta Governista, composta pelas forças políticas locais, e proclamaram o Território Independente do Acre-Juruá, aquelas elites do Juruá não somente estavam descontentes com o tratamento dispensados pela Presidência da República e as várias restrições políticas e econômicas a eles impostas, como também procuravam se afirmar politicamente diante das dificuldades geográfica e políticas que os diferenciavam do Departamento do Alto Acre, com sede em Rio Branco.

Mas se tal movimento político progrediu no sentido de alcançar o seu objetivo mais geral de elevação do Território do Acre à condição de Estado da Federação do Brasil, embora os anseios mais específicos das autoridades comerciais e políticas do Juruá não tenham sido conquistados, como a reivindicação de criação do Território Independente do Juruá, foi porque com a irradiação do movimento para os demais Departamentos, houve o deslocamento de sua ação para a capital, Rio Branco, cujos políticos locais, ao assumirem sua direção mantiveram somente seu propósito mais proeminente de unidade administrativa do Estado, rechaçando os interesses dissidentes das autoridades do Juruá.

O episódio que localiza esse deslocamento político do Movimento Autonomista do Juruá para a região do Alto Acre contém um domínio explicitamente econômico, que pode ser revelado pelo desfecho final do levante no Juruá, no segundo semestre de 1910. Uma das medidas de impacto da Junta Governista adotada foi a proibição da exportação de borracha do departamento do Juruá para os portos de Belém e Manaus como maneira de bloquear o pagamento das taxas abusivas de impostos, cobradas pelo Governo Federal, consideradas extorsivas pelos políticos locais por onerar em demasia a produção de borracha. Isso foi razão suficiente para incomodar os entrepostos comerciais de Belém e Manaus, visto que implicaria em perdas econômicas significativas para aquele comércio que prosperava financeiramente através dos tributos de exportação e circulação de mercadorias oriundas do Acre.

Tal faceta se completa pela lógica ziguezagueante do jogo político. O coronel Antônio Antunes de Alencar, militar das forças armadas no Juruá, foi aclamado pela Junta Governista, governador provisório do Estado Autônomo do Acre-Juruá e se envolveu numa trama orquestral difícil de encontrar afinação política. Insinuado pelos interesses dos descontentes comerciantes de Belém e Manaus, motivado pelos vínculos militares intrínsecos, que os comprometiam aos poderes da Presidência da República e descompromissado localmente, embrenha-se nas artimanhas da retórica dissimulada: sensibiliza-se com os negócios comerciais de Belém e Manaus, compromete-se com as promessas imaginárias do poder central, desobriga-se do Juruá e maneja internamente com as forças locais (militares), uma capitulação obscura deflagrada por uma cilada armada às escuras, com o objetivo de devolver a ordem oficial à região do Juruá.

Sem muitos artefatos para reconstruir essa trama, Costa (1998) menciona indícios factuais que podem capturar o seu enredo:

“O Sr. Antunes de Alencar, escolhido governador, achava-se em Manaus, de viagem para o Rio de Janeiro, quando lá ecoou a novidade

sensacionais. Surpreendia-o a atitude do Juruá e desvanecia-o a sagração plebiscitária de seu nome pelos juruaenses. Mas a Junta Revolucionária decretara a proibição da exportação de borracha e isso representava um golpe nas praças aviadoras de Manaus e Belém. Moveu-se o comércio das duas praças no sentido de uma conciliação, que ao comércio pouco lhe dava os direitos políticos dos acreanos, desde que a borracha lhe chegasse regularmente, garantindo os aviamentos periódicos. O emissário do Juruá João Bussons, fraternizou com o comércio, com o comércio fraternizou o governador aclamado (Antunes de Alencar), e o comércio passou a custear largamente as embaixadas de conciliação aos Departamentos. Era o primeiro golpe. Os panos mornos de um acordo foram estendidos sobre o movimento revolucionário (...); O Presidente Nilo Peçanha conciliador e clarividente, pediu ao Sr. João Cordeiro, em Manaus bases para uma nova organização. [João Cordeiro] deu-as, de acordo com o Sr. Antunes de Alencar. Eis-la: 'criação de duas prefeituras, uma com sede em Rio Branco, por ser o Acre mais comercial, rico e populoso, outra em Cruzeiro do Sul (...) seriam cobrados apenas os direitos de exportação sobre a borracha, reduzidos, porém, a 15%, sendo 30% para a União e 70% para as duas prefeituras, na proporção de suas exportações (...); O Sr. Antunes de Alencar, habilmente, descartava-se do Juruá, propósito aliás manifestado, em 15 de junho, pelo Sr. Gentil Norberto, em telegrama àquele chefe: 'Nem um compromisso temos com o Juruá. Quando lutávamos pela reivindicação do Acre nunca de lá recebemos a mais insignificante prova de simpatia. Posso afirmar-lhe que os desejos dos juruaenses são proclamar um Estado constituído só do Juruá (...); A revolução visa escangalhar o fabrico e dar enorme prejuízo às praças do Pará e Manaus (...); Na noite de 7 de setembro, quando foi deliberado enviar do Juruá ao Rio de Janeiro uma comissão, composta dos Srs. Craveiro Costa, Mâncio Lima e Francisco Requet para advogar os interesses regionais (...). Na noite desse dia, subitamente, tiros de fuzilaria, partidos do quartel da força federal, quebrando a quietude da cidade adormecida. Entre a força federal e a pequena força da guarda revolucionária, composta de 30 homens, colhida de surpresa, renhido tiroteio (...). Durou toda a noite a fuzilaria, prolongando-se até às primeiras horas do dia 8, registrando-se 1 morto e 2 feridos. Um armistício e depois a capitulação da pequena tropa revolucionária. Restaurou-se o regime prefetural, assumindo-o o cap. Fernando Guapindáia (p. 171-172)

A capitulação do Movimento Autonomista do Juruá expeliu um vento cálido que praticamente esfriou as forças políticas emancipatórias dos cruzeirenses e dissipou-se por todo o território, contendo os ânimos reivindicatórios dos acreanos. O primeiro efeito desse processo, que correria quarenta anos depois, seria o deslocamento geográfico e sedimentação efetiva do poder político e econômico da região do Alto Acre, consolidando a centralidade da cidade de Rio Branco, que viria a ser a futura capital do Estado. Mas certamente o sentimento político de auto-suficiência permaneceria nos brios do povo do Juruá.

Portanto, a década de 1950, quarenta anos depois do levante do Juruá, como foi dito, marca a terceira fase do Movimento Autonomista, simbolizado pela criação do Comitê Pró-Autonomia do Acre, em Rio Branco, encabeçado pelo ex-governador José Guimard

dos Santos, que recoloca a questão da emancipação do Acre, reivindicando a elevação do Território à condição de Estado, quando da sua candidatura para reeleição a deputado federal, em 1954. Tendo reconhecida liderança política, pois José Guiomard Santo havia exercido o cargo de interventor territorial, reeleito deputado federal e senador várias vezes. Nesse movimento político contou com a colaboração e apoio da representação dos pequenos industriais, comerciantes urbanos, fazendeiros (os seringalistas, coronéis de barraco) e comerciantes dos municípios do interior acreano.

Mas, embora a proposta de elevação do Território do Acre à categoria de Estado fosse relativamente consensual, entre as forças políticas locais do Alto Acre, ecos de oposição se manifestaram em todo o território. No bojo das contestações novamente emergiria a questão econômica através da discussão sobre impostos, arrecadação e repasses federais. Neste momento, o componente político figuraria como instrumento prevalecente porque seria capaz de resguardar os atrativos econômicos, visto que as forças econômicas locais estavam debilitadas com a desvalorização da economia da borracha, e, neste sentido, necessitariam de um tipo específico de poder que fosse necessariamente suficiente por si só, mediante o qual os agentes econômicos pudessem restabelecer as perdas sofridas. As possibilidades de ampliação dos direitos políticos e principalmente a prerrogativa dos governantes de controlarem os mecanismos econômicos-financeiros (controle dos impostos estaduais), a ampliação das representações no Congresso Nacional e Câmara dos Deputados, com o aumento do número de parlamentares, onde o Estado poderia eleger 7 deputados e 3 senadores, eleições para Assembléia Estadual e Câmaras Municipais, ampliando os espaços de representação política sem, contudo, ameaçar a liderança política local; a possibilidade de pleitear mais recursos federais pelos ministérios e ampliar as verbas pela junta dos parlamentares, além de crescer o número dos mesmos. Tudo isso, elevava o regozijo das autoridades políticas locais, pois aumentava as chances do bolo ser dividido entre todos os agentes políticos, situados distintamente no tabuleiro de forças do poder estatal e municipal, estendendo a todos, chances de se beneficiarem, mesmo as partes aparentemente descontentes, os declarados opositores políticos. A única disputa séria mais convincente nos arroubos retóricos dos dissidentes políticos era o de quem estabeleceria e assumiria a hegemonia do poder político e a direção do governo no âmbito estadual.

Todavia, independentemente dos avanços políticos que a elevação do Território a Estado proporcionaria – como eleições livres, direito de escolhas dos governantes, Constituição Estadual – os agentes políticos do Juruá não abriram mão da reivindicação de sua proposta de emancipação política através do pedido de descentralização do poder administrativo do Estado do Acre. O Memorial das Classes Conservadoras do Juruá e o Excerto do Relatório apresentado ao presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira, datado de 1957, praticamente às vésperas da aprovação da Lei Nº 4.071, de 1962, de elevação do Acre a Estado, que citamos no início deste tópico, deram conta de expressar a persistência do sentimento de autonomia dos acreanos situados no Juruá e do interesse deles de verem o Acre dividido em dois territórios independentes, embora pudessem estar configurados dentro do mesmo Estado: Alto Acre e Alto Juruá (CRUZEIRO DO SUL-TERRITÓRIO DO ACRE, 1957).

Estes fatos da realidade econômica e política do Acre, colocados em evidência, tornam-se importantes, em termos analíticos para a nossa pesquisa, porque tomados numa dimensão de conjunto, os dois principais centros políticos e econômicos do Estado, eles oferecem elementos explicativos para entender a lógica diferenciada que informa o rumo do desenvolvimento acreano. Essa visão de conjunto, a partir das duas principais matrizes da

realidade regional, vai permitir reafirmar a constatação já referenciada na literatura acadêmica das especificidades e diferenças geográficas. Mas ela vai mais além, vai lançar luz sobre as diferenças econômicas e principalmente políticas pouco estudadas, que influem na mentalidade dos agentes, na forma como agem produtivamente e comercialmente, assim como no jogo político de disputa pelo poder governamental.

À luz da argumentação geral, observamos que a motivação que precipitou expedicionários para as terras acreanas, estava ligada ao interesse da produção da borracha para alimentar o novo mercado, em formação. À medida que esta atividade produtiva se desenvolvia em importância comercial, por ser matéria-prima indispensável à indústria européia e norte-americana em expansão, despertou o interesse político pelo domínio daquelas terras abundantes em seringueiras, entre os países que partilhavam de sua fronteira: Brasil, Bolívia e Peru. Naquele momento, coloca-se a problemática política da “questão das terras acreanas”.

Os litígios políticos envolvendo os três países resultaram na constituição das terras acreanas como brasileiras na figura do Território Federal do Acre. Neste momento, embora a figura de Território tenha configurado a existência instrumental dos acreanos com a Revolução Acreana, a diversidade das pessoas que ali viviam sem vínculos entre si nem enraizamentos com o lugar impedia qualquer possibilidade de identificação mais sólida com aquela terra. Essa ausência de identificação, em torno de elementos comuns que identificassem os acreanos, se esgarçou no plano interno do Território com o Movimento dos Autonomistas do Juruá, em 1910, que dentre outros objetivos, reivindicava a constituição do Estado Independente do Juruá sendo que esse sentimento de autonomia em relação ao governo territorial permaneceu até pelo menos antes da elevação do Território a Estado, em 1962. Tudo isso coloca em questionamento à existência de uma identidade inventada ou reinventada, à época, como sugere autores como Moraes (2008) e Guimarães Júnior (2008).

No mínimo, a tutela do governo federal, estendida ao Território do Acre, pela indicação direta de seus governos, associado ao ressentimento de abandono político, alimentado pelos acreanos que ela favoreceu, indicaram que o sentimento de acreanidade ou acreanismo, se é que ele existia, padecia de uma incompletude, de uma carência, de uma falta, de uma ausência. Mas essa ausência não se inverteu, em definitivo, com a elevação do Território à condição de Estado encampada pelo Movimento Autonomista, embora tenha dado seu sinal de renascimento na década de 1950, na capital territorial, porque, como veremos, por dentro da convulsão do governo dos militares em escala nacional, se dariam os conflitos sociais no campo nas décadas de 1970 e 1980, anunciando o desencadeamento do mais profundo processo de decantação social, no âmbito interno do Acre, exigindo uma nova configuração das relações econômicas e políticas que alterasse o jogo dos interesses em prol de um amplo projeto de desenvolvimento, que representasse os vários segmentos sociais situacionais.

À reflexão desses acontecimentos de ocupação das terras acreanas, em que figurou a Revolução Acreana como movimento de luta armada e, principalmente, diplomática, pela formação do Território do Acre e o Movimento Autonomista de obstinação política pela defesa à elevação do Acre à condição de Estado, conduz-nos à constatação da persistência de questões mal-resolvidas, ressentimentos e vácuos sociais frentes as quais o Governo da Floresta passou a se posicionar e defendê-las: i) uma configuração identitária incompleta, ressentida de abandono político; ii) internamente, uma população dividida em termos regionais, geográficos e políticos – Revolução Acreana é um evento do Alto Acre, não do

Juruá (o cruzeirense não conhece a Revolução Acreana); iii) uma população tutelada, dirigida por pessoas alheias, sem projeto próprio para governar o destino do desenvolvimento local; iv) uma economia monoextrativista da borracha, frágil porque flutuante, com baixa tecnologia, e extremamente dependente do ambiente externo; v) débil mercado interno com atividades de agricultura e criação de animais em crescimento, assim como uma população rural igualmente frágil, espoliada, deixada às custas do deus dará. Foram estes aspectos e os sentimentos contidos neles que foram apropriados pelo Projeto Político do Governo da Floresta, a uns para serem estimulados, a outras como metas a serem superadas.

Diante dessa fisionomia social desfigurada, o Governo da Floresta buscou estabelecer um vínculo de identificação de relação com o lugar; propôs um projeto local que aglutinasse os interesses regionais dissidentes, fortalecesse as atividades produtivas com o fomento agroindustrial e diversificação produtiva; tal projeto fora delineado para apoiar as carências sociais, o intimismo político, fortalecer a dinâmica econômica e criar laços de identificação que legitimasse o projeto de governo pelo respaldo populacional. Esses aspectos constituem os primeiros elementos identificados que estariam em pauta junto à plataforma política do Governo da Floresta.

SEÇÃO II. O MERCADO E A FORMAÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA GOVERNAMENTAL DE DESENVOLVIMENTO DO ACRE.

Sob a plataforma dos sedimentos dos eventos históricos que compreendem a Revolução Acreana e o Movimento Autonomista, toda a vida da sociedade acreana circulava em torno da economia da borracha, ou quase tudo. O Movimento Social de Seringueiros e Indígenas marca, historicamente, o fim dessa fase de preponderância da indústria extrativista. Não obstante, ao longo desse intervalo de tempo da dominância desta atividade produtiva, muitas outras atividades econômicas operavam, silenciosamente, por baixo da camada hegemônica da economia: eram pequenos ofícios, atividades agrícolas, extrativas, as quais foram sufocadas ou mesmo proibidas. Nesta seção, empenhamo-nos em recuperá-las, destacá-las, dar visibilidade nomeadamente à agricultura e ao trabalho rural familiar, enquanto principal atividade econômica, que a política econômica governamental vai procurar integrar com o propósito de fomentar o mercado interno e assim garantir o fornecimento de alimentos para o abastecimento das cidades, o equacionamento das tensões sociais, e, sobretudo, promover a diversificação produtiva, nos momentos em que o Acre mais tinha necessidade. Essas transformações da política econômica, até então processadas, antecederam os conflitos de interesses no campo ocorridos na década de 1970, e com eles se envolveram sucessivamente com o nascimento do sindicalismo rural formado pelo Movimento Social dos Seringueiros. Os embates entre seringueiros, trabalhadores rurais e os fazendeiros em torno do desenvolvimento deslocariam as relações de poder por dentro da estrutura estatal do Acre.

Na seção anterior, situamos a Revolução Acreana e o Movimento Autonomista integrado ao contexto histórico do processo econômico que levou à formação política do Território Federal do Acre, cuja expansão e povoamento foram resultados da busca de matéria prima de hévea para a exploração de borracha. Destacamos que, à medida que a borracha aumentava em importância no mercado internacional, paulatinamente, despertou o interesse político pelo controle do circuito comercial que se formava naquelas terras desconhecidas. As primeiras cidades acreanas, Rio Branco e Cruzeiro do Sul, floresceram, portanto, especificamente em função da economia de exportação da borracha que era intermediada pelos entrepostos comerciais de Belém e Manaus, donde seguiam para abastecer as indústrias européias e norte-americanas. Tudo circulava ao redor desta indústria extrativista de exportação e em relação a ela tudo se movia.

Procuraremos investigar as alterações que foram sendo operadas na camada mais inferior da economia local e as medidas governamentais na área da política econômica que favoreceu a integração das trocas comerciais entre o campo e as cidades. Trata-se de dar relevo às bases da economia local que, diante dos ciclos de desvalorização da indústria extrativa, tiveram o seu fortalecimento, permitindo que os trabalhadores rurais, sobretudo, os seringueiros passassem a se organizar em sindicatos rurais para resistir às ameaças da economia dominante e manter sua sobrevivência familiar. Trataremos, portanto, da situação dos trabalhadores rurais envolvidos na economia agroextrativista, e, por esta razão, buscaremos olhar como se desenvolveu esta atividade, simultâneo aos seus períodos de auge e declínio, que abriram espaço, por dentro dos quais o mercado local (interno) foi se estabelecendo, diversificando as atividades produtivas para contrabalançar as frequentes quedas do preço da borracha, assim como as respostas dos governos locais para estimular, no âmbito interno, o incremento de outras atividades econômicas, para tornar o mercado

acreano menos dependente dos abalos externos do extrativismo. Interessa-nos, em especial, descrever como as bases materiais da economia local vão se desenvolvendo, alicerçando-se dentro de um circuito comercial de trocas econômicas circunscritas às fronteiras geográficas de uma determinada região e vão se ligando aos interesses políticos do governo daquele espaço, que vai tendo a necessidade de incorporar os interesses dos agentes econômicos em atividades, geralmente divergentes entre si, e os centralizando politicamente numa mesma direção, através da política econômica governamental, criam o espaço político-administrativo para a sedimentação do mercado interno, com a ligação das cadeias produtivas do campo com as cidades, e, estas entre si. Importa colocar em evidência que o simultâneo robustecimento do mercado interno, derivado da ampliação da ação governamental no direcionamento do desenvolvimento, vai produzir a concorrência pelo controle da política econômica estatal em que o Movimento dos Seringueiros corresponde ao período mais substantivo dessa disputa pelo poder do Acre.

Estamos cientes de que as relações de configuração do mercado interno de determinada formação social, obviamente, não se referem à ausência de intercâmbios comerciais de longa distância, no âmbito nacional ou internacional, nem localizam, privilegiadamente, as trocas comerciais locais, mas prefiguram um nível de integração econômica que procura equacionar a produção de subsistência e auto-suficiência doméstica desse território, dinamizando sua economia, estabilizando politicamente o mercado local, de modo a resguardar os recursos naturais disponíveis e garantir a reprodução social da população residente. O que concebemos como economia de base local não se refere à menor ou maior aproximação com os mercados externos ou a limitação exclusiva ao circuito comercial interno, porque a relação de mercado engloba os intercâmbios de mercadorias em circuitos internos e externos, embora diga respeito, preferencialmente, à capacidade intrínseca do projeto político governamental de determinado corpo social de estabelecer diretrizes para as mediações econômicas que sejam capazes de assegurar as necessidades crescentes de reprodução e proteção da população, a qual o referido projeto representa.

Os termos para sentir ou medir a natureza de um projeto embasado numa economia localizada refere-se à forma como ele responde à comunidade que representa os interesses presumíveis dos diferentes segmentos sociais, no intuito de atender às demandas das necessidades crescentes para a existência humana (comer, vestir, abrigar-se, trabalho), com vistas a salvaguardar o conjunto das suas forças sócio-econômicas. A questão essencial de recuperar a formação do mercado do Acre, dentro dos parâmetros que estamos propondo, significa reconhecer que o desenvolvimento político-econômico só consegue gerar proteção social e bem-estar material quando expressa os interesses situacionais mais amplos da sociedade, através da formulação de um projeto regional de dinamização das forças produtivas, objetivamente definido, a partir do reconhecimento e assimilação dos diferentes segmentos sociais associados aos seus fatores culturais autóctones.

2.1. As bases materiais da política econômica e as primeiras medidas para a formação do mercado interno.

Nosso pressuposto geral se fundamenta na afirmação de Polanyi (2000) de que as trocas, a longa distância, bem como as permutas localizadas, não geram uma economia interna quando operam separadamente uma em relação à outra, como ocorreu nas primeiras décadas de formação do Acre. Os acontecimentos registrados de ocupação e povoamento do território acreano em meados do século XIX, conforme apresentamos na seção anterior

deram ênfase aos motivos que subjaziam à expansão além-mar em direção à Amazônia, estavam ligados à busca de matérias primas de interesse mundial para abastecer as indústrias em formação, principalmente a borracha, considerada produto indispensável para fazer mover as engrenagens modernas. Naquela ocasião, por exemplo, em função dessas motivações “as correrias às comunidades indígenas” foram preços “justos” a pagar pela intensificação da exploração dos seringais, assim como a exploração exacerbada do trabalho dos segmentos de trabalhadores rurais, que incluíam até proibições de atividades produtivas.

Os interesses nacionais que atenderam àquelas demandas, seja da Província do Amazonas ou do Pará, num primeiro momento, ou mesmo do governo nacional, posteriormente, cujo desfecho resultou na constituição do próprio Território Federal do Acre, em 1903, ao que pese os clamores presentes daqueles que lutaram pela formação deste Território, alegando certo sentimento de pertencimento às terras recém-descobertas, sob o brio genérico de serem acreanos, não estavam ancorados em nenhum vínculo que corroborasse que eles estivessem incrustados, solidamente, em interesses político-econômicos locais reconhecidos. Não foi sem motivo que os verdadeiramente autóctones, foram espoliados violentamente e sua voz silenciada, assim como seu comércio de subsistência, que desenvolviam a base de extração dos recursos naturais, cerâmica e artefatos, coleta de variados produtos florestais e pequenos cultivos agrícolas, em muitos locais foram proibidos e desestimulados, sistematicamente, embora tenham permanecido através das pequenas trocas comerciais, por baixo da economia dominante de exportação.

Os migrantes que se deslocaram para a produção da borracha, na região e, que se integraram ao seringal como mão-de-obra, por desenraizados que estavam, mantinham o principal interesse de fazer fortuna e regressar para os lugares de onde saíram (Tocantins, 2001). Os seringalistas que estabeleceram a infra-estrutura material para a formação dos seringais, originalmente, foram financiados por comerciantes e/ou mesmo políticos da Província do Amazonas e do Pará que visavam exclusivamente à exploração da borracha como produto principal, em detrimento dos demais produtos regionais, e que por muito tempo, antes da transformação das terras acreanas em Território Federal, drenaram significativos recursos para seus governos, oriundos das receitas tributárias do comércio da borracha que eram contabilizados em seus portos aduaneiros.

Nem mesmo podemos insinuar que após as terras acreanas serem anexadas ao país, na condição de Território, as pessoas que residiam no Acre foram assimiladas do ponto de vista político ou econômico. No plano político, a própria situação de Território Federal do Acre não permitiu contra-argumentação. Este recurso político-administrativo, por si só, excluiu a população residente, de dirigir os rumos políticos e econômicos locais. As zonas de fronteiras nacionais limitadas com outros países foram definidas como de interesse da segurança nacional, como era o caso das terras do Acre, e por esta razão, os dirigentes políticos passaram a ser indicados pelo poder da União, na pessoa do Presidente da República, que normalmente nomeava militares e juristas, para assumir a administração dos seus governos constituídos. A população não gozava de direitos políticos, não podia votar, e mesmo os vogais ou vereadores eram nomeados pelo governo departamental que, por sua vez, era indicado e administrado por pessoas de fora. Segundo já mencionamos, somente em 1920, com a centralização dos departamentos, passou a haver eleições para a Câmara dos vereadores, permanecendo a nomeação do governo geral, sediado na capital Rio Branco, assim como os prefeitos dos outros municípios continuaram a serem indicados por este, sob o crivo do poder central. Pela Constituição de 1938, o Território passou a usufruir

de três (3) cadeiras federais e sete (7) estaduais, e em 1962, com a elevação do Território à categoria de Estado, ocorreram as primeiras eleições livre para governador e prefeitos, rapidamente abortadas pela intervenção militar no país, em 1964. A abertura democrática finalmente aconteceria mais de vinte anos depois, em 1988, quando passou a haver eleições gerais em todo o território nacional.

Do ponto de vista econômico, este processo é marcado por uma situação em que os trabalhadores nordestinos se integraram como mão-de-obra, de forma subordinada aos patrões seringalistas, de modo que o sistema de aviação que regulou as trocas materiais da borracha e o fornecimento de mercadorias industrializadas, praticava preços bastante desfavoráveis para estes, em favor da exploração dos primeiros. Segundo Araújo Lima (1943), chegava a ser uma exploração absurda, os lucros auferidos pela desigualdade dos preços, na venda de gêneros alimentícios, por exemplo, majoravam, às vezes cerca de 100, 150, 200, e até 300% sobre o preço comercializado na praça de origem. A Tabela apresentada por Roberto Galvão (1955, p. 38) referente ao ano de 1952, demonstra o diferencial de preços das mercadorias negociadas com os seringueiros com aqueles das praças de origem.

ARTIGOS	Unidade	Preço na praça de origem (Cr\$) (1952)	Preço no seringal (Cr\$) (1952)
Açúcar.....	kg	4,50	15,00
Arroz.....	»	8,00	12,00
Sal.....	»	1,00	4,00
Carne verde.....	»	15,00	20,00
Leite condensado.....	lata	5,50	15,00
Charque.....	kg	30,00	35,00
Farinha de mandioca.....	»	4,00	6,50
Feijão.....	»	8,00	12,00
Manteiga.....	»	65,00	180,00
Pirarucu.....	»	25,00	30,00
Banha.....	»	28,00	40,00
Café em grão.....	»	22,00	50,00

Fonte: Revista Brasileira de Geografia. Ano XVII, Abril-Junho de 1955, nº2, In: (Roberto Galvão, 1955, p. 38).

Com esse disparate nos preços comercializados, esses trabalhadores se mantiveram presos, economicamente, porque normalmente não conseguiam saldar suas dívidas que começavam desde o primeiro momento em que embarcavam de seus lugares de origem, cujo frete já era contabilizado como débito, pois era financiado pelos seringalistas, até se instalarem nas colocações, com o adiantamento das ferramentas de trabalho e dos gêneros alimentares, necessários, que giravam em torno de Cr\$ 1.500,00, Cr\$ 3.000,00 a Cr\$ 5.000,00 cruzeiros (GALVÃO, 1955). O prejuízo se avolumava ainda mais devido terem de pagar uma taxa pelo arrendamento da colocação, em peso de borracha, que chegava à média de 10% da produção total.

Esta dependência econômica estava, por sua vez, vinculada a outros mecanismos produtivos. Na dedicação exclusiva à atividade de extração de seringa, para a produção da

borracha, cerceava-se à possibilidade de trabalhos nas atividades agrícolas ou de criação. Constam nos regulamentos dos seringais, a proibição de plantios de qualquer natureza produtiva, isso gerava ainda mais dependência ao abastecimento de víveres, de necessidades básicas, o que aumentava o endividamento financeiro desses trabalhadores, pela diferença na compra das mercadorias (Martinel, 1988). Embora a regra geral do endividamento tenha sido bastante eficaz nos seus propósitos, o desempenho agrícola não se desintegrou totalmente, pois veremos que vai ser nas brechas desta economia dominante da borracha, e de forma complementar, que as atividades de agricultura e de criação, vão se desenvolver como embriões do mercado interno acreano e, em muitos seringais, ela foi se desenvolvendo periféricamente ou com o aval dos patrões, desde os tempos mais remotos, embora desprotegida pela política governamental, ou mesmo sem importância para o circuito comercial econômico hegemônico. Mas nos momentos de crises da borracha, as políticas dos governos se voltaram para elas.

No auge da economia da borracha não se perdia tempo em outra coisa, senão extrair leite de seringueira. Nenhuma agricultura era praticada, isso era desperdiçar tempo: derruba de mata, preparo do terreno, semeadura, colheita. Não havia necessidade de produzir, porque tudo vinha de Belém, de Manaus, da Europa (Benchimol, 1977). Os relatórios da Província do Amazonas relatam o estado da economia doméstica daquela região, anunciando quase como um vaticínio os acontecimentos futuros que se passaria nas terras acreanas:

(...) abandona-se a agricultura, escasseia o braço, desaparece o roçado. Todo mundo se dirige para os seringais (...) é a única indústria que empolga todas as forças vivas da província, queixam-se os homens do tempo (...) a incipiente agricultura colonial desorganiza-se. A borracha com sua força monopolizadora esteriliza todas as outras atividades. Tudo conspira contra a agricultura. Há povoações nesta província (do Amazonas) em que não se encontra, senão com extrema dificuldade, uma ave doméstica. Não se vê um pé de milho, nem uma planta de horta, nem uma árvore de fruta (BENCHIMOL, 1977, p. 174-5).

Miguel Jeronimo Ferrante em sua obra literária *O Seringal* (2007), escrita 1963, se inspira nas relações sociais que se desenvolveram em um seringal chamado Santa Rita, nas proximidades da cidade de Rio Branco, no Vale do Acre. O autor relata que uma das proibições impostas aos seringueiros, por exemplo, era a de não se permitir plantar agricultura de subsistência, roça, nenhuma³¹. Toda a terra devia ser destinada ao uso exclusivo para a seringueira, assim como todo o trabalho. O descumprimento desta norma resultava em penalidade pelo coronel. “Isso porque quase tudo vem de fora. O Acre só produz mesmo borracha e castanha, está jungido a um comércio aleatório. A exportação de pele é atividade subsidiária” (FERRANTE, 2007, p. 152).

Tem-se, portanto, que todo o período anterior aos anos 1940, os seringueiros eram impedidos de exercer qualquer outro tipo de atividade produtiva – como agricultura e criação de pequenos animais, por exemplo – que não fosse a extração de látex para a produção da borracha. Os patrões seringalistas exigiam que todo o tempo de trabalho do

³¹ Não vai ser casual o fato dos primeiros focos de resistência dos seringueiros, com maior intensidade em princípios dos anos 1970, trazerem como reivindicação a liberdade para a realização de plantios de roçados para o abastecimento familiar e a diminuição dos gastos em aviamento.

seringueiro deveria ser dedicado, exclusivamente, à extração de seringa (O'DWYER, 1998). De forma resumida, Lima procurou sintetizar o conjunto de normas que vigoraram no seringal daquela época donde uma das clausuras referia-se às proibições das atividades agrícolas, de criação e caça:

Por todos os meios, [o patrão] buscava esclarecer o sentido do regulamento que para fins práticos, podia ser resumido apenas em dois dispositivos... de que antes de mais nada, ficava expressamente proibido de plantar, de caçar ou pescar. Tinha de consagrar o tempo de trabalho, numa faixa média diária de 12 horas, somente à extração de borracha conforme as instruções que recebia oportunamente. Ficava obrigado a se aviar, exclusivamente, no armazém do seringal. Semanalmente, se o centro fosse perto. De quinze em quinze dias, se mais distanciado (Lima, 1970, p. 90-91).

Obviamente, não queremos sugerir que as atividades de produção agrícola tenham sido práticas que se desenvolveram somente após a primeira metade do século XX, por volta de 1940, como situam alguns autores (SIMEONI SILVA, 2003), porque estas atividades produtivas faziam parte do modo de vida das populações indígenas que aí viveram, desde tempos remotos. Mesmo nas colocações dos seringueiros era comum encontrar, além de plantios como arroz, feijão, cana-de-açúcar, plantios de frutíferas como goiaba, caju, mamão, laranja. Não obstante, podemos deduzir que as atividades de cultivos agrícolas talvez tenham sido mais periféricas na regional do Alto Acre, onde se localiza a cidade de Rio Branco, provavelmente, devido a maior intensidade da produção da borracha, ou talvez seja mais razoável considerar que elas tenham sido subestimadas pelas pesquisas recentes³², porque nos seringais do Juruá, assim como no Alto Acre, encontraram-se eloqüentes indícios da existência de cultivos agrícolas e criação de animais (porcos, aves, gado) em colocações e nas sedes dos seringais como plantios de roçados, casas de farinhas, pequenas fábricas de produção de açúcar, água ardente, além de uma variedade de cultivares de frutíferas e hortaliças.

Essa medida deliberada e\ou inconsciente do sistema mercantilista de monopolização do comércio da borracha, que levou muitos pesquisadores a desconsiderarem a produção agrícola amazônica, pode ser contestada pelo robustecimento que a agricultura vinha alcançando desde o século XVII e XVIII na região do Pará, por exemplo. No ano de 1873, por exemplo, o número de cacaeiros somavam 1 milhão e 500 mil pés. Na cidade de Belém, registra-se 58.784 arrobas de cacau; 935 ditas de arroz; 4.273 pés de café, bem como produção de algodão. No ano de 1800, contabilizava-se 18 engenhos de açúcar para a produção de aguardente e álcool. Na capitania de São José do Rio Negro, criada em 1755, encontra-se o maior empreendimento de agricultura onde intensificam as culturas de cânhamo, café, arroz, anil, cacau, algodão, tabaco, milho, feijão, cana de açúcar, salsaparrilha, cravo fino, peixe, manteiga de tartaruga, breu, estopa da terra, copaíba, quina, mixina. Nos campos naturais de Rio Branco, durante a administração

³² Basta fazer uma consulta nas publicações da Revista Brasileira de Geografia e Estatística, referentes ao Acre, que é possível encontrar registros de diversas atividades produtivas existentes durante a economia da borracha, como os trabalhos de Antônio Teixeira Guerra (1951, vol. 3, nº 4) Alguns aspectos geográficos da cidade de Rio Branco e do núcleo colonial do Seringal Empresa e Roberto Galvão (1955, vol. 17, nº 2) Aspectos da Economia da Borracha no Território do Acre.

de Lobo D'Almada, ensaia-se a criação de gado vacum e eqüinos nas fazendas de São Bento, São José, São Marcos. Ao todo, calculava-se um número de 200.000 bovinos na capitania. Segundo Lima “esse governador da Capitania Rio Branco entrevista com o seu empreendimento, abastecer açougues, provendo a população com carne, pesca, e não só pensava na indústria charqueada, que se podia desenvolver, como ainda no aproveitamento de couros, para a indústria de calçados e exportação” (LIMA, 1943, p. 61).

O ano de criação da Província do Amazonas, desmembrada da antiga Capitania de São José do Rio Negro, em 1852, assinala genericamente a predominância do trabalho de extração do látex para a produção da borracha que passou a exercer o estímulo no processo de ocupação humana e integração territorial. Na produção da borracha se destacaria o papel social do migrante nordestino principal elemento humano, que daria à organização dessa sociedade, que se formava um estilo de vida próprio (TOCANTINS, 2001).

Portanto, os trabalhadores de extração de borracha que vieram para os seringais do Acre, em meados do século XIX, a eles não se pode conferir uma peculiaridade idiossincrática de modelagem identitária, porque os mesmos, somente foram reconhecidos, politicamente, como seringueiros, como trabalhadores de extração do látex, em meados dos anos 1980, já na terceira geração, com a criação dos primeiros Projetos de Assentamentos Agroextrativistas – PAE e Reservas Extrativistas – Resex. A segunda onda de migrantes nordestinos e do centro-sul do país, sucedida durante a Segunda Guerra Mundial, ganhou reconhecimento como Soldados da Borracha através do Projeto de Lei nº 7.986/89, de 1989, que estabelecia a pensão vitalícia aos seringueiros que contribuíram para esforço de guerra recrutados, nos termos do Decreto-Lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943, cujo amparo havia sido previsto, também, pelo Decreto-Lei nº 9.882 de 16 de setembro de 1946. No caso da população indígena, não obstante, tenha sua presença conhecida desde o descobrimento do Brasil, visto que era incontestemente o grupo autóctone residente, de igual modo, foi politicamente valorizada, no caso do Acre, se deu na década de 1970, com a instalação da sede da Funai, em 1975.

Estes motivos nos levam a inferir que qualquer alegação precipitada, da existência de um projeto de desenvolvimento, sob esteios locais e matizados por traços culturais enraizados em práticas comunitárias, anteriores às décadas de 1970-1980, quando os dois principais grupos sociais, seringueiros e indígenas, ainda permaneciam praticamente invisibilizados politicamente, submissos economicamente, no mínimo, é indício insatisfatório da capacidade do desenvolvimento. Além do mais, o tipo de povoamento que marcou o Acre no momento de sua formação “caracterizou-se pelo seu aspecto de nomadismo. O homem, assim lançado à terra, não se adaptava, não a cultivava, nela não se firmava, principalmente porque lhe faltava a segurança da propriedade estabelecida em leis garantidoras, que em geral, não se acercava da família. Faltando esses liames, permanecia o tempo necessário à volta das chuvas na terra natal para onde regressaria às primeiras notícias do bom tempo cearense” (WOLFF, 1999, p. 84).

No plano da política econômica, a ação do governo federal para o período em que o Acre manteve-se como Território Federal, restringiu-se à política tributária da borracha, sendo que os recursos arrecadados eram direcionados para os cofres da União e o percentual que regressava para a população local, em forma de repasse federal, não passava de valores ínfimos que mal davam para cobrir os gastos administrativos com o pessoal das prefeituras. Temos uma idéia dos valores arrecadados dos direitos de exportação do comércio da borracha, cobrados pela União, nos primeiros anos do século XX, de 1903 até 1907, pela arrecadação tributária nos postos alfandegários de Belém e Manaus, onde foram

cobradas as seguintes cifras, dispostas na tabela abaixo, chegando a totalizar um volume geral de faturamento alfandegário da ordem de 41.635:429\$003 mil contos de réis, se comparado com os repasses para os Departamentos acreanos que exporemos logo em seguida.

Tabela 4. Direitos de exportação da borracha acreana cobrados pela União

Alfândega de Belém – tributos arrecadados (mil contos de reis)				
1903	1904	1905	1906	1907
247:418\$840	1.366:427\$667	4.710:396\$076	4.806:134\$473	6.775:465\$666
Subtotal: 17.905:834\$722				
Alfândega de Manaus – tributos arrecadados (mil contos de reis)				
1903	1904	1905	1906	1907
587:622\$337	1.741:758\$848	4.040:348\$320	4.645:361\$343	6.694:503\$797
Subtotal: 17.790:594\$281				
Total dos tributos das alfândegas de Belém – Manaus 1903-1907				
Total: 35.696:429\$003				
Direitos cobrados pelas duas alfândegas Belém – Manaus, 1908				
1908	6.020:000\$000			
Total Geral: 41.635:429\$003				

Fonte: SOBRINHO E BRANDÃO, 2005³³.

Nota-se que as cifras derivadas dos tributos advindos da circulação da borracha para os cofres governamentais, cujas aduanas estavam instaladas nas praças de Belém e Manaus, foram bastante significativas para alimentar a máquina estatal e despertar o interesse do poder político federal, de exercer o controle desta atividade comercial, no Território do Acre. Na condição de Território, como foi dito, o Acre não gozava do direito de estabelecer postos de arrecadação próprios. Neste sentido, são elucidativas as reivindicações do Movimento Autonomista, que vão ganhar maior expressividade, inicialmente, no Juruá, onde as autoridades locais fazem as contas desses valores e nos oferecem uma boa indicação de como eram repartidos os recursos, frutos da produção de borracha acreana, taxados nos portos de Belém e Manaus. Tomemos o Manifesto do Alto Juruá de 25 de junho de 1909, assinado por mais de 8 mil pessoas, encaminhado como petição, ao Congresso Nacional através de sua comissão composta pelos militares Francisco Freire de Carvalho, comerciante-seringalista Mâncio A. Rodrigues Lima, coronel Craveiro Costa e Alfredo Teles de Menezes. Nele constatamos a contabilização das finanças, resumida no seguinte argumento:

³³ As tabelas referenciadas somente com a citação do autor sem a apresentação da fonte primária de onde advieram os dados estatísticos, explica-se pelo fato do autor haver mencionado tais informações da forma como disponibilizamos no texto.

Este Território deu à União em 1907, 14.125:000\$000 sobre 11.192.226 milhões de quilos de borracha, quantidade superior a um terço da produção do Vale do Amazonas. Em troca desta enorme receita, a maior que de 16 estados do Brasil, o governo federal dá a cada Departamento a insignificante verba de 250:000\$000 contos quase toda consumida com o pessoal da administração das Prefeituras (...) O Governo da União pela reivindicação do Acre, indenizou à Bolívia com 2 milhões de libras esterlinas ou seja 32.000:000\$000 mil contos. As alfândegas de Manaus e Belém já arrecadaram provenientes do Acre para a União, de 1903-1907 mais de 41.635:429\$003 (CRUZEIRO DO SUL, 2004, p. 31).

Horário Santana Jr. (2004, p. 77) fez uma compilação do conjunto da produção de borracha produzida na região amazônica, entre os anos 1821 a 1947, a partir dos dados disponíveis na vasta literatura sobre a economia da borracha. Ele nos permitiu dimensionar o volume produzido e os preços correlacionados à quantidade de borracha por toneladas. O quadro demonstrativo apresentado, a seguir, ilustra as constantes oscilações dos preços desse produto. Nos anos que coincidem com o aumento da demanda industrial, por esta matéria prima, os preços apresentam altas progressivas, como por exemplo, entre 1900 a 1910, considerado o primeiro ciclo de auge da produção de borracha. Nas décadas seguintes, até alcançar os anos de 1940, a tendência segue curso de contínuo declínio, tanto da quantidade produzida quanto dos valores ofertados no mercado internacional. Este interregno representa o princípio da concorrência dos seringais de cultivos asiáticos com os seringais nativos amazônicos. O pequeno (sobre) fôlego alcançado no primeiro quinquênio da década de 1940 significa praticamente o começo da ação coordenado estatal para amparar a economia, o que se deu, neste caso, com os Acordos de Washington³⁴, estabelecidos entre Brasil e EUA, para compensar a oferta de borracha bloqueada nos seringais da Ásia, devido à invasão japonesa durante a Segunda Guerra Mundial. O quadro abaixo revela a dinâmica da economia da borracha, na Amazônia, ilustrado pelo volume das exportações para a série temporal 1821-1947.

Tabela 5: exportação de borracha silvestre amazônica, 1821-1947

Ano	Quant. (t)	Preço libras/t	Ano	Quant. (t)	Preço libras/t
1821-1830	329	67	1921	17.493	72
1831-1840	2.314	72	1922	19.855	72
1841-1850	4.693	45	1923	17.995	100
1851-1860	19.383	116	1924	21.568	90
1861-1870	37.166	116	1925	23.557	206
1871-1880	60.225	183	1926	23.263	145
1881-1890	110.048	152	1927	26.162	107
1891-1900	213.755	209	1928	18.826	76
1901	30.241	283	1929	19.861	75
1902	28.632	256	1930	14.138	54
1903	31.717	308	1931	12.643	32
1904	31.866	350	1932	6.224	34

³⁴ Os “Acordos de Washington” foram convênios de incentivo à produção e compra de borracha nos seringais nativos da Amazônia, firmados entre o governo brasileiro e norte-americano para suprir as necessidades bélicas das indústrias americanas. Nestes convênios previa-se ainda o deslocamento de contingentes (mão-de-obra) populacionais de outras regiões do país para a realização da produção da borracha. Os trabalhadores que vieram eram predominantemente os de origens nordestinas. Cf. sobre esse assunto Pedro Martinello (1988); Tocantins (1979).

1905	35.393	420	1933	9.453	43
1906	34.960	401	1934	11.150	50
1907	39.490	374	1935	12.370	50
1908	38.206	308	1936	13.247	88
1909	39.027	484	1937	14.792	90
1910	38.547	655	1938	12.064	44
1911	36.547	412	1939	11.805	63
1912	42.286	380	1940	11.835	97
1913	36.232	285	1941	10.734	126
1914	33.531	206	1942	12.204	179
1915	35.165	200	1943	14.575	191
1916	31.495	240	1944	21.192	255
1917	33.998	224	1945	18.887	270
1918	22.662	174	1946	18.159	190
1919	33.252	188	1947	14.510	186
1920	23.587	106			

Fonte: Benchimol, Samuel. Amazônia: um pouco antes e além depois.

Manaus: Umberto Calderaro, 1977, p. 252; Wolff, 1999, p. 103, apud Horácio Santana Jr. 2004, p. 77

É basicamente considerando estes dois momentos, que Souza (1995), argumentou que a economia da borracha, no Acre, viveu dois momentos de auge: do final do século XIX até 1913 e de 1942 a 1945. Em princípios da segunda década do século XX, deu-se a primeira crise da borracha, em decorrência da superprodução, racionalizada nos seringais de cultivo, do extremo leste da Ásia (Malásia, Tailândia e Indonésia), mais adequada aos moldes da produção capitalista (Souza, 1995). No ano de 1900, por exemplo, a produção do Oriente apenas alcançava 4 toneladas. Em 1905, o Brasil produzia cerca de 35.000 toneladas de borracha, enquanto a Ásia apresentava leve crescimento, passando para 171 toneladas de borracha. No ano de 1913, o Brasil eleva sua produção para 39.560 toneladas e a Ásia lhe ultrapassa elevando a sua produtividade para 47.618 toneladas. Em 1919, o Brasil praticamente estagnado, manteve-se na casa das 34.285 toneladas, ao passo que a Ásia aumentava, vertiginosamente, a quantidade de borracha produzida para 381.860 toneladas. Na década de 1930, a produção asiática cresce fabulosamente para 800.000 toneladas, enquanto a produção amazônica descia para a cifra de 14.000 toneladas (LIMA, 1943; WOLFF, 1999).

Não se imaginaria que a origem causal que haveria de levar o declínio insistente da economia da borracha, na Amazônia, fosse decorrer do contrabando de sementes de seringueiras amazônicas em 1876 feito por Henry A. Wickham, para a Inglaterra (Warren Dean, 1989). Este fato, aparentemente fortuito, resultou no estrangulamento, quase por completo, do maior produtor mundial de borracha, o Brasil. Foram necessários cerca de cinquenta anos de experimentos científicos nos seringais do Sry Lanka, Tailândia, Indonésia, e principalmente na Malásia, para que se desenvolvessem formas de plantios de *hévea brasiliensis* em escalas industriais com processo produtivo mais racionalizado nas fazendas, em que as seringueiras se localizavam próximas uma das outras, reduzindo o tempo de deslocamento para o corte, possibilitando maior controle sobre as plantações e barateando os custos produtivos e sociais (SOUZA, 1995; WOLFF, 1999).

Esses ciclos de estrangulamentos da economia da borracha têm um interesse apenas didático para os nossos propósitos, pois através deles podemos observar como as atividades produtivas foram se diversificando, à medida que os governos locais procuravam

alternativas econômicas para investir em novos setores produtivos e assim compensar o enfraquecimento da extração da borracha. No caso do Acre, é somente neste contexto que se insere, do ponto de vista da política econômica governamental, o avanço da agricultura e criação, oficialmente pelo fomento da estrutura estatal.

As atividades agrícolas desenvolvidas em pequena escala em algumas áreas de seringais, embora tenham contribuído significativamente para assegurar o complemento alimentar dos trabalhadores, passavam desinteressadas da ação político-econômica estatal. Essas atividades cultivares e criação de animais, assim como a extração, coleta e caça se mantiveram na condição de suplementos econômicos que não entraram no cômputo do comércio principal, pelo menos até o ano de 1940, quando os padrões seringalistas vêm-se debilitados, economicamente, pela baixa dos preços da borracha, que vinham continuamente decrescendo, desde 1912-1913 devido à concorrência produtiva oriental. Naquela década, 1940, com os investimentos dos EUA para reativar os seringais amazônicos, em função da intervenção japonesa nos seringais do sudeste da Ásia com o objetivo de resguardar a oferta desta matéria prima, para o funcionamento do seu arsenal bélico, o Estado brasileiro viu-se forçado a intervir, de forma mais coordenada, na política econômica de extração da seringa, compra e venda da borracha para exportação. Para isso, instituiu banco de investimentos, providenciou agências de desenvolvimento regional, montou aparatos de navegação e transporte, garantiu a compra da borracha para equilibrar o nível dos preços, fomentou instalações produtivas como armazéns, enfim, definiu uma regulamentação da política econômica extrativista com a finalidade de dirigir, monopolisticamente, toda a cadeia produtiva da borracha, no Território.

Pedro Martinello (1988), que investigou minuciosamente esses acordos estabelecidos entre Brasil e EUA, descreveu, com precisão, as medidas que foram tomadas para o sucesso de tal empreendimento:

(...) para incrementá-lo, os dois governos – o brasileiro e o americano – adotaram medidas que sugeriam um verdadeiro empreendimento de economia dirigida, com um plano organizacional e logístico de alta envergadura, apoiado numa orientação técnica e financeira de responsabilidade insuspeitável. Para a operacionalização desse acordo foram feitos contratos ambiciosos e criaram-se instituições e organismos ad hoc para o financiamento, transporte, abastecimento, assistência médico-sanitária, combustível, utensílios e equipamentos. Mobilizou-se um verdadeiro exército de extratores, arregimentados quase que militarmente nos diversos Estados da Federação, entre os quais se enfileiravam veteranos (antigos extratores) e brabos (calouros na atividade extrativa). (...) Além da criação do Banco de Crédito da Borracha (criado em em 9 de junho de 1942), do D.N.I.[Departamento Nacional de Imigração], do SEMTA [Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia]; Superintendência para o abastecimento do Vale Amazônico – SAVA, RDC, CAETA, do SESP [Serviço Especial de Saúde Pública] e do Serviço de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará – SNAPP, todos coordenados pela Comissão de Controle dos Acordos de Washington – C.C.A.W e copiosamente financiados pela onipresente Rubber Development Corporation – RDC outras medidas de âmbito nacional e local foram ainda implementadas para o incremento da produção (MARTINELLO, p. 130).

No âmbito das decisões tomadas para a operação de incremento da borracha, na Amazônia, algumas delas diziam respeito, especialmente, à auto-suficiência de alimentos, dado o surto de escassez que ameaçou muitos seringais, em princípio dos anos 1940, com a diminuição do aviamento. Difundi-se, então, a idéia de que no interior dos seringais, o novo momento de extração da seringa, as unidades de produção, deveriam funcionar como células autônomas em termos de disponibilidade de alimentos. As agências, encarregadas para providenciar o abastecimento de alimentos para fomentar a atividade gumífera, ficaram a cargo da SAVA e RDC, as quais tinham as seguintes atribuições:

- 1) Coordenar as medidas a serem tomadas com os Estados da região amazônica, visando o abastecimento e incremento da produção de gêneros para as zonas de produção; 2) Providenciar a aquisição de gêneros, dentro e fora do país, e seu transporte para a Amazônia, formando estoque em armazéns e frigoríficos; 3) Estimular a utilização de gêneros de produção local (castanha, óleos, etc) dando ênfase à pesca, à pecuária e a indústria de alimentos da região amazônica (MARTINELLO, 1988, p. 174).

O referido autor descreveu a inversão ocorrida neste momento, concernente à mentalidade dos patrões seringalistas que, segundo nossa opinião, representou o primeiro impulso normativo em que o Estado age deliberadamente do ponto de vista da política econômica para incentivar a produção de alimentos que havia sido subsumida pela atividade dominante de produção de borracha,

Foi nesse momento que se tentou inclusive mudar uma mentalidade que predominou largamente, na Amazônia, durante o primeiro ciclo da borracha, vale dizer, do seringal e dos extratores dedicados exclusivamente à produção e coleta do látex e onde a produção de alimentos era desencorajada e até proibida por prejudicar à produção. Agora, a mentalidade que se procurava incutir era a oposta: o seringal moderno e ideal não era só o que produzia látex mas o que era auto-suficiente em gêneros para a sua própria subsistência. A esse respeito, o Jornal O Acre de 31 de Janeiro de 1943, traz em suas páginas a descrição daquilo que seria um seringal modelo, localizado nas cercanias de Xapuri e de propriedade do Sr. Henrique de Figueiredo. Neste seringal, além da produção normal da borracha, que ia aumentando a cada ano, o descortino do Sr. Figueiredo incentivava a lavoura e a pecuária, além de montar, perto do barracão, uma pequena fábrica de laminar borracha e que, em termos econômicos e de racionalização da produção, era de grande vantagem para os seringalistas e seringueiros. Instalou também uma fábrica de óleo de castanha que sabe ser mais sadio e saboroso que o próprio óleo de oliva, o operoso proprietário pretendia vender como substituto do azeite e banha de porco (MARTINELLO, 1999, p. 183).

Este momento da década de 1940 vai ser importante marco para o desenvolvimento e diversificação da atividade produtiva devido à intervenção da política governamental, embora isso não tenha significado a inexistência da produção agrícola e criação de animais, em tempos pgressos, porque os cultivos agrícolas e criações de animais sempre fizeram parte da economia dos povoados amazônicos, mesmo desenvolvida “silenciosamente”, revigorando-se nas inflexões da produção de borracha e lhe sendo complementária, atendendo à subsistência das famílias rurais, proliferando-se pela camada mais baixa das trocas econômicas dos pequenos povoados. Segundo foi dito, nas cidades de Cruzeiro do

Sul e principalmente de Rio Branco, elas fortaleceram-se, estimuladas pela política de criação das Colônias Agrícolas, constituídas nos arredores desses núcleos urbanos, para suprir o comércio local, oferecer trabalho aos seringueiros migrados dos seringais e abastecer a população urbana de alimentos.

No entanto, a atividade extrativista mostrou-se que nunca foi de tudo desarticulada da agricultura, mas essas atividades estiveram associadas, em função do cálculo econômico dos camponeses (ALMEIDA, 1995). Na região do Juruá, em Cruzeiro do Sul, por exemplo, constam registros da existência de uma variedade de atividades produtivas de subsistência que conviviam com a economia da borracha. Nos seringais do Alto Juruá pelos idos de 1890, logo após a sedimentação dos primeiros povoadores, dos distantes rios acreanos, relatos comprovam a efervescência dos cultivos agrícolas. No seringal Paraná dos Barros³⁵, mais tarde denominado Seringal, pelo seu proprietário Mâncio A. Rodrigues Lima, localizado há 75 voltas do Rio Môa, pela margem esquerda e 70 pela margem direita. No centro desse seringal, onde morava o dono, cuja sede chamava-se Barão do Rio Branco, constavam algumas benfeitorias que incluíam pastagens de 1.400 hectares para a criação de pecuária, com outras áreas reservadas para o cultivo da lavoura. Naquela época havia 300 cabeças de gado vacum, muares, grande criação de suínos e ovinos. Tinha casa para a fabricação de farinha de mandioca, engenho de ferro para produzir açúcar, além de linha telefônica, escola, e ligação rodoviária com o povoado de Cruzeiro do Sul. No seringal Belo Monte, de propriedade de João Baptista de Oliveira, haviam 170 estradas de seringa com capacidade de produção de 20.000 kilos de borracha, tinham também 30 cabeças de gado, casa de farinha de mandioca e engenho de açúcar. No Seringal Cruzeiro do Vale, se cultivava cana-de-açúcar, mandioca, fumo, milho, arroz, feijão. No Seringal Florianópolis tinha campo de agricultura. Na colônia agrícola chamada Rodrigues Alves se produzia cana de açúcar, café, milho, arroz, mandioca, criação de gado, cavalos, caprinos, ovinos e suínos. O mesmo se passava nos seringais Nova Residência, às margens do Môa, do sr. Antônio Ferreira Gomes e no Seringal São Salvador, de Pedro Moraes, no baixo rio Azul, e assim em muitos outros seringais da Amazônia acreanas (SOBRINHO & BRANDÃO, 2005).

No entanto, em todo território acreano, como constatou o inquérito de Antônio Guerra (apud BRANDÃO, 1955), os seringueiros se vêem forçados a complementar a produção da borracha com os plantios agrícolas de subsistências, a partir da segunda quinzena de setembro em que se destacam as culturas da mandioca, milho, arroz, feijão. Nos meses de julho a agosto, inclusive, a produção de borracha tem seu tempo reduzido, devido à necessidade do preparo das roças.

Uma parte destas atividades era destinada ao abastecimento alimentar dos seringais, mas outra porção se voltava para o comércio, nos pequenos mercados das cidades próximas. No ano de 1920 a 1923, no Juruá, produtos como farinha de mandioca, feijão, arroz, milho, algodão, tijolo de barro, palha, óleos, tábua para assoalho, açúcar, café, carne salgada, couro, tabaco e aguardente destinavam-se à exportação comercial. Neste núcleo urbano vigorava pequenas indústrias manufatureiras que comercializavam chapéus de palha, louça de barro, cestos de cipó, tijolos; indústrias de curtumes, que mercantilizavam couros salgados de boi, veado, caititu, preguiça, quati. Entre 1917-1923 foram negociados 12.990 quilogramas desses produtos (SOBRINHO & BRANDÃO, 2005). Esse pequeno

³⁵ O seringal Paraná dos Barros foi explorado por Joaquim de Barros Rego, seu primeiro proprietário, depois transferido, sucessivamente, para Pedro Telles de Meneses, João da Costa, Antônio Lopes de Lima, Manoel Lopes de Lima, e finalmente, para Mâncio A. Rodrigues Lima.

comércio interno das cidades funcionou por toda a trajetória de formação do Acre. Um ex-seringueiro, que morou nos seringais do Juruá até a década de 1970, comenta que depois de vários dias caçando e trabalhando com pequenas criações “vinha (...) para a cidade e vendia peles de animais. Comprava mercadoria e já subia. Além da pele, a gente trazia galinha, pato, carne, carne de caça salgada. Então, isso gerava uma renda muito boa, fora da borracha”³⁶.

Neste sentido, é ilustrativo considerar o fato da colonização ter se detido, inicialmente, na exploração dos produtos de mais fácil extração, como os produtos extrativos, a madeira, as peles de animais. A produção da agricultura e pecuária, por exemplo, somente ocorreriam em momento futuro com a sedimentação das bases sócio-produtivas – o café, o guaraná, a banana, a pecuária, o arroz, a mandioca. Tudo isso foi reflexo da forma como a economia amazônica vai se integrando aos mercados de exportação, caracterizando-se pela realização de um desenvolvimento mercantil, integrado internacionalmente, em bases de circulação daqueles produtos de maior valor comercial. Talvez, por este motivo, tenha predominado a economia de produção da borracha, pois era a mais lucrativa, para a efetiva instalação da empresa seringalista atender o comércio de exportação em detrimento da base da economia doméstica nativa que estava calcada na produção em pequena escala dos demais produtos extrativos, como a coleta de castanha, a produção de piaçaba, plantios de cacau, guaraná, mandioca, e atividades pesqueiras. Os instrumentos e equipamentos de trabalho desta economia doméstica também eram os mais rudimentares e consistiam na utilização de pequenos artefatos culturais como a cuia, o tipiti, o anzol, o arpão e a tarrafa.

O ponto essencial, que convém sublinhar, já sugerido no texto precedente, diz respeito ao fato das atividades produtivas, desassistidas economicamente pelas transações de mercado, que ocorriam na cúpula das trocas mercantis, só passarem a concorrer no circuito dominante das trocas econômicas quando a atividade hegemônica encontra-se numa situação de crise. Não foi diferente com a economia da borracha e foi exatamente nos seus momentos declinantes, nos interstícios de seus fôlegos, que as práticas agrícolas e criatórias, dentre outros ramos, entraram como mercadorias subsidiárias, complementárias para a manutenção do sistema econômico local. No caso do Acre, essa entrada veio precedida pela ameaça de escassez de alimentos, que forçou os agentes políticos e econômicos a abrirem espaços, através dos quais pudessem se desenvolver outras atividades como forma de alimentar os braços daqueles que realizariam o trabalho de extração da seringa.

Nesse contexto de reconfiguração das relações econômicas, no Acre, os códigos e regulamentos sociais a elas estavam associados, também, se modificaram. Os laços rígidos de dominação que prendiam os seringueiros aos patrões, nessa época, foram paulatinamente desestruturando-se e estes últimos, aos poucos, foram perdendo o controle sobre os primeiros. Os seringueiros passaram a gozar de mais liberdade nas trocas comerciais, os intermediários mercantis, chamados de regatões ou marreteiros, ampliaram, geograficamente, sua atuação e passaram a exercer maior concorrência com os patrões na compra de borracha, ofertando melhores preços para os seringueiros e na venda de mercadorias, a valores mais baixos que os do comércio do barracão.

Isso esclarece porque mais do que atrelados tão somente no trabalho da produção da borracha, os obstáculos interpostos à autonomia dos seringueiros, prendiam-se ao processo

³⁶ Entrevista realizada em fevereiro-março de 2009.

de comercialização³⁷. Nesse sentido, Chico Mendes lembrou o papel indispensável, exercido pelos marreteiros e regatões nos seringais, e apesar deles terem se assemelhado aos antigos patrões, posteriormente, eles, num certo período, foram de extrema utilidade para a conquista da autonomia comercial e econômica desses trabalhadores. Esse processo ocorreu de maneira até contraditória, na medida em que os marreteiros desempenharam papéis de “mocinhos” e “vilões”, caracterizando-se, num primeiro momento, como aliados dos seringueiros, visto que ofereciam melhores valores às produções de castanha e borracha, e também vendiam as mercadorias a preços mais compensatórios que os patrões. Mas depois eles foram se assemelhando àqueles antigos patrões.

Em 1942, com a criação do Banco de Crédito da Borracha (decreto-lei nº 4.451 de 09 de julho), e a instauração política do monopólio estatal deste produto, se estabelecem normas para salvaguardar a atividade comercial da borracha. O decreto-lei 4.841 de 17 de outubro de 1942, que regulamentava os procedimentos de financiamentos, impôs restrições legais aos patrões, que antes inexistia. Essa medida levou à redução dos laços de dependência do seringueiro. Os princípios normativos estabelecidos renovariam a regulamentação das relações de trabalho nos seringais como requisito para as operações de créditos dos seringalistas. O contrato-padrão, uma das normas instituídas, garantiu aos seringueiros certos direitos e deveres. Um dos direitos colocou o seringueiro como arrendatário, com a garantia de que 60% de sua produção fosse vendida a preços iguais aos praticados nos mercados de Belém e Manaus.

Também ficou definido que com as dificuldades de abastecimento dos seringueiros, considerando a escassez de alimentos, associado ao aumento populacional, que os seringalistas deveriam pensar no seringal enquanto unidade produtiva auto-suficiente, tanto de gêneros alimentícios quanto de criação de pequenos animais. Por isso seria feita a concessão de um hectare de terra para cultivo agrícola, com a vantagem de que o seringueiro também podia se dedicar à caça, pesca e comercialização de peles de animais. Como obrigação, o seringueiro deveria vender a borracha exclusiva para o patrão seringalista contratante. O desrespeito desta regra implicava em sujeição à ação judicial (Martinello, 1988; Paula, 1999). No entanto, Martinello sustenta que o contrato-padrão foi desrespeitado em quase todas as suas cláusulas, visto que além das dificuldades geográficas (distância e isolamento dos seringais amazônicos), contribuía ainda o desentendimento das instituições responsáveis para fazer o acompanhamento do acordo, bem como a falta de pessoal e de recursos disponíveis.

³⁷ Uma das diferenças entre Karl Marx e Max Weber refere-se à maneira como enfocam a sociedade. O primeiro deles analisa a sociedade capitalista fundamentando sua abordagem nas relações materiais que se estabelecem no processo de produção, onde segundo ele, se origina, por exemplo, a exploração do trabalho com a expropriação do trabalhador pelo capitalista, através da extração da mais-valia, valor gerado pelo trabalho, mas que não regressa para o trabalhador em forma de salários, além das formas precárias, ambiente de trabalho, oferecidas ao trabalhador. O segundo deles investiga a sociedade capitalista pelo viés do mercado, situando o processo de exploração, por exemplo, no contexto das trocas mercantis, na diferenciação desigual dos preços. Do ponto de vista teórico, Karl Marx, considera o mercado como uma etapa do processo de produção, ao passo, que Max Weber o toma como uma relação social autônoma da produção, uma vez que o mercado coloca todos os agentes sociais em relação entre si pelas trocas comerciais, independente, de participarem da produção ou não. No caso da economia da borracha, no Acre, o processo de exploração operava nessas duas etapas, caracterizado pelas precárias condições de trabalho, do lado da produção e, principalmente pela defasagem dos preços praticados com os seringueiros, pelo lado da comercialização da borracha e mercadorias industrializadas.

Esse período foi marcado por forte tendência de êxodo rural. Uma parcela da população que vivia nos seringais foi forçada a migrar para áreas urbanas de mais fácil acesso favorecendo o crescimento das cidades. Muitos se dirigiram para aquela mais promissora, o município de Rio Branco, a capital do estado, e Cruzeiro do Sul, dotadas de melhores serviços sociais. A outra parte, porém, atravessou a fronteira e foi se abrigar no país vizinho, a Bolívia. Os poucos afortunados que haviam conseguido poupar algum recurso com o saldo da borracha aproveitaram a oportunidade para regressar com suas famílias para os locais de onde vieram³⁸.

Com o término da guerra (1945), os acordos foram cancelados e os seringais nativos acreanos entraram em decadência acentuada (Souza, 1995; Duarte, 1987; Silva 1982). Reiniciou-se o fortalecimento da borracha nos seringais asiáticos, trazendo novamente o dilema de que a borracha nativa não tinha a menor chance de competir com os preços praticados pelos seringais do oriente.

Nos anos de 1950 e 1960, o mercado nacional registrou significativa expansão industrial. Com a automação nacional de setores automobilísticos, o consumo interno de artefatos de borracha já era capaz de absorver toda a produção de borracha vegetal da Amazônia, uma vez que o governo brasileiro havia diminuído a importação de borracha sintética, possibilitando a ampliação do mercado interno, através de políticas econômicas de proteção de preços e compra da borracha. No final dos 1960, os custos para a produção da borracha sintética aumentaram devido à alta no preço do barril de petróleo que refletiu no rápido crescimento da demanda industrial por este produto, isso acarretou déficits na balança comercial brasileira em decorrência dos custos adicionais de importação. Para reverter essa situação, o governo federal promoveu ainda a reformulação da política econômica da borracha no intuito de revalorizar a borracha natural amazônica (Paula, 1991).

O governo federal ainda tentou garantir a competitividade da borracha amazônica desde 1947, buscando assegurar a compra deste produto para abastecer o parque industrial nacional, em formação, através de incentivos governamentais que resguardassem preço mínimo para aquisição da borracha até 1950, e estímulos às industriais pneumáticas para priorizar a utilização do látex amazônico, além de restringir a importação desta matéria, de outros países, que passou a ser liberada em 1959. Com a quebra do monopólio estatal, o Banco da Amazônia começou a limitar o crédito para a indústria da borracha, com a suspensão definitiva em 1971. O fato é que vieram outros programas durante o governo dos militares como PRODHEVEA (1967-1971), PROTERRA (1971), PROBOR's I, II, III (1972, 1977, 1982), de incentivo à produção de borracha, com vista a deixar o país auto-suficiente em borracha natural, mas a borracha amazônica nunca mais se recuperou (SCHMINK & CORDEIRO, 2008), mantendo cada vez mais, baixa capacidade de produção.

No ano de 1966, o presidente Castelo Branco criou a “Operação Amazônica”. Instituiu a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e o Banco da Amazônia S/A – BASA. A SUDHEVEA foi criada em 1967, pela Lei nº 5.227 (a mesma que extinguiu o monopólio estatal da borracha), com o objetivo de incentivar a modernização do setor de produção de borracha natural no país. No correr dos governos

³⁸ Os impactos sociais desse processo apareceram nas análises de diversos autores como Costa Sobrinho (1992), Leandro Tocantins (2001), Luís Antônio Pinto de Oliveira (1982), Adalberto Ferreira da Silva (1982); Silvio Simeoni Silva (2003).

militares foi formulado o Plano de Integração Nacional – PIN, em junho de 1970. Os investimentos em infra-estrutura, para modernização do país e integração das fronteiras nacional, foram alinhados no Plano Nacional de Desenvolvimento I, II, que previa a construção de eixos rodoviários, sistema de navegação fluvial, implantação de sistema de comunicação, ampliação da produção de energia elétrica, promoção da redistribuição de terra nos lugares considerados obstáculos para o processo de modernização. (PAULA, 2005, p. 65; REGO, 2002).

Neste cenário de redefinição da política econômica, outros programas foram implementados para incentivar a indústria da borracha nativa na região amazônica. Exemplos desta política econômica foram os Programas de Incentivo à Produção Vegetal – Probor I, II, III, com recursos da União. Os PROBOR's foram criados pelo Decreto Lei nº 1.232, de 17/07/1972 com a finalidade de fomentar o plantio racional de seringueiras “para a formação de seringais de cultivos”, e o estímulo à “produção dos seringais nativos” através: i) da abertura de novas estradas de seringa; ii) recuperação de colocações abandonadas; iii) introdução de melhorias técnicas quanto ao processo de acomodação, defumação e coagulação da borracha (BRANDÃO, 1955; PAULA, 2005, p. 122).

Na esfera estadual, o governo formulou a versão do Proborzinho para complementar a política nacional. O Proborzinho seguia os mesmos objetivos de incentivar a formação de plantios de borracha nos moldes racionais dos cultivos asiáticos, complementado pela agricultura de subsistência de base familiar. A interação dessas políticas econômicas deram, de certo modo, mais liberdade para os seringueiros comercializarem sua produção, pois os programas governamentais de incentivos à produção vegetal (como o Probor I, II, III e Proborzinho) que financiavam a produção de borracha de cultivo, estimularam a organização dos seringueiros através de associações.

Mas, apesar de todas as políticas econômicas e os diferentes programas governamentais direcionados para incremento da produção de borracha na região, esta atividade manteve-se praticamente estagnada e em declínio acentuado, com desempenho pouco significativo, se comparado com os prósperos resultados dos anos anteriores, conforme demonstramos em quadros estatísticos precedentes. Na década de 1960, a borracha produzida no Acre foi de 8.218 toneladas. No ano seguinte, um pequeno acréscimo elevou a produtividade para 8.552 toneladas, para, em 1980, alcançar 10.792 toneladas.

Essa relativa paralisia econômica que persistia consecutivamente desde anos anteriores, viria demonstrar o esgotamento da produção da borracha na quadra temporal de 1970\1980 e exigiria à necessidade premente de diversificação da atividade econômica regional, dado que não seria mais possível o mercado local ancorar-se apenas no monocultivo extrativista. A incipiência da borracha, mesmo diante de incentivos governamentais, atestava para os agentes econômicos que a extração do látex não era mais atrativa do ponto de vista de sua rentabilidade, assim já era momento de promover a substituição da produção deste produto, ampliando o leque das atividades econômicas. A matéria do Jornal O Varadouro, nº 17, publicada em dezembro de 1979, sinaliza o subterfúgio utilizado pelos patrões seringalistas para se salvaguardarem, economicamente, diante da iminência ameaçadora da débâcle da indústria da borracha, de tal modo que grande parte dos recursos financiados pelas agências governamentais de fomento, a esta atividade foram aplicados, para impulsionar outros ramos mercantis, como o setor comercial, agricultura e principalmente para aquisição de terra, para implantação da pecuária (ESTEVES, 1998). A Manchete: Escravidão da Dívida Continua (Governo

Ajuda), publicada no jornal “O Varadouro”, ajuda-nos a entender como se operou esse deslocamento:

O PROBOR I e II jogou não mãos de seringalistas e mesmo de empresários sulistas milhões de cruzeiros para reabrir seringais nativos ou seringais de cultivo. É verdade que os recursos do PROBOR foram desviados a outras finalidades. Como o preço da borracha foi descongelado e passou a ser compensador para o patrão, agora se interessou pela produção (...) como a cadeia mercantil foi desarticulada, não existe mais casa aviadora em Belém, o Governo entrou em ação para quebrar esse galho: lançou mão do sistema de comercialização da Cobal (Companhia Brasileira de Alimentos) e tudo resolvido (...) seringalistas se abasteceram nos postos espalhados pelos diversos municípios, comprando mercadorias abaixo do preço do mercado local e as revendem aos seringueiros (...) com margem de 200 a 500% de lucros. (PAULA, 2004, p. 126).

Celso Furtado (1964) escreveu a esse respeito, em meados da década de 1960, assinalando que a transição econômica, desencadeada no Norte do país, no contexto da desvalorização dos preços da economia da borracha, havia forçado a desintegração do sistema mercantil – comércio de mercadorias a longas distâncias – baseado na indústria da borracha. Isso teria levado a regressão produtiva do trabalho, a formas primitivas de subsistência. Ao que pese a visão estereotipada do autor, acerca da agricultura de subsistência, naquele período, ela permite visualizar o momento em que a produção agrícola ganha substância no âmbito da economia local, de subsistência como forma de salvaguardar o forte abalo causado pela desvalorização da borracha e impedir que a miséria se alastrasse entre os trabalhadores envolvidos nesta atividade produtiva na região:

Os planos do imigrante nordestino que seguia para a Amazônia seduzidos pela propaganda fantasista dos agentes pagos pelos interesses da borracha, ou pelo exemplo das poucas pessoas afortunadas que regressavam com recursos, baseavam-se nos preços que o produto havia alcançado em suas melhores etapas. Ao declinarem este de vez, a miséria generalizou-se rapidamente. Sem meios para regressar e na ignorância do que realmente se passava na economia mundial do produto, lá foram ficando. Obrigados a completar seu orçamento com recursos locais de caça e pesca, foram regredindo à forma mais primitiva de economia de subsistência... (FURTADO, 1964, p. 161).

Essa mudança da base produtiva que favoreceu a diversificação econômica e o desenvolvimento mais dinâmico da agricultura de subsistência, a pesca, a caça, trouxe consigo a problemática do uso da terra, a propriedade da terra, que agora se colocava como uma questão importante para o processo de valorização econômica, visto que as novas atividades necessitavam de uma base fixa para o seu estabelecimento produtivo. Os conflitos pela posse e uso da terra intensificaram neste momento e foram resultados diretos desse movimento de reconfiguração do espaço produtivo.

Neste sentido, convém sublinhar a atuação de dois governos estaduais e suas respectivas políticas econômicas, face a esse dilema. O primeiro deles é Geraldo Gurgel Mesquita, que governou o Acre de 1975 a 1979. O segundo, Wanderley Dantas, cujo

governo foi de 1971 a 1975, quando os conflitos por terra no campo ocorreram com grande visibilidade social (PAULA, 1991).

O governo de Wanderley Dantas, no quadro de crise da economia da borracha, buscou, através de incentivos fiscais, introduzir inovações técnico-produtivas no setor primário para a expansão da fronteira agrícola na região. Propagaram-se, então, anúncios de incentivos tributários aos interessados do Centro-Sul do país em investir no Acre, que, associados ao rebaixamento dos preços das terras, aqueceram o mercado fundiário, atraindo para a região empresários e especuladores, muitos deles com vistas à implantação da pecuária extensiva e exploração madeireira. Isso proporcionou a desativação maciça dos seringais nativos e acirrou os conflitos fundiários, uma vez que as propriedades de terras rurais estavam indefinidas, com a agravante dessa região se situar em zona de fronteira. Por diversas formas, a administração de Dantas colocou-se ao lado dos novos proprietários e, em diversas ocasiões, a polícia interveio em favor dos mesmos.

O governo de Geraldo Mesquita, na perspectiva de integrar a agricultura acreana ao processo de modernização do país, incentivou o incremento à produção agrícola como possibilidade de fixação das populações rurais nos seus locais de origem, o que se constituiu numa de suas principais políticas, em termos produtivos e sociais. Na perspectiva de promover a consolidação de uma classe média agrária e tentar solucionar os conflitos por terra, o governo criou, entre 1975 a 1979, os Núcleos de Apoio Rural Integrado - Naris³⁹, objetivando assentar pequenos produtores rurais e extrativistas, e o Projeto Redenção⁴⁰, com capacidade para assentar 500 famílias rurais (SOUZA, 1995; PAULA, 1998). Instituiu linhas de crédito para os pequenos agricultores no Banco Estadual – BANACRE; criação da Companhia de Desenvolvimento Agrário e Colonização do Acre – COLONACRE, em 1975; Companhia de Armazéns Gerais e Entrepósitos do Estado do Acre – CAGEACRE, em 1976; e da criação da EMATER, em 1975 (SANT’ANNA, 1988).

Tanto os Naris quanto o Projeto Redenção objetivavam oferecer ao homem do campo um conjunto de serviços técnicos e sociais, como forma de evitar o êxodo rural. Entre suas metas, previa-se elevar o nível de produção, implantar escolas de 1º e 2º graus, postos de saúde, armazéns, serviços de assistência técnica, linhas de crédito (através do extinto Banco do Estado do Acre - Banacre), levando o banco até o produtor, para que o mesmo pudesse fazer o financiamento. Em cada núcleo, havia também tratores agrícolas com implementos. A Companhia de Colonização do Acre - Colonacre passou a realizar serviços de revenda de sementes, adubos e defensivos agrícolas.

³⁹ Sobre o Governo de Mesquita e os NARIs ver, dentre outros, Costa (1993) e Ribeiro e outros (1993).

⁴⁰ O Projeto Redenção tinha como objetivo principal assentar famílias, sobretudo aquelas oriundas de outras regiões do país que quisessem se estabelecer no Acre. Por isso, uma de suas características principais era de ser constituído por famílias vindas das regiões centro-sul do país, com maior tradição agrícola que os acreanos e por famílias de acreanos, formadas de ex-seringueiros que já moravam no local com a criação do Projeto Redenção. Vejamos o que disse Raimundo Viana, principal responsável do governo pelo projeto na época: “A intenção nossa era de absorver na realidade o nosso seringueiro. Essa era a concepção inicial. Mas aí a gente começou a ver essa dificuldade cultural. Aí nós estabelecemos uma faixa de 20, no máximo 30% dessas pessoas (assentados do Centro-Sul) que seriam colocadas estrategicamente dentro do lote de forma que a gente tinha 1 módulo com 16 lotes. Então ali dentro teríamos 5 agricultores que iriam transferir as suas informações e ao mesmo tempo receber informações da Amazônia que esse pessoal precisava ter. Mas na verdade, isso foi o que a gente pensou enquanto projeto. Mas quando a coisa começou a acontecer na prática, a gente não seguiu rigorosamente este percentual. Um pouquinho a mais...” Entrevista concedida em Rio Branco, 1998.

De modo geral, a política econômica do governo de Geraldo Gurgel de Mesquita pretendia consolidar um plano de Integração e Desenvolvimento localizado, priorizando pequenos e médios produtores agrícolas, bem como pretendia conter a expansão dos compradores de terras do Centro-Sul do país e desativar a política de incentivos à aquisição das mesmas. Havia uma preocupação também voltada para os problemas sociais causados pelo êxodo rural. A chegada dos seringueiros/posseiros e colonos aos centros urbanos trazia como conseqüência a progressão de problemas sociais como criminalidade, violência, prostituição, desemprego, subemprego e falta de moradia, ultrapassando os serviços estatais de infra-estrutura básicos, físico e social. A solução para esses tipos de problemas seria parcialmente encontrada na criação de assentamentos rurais (PAULA, 1999; ALVES, 1995).

Em articulação com a coordenação da Sudhevea, à época, Geraldo Mesquita conseguiu que o seringal tradicional tivesse significativa importância dentro da Superintendência, o que resultou em linhas de financiamento para reabertura de plantações de seringueiras e a abertura de colocações que estavam desativadas nos seringais através dos Probor I, II, III. Por outro lado, houve certa preocupação em apoiar os seringueiros “autônomos”, isto é, aqueles que não tinham mais vínculos com o “barracão”, através da atuação da Cobal (armazém de alimentos), que instalou vários postos na região do Vale do Acre e Juruá para fornecer alimentos diretamente aos seringueiros a preços mais baixos que os praticados pelo aviamento feito pelos intermediários (“marreteiros”), também conhecidos como “regatões”.

Contudo, embora os momentos de crise da borracha tenham sido marcados por tendência decrescente de produtividade – a primeira crise, em 1912; recuperação em 1942-1945 – e finalmente chegando aos anos 1970, ao seu estágio mais dramático de esgotamento, é forçoso reconhecer que a produção de borracha jamais chegou a se extinguir em definitivo, nem mesmo nos seus momentos mais críticos, como os próprios índices de produção indicaram. Wolff (1999) lembrou, por exemplo, que a produção de borracha na verdade diminuiu muito pouco nos anos que se seguiram à crise dos anos de 1970. Os seringais não desapareceram, continuou a haver seringueiros e patrões, fiscais, comércio de borracha e mercadorias. O problema novo que se colocara, fora que a borracha não podia mais ser o único produto do trabalho do seringueiro, pois a queda dos preços reduzia muito a quantidade de mercadorias que se podia adquirir com a venda da borracha ao patrão, e ao patrão não interessava juntar prejuízo na oferta de mercadorias ao seringueiro pelo sistema de aviamento. Em uma passagem elucidativa Weinstein (1993) aponta como estava colocada essa problemática:

Em conseqüência disso, os seringalistas e comerciantes locais encontravam-se diante de um dilema. Em épocas de altos preços de borracha, sua estratégia básica havia sido de manter o seringueiro o mais possível dependente deles, eliminando todos os outros contatos comerciais e descontraçando toda tentativa de auto-suficiência. Mas com os preços caindo a níveis de antes da expansão, já não era viável ao patrão continuar suprindo sua clientela de todos os bens que consumia. Não conseguir fazê-lo, ameaçava aumentar a independência econômica e psicológica do seringueiro e podia, finalmente, levá-lo a deixar de uma vez a coleta de borracha. Em suma, o seringalista, ou comerciante, via-se dividido entre a necessidade de cortar os custos e as dificuldades de manter o controle de sua mão-de-obra (apud WOLFF, 1999, p. 102).

Tomando a perspectiva posta por Weinstein podemos resumir que o cerne do problema enfrentado pelos seringalistas naquele momento era de natureza estritamente econômica, isto é, os seringalistas estavam debilitados financeiramente para abastecer os seringais de gêneros alimentares e mantimentos para o trabalho de extração da borracha, pois seus lucros haviam sido reduzidos expressivamente com a baixa dos preços desse produto. Como parte significativa de seus lucros decorria das diferenças auferidas nas trocas comerciais da borracha e das mercadorias comercializadas com os seringueiros, através do sistema de aviamento, com o baixo preço da borracha no mercado internacional, a quantidade produzida que nos tempos de auge era suficiente para o abastecimento das famílias no barracão, torna-se ínfimo para a aquisição dos mesmos mantimentos básicos.

Neste sentido, a desvalorização do preço da borracha no comércio internacional faz com que os patrões seringalistas apertem as restrições nos seringais, a começar pela diminuição das mercadorias vendidas no barracão. A diminuição dos recursos para aquisição do aviamento decorrente da desvalorização da borracha, incide negativamente no abastecimento da casa do seringueiro. O patrão com medo de não conseguir saldar o seu débito nas casas financiadoras diminui o volume de produtos aviados e limita as normas para o aviamento do seringueiro. Se antes, algum seringueiro se aviava sem crédito no barracão, a partir de então, ele só poderia comprar mantimentos se sua produção compensasse a venda dos produtos. No romance *Terra Caída*, José Potyguara (2007) reproduz a seguinte fala do patrão no contexto da crise dos anos de 1940, de instrução ao capataz do seringal por ocasião de sua viagem para a cidade:

Como medida de prudência, restrinja a venda de mercadorias [capataz Damásio] a quem não tem saldo, pois vou cortar pela metade minha cota de compra para aviamento. É preciso reservar mercadoria para o fabrico a se iniciar (...) Levarei um mínimo indispensável de mercadoria. Vamos atravessar um ano duro! Não sou doido de encher barriga de seringueiro, quando a borracha quase nada vale (p. 84/85).

Então, a tendência do patrão foi de reduzir a quantidade de investimentos em mercadoria para o aviamento dos seringais porque, caso os rendimentos das trocas comerciais não gerassem recursos suficiente para cobrir os gastos de circulação, ele se veria endividado junto aos bancos financiadores de Belém e Manaus. Mas a possibilidade de não comprometimento do patrão com o abastecimento dos seringueiros poderia deixar sua autoridade fragilizada diante dos mesmos, assim como desmotivar o trabalho de produção de borracha. Ademais, focos de resistências já estavam latentes na psicologia dos seringueiros, que exigiam mantimentos para suas famílias e garantia do trabalho; liberdade de comercialização da borracha para alcançar melhores preços com os regatões; e liberdade para produção da agricultura para compensar a escassez de produtos industrializados e reduzir os custos familiares com os mantimentos alimentares, comercializados no barracão.

Entrincheirados pela pressão dos seringueiros e pela situação desfavorável da economia da borracha de exportação, aqueles patrões que não abandonaram ou venderam seus seringais foram forçados a afrouxar as regras sociais nos seringais e adaptaram-se aquele novo momento: liberaram a comercialização da borracha e a produção de

agricultura⁴¹. Silvio Simeoni (2003, p. 108) comenta que “o seringueiro, à medida que foi se libertando das relações de produção compulsória do sistema de aviação nos seringais, passou a ter uma maior autonomia produtiva. Sua organização de conformidade com a produção familiar camponesa passa a firmar-se numa maior diversificação de produtos de subsistência para suprir as necessidades familiares, e não mais exclusivamente em atividades extrativa vegetal”.

Nota-se que foi nas fímbrias da economia da borracha aberta nos seus momentos de crise que, paulatinamente, foi se preparando terreno para a sedimentação de circuitos do mercado, no âmbito interno e da afirmação do campesinato nos jogos das trocas comerciais. Nos interstícios da economia principal de exportação vai se desenvolvendo o comércio interno de produtos agrícolas e manufaturados, em geral, para suprir as necessidades mais imediatas da população e assim dar suporte para a atividade produtiva dominante. Apesar dos circuitos comerciais (internacional, local) serem transacionáveis em esferas espaço-tempo diferenciados, não se trata de relações de trocas incompatíveis. Ao contrário, quando a economia principal, voltada para exportação, não consegue mais alcançar os lucros suficientes para cobrir os gastos de produção por causa de um aperfeiçoamento (tecnológico, produtivo, e social), como foi o caso da borracha produzida na Ásia, a tendência geral inclina-se para a economia principal ir abrindo caminho para incorporar os produtos do circuito comercial de pequena distância e acoplá-lo como suplemento da economia dominante.

Com a transformação das relações econômicas, não ocorreu somente a diversificação das atividades de produção, como também se modificaram os agentes econômicos. Domingos Neto (2004) desenvolveu o argumento de que os períodos de estagnação da economia da borracha, ademais, abriram espaço para a constituição de várias categorias de trabalhadores, a que foi dando lugar à categoria dos seringueiros. Para além da tonalidade política que as categorias sociais reivindicaram para si, foram surgindo trabalhadores nomeados como posseiros, meeiros, castanheiros, colonos, agricultores, lavradores, extratores. Como os seringueiros começaram a desempenhar outras atividades produtivas para assegurar a alimentação como arroz, feijão, macaxeira, farinha, açúcar, bem como desenvolver atividade de caça e de pesca, antes rigorosamente proibidas dentro do sistema de aviação, o sentido do termo seringueiro foi se desbotando. Aqueles sujeitos históricos designados como seringueiros por exercer a atividade de extração do látex para a produção da borracha ampliaram seu leque de trabalho produtivo e ao se diversificarem do ponto de vista econômico, político e cultural, passaram a enquadrar-se na categoria ampla dos trabalhadores agroextrativistas, conforme constatou o estudo de Edson Santos (2007) na Reserva Extrativista de Cazumbá-Iracema⁴².

⁴¹ Importa dizer que a liberalização dos regulamentos nos seringais do Acre se deu de forma diferenciada. Nos seringais do Alto Juruá, por exemplo, o domínio dos patrões seringalistas se estende a praticamente os anos 1980. No ano de 1989, a firma Marmud Cameli, arrendatária de vários seringais nos rios Tejo e Juruá, moveu uma ação de interdição proibitória contra o CNS que pretendiam romper com o sistema de aviação, controlado pelos patrões, realizando a comercialização direta com os seringueiros, de produtos alimentares industrializados de primeiras necessidades (O'DWYER, 1998, p. 37). No caso do Vale do Acre-Purus, esse processo se deu mais cedo, nos anos de 1970, com a atuação do sindicalismo rural (PAULA, 1991)

⁴² Nos dias atuais, essa diversificação social ampliou-se ainda mais, com a população se diferenciando profissionalmente através de atividades como de professores, agentes comunitários de saúde, delegados sindicais, paraflorestais, mateiros, e outras atividades, associadas às áreas rurais (SCHMINK & CORDEIRO, 2008).

De modo geral, foi dentro desse contexto da década de 1970, de reorganização das relações econômicas, que os seringueiros e demais categorias de trabalhadores rurais se tornaram os principais atores políticos na defesa pela posse da terra no Vale do Acre/Purus e garantia do comércio e produção de pequena escala. Esse processo aconteceu simultaneamente à quebra da estrutura tradicional de dominação do comércio de exportação a que o sistema seringal estava articulado e da política de revalorização da pequena economia de subsistência, que favoreceram o conjunto dos trabalhadores rurais à adoção de comportamentos e de práticas econômicas e políticas capazes de fortalecer a economia local de base familiar. Como a dependência econômica e política dos seringueiros se desintegrava com o endividamento dos patrões seringalistas, no momento em que os laços tradicionais de subordinação se rompem, geram a possibilidade dos seringueiros formularem discursos contestatórios de resistências e inconformismo contra toda sorte de constrangimentos, alterando assim o sistema de poder que vigorava no seringal (O'DWYER, 1998).

No fim desta seção, interessa-nos colocar em evidência o duplo movimento da economia e da política, da origem expansiva do mercado e da formação do Estado, que de formas variadas combinaram-se em torno das atividades comerciais, alicerçando o domínio daquilo que viria se configurar as bases do mercado interno do Acre. No primeiro momento, com relativa ausência da ação governamental durante a predominância da economia da borracha, limitada ao exercício do controle sobre as taxas de tributação desse produto, a produção da borracha sustentou nos seus períodos de prosperidade, largo desempenho produtivo a partir dos últimos anos do século XIX, até as primeiras décadas do século XX, quando depois de 1920, passou a dar sinais de seu declínio e esgotamento.

Na década de 1940, o poder estatal começa ganhar importância decisiva no desenvolvimento desta a atividade econômica com a sua intervenção no comércio da borracha, e para isso, passa a institucionalizar a criação de instituições públicas e políticas, direcionadas para fortalecer o seringal nativo e de cultivos de seringueiras. Nas décadas seguintes, foi ficando mais visível a centralidade do Estado no desempenho econômico e seus agentes produtivos se deram conta de que não sobreviveriam mais por fora da ação governamental, assim como as políticas estatais e os governos, igualmente, não poderiam sustentar-se em a sua participação na economia. Neste momento, instala-se a disputa dos interesses sociais dos agentes econômicos, pela direção do poder governamental. A década de 1970 representa o momento primaz desse enfrentamento. O que está em questão consiste na tomada do poder político econômico estatal, motor do desenvolvimento.

Paula (2005) aborda essa relação entre economia e política, localizando a crescente presença do Estado, enquanto instrumento político necessário para a direção do processo de desenvolvimento, no Acre, através do qual os distintos agentes sociais buscarão instrumentalizar-se dele, a fim de deterem o controle dos negócios governamentais e\ou terem suas demandas e interesses assegurados nas políticas públicas de desenvolvimento:

Em suma, tanto o deslocamento do mercado internacional para o nacional (...) transformaram o Estado num elemento decisivo para assegurar a reprodução da economia regional (...). Uma outra dimensão da importância do Estado na sociedade regional, no caso da acreana, relaciona-se com os novos significados que a estrutura política-administrativa no nível local passa a ter para a classe dominante. Ora, o poder oligárquico no Acre beneficiou-se num primeiro momento, de uma considerável ausência do Estado. Entre a celebração do Tratado de

Petrópolis (1903) e 1921 a presença institucional do Estado restringia-se basicamente a algumas tarefas administrativas do Território entre as quais se destacam: Justiça Federal, Tribunal de Apelação, Mesas de Rendas Federais, Capitania dos Portos, Colletoria Federal, Assistência Pública, Agência Postal, Estação de Rádio-Telegráfica e Quartel de Força Policial. A sua presença era mais percebida no estabelecimento das mediações entre o poder central e classe dominante local. No mais o controle da força de trabalho se processava sob os auspícios dos patrões em cada seringal. A partir dos anos 40, a classe dominante passa a beneficiar-se de uma situação oposta, a crescente influência do Estado nos desígnios da sociedade regional. Diferentemente do primeiro ciclo do extrativismo da borracha, comandado pelos financiamentos de capitais privados, a partir do segundo ciclo (1940-1945) esse papel passou a ser assumido pelo Estado, o que implicou na necessidade de ampliar sua esfera de atuação. Além do mais, nos núcleos urbanos em formação no território, as crescentes demandas por alguns serviços sociais (educação, saúde, saneamento) foram abrindo espaços para novos tipos de ocupação da força de trabalho. Gradativamente amplia-se o numero de trabalhadores no comércio, na esfera do governo, no âmbito dos serviços domésticos, contribuindo para uma faixa de comercio urbano. (PAULA, p. 59-61).

Do ponto de vista didático, a década de 1940 constitui-se no referencial temporal que evidencia a maior presença da política estatal concernente à sua intervenção na economia. O fomento da agricultura através da constituição das Colônias Agrícolas, por exemplo, revelam a ligação da política econômica governamental de assimilação da diversificação produtiva e de fortalecimento de um mercado de base interna, configurado pela produção de alimentos e criação, no campo, e o desenvolvimento dos pequenos ofícios e manufaturas, nos centros das cidades. Essa diversificação da economia e ancoragem local do mercado acreano, do ponto de vista estritamente econômico, imporia uma reconsideração na forma de tratamento das políticas públicas dos agentes sociais que, além de serem a principal força de trabalho, passariam a ser igualmente potenciais compradores dos produtos locais, configurando o que poderíamos chamar de mercado consumidor.

Esta ausência da ação do Estado também ocorreu no caso da economia extrativista do babaçu, no Maranhão. Alfredo Wagner de Almeida constatou (1995), que entre praticamente 1911 e 1935, não se registrou nenhuma intervenção estatal nesta economia, a não ser mecanismos de taxação das maquinarias destinadas ao beneficiamento da produção do babaçu: “virgem os preceitos do liberalismo, notadamente até a chamada “grande depressão” de 1929. A queda dos preços dos produtos agrícolas e das matérias-primas, provocada pelo grande aumento da produção, deteriorou os termos do intercâmbio entre os países que dependiam da exportação destes bens e os países industrializados. Todas as unidades fabris de beneficiamento do babaçu , instaladas no Maranhão após a I Grande Guerra, por empresas francesas, belgas, norte-americanas e norueguesas, abriram falência no final dos anos 20” (ALMEIDA, 1995, p. 15). Somente, a partir de 1935, o Estado passaria a redefinir sua ação através de acordos internacionais e nacionais, preocupa-se com a população residente e seu nível de emprego, procura assegurar os níveis de preços do produto; enfatizam-se medidas de colonização. Essas estratégias da política econômica estatal foram orquestradas pelo Conselho Nacional de Economia, a partir de 1950-1952, e

foram se ampliando, depois de 1957, com a criação do Grupo de Estudos do Babaçu, até o seu contingenciamento em 1980.

O referido autor colocou em evidência a importância estatal como suporte das economias nacionais (locais), cotejando a idéia de que não existe nenhuma nação do mundo que não proteja seus investimentos internos de proteção da economia doméstica quando se referiu à abordagem da Associação Brasileira da Indústria do Babaçu (ABIBA) pleiteando junto ao Governador do Maranhão, em 04 de julho de 1991, protecionismo face à importação do óleo de palmiste para o mercado nacional, proveniente da Malásia, a preços mais competitivos, que havia deixado a indústria de babaçu em estágio de esgotamento: “os próprios Estados Unidos gravam, com elevadas taxações, inúmeros produtos que eles importam, como por exemplo, os calçados e os tecidos brasileiros, o aço japonês e muitos outros. O Mercado Comum Europeu faz a mesma coisa, e também subsidia inúmeros produtos para torná-los competitivos nos mais diversos mercados mundiais” (ALMEIDA, 2005, p. 45).

2.2. As Colônias Agrícolas, diversificação produtiva e configuração populacional do mercado do Acre

Não é demais lembrar, como já foi dito, que a economia da borracha movia toda a vida do Acre. Tudo girava em torno dessa indústria extrativista. Uma simples alteração do funcionamento de suas transações econômicas, particularmente referente à estagnação do seu desempenho comercial e produtivo, por exemplo, passava a ser motivo suficiente para deixar todos àqueles envolvidos nesse sistema econômico, apreensivos acerca do futuro da sua situação social, e isso, incluía desde a menor unidade produtiva, o seringueiro, passando pelo comerciante, o patrão seringalista, até chegar aos políticos locais, para não mencionar os atores de cúpula como as agências financiadoras norte-americanas e inglesas que abasteciam os entrepostos comerciais de Manaus e Belém.

Nas seções precedentes tivemos a oportunidade de mencionar os momentos de crise dessa economia. A princípio, a razão causal que levou ao desmoronamento da indústria extrativista da Amazônia, ou no mínimo, que inverteu a sua condição dominante de exportadora para importadora, desta matéria prima, deveu-se à incapacidade de competir com a produção racionalizada dos seringais asiáticos da Malásia, Tailândia, que desenvolveram processos de cultivos em escala industrial a partir das sementes amazônicas, levadas para esses referidos países pelo senhor Henry Ford.

Os dados compilados por Santana Jr. (2004, p. 77) que apresentamos anteriormente sobre o balanço do volume de exportação da Amazônia, de 1821 até 1947, e nos permitiu caracterizar o momento em que se processou o declínio comercial da borracha na região, quando mostrou a inflexão da cotação de seus preços, a partir de 1910. O autor nos mostrou que se nos momentos de apogeu da produção comercial da borracha a mesma alcançou valores da ordem de 484 libras esterlinas, como por exemplo, em 1909, 655 libras esterlinas, em 1910, esses preços foram sendo, paulatinamente, deteriorados, a partir de 1919, à medida que a produção asiática intensifica o comércio internacional, quando a tonelada de borracha chegou a ser vendida por 188 libras esterlinas. Em 1920, a tonelada alcança preços bem mais inferiores de 106 libras esterlinas. Em 1921, decresce para 72 libras esterlinas. Entre os anos de 1923-1927 a situação apresenta relativo aquecimento, mas finalmente a situação degradingolou atingindo em sério a década de 1930, onde o preço, por tonelada de borracha exportada, alcançou o valor mínimo de 43 libras esterlinas em

1933 e, em 1938, a cifra de 44 libras por tonelada. Na década de 1940, a borracha tem uma significativa melhora dos preços, fruto da reativação temporária, promovida pelos Acordos de Washington que fomentaram a produção de borracha amazônica, garantindo preço mínimo para a compra e vende deste produto, através da intervenção estatal brasileira. Mas desfeitos os acordos, a borracha amazônica segue tendência de desvalorização acentuada chegando à década de 1970 sem condições de recuperação com a produção cada vez mais insignificante de 9.286 toneladas (PAULA, 2005), comercializada no mercado internacional a valores irrisórios.

Como tudo estava organizado em função da indústria de produção de borracha e a sociedade acreana movia-se de acordo com os seus desígnios, essa situação de crise econômica contagiou praticamente todo tecido social e alterou todo o quadro organizacional precedente, e com a incerteza pairando sobre todo o ambiente sócio-econômico, desataram-se as amarras, anteriormente estruturadas, deixando o panorama social em aberto, sendo recoberto por uma série de possibilidades a serem definidas pela conjugação de forças sociais, formuladas sobre elas e pela movimentação dos agentes sociais na sua capacidade de resistência e enfretamento no jogo dos interesses divergentes entre si.

Portanto, movem-se tudo, movem-se os interesses, movem-se a correlação de forças sociais e a posição dos agentes sociais, a começar pelo seringueiro. O telegrama enviado por Mâncio Lima, prefeito de Cruzeiro do Sul, no ano de 1932, quando a produção da borracha amargava grande desalento, ao Excelentíssimo Sr. Major Magalhães Barata, digno Interventor no Estado do Pará, através do Sr. Dr. Assis Vasconcelos, esforçado Interventor Federal no Território, nos dá uma amostra do cenário em ebulição social naquele momento. Ademais, à época, a Empresa Fordlândia⁴³, instalada em Belém, procurava construir seringais de cultivos experimentais, aos moldes dos asiáticos, para

⁴³ Segundo o estudo de Gastão Cruls (1939) a Companhia Ford Industrial do Brasil – Fordlândia foi uma experiência americana de plantações de seringueiras de cultivo, realizada às margens do rio Tapajós, no Pará, em uma área concedida pelo estado, em 1928, a esta Companhia. A Companhia desenvolveu duas áreas experimentais de plantios de hévea, uma denominada Fordlândia e a outra chamada de Belterra. A idéia era desenvolver cultivos sistemáticos de seringueiras para fazer frente à concorrência asiática. Na área da Fordlândia foram concedidas 1.000.000 (um milhão de hectares) acerca da Bacia do Rio Cupari, pertencente aos municípios de Aveiros e Itaituba, a 253 quilômetros da cidade de Santarém. Foram plantados inicialmente 1.600.000 árvores de seringueiras e feitas construções de infra-estrutura no núcleo, sede do seringal, dotado com casas para as residências dos seringueiros, casas comerciais, mercearias, padarias, açougues, barbeiros, alfaiates, restaurantes, pois os seringueiros que aí trabalhavam recebiam pagamento em efetivo. A segunda área experimental, a Belterra, com abrangência de 281.500 hectares, ficou situada mais próxima do porto, a 66 Km, da cidade de Santarém e a margem direita do Rio Tapajós, o que facilitava as embarcações e o transporte, o ano inteiro. Na área de Belterra foram plantadas, em 1934, aproximadamente 2.400.000 pés de seringueiras, tendo sido desflorestadas 484.640 m². Igualmente, a sede possuía escritório central, almoxarifado, hospital, escola, igreja, habitações particulares, casa de hóspedes, feitas de madeira, além de usinas, serrarias e áreas de plantios agrícolas. Os plantios de seringueiras seguiram um traçado no formato de uma quadra, cada uma delas com 161,88 Km², com espaçamento de 5x5, sendo que após a derrubada se plantava leguminosas, antes de efetuar os plantios de seringueiras. Nas áreas da Companhia da Ford também se exploravam as atividades madeireiras para exportação, para os EUA. Na época, as dificuldades existentes para exploração desta atividade não fizeram com que a mesma prosperasse, sendo paralisada, em pouco tempo. Uma das grandes dificuldades que os experimentos vivenciaram foi a baixa mão-de-obra, disponível. Em 1931 haviam 3.100 trabalhadores, quando chega em 1939 esse número reduz-se para 1.700, sendo 1.200 lotados em Belterra e 500 em Fordlândia. Nas áreas da Companhia, o valor pago pelo dia de trabalho era de 4-5 dólares. Nas sedes das respectivas unidades não se permitia a venda de bebidas alcoólicas para os trabalhadores seringueiros (CRULS, 1939).

tentar contra-restar à situação amazônica, o que acrescia o ambiente de expectativas e incertezas ainda mais.

Cruzeiro do Sul, 29 de fevereiro. Dr. Interventor, Rio Branco, Acre. Cumpre-me informar vossencia está franco movimento de êxodo rural local maioria destino FORDLANDIA, descendo canoas, balsas, algumas embarcações vapor. Alegando situação desespero, efeito crise agravada interminável paludismo, lavradores, vendem qualquer preço propriedades agrícolas, outros haveres, contando consigam elementos abandonar município. Para essa debandada muito tem concorrido falta medicamentos, especialmente quinino, pois a população rural não dispõe de recursos adquirilo. Todo o comercio interior está paralisado, circunstância que deixou o seringueiro situação positivamente insustentável, na mais triste penúria. Diariamente chegam do Alto Juruá canoas conduzindo famílias aqui ficam condição aflitiva falta de trabalho, motivo as forças, quase sempre tomar outro destino. Conforme comuniquei vossencia fis plantações, arroz, milho, mandioca, terras adquiridas para núcleos agrícolas e assim tenho procurado convergir para ali algumas famílias garantindo primeiro alimentação; infelizmente, porém, todos estão desprovidos indispensável ferramenta como: machado, terçado, enxada, etc, e assim impossibilitado qualquer iniciativa pequena lavoura. (...) Feita esta exposição, com sinceridade com que sempre costume falar, cabe-me esperar que o povo do Juruá se convença de que desistir dessa perigosa aventura de abandonar a região contando com o amparo da Forlandia que não recebe mais trabalhadores, nem mesmo dentro de alguns anos...”. Cruzeiro do Sul, 5 de março de 1932. Mancio Lima, Prefeito. (Jornal O REBATE. Cruzeiro do Sul, 21 de fevereiro de 1932. Ano XI, nº 367).

A outra reportagem do Jornal O Rebate, de 1932, nos oferece mais informações sobre o cenário nos seringais de Cruzeiro do Sul e a procura por saídas econômicas do comércio da cidade.

A fase de angustia financeira porque vem passando a região exige de todos o máximo de energias, incondicional dedicação as novas indústrias e o mais palpitante interesse pelo desenvolvimento destas. Inúmeras são as novas possibilidades que estão desafiando a boa vontade e as nossas iniciativas, que absolutamente não devem ficar estatísticas ante o abismo em que mergulhou a indústria gomífera, no qual permanecerá temporariamente provado que está o desgosto dos industriais estrangeiros pela deficiencia de resistência da borracha do Oriente. Os Armazéns Fuzuê, seguindo a orientação progressista do seu saudoso chefe Alexandre Sobral, estão agora empenhados na propaganda da cultura do algodão que pretendem transformar num dos fatores a salvação econômica do município. Além da máquina de descaroçar, o Fuzuê contratou o serviço de pessoal habilitado para tecelagem e confecção de redes e outros tecidos, promovendo destarte o barateamento de artigos de reconhecida necessidade, ao mesmo tempo, que dá útil ocupação a algumas pessoas (4. Jornal O REBATE. Cruzeiro do Sul, 17 de janeiro de 1932. Ano XI, nº 362, p. 1).

Esses dois registros, situados temporalmente na década de 1930, momento cujos preços da borracha amazônica chegaram a valores ínfimos, contém uma síntese dos principais fenômenos ou aspectos sociais que entraram em cena naquela situação de fermentação social. Interessa tomá-los nas suas duas primordiais dimensões, mais afloradas, as quais estamos fazendo referência, desde o princípio do trabalho, as dimensões da economia e da política. O primeiro aspecto que as reportagens trazem à tona, pelo lado do fundamento econômico, diz respeito ao fenômeno do êxodo rural, atizado diretamente pela paralisia da atividade produtiva da borracha, portando, agora não mais o êxodo de adentramento aos seringais para a exploração de borracha como antigamente, senão que de saída devido à incapacidade desse trabalho extrativo conseguir produzir a satisfação material para a reprodução social do seringueiro no interior dos seringais e sua permanência. Muitos autores enfatizaram a migração campo-cidade, nas regiões acreanas, derivado do enfraquecimento da atividade de produção de borracha e advertiram sobre os seus impactos sociais decorrentes, principalmente os referentes aos problemas urbanos das cidades como Costa Sobrinho (1992), Leandro Tocantins (2001), Luís Antônio Pinto de Oliveira (1982), Adalberto Ferreira da Silva (1982), Pedro Martinello (1988), Paula (1991), Benedita Esteves (1999), Schmink & Cordeiro (2008).

O traço relevante do êxodo rural que queremos chamar atenção, do ponto de vista da sociedade acreana, que era umbilicalmente ligada à atividade da indústria da borracha, para exportação, diz respeito ao desligamento dos seringueiros do liame, exclusivo com o extrativismo do látex, numa movimentação em busca de saídas através de novas atividades produtivas. O êxodo, aqui, sinaliza para a quebra dos elos que organizavam a sociabilidade do seringal. Esse fato implicou uma mudança de fundo de caráter mais geral que já estava em disseminação subterrânea, o da constituição lenta de um circuito comercial interno, que fosse suficientemente robusto, para garantir a estabilidade econômica do mercado local e servisse como forma de proteção interna, resguardando o abastecimento da população com a oferta dos produtos de necessidades básicas e livrando os acreanos das instabilidades externas a que estava sujeita a indústria do látex, principal motor econômico local.

Como o mercado acreano era formado somente pela dimensão do comércio de exportação, com a crise da borracha, a tendência foi de inversão, isto é, de busca pela construção de um mercado local, minimamente auto-suficiente na oferta de mercadorias, principalmente de produtos alimentares, pois o monopólio do mercado internacional da borracha tanto se estendia ao comércio de exportação quanto dominava a importação de produtos industrializados, de necessidades básicas, através da circulação de mercadorias, organizada pelo sistema de aviação, que abastecia os seringais e os comerciantes locais. Nesse sentido, como a produção de borracha praticamente representava a única atividade econômica local e toda a oferta de mercadorias para o suprimento familiar era proveniente do mercado externo, com tudo vindo de fora, fomentado pelos centros comerciais, industrializados da Europa e EUA, qualquer acontecimento que abatesse a produção e levasse os preços da borracha para baixo, internacionalmente, isso significava ameaça para a reprodução da sociedade acreana devido à grande dependência externa. Essa situação de dependência ficou bastante visível pelas situações de crise que a economia da borracha passou, quando chegou a haver, inclusive, ameaça de escassez de alimentos nos seringais, em que para achar um pé de mandioca ou um ovo, em alguns lugares, chegava a ser uma grande aventura.

Mas os seringueiros também se movimentaram para além do deslocamento geográfico, internamente nos seringais, eles se moveram do ponto de vista da sua relação política. Nos seringais do Alto Acre, principalmente, como em muitos seringais, era proibida a plantação de culturas agrícolas, pois todo trabalho devia ser dedicado à produção de borracha, eles começaram a sustentar ações de resistências, forçando os patrões a aceitar a necessidade deles, de formar pequenos roçados em suas colocações, em função da diminuição da oferta de aviamento pelos patrões e do preço elevado das mercadorias. O seringueiro, ao seu modo, ganha mais liberdade para mover-se internamente no seringal, cria mais coragem para resistir às medidas que lhe afetam, começa a correr por fora dos regulamentos que vigoraram em tempos pretéritos no seringal. Este homem, dominado que foi pela natureza, subjugado pela indústria extrativista, esse escravo do trabalho, como disse Euclides da Cunha, chegará, nos anos 1970, com grande capacidade política de resistência e organização, capaz de fazer frente aos desafios embrionários que se anunciavam.

O telegrama enviado pelo prefeito de Cruzeiro do Sul ao Interventor do Estado do Pará aponta que as medidas dos governos locais, tomadas para fortalecer o mercado interno, fomentaram o incentivo das atividades agrícolas como forma de garantir à situação alimentar. O incentivo do prefeito em realizar plantações de arroz, milho, mandioca, adquirir terras para implantação de núcleos agrícolas convergia também, enquanto alternativa, para manter as famílias em seus locais de moradia nos seringais ou áreas rurais, e assim, desestimular o êxodo que aquela região estava sofrendo. A prática da agricultura, mesmo em Cruzeiro do Sul, onde os plantios agrícolas eram bem mais desenvolvidos que nas demais regiões acreanas, o prefeito sugere parecer ainda incipiente, pois inclusive, o mesmo chega a informar a ausência de ferramentas de trabalho como machado, terçado, enxada, ferramentas estas, bastante elementares no trabalho com a terra.

Temos, então, um primeiro momento de deslocamento geral, em que o seringueiro se move como migrante rural, em busca de trabalho e, internamente, os que permanecem nos seringais procuram alternativas de diversificação da produção agrícola para manterem-se em sua unidade de produção, acionando para isso, ações de resistência política, naqueles casos em que os patrões impunham restrições para a realização de tal tipo de atividade, como era muito comum nos seringais do Alto Acre. No âmbito econômico, os efeitos externos do mercado de exportação de borracha levaram os governos locais a procurarem o equilíbrio das trocas mercantis pela formação de um mercado interno acreano que resguardasse a economia local dos abalos sobre os quais não se tinham controle. Os governos locais, então, procuraram fomentar essa relação com o estímulo da produção agrícola na tentativa da diversificação produtiva que permitisse uma auto-suficiência econômica local, reduzindo a dependência de produtos alimentares industrializados vindos de fora. A institucionalização das Colônias Agrícolas no corpo das ações dos governos locais, que vinham sendo implantadas desde 1912, em resposta às primeiras fases migratórias de seringueiros saídos do campo em direção aos núcleos urbanos em formação, como vimos em secções precedentes, corresponde ao caráter empírico mais evidente da política econômica, direcionada à valorização do mercado interno que se propagará nas décadas subsequentes em toda extensão do Acre.

A escassez de dados sistematizados e organizados sobre a produção agrícola acreana anterior à década de 1970, é um impeditivo para observarmos o desempenho da agricultura, a partir do incentivo das primeiras políticas públicas, objetivadas com as Colônias Agrícolas, a partir de 1912. A exceção das poucas informações que apresentamos

nas secções anteriores sobre Cruzeiro do Sul e Rio Branco, embora destituídas de informações mais detalhadas, como volume de produção, área produzida e/ou valores auferidos com a produção, elas são úteis para indicar que a atividade agropecuária sempre fez parte do conjunto das atividades de produção, ao contrário do que se tem alardeado sobre a ausência de agricultura no Acre nos tempos do seringal, o que não significa dizer que a agricultura figurasse como uma atividade relevante no contexto da indústria da borracha.

A agricultura vai ganhar cada vez mais importância na economia acreana, a partir dos anos de 1940, quando se normatizará a necessidade do cultivo de culturas agrícolas para subsidiar a economia doméstica do seringueiro, e assim, reduzir a importação de alimentos. Na década de 1970 o Produto Interno Bruto – PIB, cresceu significativamente e alcançou desempenho de 11,45%, não obstante ficou abaixo da média nacional, de 12,54%, e regional, de 17,54%, para o mesmo período. O setor primário teve participação de 40,8% a.a. no PIB, em 1970, apresentando grande queda de desempenho na década seguinte com participação de 16,7% a.a. em 1985. O setor industrial aumentou sua participação no PIB, passando de 2,9%, em 1985, para 19% em 1998, com destaque para a indústria de transformação e construção, situação que pode ser explicada pelo desenvolvimento industrial iniciado nos anos de 1970, quando os governos locais tentaram consolidar a substituição da base produtiva do extrativismo, fomentando as atividades industriais, principalmente nos setores madeireiros e alimentícios. Na década de 1980, o PIB do Acre apresentou queda e manteve-se com o índice no patamar de 5,48% a.a. de crescimento, ainda maior do que a média nacional 1,6% a.a. para o mesmo período. Neste período, a arrecadação do ICMS, no Estado pelos seus diversos setores segundo a participação, ficou distribuída da seguinte forma: o comércio foi quem mais contribuiu com 92,12% da arrecadação; em seguida a indústria com 3,78%; o extrativismo 2,19%; a pecuária 1,78%; e por fim, a agricultura com 0,13% (PAULA, 2005). O percentual de participação no ICMS demonstrou, apesar da sonegação fiscal, que o extrativismo foi quem mais contribuiu no setor primário. Os dados da Secretaria Estadual da Fazenda, de 1996 mostraram que a arrecadação total do Estado chegou a um montante de R\$ 44.524.607,93 milhões.

Contudo, a agricultura percorreu a década de 1990, procurando cada vez mais se estabelecer como atividade importante para o mercado interno, em configuração na agenda da política econômica governamental. O seu potencial em abastecer e suprir a demanda local do Acre pode ser demonstrado pelas compras governamentais para a merenda escolar. Segundo informações da Secretaria de Educação do Acre, 60% dos alimentos utilizados na merenda escolar foram provenientes da produção regional, com destaque para o arroz, feijão, milho, açaí, leite pausterizado, carne, macaxeira, banana, biscoito, farinha de mandioca, polpa de cupuaçu e xarope de guaraná (Jornal O Tablóide, Manchete: *Merendeiras da Rede Estadual de Ensino participam de curso de capacitação*. Ano I, Nº 1, Rio Branco\AC, 6 de agosto de 2006, p. 7). No dia 13 de julho de 2010, a Assembléia Legislativa do Acre aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias, autorizando que os gastos de 30% do orçamento estadual destinado às compras governamentais, priorizassem a aquisição de produtos regionais oriundos da agricultura familiar, para suprir a demanda de alimentos da merenda escolar da rede estadual, hospitais, presídios e casas de assistência social (Jornal da Noite da TV A Gazeta, 13-07-2010, Rio Branco\AC).

Os dados da Tabela abaixo ilustram o desenvolvimento da agricultura no Estado do Acre percorrendo o período que vai desde os anos de 1970 até a década de 1990 e

mostram a tendência de crescimento da produção agrícola. Logo em seguida, apresentaremos tabelas com informações discriminadas da produção agrícola de Rio Branco e Cruzeiro do Sul, separadamente. No geral da produção estadual merece destaque os plantios de mandioca, voltados para a produção de farinha de mandioca, seu principal derivado de valor econômico. O quantitativo produzido, supera em muito, os demais produtos. Em 1970, o arroz perfazia uma produtividade de 14.606 toneladas, passando em 1988 para 42.797 toneladas e finalmente, em 1996, alcança 48.875 toneladas. O mesmo ocorre com o feijão que, em 1970 tinha uma produtividade de 3.109 toneladas e chega no ano de 1996 a 7.337 toneladas. A mandioca que, em 1970, mantinha um desempenho produtivo de 169.814 toneladas, alcança 293.575 toneladas, em 1988, e, sobe a produtividade para a casa das 403.078 toneladas. O milho que, na década de 1970, apresentava produção de 16.823 toneladas consegue, em 1996, obter 53.632 toneladas. No caso da banana, a produção de 3.871 toneladas, em 1970, sobe para 7.356, em 1996. Em todos os casos, como veremos, a dinâmica da produção agrícola apresentou crescimento de produtividade progressivo ao longo da série temporal, bem como a diversificação da produção.

Tabela 6. Produção Total do Setor Primário (Agricultura) do Acre – série 1970\1996

ACRE	Arroz (ton)	Feijão (ton)	Mandioca (ton)	Milho (ton)	Banana (ton)
1970	14.606	3.109	169.814	16.823	
1980	21.711	4.573	234.610	21.726	3.871
1985	27.792	4.059	283.867	25.754	5.217
1986	38.258	4.732	290.951	26.778	4.906
1987	41.009	4.679	300.254	33.445	5.282
1988	42.797	5.862	293.575	40.666	6.197
1989	47.117	6.316	302.810	52.156	5.835
1990	40.764	7.337	327.340	54.137	6.753
1996	48.875	7.950	403.078	53.632	7.356

(Fonte: Edilson Simões CADAXO SOBRINHO, 1999, p. 50). (* os dados foram citados sem fazer referência à fonte)

Nas duas tabelas a seguir veremos os dados das produções agrícolas, discriminados pelos municípios de Rio Branco e Cruzeiro do Sul que abastece os dois principais mercados do Estado do Acre. Não resta dúvida a grande concentração das atividades econômicas na capital Rio Branco. Nas informações demonstradas pelas tabelas, fica facilmente discernível o desempenho de Rio Branco em relação a Cruzeiro do Sul. O percentual de participação dos produtos agrícolas no conjunto da produção estadual deixa claramente a capital em enormes vantagens. Inclusive é curioso o caso da produção de mandioca para o feijão de farinha. A produtividade da mandioca em Rio Branco, foi relativamente maior que de Cruzeiro do Sul, com exceção dos anos de 1986 e 1987, em que Cruzeiro do Sul supera a quantidade produzida de Rio Branco. A questão que merece destaque diz respeito à qualidade da farinha produzida por Cruzeiro do Sul ser considerada bastante superior, em termos qualitativos (sabor, estética, padrão produção), se comparada com a produção de Rio Branco.

Tabela 7: Produção do Setor Primário do Município de Rio Branco e sua participação relativa no Acre

Rio Branco	Arroz (ton)		Feijão (ton)		Mandioca (ton) (%)		Milho (ton)		Banana (ton)	
	(%)		(%)		(%)		(%)		(%)	
1970	6.801	47%	1.727	56%	61.574	36%	6.704	40%		
1980	5.271	24%	1.242	27%	45.648	19%	5.086	23%	1.434	37%
1985	8.759	32%	1.426	35%	50.160	18%	6.704	26%	1.356	26%
1986	11.120	29%	1.671	35%	50.160	17%	6.685	25%	1.294	26%
1987	11.812	29%	1.312	28%	50.192	17%	6.836	20%	1.294	24%
1988	11.342	27%	1.672	29%	75.275	26%	14.278	35%	1.294	21%
1989	11.563	25%	1.977	31%	75.275	25%	14.765	28%	1.294	22%
1990	5.549	14%	1.977	23%	75.275	23%	11.452	21%	1.924	28%
1996	11.408	23%	1.042	13%	95.232	24%	17.425	32%	2.064	28%

(Fonte: Edilson Simões CADAXO SOBRINHO, 1999, p. 50). (* os dados foram citados sem fazer referência à fonte)

Tabela 8: Produção do Setor Primário do Município de Cruzeiro do Sul e sua participação relativa no Acre

Cruzeiro do Sul	Arroz (ton)		Feijão (ton)		Mandioca (ton) (%)		Milho (ton)		Banana (ton)	
	(%)		(%)		(%)		(%)		(%)	
1970	801	5%	469	15%	45.474	27%	625	4%		
1980	1.436	7%	328	7%	26.682	11%	1.097	5%	430	11%
1985	2.169	8%	395	10%	47.700	17%	1.212	5%	503	10%
1986	1.557	4%	396	8%	50.850	17%	1.444	5%	508	10%
1987	2.296	6%	409	9%	50.850	17%	1.489	4%	522	10%
1988	2.387	6%	423	7%	52.530	18%	1.548	4%	534	9%
1989	2.467	5%	436	7%	54.255	18%	1.377	3%	572	10%
1990	2.543	6%	451	6%	56.040	17%	1.414	3%	590	9%
1996	3.134	6%	1.372	17%	71.983	18%	2.436	5%	608	8%

(Fonte: Edilson Simões CADAXO SOBRINHO, 1999, p. 50). (* os dados foram citados sem fazer referência à fonte)

* O percentual (%) refere-se à participação do volume total de produção do estado discriminado por produto, e não a participação do volume agregado do setor agrícola, pelo ano base.

O segmento do setor primário da produção de pecuária também entrou no contexto das atividades produtivas a serem incentivadas. Nada menos do que com o objetivo de abastecer o mercado local com a oferta, principalmente de carnes para a população, além de produção de couro e derivados. Nessa linha de atividade cabe o registro de que o pioneiro Neutel Maia, quando chegou do Ceará e se instalou no local chamado Seringal Empresa, futura cidade de Rio Branco, esse nordestino abriu seu negócio mercantil Nemaia e Cia para comercializar mercadorias com as embarcações e seringalistas, e, além disso, foi um dos primeiros que se sabe passou a desenvolver o comércio da pecuária, comprando gado da Bolívia, para abastecer aquele pequeno núcleo rural em formação e aos seringais nos arredores (SCHMINK & CORDEIRO, 2008). Com este registro, observa-se que a questão da pecuária é praticamente constitutiva da fundação do Acre, sendo, portanto, bastante antiga.

Esses aspectos merecem a atenção do trabalho de nossa pesquisa porque a questão da pecuária, que emerge nas décadas de 1970-1980, traz consigo como representação, o paradigma de que o desenvolvimento da pecuarização do Acre não se

mostrou compatível com a sustentabilidade das florestas de seringueiras. Os conflitos sócio-ambientais, daí decorrentes entre os seringueiros e pecuaristas, expressaram essa incompatibilidade. O equacionamento deste duelo, em termos das propostas políticas, pelo arranjo de forças sociais, em disputas, terá como resultado a eleição da Frente Popular do Acre – FPA, ao governo do Acre, no final dos anos 1990, como veremos no final desta secção.

Mas antes de chegarmos a esse assunto, merece ser sublinhado o fato de que a questão da pecuária não pode ser visualizada sem o estreito vínculo que mantém com a alimentação da população, em que figurava insuficiência no abastecimento de proteína animal, em virtude da baixa produção animal, à exceção da caça silvestre, bastante apreciada pela população do campo e da cidade. Embora houvesse a ocorrência de criação de pequenos animais como aves, galinhas, porcos no conjunto das atividades criatórias da região, ela era incipiente para atender os moradores das cidades acreanas, em formação, com progressivo crescimento populacional. Nesse sentido chama atenção os diários da época, que fazem freqüentes referências sobre a escassez de carne no Mercado Municipal de Cruzeiro do Sul e, também, em Rio Branco, que obrigava a população a se dirigir a esses mercados municipais, à noite, para comprar a carne pela manhã do dia seguinte, caso a quantidade fosse suficiente para atender a todos que estavam na famosa fila da carne. No jornal O Juruá (Cruzeiro do Sul, de 28 de outubro de 1956), a manchete: “Na casa que não tem pão todos gritam sem razão” publica a seguinte notícia:

(...) Em virtude deste ano não ter havido peixe com abundância no Juruá e a nossa criação de gado e suíno estar muito aquém das necessidades do nosso Mercado, gritam os que vêm as filas e não conseguem comprar um quilo de carne; gritam os magarefes quando sabem que tem um particular que abateu um porco ou um boi e comeu, e vendeu alguns quilos para os seus parentes, compadres ou vizinhos, e quem paga o pato é o Prefeito porque não tomou essa ou aquela providência. Ora, se não temos animais suficiente para o nosso consumo qual será a medida que se pode tomar! (...) Está o caso das passagens de boi e pirarucu do Estado do Amazonas para Cruzeiro do Sul. Um boi segundo fomos informado paga para passar para essa cidade a bagatela CR\$ 500,00, o pirarucu para um imposto pesado também; no entanto, nós daqui mandamos para aquele Estado os nossos cereais sem exigir nenhum imposto. (Juruá, de Cruzeiro do Sul, Acre 28 de outubro de 1956. Ano IV, Nº 74. Diretor Proprietário: João Mariano da Silva).

Neste trecho, observa-se o alívio do redator, ao anunciar a regularidade no abastecimento de carne e a desnecessária rotina das cansativas filas indianas para comprar um quilo de carne.

Manchete: Pelo Mercado

Este ano temos verificado um bem regular abastecimento de carnes em nosso Mercado público; o que, aliás, de há muito não se verificava. Muitos dias a fila torna-se desnecessária, pois até a salga tem lhe tomado o lugar. (Jornal O REBATE. Cruzeiro do Sul, quinta-feira, 16 de março de 1953. Ano XXVIII, nº 1.064, p. 1).

Há registro de que a mesma situação não era estranha à cidade de Rio Branco. Comenta-se que os jornais de 1970, como o Jornal O Varadouro, que começou a circular a partir de 1977, era comum as denúncias de “monopólio da carne, do peixe e dos produtos hortigranjeiros, além de uma série de irregularidades e ações fraudulentas cometidas pelo comércio” (PAULA, 2005, p. 116). Essas críticas sobre o lado satânico do mercado, isto é, o lado da usura mercantil, da barganha, da exploração nas relações de trocas, por uma situação de privilégio ou monopólio das informações comerciais e produtos ou pela imposição de poder de grupos ou atividades de cúpula, sobre as demais subalternas, foi freqüente em alguns periódicos da época. Na verdade, ‘o moinho satânico’ do mercado que, historicamente, buscou constituir-se tentando subordinar a sociedade e submetê-la ao controle do mercado no sentido de que os seres humanos procurariam adquirir o máximo de ganhos financeiros, em seus comportamentos sociais, foi uma tentativa surgida a partir do século XIX, mas que encontrou grande reação da sociedade que procurou se proteger desse sistema pernicioso (POLANYI, 2000).

Essas reações buscando assegurar a proteção social dos desvios nas relações comerciais, também puderam ser observadas, inclusive nos espaços de representação estritamente comerciais. Na Junta Comercial do Acre – JUCEAC, por exemplo, responsável pela autorização de registros e cancelamentos de firmas mercantis, passou a ser obrigatório os futuros empreendedores, no ato de registro mercantil, apresentar certidão de negativa de nada consta emitida pela Justiça Federal. O objetivo era de regular, socialmente, as atividades mercantis coibindo que fraudadores, salafraírios, malfeitores, entrassem na atividade comercial, de modo que se pudesse evitar futuros crimes comerciais, conforme registrado na Ata da 30ª Reunião da Junta Comercial do Acre, realizada em 03 de outubro de 1969,

É obrigatório para o registro de constituição ou alteração de sociedades comerciais de qualquer espécie ou natureza, certidão negativa da Justiça Federal de que o sócio, diretor ou gerente não estão sendo processados e nem foram condenados por sentença definitiva. O Decreto nº 57651, de 19.01.1966, que regulamentou a Lei nº 4.726, de 13.07.1965, que dispõe sobre os serviços do Registro Comercial e Atividades afins, na sua Seção IX – Das Proibições – Art. 71, determina: Art. 71 – não podem ser arquivados: I...II...II – os documentos de constituição ou alteração de sociedades comerciais de qualquer natureza ou modalidade em que figurem como sócios, diretor ou gerente pessoa que esteja processada ou tenha sido definitivamente condenada pela prática de crime de prevaricação, falência culposa ou fraudulenta, feita ou suborno, peculato, ou ainda, por crime contra a propriedade, economia popular ou a fé pública.

No caso do Acre, o segmento comercial foi aquele que procurou, ao máximo, barganhar nas trocas mercantis em que o sistema de aviamento correspondeu à sua face mais incontestável de exploração. Não foi sem propósito que os seringueiros visualizaram na esfera de circulação de mercadorias e negociação do comércio da borracha, um dos principais fatores de sua subordinação e subjugação econômica. Nesse sentido é explicativa a manchete do Jornal O Varadouro, nº 17, dez, 1979, denominada “Parasitismo: a raiz da fragilidade”:

(...) a única classe que desempenha uma função de relevo no mundo da produção é a camponesa (...) o comércio é desenvolvido de forma a viabilizar a canalização de todo o esforço da população trabalhadora para seus cofres. As taxas de lucro comercial continuam sendo as mesmas do tempo do barracão e de certa forma o comércio mantém a posição hegemônica que sempre desfrutou ao longo de toda história do Acre. É certo que o mesmo é o elo de articulação com a economia nacional ao realizar a produção industrial dos grandes centros. No entanto, não é menos verdadeiro que o comércio é o responsável mais imediato pelo desvio e transferência de recursos que poderiam ser investidos no campo e na cidade de forma produtiva. À primeira vista, a indústria poderia ter sido beneficiada pela abundante oferta de força de trabalho expulsa dos seringais (...) entretanto, é ridículo o incremento do setor. Fatores como disponibilidade de matérias primas, magnitude do mercado de consumo local e outros argumentos técnicos podem ser evocados para justificar esse estado de coisa (...) Contudo, não pode ser perdida de vista a subordinação dos empreendimentos industriais a um comércio de barracão e aos cofres públicos (...) (PAULA, 2005, p. 115-116).

É importante notar, baseado na publicação do Jornal O Varadouro, que na produção camponesa residia o segmento produtivo mais dinâmico da economia local, no sentido de que as atividades produtivas, desenvolvidas pelos trabalhadores rurais, em grande parte, além de visarem o abastecimento do mercado interno, sendo o excedente comercializado com os outros mercados, eram quem sustentavam a dinâmica econômica regional. Nesse período, convém sublinhar, que o setor primário acreano, caracterizado pela pequena economia de subsistência ou economia de base familiar, já vinha se expandindo e diversificando suas atividades produtivas e aumentando sua capacidade de participação no mercado local e extra-local. Além da produção agrícola, a criação de animais, como pecuária, também vinha apresentando alto desempenho. Na tabela abaixo, podemos observar a dinâmica da pecuária, das últimas quatro décadas, de 1960 a 1996, com a discriminação do percentual de participação produtivo dos dois municípios, Rio Branco e Cruzeiro do Sul.

Tabela 9. Segmento Pecuário – Bovinos, produção em número de cabeças – e percentual de participação dos municípios (%)

ANO	ACRE	Rio Branco % estadual	Cruzeiro do Sul % estadual
1960	3.500	1.360-39%	2.200-6%
1970	72.200	29.500-41%	4.800-7%
1985	349.100	100.000-29%	12.000-3%
1986	347885	204.485-59%	
1987	356.446	104.432-29%	14.883-4%
1988	404.095	106309-26%	16.618-4%
1989	393.925	108.435-28%	18.608-5%
1990	400.085	110.596-28%	20.890-5%
1996	794.307	310.395-39%	31.284-4%

(Fonte: Edilson Simões CADAXO SOBRINHO, 1999, p. 56-57).

A tabela demonstra que a pecuária também se insere no contexto de diversificação da produção rural, como maneira de fomentar o incremento da economia local. Em particular, a pecuária responde à condição específica acreana de insuficiência, de oferta de alimentos, neste caso, de proteína animal, devido à escassez de carne para abastecer os mercados das cidades, como vimos os reclamos em Rio Branco e Cruzeiro do Sul. Mas o seu desenvolvimento, nas primeiras décadas do século XX, não era motivo de questionamento da sobrevivência e reprodução social dos seringueiros ou trabalhadores rurais, obviamente, em função da escala de desenvolvimento dessa atividade. Os dados anteriores aos anos 1960, do quantitativo da pecuária, como vimos em seções anteriores, mostraram que o número de cabeças de gado fora bastante pequeno e era destinado ao abastecimento local, das cidades e dos seringais, com a comercialização e exportação, principalmente do couro.

No entanto, a partir, principalmente da década de 1970, a pecuária passa a figurar na economia acreana como uma ameaça para as atividades camponesas, em geral, e a sua sobrevivência, em particular. Com a produção de borracha praticamente falida, as autoridades governamentais locais, atordoadas, procuram, a qualquer custo, encontrar uma alternativa para substituir a indústria extrativista, decadente. Com os seringais a preços irrisórios e os fomentos governamentais de incentivos para empresários e investidores de outras regiões do país aplicarem seus recursos na região, a pecuária passa a figurar como a principal atividade econômica, a salvação do Acre. Os fazendeiros do centro-sul do país, de posse de grandes extensões de terras, levarão a cabo a limpeza da área, isto é, a derrubada de florestas para criação de pastos, para a implantação da pecuária. Assim, a pecuária desenvolve-se de forma acelerada, a partir da década de 1970, nomeadamente no corredor acreano, entre Rio Branco, Brasiléia, Sena Madureira e Xapuri.

Os mesmos dados da tabela, sobre a pecuária, apresentados, apontam que esta atividade manteve desempenho surpreendente, especialmente a partir da década de 1970. De um quantitativo de 3.500 cabeças de gado, em 1960, em todo o Estado, a pecuária alcançou um total de 72.200 mil cabeças na década de 1970, um crescimento acumulado de 2.062% pontos percentuais, em uma década. No ano de 1985, o crescimento foi igualmente significativo, o número de cabeças chegou a 349.100, representando um desempenho de 483% pontos percentuais em relação à década anterior. No ano de 1990, a pecuária atingiu a quantidade de 400.085 mil cabeças (incremento de 114%), passando para 794.307 mil cabeças, no ano de 1996, crescimento da ordem de 198%.

No município de Rio Branco se concentra a maior participação desta atividade de criação, chegando a ser bastante evidente sua preponderância, em comparação ao município de Cruzeiro do Sul, que apesar de ser o segundo centro mais dinâmico da economia regional tem uma participação na criação de pecuária discreta, o que sugere não ser esta atividade, o produto essencial da economia cruzeirense, a qual exerceu tamanho atrativo no Alto Acre. Por outro lado, isso talvez indique que a penetração da frente pecuária não tenha ocorrido com a mesma intensidade com que aconteceu na região de Rio Branco, Brasiléia, Xapuri, em função das restrições geográficas que não permitem acesso facilitado entre as duas cidades, resultando numa dificuldade de escoamento da produção.

O incremento acelerado da pecuária, no Acre, a partir da década de 1970, ocorreu na mesma medida em se deu o definhamento da indústria da borracha. Enquanto esta última mantinha uma produtividade praticamente irrisória de 8.218 mil toneladas, em 1960 e chegava ao ano de 1996, com sua produção ainda mais reduzida, em torno de 5.971 mil toneladas, a pecuária, ao contrário, aumentava seu plantel para o mesmo período

correspondente, de 3.500 mil cabeças de gado, em 1960, para 794.307 mil cabeças, em 1996, um crescimento cumulativo em termos percentuais, multiplicado por mil. A tabela abaixo nos oferece uma amostra do desempenho produtivo do segmento extrativista e demonstra o decréscimo que a produção da borracha sofreu ao longo das últimas quatro décadas, uma trajetória impressionante de desalento, para uma economia que já havia sido portadora da indústria mais exuberante do país. A discriminação da participação dos municípios de Rio Branco e Cruzeiro do Sul mantém a mesma tendência de prevalência da capital em termos de produtividade, para o segmento da borracha, mesmo no declínio de seu desempenho.

Tabela 10. Segmento Extrativista do Acre – Borracha (tonelada)

ANO	ACRE (ton)	Rio Branco (ton) - %	Cruzeiro do Sul (ton) - %
1960	8.218	2.391-29%	934 -11%
1970	8.552	2.662-31%	1.103 -13%
1980	10.792	1.624 -15%	1.451 -13%
1985	13.291	4.173 -31%	3.074 -23%
1986	14.172		
1987	14.488	3.782 -26%	1.929 -13%
1988	14.620	3.487 -24%	2.498 -17%
1989	13.400	3.488 -26%	1.905 -14%
1990	11.833	1.528 -13%	1.854 -16%
1996	5.971	1.397 -23%	373 - 6%

(Fonte: Edilson Simões CADAXO SOBRINHO, 1999, p. 56-57).

Como já fizemos advertência, a crise da economia de exportação da borracha, que levou à desvalorização irreversível da indústria extrativista, desestruturou todo o mercado acreano que estava assentado, quase que exclusivamente, no comércio a longa distância desse produto. Esse declínio da economia trouxe efeitos colaterais trágicos, pois juntamente com a desvalorização da borracha, adveio o rebaixamento das terras de seringais, que passaram a ser cotadas no mercado de terras, a preços bastante ínfimos (PAULA, 1991; SANT'ANA JR, 2004). Com os governos locais interessados em encontrar uma saída redentora para a economia acreana, começaram a anunciar facilidades fiscais para empresas e investidores de outras partes do país que quisessem investir no Acre. Os seringalistas, endividados junto as agência bancárias e financiadores externos, não encontraram outra saída a não ser a de entregarem imensas áreas de seringais, por valores irrisórios, a estas empresas do centro sul.

No entanto, esse movimento regional de desvalorização da borracha e rebaixamento dos valores das terras dos seringais, operou nova movimentação de integração nacional e internacional. Ricardo Lessa (1991) comentou que nos anos de 1970 ocorreu uma grande corrida pelas terras da Amazônia, onde muitas empresas nacionais e estrangeiras procuraram fazer investimentos. Segundo o autor, “na época todos os grandes grupos nacionais e estrangeiros avançaram sobre a região comprando terras. A Volkswagen comprou 140 mil hectares, o Bradesco, Bamerindus. A Tamakavy, rede de lojas do apresentador Silvio Santos, tinha 1 milhão de hectares. Empresas de alimentação como a Sadia e Zillo, usineiros do açúcar do Nordeste e São Paulo”. No caso específico do Acre, os investimentos feitos pelas empresas nacionais e/ou estrangeiras, que adquiriram as terras na região, assumiram o projeto de modernização de criação de pecuária extensiva. Na década

de 1970, só para termos uma idéia, estima-se que 53 empresas iniciaram suas atividades no Acre, em que os acionistas mais destacados estavam filiados aos grupos econômicos como a Varig-Cruzeiro, Consórcio Atlântica Boavista-Bradesco, Grupo Real, sendo que a profissão dos acionistas era na maioria agropecuaristas e comerciantes. (PAULA, 2005, p. 72-73).

O resultado mais imediato da corrida pelo mercado de terras no Acre e a compra dos seringais acreanos, por preços ínfimos, no contexto dos seringalistas falidos e endividados financeiramente, foi a devastação de extensas áreas de florestas, para a implantação de pasto para criação de gado e expulsão de enormes levas de trabalhadores rurais, principalmente, os seringueiros. Lessa (1991) comenta que, em 1973, os astronautas da espaçonave Skylab-2 avistaram da estratosfera, o que lhes pareceu o maior incêndio da terra. Eram as fazendas do sul do Pará e norte do Mato Grosso que estavam incendiando a mata, nos meses de seca, aproveitando o período de maior estiagem, na região (agosto-setembro). O mesmo se passou nas florestas acreanas. Quando os novos donos das terras acreanas, os “paulistas”,⁴⁴ estimulados pelos incentivos governamentais, chegaram à região, começaram a fazer a “limpeza da área”, ou seja, realizar a expulsão dos seringueiros que nelas moravam. Os impactos ambientais e sociais, daí decorrentes, foram desastrosos, primordialmente, em razão da instabilidade da situação das terras em que os trabalhadores viviam

(...) 72% da população do estado vivia na zona rural, com uma estrutura fundiária caracterizada na época com um alto índice de concentração de terra: 514 imóveis com áreas acima de 1.000 hectares ocupavam 93,59% das terras cadastradas; 526 estavam na faixa de 101 a 1.000 hectares, equivalente a 4,63%; 2.807 na faixa de 10 a 100 hectares equivalente a 1,78% da área cadastrada. Além da alta concentração da propriedade, 85,3% das famílias ocupadas no setor primário não eram proprietários das terras que cultivavam (...). No eixo da BR – 317, que liga a capital do estado aos municípios de Xapuri, Brasiléia e Assis Brasil, na fronteira com a Bolívia, registrou-se o maior número de conflitos, uma vez que esta região do Acre foi a mais cobiçada pelos ‘paulistas’. (PAULA, 1999, p. 239-240),

Não temos o interesse de aprofundar os impactos ambientais, nem dos conflitos sociais gerados nas décadas de 1970-1980, período em que esses processos tiveram sua maior dinâmica, pois esses assuntos já foram devidamente abordados em várias pesquisas acadêmicas, já mencionadas. O que merece deixar em evidência é o argumento de que os conflitos sociais foram intensos, resultaram em expulsões dos seringueiros de suas áreas, ameaças, maus tratos e assassinatos. Igualmente os danos ambientais foram imensuráveis, fauna e flora foram destruídas de forma avassaladora e implacável. Só em Xapuri, para

⁴⁴ O termo “paulista” tem conotação política e sentido pejorativo e foi usado para designar os fazendeiros, empresários, e especuladores do Centro-Sul do país que vieram para o Acre, atraídos pelas facilidades governamentais oferecidas àqueles interessados em investir na região. Muitos entraram no mercado de terra. A crise da borracha havia deixado as terras a preços bem inferiores aos praticados no mercado. A partir deste período, o setor primário passa a ter como eixo econômico a produção da pecuária de corte e extração madeireira, em substituição ao extrativismo do látex. Inicia-se, concomitantemente a esse processo, a expulsão dos seringueiros que moravam nesses seringais. O termo “paulista” surgiu, portanto, no auge dos conflitos por terra no campo, da veia do movimento sindical.

termos uma idéia, estima-se que, em 1975, vieram abaixo um total de 180 mil seringueiras e 80 mil castanheiras, perfazendo 1,5 milhão de árvores (CHICO MENDES POR ELE MESMO, 2004).

Contudo, a característica mais emblemática desse período que queremos sublinhar, refere-se à visibilidade que ganhou a questão ambiental no âmbito nacional e internacional, pois sobre a base ambiental se daria o principal desencadeamento da luta político-econômica, pelo controle da direção estatal do governo do Acre. Esta questão sobre a valorização dos recursos naturais e do sentido que a natureza passou a conter, depois dos conflitos acreanos, acerca das estratégias de desenvolvimento, veremos posteriormente.

O essencial para o momento, portanto, consiste em sublinhar que entre a crise do mercado externo e o fomento do mercado local acreano houve um deslocamento importante do papel do Estado, que procura estender suas funções cada vez mais no sentido de assumir o fomento do desenvolvimento econômico e que, por essa razão, aos poucos, vai expandindo o controle das atividades produtivas e centralização da política econômica por dentro do arcabouço institucional da esfera estatal. Os governos do Estado passam a entender que a dinamização da economia representa maior capacidade financeira estatal, em função de que todas as atividades econômicas geram recursos tributários que são drenados para a administração pública dos governos. Neste sentido, este momento de crise econômica dos anos 1970, também representa um período em que o Estado procurou fomentar a maior diversificação das atividades produtivas, estimulando aqueles setores da economia que mantinham uma presença tímida na produção local, principalmente a indústria, aumentando a produtividade. Desse modo, o Estado poderia ampliar a sua receita tributária, derivada da circulação de mercadorias e dinamizar sua capacidade de investimentos públicos.

Na verdade a história da formação do mercado interno acreano, assim como a história dos mercados em geral, não é nada mais do que a história da regulação econômica das atividades produtivas, por parte da esfera pública, tal qual advertiu Polanyi (2000). Isso se mostra particularmente evidente quando consideramos que desde o Brasil Colônia, era obrigatório o registro mercantil das firmas e empresas comerciais para que as mesmas pudessem entrar em atividades econômicas. Entre 1750 e 1777 foram criadas, no país, as chamadas Mesas de Inspeção, que embora não recobrissem todos os registros comerciais, pois as atividades econômicas internas ainda eram pouco desenvolvidas, elas atuavam mais nas atividades econômicas externas. Essas Mesas de Inspeção desempenharam seu papel por cerca de setenta anos, depois as Mesas foram incorporadas pelo Código Comercial Brasileiro e vinculadas aos Tribunais Comerciais junto das Secretarias dos Tribunais Comerciais. A segunda fase da ação política estatal, junto ao controle das atividades econômicas, inicia com a promulgação da Lei 4.726, de 13 de julho de 1965, que regulamenta o registro do comércio no país e cria o Sistema Nacional do Registro do Comércio, com regras para orientação das Juntas Comerciais encarregadas, a partir desse momento, de realizar os registros mercantis (PARAIBA, DEZ. 2008).

No caso do Acre, a Junta Comercial do Estado do Acre – JUCEAC foi criada pela Lei nº 04 de 26 de julho de 1963 e regulamentada pela Lei estadual nº 944 de 27 de junho de 1990, na figura de uma autarquia que é vinculada ao Governo do Acre, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Tecnologia e subordinada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, via Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC, nos termos da Lei nº 8.934, de 1994 e prescrita pelo Decreto nº 1.800, de 1996. Cabe à JUCEAC realizar os registros do comércio e atividades afins,

matriculas de tradutores, intérpretes comerciais e leiloeiros, e fiscalizar armazéns gerais (ATA JUCEAC, 2009). No ano de 1998, no Acre, a quantidade de empresas comerciais chegou ao número de 6.800 firmas mercantis, a maioria concentrada na capital Rio Branco (4.795 empresas), representando 70,51% de participação de Rio Branco. Os setores mercantis que apresentaram maior número de empresas foram: comércio, com 3.873 empresas; serviços, com 1.738; indústria de transformação, com 564; construção civil, 326; e agropecuária, 299. Todos os setores estão fortemente sediados em Rio Branco (MERCOESTE, 2002, p. 25).

Portanto, considerando o caso particular do Acre, nota-se que a relação entre política e economia, isto é, entre o governo estadual e o mercado constitui uma relação de interdependência e complementaridade. Não existe uma separação destas duas instâncias, ao menos, isso não se visualizou. Aqui política e economia, se mesclam, configurando o todo social, ao qual a história acreana vai se tecendo. A presença estatal, na atividade econômica está inscrita na própria Constituição Estadual. Na Constituição do Estado do Acre (2003), de 1 de março de 1963, a primeira, depois que o mesmo foi elevado à categoria de unidade estadual federada, consta que o Estado deveria assistir “técnica e financeiramente as iniciativas agropecuárias e industriais, para a garantia dos empreendimentos” (Art. 52). No capítulo que trata dos Tributos e sua Arrecadação, o texto constitucional estadual de 1963, expressou a sua adequação aos dispositivos da Constituição do país, os quais prevêem tributação e controle das atividades mercantis. Na segunda Constituição do Estado do Acre, de 26 de abril de 1971, o texto aperfeiçoa o Capítulo sobre Desenvolvimento Econômico e Social, onde aparece de maneira mais taxativa a presença do Estado: “O Estado deverá: I, promover o desenvolvimento econômico e social, mediante planejamento, estimular a planificação municipal e incentivar a iniciativa particular de interesse da comunidade; II, incentivar o desenvolvimento tecnológico, conveniente às necessidades do País e às peculiaridades regionais, utilizando-se dos meios oficiais, da iniciativa particular, da pesquisa universitária e da especialização de seus profissionais; III, incentivar o desenvolvimento da produção agrícola, pastoril e industrial, conveniente à coletividade, bem como fomentar o cooperativismo” (Art. 117, p. 92). E finalmente na Constituição do Estado do Acre, de 3 de outubro de 1989, fica explícito na legislação local, a Seção III: Dos Impostos do Estado, onde no item II, cabe ao Estado instituir impostos sobre “operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços” (Art. 143, p. 179).

É significativa à dinâmica da economia na década de 1970, a efervescência em que os interesses dos agentes econômicos e políticos se encontravam em remodelagem, por se verem ameaçados pelo contexto da crise, que aflorava dissidências entre eles e o controle da esfera estatal. Com base no estudo de Oliveira, publicado em 1983 (apud PAULA, 2004), pode-se perceber a participação e incremento dos três principais setores produtivos, responsáveis pela geração de riqueza do Acre. No final da citação, apresenta-se informações que revelam o esforço do governo local, em implementar a formação de um parque industrial, que dinamizasse a produção de mercadorias manufaturadas.

No que diz respeito ao desempenho do conjunto das atividades econômicas no Acre, deve-se levar em conta que em meados dos anos 1970, 50% da renda interna do estado era gerada pelo setor terciário (comércio, governo, transporte e prestação de serviços), um pouco mais de 40% pelo setor primário (produção rural) e menos de 5% pelo

secundário (setor de transformação, indústria). O estudo de Oliveira (1983) mostra algumas características desse setor industrial emergente no Acre. De acordo com a referida autora, o setor industrial no Acre começou a desenvolver-se na década de 1970. Entre 1975 e 1980, o número de indústrias passou de 294 para 370, ocupando respectivamente, 1.342 e 2.857 pessoas nesse período. 49,8% desses estabelecimentos e 64,4% do pessoal ocupado estavam localizados em Rio Branco. Entre os principais ramos de atividades figuravam, inicialmente a indústria madeireira, para o aproveitamento das árvores derrubadas para implantação da pecuária e da lavoura. Posteriormente se desenvolveram as indústrias oleiro-cerâmicas, pela grande demanda do setor de construção civil (...). Finalmente apareceram as indústrias de beneficiamento de cereais, principalmente arroz (...). Mas de 50% da força de trabalho estavam ocupados nos dois primeiros ramos de atividade citados.

O governo estadual instituiu incentivos fiscais e criou instituições como a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Acre (Codisacre), fundada em agosto de 1974, destinada a promover a implantação de indústrias no estado. Assim, em 1975, foi criado o Distrito Industrial nas proximidades de Rio Branco, com três objetivos básicos: criação de emprego direto e indireto, substituição de importações; diversificação de produtos industrializados (PAULA, 2005, p. 114).

Então, esse caráter extensivo do Estado, isto é, da sua presença mais efetiva nas atividades produtivas, principalmente aquelas relacionadas ao mercado interno, ocorreu de forma mais verificável, a partir dos anos de 1940, que trouxe a idéia de auto-suficiência econômica local, através da qual o incentivo produtivo, na localidade, seria a maneira de gerar menor dependência das mercadorias externas e promover o desenvolvimento interno da economia acreana pela substituição de importações daqueles produtos que se poderiam produzir internamente, com o fomento de pequenas manufaturas e diversificação das atividades produtivas de potencial local. Nos anos de 1940, com o estabelecimento dos Acordos de Washington, promovendo a reativação provisória da produção de borracha nos seringais da Amazônia acreana, essa concepção seria institucionalizada nas novas medidas de normatização da atividade de corte da seringa. A noção de escassez de alimentos e a de auto-suficiência dos seringais, soaria como noção chave dessa orientação. Tudo no sentido dos seringais tornarem-se uma unidade produtiva auto-sustentável em termos de abastecimento produtivo de sua população e da menor dependência econômica do comércio internacional da borracha (Martinello, 1988).

Como os Acordos foram desfeitos, o seringal enquanto organização econômica e política totalizadora (ESTEVES, 1999; SHMINK & CORDEIRO, 2008), entrou em situação falimentar, tendo a desestruturação completa de sua sociabilidade interna e organização produtiva associada à deterioração em termos econômicos e políticos da desvalorização da borracha. Com isso, ocorreu a diluição do sistema seringal, que foi sendo integrado, cada vez mais, pela territorialização da vida política do Estado do Acre, que passou a estender a centralização do seu governo. O ordenamento político acreano foi paulatinamente englobando as trocas econômicas, constatando o princípio weberiano de conciliação entre as ordens políticas instituídas e os mercados.

Somente para termos uma dimensão do poder dos patrões ou coronéis de barranco e de como esse poder foi sendo deteriorado, Schmink e Cordeiro (2008) revelam informações referentes às mudanças nas administrações dos seringais. Os autores comentaram, que entre 1920 a 1940, por exemplo, “dados oficiais da época indicam que, dos aproximadamente 1.100 seringais, 74% deles foram, em 1920, tocados pelos proprietários e o resto por arrendatários, ocupantes ou administradores, uma proporção que caiu para 26%, até 1940”, quando a maioria dos seringais era gerenciada por arrendatários ou administradores. Os autores complementam, dizendo que “a crise econômica, certamente, debilitava o poder político dos coronéis de barranco e da elite seringalista”, o que, além de permitir a concorrência de outros agentes comerciais como regatões, por outro lado, facilitava o controle federal do território (SCHMINK & CORDEIRO, 2008, p. 40).

É neste sentido que o Estado, a partir da década de 1940, vai passar a exercer forte atrativo, por parte dos segmentos sociais, grupos de interesses, frações de classes, os quais vão entrar em disputa pela direção governamental, à medida que o aparato estatal vai se tornando a principal esfera impulsionadora do desenvolvimento econômica e político, como veremos ainda nesta seção. Antes desta época, de 1940, vale dizer, que os seringalistas em condições econômicas bastante confortáveis pelo caráter próspero da indústria extrativista, não despertavam nenhum interesse pela intervenção estatal em seus negócios, a participação estatal, na verdade, significava taxaço e impostos, por isso, quanto mais distante o aparelho governamental, melhor seria para os seringalistas. A participação, estritamente tributária, do Território do Acre, em formação, portanto, correspondeu à sua limitada presença na economia da borracha assim como assinalou, de certo modo, a conveniência da administração pública, de distanciamento dos interesses sociais além de ter correspondido, obviamente, a um determinado momento de complacência, de tutela da União.

Mais uma vez o exemplo do segmento dos comerciantes, é ilustrativo dessas modificações que se operam na economia local, que vão resultar na maior aproximação destes do aparelho de Estado. Com a desvalorização da borracha amazônica, os comerciantes que articulavam o sistema de aviamento, abastecendo os barracões para o suprimento de mercadorias para os seringueiros, sofreram um golpe. Nesta situação de preços desfavoráveis da borracha a providência tomada pelos agentes financeiros foi de restringir os adiantamentos de mercadorias para os entrepostos comerciais, localizados em Belém e Manaus, que nutriam os comerciantes e patrões seringalistas. Estes, por sua vez, sofrendo pressões vindas de cima, diminuíram a quantidade de suprimentos aviados para o abastecimento do seringal. No seringal, menos mercadorias no barracão significava maior dificuldade para os seringueiros solicitarem créditos de mantimentos, além de representar preços maiores para aquisição das mesmas mercadorias. Menos suprimentos alimentares disponíveis, implicava, por outro lado, em menor receita comercial para os patrões, embora os preços praticados fossem ainda mais altos, tendo em vista a pouca capacidade de compra dos seringueiros, devido ao preço da borracha desvalorizado. Nessa situação, os seringueiros foram forçados a buscarem alternativas para compensar as restrições do patrão.

Nesse contexto de declínio, da base econômica regional, é importante assinalar também o deslocamento geral dos interesses dos agentes e dos ramos das atividades econômicas. Muitos dos seringalistas, por exemplo, começaram a se envolver nas atividades de comércio e alguns dos seringalistas que eram também comerciantes procuraram buscar alternativas produtivas. Como vimos, o Jornal *O Rebate* noticiou o caso do senhor Alexandre Sobral, proprietário do Armazém Fuzuê, em Cruzeiro do Sul, que

estava bastante empenhado naquela época, de 1932, em fazer investimento na produção do algodão, imaginando alcançar bons retornos econômicos com este produto, inclusive já havia comprado os equipamentos necessários para sua produção. O caso de Orleir Cameli e Ildefonso Cordeiro, também em Cruzeiro do Sul, que deixaram as atividades dos seringais, a partir das décadas de 1970\1980, para se dedicarem ao comércio, transportes, construção civil e mesmo à vida política partidária, semelhante ao que ocorreu praticamente em todo o território acreano, atualiza a análise de Fernand Braudel (1989) sobre a ação dos agentes que se orientam pela aquisição do lucro e barganha, segundo a qual “o que caracteriza um capitalista de hoje, assim como um grande mercador de ontem, é que ele nunca faz a mesma coisa (...); é a possibilidade de passar de um monopólio para outro” (BRAUDEL, 1989, p. 113, 116).

O exemplo da Companhia Brasileira de Alimentos – Cobal, criada em 1977, para fornecer mercadorias e alimentos aos seringueiros, a preços de mercado, é expressivo desse fenômeno econômico de transplante, de uma atividade produtiva para outra, quando uma já estava em deterioração. O Jornal *O Varadouro* (nº 17, dez, 1979), numa manchete intitulada: ‘Escravidão da Dívida Continua’, traz uma matéria onde “foi transcrito um trecho de uma carta enviada pelo STR, de Tarauacá, à Presidência da República, denunciando as transações entre os seringalistas e a Cobal. Em vez de abastecerem o Barracão com as mercadorias adquiridas do governo, via Cobal, os seringalistas as estavam revendendo ao comércio da cidade, deixando os seringueiros em falta. Na edição de agosto de 1981, *O Varadouro* (nº 23), publicou outra matéria com este teor: ‘Seringalistas ou seringueiros, a quem serve a Cobal’, onde denunciava, dentre outras coisas, que no município de Sena Madureira, os produtos vendidos pela Cobal podem ser encontrados em muitas casas comerciais da cidade, onde são revendidos com uma fantástica margem de lucro (...) os seringalistas adquirem o produto da Cobal e vendem ao comércio local” (PAULA, 2004, p. 126).

Não há dúvida de que esse procedimento foi a maneira pela qual alguns seringalistas se valeram para transitar para outra atividade econômica, passando da atividade de exploração de borracha para a atividade comercial, pois muitos patrões, hoje são comerciantes, e estes envolveram-se em outros ramos como pecuária, agricultura, ou atividades urbanas, como construção civil. Tanto na cidade de Rio Branco quanto em Cruzeiro do Sul, os exemplos de ex-seringalistas que se tornaram comerciantes prósperos podem ser facilmente identificados. O caso de Mâncio Augusto Rodrigues Lima ou mesmo da família Cameli, todos seringalistas ou arrendatários de seringais, que transformaram-se em importantes comerciantes e, posteriormente políticos em Cruzeiro do Sul, angariando grandes sucesso empresarial e prestígio social, são explicativos dessa movimentação e deslocamento, no âmbito das profissões econômicas dominantes.

Mas talvez a característica mais importante dessas mudanças tenha sido o impacto que elas causaram na camada social mais descapitalizada de trabalhadores. Não somente os seringalistas mudaram de atividade produtiva e\ou situação econômica no contexto dos anos 1970. Os seringueiros também, através de ações coletivas, conseguiram imprimir transformações e mudanças. Munidos menos de capital econômico e mais de capital político e de mobilização, eles conseguiram ascender ao plano da política partidária e passaram a ocupar cargos parlamentares diversos, como de vereadores, deputados, senadores, cargos no executivo como, de prefeitos e secretarias municipal e estadual.

O terceiro movimento geral, que se processou na esteira das transformações, a partir da década de 1940 em diante, está relacionado aos governos locais, que passaram a

ser, progressivamente solicitados, para responder às demandas dos agentes econômicos, no sentido de estabelecer uma política governamental de fomento das atividades produtivas da região, forçando a esfera estatal do Acre a ampliar seu raio de atuação para além das atividades administrativas, infra-estrutura de segurança e tributos, como foi o caso predominante das primeiras décadas do século XX, sem que, praticamente, desempenhasse nenhum papel de investimento econômico coordenado.

Em entrevista que nos foi concedida pelo ex-governador do Acre (1995-1998), comerciante e industrial Orleir Messias Cameli⁴⁵, ex-seringalista, referente aos tempos de trabalho no seringal, ao longo do período das décadas de 1960\1970, guardada a devida justiça, com as medidas políticas estatais (estadual e federal), que apresentamos acima, sinaliza não obstante, o caráter embrionário da ação governamental, no fomento da atividade da borracha daquelas décadas. Segundo ele a situação era muito difícil e não havia o suporte estatal:

(...) para ficar mais perto da conversa, (...) essa questão do seringal, do governo, isso não existia. Nós tivemos patrão aqui em Cruzeiro do Sul, pois nossas terras eram arrendadas. Então a gente vinha aqui uma vez por ano [na cidade], vinha, na época, no remo, porque não tinha motor, comprava, se fazia aviação, como nós chamamos para passar o ano, todo ano vinha fazer isso. Trazia borracha e levava mercadoria (Entrevista com o ex-seringalista e ex-governador do Acre, Orleir Messias Cameli).

Esses argumentos que arrolamos, revelam dois aspectos importantes para o trabalho. O primeiro deles diz respeito à débil ou fraca presença estatal na atividade econômica local, restringindo-se, praticamente, à função tributária e fiscal. Isso explica porque, nessa circunstância, era comum os grandes reclames dos comerciantes e patrões seringalistas sobre as altas taxas de impostos que incidiam sobre a circulação da borracha acreana, embora, mesmo assim eles tenham tido lucros vultosos sobre o processo produtivo e circulação de mercadorias nos seringais. O segundo aspecto, associado ao primeiro, desdobra-se em três componentes, relacionados com: i) a dependência de repasses da União; ii) o predomínio da tributação da atividade econômica dominante, sem apoio efetivo estatal, para o seu desempenho produtivo; iii) o frágil ou débil mercado interno, pela ausência de política econômica de âmbito local.

Essas características que assinalamos como atributos da relação econômica e política no Acre, na verdade, se resumem a um único e mesmo ponto, o da desintegração do mercado local antes de 1970, isso nos remete ao argumento que estamos adotando, segundo o qual a criação do mercado interno, somente se deriva da ação de centralização da política econômica, levada a efeito por parte do Estado (FIORI, 2004; POLANYI, 2000). Embora estejamos enfatizando esse caráter mais tributário da ação governamental, que vigorou durante as primeiras décadas de sua formação e sua relativa ausência em termos de uma ação política coordenada, de organização das atividades produtivas, com tal perspectiva, não queremos dizer que os governos locais estivessem completamente alheios às atividades econômicas, pois, como pudemos constatar, a esfera estatal, dos governos acreanos, já vinham dando respostas à desvalorização da borracha com a criação das Colônias

⁴⁵ Orleir Messias Cameli, ex-prefeito de Cruzeiro do Sul (1993-1994), ex-governador do estado Acre (1995-1998), comerciante, industrial. Entrevista realizada em fevereiro, 1999.

Agrícolas, desde 1912 e, portanto, fomentado a diversificação da agricultura e produção de alimentos. Mesmo com os recursos escassos, suficientes somente para cobrir os gastos administrativos, após a década de 1920, quando os Departamentos são centralizados na capital federal de Rio Branco, uma série de pequenos ofícios e manufaturas passaram a ser implantados, bem como vários serviços públicos, sem falar na atividade comercial bastante estabelecida na zona denominada Volta da Empresa, na Gameleira, com restaurantes, hotéis, casas comerciais, desde o princípio da formação do Acre. O essencial de tudo isso resume-se no argumento de que, apesar da existência do comércio e ofícios manufatureiros, como a indústria da borracha e similares e do controle estatal dos registros mercantis, até então estabelecidos pelos tribunais do comércio, o fato principal é que estas atividades econômicas encontravam-se em maior ou menor grau desintegradas, descentralizadas no que diz respeito ao direcionamento da política econômica governamental.

Nas secções sobre a cidade de Rio Branco e Cruzeiro do Sul, visualizamos os vários serviços públicos, que foram sendo, paulatinamente, instaladas nas cidades acreanas, como os Correios, em 1910, em Rio Branco, Estação de Rádio de Telegrafia, em 1913, o primeiro grupo escolar, 1915, serviços de luz elétrica, em 1916. Em 1914, Sena Madureira já possuía transportes urbanos, puxados à tração animal e hospital público. Nos anos 1920, foram construídas fábricas estaduais de tijolos. Nas décadas de 1950-1960, implantaram-se mais fábricas de Cerâmicas para a produção de telhas, tijolos e pisos; a Estação Experimental, para apoiar tecnicamente a produção agrícola; o Aviário “para produzir aves, suínos e até abelhas para os colonos”. De modo que na década de 1970, as atividades industriais já eram formadas pelos setores de cerâmica, móveis e serrarias, e embora esse segmento fosse incipiente, ele representava 17% da força de trabalho, como aproximadamente 717 empregos (SHMINK & CORDEIRO, 2008, p. 42).

Por outro lado, também não podemos menosprezar o fato de que o governo federal, desde muito tempo, vinha fomentando a atividade de produção de borracha, no sentido de torná-la sempre mais competitiva internacionalmente e assegurar sua posição no mercado mundial e nacional. Por esta razão, suas primeiras medidas, na Amazônia, podem ser localizadas, temporalmente, com a política implementada pelo presidente Hermes da Fonseca, com a criação, em 1912, da Superintendência da Defesa da Borracha como medida para minimizar os efeitos concorrenciais da produção nativa de borracha, diante da produção da Ásia; em 1942 vieram os Acordos de Washington, com a criação do Banco de Crédito da Borracha; a Constituição de 1946 resolveu fixar 3% das Receitas da União, dos Estados e Municípios para serem destinados aos projetos, na região amazônica, no âmbito do Plano de Valorização da Amazônia. Assim foi transformado o Banco de Crédito da Borracha em Banco de Crédito da Amazônia – BASA, s/a; Em 1950 foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA; Em 1963, foi estendida para a Amazônia, o incentivo, denominado 33/18, por meio do qual se abriu a possibilidade de estimular o deslocamento de capitais privados para a Amazônia, via renúncia fiscal da União, favorável às empresas interessadas em investir na região; Em 1964, com o governo dos militares, novas medidas foram tomadas: extinção da SPVEA e criação, em 1966, da Sudam, com objetivo de incentivar o desenvolvimento econômico, criação do Basa e da SUFRAMA; Operação Amazônica que fortaleceu a política de incentivos fiscais e implantação de infra-estrutura, e política de terras. Na década de 1970 novas medidas seriam tomadas: reforço da política de incentivos fiscais, com a criação da FINAM – Fundo de Investimento da Amazônia; criação do POLAMAZONIA – Programa de Pólos Agroflorestais e Agrominerais da Amazônia; Instituição do PIN – Programa de

Integração Nacional; criação do PROTERRA – Programa de Distribuição de Terras para o Norte-Nordeste, com parte dos recursos da renúncia fiscal, via FINAM; PROHEVEA, 1967-1971; e os PROBOR's I, II, III, em 1972, 1977, 1982 (FIGUEIREDO, Raimundo Lima de. 2008; SHIMINK & CORDEIRO, 2008).

Então, o que podemos dizer, em resumo, desse caráter estatal acreano, é que o mesmo, com planejamento ou não, aos poucos, foi estendendo seus tentáculos e tendo cada vez mais o controle sobre o território acreano e seus negócios econômicos, fomentando pequenas atividades produtivas e diversificando a produção rural nas intermitências da economia da borracha, e assim, criando um circuito de relações mercantis internas que, embora com baixa centralização política, começou a dinamizar-se pela camada mais subterrânea das trocas comerciais. Uma condição que talvez tenha favorecido a esfera estatal acreana, demorar no fomento de um circuito comercial interno, não obstante a sua formação recente como unidade política da federação, tenha sido sua baixa capacidade de investimento, em função dos poucos recursos que eram repassados pela União, assim como a sua própria condição política de Território, que lhe colocava como um mero governo gerenciador da administração burocrática interna do Acre, subordinado à Presidência da República, o que deslocava o controle dos investimentos para o governo federal, que acabava assumindo muitas das funções que o governo local poderia realizar.

Talvez por estas razões, a elevação do Acre à categoria de Estado Federado, em 1962, tenha despertado a tendência centralizadora das atividades econômicas, pois sua importância política, no direcionamento do desenvolvimento regional, passou a exercer maior poder de atração entre as elites locais decadentes ou não, razão pela qual ficou especialmente em aberto a disputa pela direção governamental, que se instalou de maneira mais acirrada na década de 1970, enfrentamento este que se materializaria justamente ao redor da formulação da política econômica de desenvolvimento que melhor compatibilizasse dinâmica econômica, estabilidade social e conservação da natureza.

Se a constituição do Território do Acre, a princípio, delimitou a geografia de um espaço de mercado que se encontrava descentralizado em seu circuito comercial, de funcionamento das relações de trocas produtivas, por realizar-se em zona politicamente indefinida, a configuração de uma economia local, de abrangência interna na sua esfera territorial, por pressuposto, não haveria de ser reflexo natural dessa lógica transacional, estritamente econômica, mas seria o resultado de um impulso político que, deliberadamente ou não, levaria os agentes do governo a terem a necessidade de controlar as atividades econômicas, encapsulando-as dentro de um arcabouço político-jurídico centralizado, que daria origem às cidades modernas, no caso aqui, em evidência, as primeiras cidades acreanas, não tão modernas assim, se considerados os seus aspectos do desenvolvimento, mas bastante dinâmicas para o contexto as quais estavam inseridas.

Neste sentido, podemos aferir, que, no caso do Acre, esse impulso político foi o antídoto que, paulatinamente, foi se irradiando pelas veias das atividades econômicas como mecanismo capaz de salvaguardar a crescente compulsão e distúrbio inerente do mercado (WEBER, 2000), em sua lógica indiscriminada de acessar os recursos escassos, cuja pulsão adveio das relações de forças emanadas das disputas entre distintos grupos sociais, principalmente, daqueles menos destituídos de poder, que lutaram por garantir a reprodução social de sua população, na qual a economia local estava assentada. Esse impulso político também teve um objetivo administrativo, que acompanhou toda a estruturação estatal, na sua crescente importância em promover o desenvolvimento da região, de regularização das suas atividades comerciais, disciplinamento das transações econômicas, reconhecimento

dos diferentes interesses materiais em evidência, a fim de garantir a estabilidade das relações mercantis e promover melhorias do padrão material da vida social.

2.3. Elementos da relação associativa do mercado do Acre com os seus ordenamentos políticos, a partir da política econômica governamental de desenvolvimento

Neste item, buscamos aprofundar o processo que levou à crescente estruturação do mercado interno do Acre, enquanto espaço comercial, centralizado politicamente, enfatizando os instrumentos que disciplinaram a formação de suas atividades mercantis, a trajetória de seus eixos comerciais, as políticas econômicas formuladas, bem como intentamos configurar o corpo social que foi se tecendo, à medida que as atividades produtivas foram se diversificando, economicamente. Em particular, procuramos caracterizar a formação da política econômica governamental, através das medidas adotadas de incorporação dos interesses, dos distintos segmentos dos trabalhadores, nas diretrizes do projeto de desenvolvimento local, em que o Estado, face à insistente demanda social, pôs-se na obrigação de respondê-los, criando um circuito de mercado interno, com a crescente integração das atividades produtivas, que foram se ligando em cadeias de trocas mais estáveis, em suas relações econômicas articuladas aos instrumentos políticos das principais cidades em formação.

A articulação do desenvolvimento da política econômica acreana, com a abordagem referenciada pela formação das cidades acreanas, é importante para o nosso trabalho porque, por definição, as cidades implicam uma relação de mercado, que por sua vez, comporta um fundamento econômico e outro político, necessários à regulação das trocas mercantis e de garantia da estabilidade econômica das mesmas. Isso porque uma das características do conceito de cidades seria a existência de um intercâmbio regular e não ocasional de mercadorias na localidade, como elemento essencial da atividade lucrativa e do abastecimento de seus habitantes, portanto, a existência do mercado (WEBER, 1999).

Weber (1999) considera que o sentido econômico de cidades define-se quando a população satisfaz uma parte de suas demandas diárias, com mercadorias, oriundas do mercado local, e a outra parte, provem do abastecimento gerado pelas mercadorias que os moradores adquiriram dos arredores ou de outros lugares e disponibilizaram-nas para colocá-las no mercado da comunidade. Neste sentido econômico, a relação de mercado contém uma dimensão interna das mercadorias disponíveis do próprio local, e a outra externa, das relações comerciais estabelecida fora da sua esfera de comercialização localizada, para dispor daqueles produtos não presentes, internamente nas cidades. A presença do mercado, por pressuposto, postula uma transação comercial de natureza interna e externa ao espaço no qual ele está situado.

Do ponto de vista político, a existência do mercado fundamenta-se na concessão da proteção que o poder político oferece para a garantia regular da oferta de mercadorias e produtos industriais estrangeiros ou nas feiras ou comércio local, direitos alfandegários, direitos de mercado, impostos, domínio territorial e administrativo da circulação de mercadorias. A rigor, o princípio político da existência do mercado assenta-se na proteção e na garantia da justiça e da paz para o estável e seguro funcionamento comercial, dentro do seu espaço de confinamento ou em rotas com outros lugares de mercado.

Weber (1999) comenta que nas Cidades Agrárias da Antiguidade, a Idade Média, a característica protetora das cidades tinha como principal função regular, por exemplo, a propriedade imobiliária, sendo o principal propósito do poder político, garantir a guarnição das cidades fortalezas, e impedir o saque ou ataque de grupos estrangeiros

inimigos, de investidas sobre seus bens. Nas cidades anglo-saxão, a posição dos moradores era determinada pelo compromisso de proteção da terra e vigia da fortaleza, que em troca recebiam soldo ou mesmo a concessão da terra. A cidade-fortaleza, por esta razão, se apoiava no poder do rei, que enviava uma guarnição de mercenários, vassallos ou servidores para a sua defesa.

Em extratos do trabalho *Civilização Material, Economia e Capitalismo*, Fernand Braudel, comenta que nas rotas comerciais de circulação terrestre, as caravanas de mercadores eram protegidas por guardas armados. Os meios de transportes poderiam ser os mais diversos possíveis, dependendo do tipo da via de comunicação comercial utilizada, sendo que em alguns casos se usavam cavalos, cabras, mulas, e também, carregadores. Nas épocas de chuvas, caso houvesse, outras ramificações de tráfego se adotava, o transporte fluvial, em canais onde os custos dos seguros pela guarnição dos mercadores eram sempre elevados (apud OLIVEIRA, 2004, p. 133)

Em todos esses casos, tem-se que, o ponto principal é a proteção política das trocas processadas no mercado, para o seu funcionamento regular. Mesmo nas cidades modernas, as burguesas, onde essa relação de proteção esteve sempre tensa, devido aos grandes períodos de predomínio das guerras entre nações, a opção política dos poderes estatais inclinou-se para a defesa pela paz entre as nações mediante a qual seria possível preservar os negócios econômicos, manter os contratos estabelecidos e evitar distúrbios comerciais turbulentos, indispensável para alcançar o florescimento e prosperidade material. Segundo Karl Polanyi (2000) o fato inteiramente novo do século XIX, por exemplo, foi o seu grande interesse pela paz, cujo instrumento principal ancorou-se na poderosa *haute finance*, uma “instituição sui generis, peculiar ao último terço do século XIX e ao primeiro terço do século XX, [que] funcionou como elo principal entre a organização política e econômica do mundo (...) tanto o pessoal quanto as motivações desse organismo singular investiam-no de um status, cujas raízes estavam seguramente cravadas na esfera privada do interesse estritamente comercial” (p. 24-25). A motivação da defesa pela paz era fortemente justificada pela estabilidade do mercado do dinheiro, que na relação entre as nações, implicava a utilização de uma série de transações comerciais, em papéis moeda, documentos financeiros, títulos nominiais e outras transações efetuadas nas bolsas de valores futuros.

A questão da proteção das atividades comerciais pelo poder político, tanto no que diz respeito à regulamentação e controle da circulação das mercadorias, quanto da manutenção de estabilidade social, promovendo a paz e evitando conflitos militares pela via diplomática, é um aspecto que chama muita atenção, acerca da relação que mantém com o florescimento do mercado, expansão comercial, e prosperidade da vida social sobre a qual a sua regulamentação se estabelece, embora não possamos calcular os grandes estragos que a ânsia do ‘moinho satânico’ já cometeu, quando dirigido sem rédeas, exclusivamente voltado para aquisição do lucro, através da instrumentalização do seu poder anti-político (ARENDR, 2004), a guerra. Karl Polanyi (2000), por exemplo, destaca que os países europeus vivenciaram “100 anos de Paz”, entre 1815 a 1914, que apesar de conflitos pontuais, foram marcados por grande prosperidade e progresso do bem-estar material daquela população, com o incremento mais estável das rendas, oferta de empregos, desenvolvimento industrial, ampliação dos serviços públicos de seguridade social.

Além do florescimento e dinamismo de muitas cidades, a expansão segura das rotas comerciais, que conectaram amplas redes de intercâmbios mercantis, ligando as feiras locais a circuitos comerciais mais amplos, aproximando cidades, regiões e mesmo

continentes, pela relação de mercado, local e internacional, favoreceu o crescimento de fábricas e oficinas de bens e serviços urbanos, o melhoramento de redes de transportes e comunicação, criação de seguros e sistemas bancários, e a constituição das sociedades mercantis. Toda essa dinamização comercial importou muito para o surgimento das economias dos Estados Nacionais, que do ponto de vista econômico, significou o esforço do poder político de unificar o comércio, organizando-o dentro de suas fronteiras políticas (FIORI, 1999). O comércio também despertou importância para recobrir os gastos e investimentos dos estados (principalmente os militares), de modo que os governos estatais passaram a fomentar o comércio e a depender cada vez mais das rendas tributárias, oriundas dessa relação de mercado (OLIVEIRA, 2005).

Mas, para além da relação direta que o mercado das cidades mantém com a prosperidade comercial, elas apresentam outros traços significativos, que lhes são característicos. No sentido mais econômico, em síntese, elas conferem uma situação de mercado, marcada pelo desenvolvimento diversificado de atividades comerciais e industriais, que em alguns casos, colocam-se em oposição às atividades agrícolas, e sugerem, conseqüentemente, a persistência de uma relativa ambigüidade que define a cidade em relação ao campo, diferenciando-a, por contraste. Em certos casos estabelecem a coexistência e interação entre os setores comerciais, industriais e agrícolas, advertindo para a manifestação de características contínuas que se interpõem ao conceito das cidades (WEBER, 1999), visto que pela dimensão do mercado transitam produtos industriais, comerciais e agrícolas. Em resumo, podemos argumentar que as cidades (modernas) prefiguram, em escala municipalizada, a economia interna das unidades políticas estatais, das quais elas fazem parte.

A interseção do espaço rural e os centros urbanos das cidades acreanas que começa a estreitar-se a partir do primeiro momento da centralização da política econômica, com o fomento das atividades agropecuária, do ponto de vista material, caminha junto com a interligação espacial entre os seus vários municípios, mediante a estruturação da malha rodoviária, fluvial e aérea do território, ligando os seus distintos mercados locais, que operavam isoladamente em pequena escala, com aquelas atividades dominantes, voltadas para o comércio de exportação. A ligação dessas duas dimensões das trocas econômicas, a local e a de longa distância, simultâneo ao processo de integração do rural e do urbano, no caso acreano, caracterizam o momento embrionário de constituição do mercado interno porque, como já dissemos, o mercado interno refere-se a esse mercado que vai sendo unificado geograficamente e economicamente pela ação do poder político governamental, sendo este direcionado pela política econômica para uma mesma direção, qual seja, impulsionar a dinamização da economia e gerar estabilidade material que responda pela satisfação das necessidades crescentes da população.

Karl Polanyi considera que as primeiras economias nacionais dos países europeus emergiram da necessidade que o poder político foi tendo para solucionar os dois problemas principais que afetavam as transações mercantis na Europa: i) no âmbito local, o problema da regulação do nível dos preços dos produtos, sobretudo, os de necessidades básicas, pelo lado do controle da produção, evitando que os lavradores ou produtores rurais competissem com os comerciantes das cidades, na oferta de mercadorias; ii) no âmbito do mercado externo, o problema do monopólio, que poderia advir pelo aumento da competitividade com a inserção de produtos e mercados esporádicos, que por sua vez, levaria à situação de monopólio, dada pela desregulamentação da oferta dos produtos com a tendência ao desnivelamento e incerteza dos preços para o pagamento dos fornecedores

regulares; isso poderia agravar a situação se o monopólio fosse de um produto de necessidade vital, forçando a privação da população local, de abastecer-se do mesmo.

Estes dois problemas foram enfrentados pelo poder político que centralizou essas duas dimensões do mercado, o local e o externo, criando assim o mercado interno, que embora mais competitivo, continuou a primar pela organização da relação econômica de produção e distribuição regulada. No caso da economia camponesa de auto-suficiência e voltada para a subsistência familiar, a mesma continuou “sendo a base mais ampla do sistema econômico, que agora se integrava em grandes unidades nacionais através da formação do mercado interno. Este mercado nacional assumiu o seu lugar ao lado dos mercados local e estrangeiro, às vezes sobrepujando-os, em parte. A agricultura era suplementada, agora, pelo comércio interno – um sistema de mercado relativamente isolado, inteiramente compatível com o princípio da domesticidade, ainda dominante no campo.” (POLANYI, 2000, p. 88).

Como dissemos acima, o primeiro momento desse processo deu-se com a constituição da unidade política do Território do Acre, que circunscreveu o perímetro geográfico da fronteira administrativa, centralizando politicamente as transações mercantis dentro de seus limites, pondo fim a uma série de disputas internacionais, que se desenrolavam em torno das disputas pelo controle das relações mercantis nessa área. Com a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903, firmado entre as autoridades políticas do governo brasileiro e boliviano, seguido pela promulgação do Decreto-Lei nº 5.188 de 7 de março de 1904, de instituição do Território Federal do Acre, e finalmente, a realização do Tratado de Ajuste de Fronteira, protocolado em 8 de setembro de 1909, entre Brasil e Peru, as terras acreanas, em definitivo, passam a designar uma unidade política, especificamente parte da nação brasileira. Essas medidas diplomáticas representaram as primeiras ações do poder político brasileiro para controlar o comércio da borracha⁴⁶.

Também constatamos que a indústria da borracha marcou o mercado acreano como sendo de natureza eminentemente externa. Essa situação instaurou a dependência da população local de importação de mercadorias de necessidades básicas para a manutenção da vida social, tanto referente aos gêneros alimentares, como arroz, feijão, farinha, carnes, quanto de produtos manufaturados e/ou industrializados para a realização do próprio trabalho de extração da seringa. Os trabalhos de Benchimol (1977) Leandro Tocantins

⁴⁶ A ação do poder político na economia pode ser presenciada por diferentes medidas e desde os tempos mais remotos, voltadas à regularização e estabilidade da atividade comercial. Na China, por volta de 1226, a estruturação de rotas comerciais internacionais pela região do Si-Hia através de ramificações que ligavam o extremo Oriente e Ocidente, passando pela Alta Mongólia, até chegar ao Irã, e daí a China, de onde se chegava inclusive à Ásia Central e Índia, com quem mantinha intercâmbios com a exportação de sedes e o comércio de arroz e açúcar. Nesse período, portanto, a aceleração do seu negócio comercial permitiu o aparecimento do papel-moeda, para intermediar a compra e venda de mercadorias. As notas, confeccionada pela casa de Pequim, eram de cor escuras e possuíam o timbre do imperador, tendo em vista dar maior autenticidade para o seu uso, pelo comércio. Também acordos políticos entre os rajás da Índia Meridional e o reinado de Cubilai, por essa mesma época, garantiram o comércio de sedas, especiarias e pedras preciosas, a longa distância, entre tais reinados (OLIVEIRA, 2004). O desenvolvimento econômico, ao que parece, sempre mantém estreito vínculo com o poder político, seja para criar instrumentos legislativos de estímulos econômicos para liberalização comercial, direcionando o rumo do desenvolvimento, seja para disciplinar o comércio, regulamentando-o, criando dispositivos de proteção, contra a usura, a fraude, ou a pirataria. Assim que leis comerciais comumente colocaram-se como prementes para o funcionamento das trocas comerciais, locais ou de longa distância.

(2001), Pedro Martinello (1988), José Potyguara (1998), Antônio Teixeira Guerra (1955), Miguel Gerônimo Ferrante (2007), com diferentes enfoques, sinalizaram para esta constatação.

Portanto, para rastrear o mercado interno acreano, torna-se indispensável não somente caracterizar o comércio externo, analisando como ele funcionava e como era o ritmo do seu desenvolvimento, mas, sobretudo, importa descrevê-lo confrontando-o com a dimensão de mercado que estava ausente naquele momento, isto é, a dimensão do mercado local, no sentido de procurar entender porque foi possível aflorar o desempenho dessa relação de mercado na localidade e quais as razões que explicam a sua existência. Tendo essas duas dimensões da situação de mercado formuladas, visualizadas concretamente, foi possível perguntar como as mesmas foram se compatibilizando, reciprocamente, por ação do poder governamental que procurou regulá-la organicamente, equilibrá-la internamente para engendrar um sistema de mercado, centralizado politicamente, na sua escala regionalizada.

Além da integração das atividades econômicas e dos espaços territoriais das cidades, outro motivo que define a formação do mercado interno acreano pode ser caracterizado pela presença dos consumidores, porque, se existem trocas comerciais é porque preexistem a demanda dos consumidores. É pouco provável, e os diminutos registros de informações historiográficas sobre a região que dispusemos em secções anteriores deram conta de sustentar a pouca probabilidade da inexistência de trocas comerciais por fora da relação da economia de mercado da borracha, que ocorreu na cúpula do sistema mercantilista internacional em operação na região amazônica. Embora seja factível que o sistema mercantilista monopolizasse as mercadorias e os produtos objetos das trocas econômicas, visto que era da sua própria natureza alimentar-se, lucrativamente, das diferenças monetárias auferidas na intermediação da circulação dessas mercadorias, tal sistema mercantilista não chegou a ser uma instituição total, que bloqueasse tudo e todos a seu redor, por mais que possuísse dispositivos restritivos que procurasse suplantar ou subverter, a seu favor, qualquer ameaça de natureza econômica que fosse contra os seus desígnios, como os que foram aplicados nos seringais acreanos, dentre os quais, o de que os seringueiros deveriam dedicar todo o seu tempo na produção de borracha, não praticar cultivos agrícolas ou criação de animais, pois isso implicava na diminuição das compras de aviamento e na baixa produtividade; a borracha deveria ser vendida diretamente ao seu patrão, não podendo fazê-lo a qualquer outro, principalmente com mercadores ambulantes; era proibido a circulação de regatões ou marreteiros nos seringais para não causar desregulamentação do nível de preço dos produtos da borracha ou das demais mercadorias industrializadas.

Essas e outras medidas que foram apontadas por Lima (1982), Martinello (1988), Wolff (1999), dentre outros, indicaram o esforço do mercado externo da economia mercantil da borracha de impedir que prosperassem outras atividades econômicas por dentro da relação regular de mercado, principalmente, aquelas que subsidiavam a camada mais subterrânea do sistema das trocas comerciais do lugar, baseada, sobretudo, nos pequenos negócios agrícolas, pastoris e criatórios, e outras atividades extrativistas de caça, pesca, coleta de frutos, produção de pequenos artefatos de cerâmica, como cipós, palhas, manufaturados semi-industrializados em engenhos como água-ardente, rapadura, açúcar mascavo, gramixó; ou casas de farinha, para a fabricação de farinha de mandioca. Hoje, olhando retrospectivamente para a situação, chega a ser risível pensar que num lugar com tantas possibilidades de abastecimento alimentar, pudesse pairar, amedrontadoramente, à

população local, situação de ameaça de escassez de alimentos, como sucedeu em alguns períodos, durante o predomínio da indústria extrativista, como tivemos oportunidade de mencionar. Todavia, obviamente, tais considerações não significaram a anulação do comércio de subsistência que se disseminou silenciosamente pela periferia da economia da borracha.

O mercado local que foi se desenvolvendo na capilaridade do sistema comercial, a princípio, invisivelmente, depois emergiria rejuvenescido, articulando-se com a face externa mais vigorosa da economia acreana, que por razão de seus momentos de crise, buscara amparar-se em alicerces mais sólidos, mediante a criação de um lastro comercial de sustentação no âmbito local, que foi se institucionalizando no mesmo ritmo em que cresceram as cidades onde estavam enredado. É precisamente a motivação primaz que engendra a organização preliminar do mercado local, isto é, de ser âncora de regulação do mercado em geral, principalmente para se contrapor as oscilações e crises do comércio de longa distância, organizando a produção e distribuição de mercadorias, localmente, que transforma sutilmente a sua existência, cuja politização configura o mercado interno acreano, compactando no mesmo movimento, uma relação de mercado que operasse com a oferta regular de mercadorias, integrando localmente os esporádicos pontos comerciais, e pudesse prover a população com aqueles produtos não disponíveis na comunidade, de forma estável, através do comércio externo, com o objetivo de assegurar a manutenção e reprodução social da população, de forma acessível e com níveis satisfatórios de existência humana.

Os dois mais importantes centros comerciais acreanos, a cidade de Rio Branco, localizada nos arredores dos vales do Acre-Purus e a cidade de Cruzeiro do Sul que tem suas raízes na bacia do Juruá, desenvolveram-se indiscutivelmente, sobre o dorso da economia da borracha, como já tivemos a oportunidade de mencionar, pois tudo circulou literalmente, por determinado tempo, em torno dessa atividade extrativista. Inclusive as referidas cidades floresceram, ganharam mais ou menos importância política e/ou comercial, em maior ou menor velocidade, em função da dependência à dinâmica produtiva da atividade comercial que mantinham.

As próprias bases das instalações materiais dessas duas sedes administrativas germinaram, de maneira espontânea e/ou estratégica, naqueles espaços que foram parecendo mais propícios para facilitar os negócios da borracha. Assim, Rio Branco e Cruzeiro do Sul, na ausência de canais de comunicação por via terrestre, fixaram-se bem nas proximidades dos cursos dos rios principais que lhes banhavam, naqueles pontos mais altos onde as embarcações poderiam atracar-se, para recolher a borracha produzida e pudessem desembarcar as mercadorias transportadas durante o ano inteiro, seja no período de poucas chuvas com o volume baixo das águas (verão amazônico), ou nas épocas de inverno, quando os rios elevavam-se devido às fortes chuvas. Aproveitar as potencialidades dos transportes fluviais, de posicionar-se bem diante das outras ramificações de povoados, certamente, constituiu num requisito indispensável para a projeção econômica e política dessas duas cidades, se consideramos as restrições geográficas naturais e ausência de vias terrestres de comunicação, à exceção dos caminhos e varadouros internos nos seringais, que permitiam a ligação das colocações dos seringais ao centro dos barracões.

Também tais sedes administrativas despertaram importância política e comercial à medida que seu núcleo populacional estivesse assentado geograficamente num espaço privilegiado, a partir do qual pudesse funcionar como centro de intermediação do comércio da borracha e espaço receptor das mercadorias importadas, de onde tudo pudesse ser

distribuído. Esse posicionamento geográfico, centralizado favorável à intermediação comercial da borracha, certamente, concorreu para a compatibilidade do controle político. Essas duas condições favoreceram a elevação desses núcleos populacionais ao estatuto de centros de referência política e comercial, como de capital federal, que foi o caso de Rio Branco, nos vales do Acre-Purus, ou de grande desempenho econômico e político, como representa a cidade de Cruzeiro do Sul, no Juruá.

O mesmo processo que levou a fundação dessas duas cidades acreanas permitenos acompanhar a organização de seus respectivos circuitos de mercados, reflexos do contexto mais amplo da política econômica do governo estadual, a qual, deliberadamente ou não, procurou integrar as várias atividades produtivas em um circuito comercial de mercado, coordenado no âmbito interno.

Os atos institucionais que transformaram o antigo seringal Empresa, de propriedade do seringalista e comerciante cearense Neutel Newton Maia, que havia chegado à região por volta de 1822 para explorar as atividades extrativistas, promulgados no dia 7 de abril de 1904, através do Decreto Federal nº 5.188, elevando aquela vila, chamada de Rio Branco, com pequeno povoado humano, instalada na margem direita do rio Acre, à categoria de sede provisória do Departamento do Alto Acre, o protocolo de 13 de junho, do ano de 1909, na gestão do prefeito Gabino Besouro, de transferência da sede do Departamento para o lado esquerdo do rio, através da resolução de nº 9, que reivindicava a criação definitiva da capital do Alto Acre, em lugar da sede provisória assim como as autorizações emitidas pela Prefeitura nº 2.374 de 8 de maio e nº 2.250, de 30 de junho de 1908, transformando, então, em capital do Departamento, com o nome de Penápolis, em homenagem ao Presidente da República Afonso Augusto Moreira Pena (GUERRA, 1955\2005, p. 126-127), correspondem aos dispositivos políticos institucionais⁴⁷ de sedimentação do território como espaço de mercado.

Esse processo gradual de institucionalização da cidade de Rio Branco, que sai da condição de vila e torna-se capital do Território do Acre evidencia sua importância política regional e destaca, simultaneamente, a coexistência articulada de seu desenvolvimento econômico. Em termos mais concretos, esse desempenho econômico vai se expressar pelo esforço da política econômica governamental de procurar criar as bases locais para a sedimentação da economia que dinamize a relação de mercado no âmbito interno da cidade, o que em nossa pesquisa estamos chamando de mercado interno. Embora seja difícil precisar o exato momento em que os tentáculos desse mercado começam a aparecer, podemos constatar que a sua formação inicia a florescer, no plano urbano, com a criação dos pequenos ofícios em fábricas de cerâmicas, para dar suporte ao crescimento da construção civil, das residências, instalações públicas, e os ofícios ligados às manufaturas de alimentos, como as padarias. O aumento das repartições governamentais e representações públicas nacionais implicaram na arregimentação de um corpo social de funcionários públicos que se expandem quantitativamente, praticamente exercendo os mais diferentes ofícios, desde serviços administrativos propriamente ditos, até os ofícios em

⁴⁷ No ano de 1912, do dia 23 de outubro através do Decreto nº 9831, Rio Branco ascende ao título de cidade e mantém-se como centro do município criado de mesmo nome, o qual foi instalado, em 15 de fevereiro de 1913. Em 1920, com a extinção dos departamentos e centralização política dos mesmos, pela administração territorial, Rio Branco, pelo Decreto federal nº 14.383, eleva-se à categoria de capital federal do Território do Acre. Na condição de capital federal do Território, Rio Branco passa a receber investimentos governamentais e instalações de vários órgãos públicos que até então inexistiam.

atividades manufatureiras. Todo funcionário público obtinha seus pagamentos provenientes dos cofres governamentais.

No plano da política governamental planejada para as zonas não-urbanas, a política de criação das Colônias Agrícolas⁴⁸, iniciada com a gestão de Oscar Passos, a partir de 1942, foi um dos primeiros esforços no sentido de promover a colonização das áreas adjacentes aos centros urbanos, com o objetivo de aumentar a produção de alimentos para o abastecimento das cidades em formação, com o incentivo para os cultivos de agricultura, pecuária e criação de pequenos animais. Guerra (1955\2005) menciona que nos arredores de Rio Branco, nas terras firmes ou nas beiras dos rios, concentraram-se os maiores adensamentos populacionais, voltados para as atividades agropastoris, devido à existência das colônias agrícolas, embora em algumas delas se exerça complementarmente a coleta de castanha e corte de seringa. Segundo o autor, as primeiras colônias foram criadas pela orientação da Prefeitura do Departamento, como a colônia Gabino Besouro, em 1908, a colônia Deoclesiano de Souza, fundada em 1912, e em 1913, a colônia Cunha Vasconcelos.

As demais colônias agrícolas seriam formadas depois da segunda crise da economia da borracha, em princípio dos anos 1940, pois segundo Guerra (1955\2005, p. 183) teria sido “a solução mais favorável que encontrara o governador, para poder socorrer as pobres vítimas da campanha da borracha”. No ano de 1942, o governador Oscar Passos tomou as medidas para colonização das proximidades da cidade, comprando as demais terras do seringal Empresa, para realizar o assentamento de trabalhadores rurais, interessados em desenvolver atividades agropastoris. O engenheiro agrônomo Pimentel Gomes foi encarregado de planejar o processo de colonização. No ano de 1943, começaram a ser colonizados os primeiros lotes que mediam aproximadamente 250 por 1000 metros. Mas a efetivação das colônias agrícolas só ocorreu na gestão do governador José Guiomard dos Santos, que em maio de 1947, através do Decreto nº 83, transforma as terras do seringal Empresa, as 80.000 mil hectares, em núcleos colônias. Entre 1949 e 1950 foram criados os núcleos colônias Juarez Távora, Dias Martins, Alberto Torres, em 1949, e Daniel de Carvalho e Mâncio Lima, em 1950.

As colônias agrícolas foram explicitamente uma política econômica deliberada para incentivar a diversificação econômica na região, através do incentivo das atividades agropastoris. As colônias eram destinadas aqueles trabalhadores rurais interessados em trabalhar a terra. A permanência dos trabalhadores nas terras agrícolas com suas famílias, na condição de ‘colonos’, atendendo os objetivos da produção, daria direito à posse provisória da terra, cujo título definitivo seria expedido com a consolidação da sua identidade na terra. O trabalho de assistência técnica era oferecido pela Divisão de Colonização e Produção, com orientação sobre práticas agrícolas e criação, oferta de mudas, sementes, e suporte para o beneficiamento dos produtos nos “Conjuntos Mecânicos”, que foram implantados em algumas colônias, dotados de engenho de cana, caititu para ralar mandioca, descascador de arroz, debulhador de milho, presas e fornos para fabricação de farinha, tachos e gamelas para fabricação de açúcar mascavo, bangüê, rapadura e mel. O uso dessas instalações para o beneficiamento dos produtos agrícolas implicava o pagamento de um pequeno percentual, em produção. No caso da farinha, por exemplo, pagava-se 10% para beneficiar de 1 a 2000 quilos. À medida que aumentava a quantidade a ser beneficiada diminuía o percentual a ser pago. Na parte financeira, por um

⁴⁸ A maior parte das informações sobre as Colônias Agrícolas foram extraídas do Estudo Geográfico do Território do Acre, de Antônio Teixeira Guerra (1955).

período de 1 ano, o colono recebia um financiamento do governo no valor de C\$ 600,00 mensais para iniciar organização e fomentar a instalação do seu processo produtivo no lote agrícola (Ibid, p. 184-189).

O quadro abaixo pode nos dar uma idéia do volume de produção agrícola das colônias dos arredores de Rio Branco, nos seus primeiros anos de funcionamento, assim como demonstra o percentual de renda que foi drenado para os cofres do governo, através da porcentagem arrecadada pelo pagamento do beneficiamento dos produtos, nos conjuntos mecânicos governamentais. No ano base de 1952, os conjuntos mecânicos Juarez Távora (C\$ 6.333,00); Fazenda Sobral (C\$ 4.116,00); Engenho Independência (C\$ 1.987,00); Cruz Milagrosa (C\$ 1.152,00); Alberto Torres (C\$ 2.971,00); e São Francisco (C\$ 2.694,00); arrecadaram C\$ 22.642,00 cruzeiros. No total foram processados 6.565 quilogramas de produtos incluindo farinha de mandioca, arroz, açúcar mascavo, rapadura, e beneficiados mais 183 litros de mel de cana.

Tabela 11. Beneficiamento e Renda dos Conjuntos Mecânicos das Colônias Agrícolas de Rio Branco, 1952

Produto	Procedência	Quantidade beneficiada	Valor da taxa em C\$ por produto	Valor total C\$
Farinha	Conj. MEC. Juarez Távora	1.026 Kg	3,00	3.078,00
Arroz	Conj. MEC. Juarez Távora	133 Kg	5,00	765,00
Açúcar mascavo	Conj. MEC. Juarez Távora	450 Kg	5,00	2.250,00
Mel de cana	Conj. MEC. Juarez Távora	60 L	4,00	240,00
Farinha	Conj. MEC. Fazenda Sobral	1.372 Kg	3,00	4.116,00
Arroz	Conj. MEC. Eng. Independência	270 Kg	5,00	1.350,00
Rapadura	Conj. MEC. Eng. Independência	57 Kg	4,00	220,00
Mel de cana	Conj. Mec. Eng. Independência	58 L	4,00	232,00
Açúcar mascavo	Conj. Mec. Eng. Independência	37	5,00	185,00
Farinha	Conj. Mec. Eng. Independência	1.063 Kg	3,00	3.189,00
Mel de cana	Conj. Mec. Apolônio Sales	65 L	4,00	260,00
Farinha	Conj. Mec. Apolônio Sales	384 Kg	3,00	1.152,00
Farinha	Conj. Mec. Apolônio Sales	752 Kg	3,00	2.256,00
Arroz	Conj. Mec. Milagrosa	131 Kg	5,00	655,00
Açúcar mascavo	Conj. Mec. Milagrosa	12 Kg	5,00	60,00
Farinha	Conj. Mec. São Francisco	878 Kg	3,00	2.634,00

Fonte: Guerra, 2005, p. 190.

O quadro serve também para indicar os produtos com maiores desempenhos de produtividade. Nesse sentido, observa-se que os plantios de mandioca, para o processamento de farinha apresentaram o maior volume de produção beneficiada, seguido pela produção de arroz. A Fazenda Sobral e Colônia Juarez Távora, por exemplo, foram as que tiveram resultados mais elevados de produção, com 1.372 Kg e 1.026 Kg, respectivamente. Merece destaque além do arroz que teve desempenho regular, praticamente em todos os conjuntos mecânicos das colônias, a manufatura do açúcar mascavo, derivado da produção de cana de açúcar, que dependendo da quantidade produzida, chegou a alcançar o segundo maior valor das taxas de arrecadação, com uma contribuição de C\$ 2.250 cruzeiros, na Colônia Juarez Távora, para uma quantidade de 450 Kg de cana processada.

Convém sublinhar três pontos importantes que a política das Colônias representa para a formação do mercado interno acreano. O primeiro aspecto é que praticamente toda a produção advinda das Colônias Agrícolas era destinada para o abastecimento das cidades próximas, sendo comercializado nas feiras e comércio local. No caso das colônias pertencentes ao perímetro do município sede da capital, a produção era levada para Rio Branco, sendo transportada pelo caminhão da Divisão de Produção. Na verdade, embora a política das colônias tenha se espreado por todas as áreas do território, a maioria das colônias agrícolas foram estabelecidas em Rio Branco, (ocupando aquelas 80.000 hectares do antigo seringal Empresa), como a Colônia Juarez Távora, Fazenda Sobral, Engenho Independência, Cruz Milagrosa, Apolônio Sales, Cecília Parente, Souza Ramos, Mâncio Lima, Alberto Torres e São Francisco.

Esse fato político particular tem um desdobramento econômico importante, ele afora indicar objetivamente a deliberada intencionalidade governamental de diversificar as atividades econômicas, incentivando a prática agrícola e pastoril com o estímulo do mercado interno, para contrapor-se ao enfraquecimento do mercado externo, do comércio da borracha; evidencia o crescimento da população urbana com os trabalhadores citadinos, ocupando os ofícios públicos, trabalhadores diversos das manufaturas em formação, fábricas, pequenas indústrias. O agregado desses ofícios em efervescência na cidade de Rio Branco, vai tecendo as necessidades comerciais daquilo que seria o corpo dos consumidores, os quais não poderiam sobreviver a partir dos seus próprios trabalhos, sem complementarem-se pela relação de mercado, principalmente, através do consumo da produção de alimentos, pois segundo mencionou Weber (2000) o típico habitante das cidades é aquele que não cobre suas próprias necessidades pelo seu esforço ou trabalho remunerado, a não ser quando participa da esfera do mercado para satisfazê-las.

Em segundo lugar, outro efeito direto dessa política – contextualizada em um momento em que as casas de comércio passavam por sérias dificuldades de abastecimento de suas instalações com a importação de mercadorias industrializadas, devido à redução drástica do fornecimento das casas aviadoras de Belém e Manaus e do baixo incremento produtivo da borracha nos seringais, que levou a saída de muitos seringueiros em direção às cidades – foi que ela, de forma espontânea ou planejada, lançou as bases políticas para a unificação econômica do mercado interno acreano, interligando o campo com a cidade, e o adicionamento tecnológico às atividades produtivas, com a agroindustrialização, embora bastante incipiente. “O intercâmbio com os seringueiros veio depois de várias crises da borracha, que impulsionaram a lavoura e as trocas de mercadorias entre os comerciantes das cidades, do campo e dos seringais; mesmo porque as grandes casas de Manaus e Belém, fornecedoras de mercadorias a estes e, às vezes, possuidoras de grandes latifúndios, desapareceram ou perderam sua influência” (GUERRA, 1955\2005, p. 134).

Na concepção de Max Weber (2000) outra típica característica das cidades é esta relação de mercado que liga o campo à cidade, originando o que muitos entendem como economia urbana, que em determinada época passou a ser designada como economia nacional (FIORI, 1999), e que, nos nossos termos, estamos apresentando como mercado interno, por referenciá-lo numa chave teórica micro, tomada pela dimensão regional de uma unidade política federada. Mas o traço emblemático dessa relação rural-urbano, do ponto de vista econômico, que queremos destacar, a partir da análise weberiana, é a coexistência e complementaridade dos segmentos produtivos, comerciais e industriais, pela via da política econômica de mercado que se consolida com a formação das cidades modernas ou não. No caso do Acre, o incremento agrícola e pastoril, pelo lado do setor primário, representou o

momento embrionário da entrada dos produtos primários, afora o extrativismo da borracha, como mercadoria, assinalando o circuito do mercado interno da cidade que se definia, advindo da demanda local dos demais segmentos comerciais, industriais e públicos. A destinação predominantemente dos produtos agrícolas para os locais de mercado das cidades acreanas (Rio Branco e Cruzeiro do Sul, por exemplo) constata essa ligação da relação campo-cidade.

O terceiro elemento que chama atenção das Colônias Agrícolas, ligado ao processo produtivo, principalmente, da agricultura, diz respeito à utilização de tecnologias de beneficiamento industrial, como os Conjuntos Mecânicos, com suas fábricas de farinha, engenhos de açúcar e máquinas de pelar arroz, dentre outros equipamentos manufaturados, embora a técnica em si, de cultivo, propriamente dito desses produtos, tenha se baseado predominantemente no sistema de broca, derruba e queima, com o uso ínfimo de ferramentas mais modernas, limitando-se a adoção do teçado, enxada ou foice. A industrialização de alguns produtos do segmento alimentar, vindo da agricultura, certamente, indica o esforço da política econômica do governo de reduzir a importação de mercadorias industrializadas, principalmente, daquelas que pudessem ser produzidas localmente, visto que em determinada etapa da história quase tudo era importado, inclusive farinha, arroz, feijão e açúcar.

Uma última observação a ser feita, baseada na política das colônias, é concernente à sua ação mais planejada, que foi delineada, inicialmente no governo de Oscar Passos, em 1942, e continuada a sua implementação pelo governador José Guiomard dos Santos, que o sucedeu. Com essa referência temporal, poderíamos propor a localização da tessitura do mercado interno acreano, a partir deste período particular. Talvez no sentido da política econômica mais geral do governo territorial, a década de 1940, simbolize a etapa em que o poder político do Território, também o Estado nacional, em relação ao Acre e a Amazônia, tomaram as medidas mais concretas, em se tratando da centralização política econômica, na região. No caso do governo brasileiro, essas decisões podem ser facilmente constatadas com a estatização da política de incentivo à economia da borracha impulsionada, a princípio, pelos Acordos de Washington e os seus vários desdobramentos, com vistas à criação de um aparato institucional de sustentação da borracha que regularizasse a exploração dessa matéria prima nas várias partes amazônicas, incluindo o Acre (Martinello, 1988; PAULA, 1991 e 2005; REGO, 2002). Do ponto de vista da ação do governo do Departamento do Alto Acre, com sede em Rio Branco, as medidas políticas levadas a efeito pela Prefeitura, oferecem indícios de que as atividades agrícolas e criatórias já vinham se desenvolvendo deste a década de 1910, quando por essa época, também foram implantados assentamentos em algumas áreas adjacentes à cidade, denominadas colônias, como as que foram criadas entre 1908 a 1913: colônia Gabino Besouro (1908), a colônia Deoclesiano de Souza (1912), e a colônia Cunha Vasconcelos (1913), conforme já fizemos o registro.

Em síntese, essas evidências nos levam a concluir que de fato a política econômica dos governos departamentais tem seu processo de institucionalização, embora de forma lenta e gradual, a partir da década de 1910, com a criação das colônias, no âmbito das prefeituras departamentais, que ocorre simultâneo ao processo de consolidação dos principais municípios do Território, elevando-se ao estatuto de cidades⁴⁹ e, sedes

⁴⁹ No ano de 1904 foram divididas as terras para a criação dos três departamentos. O Departamento do Alto Acre, criado pelo Decreto federal Nº 5.188, de 7 de abril de 1904, fixou-se no povoado, que se proliferou no

municipais, nomeadamente, Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Xapuri, Sena Madureira, Tarauacá, que sucede até o ano de 1920. Entre as décadas de 1920 a 1930, as cidades municipais recebem significativos investimentos públicos, repartições governamentais são criadas, diversos ofícios florescem, a agricultura e atividades pastoris passam a ser estimuladas pelos sucessivos governos. Merece destaque, nesse período, a criação dos Mercados públicos municipais, em referência o de Rio Branco e Cruzeiro do Sul, como sinônimos da regularidade das trocas econômicas internas e presença de consumidores, formada por funcionalismo público e trabalhadores urbanos dos diversos ramos. Os anos que seguem à década de 1940, finalmente, constituem a etapa mais planejada de centralização da política econômica territorial, com fomentos políticos específicos, como sistema de créditos, transportes, garantia de preço da borracha pelos bancos estatais, principalmente de sedimentação da política econômica interna baseada no estímulo, a agricultura e pecuária principalmente, para sedimentação do lado, que até então estava ausente nas relações comerciais acreanas, o mercado interno.

Nesse sentido, o papel do poder político do governo do Território teve relevância significativa na alavancagem de todo esse processo, que vai desde a contribuição com a formação de uma faixa de consumidores, até estímulos comerciais e industriais, necessários à sua própria sustentação governamental, uma vez que a ampliação do seu aparato institucional e administrativo, foi exigindo a diversificação dos ofícios de trabalho e demandando pessoal para o exercício dos cargos públicos, sem contar que o governo não podia mais ficar a mercê ou dependente de uma única atividade produtiva que fosse demasiadamente vulnerável, as oscilações de fatores externos, para cujos efeitos os governos locais não estivessem minimamente preparados, do ponto de vista econômico, para se protegerem na esfera interna contra seus danos. O trecho de um depoimento do governador José Guimard dos Santos dá a devida dimensão da presença do aparato estatal na vida política e econômica acreana, cuja sua fala expressa relativa timidez ou a quase completa ausência da iniciativa de setores produtivos não-estatais:

o governo é tudo; é infelizmente o dono de tudo. Eis pois um pequeno Estado socialista. A telha, o cimento, os caminhões são do governo. Todos os estabelecimentos de instrução são do governo. Todos os trabalhadores da cidade ganham pelo governo. Quem não trabalha nas obras do governo, é funcionário do governo, que detém assim, todos os empregos, quase sem

local chamado de Volta da Empresa, terras do seringal Empresa, em 18 de agosto de 1904, e em 7 de setembro, ascendeu à condição de Vila, com o nome de Rio Branco. No mesmo ano, foram fundadas as prefeituras do Alto Purus, em 25 de setembro, tendo como sede a vila de Sena Madureira, e do Alto Juruá, no dia 29, do mesmo mês, com Cruzeiro do Sul sediando o departamento. Em 23 de outubro de 1912, Rio Branco, foi elevada ao estatuto de cidade, pelo Decreto Lei Nº 9.831, com a função sede do município de mesmo nome, que foi decretado em 15 de fevereiro de 1913. No ano de 1920, com a unificação dos departamentos, Rio Branco passa a centralizar o poder político na posição de capital federal do Território, pelo Decreto federal Nº 14.383, de 1º de outubro do referido ano, e mantém-se ocupando esse título até os dias atuais, que foi consolidado com a elevação do Território à categoria de Estado, pelo Decreto-Lei Nº14 de junho de 1962, através do Projeto de Lei Nº 4.070, de autoria do então senador José Guimard dos Santos. Sena Madureira, a sede do Departamento do Alto Purus chegou à categoria de cidade em 1º de julho de 1908, tornando-se anos depois, em 23 de outubro de 1912, a cidade sede do município de mesmo nome, formalmente instalado em 7 de maio de 1913. Cruzeiro do Sul, segundo já informamos, fundou-se no local chamado Centro Brasileiro, local este que ao alcançar a condição de vila teve seu nome modificado para o atual em homenagem à constelação de Cruzeiro do Sul. No dia 31 de maio de 1906 passa a categoria de cidade, para em 1912, também, transformar-se em cidade sede do município, também denominado Cruzeiro do Sul (GUERRA, 1955\2005).

exceção. Acrescentemos o avião, a Guarda Territorial, os médicos, os dentistas, os agrônomos, os mecânicos, os choferes, os eletricitas, os carpinteiros, os pedreiros, os pintores, os encanadores, tudo está engrenado ou depende do governo (SILVA, 2002:75, apud PAULA, 2005, p. 61-62).

Temos demonstrado até o momento que à institucionalização política e econômica do Estado do Acre que tem acompanhado toda a sua formação histórica tem sido caracterizada por um processo contínuo de estruturação da base material, de sedimentação do seu território, principalmente, se consideramos as duas principais cidades acreanas, conforme vimos no desenvolvimento, anteriormente. Não somente a paisagem de suas cidades, concernente às suas instalações públicas, comerciais, industriais ou agrícolas, tem apresentado desempenho progressivo ao longo desses primeiros sessenta anos de sua trajetória, que começou oficialmente em 1903, mas igualmente, tem passado por importante incremento, o número de seus habitantes, com aumento expressivo do total da população, devido aos fluxos migratórios e variações internas do povoamento, entre as zonas rurais e urbanas, o que tem refletido o incremento da taxa de urbanização dos municípios acreanos.

Na parte adiante, apresentamos dados de pesquisas censitárias do IBGE, que fizeram a contagem da população, a partir de 1920. Nesta década, o Território do Acre possuía 92.379 habitantes não sendo possível discriminar o percentual de moradores da zona rural e urbana, embora seja bastante previsível que, objetivamente, as áreas rurais concentrassem a grande parte da população posto que, nesta época, os primeiros povoados haviam recém alcançado a condição de cidades e ainda não haviam modificado significativamente, as suas feições de pequenos agregados humanos ou vilas. Convém assinalar que os registros da população deste período mais remoto, sobre o povoamento acreano, têm valor mais didático que propriamente rigor numérico, pois eles servem muito bem para indicar o movimento geral da colonização. Guerra (1955), por exemplo, cita que no relatório do primeiro delegado boliviano do rio Aquiri, o mesmo calculou para o ano de 1899, a presença de 4.738 pessoas ocupando o referido rio. Já o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Rio Branco, havia contado, por ocasião da exposição de motivos do Tratado de Petrópolis, a existência de 60.000 almas brasileiras na região, incluindo o Alto Acre e o Juruá, enquanto Craveiro Costa dizia haver 70.000 vivos. O ponto a reter até os anos 1920 é a idéia do adensamento populacional contínuo e a paulatina aglomeração humana, no perímetro urbano das cidades acreanas.

O censo da década de 1940 com informações já mais fidedignas, aponta exatamente para essa densidade humana nas terras acreanas, não obstante, neste período particular, o número de pessoas tenha decrescido em 12.611 indivíduos, baixando dos 92.379, de 1920, para 79.768 habitantes, contando com 14.138 moradores vivendo nas áreas urbanas e 65.630, nas rurais. Nos dez anos seguintes, o número de habitantes sobe bastante, chegando, em 1950, à quantidade de 114.755 pessoas, distribuídos em 21.272 indivíduos morando nas cidades e 93.483 nas áreas rurais. Na década de 1960, as cidades passam a contar com 33.534 pessoas, a zona rural com 125.318, totalizando 158.852 habitantes. No ano de 1970, a população alcança 216.200 habitantes, com 59.474 nas cidades e 156.726 no campo. Na virada da década de 1980 para a década de 1990, merece menção a ultrapassagem da taxa de urbanização, em relação ao adensamento populacional, da zona rural. Nesta etapa, em 1991, por exemplo, as cidades já comportavam 258.520 habitantes e no campo continuavam vivendo 159.198 moradores, com um total de 417.718 pessoas,

englobando as duas principais regiões do Acre. No ano de 2000, a população acreana chega aos 557.337 habitantes, com 369.796 nos centros urbanos e 187.541 nas áreas rurais. A tabela abaixo mostra a dinâmica populacional da sociedade acreana, a partir da década de 1970

Tabela 12. População total do Estado do Acre, série temporal 1970-2000

Brasil, Região, Estado, Município	1970	1980	1990	2000	2007
Brasil	93.134.846	119.011.052	146.825.475	169.799.170	
Região Norte	3.603.679	5.880.706	10.030.556	12.900.704	
Acre	215.299	301.276	417.718	557.526	557.585
Cruzeiro do Sul	43.584	50.472	66.603	67.441	73.948
Rio Branco	83.977	117.101	197.376	253.059	290.639

Fonte: Censo IBGE, 1970, 1980, 1990, 2000, In: (SANTOS, 2005, p. 49); Acre em Número, 2007.

O adensamento populacional, a partir dos anos de 1970, não param nas décadas posteriores em termos quantitativos, recobrando todo o território, até chegar em 2000, apresentando um crescimento exponencial geral do número de pessoas em ambos perímetros, o rural e o urbano, embora o ritmo de agregação social em direção às cidades tenha apresentado maior desempenho e atratividade. Isso significa dizer que, até este momento, a taxa de crescimento urbana não foi resultado, unicamente, do deslocamento migratório explicado pelo fenômeno do êxodo rural interno, no sentido campo, em direção às cidades, mesmo que seja verdade, que nos momentos de crise da economia da borracha, as cidades tenham tornado-se refúgio quase natural para acomodar os desafortunados dos seringais, tanto no Juruá quanto no rio Acre, onde verificaram casos de chegar a descer “em balsas 5 famílias e mais, conduzindo todos os haveres: criações e tudo mais quanto constituía os seus recursos de vida. Eram verdadeiras ‘Arcas de Noé’, descendo ao sabor da corrente, rumo aos baixos rios, chegando mesmo até as proximidades de Manaus, capital do Estado do Amazonas. Muitas propriedades ficaram completamente abandonadas” (GUERRA, 1955, p. 105).

O grosso do crescimento populacional, em geral, portanto, deve ser explicado nomeadamente pelo forte processo de imigração, conduzido por suas ondas rítmicas e contínuas de levadas de integrantes de outras regiões do país, em direção às terras acreanas. Este detalhe, aparentemente acidental da formação do tecido social do Acre, às vezes deixado à parte, torna-se básico para o nosso trabalho, porque ele ajuda-nos a pensar sobre os tipos sociais que chegaram aqui e, principalmente, porque além de indicar as várias etapas que sofreram os maiores fluxos de adentramento de imigrantes no território, permite-nos refletir sobre a questão pertinente da composição do caráter de pertencimento social desta população, às suas raízes, e como elas foram se desenvolvendo, envolvendo seus diferentes tipos regionais, em pontos de identificação, de modo a possibilitar falar, hoje, naquilo que se está chamando de identidade do ser acreano.

Se considerarmos esta observação, teremos oportunidade de lembrar que, antes da formação do território acreano essas terras, ao extremo oeste do país, eram habitadas por grupos originários indígenas, de diferentes etnias, que viviam por toda a extensão do território. Os indígenas constituíram, portanto, o primeiro elemento étnico, formador do homem acreano. No final do século XIX, a partir de 1877, grandes levadas de imigrantes nordestinos, que fugiam das secas, em busca de melhores condições de vida, ou

mesmo por serem expulsos de suas terras, vieram para cá. O número exato, nunca se sabe, mas como vimos antes, foram muitos deles, de origens nordestinas diversas, do Ceará, sobretudo, mas também da Paraíba, Alagoas, Piauí, Maranhão, assim como muitos eram do Amazonas ou do Pará. Esses indivíduos, por conseguinte, representam o segundo elemento étnico ou tipo humano nas terras do Acre e, do ponto de vista social, esses nordestinos, quando aqui chegaram, foram integrados como mão-de-obra local, marcando o começo do sistema seringal, que promoveu a sua incorporação, mediante sistemas de diferenciação e reconhecimento, produzidos pelo próprio saber cultural que a floresta, indiretamente exige, assim por desconhecerem o modo de vida na mata, foram chamados de ‘brabos’, depois com o domínio das ferramentas de trabalho para o corte da seringa, ficaram conhecidos como mansos (Esteves, 1999). Alguns deles tornaram-se patrões seringalistas, e passaram a ser popularizados como “coronéis de barranco”. Os nordestinos, então, tornaram-se, o segundo ramo étnico do acreano e sua presença está ligada, geralmente ao trabalho de produção de borracha.

No princípio do século XX, grupos de sírios, libaneses, turcos, judeus, chegaram à região e começaram a desenvolver a economia da borracha, atuando, principalmente intermediando o abastecimento do sistema de aviamento do seringal, através das atividades comerciais. Muitos deles também se tornaram seringalistas e passaram a deter de grandes extensões de terra. Esse grupo representa o terceiro elemento humano que faz parte da composição social do Acre, e as atividades comerciais são quase sinônimas de sua presença na região. A rua principal, onde se situavam as casas de comércio, do lado da margem direita do rio Acre, na Volta da Empresa, por muito tempo ficou conhecida como Bairro Beirute, em referência à presença de comerciantes dessa origem, naquele lugar. Mas, tanto no rio Acre quanto no Juruá, o comércio esteve associado à existência dos habitantes de descendência árabe.

O quarto grupo social refere-se aos fazendeiros e latifundiários vindos do centro-sul do país, durante os anos 70, período em que os conflitos por terra, na região se acentuaram em decorrência do declínio profundo da economia da borracha, que promoveu o momento mais efervescente de formação do mercado de terras, na região, devido aos irrisórios preços dos seringais com a desvalorização da borracha e das árvores de seringueiras. Nesse sentido, os fazendeiros e empresários que vieram, nesta época, têm sua presença, do ponto de vista econômico, relacionada às atividades agropastoris e, contrária, à atividade extrativista da borracha. Eles, do ponto de vista político-social, ficaram conhecidos como os “paulistas”, por ser a maioria deles do estado de São Paulo, sua presença emblemática no conflito, em torno da luta pela terra, figurou como um estigma de inimizade aos interesses de muitos acreanos, sobretudo, àqueles que dependiam do trabalho extrativista, como seringueiros e indígenas, parte significativa da população estadual.

Talvez possamos agregar a esses quatro tipos humanos que, em momentos históricos específicos, dirigiram-se para o Acre, ainda mais um tipo psicológico, os trabalhadores rurais que foram incentivados a desenvolver as atividades produtivas, devido à sua experiência no trabalho com a terra, tecnologicamente mais desenvolvida, também, oriundos do centro-sul, como os trabalhadores vindos do Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo, São Paulo, Minas gerais, Mato Grosso, que chegaram para serem assentados nos projetos de colonização do INCRA implementados no começo dos anos 1980, como o Projeto de Assentamento Dirigido Pedro Peixoto, que abrange uma área de cinco municípios e, praticamente, contém trabalhadores desses vários cantos do país, ou mesmo o Projeto Redenção, que deu origem ao município de Acrelândia, em cujas terras estão

trabalhadores, advindos desses lugares. Esse tipo social tem sua presença associada ao trabalho agrícola e pastoril, em áreas de assentamentos rurais ou projetos de colonização, portanto, inseridos numa economia mista do tipo familiar de subsistência e relação de mercado.

Tentamos, em resumo, caracterizar basicamente os três componentes que se desenvolveram interligados e simultaneamente foram permitindo a constituição embrionária de uma economia de caráter interno no Acre. O primeiro deles foi a formação político-administrativa das cidades com seus mecanismos normativos de auto-determinação institucional; o segundo consistiu na formulação de uma política econômica governamental voltada para o fomento do crescimento econômico, à base dos produtos agrícolas e pastoris; e, finalmente, o terceiro aspecto referiu-se ao adensamento populacional dos centros urbanos e áreas rurais com contínua interação entre estes dois espaços sócio-econômicos, diferenciação social dos tipos humanos recém-chegados à região e ampliação de potenciais produtores e consumidores, com o delineamento dos consumidores do mercado interno. Todo o processo político-econômico, portanto, de entrelaçamento desses elementos (formação política e econômica das cidades, incremento agropastoril e diferenciação social), que resultou na sedimentação do mercado acreano no âmbito interno, foi determinado, no mínimo, inscrito por alguns eventos históricos como: a) a institucionalização do Território do Acre, em 1903, e elevação à condição de Estado, 1962, no plano político; b) na política econômica, a criação das Colônias Agrícolas a partir de 1908; a estatização do monopólio da borracha em 1940; e a implementação da agropecuária a partir da década de 1970 e declínio da indústria extrativista regional.

Na década de 1970, portanto, a orientação da política econômica passa a ser bastante influenciada pelo poder governamental e a direção do governo do Estado, alvo de disputa dos grupos de interesses. Na pauta da política econômica de desenvolvimento, duas problemáticas fundamentam esse embate: a necessidade de definição de um projeto de política econômica que sedimentasse a identidade regional dos seus interesses situacionais. Neste sentido, as questões subtendidas poderiam ser assim formuladas: i) agora, que o mercado está mais ou menos configurado, com o seu lado interno e externo (sendo o externo agora mais capenga), como formular um projeto político de governo, que equilibrasse estas duas dimensões econômicas sem comprometer a dinâmica doméstica; ii) a segunda pergunta, complementar a essa, resgatou o traço mais ressentido da política, o de exclusão social dos mais destituídos de poder econômico, com o questionamento de quem teria a competência para formular um projeto político econômico que desse estabilidade social e levasse em conta os caracteres mais valorativos daqueles que pertencem às terras acreanas, um projeto de engrandecimento da estima cultural e que trouxesse bem-estar para a vida material dos acreanos.

Essas duas questões serão margeadas, concretamente, pelos conflitos por terra no campo no contexto da substituição da economia da borracha, pela agropecuária que ocorreram de forma mais intensa no vale do Acre do que no Juruá. As suas conseqüências serão tão profundas que alterariam as relações do poder econômico e político na região, no decorrer dos anos 1990, principalmente, com a elevação ao poder do governo estadual, em 1999, de uma frente ampla de articulação política, liderada por Jorge Viana, que reivindicaria o legado histórico de lideranças políticas e segmentos de trabalhadores do campo e da cidade. No interregno das décadas de 1970 a 1990, simultâneo aos conflitos que se processavam, e, por dentro deles, no plano da política econômica, o debate que vai estar em pauta, tratará da motivação de fundo que gerou os conflitos concernentes ao rumo do

desenvolvimento. Isto é, os conflitos no campo, por um lado, serão entoados pela batalha das idéias, por outro. Na próxima seção, esse será nosso objetivo, o de colocar em evidência a batalha das idéias em torno do projeto político de desenvolvimento para o Acre.

Os ciclos intermitentes de crise pelos quais passou a indústria da borracha, possibilitaram a disseminação da atividade da agricultura e criação de animais que ganharam cada vez mais importância na economia local do Acre, principalmente, como supridora de alimentos para abastecer as cidades acreanas. As respostas governamentais de integração dessa atividade na sua política econômica, por sua vez, sedimentaram um circuito comercial de mercado, de base interna relevante para a administração governamental. Essa relação do governo com as atividades econômicas revelaram a maior presença do Estado na economia local, a partir da década de 1940, com a formulação de políticas públicas, de dinamização da economia do campo e das cidades, embora esta relação fosse ainda insipiente, dada a condição política do Acre como Território que possuía poucos recursos para os investimentos e dependia da União. Quando chega à década de 1970, na política, o Acre já desfruta da condição de Estado, mas na economia, a indústria da borracha dá sinais de falência, novos interesses entram em cena, os conflitos sociais eclodem, e as demandas dos trabalhadores do campo se voltam para outros rumos de desenvolvimento para a região.

SEÇÃO III: A EMERGÊNCIA DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL E A RELAÇÃO DO CAMPESINATO COM A NATUREZA.

Na década de 1970, os conflitos sociais eclodem no campo devido à emergência de novos interesses que deslocam o posicionamento dos agentes no tecido social, em torno da direção do desenvolvimento. Do interior destes conflitos nasce o Movimento dos Seringueiros, trazendo o tema ambiental, que deu visibilidade à preocupação da preservação das florestas de seringueiras e castanheiras. A natureza passa a apresentar-se como recurso estratégico, a ser considerada na formulação das políticas de desenvolvimento. O equacionamento dos interesses colidentes dos agentes constituía-se no grande desafio a ser superado. Esta secção procura demonstrar como na areia movediça da sociedade acreana germinou o escopo de um projeto político, que em se fundamentando sobre a base dos recursos naturais, logrou responder tanto aos conflitos quando instrumentalizou a natureza como princípio de suporte para assentar o desenvolvimento do Acre. Trata-se de saber qual o sentimento, que o futuro Governo da Floresta pinçou para completar o seu projeto político.

Nas partes precedentes colocamos em evidência dois acontecimentos históricos importantes do Acre – Revolução Acreana e Movimento Autonomista – que estão ligados ao projeto político do Governo da Floresta e lhe dão sustentação como subsídio de reforço histórico. Tivemos o intuito de recuperá-los, referenciando-os dentro do contexto ao qual eles se originaram a fim de, por um lado, procurar mostrar, por meio da tessitura que lhes recobria os seus propósitos, motivações e idéias constitutivas, e, por outro, diagnosticar as possibilidades abertas, os aspectos ou características ressentidas, ou negativas, as questões sociais que ainda não haviam sido sanadas, as coisas mal-resolvidas, não enfrentadas ou acionadas pelo poder político e que, portanto, estavam soltas, sem ressonância efetiva, no processo de desenvolvimento histórico acreano, as quais o governo Jorge Viana procurou ligá-las com o objetivo de alcançar estabilidade social, dinâmica econômica e legitimidade política para o seu governo. A ausência de laços de pertencimento social, dissidências regionais, dependência política, bem como frágil economia local constituíram alguns desses elementos que foram sendo interpretados para fortalecer novos objetivos. No essencial esses elementos deram nova roupagem para a interpretação dos fatos históricos regionais reforçando a importância os processos de resistência protagonizados por aqueles que levaram a cabo a Revolução Acre e o Movimento Autonomista. O Movimento Social de Seringueiros e Indígenas traria o último elemento para fundamentar o projeto do Governo da Floresta que se sustentaria sob o princípio do desenvolvimento sustentável, tendo a natureza como ele entre o desenvolvimento econômico, dinâmica social e legitimidade de poder político governamental.

Mas, para ligar os fios da história e recuperar o seu sentido, agregando-o a outros já consolidados oficialmente, tendo em vista a formação de uma consciência política renovada, que lhe fosse favorável, seria necessário dispor de um elemento que infundisse nos ânimos um sentimento de identificação comum que lhe fosse constitutivo, que definisse nos corações e nas almas dos acreanos seu próprio ser social, que mexesse na sua existência, penetrando no âmago do imaginário social da população que se sobrepusesse aos antagonismos e dissidências de interesses. Esse componente, por essa razão, teria que advir como antídoto para sanar o trauma social mais recente e mais agudo que havia estrangulado, seriamente, a sociedade local dividindo-a ao meio, derivado dos conflitos

sociais no campo e da luta pela preservação das florestas, sustentada pelo sindicalismo rural.

Quase por ironia do destino, do ponto de conflito que mutilou a sociabilidade local, sairia o elo amalgamador do projeto político do governo – o sentimento pela Natureza, traduzido pela dependência dos recursos naturais, as florestas – através do qual se procuraria fixar o conteúdo de “vínculo com o lugar”, (o acreano é a relação com a natureza), materializado no projeto político de desenvolvimento sustentável, como base empírica da identidade do ser acreano.

O objetivo desta seção é de trazer à tona esse sentido ou significado, que ganhou a questão ambiental, no Acre, com a emergência dos conflitos sócio-ambientais, no decorrer das décadas de 1970-1980, buscando dar à profundidade do confronto entre seringueiros e os novos fazendeiros, migrados à região, de modo a identificar o ponto ambíguo do enfrentamento, acerca do qual brotou a orientação do desenvolvimento que produziu a mentalidade da visão ambiental que seria apropriada pelo Governo da Floresta, do fim dos anos 1990, como símbolo da identidade do acreano. Nosso interesse ademais é de localizar as visões sobre a natureza, ou melhor, as duas principais visões que definiram as ações de apropriação dos recursos naturais e guiaram as políticas de desenvolvimento na região, tomando as evidências empíricas, que marcaram a existência social nos seringais acreanos, as práticas e ações dos seringalistas e seringueiros a ela relacionadas, bem como elas foram traduzidas em termos de socialização e/ou diferenciação das mentalidades entre o campo e as cidades.

No primeiro momento, porém, daremos seqüência ao balanço concernente à trajetória das relações econômicas (dinâmica do mercado) e políticas (ação dos governos locais), mostrando primordialmente, como elas chegaram à década de 1970 e quais as questões que estiveram em jogo naquele momento, relativas à política econômica e ao desenvolvimento. Na segunda parte da seção, exploraremos as percepções sociais sobre a natureza que estavam em disputa, acerca das estratégias de desenvolvimento que emergiram com os conflitos sócio-ambientais dos anos 1970, no vale do alto Acre. Interessa também, ao final, observar como a visão hegemônica sobre a natureza se dissipou pela sociedade acreana em geral, de tal forma que o meio ambiente passou a ser evocado pelo poder político, como elo significativo, característico do homem acreano, que seria capaz de equacionar as diferenciações sociais e ligar os distintos agentes em dissidência, em torno de um vínculo comum – a identificação com a natureza e os seus recursos – configurando uma base onde pudesse ser assentada a identidade local do acreano, porque é precisamente no contexto da ligação entre economia política, isto é, da formação do mercado interno acreano e centralização governamental de um projeto de desenvolvimento, que se coloca de forma efetiva a questão da identidade acreana.

A idéia sociológica de buscar o sentido ou mentalidade dos agentes ou grupos sociais dentro do mundo que os rodeia, relativo à orientação do desenvolvimento político e econômico do Acre, exige considerar que a ação entre os homens é dotada de sentido (WEBER, 2000) e que, portanto, os acontecimentos e eventos históricos contêm uma razão social, pois portam significados (ROMERO, 2004), isso porque a ação humana decorre da existência real dos homens de carne e osso que entram em relações entre si e com a natureza (MARX e ENGELS, 1987). Luis Alberto Romero (2004) nos advertiu dizendo que “não se trata de um sentido metafísico, mas humano, profano. Em suas palavras (...) a ação humana avança na história em direção a certas metas, certos fins, que surgiam do próprio

processo da sociedade como tensa combinação da escolha do homem, de seus valores” (ibid, p. 38).

Foi baseado nesse tipo de argumentação que Pierre Bourdieu (1997) enunciou a razão como um atributo da ciência social, a parte da teoria da ação. Segundo as próprias palavras deste autor

...a sociologia postula que há um razão para os agentes fazerem o que fazem (no sentido em que falamos de razão de uma série), razão que se deve descobrir para transformar uma série de condutas aparentemente incoerentes, arbitrárias, em uma série coerente, em algo que se possa compreender a partir de um princípio único ou de um conjunto coerente de princípios. Nesse sentido, a sociologia postula que os agentes sociais não realizam atos gratuitos. A palavra gratuito remete, em parte, à idéia de não-motivado, de arbitrário: um ato gratuito é um ato do qual não podemos fazer sentido, um ato loco, absurdo, pouco importa, diante do qual a ciência social nada tem a dizer, do qual só pode se omitir (BOURDIEU, p. 138-139).

Os fatos ou eventos tornam-se historicamente relevantes para o estudo social quando eles estão prenhes de significados e conseqüências da ação dos homens, quando suas causas e efeitos podem ser explicitamente identificados no decurso dos acontecimentos (CASSIRER, 2005). O caso dos conflitos sócio-ambientais do Acre, nesse sentido, merece atenção específica pelos efeitos que gerou na política e economia acreana. A crise que se anunciou a partir dos anos de 1920, com a baixa competitividade da indústria da borracha e o seu aprofundamento na década de 1970, foi uma crise de caráter eminentemente econômico. Porém, a sua razão econômica atingiu frontalmente a ação política governamental do Acre impactando negativamente a capacidade do governo de auferir os dividendos tributários, advindos da arrecadação mercantil da borracha, o que deteriorava o seu orçamento público. Essa crise econômica, portanto, que se aprofunda nesta década de 1970, foi reflexo do paulatino retraimento do mercado de exportação de borracha acreana, diante da concorrência asiática, desencadeada desde princípio da segunda década do século XX e, também, resultado de uma série de recalques políticos que acompanharam a formação da sociedade local, de modo, que a década de 1970 corresponde a um momento histórico relevante, em que convergiram causas econômicas, associadas àquelas de natureza política.

Os encontros econômicos e políticos que se processaram produziram conseqüências na fermentação social entre os diferentes segmentos sociais em disputa pela manutenção de seus interesses, desencadearam mudanças explícitas na política governamental, duas décadas depois, ao redor dos rumos de desenvolvimento. As forças sociais que saíram vitoriosas, portadoras de um projeto político governamental, nas eleições de 1998, se apresentaram como tributárias dos resultados desses conflitos sócio-ambientais, ocorridos na década de 1970\1980, cujos desdobramentos prendidos aos seus fatores causais, especificamente vinculados à valorização da natureza, manifestada pela preservação das florestas acreanas, procuraremos abordar no decorrer da presente secção.

A dimensão da “natureza”⁵⁰ como atributo biológico, físico ou ambiental, constitui a variável essencial que encontra-se presente na causa significante desses conflitos

⁵⁰ O termo Natureza no seu sentido etimológico, é de origem latina, vem de *natura*, e significa *nascimento*. Deriva da raiz *natus*, igual a *nascere*. A partir dessa designação literal, passou a referir a dois sentidos comuns:

sócio-ambientais a que nos referimos. De modo geral ela confere o próprio estatuto da natureza humana, pois corresponde ao traço-componente distintivo que revela o exclusivo caráter determinado dos homens, a sua consciência social, de tal forma que as concepções sobre a natureza explicam as percepções que os homens formulam em associação com o mundo natural que o cerca, mundo este que se apresenta à parte e que lhe é exterior. O postulado dessa relação, portanto, define a própria existência humana e assinala a consciência histórica dos homens sobre si mesmo e seu ambiente. Essa relação com o meio ambiente, segundo Marx e Engels (1987, p. 27) na verdade configura o primeiro pressuposto demonstrável de toda história humana, na medida em que postula à “existência de indivíduos vivos”, que ao estarem em condições de existência histórica, procuram orientar-se para a satisfação de suas necessidades materiais de sobrevivência produzindo os meios para sua subsistência e manutenção. O começo do fazer histórico, entretanto, inicia com essa motivação primeira, do contato com a natureza orientada pela busca primordial de satisfação das necessidades fundamentais de existência que se manifesta pela procura de alimentos, abrigo e proteção.

Estando os homens em condições sociais de existência, produzindo os meios materiais de vida e estabelecendo relações associativas entre si, por meio da convivência em grupos familiares e intercâmbios materiais, eles desenvolvem, a partir dessas mesmas relações de produção e associação, a consciência social, um o produto específico da relação humana que também expressa as ambigüidades sobre as quais se desenvolve a relação entre os homens. Nesse sentido Marx e Engels (1987) conceituam a noção de consciência social como sendo produto da relação com o ambiente externo,

mera consciência do meio sensível mais próximo e consciência da conexão limitada com outras pessoas e coisas situadas fora do indivíduo que se torna consciente; é ao mesmo tempo consciência da natureza que, a princípio, aparece aos homens como um poder completamente estranho, onipotente, inexpugnável com o qual os homens se relacionam (...) [mas] esta relação determinada com a natureza, é condicionada pela forma da sociedade (MARX e ENGELS, 1987, p. 43-44).

Estes enunciados conceituais, portanto, asseguram com fundamento, que o sentido ou os vários sentidos, elevados à condição de consciência social, têm sido emanados da relação dos homens com a natureza, de modo que a apropriação dos recursos naturais, voltada para as estratégias de desenvolvimento de determinada formação social, com efeito, decorre da atribuição dos significados que a ação dos homens e dos sentidos que eles conferem no transcurso dessa relação, porque, em último caso, os homens mantêm uma conexão necessária e orgânica com a natureza. Michael Löwy (2004, p. 91) comenta que nos escritos marxistas há uma ocorrência constante da presença da “visão do ser humano como ser natural, inseparável do seu meio ambiente. A natureza figura como o

por um lado, passou a nomear as propriedades essenciais de um objeto ou ser, classificando o seu caráter mais específico que o tornava distinto dos demais objetos ou seres; por outro, fez alusão àqueles ambientes não artificiais com certos atributos físicos ou biológicos (GUDYNAS, 2003). Nesse sentido, a Natureza nada mais seria do que a mera revelação de atributos (físicos, biológicos, sociais, religiosos) para a apreensão sensível das coisas ou seres presentes no mundo. Mircea Eliade (2001) considera que para o homem religioso, por exemplo, a visão sobre a Natureza nunca é “exclusivamente natural, ela está sempre carregada de um valor religioso (...) impregnada de sacralidade” (p.99). O meio ambiente não é simples epifenômeno da natureza, mas é visto como parte da manifestação do divino na estrutura empírica do mundo.

corpo não-orgânico do homem, e (...) dizer que a vida psíquica e intelectual do homem está indissolúvelmente ligada à natureza, não significa outra coisa, senão que a natureza está indissolúvelmente ligada com ela mesma, pois o homem é uma parte da natureza”.

Neste sentido, o delineamento da mentalidade da política econômica mais geral, que guiou os primeiros exploradores, sedimentou a colonização, e, finalmente, deu conformação à política econômica do desenvolvimento do Acre, pode ser abordado por este ângulo de investigação. Por isso, nossa análise se propõe a considerar que “no coração das relações materiais dos homens com a natureza aparecem as bases simbólicas que orientam a ação social (DIEGUES, 1998). Essa dimensão do significado simbólico, enraizado nas práticas sociais, nas quais ela se funda, manifesta-se de maneira bastante expressiva na concepção de Carlos Brandão (1999), quando o autor procurava sintetizar o objetivo do seu trabalho “O afeto da terra” buscando caracterizar o modo de vida de populações camponesas do sul Brasil. Ele justificou seus motivos da seguinte forma:

Queríamos compreender a partir da pesquisa empírica as maneiras como tipos bem definidos de pessoas, por meio de suas culturas peculiares, criavam, reproduziam, sentiam e pensavam os seus próprios modos de se relacionarem com a natureza e, em um sentido mais concreto e cotidiano, com o seu meio ambiente imediato, visível, percorrível de uma ou de outra maneira, trabalhável, apropriável, passível de ser, provisória ou definitivamente socializado, incorporado à experiência empírica e simbólica de seus sujeitos humanos, em suas sociedades, por meio de formas específicas de trabalhos, que, ao mesmo tempo, lhes garantem a sobrevivência individual, a reprodução do grupo social e a qualificação relativamente peculiar de sua cultura (BRANDÃO, 1999, p. 12).

3.1. As práticas e mentalidades dos patrões e seringueiros no ordenamento sócio-econômico do seringal

O ordenamento político-econômico voltado para a exploração da economia da borracha, com seus diferentes agentes, se estruturou sobre numa rígida base material. O seringal, como espaço de administração dos negócios políticos e econômicos da atividade comercial extrativista, produziu relações sociais próprias que sedimentaram um modo de vida, trabalho e organização social diferenciado. Nesta seção pretendemos descrever essa estrutura material e mostrar o conteúdo dos seus traços mais elementares de funcionamento, bem como seus códigos e regulamentos, com o propósito de explicitar que o sentimento ambiental que os seringueiros aos poucos foram desenvolvendo expandiu-se por dentro de uma ordem social e natural que tanto lhes sufocavam, no entanto, o enfrentamento dessa situação adversa, foi permitindo um processo contínuo de conscientização, acerca das barreiras de enclausuramento que os rodeavam.

Muito se tem escrito sobre o modo de vida no seringal, para além da sua estrutura material e espacial, como procuramos retratar na parte supracitada. Todos os trabalhos sobre a economia da borracha abordaram esse tema por algum ângulo, que toca o cotidiano dos seringueiros e a forma como o sistema seringal estava organizado social e economicamente, como por exemplo, a sua condição subordinada diante do patrão, os maus tratos físicos, sofridos por eles, a dureza do trabalho de extração do látex, a vida submissa

das mulheres, o seu endividamento e aprisionamento pelas relações econômicas estabelecidas no contexto da economia da borracha, dentre outros aspectos⁵¹.

Não temos a intenção de aprofundar essas questões, já bem interpretadas pelas análises anteriores, senão que procurar, a partir delas as mentalidades subjacentes a essas práticas e a sua estrutura material, os componentes ideológicos intrínsecos e as respectivas atitudes que orientaram as ações dos dois principais agentes (seringueiros e patrões), dentro do seringal, com o objetivo de considerar como tais componentes de sociabilidade interferiram na maneira como esses agentes enfrentaram as coisas e se moveram no espaço social do seringal. Trata-se de compreendê-los, para por meio deles, especificar, em que medida, esses elementos mentais ressoam ou ressoaram nas visões sobre o desenvolvimento do estado do Acre.

Tomar a problemática das mentalidades que dirigem as práticas das ações sociais, exige mergulhar no campo acadêmico que trata dos sentimentos dos homens, sua forma de pensar a vida, de agir no mundo, a consciência sobre as coisas humanas que desenvolveram, sobre o lugar onde moraram, o trabalho que realizaram, a visão sobre ambiente que os cercava, e o sentido da direção que eles escolheram trilhar. A área literária, nesse sentido, se mostra campo fecundo para a investigação de como os homens constroem uma consciência de si mesmos e os significados partilhados coletivamente, derivados dessa ligação indissolúvel, com os recursos naturais.

A produção literária sobre o Acre, apesar de incipiente o seu acervo, é rica em retratar o modo de vida, a organização do trabalho, as relações sociais entre seringueiros e patrões, as formas de tratos, as mentalidades que dirigiam seus comportamentos, assim como as idéias e valores simbólicos que caracterizavam a vida no interior dos seringais, colocando em destaque a relação do homem com a natureza e a visão deste sobre a paisagem natural que cercava a sua vida.

A obra *O Seringal*, de Miguel Jeronymo Ferrante (2003), que mencionamos anteriormente, evidencia como no Seringal Santa Rita, de propriedade do coronel Fábio de Alencar, localizado nas proximidades de Rio Branco, no Alto Acre, a relação social e econômica que aí se implanta é marcada por uma desigualdade estruturante que molda a vida e o trabalho na floresta, onde a subordinação parece ser o traço mais forte, ora expressa pela subjugação do homem frente à selvageria indomável da natureza, ora pela subjugação instituída pela dominação do próprio homem. Assim, o ambiente do seringal é eivado por um isolamento natural que se apresenta como lugar propício para as práticas de injustiças. O protagonista Toinho, herói do romance, presencia tudo isso sob as guardas do Coronel Fábio Alencar, que o adota como afilhado, depois da morte de seus pais.

É na relação dos homens e destes com a natureza que se estabelece a dimensão mítico-poética do romance, segundo o autor. Na obra, a imagem sobre a natureza, reflete a inconstância do seringueiro, suas incertezas e dubiedade. Na parte introdutória o autor deixa transparecer a representação do meio ambiente, que respinga como angustiante, infértil, um ambiente tenebroso indicativo de um final sempre trágico, que vigia e espreita aqueles que aí estão inseridos, aprisionados por um panorama que é sempre bordado de desolação. O autor comenta:

⁵¹ Cf. Tocantins, 2011; Benchimol, 1977, 1992; Silva, 1982; Pedro Martinello, 1988; Esteves, 1998; O'Dwyer, 1998.

Há na paisagem parada um tom cinza de desolação e de angústia. O ar imobilizado. Nem uma asa, a mais ligeira brisa. Tudo estático, a morrer brutalizado pelo calor asfixiante, sob a cúpula do céu. A vegetação rasteira do campo do Santa Rita encolhe-se às fulgurações dos raios inclementes e, aos poucos, vai murchando, amarelando, morrendo em lenta agonia. A grama ressequida agarra-se penosamente à crosta endurecida do solo. Uma areia fina, solta, cobre os caminhos zigzagueantes, enrugados aqui e ali pelos rastros das alimárias, modelados na invernada. Formigueiros surdem como tumores, vermelhos e porosos. Os leitos secos dos igapós abrem esbranquiçadas cicatrizes no verde tostado. Árvores abatidas desfazem-se em humo. E nas manchas das queimadas pontilham troncos enegrecidos, as raízes violentadas espontando em torno, escuras e encarquilhentas como dedos crispados sobre a terra calcinada” (p. 21). ...[Toinho] recorda os dias de invernada. As chuvas torrenciais caindo sem parar, horas e horas, alagando a mata, encharcando os varadouros. A proliferação do pium e do carapanã. O inferno dos igapós nas lombadas das enchentes. A floresta diabolicamente verde, exuberante, estuante de seiva, avançando dominadora, enfurecida sobre a barraca (FERRANTE, 2003, p. 30).

No romance, por outro lado, essa mesma natureza que isola e agoniza o homem na mata densa e lhe enche de medo e amedrontamento, mostra para o seringueiro a sua contra face benevolente e protetora que insufla os ânimos das mesmas pessoas com acalentadora paz e tranqüilidade suficiente para irradiar a possibilidade de uma convivência harmoniosa com o meio natural que envolve o seringal. O seu caráter inóspito e implacavelmente selvagem, como que por um lamento natural, cede lugar à serenidade e ternura de sua mesma paisagem, deixando transparecer uma brisa de proteção remediável e conciliação com os homens, permitindo-lhe por meio de seus próprios recursos ambientais, uma chave para reconciliação do homem com seu meio natural, mediante a qual poderia constituir sua vida e cobrir as agruras de tão calejados tempos pregressos,

...a calma frescura das águas sombreadas pelas oiranas preguiçosas, horas e horas (...). A floresta infunde-lhe sensação de segurança e bem-estar. Sente nela como no seu ambiente natural, livre e feliz, protegido e amparado na sua solidão, a alma embevecida na fruição daquela beleza selvagem. A vida se lhe expande em torno em toda a pujança primitiva. (...) seringueiras delicadas e sensíveis como mulher. Um mundo de árvores de todos os portes, de todas as idades, delgadas e robustas, lisas e rugosas, de cascas alvas como a neve ou escuras como o bronze, lado a lado, unidas, abraçadas, confundidas por entre a louca sarabanda das trepadeiras e das lianas (FERRANTE, p. 51).

Em *Terra Caída*, José Potyguara (1998), cuja referencia geográfica situa os seringais situados no Vale do Juruá, retrata de forma mesclada o mesmo ambiente natural, estranho para o migrante nordestino, desacostumado com aquela vida solitária e selvagem da floresta, que encontra no trabalho árduo a sua única distração, um equilíbrio para a convivência na mata indomável. Mas a natureza, que sustenta uma imagem de desolação e um “vestíbulo do inferno”, reaparece, simultaneamente, transfigurada por uma visão de um mundo cheio de mistérios (p. 14). Ainda não é absurdo sugerir – pois as entrelinhas do romance abrem espaços para suposições – que a compreensão desses mistérios poderia

aflorar a partir da própria relação que esse homem fosse estabelecendo com seu meio ambiente. O contato com a natureza através das relações de produção aí estabelecidas, aos poucos, lhe permitiria a possibilidade do desvendamento da vida, na floresta e a chave para a compreensão daquele mundo, das suas normas e mentalidades, situando-se dentre dele, de modo a perceber como aqueles regulamentos interferiam no seu enclausuramento social, político e econômico.

Mas antes que isso fosse possível, o alento para suportar esse mundo desconhecido e cheio de mistérios, além da dedicação intensiva no trabalho de produção da borracha, esse seringueiro vai encontrar na cachaça, um elemento subsidiário para equiparar a dimensão da vida e a morte, sempre à solta nesse ambiente sinistramente dúbio. Já o patrão terá um forte aliado à manutenção do aprisionamento econômico e social do seringueiro, através do uso excessivo de aguardente, bebida essa pouco explorada no campo científico, como mantenedora do status dominante do seringalista.

Miguel Jeronymo Ferrante (2003) compartilha com essa observação considerando que, na escassez de mulher, no isolamento e solidão dos seringais, a amiga mais fiel do seringueiro é a cachaça. Um bom trago leva ao devaneio das promessas de enriquecimento fácil e alivia os seringueiros da dureza do trabalho diário. A cachaça tem serventia tanto para o patrão quanto para o seringueiro. O patrão ganha pela comercialização e também pela dominação, através do vício, que estimula o trabalho diário e destitui o pensamento de qualquer senso crítico (O'DWYER, 1998). Numa passagem do romance, o autor posiciona bem a funcionalidade da cachaça para a organização do seringal. Diz ele,

... a cachaça é, no seringal, artigo de primeira necessidade. A 'cocal' vinda do porto de Cocal, no Pará, vale tanto quanto o feijão, arroz, a jabá, o sal, o remédio. O seringueiro bebe-a durante toda a existência. Engodo e compensação da alimentação deficiente do pobre. Defesa e agasalho nas intempéries. Aliada segura do patrão: levanta as forças combatidas pelas necessidades e pelas doenças, anima o trabalho, aumentando a produção; e aniquila a vontade, embrutecendo o pensamento e escravizando as idéias... É lenitivo e fonte de pobre alegria do pário solitário. A fuga da existência miseranda e estreita. O esquecimento e o sonho. É, também, o crime e a morte (FERRANTE, 2003, p. 54).

O ambiente do seringal ademais confina o homem seringueiro num fosso profundo de deseducação. O isolamento da mata afasta essa gente de origem humilde e pobre de qualquer contato com as letras, e assim o faz figurar na cena do seringal como aquele homem bruto e bronco, deseducado, de "*linguajar estropiado e sonolento*" destituído dos meios mais básicos da convivência humana, propenso às mais frouxas paixões da carne, tanto para matar quanto para morrer.

O'Dwyer (1998), que acompanhou a ação judicial, no ano de 1989, movida pelo seringalista Francisco Praxedes Brandão, arrendatário do Seringal Oriente, em Cruzeiro do Sul, contra seringueiros do Alto Juruá, acusados de não fazerem o pagamento da renda do seringal, relata um episódio ilustrativo da visão dos funcionários da vara cível, da comarca em juízo, que se estende praticamente aos dias atuais. Na ausência do seu advogado de defesa, os seringueiros Jaime Pereira da Silva e José Prudêncio Filho se recusaram a assinar os termos dos depoimentos proferidos em júri, criando um impasse para o desfecho da ação judiciária. O comportamento dos seringueiros naquela instância jurídica foi entendido como atestando "o baixo nível mental dos seringueiros. Analfabetos,

desconhecedores dos procedimentos legais, imputavam-lhes um novo estigma: além de incultos, dotados de mentes pouco desenvolvidas (...) os seringueiros são julgados de baixo nível mental, em contraposição ao ‘capital cultural’ dos segmentos dominantes da nossa sociedade” (O’DWYER, p. 33).

No seringal, como se pode perceber, o analfabetismo exercia uma condição favorável ao patrão seringalista, pois o analfabetismo facilitava muito que o seringueiro fosse enganado nas relações de comercialização, instituídas pelo sistema de aviamento, isso garantia a maior centralização e controle do patrão sobre o indivíduo seringueiro. Não é ocasional a resistência dos patrões em apoiar a criação de escolas para os filhos dos seringueiros. Se tal fenômeno ocorreu, isso não se deveu a atitude benevolente do patrão, mas ao respaldo político que a escola podia trazer para o aumento do seu prestígio na cidade, fora do espaço do seringal. José Potyguara acrescenta que a escola ainda poderia criar um clima de patriotismo e favorecer a obediência e adesão fácil dos subordinados para o trabalho diário no seringal.

Tudo isso porque o trabalho de produção de borracha, no seringal, escamoteava para o indivíduo sem instrução, a situação de subjugação que vivia, posto que, normalmente, a borracha colhida nunca era suficiente para saldar a conta contraída no barracão, com o abastecimento de utensílios de trabalho, mantimentos, e víveres. A venda da borracha pelo preço dado pelo patrão era sempre inferior às horas de trabalho e o aviamento das mercadorias eram superiores aos praticados nos centros comerciais das cidades. Assim, de todo modo o seringueiro saía perdendo e sua dívida tendia a crescer constantemente. Todo esse processo servia para manter preso o seringueiro no seringal, em permanente subjugação: *“a borracha colhida, entretanto, nunca dava para pagar o débito no barracão, para comprar nada além da banha, do tabaco, do feijão, do arroz, do querosene, do sabão, do açúcar e do sal. Uns metros riscados. Uns cartuchos. Nas safras boas, uma manta de pirarucu seco, uns quilos de jabá ou lata de carne-bife”* (p. 29). Nos raros casos dos seringueiros que conseguiam saldo com o patrão, esses eram agraciados com folgas nos dias de festas e feriados, mantinham a confiança do patrão para comprar no barracão mesmo sem dinheiro ou sem produção, e podiam pedir adiantamento nos casos de doenças e necessidades.

Neste sentido, nota-se a grande funcionalidade que era manter o seringueiro desinformado. Miguel Jerônimo Ferrante (2003) comenta que no seringal Santa Rita, a exceção de outros, dona Clara fundou uma escola. Mas o “Coronel, a princípio, opôs-se. Segundo ele, seria um desperdício de tempo e dinheiro” (p. 43). O estudo no seringal era visto como sinônimo de rebeldia, pois o seringueiro esclarecido certamente não concordaria com o sistema de exploração a que estava submetido.

Dona Clara que procurava convencer o marido da importância de se fundar uma escola, pois no seringal, apesar da escassez de mulheres, o número de crianças era significativo, comenta o seguinte, em um trecho do romance: *“O Coronel acabou cedendo. Não porque tivesse convencido [da importância da educação]. Sabia que tais iniciativas não iam para adiante. E no íntimo se alegrava, torcia pelo fracasso. Não apreciava ver seringueiro às voltas com livros. Seringueiro que sabe ler, costumava dizer, acaba se rebelando”* (FERRANTE, p. 44).

Portanto, embora o seringal fosse constituído por um espaço aparentemente fragmentado, em que os seringueiros se mantinham isolados no interior da floresta, em suas colocações distantes uma das outras, o seringal, mais do que tudo, configurava um espaço que era político e economicamente centralizado. Tudo confluía para o centro

comercial da borracha, o barracão, onde residia o patrão e agregados em seus arredores. Se para o seringueiro lhe sobrava fraqueza, era porque para o patrão não lhe faltava poder, se o seringueiro tinha que ser débil era para que o patrão fosse demasiado forte. Se a natureza, enfim, cabia o papel de isolar, era para que o patrão seringalista, geralmente conhecido como Coronel, pudesse centralizar o poder no barracão.

Nos dois autores, José Potyguara e Miguel Jerônimo Ferrante, o Coronel é revelado como um homem rígido e duro, a sua palavra era a lei no seringal, e o seu código, a espingarda. No entanto, o Coronel detinha certa integridade nos seus procedimentos e era considerado, geralmente um homem prudente nas suas decisões, embora sua figura fosse muito temida e incontestáveis, suas palavras. Mas podemos dizer que sua integridade e prudência pendiam para uma posição unilateral. Os exemplos que sinalizam essa constatação podem ser referenciados pelas divergências que haviam entre patrões e seringueiros, acerca de procedimentos como o pagamento da renda, produção de agricultura, caçadas com cachorros, comercialização com o regatão, e mesmo práticas de corte de seringa. Embora, ocorressem resistências dos seringueiros nestes quesitos, até praticamente inícios dos anos 1940, a última palavra foi sempre a dos patrões, depois desse período, com as mudanças nas relações econômicas desfavoráveis à economia da borracha, alguns destes regulamentos foram modificados favoravelmente aos seringueiros.

Miguel Ferrante (2003) afirma que o Coronel *“fala em autoridade por falar. A palavra tem um sentido mágico para aquela gente. Sabe, porém, que não dará satisfação a ninguém. A autoridade no seringal é ele próprio”* (p. 90). Mas seu senso de justiça é parcial, pois castiga o pequeno e apóia o grande, e tem cumplicidade nas contas de seu interesse. Uma das proibições, por exemplo, era a de não se permitir plantar agricultura de subsistência, roça. Toda a terra devia ser destinada a uso exclusivo para a seringueira, assim como todo o trabalho. O descumprimento desta norma resultava em penalidades pelo coronel. Os motivos alegados para a proibição é que absorve tempo de trabalho que deveria ser dedicado à produção da borracha. Outro, é que leva a diminuição dos gastos dos seringueiros nas compras, no barracão, o que acarretaria prejuízos para o patrão. Além do mais, os seringueiros ficam mais independentes, do ponto de vista dos mantimentos alimentares, feito pelos seringalistas (O'DWYER, 1998).

Nesse sentido, a representação do Coronel é de destemido e temido por todos. Ele é a lei, e o seu mando a bala. Mas ao mesmo tempo, é homem trabalhador, de grande coragem e maior ambição. No início da corrida da borracha na Amazônia/Acre, por volta de 1880, as terras foram conquistadas a força, tomadas dos nativos que, após, capturados se transformavam em trabalhadores subalterno. O Coronel goza de respeito político e crédito nas praças comerciais de Belém e Manaus. Tem acesso fácil às autoridades e aos bancos. Por ter prestígio social, alguns deles foram *“nomeados Juiz de Paz, cargo judicial, que ele exerce ditatorialmente em seu benefício, aumenta sua autoridade de patrão, mediante uma justiça vesga que extravasa em violências contra seringueiros indefesos”* (José POTYGUARA, 1998 p. 23).

José Potyguera registra as recomendações do Coronel Tônico Monteiro antes de fazer viagem para as praças de Belém e captura sua postura e mentalidade de justiça:

A direção do seringal compete ao guarda-livros. Mas você [Tomás-capataz] sabe: apesar de honesto e dedicado, Conrado é meio mole. Muito bondoso, facilmente se deixa enganar. Portanto, você fica de olho no pessoal! Na minha ausência, a malandragem é grande. No centro nem tanto, pois tudo fica mesmo parado, durante o inverno. Mas o diabo é aqui

na margem. Duro com esses cabras que ficam por aqui, fazendo lenha! Não deixe minha borracha ser desviada pros regatões. Toda noite é bom dar uma volta pela barranca de hospedagem. E, já sabe: qualquer abuso....chicote sem pena! E conte comigo (POTYGUARA, 1998 p. 69).

O patrão concentra tanto poder econômico no seringal quanto prestígio político frente aos governantes da cidade. No seringal, os seringueiros contam como cabedal de votos. Os políticos que detêm a confiança e apoio do patrão têm os votos dos seringueiros assegurados nos dias eleitorais a seu favor. Miguel Ferrante comenta como se dava a participação dos seringueiros no período eleitoral e mostrando o cômputo dos votos deles, em favor de seus aliados políticos, deixa transparecer como o poder econômico enlaça-se com o poder político:

O Dr. Ademar chegou no Santa Rita com uma carta do Major Justino, chefe do Partido em Rio Branco. Carta de recomendação. O médico é candidato a deputado e espera obter o valioso apoio do coronel Fábio. Anima-o a promessa do Prefeito Amílcar, amigo e compadre do seringalista, que lhe prometera trabalhar junto a este a seu favor: “[**No dia da votação**], o eleitor é chamado. Ingressa na sala, apresenta o título e assina o listão. Quando tem dificuldade ou não sabe fazê-lo, um dos presentes o auxilia, guiando-lhe a mão perra. Ou simplesmente assina por ele. Recebe, então, a sobrecarta, na qual se encontra a chapa do candidato do coronel (FERRANTE, 2003, p. 150).

A espingarda, além de representar o código da lei no seringal, serve como sinalização dos acontecimentos. Ela é detonada para indicar nascimento ou morte. Usa-se para as caçadas e para a segurança do seringueiro. Normalmente todo seringueiro tem sua espingarda. Depois da faca de seringa, é seu segundo instrumento de trabalho e proteção:

A espingarda é o sino do seringal, detonando pelo nascimento e pela morte. Atira-se para anunciar a vida de um novo ser ou o desaparecimento de uma vida. Na sua barraca ou na estrada de seringa, o seringueiro recebe o aviso pelas detonações. Se nasce mulher, dois tiros. Se for homem, três. Se alguém morre cinco vezes a arma é disparada (FERRANTE, 2003 p. 32).

Sob a luz destes dados apresentados, o importante de reter aqui, é a idéia de que o conjunto dos seringueiros, que migraram para a região do Acre, inseriu-se de forma subordinada nas relações comerciais instituídas nos seringais, e que esse domínio, sobretudo, econômico, a que foram expostos, imprimiu-lhes um quadro de percepções prefiguradas que direcionaram sua forma de pensar para atender os objetivos do sistema comercial de produção da borracha, principalmente sob uma condição de infortúnio, por haver se dado conta de que o Eldorado prometido havia se transformado em um grande pesadelo.

Contudo, o alcance dessa submissão não obedeceu, somente, aos princípios estritamente comerciais, orientados pela economia da borracha, porque outros componentes ambientais e sociais lhes foram subsidiários para os seus propósitos. O meio ambiente natural a que foram submetidos, por exemplo, figurou como o elemento básico para essa dominação, em que a densidade da floresta, a sua dimensão geográfica, e todos os seus atributos físicos serviram como espaço natural para o seu enclausuramento, na

mata. Esse isolamento, a princípio, despertou um sentimento de medo, de impotência, ante o desconhecido, da imprevisibilidade e incerteza de sobreviver, e assim a angústia e a tristeza dominaram seus ânimos e a magnitude desse monumento natural incógnito e indomável lhe atemorizou os nervos.

Mas no revés da medalha, o homem seringueiro resgatou sua força e coragem, através da realização do extenuante trabalho de extração do látex. Na labuta diária, de aproximadamente dezoito horas por dia foi, pouco a pouco, conhecendo o ambiente natural que o envolvia, passando a dominar as etapas do processo de produção da borracha (a abertura das estradas de seringa, o corte da árvore, a coleta do látex, a defumação, e as pelas de borracha, comercialização), familiarizando-se com os caminhos e trilhas que ligavam as colocações e os seringais, prevenindo-se contra os perigos de feras e serpentes, aproveitando os recursos de fauna e flora para o apaziguamento de suas necessidades alimentícias e de saúde. Enfim, o seringueiro foi se encontrando com ele mesmo e se enamorando dessa mesma natureza, que no início lhe amedrontava e foi estabelecendo laços de pertencimento e sobrevivência, principalmente produtiva com ela. Em certo sentido, desenvolveu-se uma forte relação com meio ambiente construído no imprevisto, para possibilitar a sua sobrevivência e reprodução social.

Todavia, o seringueiro era socialmente um débil, um homem bruto e deseducado. Sem praticamente nenhuma instrução educacional, era presa fácil dos mecanismos escusos do sistema de comercialização, acionados tanto no momento da compra de mantimentos de necessidades básicas, quanto na venda da produção de borracha, junto ao barracão. O seu desconhecimento social tornava-o um homem frágil, politicamente inseguro, para argumentar com o patrão. Como um tipo acanhado e bronco, o seu único mando era a obediência incontestante ao coronel de barranco.

O seu viver solitário na mata ajudava ainda a aflorar mais um comportamento de perfil instintivo, sua insegurança e fraqueza mental, para a compreensão do universo social do seringal, associado ao consumo desesperado de aguardente, lhe infundiam, nos ânimos, a idéia de um homem sem valor, reduzido à embriaguez. Ademais, a ausência de uma família, mulher e filhos a quem pudesse se dedicar, transformava-o num ser de temperamento aventureiro, destemido, atribulado, com coragem para encarar a vida e a morte, para matar e morrer. Tudo isso contribuía para que o poder do patrão fosse cada vez mais forte, porque seria ele quem deveria impor as leis e regulamentos para domesticar este homem desregrado e sem ponderações morais. Assim, o seringueiro se via enredado em um domínio econômico, praticamente atrofiado por uma condição social debilitada, e politicamente fraco para mover, naquele momento, qualquer ação de resistência e organização.

Sua única esperança e possibilidade de sair desse conjunto de entrincheiramento, por mais contraditório que possa parecer, residia no enfrentamento e compreensão do próprio trabalho de produção de borracha, que poderia lhe permitir romper com os laços de dominação comercial, mediante o desvendamento de seus mecanismos internos de exploração econômica (por exemplo, no peso da borracha, no preço, nos impostos de arrendamento da terra, na compra e venda de produtos) que despertasse um tipo de consciência social no seringal que fizesse frente aos obstáculos interpostos a que estavam submetidos.

Face à tríplice fraqueza do seringueiro, econômica, política e social, bem aí onde havia uma vacância de sua força, residia o poder do patrão. Homem forte e viril, sua palavra era a lei no seringal, e a espingarda o seu código. O isolamento do seringueiro, no

interior da floresta era contra restado pelo domínio do barracão onde morava o patrão, donde centralizava o poder econômico e político. Era daí, que emanavam todos os regulamentos e para onde confluía a dinâmica da vida social do seringal. No contexto do seringal era necessário que o coronel impusesse respeito e desafiasse diretamente aquele seringueiro que descumprisse as normas estabelecidas. Tinha que mostrar coragem e destemor para dar exemplo para os demais seringueiros, que quisessem transpor os regulamentos. Tinha que se fazer respeitar, mostrar a hombridade do coronel, e para isso, era preciso ser homem, isto é, apresentar características que eram vistas como parte da masculinidade: coragem, destemor, determinação. Isso implicava, às vezes, o uso da violência como um recurso naquele momento em que faltassem os outros meios de dominação, a violência tinha de ser utilizadas para não prejudicar a sua autoridade (WOLFF, 1999, p. 208).

Mas o patrão era homem ponderado em suas decisões, e em muitas questões ele favorecia aos seringueiros, como por exemplo, presentear com mulheres àqueles seringueiros bons no trabalho de produção da borracha, oferecer auxílio médico para os acometidos de doenças, permitir o aviamento do seringueiro com débito, dar proteção ao seringueiro em caso de inflação judicial (principalmente por mortes). Todos esses procedimentos faziam com que o patrão fosse um homem, mas que temido, honrado e respeitado, pois ao patrão interessava a confiança dos seringueiros.

Wolff (1999), estudando os seringais do Alto Juruá, descreve as motivações dos patrões, que convergem com essa análise. Segundo a autora

ao patrão interessava a fidelidade do seringueiro, materializada na troca exclusiva da borracha por mercadorias em seu barracão, bem como lhe interessava a permanência do seringueiro no seringal, o que lhe poupava o investimento de trazer mais migrantes nordestinos. Assim procurava estabelecer laços de compadrio e paternalismo com esses seringueiros, sempre lhe possibilitando créditos para compras urgentes, auxiliando algumas vezes em casos de doenças, promovendo festas nos dias santos. Essas relações variavam muito de seringal a seringal... (ibid. p. 203).

Mas o prestígio do patrão não se limitava ao âmbito do seringal. Na cidade, as autoridades lhes rendiam grandes considerações e os patrões eram vistos com apreço, seu apoio político e o cabedal de votos que mantinham sob sua guarda lhe aumentava o prestígio diante dos políticos. Em muitos casos eram nominados como Juizes de Paz e passavam a deter a autoridade legal para legitimar seus procedimentos. Mas não nos iludamos, o poder do patrão sempre pendia para assegurar seus objetivos e o bem que advinha de suas atitudes poderiam imediatamente varia caso contrariasse seus interesses.

Assim, se o seringueiro era fraco politicamente porque o poder econômico lhe era adverso, o patrão, ao contrário, era poderoso em virtude das relações mercantis, no contexto da economia da borracha lhes ser favoráveis política e socialmente. Nas tormentas que a economia da borracha haveria de passar futuramente e, no estreitamento da relação do seringueiro com a natureza, então, começaria o declínio do poder de mando do patrão, com o reposicionamento dos distintos agentes sociais, no cenário econômico e político, momento este que, como foi dito, corresponderá aos conflitos sócio-ambientais de enfrentamento de seringueiros e pecuaristas, intensificados a partir da década de 1970.

3.2. As raízes do entrelaçamento ambiental com as práticas produtivas de desenvolvimento dos seringueiros

Estamos na década de 1970, portanto. O cenário, como mostramos, pode ser resumido pela falência da economia da borracha de exploração; endividamento dos seringalistas; os seringueiros sem posse efetiva da terra; fortalecimento da agricultura e diversificação produtiva; os incentivos fiscais do governo local, buscando uma alternativa de desenvolvimento, abrem uma corrida pelas depreciadas terras da Amazônia acreana; projeto dos militares de agropecuarização da Amazônia; chegada de empresários e fazendeiros do centro-sul do país que adquirem as antigas áreas de seringais. O resultado de tudo isso junto, desencadeou os conflitos sociais entre fazendeiros e seringueiros posseiros, que, por conseqüência, se alastraram à sociedade local, como um todo, dividindo-a, entre aqueles que apoiavam os seringueiros e os do lado dos fazendeiros e latifundiários. O conflito social estava, portanto, estabelecido em uma dimensão tal que transpassava toda a estrutura estatal.

Não nos interessa explorar todas as dimensões desses conflitos, que classificamos como conflitos sócio-ambientais, pois os mesmos já foram bastante estudados pela literatura acadêmica (ALEGRETI, 1979; OLIVEIRA, 1982; DUARTE, 1987; PAULA, 1991; BASÍLIO, 1992; COSTA SOBRINHO, 1992; MARTINS, 1998; ESTEVES, 1999; FERNANDES, 1999; SILVA, 2001; SANT'ANA, 2004; PAULA & SIMIONE DA SILVA, 2006). Das suas conseqüências, derivaram o êxodo rural; problemas urbanos diversos, como desemprego, crescimento de bairros periféricos; assassinatos de seringueiros; ações governamentais de desapropriação de terras; institucionalização de organização de representação política dos seringueiros; dentre outros aspectos.

A questão essencial, que nos interessa desses conflitos, consiste na sua ligação específica, que eles estabelecem com a proposta de desenvolvimento para o Acre, que foi problematizada naquele momento, tendo como principal desafio conciliar as diferentes atividades produtivas (pecuária, madeira, principalmente) sem comprometer a manutenção dos recursos florestais.

Com a compra dos seringais acreanos, por fazendeiros do centro sul do país, objetivando a implantação da pecuária nessas áreas – num contexto de insegurança da propriedade fundiária dos seringueiros – ocorreu que, após a expulsão dos mesmos e a conseqüente derrubada das florestas das antigas áreas de seringais, estabeleceram-se os empreendimentos madeireiros e criação de pecuária. O ponto de origem do conflito sócio-ambiental entre seringueiros e os novos empreendedores localiza-se aí, bem no âmago do reordenamento do uso do território, pois a proposta de desenvolvimento que tais atividades postulavam, referente ao uso das florestas acreanas guardava uma ambigüidade inteligível, em torno de interesses. Os fazendeiros que haviam adquirido os seringais para implantação da pecuária e extração madeireira, defendiam a derrubada das florestas, para colocar o gado consideravam o meio ambiente (as florestas) como empecilho para o desenvolvimento, enquanto os seringueiros-posseiros advogavam que a manutenção das florestas representava a base para sustentação do desenvolvimento, mediante o uso dos recursos naturais e sua diversidade de produtos. Temos, portanto, o ponto de origem do conflito sócio-ambiental, que assinala a divergência de interesses sobre o sentido do desenvolvimento de maneira bem determinada, pois aonde os seringueiros afirmavam, os fazendeiros negavam. Os fazendeiros queriam as florestas no chão, os seringueiros defendiam a sua manutenção.

Essa oposição dos interesses sobre o uso das florestas acreanas foi retratado na coletânea sobre a trajetória de Chico Mendes, intitulada Chico Mendes Por Ele Mesmo (2004), em que a polêmica sobre desenvolvimento se expressa pelas visões dissidentes entre latifundiários\fazendeiros e seringueiros, conforme deixam transparecer os trechos relatados abaixo,

Para os latifundiários\fazendeiros

Os grandes latifundiários dizem que preservar a Amazônia é atrasar o progresso, é prejudicar a economia do país, que a borracha não representa quase nada pra nossa economia e que o progresso está na criação de bois (CHICO MENDES POR ELE MESMO, 2004, p. 83).

Para os seringueiros,

Nós, seringueiros, também temos uma proposta para produzir. Os seringueiros e os índios sempre produziram a sua cultura de subsistência, mas nunca ameaçaram a floresta amazônica. Quem ameaça a floresta são os grandes fazendeiros para colocar o boi ou, muitas vezes, para fortalecer uma política de especulação de terra (p. 83). (...) A floresta Amazônica representava o único meio de sustento para os seringueiros e índios que nela viviam (CHICO MENDES POR ELE MESMO, 2004, p. 11).

Consta nos Cadernos do CEDI (1990) uma entrevista concedida por Osmarino Amâncio, liderança sindical, pioneira na resistência contra os desmatamentos nas florestas acreanas e companheiro de Chico Mendes, do município de Brasília. Ela nos ajuda a entender essa diferenciação pelo enfoque das práticas costumeiras e da sedimentação da cultura do trabalho de extração da seringa:

... os seringueiros estão na terra, para eles só tem sentido se existir a floresta. A floresta precisa do índio e do seringueiro, e o índio e o seringueiro precisam da floresta também para sobreviver. Tirar o seringueiro e o índio lá de dentro da mata é como tirar um peixe de dentro da água: acabou, ele não está adaptado ao sol, ele está adaptado a uma tradição de trabalho que vem fazendo a muitos anos que é o extrativismo (Cadernos do CEDI 20, 1990).

A vinculação do trabalho dos seringueiros e sua relação com o uso das florestas acreanas expressas através de componentes de caráter cultural, que ressaltava a configuração de certo modo de vida e hábitos, que as atividades extrativistas permitiam, como a comodidade de realizar a extração de seringa, protegido por uma cobertura florestal frondosa e exuberante, garantidora de uma temperatura amena, gerou uma espécie de *habitus* produtivo-social que os diferenciaram de outros segmentos de trabalhadores, chegando inclusive a desabilitá-los de competir em outros ofícios produtivos. A particularidade do trabalho do seringueiro-extrator de produtos florestais reverteu-se na maneira distinta dele visualizar o valor natural dos recursos naturais definida pela conexão com suas práticas produtivas, razão pela qual defendiam o desenvolvimento baseado na utilização do extrativismo florestal, sem comprometer sua estrutura orgânica. Scmink e Cordeiro (2008, p. 52) assinalaram que os seringueiros tiveram um papel de destaque durante essa fase de expansão da fronteira amazônica, enfrentando os desmatamentos e a idéia do atraso tecnológico “procuraram inverter o discurso modernista, valorizando seu

saber sobre a floresta e a alternativa de um desenvolvimento, baseado na utilização da floresta em pé, para a garantia do seu sustento”.

Essa especificidade dominante dos seringueiros e seu traçado cultural foram mencionadas pelo ex-diretor da Companhia de Desenvolvimento Agrário e Colonização do Estado do Acre – Colonacre, Raimundo Viana, na época de implantação do Projeto de Assentamento Redenção, na década de 1980, hoje pertencente ao município de Epiaciolândia, quando referia-se ao perfil de trabalhadores rurais que deveriam ser estabelecidos no assentamento. No relato abaixo, Raimundo Viana, sob um ângulo diferenciado de observação, caracteriza o tipo social dos seringueiros, confrontando-os com os propósitos produtivos do Projeto Redenção,

A intenção nossa era de absorver na realidade o nosso seringueiro. Essa era a concepção inicial. Mas aí a gente começou a ver essa dificuldade cultural que limitava a adaptação deles às práticas agrícolas, além de não possuírem tradição, o conhecimento destas atividades, como extratores de látex estavam acostumados a trabalhar na sombra, protegidos pela copa das árvores. Na agricultura precisavam estar expostos o dia todo ao sol escaldante, muitos não suportavam. Por isso nós estabelecemos que uma faixa de 20, no máximo 30% dos beneficiários do Redenção seriam de famílias oriundas do centro-sul do país, para serem colocados estrategicamente dentro do Projeto. De forma que em cada módulo com 16 lotes tínhamos 5 desses agricultores que iriam transferir as suas experiências e ao mesmo tempo receber informações dos seringueiros da Amazônia. Mas na verdade, isso foi o que a gente pensou enquanto projeto. Mas quando a coisa começou a acontecer na prática a gente não seguiu rigorosamente este percentual. Ficou um pouquinho a mais de assentados do centro sul. (PAULA, 2002, RELATORIO CPDA\UFAC, p. 13-14)

Esses liames, que os conflitos sócio-ambientais afloraram, permitindo estabelecer associações com as práticas produtivas, e o modo de vida dos seringueiros acreanos, influenciaram igualmente a forma como eles abordaram a problemática fundiária. Neste sentido, a concepção da terra veio atrelada à dimensão ambiental, isso ficou constatado quando Chico Mendes sugeriu que uma das ameaças à floresta, consistia nos fazendeiros buscarem “fortalecer uma política de especulação de terra”, além da ameaça da pecuária. Esse fundamento da terra, como um bem sagrado e como dom de Deus, foi retransmitida pela influência da pastoral católica, que atuou em defesa desses trabalhadores difundindo, no âmbito local, uma concepção que enfatizava a relação homem-natureza, mas a terra só tinha significado com a floresta em cima, por isso, a questão fundiária no Acre foi recoberta pelo meio ambiente e a forma de uso tradicional dela pelos extrativistas/seringueiros.

Germán Palácio C. (2006, p. 11), buscando os aportes para caracterizar o campo da ecologia política, havia identificado, a esse respeito, que um dos aspectos dessa disciplina foi marcado pela experiência histórico-social do entrelaçamento do problema da terra com o meio ambiente, inclusive com uma fundição da valorização fundiária, devido à emergência da diversidade ambiental. O referido autor alega, por exemplo, que a luta pela terra foi, por muito tempo, o elemento fundamental da natureza a ser estudo pelos interessados das preocupações econômicas e sociais. Hoje em dia, a terra vê crescer um foco de atenção, recentemente descoberto com a irrupção da biodiversidade, como um

aspecto fundamentalmente valioso da natureza. E a luta pela terra está cedendo espaço, em alguns aspectos, por seu caráter estratégico, a luta pela biodiversidade.

No “Pai Nosso do Seringueiro” e “Ave Maria do Seringueiro”⁵² (SILVA, 2001) há inclusive, um excesso de valorização da seringueira, a ponto desta árvore ser divinizada e motivo de reza pela redenção da sustentação da vida no seringal. O que importa sublinhar é a supremacia da floresta, diante da questão fundiária, ao menos, em termos retóricos, porque de algum modo foi ela quem conferiu a perspectiva pela criação das Reservas Extrativistas, com delimitação e demarcação do território, a partir do reconhecimento das estradas de seringais. Isso constata a indissolubilidade elementar de que a existência da floresta pressupõe uma base física que lhe dê sustentação. Esta ênfase no componente ambiental, contida na formulação das Reservas Extrativistas, foi descrita na publicação Diretrizes para um Programa de Reservas Extrativistas na Amazônia (CNS, 1992, p. 5), como sendo parte dos “novos critérios de apossamento da terra, centrado nos uso sustentável dos recursos naturais”. Nessa proposta defendida pela entidade de representação dos seringueiros, além da vinculação estrutural da forma de uso da terra com os recursos naturais, estabelece-se também a distinção a respeito do modelo de desenvolvimento para a região que se põe contrário ao modelo de ocupação que ocorreu a partir dos anos 1960 “...baseado na grande propriedade e na exploração predatória da madeira” (CNS, 1992, p. 19).

Portanto, os desdobramentos dessa prática pastoral⁵³ influenciaram especialmente a criação das reservas extrativistas, quando recolocaram a defesa dos recursos naturais, associando a questão fundiária e resgataram a vivência e os costumes dos seringueiros, colocando-os, como “guardiões da floresta”, por, tradicionalmente, utilizarem os recursos da fauna e flora, sem colocá-los em risco e extinção, consoante admite uma consolidada generalização, freqüentemente acionada por lideranças sindicais, a de que “*nós vivemos a vida inteira sem desmatar*” (SILVA, 2001) muito embora se mencione que os seringueiros que preservam, sejam os mesmos que desmatam a floresta.

Essa relação entre homem-natureza tinha, igualmente, uma dimensão eminentemente econômica, porque preservar a floresta, significava a manutenção da base

⁵² O Pai Nosso do Seringueiro: Seringueira que estais na selva, multiplicados sejam os vossos dias. Venha a nós o vosso leite, seja feita a nossa borracha, assim na prensa como na caixa. Para o sustento de nossas famílias nos daí hoje e todos os dias. Perdoai nossa ingratidão assim como nós perdoamos as maldades do patrão. E ajudai a nos libertar das garras do regatão. Amém!;

A Ave Maria do Seringueiro: Ave madeira, desgraça ser preciso eu te cortar. Bendito sois o teu leite pra meus filhos sustentar. Para os barões farrear. Santa madeira mãe do leite rogai pela nossa vitória pra conseguir as Reservas Extrativistas nesta hora. Amém!

⁵³ Como uma pastoral específica não pode estar isenta de infligir sobre certos poderosos e afetar interesses sociais dominantes (Martins, 1994), é que, em consequência do envolvimento da Igreja Católica nas áreas de conflitos por terra, alguns padres foram ameaçados de morte, vindo inclusive a serem presos por defenderem os direitos dos trabalhadores expulsos de suas antigas áreas e/ou colocações. Os encontros ou as reuniões com os trabalhadores rurais, às vezes, eram realizados às escondidas, por causa da repressão policial que rondava solta no município. O Jornal *A Gazeta do Acre*, registrou que um seringalista, chamado Guilherme Lopes, então secretário da Prefeitura de Xapuri, pronunciou as seguintes palavras: "A única maneira de resolver os problemas de terras que estão surgindo aqui, é matar o presidente dos sindicatos dos trabalhadores rurais, o delegado da CONTAG, e os padres que vivem instigando os seringueiros (Gazeta do Acre, Rio Branco/AC, 21 de junho de 1980. Ano III, n.º 573. Manchete na 1º página: Secretário sugere a morte como solução para terras)". Esta declaração do secretário também foi noticiada pela Rádio *6 de Agosto* do município de Xapuri, com alcance em outros municípios do estado. Cf. também *Chico Mendes por Ele Mesmo* (2004).

de reprodução econômica e familiar do seringueiro, que, mediante o corte da seringa, para a produção da borracha, coleta de castanha e a extração de outros produtos florestais, conseguiam retirar o seu sustento. Além do mais, o potencial amazônico do Acre sempre foi extremamente favorável ao desenvolvimento do extrativismo, pela diversidade das espécies florestais e faunísticas (ZEE, 2000). Contudo, a pecuária, a produção agrícola e\ou criação de pequenos animais, com o passar do tempo, se constituíram em práticas produtivas entre os seringueiros, embora em pequena escala para fins de subsistência, incremento da dieta alimentar e comercialização do excedente produzido (SILVA, 2001).

O que constitui o fundamento do conflito sócio-ambiental entre fazendeiros e seringueiros, se refere à disputa pela direção do projeto de desenvolvimento para o Acre, que se manifesta através da definição de qual atividade econômica vai ser predominante. Essa ambigüidade dos interesses, sobre a forma de utilização das florestas acreanas, pode ser observada pela crítica que os fazendeiros e demais defensores da pecuarização faziam contra os seringueiros, alegando que os mesmos não tinham projeto de desenvolvimento para a sociedade local e só queriam bloquear o progresso estadual. Foi com base nessa crítica que os seringueiros começaram a pensar em proposições concretas, de desenvolvimento sustentável, que pudessem ser exequíveis concretamente, em conformidade com os parâmetros de sustentabilidade ambiental, que eles tanto propugnavam. Isso levou os seringueiros e seus assessores a formularem a proposta das Reservas Extrativistas, fundamentando-a como modelo de desenvolvimento para o Acre. No depoimento de Chico Mendes, esse momento embrionário de formulação de uma proposta concreta para solucionar o dilema da equiparação entre desenvolvimento e sustentabilidade, começou aos poucos a se esboçar no próprio curso dos enfrentamentos históricos, estabelecidos. Chico Mendes deixa-a se explicitar em sua fala:

Veja bem: até 1984, a gente realizava empates, mas não tínhamos muita certeza do que queríamos. Sabíamos que o desmatamento era o nosso fim e de todos os seres vivos existentes na selva. Mas a coisa terminava aí. As pessoas falavam: ‘você quer impedir o desmatamento e transformar a Amazônia em um santuário intocável!’. Estava aí o impasse. A resposta veio através das Reservas extrativistas. Vamos utilizar a selva de forma racional, sem destruí-la (...) temos na floresta o abacaba, o patoá, o assai, o buriti, a pupunha, o babaçu, o tucumã, a copaíba, o mel de abelha (...) e tudo isso pode ser exportado, comercializado (CHICO MENDES POR ELE MESMO, 2004, p. 108).

Na certeza de que o modelo de "modernização" vigente na Amazônia implicava, necessariamente, no extermínio dos seringueiros – dado que seu meio de reprodução social, a floresta, estava sendo destruída de forma acelerada – as RESEX passaram a ser percebidas como o seu contraponto fundamental. Isso fez com que despertassem simpatias e apoios diversos de outros setores da sociedade civil, principalmente de ONGs e movimentos ambientalistas, que protestavam contra a devastação da Amazônia. Foi a sua face ecológica, expressa nas preocupações com a conservação das florestas, que abriu as fronteiras nacionais e internacionais para a divulgação da luta daqueles seringueiros. Essa capacidade de projetar a luta de resistência pela terra e em defesa da floresta, associando-as ao movimento ecológico, foi um dos traços singulares da liderança de Chico Mendes, a frente do sindicalismo rural, que fortaleceu internamente o movimento dos seringueiros no seu local de atuação (SILVA, 2001). Em consequência disso, deu-se a criação do Conselho

Nacional dos Seringueiros – CNS, em 1985, para perseguir, exatamente, esse objetivo, isto é, criar uma proposta de desenvolvimento sustentável que articulasse também a solução para o impasse fundiário. A estratégia política consistiu no estabelecimento de um arco de alianças com movimentos sociais, ONGs nacionais e internacionais, universidades, agências financiadoras, entidades sindicais, partidos políticos, instituições religiosas, que possibilitasse o fortalecimento da luta em defesa dos “povos da floresta”.

Nas palavras de Raimundo Barros, líder sindical e companheiro de Chico Mendes, as Reservas Extrativistas representaram “...forma para evitar a continuidade da vinda do homem da floresta para dentro das periferias da cidade e garantir, também, que essa nossa floresta seja preservada, porque a única pessoa que preserva a floresta, é o seringueiro (...). A implementação dessa proposta, no Acre, pode ser entendida como uma alternativa de desenvolvimento, na medida em que promoveria uma valorização da floresta, baseada no entendimento de que, utilizá-la de forma sustentável⁵⁴, poderá significar maior riqueza e bem-estar social, do que destruí-la” (CAVALCANTE, 2005, p. 294).

Certamente que estas duas matrizes diferenciadas de interesses sobre a direção do desenvolvimento e o uso do componente natural, decorreram de percepções assaz, distintas dos agentes econômicos e refletiram a visão mais geral sobre o papel e/ou o lugar da Amazônia na política econômica do país. A concepção do desenvolvimento sustentável orientadora da proposta das Resex, foi divulgada pelo Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS, contendo o seguinte enunciado:

O desenvolvimento sustentável refere-se ao processo de evolução histórica, na qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais devem progredir na busca de um equilíbrio dinâmico, reforçando o potencial presente e futuro do meio ambiente, suporte das atividades econômicas e sociais das populações agroextrativistas, a fim de melhor atender às suas aspirações e necessidades, respeitando a evolução dos seus perfis culturais. O componente ecológico considera a conservação da biodiversidade e a produtividade biológica. No componente econômico deve-se satisfazer as demandas básicas da população e a melhoria das condições de vida, garantido acesso a bens básicos de reprodução social em condições econômicas saudáveis. Em termos sociais, o sistema deveria permitir o maior acesso a serviços como saúde, educação, qualidade da água, além de contemplar a diversidade social, o associativismo com diversos objetivos e principalmente com participação coletiva e gestão de área (CNS, 1992, p. 10).

A essência angular dessa definição, emanada das práticas produtivas do campesinato acreano, naquela quadra histórica, contrastava emblematicamente com o

⁵⁴ Entretanto, Márcio Cavalcante constatou que nos últimos anos esse “...espaço que foi constituído, fundamentalmente, enquanto negação de um modelo pautado na pecuarização, como modelo de refúgio da afirmação da identidade seringueira, vinculada a atividades tradicionais como o extrativismo” passou a sofrer uma inversão dos seus propósitos numa clara tendência de pecuarização. Segundo ele, os moradores da Reserva Chico Mendes tem dado cada vez mais ênfase à atividade de criação de gado, pois a “...necessidade de sobreviver na floresta e a busca de atividades lucrativas que resolvam essa necessidade fazem com que esses sujeitos contrariem o discurso de Desenvolvimento Sustentável, que elege a unidade de conservação, em questão (RESEX), como vitrine de sustentabilidade, e optem por uma tendência baseada no abandono de atividades tradicionais como a extração do látex (...) em que ganha destaque a agricultura comercial e a pecuária” (CAVALCANTE, 2005, p. 295).

núcleo dos processos de desenvolvimento, historicamente dominantes, em especial, com aquele implementado, a partir dos anos 1960, na Amazônia que havia deixado um rastro de devastação ambiental e provocado intensos conflitos sociais naquela parte mais ao norte do país. É fundamental insistirmos na exibição do traço diferencial da concepção de natureza, que decorre da percepção do campesinato acreano a partir de sua relação concreta, de existência intrínseca, com o seu modo de trabalho expresso durante os conflitos sócio-ambientais, para realmente deixar evidente a originalidade de sua visão sobre a forma de uso dos recursos naturais, determinando, desse modo, como ele estabelece maior equilíbrio no desenvolvimento de suas práticas produtivas com o meio ambiente que lhe rodeia.

Todavia, basta dizer que, no geral, a defesa pela natureza no Acre, protagonizada pelos seringueiros, correspondeu àquela defesa de um mundo vital, que estava sendo afetado pelas práticas das atividades humanas, de determinados grupos sociais que as sustentavam, através de seus atos. “A resistência a esta destruição da capacidade de auto-supervisão – ou dito de outro modo, a autonomia existencial dos indivíduos e dos grupos ou comunidades – está na origem dos componentes específicos do movimento ecológico” (GORZ, s.d., p. 35) que encontrou motivação também entre os seringueiros das florestas acreanas. Segundo André Gorz (s.d., 35) a motivação profunda é sempre defender o mundo vital, contra o reino dos espertos, contra a quantificação e evolução monetária (...) contra a dependência à capacidade de autonomia e autodeterminação dos indivíduos”. Tomando a experiência dos babaçuais do Maranhão e da mobilização das quebradeiras de coco babaçu, Alfredo Wagner Berno de Almeida, acentua com a mesma ênfase dos autores precedentes, que a crise ecológica que normalmente se fala “...é vivida pelos camponeses e pelos índios como uma ameaça à perda de florestas, de recursos hídricos, de áreas de plantio e coleta. Vivem a ruptura na estabilidade da combinação de recursos e de atividades elementares como uma arbitrariedade praticada contra eles, que ameaça sua reprodução física e social” (ALMEIDA, 1995, p. 41).

Se olharmos de forma retrospectiva o desenvolvimento histórico, notar-se-á que a oposição das percepções sobre a maneira de uso dos recursos naturais pode ser determinada, permitindo a discriminação dos tipos de percepções que orientaram a apropriação da natureza nas estratégias de desenvolvimento. Eduardo Gudynas (2003), a esse respeito sustentou que nos últimos 500 anos, a visão dominante sobre a Amazônia, que tem predominado desde os exploradores europeus assumiu vários significados. A primeira delas foi de que a Amazônia representava um lugar muito perigoso, um lugar selvagem, temido, e, que, por isso, necessitava ser dominado, controlado. No século XVIII, a nova orientação dominante, disseminou a idéia de que a Amazônia era sinônimo de recursos naturais inesgotáveis, de mananciais faunísticos e florísticos abundantes, recursos minerais, que precisavam ser explorados, sacados. Nos dois séculos seguintes, XIX e XX, a concepção de abundância de recursos cedeu lugar à noção de progresso, a partir de então se passou a atribuir à Amazônia o lugar do atraso, um empecilho ao desenvolvimento econômico, visto que a razão do progresso não considerava a noção de natureza senão que reduzindo-a à modernidade, valorizando somente a utilização, por si, dos meios instrumentais, tecnologicamente avançados.

Neste sentido, a experiência brasileira desenvolveu uma perspectiva débil sobre a Amazônia e o seu papel no desenvolvimento da nação. Nos governos nacionais, como o dos militares, por exemplo, em que ocorreu a propagação de ocupação das terras amazônicas pela agropecuária, predominou entre os latifundiários e fazendeiros a visão genérica de que a floresta amazônica correspondia a um obstáculo a ser superado pelos

precursores do progresso técnico, em que o componente natural estava subordinado à sua dimensão econômica, além disso, qualquer questão natural poderia se reduzir a um preço, a um valor econômico. Essa percepção sobre a Amazônia e a natureza na lógica do desenvolvimento dominante, perdurou até a década de 1970-1980, no país, no caso particular, na cabeça dos fazendeiros, pecuaristas, além das autoridades políticas governamentais da época, nacional ou local, quando, então, os seringueiros de Xapuri ampliaram as vozes do mundo da ameaça, da devastação florestal, ao planeta, devido os grandes desmatamentos florestais na Amazônia e anunciaram, sem tanto entendimento ecológico, que a natureza, sim, conta nas estratégias de desenvolvimento, porque a natureza é uma forma de capital natural, cultural e político.

No âmbito do conhecimento social relativo a essa associação da ação humana, sobre o meio ambiente, eles não trouxeram nada que já não tivesse sido pronunciado pelo naturalismo, por exemplo, de Engels contra as atividades predatórias dos homens, no decurso de sua evolução, desde 1876, quando teceu severa crítica concernente ao esgotamento ambiental, derivado dos desflorestamentos.

Nós não devemos nos vangloriar demais das nossas vitórias humanas sobre a natureza. Para cada uma destas vitórias, a natureza se vingará de nós. É verdade que cada vitória nos dá, em primeira instância, os resultados esperados, mas em segunda e terceira instância ela tem efeitos diferentes, inesperados que muito freqüentemente anulam o primeiro. As pessoas que, na Mesopotâmia, Grécia, Ásia Menor e alhures, destruíram as florestas para obter terra cultivável, nunca imaginaram que, eliminando junto com as florestas os centros de coleta e as reservas de umidade, lançaram as bases para o atual estado desolador desses países. Quando os italianos dos Alpes cortaram as florestas de pinheiros da encosta sul, tão amadas na encosta norte, eles não tinham a menor idéia de que agindo assim cortavam as raízes da indústria láctea da sua região; previam menos ainda que, pela sua prática, eles privavam de água, suas montanhosas, durante a maior parte do ano (...). Os fatos nos lembram a todo o instante que nós não reinamos sobre a natureza do mesmo modo que um colonizador reina sobre um povo estrangeiro, contra alguém que está fora da natureza, mas que nós lhes pertencemos com nossa carne, nosso sangue, nosso cérebro, que nós estamos em seu seio e que toda a nossa dominação sobre ela reside na vantagem que levamos sobre o conjunto das outras criaturas por conhecer suas leis e por podermos nos servir dela judiciosamente. (LÖWY, 2004, p. 91-92).

Enrique Leff (2000) explica que essa suplantação das práticas tradicionais de apropriação dos recursos mais ajustadas às estruturas ecológicas, ocorreu com o avanço das técnicas difundidas, simultaneamente, com a expansão do sistema capitalista de produção, que via na abundância dos recursos naturais, uma fonte importante, por meio da qual os conquistadores podiam obter lucros consideráveis para as suas metrópoles, mediante o comércio dos produtos tropicais. A introdução das técnicas modernas, vindas do velho mundo, serviu como veículo para suplantarem e até eliminar as práticas tradicionais, praticadas, produtivamente, pelas populações autóctones. Segundo ele, Antes da conquista destes povos, sua organização social e produtiva havia-se ajustado com harmonia às estruturas ecológicas de seu meio ambiente. O profundo conhecimento que adquiriram estes homens, de seus recursos e o desenvolvimento de técnicas agrícolas, adaptadas às condições topológicas e edafológicas de seu território, permitiu-lhes alcançar um importante desenvolvimento

cultural. Contudo o auge do capitalismo mercantil influenciou de maneira decisiva na destruição e transformação das civilizações dos trópicos, iniciando-se assim a espoliação dos recursos destas zonas do planeta. (LEFF, 2000, p. 23-24)

No caso brasileiro, José Augusto de Pádua (2002) observou, em suas pesquisas, que o enredo que predominou no país concernente à relação do desenvolvimento com a natureza e seus recursos naturais, sofreu de um profundo paradoxo. Segundo o referido autor, a questão nacional relativa à utilização do meio ambiente é bastante antiga, remonta ao período colonial quando naquele momento, passou a ocorrer um entrelaçamento de visões, sobre a natureza, que se voltava para a determinação nacional do poder político e social. O mundo natural havia alcançado um estatuto relevante para o desempenho do ordenamento coletivo da nação, quando se percebeu a inter-relação entre os organismos naturais e os desdobramentos, para as organizações humanas. Os escritos de 1760, de Lineu e H Wilke, coletados pelo autor concluíram esta relação de conectividade dos seres sociais e naturais:

[...] a partir do que nós sabemos, é possível julgar quão importante é cada uma das disposições da natureza, de forma que se faltasse uma única espécie de minhoca a água estagnante alteraria o solo e a umidade faria tudo apodrecer. Se uma única função importante faltasse no mundo animal, nós poderíamos temer o maior desastre do universo (PADUA, p. 14).

Essa relação de conectividade também foi enfatizada pelo pensamento do naturalista britânico, Charles Darwin (1809-1882). Na sua teoria da evolução das espécies, a sociedade ou a dimensão do social aparece como resultado de adaptações sucessivas e avanços biológicos das espécies vivas, através de um processo de seleção natural dos mais aptos, em que aqueles indivíduos que melhor interagissem com o seu meio ambiente e melhor se adaptassem, sobreviveriam. Tim Ingold (1992), em seu texto *Cultura e Percepção do Meio Ambiente* investigando a conexão entre evolução humana, ecologia e cultura, demonstrou, igualmente, que o ser humano e os outros organismos estão enredados em teias de relações ambientais e que, a relação entre humanos e seus ambientes são mediados pela cultura através da qual o humano se adapta ao seu meio ambiente.

Segundo Pádua (2002), embora a interseção da sociabilidade humana com as estruturas biológicas de vida natural tenha sido considerada essencial para a estabilidade humana, pelas autoridades nacionais, a preocupação brasileira com a natureza e seus recursos não se assentou na necessidade de preservá-la em razão do seu valor intrínseco ou mesmo valor estético ou cultural, como caráter imanente deste “novo homem”. No caso do Brasil, lembra Pádua (ibid, p. 26) o que vigorou não foi um “...interesse especial pelo valor sensível da natureza e sim pelo seu valor político e instrumental para o progresso nacional [...]”. O pensamento ambiental que se formava sobre os recursos naturais se orientava pela possibilidade de enriquecimento, que a natureza poderia proporcionar, não obstante tivesse como preocupação evitar o “desperdício dos recursos”. Não se aceitava a “destruição” derivada da adoção de métodos extremamente predatórios de exploração. O regime político de natureza escravocrata, na verdade, era quem contribuía para que não se permitisse, à experiência brasileira, formar-se como civilização moderna. O ranço colonial do regime escravista conferia à herança do atraso uma forma assimétrica de modernização, que exauria os próprios recursos naturais, que os guarneciam economicamente, através do desenvolvimento do luxo e da corrupção, da inibição do desenvolvimento tecnológico, o que promovia a destruição da “base natural” de toda riqueza (PADUA, 2002).

A dominância do valor, estritamente econômico, levado a cabo pelas orientações da política econômica brasileira, pode ser revelada pelo incentivo das práticas de monocultivos introduzidas no país, impulsionadas, exclusivamente, para satisfazer às demandas internacionais dos mercados estrangeiros. O empreendimento delas resultou no agravamento dos processos de degradação ambiental e levou à deterioração das bases de subsistências de muitos trabalhadores rurais, produzindo escassez de alimentos, coagindo-os aos deslocamentos populacionais migratórios. José de Castro exemplificou esses efeitos deletérios, colocando em evidência a experiência sucedida através do monocultivo da cana de açúcar, no Nordeste brasileiro, que transformou extensas áreas férteis em solos degradados, além dos desaparecimentos de abundantes florestas que efetuou (LEFF, 2000).

Contudo, este pensamento ambiental, que se formava de base desenvolvimentista, inovou, se comparado às outras quatro visões que moldaram a perspectiva cultural dominante, até finais do século XVIII. A intolerância contra o desperdício da natureza e a sua função na estabilidade da economia e da política, foram aspectos que não estavam colocados no plano das idéias. Na primeira visão, por exemplo, pouco se importava com a destruição da natureza, sua condição tropical era considerada inferior à zona temperada. Na segunda perspectiva, se reconhecia a grandeza da natureza, mas a sua vastidão e nobreza impedia o pleno desenvolvimento da sociedade. Já na terceira visão, a destruição ambiental era vista como um preço a pagar pelo desenvolvimento e progresso econômico. O quarto pensamento, apesar de enaltecer a exuberância do meio natural em termos retóricos, ao mesmo tempo ignorava o desaparecimento do meio natural, visto que a “cultura que embalou a ideologia do eterno ‘berço esplêndido’ não chegou a preocupar-se com o estado de conservação do mesmo”. A destruição da natureza, em certo sentido, consistia justificativa aceitável para se chegar ao progresso da civilização (op.cit., p. 24). Na quinta perspectiva que se apresenta, o desenvolvimento político e econômico, correlaciona-se com a centralidade da apropriação da natureza, como recurso principal para o avanço do país. O tom laudatório e ornamental, embora tenha moderadamente intermediado estas idéias não impediu um pequeno grupo de intelectuais de se posicionarem, de maneira crítica e contestatória, contra o desperdício da natureza. Os estragos produzidos pelas agressões ao meio ambiente eram vistos como responsáveis pela debilidade dos Estados, pois no caso do Brasil, esse potencial residia, especialmente, no seu meio natural.

Nesse sentido, José Bonifácio propôs um projeto político de construção da identidade nacional brasileira, a partir do século XIX, pautado numa lógica com duplo movimento: em primeiro lugar, integrar a população que estava dispersa e fragmentada, dando-lhe “unidade de sentido” de identificação com o meio natural brasileiro; em segundo lugar, implementar uma política ambiental robusta de proteção e uso racional dos recursos naturais, rompendo com o sistema colonial, baseado no latifúndio da terra, no monocultivo e na destruição ambiental (PADUA, p. 147). Em síntese, a visão de Bonifácio considerava a natureza como matriz ideológica, útil para moldar o imaginário social, em torno de um projeto governamental de desenvolvimento nacional.

Eduardo Gudynas (2003) nos lembra que a Natureza sempre foi componente importante nas estratégias de desenvolvimento para a Amazônia. Mas a forma como ela tem sido apropriada, a partir das diferentes visões que orientaram a apropriação dos seus recursos naturais – desde a noção de fontes inesgotáveis de riquezas, de região frágil, selvagem e amedrontadora até aquela visão da natureza como o atraso ou empecilho para o desenvolvimento, um obstáculo a ser superado – não conseguiu responder, de maneira

satisfatória, pela sua sustentabilidade ambiental porque todas as percepções formuladas estavam subordinadas ao seu valor estritamente lucrativo.

No entanto, no século XX, as mudanças climáticas e os danos ambientais incalculáveis, se agravando por todo o planeta, trouxeram ao centro do debate a formulação do “desenvolvimento sustentável”, elevando a natureza, à condição de atributo natural, cultural e político. O importante dessa formulação do desenvolvimento sustentável refere-se ao resgate da centralidade da natureza como recurso indispensável nas estratégias da política econômica dos governos dos Estados, mas não somente como fonte de matéria prima, economicamente viável para a dinâmica dos mercados, senão que como base patrimonial para manutenção do equilíbrio do planeta.

Todavia, no plano da realidade social, a visão instrumental sobre a natureza influenciou na separação campo-cidade, donde o campo apresenta-se sempre de forma subordinada em relação à cidade e é, normalmente, considerado atrasado frente aos centros urbanos. Nesse sentido, Marx e Engels (1987) observam que o campo primeiramente está relacionado ao trabalho agrícola, e em segundo lugar, associa-se ao atraso, numa situação em que o meio rural é percebido, continuamente, como algo a ser superado, um estado de coisas a ser vencido. A idéia valorativa herdada do feudalismo de que o trabalho da terra é fator de degraço humano, associado ao atraso tecnológico e das práticas produtivas, da ociosidade do solo, leva os autores a atribuírem à sociedade camponesa, a ‘vida camponesa’, como um pólo sempre a ser dominado pela ‘cidade’, numa linha evolucionista que privilegia a concepção de que o rural tem o seu final de chegada na vida urbana. Esses componentes (o agrícola, o atraso, a subordinação) vão inserir-se, parcialmente, no centro da ambigüidade explicativa do campo, em oposição à cidade, esta vista como moderna, civilizada.

Leis (1999, p. 57), considerando a abordagem do contratualista moderno mais moderado John Locke ([1632-1704](#)) ofereceu uma mostra dos desdobramentos práticos dessa visão de distenção da relação entre natureza e sociedade, que vai se expressar em termos da diferenciação do campo em relação à cidade, quando disse que John Locke sustentava a visão que associava “os habitantes civis e racionais à vida das cidades, com aqueles mais ignorantes que moravam nos bosques e florestas”.

De forma bem explícita, observa-se a influência da percepção sobre a natureza que se preceitua como pano de fundo da orientação de subordinação e subjugação da cidade, frente à vida do campo. Nessa mesma linha de raciocínio, Keith Thomas constatou que, no século XVII, por exemplo, reinava um total desprezo pelas florestas e desvalorização dos animais e do meio natural, já enraizado em qualificativos depreciativos, como é o caso da designação da expressão “floresta virgem”, que era sinônima de: “terrível, sombria, selvagem deserta, agreste, melancólica, desabitada e assolada por feras”. O autor conclui dizendo que “as matas eram, portanto, lar de animais e não de homens (...) e todo o homem que vivesse nelas seria rude e bárbaro” (LEIS, 1999, p. 57).

Como vimos, as distintas percepções dominantes sobre o desenvolvimento, que prevaleceram ao longo da história econômica nacional, em particular da Amazônia, sempre foram bastante refratária a considerar a diversidade natural dos recursos, como patrimônio cultural, diante da pressão do progresso econômico dos governos. Nem pela visão dos primeiros exploradores europeus, nem tampouco pelas perspectivas das autoridades políticas ou econômicas brasileiras, seria possível encontrar vestígio que ressoasse favorável à sustentabilidade dos recursos naturais de conciliação do desenvolvimento, com

aquelas práticas produtivas de base natural, tradicionalmente, compatíveis com a reprodução ambiental e social das suas populações residentes.

Então, baseado nesse duplo condicionamento dos trabalhadores rurais em que, por um lado, apresentam-se como coadjuvantes nos processos de desenvolvimento econômico hegemônico, e por outro, encontram-se no espaço rural, que se põe constantemente em subordinação ao urbano, lhes colocando na condição de atrasados socialmente e economicamente, isso levou-nos a questionar como foi possível os seringueiros acreanos formularem um projeto de desenvolvimento original, procurando compatibilizar a melhor forma de utilização dos recursos naturais que não compromettesse a perpetuidade do ambiente para as gerações futuras, e mais, invertendo a visão da natureza como atraso e empecilho para transformá-la, na medida mais avançada do desenvolvimento.

Convém sublinhar que na década de 1970, o processo de intensificação da modernização da agricultura do ‘meio rural’ brasileiro – levando à superprodução, expansão do desemprego rural, e degradação ambiental – que ameaçava levar a extinção do próprio campo, por um lado, produziu uma reconfiguração do olhar sobre o campo, e conseqüentemente, sobre o campesinato, com o desenvolvimento de infra-estrutura de transportes e comunicação, e implantação de programas sociais de seguridade social, isso favoreceu, ao contrário, a redução dos fluxos migratórios e o meio rural passou a ser alvo de atração de outras categorias de trabalhadores.

Certas teorias de dosagem evolucionista vieram abaixo em suas suposições bastante difundidas de que, quanto mais as comunidades tradicionais (folk, camponeses, por exemplo) caminhassem no sentido de integração à sociedade mais ampla, mais elas tenderiam a desintegrar-se e a extinguir-se. Nota-se que ocorreu, praticamente, o contrário, quer dizer, as transformações modernizadoras no campo reforçaram a permanência do campesinato e a sua existência, mesmo em condição de subordinação à sociedade abrangente. A relativa autonomia do campo em relação à cidade passou a se dar apenas no âmbito interno do campesinato, como marco diferencial do modo de vida e trabalho (REDFIELD, 1989).

Nós temos dito, e procuramos demonstrar isto através da localização da ambigüidade de interesses, presentes nos conflitos sócio-ambientais acreanos, que a percepção destoante dos seringueiros, de criação das Reservas Extrativistas, revelou uma forma diferenciada de utilização dos recursos florestais, diametralmente oposta das visões dominantes de desenvolvimento, empreendidas pelos processos de ocupação da região amazônica. Mas se o processo de integração regional do Acre foi precedido e impulsionado pela articulação internacional do comércio de mercantilização da borracha que, inclusive, determinou a utilização dos recursos naturais, nos perguntamos como os seringueiros acreanos puderam estabelecer maior vínculo de equilíbrio em suas práticas, de tal modo que possa justificar a sua valorização distinta sobre a natureza se eles eram as peças executoras do comércio mercantilista de produção da borracha. Em que sentido, então, parafraseando Arturo Escobar (2005) podemos dizer que é possível colocar a conexão necessária que existe entre sistemas de significados da natureza e as práticas concretas que se realizam nela?

3.3. Mapeamento exploratório da relação do campesinato acreano – os seringueiros – com a natureza.

Um dos grandes desafios colocado para o mundo moderno e industrializado, tem sido o dilema de equacionar a conservação do meio ambiente por meio da utilização racional dos recursos naturais, ajustando-a aos processos de desenvolvimento, de modo a garantir a sustentabilidade dos recursos, socializar os benefícios financeiros, dele gerados, bem como promover a elevação da qualidade material de vida dos povos, principalmente daqueles que habitam e extraem os ecossistemas tropicais, como os da Amazônia. Foi com essa preocupação que a Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente, no seu relatório Futuro Comum, forjou a idéia de desenvolvimento sustentável, como aquele processo, através do qual o desenvolvimento torna-se capaz de produzir o uso dos recursos, para atender as necessidades das gerações, atuais sem comprometer o potencial, para suprir as necessidades crescentes das gerações futuras (GUDYNAS, 2003).

Contudo, não se pode compreender esse processo contínuo de valorização dos recursos naturais, na devida conta a não ser considerando as contradições e os enfrentamentos estabelecidos pela dialética histórica entre as diversas forças sociais, no âmbito das dissidências econômicas ao redor da apropriação e distribuição da natureza, ocorrido a partir da estruturação de determinado tipo de concepção de mercado, a saber, o mercado capitalista de produção, pois o caso do campesinato acreano tributário desse processo de produção social da natureza e dos seus vários usos em disputa, concorreu, dentro do confronto, com a mentalidade capitalista, em torno do uso de suas florestas. A defesa das suas florestas, portanto, não foi resultado dissociado da sua utilização produtiva, enquanto principal meio de reprodução social desse segmento de trabalhadores, podendo ser considerada, por isso, mais pela importância que os recursos naturais passaram a exercer para a sobrevivência, a partir da década de 1970, despertando a consciência coletiva da necessidade da sustentabilidade de seu modo de vida, do que pela possibilidade de uma vinculação abstrata desses trabalhadores com a natureza.

Embora, como veremos, o desenvolvimento histórico das forças produtivas demonstre que as fases pregressas das trocas econômicas tiveram orientações de mercado completamente distintas daquelas que passaram a vigorar com a estruturação da orientação do *homo oeconomicus* do mercado, determinado capitalista de produção, introduzida pelos cânones de David Ricardo, de motivação pela lucratividade econômica (GRAMSCI, 1987), o caráter específico de significação valorativa dos recursos naturais pelos seringueiros acreanos não pode ser determinado, compreensivelmente, por fora da crescente conscientização que foram tendo sobre a necessidade dos recursos para sua sobrevivência histórica, dado o fato de que suas práticas produtivas foram operadas e instrumentalizadas pelas próprias exigências da exploração dos recursos naturais, durante o avanço do capitalismo e sua fase de mercantilização dos produtos tropicais da região amazônica de maior interesse econômico, como foi o caso da indústria extrativista da borracha.

No entanto, mesmo ciente de que os trabalhadores acreanos, os seringueiros, originaram-se, já incrustado dentre as relações mercantis de orientação capitalística de produção, tiveram a capacidade de compatibilizarem, simultaneamente, no mesmo modo de vida de trabalho, voltado, predominantemente, para a exportação de borracha, práticas de subsistências para a manutenção social de sua existência, que, aos poucos, foram se desenvolvendo pela camada mais subterrânea do mercantilismo dominante, de tal maneira que essa faceta de sua existência foi permitindo-lhe a conscientização das suas necessidades e das contradições de exploração a que estavam envolvidos que poderiam levar à exaustão

dos meios materiais, para a sua sobrevivência social. Essa dupla existência, ao que parece, representou o aspecto determinante que possibilitou, historicamente, o seu lento estabelecimento dos vínculos, com o meio ambiente que o rodeava e, que por isso, permitenos considerá-los como um tipo particular de trabalhadores, característicos em semelhança com as lógicas produtivas, em termos genéricos, dos trabalhadores classificados como campesino, por mais que tenhamos que guardar as devidas dessemelhanças de geografia, tempo e lugar.

É por essa razão que antes de procurarmos estabelecer o vínculo específico dos seringueiros com os recursos da natureza que veio à tona durante os conflitos sócio-ambientais, da década de 1970\1980, no Acre, buscaremos revelar a herança histórica, de interação com o meio natural a qual os camponeses, no geral, aparecem como portadores, com a finalidade de identificar os enraizamentos remotos de interseção orgânica, com as estruturas biológicas naturais que sustentaram práticas produtivas mais compatíveis com a sustentabilidade social, econômica e ambiental dos povos, em razão dos valores de usos prevalecerem diante daquelas motivações estritamente usurárias. O principal objetivo de promover esse delineamento consiste em demonstrar, em primeiro lugar, que existiram várias racionalidades econômicas na orientação da ação dos agentes, em torno de seus interesses (individuais ou coletivos), e em segundo, que as determinações voltadas estritamente para a barganha econômica, não estiveram presente em todas as transações mercantis de todos os tempos, mas diz respeito a um determinado período histórico, em que se instala o mercado auto-regulado, e mesmo sendo ele predominante no atual momento contemporâneo, formas sociais de resistências no interior das relações de produção exercem protestos e contestações que ativam mecanismos políticos, eficazes para a proteção da sociedade.

Nessa perspectiva Guzmán (apud Carvalho, 2005, p. 195) considerou que, no campesinato as formas de vida foram resultado de uma interpretação da relação homem-natureza que estabelece a articulação de elementos para o uso múltiplo dos recursos, isto é, o jeito de produzir do camponês, consiste em um modo de apropriação da natureza tradicional, com sua história, seus conhecimentos e sua cultura, e é, a partir disso, que ele constrói um modelo original de desenvolvimento, baseado numa racionalidade ambiental que subsume a dinâmica, meramente econômica, que caracteriza as formas predominantes de atuação, orientadas pela lógica capitalista de produção.

De todo modo, convém dizer que o campesinato em geral, bem como o acreano, em particular, caracterizou-se por um tipo particular de relação estabelecida com a terra e a natureza que o diferenciou da sociedade abrangente, ao qual ele se vinculava. Nesse sentido, merece o nosso esforço de procurar conceituar o campesinato, apesar de estarmos ciente também de que ele representa um dos segmentos sociais mais difíceis de explicação, devido à miríade de diferenciações internas que ele apresenta. Contudo, tem-se bastante evidência de que o campesinato é herdeiro de um tipo de relação mais equilibrado com o uso dos recursos naturais, porque a sua lógica econômica diferencia-se do modelo capitalista baseado na barganha e do lucro puro e simples, pois se não levasse em conta os danos ambientais e sociais que os desdobramentos da usura são capazes de causar ao meio onde vivem poderiam comprometer a sua sobrevivência e reprodução social.

Fernandes (2006, p. 12) assinalou a este respeito que, “diferentemente dos trabalhadores assalariados ou dos empresários capitalistas, que produzem e se reproduzem, a partir, unicamente, da relação capital-trabalho, em todos os lugares, o campesinato cria e se recria por meio da relação familiar e do assalariamento temporário”. O modo de vida do

campesinato tem, principalmente sua preocupação com a terra, com as condições de trabalho, com a conquista, reconquista e preservação da terra, seu principal elemento de produção. Também relacionado com a terra, está preocupado com o problema da produção e da apropriação do produto do trabalho. O trabalho na terra e a produção de alimentos para o auto-consumo, tornam centrais para as relações que identificam os diferentes tipos de campesinatos existentes em qualquer parte do mundo (IANNI, 1985)

Segundo Carvalho (2005, p. 170) os camponeses constituem-se “daquelas famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta, resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural (...), desenvolvida, de tal modo, que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação”. Desse modo, as estratégias de reprodução do camponês⁵⁵ se baseiam na valorização dos recursos de que dispõem, internamente, no estabelecimento familiar, e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro, utilizando-se dos meios disponíveis que aprenderam a manejar ao longo do tempo.

Nota-se, portanto, que o campesinato possui uma multiplicidade de formas de apropriação da natureza e de saberes, para controlar em favor de seu proveito, os recursos naturais. Tais saberes foram transmitidos aos filhos e isso justifica as decisões referentes à alocação de recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como a maneira apropriada para diferenciar no tempo, o consumo da família. Isso leva-nos a pensar que o campesinato detém uma cultura própria, vinculado a uma tradição, moldado por regras de parentesco, de herança e das formas de vida local e comunitária.

É, a partir disso, que ele desenvolveu uma “racionalidade” que lhe é própria, ainda que plena de diversidade. Essa racionalidade visa a garantia da continuidade da reprodução social da família e a posse sobre os recursos da natureza. Ela não está diretamente movida pelo simples lucro, senão pela busca da melhoria das condições de vida e trabalho da unidade produtiva, e pela garantia da herança de terra para os filhos das futuras gerações. É por este motivo que a luta de resistência dos seringueiros contra o desmatamento e a defesa pelas florestas acreanas não está relacionada, simplesmente, com a preservação ambiental. Chico Mendes comenta que não entrou “nessa batalha, junto dos ambientalistas, porque estava preocupado com as ‘plantinhas e borboletas’, como costumava dizer, mas porque a agressão contra a floresta estava matando, também, muitas vidas humanas. Seu grande projeto era encontrar soluções locais que resultassem numa vida mais digna para o povo da região” (CHICO MENDES POR ELE MESMO, 2004, p. 17).

⁵⁵Hébette, grande conhecedor dos trabalhadores amazônicos (2004, p. 2 apud CARVALHO, 2005 p. 172) também caracteriza os camponeses como: “*produtores livres* de dependência pessoal direta (...); sua sobrevivência de homens livres lhes impõe *laços de solidariedade*, cuja quebra ou enfraquecimento ameaçam seu modo de vida; esses laços mais primários são os de parentesco e o de vizinhança, que os levam a procurar em *comunidade*; busca de sua permanência e *reprodução numa mesma terra* (...), traduzidos como apego à terra, é a marca do sucesso de seu modo de vida e a fonte de seu *cuidado com seu ambiente*: migração para ele é uma fatalidade, a expulsão, uma degradação inaceitável [grifos no original]. Já Fernandes (2006, p. 12) o define da seguinte maneira: “a organização do trabalho e da produção familiar e/ou em comunidade; as diversas formas de uso da terra para produção de alimentos; a organização de cooperativas para os diferentes tipos de trabalho e dimensões do desenvolvimento; produção em pequena escala e criação de tecnologias apropriadas na relação com o espaço natural; policultura, a participação intensiva nos mercados locais e a produção de auto-consumo; a produção de processos produtivos, determinados pela agroindústria e as expressivas participações na produção para exportação. Pela própria estrutura da organização familiar e/ou comunitária camponesa e indígena, a produção e a criação camponesa obedecem ao tempo natural do limite humano”.

Encontrar essas condições favoráveis para a reprodução social dos camponeses e sua família é, certamente, o dilema que enreda a economia camponesa. Isso porque não podemos esquecer que a agricultura camponesa é, em geral, pequena, e destituída de muitos recursos, tendo muitas restrições para potencializar suas forças produtivas. Nesse sentido, em grande parte, suas relações internas e externas são determinantes. No geral, o camponês apresenta-se sempre como um pólo oprimido de qualquer sociedade, em qualquer tempo e lugar sua relação foi sempre marcada pela subordinação (MOURA, 1986) e a depender de como ele se insere na relação de produção circundante, a sua maneira de percepção sobre o uso dos recursos naturais pode se alterar, em maior ou menor grau, em função dos acordos tácitos a que a relação de produção dominante pressupõe, ou em razão do nível de subserviência com que se articulam a ela. No entanto, mesmo subordinado, segundo a autora, o campesinato tem demonstrado grande capacidade de recriação e adaptação, de transformar-se em diferentes contextos históricos, sem perder, contudo, suas características específicas, como o fato dele “controlar a terra no capitalismo sem ser possuidor de capital” (ibidem, p. 8).

Mas não podemos entender seu funcionamento se não compreendermos sua relação com o mercado, isso porque, em maior ou menor grau, esses camponeses se relacionam com o mercado, para a realização de sua produção. Ao contrário dos empreendimentos que acumulam, para maximizar lucro, a unidade de produção camponesa acumula, para tornar mais eficiente sua produção. É mais em função do parâmetro familiar que suas decisões são tomadas e assim estabelecem a extensão e a intensidade do uso da capacidade de trabalho de que disponibilizam. Essas motivações do camponês de ter acesso à atividades estáveis e rentáveis (COSTA, 1993, p. 7) não se apresentam como irreconciliáveis às estratégias econômicas de melhoria do padrão material de vida, pois suas preocupações são duplamente articuladas e complementares, de um lado, postulam a integração aos mercados, do outro, a garantia do auto-consumo da unidade de produção familiar.

Carvalho (2005) demonstrou ainda que os critérios de racionalidade camponesa objetivam também reduzir custos totais; minimizar riscos climáticos e de mercado; garantir o auto-consumo e o emprego da mão-de-obra da família; investir na melhoria e ampliação das condições de trabalho e produção de modo a aumentar a renda total da família, desde que não aumente a penosidade do trabalho familiar. A família fornece o trabalho necessário, principalmente à produção de subsistência, para satisfazer suas carências básicas e as contribuições impostas pelos poderes econômicos e políticos, por isso, que a utilização de trabalho de terceiros, decorre da necessidade de diminuir a auto-exploração do grupo de trabalho doméstico (CARVALHO, 2005).

No modo de produção camponês, de lógica econômica predominantemente não-capitalista, o processo de tomada de decisão do uso dos recursos, requer que se entenda a unidade de produção familiar, como um sistema aberto, que mantém relações com o meio ambiente físico, sócio-econômico e cultural, e que subtraem desse conjunto, incluindo a unidade de produção, os elementos que determinam o funcionamento do sistema. Neste contexto, o meio ambiente faz parte do conjunto de fatores, variáveis, ou elementos externos ao sistema, que influencia ou determina fortemente, com maior ou menor intensidade, as decisões e ações dos agricultores da forma de uso da terra e dos recursos produtivos. Tal compreensão mostra-se relevante para entendermos que a forma como as famílias camponesas se relacionam com a natureza, define a sua reprodução social e familiar, bem como a do próprio sistema camponês, em sentido geral.

Desse modo, não se deve desprezar, como foi dito, os resultados econômicos da racionalidade camponesa, pois os cálculos materiais são vistos como essenciais, para fortalecer as estratégias de seu desenvolvimento. Não se trata apenas do aumento de produtividade a qualquer custo, porque isso poderia ocasionar, em longo prazo, diminuição da renda, dependência crescente de fatores externos e danos ambientais que poderiam se traduzir em perdas econômicas, no curto prazo, escassez ou esgotamento dos recursos naturais. Tem-se então que, a racionalidade camponesa defende a proteção social da unidade familiar, dos recursos naturais em associação com o desempenho e eficácia econômica e produtividade, ao invés da pura e simples busca pelo lucro a qualquer preço.

No caso acreano, à medida que essa lógica capitalista ameaçou sua sobrevivência com os desmatamentos, a luta de resistência foi acionada, tomando a configuração de conflitos sociais. É importante assinalar que a relação de dependência social, estabelecida pelos seringueiros com a natureza, refletida pelo seu empenho, na defesa pela preservação das florestas, não foi derivado de um sentimento espontâneo de caráter imanente ao homem camponês daquela região, senão que foi resultado de um longo processo de ampliação da consciência, relativo à importância dos recursos naturais, que amadureceu, temporalmente, durante uma conjuntura determinada, de intimidação das florestas e da ameaça de extirpação dos laços de interdependência dos recursos naturais, para a manutenção do seu modo de vida. A defesa do seu mundo vital, conforme assinalou Gorz, esteve na origem dessa resistência.

O esforço de precisar essa determinação histórica, do florescimento da consciência dos seringueiros, acerca da valorização efetiva da natureza, para a sua sobrevivência material, não corresponde a mero preciosismo da nossa parte, em razão da relação humana dizer respeito a essa indissolubilidade interação com a natureza, enquanto o fundamento primeiro da existência social, segundo sublinhou Marx (1998). Ademais, desde tempos remotos, a lógica econômica que medeia os agentes nessa relação pode assumir muitos significados, muitas vezes antagônicos e que não, necessariamente, podem estar de acordo com a perpetuidade da natureza, como a motivação aquisitiva que o sistema capitalista estruturou, tem equivalido ao exemplo contemporâneo mais incontestável.

Afora isso, como foi dito, os registros históricos demonstraram que as práticas dos seringueiros nem sempre foram compatíveis com uma percepção de comprometimento com os recursos naturais, e mesmo nos dias presentes, há quem diga que os seringueiros que procuram apropriar-se dos recursos silvestres acreanos, de maneira sustentável, são os mesmos que promovem o seu esgotamento natural. Tomemos para efeito de ilustração a esse respeito um exemplo sobre a fauna. No caso particular dos seringueiros, estes costumavam caçar para comercialização das peles dos animais, e na maioria dos casos, as peles dos animais silvestres caçados, as mais nobres, eram aquelas de animais que, normalmente, não se usava para consumo, como o gato do mato, lontra, onça, jacaré, o que significa que, muitos animais foram mortos apenas para se tirar a pele para comercialização, sendo a carne do animal descartada. O Sr. João Batista da Silva, ex-seringueiro, da região do Alto Juruá, nos idos de 1960-1970, e atualmente morador de Cruzeiro do Sul, comentou a importância da caça para a renda familiar dos seringueiros, naquela época, inclusive como complemento para a economia da borracha, em decadência. Ele relatou como era feito esse trabalho e comentou sobre a atividade de caçada na floresta:

Da Serra do Mõa para Mâncio Lima a gente gastava dois dias de baixada e para subir quase três dias de varejão. Ai a principal também atividade

fora da borracha, era a caça. A caça a gente fazia algumas coisas, a gente fazia algum dinheiro, a gente faturava bem. A gente vendia a pele de gato, a pele do porco, de veado, de queixada. Não era proibido, não era proibido de você matar caça naquela época. Quando caçava: Assim, que para caçar até que não influi muito, porque você tem o sábado, o domingo, quando não quer cortar. Mas na borracha mesmo, a gente trabalhando na seringa, a gente não pode caçar muito. A época em que eu cacei mais foi quando eu fiquei sem cortar seringa. Teve uma época em que eu só fazia caçar, pescar gato, dava muito dinheiro o couro do gato, de lontra. E vendia aqui na cidade, eu vinha para Cruzeiro. Tinha um comprador aqui na cidade, era o seu Nico Laurin e também o João Eudes. E tinha o Ricardo, irmão do Ildefonso Cordeiro que também comprava pele. (tinha a idade de 25-26 anos de idade). Logo que eu cheguei no Môa, dediquei minhas atividades mais caçando. A gente misturava as coisas, a gente fazia a pesca, na época dos peixes. Mas a atividade maior para produzir era a carne, o jabuti, que é proibido hoje em dia. Naquele tempo tudo era liberado. Você vendia tranquilo no mercado. Era liberado de tudo, a carne, a pele. A gente vinha passava um mês na mata só caçando, pegando as peles, quando você tinha uma 20 peles, 30 peles, vinha para a cidade e vendia, fazia um bom dinheiro. Comprava mercadoria e já subia. Além da pele, a gente trazia galinha, pato, carne, carne de caça salgada. Então, isso gerava uma renda muito boa, fora da borracha. Que não era proibido naquela época. Caçava na Serra do Môa, na área do Jaquirana, próximo da fronteira do Peru, armava com arapuca, a idéia era não molestar a pele do animal para não estragar o couro. (Entrevista realizada com o Sr. João Batista da Silva, ex-seringueiro do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, março, 2009)

Esse depoimento – que pode ser multiplicado para todo o território acreano – revela que apesar do suposto apego ambiental, os seringueiros também exerceram práticas produtivas que poderiam ser consideradas como bastante agressivas ao ambiente natural, ou no mínimo, que fomentavam grande desperdício de seus recursos⁵⁶. A experiência da Companhia Ford Industrial do Brasil – Fordlândia, na região do Pará, em Santarém, entre os anos de 1928-1932 também nos leva a essa mesma constatação, de contenção dos ânimos, de um sentimento abstrato de praticidade pela natureza, despertado pelo conjunto da sociedade. Na Fordlândia e Belterra, por exemplo, foram plantadas cerca de 4.000.000 (milhões) de árvores de seringueiras, para concorrer com os plantios asiáticos. Ocorre que para a realização desses plantios de seringueiras foram desflorestadas muitas mil hectares de florestas nativas, e não se ouviu nenhum apelo ambiental pela destruição da natureza, naquela década de 1930. Na verdade muitos seringueiros foram recrutados para o trabalho nessas áreas incluindo os seringueiros dos seringais do território acreano.

As práticas nos seringais, de agressão à natureza, foram também diagnósticas durante os primeiros períodos de exploração da borracha, em relação ao tipo de corte que se faziam nas árvores de seringueiras, nas regiões do Madeira, Purus e Juruá. O Relatório de

⁵⁶ Não se trata, obviamente, de propor uma relação humana com o mundo natural que prefigure à intocabilidade dos seus mais variados recursos, pois se sabe que eles são necessários e indispensáveis à existência humana, mas refere-se simplesmente a conscientização de que é assaz razoável e, por isso, do mesmo modo, bastante impraticável consumir tudo avassaladoramente, ao mesmo tempo, com tanta obsessão, sem uma equalização que mantenha seus fluxos e estruturas orgânicas, bem como não promova a ruptura do metabolismo das sociedades humanas com os recursos naturais.

Plácido de Castro de 27 de Março de 1907, quando era prefeito do Alto-Acre, caracteriza o corte das seringueiras, com o emprego da machadinha, como “exploração bárbara e vampira da seringueira (...), exploração revoltante e iníqua, que em pouco tempo reduz e transforma ricos seringais em abandonadas florestas” (LIMA, 1943, p. 393). Araújo Lima (1943, p. 393) no seu texto *Exploração da Amazônia* denunciou o trabalho dos seringueiros como de depredação ambiental com a seguinte argumentação,

Era o erro de técnica malsã, com o emprego da machadinha, instrumento cortante e contundente, que fazia o corte da ‘arvore-martir’ produzindo um traumatismo dilacerador, traduzido anatomicamente por uma ferida profunda, na parte cortical do caule da seringueira até as camadas mais centrais, com o comprometimento dos vasos de circulação da seiva. Para haurir, no momento, maior quota do látex, o seringueiro atacava a hévea machadadas, comprometendo-a e sacrificando-lhe a vitalidade. Nessa obra vandálica, embora inconsciente, que exprime bem a ignorância, a incultura, a falta de orientação racional na exploração dos seringais, ficaram estes depredados, esgotados, [os seringueiros] como sacrifício quase definitivo e irremediável de sua produtividade lactífera. Documenta-se assim, de modo irretorquível, que a indústria não era apenas extrativa, mas, antes de tudo, destrutiva.

Tem-se, portanto, que o sentimento dos seringueiros em relação à natureza foi colocado à prova e ganhou sua versão ecológica somente na década de 1970, com a ameaça específica de devastação das florestas acreanas pelos fazendeiros, que adquiriram as terras dos antigos seringais, no contexto da substituição da economia da borracha para a implantação da agropecuária, porque, antes disso, essa valorização ambiental não estava colocada no nível da consciência dos seringueiros, figurava como um dado natural de abundância do meio ambiente. No plano internacional, essa valorização da natureza ganhou ressonância porque, o modelo de modernização industrial nos grandes centros urbanos havia provocado enormes problemas ambientais, como poluição, mudanças climáticas, devastações florestais, contaminação dos rios, solos, dentre outros aspectos, e a consciência ambiental já havia mobilizado muitas instituições favoráveis ao meio ambiente e a um modelo de desenvolvimento mais sustentáveis. No caso dos seringueiros do Acre, associado à questão ambiental, estava a problemática fundiária indissociável ao modo de vida dos seringueiros. O trecho de uma fala de Chico Mendes, localiza o momento em que o sentimento de pertencimento à natureza começa a florescer entre os seringueiros ameaçados de expulsão, na medida em que os seringueiros começam a se dar conta de que sem a floresta eles correriam risco de vida. Essa percepção foi motivo suficiente para sustentar ações de resistência e contestação, protagonizada pelo sindicalismo rural de Xapuri, contra a devastação ambiental, ao mesmo tempo, que ligou a luta pela terra, com a preservação das florestas acreanas; o tema da biodiversidade florestal recobriu a defesa de permanência dos seringueiros em suas áreas, pois viviam em condição de insegurança da posse da terra, nas áreas de colocações onde moravam nos seringais:

Como presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Xapuri, desde 1981, sua luta tinha sido pela justiça, trabalho livre e direito de posse da terra. Agora Chico Mendes começava a compreender que a ecologia – o extraordinário esplendor biológico da Amazônia – poderia ajudar os seringueiros a ganhar apoio e salvar seu modo de vida. Reconhecendo que, com a questão ecológica a seu lado, os seringueiros poderiam ter uma

voz no debate sobre a Amazônia. (...) [pois] no Brasil, os seringueiros foram os primeiros trabalhadores que articularam o sindicalismo rural com a ecologia – e Chico Mendes só viera a conhecer a palavra ‘ecologia’ havia três anos (CHICO MENDES POR ELE MESMO, 2004, p. 23; 46).

Esses aspectos colocaram o tema ambiental em pauta no debate nacional e internacional e geraram efeitos imediatos, inclusive mobilizando, ocasionalmente, as principais agências financeiras de fomento, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. A viagem de Chico Mendes aos EUA para denunciar os estragos na Amazônia, causados por empreendimentos, financiados por essa instituição econômica, dá conta de situar como a articulação do plano local com o internacional produziu resultados bastante promissores para o meio ambiente acreano, porque o cenário mundial apresentava uma consciência bastante favorável a levar em conta o ambiente nas estratégias de desenvolvimento, conforme sugere o relato abaixo,

Depois que os representantes da Organização das Nações Unidas testemunharam o desmatamento do Acre, Chico Mendes viajou até Miami para participar da reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Lá, ele denunciou que a floresta amazônica estava sendo destruída por causa de projetos financiados por bancos internacionais. Foi para Washington, conversou com o senador republicano Robert Kasten Jr. e convenceu-o de que os empréstimos para a pavimentação da BR – 364, pavimentação esta, sem medidas de proteção ambiental, somente favoreciam o desmatamento e a atividade antieconômica da pecuária na região. Em um mês, os empréstimos foram suspensos (CHICO MENDES POR ELE MESMO, 2002, p. 16).

Os seringueiros do Acre, os seus modos de vida e trabalho, guardadas as devidas ressalvas de tempo e espaço, são tributários e herdeiros, a princípio, das características gerais que assinalaram a condição daquele segmento social que se concebeu como campesinato. No caso da economia dominante da indústria da borracha que vigorou na Amazônia por mais de um século, embora os seringueiros se encontrassem bastante envolvidos nessa organização social do seringal e ao poder de domínio do patrão, portanto, totalmente integrados à sociedade abrangente e ao seu comando, eles conseguiram, no viver cotidiano da mata, desenvolver laços de reciprocidade e um modo de vida particular que aos poucos foram desabrochando, em forma, principalmente, da luta de resistência pela sua sobrevivência e reprodução da unidade de produção familiar, quando se viram ameaçados. Essa ameaça despertou, por outro lado, a consciência de defesa pela manutenção e preservação das florestas, pois da associação dessas duas posturas dependia a manutenção do seu modo de vida e trabalho.

Nota-se, portanto, que foi por dentro das contradições das forças produtivas, de orientação capitalística, nas quais os seringueiros estavam entrelaçados, que eles foram despertando a consciência das suas necessidades materiais, indispensáveis à sua sobrevivência, de tal modo que a determinação da percepção das suas necessidades articuladas que estavam com a preservação das florestas, atuaram, poderosamente, para gerar a mobilização de suas vontades coletivas, direcionadas, finalisticamente, para defesa concreta do meio ambiente natural. Segundo Gramsci (1987, p. 122-123) a consciência histórica que brota das contradições das forças produtivas revela-se, inicialmente, enquanto parte do reino das necessidades: “existe necessidade quando existe uma premissa eficiente e

ativa, cujo conhecimento nos homens se tenha tornado operante, ao colocar fins concretos à consciência coletiva e ao constituir um complexo de convicções e de crenças que atuam poderosamente como as crenças populares. Na premissa devem estar contidas, já desenvolvidas, as condições materiais necessárias e suficientes para a realização do impulso de vontade coletiva; mas é evidente que desta premissa material, quantitativamente calculável, não pode ser afastado um certo nível de cultura, isto é, de atos intelectuais, e destes um certo complexo de paixões e de sentimentos imperiosos (...), que tenham a força de induzir à ação ‘a todo custo’”.

Esses dois componentes que permitiram colocar, objetivamente, fins concretos à consciência coletiva dos seringueiros daquele período histórico, foram favorecidos pelas transformações que se operaram, internacionalmente, a partir dos anos de 1970, nos processos de desenvolvimento, que afetaram, decisivamente, a relação da cidade com o campo, invertendo visões, anteriormente estabelecidas, como por exemplo, sobre o papel da natureza nas estratégias de desenvolvimento, assim como da relação da cidade com o campo. Num momento em que as fronteiras nacionais intensificaram suas relações internacionais, as mudanças ocorridas nos grandes centros industriais passaram a chegar às pequenas cidades e aos países subdesenvolvidos quase na mesma velocidade em que ocorriam as transformações em curso. O apelo ambiental acionado pelos seringueiros, encontrou campo fértil no cenário internacional, do mesmo modo que essa empatia estrangeira, de reciprocidade, repercutiu, favoravelmente, no âmbito local, cuja interação redefiniu o lugar dos seringueiros, de sua posição de subalternidade e os posicionou em condição de disputa do poder, para a determinação dos rumos do desenvolvimento no Acre.

Nesse sentido, Ricardo Abramovay (2000) chama atenção para as transformações que alteraram o processo de desenvolvimento rural e influenciaram a relação campo-cidade. Segundo o autor, com o declínio da agricultura e a queda da importância econômica que ela sofreu, isso não resultou no desaparecimento do trabalho rural, mas, ao contrário, levou a uma efervescência do rural. Três características para o autor, são decisivas para pensar o rural hoje, que não sejam aqueles atributos associados estritamente à agricultura. A primeira delas, a qual convém sublinhar para os efeitos desse trabalho, diz respeito à idéia de que (i) o rural envolve uma relação de proximidade com a natureza. A segunda que (ii) as áreas rurais podem ser definidas como não densamente povoadas, e finalmente, que (iii) os limites e potenciais do desenvolvimento das áreas rurais são dados pelas suas conexões com a cidade, sejam as grandes cidades, sejam os pequenos aglomerados.

3.4. Os contextos conjunturais de institucionalização da natureza nas estratégias das políticas governamentais.

Muitos autores nacionais e\ou estrangeiros destacaram as mudanças que colocaram a questão da natureza em pauta, no debate político internacional e o relacionaram com a nova dinâmica do rural e do urbano, que começaram a propagar-se no decorrer da década de 1970, como Terry Marsden (1992); Elena Saraceno (1996); Keyser (1990); Maria Wanderley (2000); Carlos Rodrigues Brandão (1999).

Terry Marsden (1992), por exemplo, identificou que essas mudanças que se processaram, estão relacionadas ao regime fordista de acumulação do processo de trabalho e normatização do consumo. Elas afetaram o desenvolvimento das economias avançadas, passando a anunciar uma nova fase do desenvolvimento capitalista que vinha surgindo para redefinir a produção e os mercados. Marsden descreve detalhadamente o recuo do regime

de acumulação fordista, marcando o colapso do modelo do Estado Keynesiano-fordista, provocado pelo declínio da hegemonia do poder dos EUA; a deslegitimidade do sistema de Bretton Woods, nos anos de 1970; aumento do preço do petróleo; barreiras sociais colocadas pelo surgimento dos grupos neoconservadores, com uma política anti-estado, do bem-estar social, baseado no modelo keynesiano de plataforma política e social; abertura dos mercados, novas formas de flexibilização dos contratos de trabalho, desregulação dos estados nacionais e internacionalização do capital; reestruturação produtiva, com a mudança de pessoas e firmas. Esses sintomas de reestruturação teriam tornados obsoletos à oposição do rural versus urbano, ou campo versus cidade e recolocado o debate em torno da linha analítica, que propõe a relação local-global e o local confrontado ao nacional⁵⁷.

Elena Saraceno (1996) comentou a este respeito que a divisão do rural como espaço de produção agrícola e o urbano como produção industrial e serviços, não servem mais para explicar a realidade, pois o rural se diversificou. Os conceitos de região e território passaram a ser importantes para entender os processos econômicos locais, que fugissem do enquadramento do espaço, a escala local torna-se uma medida relevante para ressoar as interações entre os diferentes agentes sociais, imbricados no conjunto das ações em curso, naquele nível da esfera. Nessa linha de argumento, R. E. Paul (1968) postula a existência de um contínuo entre o rural e o urbano e mostra haver coexistência de traços do rural presente no urbano e traços urbanos presentes no rural. Em termos demográficos, geográficos, o autor diz que não faz o menor sentido a dicotomia rural-urbano.

Na verdade, conforme observou Keyser (1990) na década de 1990, o que houve foi a ocorrência de uma inversão demográfica com a recuperação da população rural em regiões francesas e o renascimento do rural, associado ao componente ambiental, onde o meio rural reapareceu, marcado por um modo de vida mais integrado em relação à 'natureza' e ao 'local'. O rural passou a ser visto como um espaço que se define por sua relação com a paisagem, um modo de vida, com forte dosagem ambiental.

A remodelagem do sentido sobre a natureza também se manifestou na abordagem de Wanderley (2000) como característica que alterou a equação da cidade em relação ao campo. A autora considerou que o renascimento do rural dá-se num contexto de crise da modernização da agricultura, concomitante a um processo de revalorização do espaço rural, identificado como indo além da atividade agrícola, o rural passa a ser percebido como espaço singular e ator social que através da relação com o meio ambiente, encontra ponto de convergência, para dialogar com a cidade. Diz ela:

....a categoria 'rural' carrega em si a diversidade das próprias relações entre os espaços rurais e urbanos – e entre populações do campo e da cidade – tais como se modificam, histórica e socialmente, no tempo e no espaço (...) assim a associação do meio rural com o meio ambiente estabelece o diálogo com as cidades, em um novo patamar, devido à importância que assume a natureza, em particular para os habitantes dos centros urbanos. (WANDERLEY, 2000, p. 132-133)

⁵⁷ Em termos micro para análise comparativa do Acre, essas mudanças na relação campo-cidade, impactadas pela política econômica de desenvolvimento, vai resultar na consolidação do mercado interno acreano, com a conseqüente valorização do setor primário, agricultura, pecuária e produtos extrativistas diversificados e tentativa de integração social do campo-cidade pela exaltação de características de sentimento de identidade regional. Essa integração buscará ligar a capital do estado aos vários municípios através de rodovias pavimentadas, inclusive, com a intensificação de laços políticos e econômicos com as duas principais regiões Vale do Acre e Vale do Juruá, até então, bastante isoladas, internamente, devido às condições geográficas, de difícil tráfego rodoviário, bem como baixa ligação política.

Duas considerações merecem ser destacadas sobre a abordagem de Maria Wanderley. A primeira delas se refere à idéia de que essa noção do rural, como espaço singular e ator coletivo, indica que o rural passa por uma dupla significação, que remeta à maneira como as pessoas de fora e os de dentro percebem o espaço rural. Não haveria, a rigor, um rural enquanto lugar predefinido, mas somente enquanto lugar de representação e percepção de um determinado modo de vida, atribuído pelas pessoas que se sentem vinculadas às suas próprias representações de pertencimento, por estarem ligadas à determinadas formas de expressões sociais de vida e trabalho. Tal pertencimento se afluaria nos momentos de conflitos sociais, acerca das representações de mundo, que ocorrem, geralmente, nas disputas pela identificação do lugar, como, por exemplo, o conflito que envolve o campo versus a cidade. O vínculo com a natureza, em segundo, seria outro elemento importante, que ganharia destaque na redefinição dessa nova ruralidade, visto que o uso excessivo de insumos químicos, de origem industrial, com base no modelo produtivista de desenvolvimento, trouxe conseqüências desastrosas para a vida humana, assim como os desmatamentos e os desperdícios dos recursos naturais, nas regiões amazônicas, como a modernização do campo.

No caso das florestas do Acre, merece sublinhar o fato de que a revalorização do seu meio ambiente natural (financeira ou culturalmente), considerado, inclusive, como empecilho ao desenvolvimento, em última instância, deu-se independente do seu caráter propriamente biológico, físico ou social. O rural acreano, tido como atrasado e seus recursos naturais denunciados como obstáculos ao progresso, passaram de um momento para outro a ser reconhecidos como portadores de riquezas naturais e biodiversidade de valor inestimável para o desenvolvimento sustentável, sem que as suas propriedades biológicas, naturais e sociais tivessem sido alteradas.

Essa inversão da percepção sobre o ambientalismo, que se proliferou por todo Brasil, acompanhou os desdobramentos sócio-econômicos deletérios, associados à modernização industrial do país. Moreira (2003) sustentou a esse respeito que a burguesia urbano-industrial, que foi vitoriosa no Brasil, deslocou o poder político do campo para a cidade, do rural para o urbano. Nesse movimento, formulou visões, sempre de um rural atrasado, ineficiente, rústico, selvagem, tradicional, inferior e incivilizado, em comparação com a cidade moderna, desenvolvida, superior e letrada. No período contemporâneo, com a politização da temática ambiental e a vinculação do rural à natureza ambiental, passou a predominar uma narrativa do “novo rural”, em que o trabalhador rural representa, agora, o que há de mais moderno, “esse novo rural seria, ao mesmo tempo, urbano e global, tecnificado, industrializado, civilizado (...) o agricultor como o jardineiro da natureza e como o guardião do patrimônio natural e das tradições culturais, agora a serem preservadas (ibid, p. 122).

Tem-se, em síntese, que o renascimento do rural está relacionado, de forma geral, com a crise da cidade com o esgotamento do modelo de modernização em curso e das diferentes atividades econômicas a ele associado que alteraram a consciência sobre a natureza. Nesse sentido, três aspectos fundamentais redefinem o escopo das tensões presentes no discurso da nova ruralidade: (i) o primeiro deles atribui prioridade à destinação produtiva do meio rural; (ii) o segundo traço liga o meio rural a uma melhor qualidade de vida, espaço coletivo e lugar de boa moradia a que pode usufruir o conjunto da sociedade; (iii) o terceiro considera o meio rural como parte integrante do patrimônio ambiental a ser preservado contra todos os usos predatórios (WANDERLEY, 2000, p. 100).

O vínculo do meio rural com o componente ambiental, conforme mencionamos, além de referir-se à tradicional ligação do campesinato com a terra e os meios produtivos a ela relacionados, foram revigorados em função dos grandes danos ambientais, que o modelo de desenvolvimento industrial disseminou, a partir, por exemplo, dos projetos agropecuários e das práticas agrícolas predatórias, que resultaram na degradação de boa parte dos recursos naturais, contaminação dos solos e dos mananciais hídricos. O conjunto deste projeto gerou, portanto, o que ficou conhecido como a crise ecológica. Para Mathieu (1990, apud WANDRELEY, 2000, p. 100) “não é mais apenas a natureza, suporte da atividade agrícola, mas uma natureza pluridimensional, onde os elementos água, ar, terra... retomam importância, tanto quanto a noção de ecossistema (...), trazendo à tona um discurso de valorização da natureza, do meio rural a ele associado e do modo de vida camponês. Nesse mesmo momento, fala-se em um ‘campo reinventado’ e em uma ‘neonatureza’ e registra-se um movimento que será crescente, a partir de então, de busca e de retorno ao rural, especialmente entre os jovens”.

Ricardo Abramovay (2000), baseado em estudo sobre o significado da ruralidade no contexto dos países capitalistas contemporâneo (EUA, França, países da Organização de Cooperação de Desenvolvimento Econômico – OCDE), questionou a premissa de que o rural estaria condenado a desempenhar um papel secundário nas sociedades capitalistas, em função do declínio das atividades rurais e devido à crescente importância que havia ganhado as atividades não-agrícolas, nos estabelecimentos considerados rurais. Segundo ele, se o rural não for tomado simplesmente como espaço de produção, três novas características emergem como importantes na reconfiguração do novo rural: (i) em primeiro lugar, o rural envolve uma relação de aproximação com a natureza; (ii) a segunda, refere-se à relevância das áreas não densamente povoadas; (iii) a terceira, prende-se ao potencial de desenvolvimento do rural, na sua relação com os núcleos urbanos.

Com essa problematização procuramos destacar, em particular, a importância da associação do tema da natureza com o campesinato, ou em termos gerais, com o meio rural. É importante frisar, no entanto, que o tema da natureza entra em cena no debate contemporâneo, a partir da segunda metade do século XX, mas ele já está colocado, como vimos, desde o século XIX, com o processo de mecanização e modernização da agricultura, o que gerou muita mudança no uso do solo. Naquele contexto, a natureza apareceu como espaço idílico, espaço de consumo, e nas regiões amazônicas, persistiu a idéia de espaços naturais, “selvagens”. A partir desse movimento, o espaço rural passou a anunciar um valor para além da sua associação à produção agrícola, desvinculou-se de seu valor produtivo e passou, ao mesmo tempo, a adquirir um valor cultural, atributo do patrimônio universal.

Esse valor cultural, isto é, esse sentimento de pertencimento à natureza do qual a vida humana depende para sua sobrevivência e prosperidade material, no caso do Acre, foi gerado pela ameaça que os seringueiros acreanos vivenciaram com o processo de destruição das florestas de seringueiras e castanheiras, que colocou em risco sua sobrevivência familiar e os meios disponíveis para a sua reprodução.

No plano internacional, as ameaças globais, que o desenvolvimento industrial trouxe consigo como conseqüência com as mudanças climáticas, secas e chuvas excessivas, a extinção de animais exóticos, a degradação dos solos, o envenenamento dos rios e o furor dos furacões e dos mares, que contribuíram para que a valorização ambiental alcançasse visibilidade mundial. Os efeitos globais dessa degradação ambiental e a resistência local

dos seringueiros, em defesa das florestas acreanas, associados potencializaram o valor da natureza e elevaram a uma estratégia do desenvolvimento humano. /

No entanto, esses efeitos do processo de avanço da revolução industrial datam do século XVIII, com o crescimento das cidades, a desestruturação das bases da economia camponesa, o deslocamento do trabalho, o aumento populacional, a destruição das florestas e bosques, as doenças, a fumaça, a sujeira, o barulho. Tudo isso ao mesmo tempo, ocasionou um efeito antagônico ao ideal do progresso da cidade. Alan Macfarlane (1987) menciona que os próprios representantes ingleses da revolução industrial começaram a se questionar e a lançar críticas sobre os valores modernos e a desfiguração que as estradas, os canais, construções industrial haviam ocasionados, impulsionaram um olhar positivo sobre o caráter lúdico da vida no campo, antes depreciado. A vida natural perdeu seu aspecto intolerável e selvagem, tornando-se atraente aos olhos do cidadão da cidade.

Tal movimento, adverte Macfarlane (1987), não pode ser visto como contrário ao desenvolvimento moderno, mas lhe é complementar e conveniente, porque a relação mais positiva, a respeito da natureza, não poderia ser despertada sem o avanço da ciência, enquanto instrumento propiciador do alargamento do controle e garantia da sobrevivência do homem, no meio natural selvagem. O convívio harmonioso e o sentido telúrico aumentaram à medida que o perigo e hostilidade do mundo rural foram sendo domesticados. Em síntese, é o ideal ocidental de controle sobre a natureza. O desenvolvimento da atividade de jardinagem, na Inglaterra do final do século XVIII, é ilustrativo do contraste do país mais urbanizado do mundo ter-se tornado o principal país defensor do meio natural.

No geral, é dentro desse cenário, de predominância da ordem capitalista de subordinação dos recursos naturais aos desígnios do mercado que, de forma contraditória, se disseminam valores sociais, a partir do século XIX, de tendências pró-ambientalistas que seriam responsáveis pela emergência de uma visão valorativa do ambiente natural, nos moldes do que conhecemos no período recente. Leis (1999) avaliou a expansão desse movimento de valorização da natureza em cinco fases consecutivas. No primeiro momento, predominou uma fase estética ambientalista, embora a atitude frente à natureza não tenha se resumido simplesmente a uma visão contemplativa do meio natural, pois nos anos de 1824 e 1967 foram fundadas, respectivamente, as primeiras organizações de proteção aos animais (Society for the Protection of Animals e The East Riding Association for de Protection of the Sea Birds), que se colocavam em oposição à matança de pássaros (p. 61). Nesse período, foram criados, nos EUA, os parques nacionais Yellowstone, em 1872, e o Yosemite, 1890.

A segunda fase tem conotação mais 'política'. O debate ambiental entra na agenda política americana durante o mandato do presidente Theodore Roosevelt, nos anos de 1908-1909, a partir do Congresso Conservacionista Norte Americano, realizado em Washington, D.C. de fevereiro de 1909, que situou a questão do meio ambiente como problema de dimensão internacional. Naquele mesmo ano, em Paris, realizou-se o Congresso Internacional de Proteção da Natureza, tendo como resultado a fundação de uma Comissão Consultiva Internacional, para a Proteção da Natureza, em 1913. Com a ocorrência das duas grandes guerras mundiais os impulsos ambientalistas entrariam num longo período de estagnação (LEIS, 1999).

No após guerras, o debate ambiental chega no âmbito científico. O processo de criação da ONU, da União Internacional para a Proteção da Natureza – IUPN, a FAO, Organização Educacional, Científica e Cultural das NAÇÕES Unidas – UNESCO, a partir

do final dos anos 40 em diante, além da realização de outros congressos mundiais, refletiram a preocupação dos cientistas com os problemas ambientais, relacionados ao desenvolvimento, à pobreza, à fome, à poluição e à tecnologia. Nos anos 60 em diante, o signo de modernização começa a perder legitimidade social. Os movimentos ambientalistas, as organizações não-governamentais nascidas na Europa e EUA começam a questionar os danos produzidos à natureza. O surgimento de ONGs, como a UICN, WWF, Greenpeace, Amigos da Terra, se alastrando, com filiais por vários países do mundo e promovendo discussões e protestos em escalada internacional, dão sinais da dimensão que tomou o debate ambiental.

No quinto estágio, o ambientalismo se institucionaliza, a partir da segunda metade do século XX. Nos anos 70 em diante, surgiram os partidos verdes, pautados pelos princípios da defesa da ecologia, justiça social, democracia participativa e ação não-violenta. Os primeiros partidos políticos vão formar-se na Europa: na Nova Zelândia, em 1972; na Inglaterra, em 1973; na França, 1974; Bélgica, 1978; Suíça, 1979. No Brasil e EUA, predominantemente, surgirão a partir dos anos 80. Com a crise ecológica apontando para a escassez dos recursos naturais e os limites do desenvolvimento econômico, aos poucos vão-se processando uma mudança do sistema político, em que se desloca o problema ambiental para o centro do poder do Estado, sob o olhar reivindicativo da sociedade civil, e sustentado pelo domínio da racionalidade do mercado, sintetizada no slogan comum: “ambientalmente sustentável, politicamente justo e socialmente viável” (LEIS, 1999).

Como vimos, o caso das florestas acreanas, ocorrido no Acre, a partir de 1970, é conseqüência desse movimento geral de internacionalização do sistema capitalista de produção que, de maneira contraditória, acionou movimentos de proteção social com a redefinição da relação entre as forças sociais e econômicas do campo e da cidade. Os conflitos sócio-ambientais, estabelecidos entre aqueles que defendiam as florestas, como base para o desenvolvimento regional e os que consideravam as florestas como atraso e empecilho para o desenvolvimento, ofereceram um exemplo empírico, típico para pensar concretamente como a percepção social sobre a natureza, aqui entendida na forma dos recursos naturais, definiu e orientou à maneira (o ritmo, a escala, e intensidade) de como a política econômica foi fomentada para o uso e a apropriação do meio ambiente natural, em favor de um desenvolvimento sustentável, durante a gestão do Governo da Floresta.

3.5. O desenvolvimento como processo social, resultado da coexistência do princípio da economia e da política

Entendemos o desenvolvimento como um processo social amplo, que visa superar os problemas das necessidades crescentes da sociedade, com vistas à expansão das liberdades substantivas, criação de capacidades para participação das pessoas com a eliminação das carências que limitam as escolhas e as oportunidades sociais, de maneira que a ampliação das liberdades substantivas, relacionadas como estão aos pressupostos morais, que superam a variável do simples crescimento econômico (renda per capita; PIB), como quilate exclusivo de aferição do desenvolvimento, pois pressupõe melhorias do conjunto da vida social com a prosperidade das políticas públicas de bem estar humano (SEN, 1999; SEN, 2000)

Por esse motivo, portanto, consideramos que a noção de desenvolvimento, enquanto processo, não pode ser compreendido como “movimento histórico casual, indeterminado, imprevisto, ocorrendo, desordenadamente, sem legalidade interna, mas ao

contrário, temos de interpretá-lo enquanto processo” no sentido de que ele “...é uma sucessão de aspectos, algo que admite, sem dúvida, descrição empírica em termos de justaposição cronológica, mas é sucessão que, em essência, implica procedência, segundo conexão”, e mais, “...só podemos interpretá-lo como processo, se descobrimos a unidade que nele se espelha, unidade dinâmica, ou seja, concatenação de fatos, segundo uma idéia unificadora, multiplicidade de situações, interiormente relacionadas” (Guerreiro RAMOS, 1965, p. 20-21).

Nestes termos, estamos salientando a experiência do Acre que, a partir do final da década de 1990, passou a difundir que estava implementando um processo de desenvolvimento sustentável, de âmbito local, sob o signo da florestania e da identidade do ser acreano. Com esse propósito, o referido governo assentava os aspectos principais que, segundo nossa análise, caracteriza a essência do desenvolvimento quando (i) definia a esfera do local como espaço do desenvolvimento, (ii) estruturava o desenvolvimento sob o escopo de projeto político de governo como foco da identidade da população, (iii) e por fim, concebia a essência daquilo que daria unidade ao desenvolvimento visualizado, a sustentabilidade.

Temos então, que toda a dissidência das análises que colocamos em destaque, ou mais ainda, toda a polêmica sobre a experiência do Governo da Floresta destacada, seu êxito ou seu fracasso, está assentada na especulação de qualificar se seu desenvolvimento é sustentável e/ou insustentável, ao que pese o fato de que o mesmo ganhou notoriedade internacional e nacional e legitimidade política local, em razão da ação concreta de sua administração. Ocorre que para saber se o desenvolvimento do Acre é sustentável ou não, isso vai depender do que estamos considerando como desenvolvimento e como sustentabilidade. Neste sentido, antes de tratarmos diretamente das dimensões e indicadores que recobrem o desenvolvimento sustentável, faremos uma sinopse acerca das origens da noção sobre desenvolvimento e de como ele chegou à sua versão atual do desenvolvimento com sustentabilidade.

O princípio histórico do processo de desenvolvimento tem sua referência no século XIX⁵⁸, quando no plano econômico, deu-se a consolidação do sistema capitalista de produção, sob a dinâmica tecnológica e racionalizada do saber científico, que promoveu o aumento da capacidade das máquinas, de incrementar a produção das mercadorias. No quadro político, esse momento coincidiu com o processo de formação dos estados nacionais modernos, que trouxeram à tona o princípio da nacionalidade, enquanto instrumento sócio-político, para resguardar a ordem, a segurança e promover o desenvolvimento econômico da sociedade que se formava.

Mas esse movimento deu-se de forma lenta. Segundo Braudel (1995, apud FIORI, 2004, p. 20) a consolidação da burguesia do comércio, à longa distância – pelo controle da terra e dos ofícios administrativos – nasce da modelagem estabelecida com o rei, os governos e os príncipes, numa tendência centralizadora do poder político.

⁵⁸ Elias analisa que o longo processo civilizador do ocidente tem suas origens no final da Idade Média, séculos XII-XIII, quando nestes períodos começaram a germinar as bases da sociedade moderna. Uma nova classe social – os burgueses – começa a emergir e a criar as possibilidades de confronto com as forças senhoriais dominantes do *ancien régime*. Com a formação dos primeiros Estados, no século XV (absolutistas), moveram-se dois grandes processos sociais entre os homens – as relações de troca e regimes políticos – em escala e intensidade variadas, que foram impulsionados, simultaneamente, por revoluções lentas e sucessivas, que desenhavam seu caminho no exato momento em que as disputas política e econômica irrompiam nos seus contextos sociais determinados (ELIAS, 1993).

Simultâneo a esse ímpeto, pela expansão do comércio à longas fronteiras geográficas, de escala global, as moedas vão-se concentrando como unidade nos limites de seus territórios nacionais. O momento do encontro do poder político com o mercado, coincide com uma tendência de monopólio e concentração do poder, que vai impulsionando uma vontade política centralizadora: “fiscal, administrativa, militar ou mercantilística” (BRAUDEL, 1985, apud, FIORI, 2004, p. 20).

Nesse sentido, o encontro que produz os estados nacionais e cria a economia nacional, corresponde a esse espaço político, que foi sendo transformado pelo poder do Estado, devido às necessidades e às inovações da vida material, quando o poder político achou de nacionalizar as atividades econômicas, dentro do espaço territorial, economicamente coerente, unificado, cujas atividades passaram a se desenvolver em conjunto numa mesma direção, criando fronteiras tributárias externas, eliminando as suas barreiras internas e dando origem, através de sua dívida pública, a um sistema nacional de crédito (FIORI, 2004, p. 20).

O processo de desenvolvimento decorre, portanto, da convergência do conjunto dessas condições, quando, nessa época, desenvolve-se a economia de troca, que liga os isolados mercados do mundo, arrastando algumas mercadorias preciosas – ouro, prata, especiarias, madeira, produtos agrícolas, açúcar, café, por exemplo – e que aos poucos vai demarcando as fronteiras e definindo os limites internos da economia (BRAUDEL, 1985). O incremento da automação e o reflexo disso na divisão social do trabalho, assim como o desenvolvimento da indústria e crescimento urbano das cidades, sob a bandeira de regimes políticos considerados como democráticos, demarcam precisamente, o ponto de origem em que essa dinâmica social se engendra.

No caso do Brasil, o momento de gênese moderna do Estado e do seu processo de desenvolvimento econômico, dá-se na década de 1930, quando se começa a implantar o processo de industrialização do país. Neste período, do ponto de vista político, praticamente não se origina, no caso brasileiro, uma estrutura social superior, estranha àquela ordem colonial antiga, ao contrário, persiste a manutenção dos privilégios das oligarquias dominantes, que se apropriam da esfera estatal, para fundar uma sociabilidade, fixada na apropriação da coisa “pública” – o coletivo – pela esfera privada. Tudo isso foi reflexo da forma como a economia européia vai se integrando aos mercados coloniais agro-exportadores, caracterizando-se pela realização de um desenvolvimento mercantil, integrado internacionalmente em bases de circulação de bens e força de trabalho, conectando a colônia e os seus entrepostos comerciais com a metrópole, numa relação de dependência e subordinação social e econômica, hierarquizada.

Segundo Moraes (2006) o mundo que o Ocidente construiu, desde a Revolução Industrial do século XIX, trouxe a idéia de introduzir reformas aqueles países considerados atrasados ou tradicionais, a tal ponto que os mesmos pudessem chegar ao nível das nações modernas ou desenvolvidas, mediante o firme percurso em uma linha reta do ideal evolutivo que os pioneiros da modernização haviam desbravados, anteriormente, pela via do desenvolvimento.

Nos anos do pós-guerra, os Estados Unidos assumiram uma interpretação político-ideológica, acerca do processo de desenvolvimento e modernização da sociedade. Os pensadores americanos criaram a formulação da idéia de subdesenvolvimento, ao mesmo tempo, que estabeleceram os dispositivos para superar tal condição, mediante o processo de modernização. Nessa situação, os EUA se colocavam como padrão de referência e como

espelho para aonde, os países atrasados e tradicionais, deveriam procurar visualizar. As diretrizes internas dessa idealização encontram-se em Moraes:

A idéia de modernização é, sobretudo, norte-americana, tendo sido desenvolvida por cientistas sociais norte-americanos, no período após a Segunda Guerra Mundial e alcançado o ápice de sua popularidade, em meados da década de 1960. Duas características desse período se destacam: uma atitude predominante de complacência com a sociedade norte-americana e a expansão dos interesses políticos, militares e econômicos dos Estados Unidos, por todo o mundo. A sociedade norte-americana tendia a ser vista como fundamentalmente consensual, combinando prosperidade econômica e estabilidade política inigualáveis dentro de uma moldura democrática. Os problemas sociais que pudessem existir, além disso, eram tratados não como endêmicos, mas como aberrações que poderiam ser solucionadas por processos políticos normais dentro das instituições existentes. Após duas décadas de agitação, a tranquilidade da prosperidade e estabilidade no período pós-guerra parecia uma conquista significativa. O futuro da sociedade moderna parecia agora assegurado; apenas o das ‘áreas em desenvolvimento’ parecia problemático. Esta atmosfera de complacência e auto-satisfação só podia encorajar entre os cientistas sociais a idéia de que a ‘modernidade’ era de fato uma benção, e as instituições e os valores da sociedade norte-americana, pelo menos da forma em que existiam em suas manifestações mais idealizadas, constituíam um modelo apropriado a ser emulado por outras sociedades menos afortunadas (TIPPS, 1973, p. 208-9, apud MORAES, 2006, p. 102)

Deste receituário norte-americano podemos tirar algumas implicações operacionais. Na miragem desses países atrasados e subdesenvolvidos, os formuladores dos EUA procuraram referendar sua auto-imagem em três principais pilares: (i) em primeiro lugar, se colocaram como o supra-sumo do moderno, o ponto aonde todos deveriam chegar, com o fim da história da sociedade; (ii) em segundo, assumiram, de modo conveniente, a desigualdade entre as nações, a existência “positiva”⁵⁹ de mundo desenvolvido e subdesenvolvido; (iii) finalmente, os formuladores prefiguram que a superação do atraso se daria por intermédio do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo (MORAES, 2006)

Tudo isso só foi possível, convém sublinhar, porque floresceu num contexto bastante favorável aos norte-americanos. No pós-guerra, os EUA despontaram como novo

⁵⁹ Todo o receituário dos formuladores norte-americanos, encontrou respaldo nas ciências sociais. Talcott Parsons em suas teorias da ação social deu suporte para o ideário do desenvolvimento e modernização das estruturas da sociedade. Segundo Moraes (2006), “na formulação parsoniana dessa visão teleológica, a sociedade moderna, quando comparada com a tradicional, tem a vantagem de saber adaptar-se às situações cambiantes. Sobrevive a desafios. Não se deixa levar, leva. Não se deixa destruir – destrói e se reconstrói. O ‘solvente universal’ da modernização desagrega e reintegra, gerando instituições especializadas (escolas, hospitais, asilos, creches, por exemplo) que dão conta de funções, antes embutidas em uma única instituição (a família estendida). O pólo moderno tem duas virtudes capitais: a) a capacidade de transformar o mundo atrasado, que como diz Latham, é entendido como algo deficiente (ainda não moderno), tanto do ponto de vista cultural quanto material; b) apontar para um desafio – desejável e provável – quase uma inclinação de gravidade – já que o ‘ser moderno’ significa capacidade maior de adaptação às circunstâncias cambiantes, capacidade maior de responder a desafios externos” (MORAES, 2006, p. 140-1).

hegemon, num cenário em que a Europa se encontrava destruída política e economicamente (ARRIGHI & SILVER, 2001). Com o início da reconstrução européia, embebeu-se de certa euforia, decorrente do desenvolvimento das forças produtivas e crescimento econômico, que marcaram a Idade de Ouro do capitalismo, nos seus 25 anos gloriosos (1945-1970). Teve influência significativa, neste cenário, a emergência dos regimes socialistas nas decisões políticas internacionais, assim como as nações de descolonização recente do Terceiro Mundo (MORAES, 2006).

Mal passados os anos gloriosos do capitalismo, e mesmo durante o seu desenvolvimento desigual, constatou-se que, se por um lado, houve crescimento dos países europeus, por outro, o processo de desenvolvimento deixou em seu caminho, rastro de pobreza, estagnação, marginalização, e uma verdadeira exclusão social a tal ponto que o modelo de desenvolvimento econômico, em curso, foi demasiado evidente para ter sido ignorado. No seu estágio de “ascensão” e prestígio, a idéia de desenvolvimento significou, predominantemente, o crescimento e progresso econômico, e mesmo assim, conforme apontado acima, a pobreza e o padrão de vida mantiveram-se em níveis crescentes, principalmente em países como a América Latina (ROMANO & ANTUNES, 2002).

Contata-se, por exemplo, que embora o mundo ocidental tenha percorrido quase duzentos anos de desenvolvimento e presenciado ciclos bastante significativos de crescimento econômico, desenvolvimento tecnológico e melhoria do padrão de vida material e humano, na década de 90, persistiu de forma mais drástica, o aumento, em escala planetária, do abismo da pobreza e da exclusão social. Mais de dois terços da população mundial viram suas vidas, aos poucos, se afogarem num fosso comum de privações das “liberdades substantivas” (Amartia Sen, 2000). Concomitantemente, houve o alargamento da concentração de renda e de riquezas, por parte dos núcleos hegemônicos e, com isso, conseqüentemente, a promoção mais extremada das desigualdades entre os países e/ou as regiões. O desemprego cresceu, acentuadamente, e as relações de trabalho foram paulatinamente sendo flexibilizadas e precarizadas, ao mesmo ritmo que se expandia o trabalho informal⁶⁰ e crescia o número da população dos desfiliaados sociais, conforme classificou Robert Castel (1998). Na sua obra *A Metamorfose da Questão Social*, o autor toma a dimensão do “social” como base empírica de análise e procura estudar o núcleo da sociabilidade moderna – o trabalho –, a partir das transformações recentes que abalaram a centralidade desse elemento de coesão da sociedade, que se estabeleceu com a desestruturação do Antigo Regime, na transição do século XVIII para o século XIX. O crescimento em larga escala do desemprego, da informalidade, a precarização e flexibilização das relações laborais, a desterritorialização dos ‘desfiliaados’ (imigrantes, estrangeiros, em busca de trabalho) e principalmente, a perda da capacidade do trabalho, moldar o tecido social como poder integrador dos indivíduos, problematiza a dimensão do impasse social contemporâneo. Neste momento, persistiu a economia do lucro, ajustada pela intervenção da política, nos moldes de uma ordem social competitiva que prefigurava

⁶⁰ Só para efeitos comparativos, no Brasil, no ano de 1992 a taxa de desemprego estava em torno de 6,5 pontos percentuais, o que representava 4,4 milhões de desempregados. No ano de 2002 este percentual subiu para 9,2%, o equivalente a 7,9 milhões. Houve, portanto, um crescimento de 79,2 % do total do nível de desemprego de 1992 a 2002. (Folha de São Paulo, sábado, 11 de outubro de 2003. p A5. No mês de março, de 2007 foram criados 146 mil novos postos de trabalho com carteira assinada, no país (levantamento do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, Caged), apesar disso, no entanto, dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) mostraram que no mesmo mês o índice de desemprego ficou na casa dos 16,6% no país.

o descarte de enormes levas de indivíduos à condição de seres sociais “desfilados”, negando-lhes o seu princípio constitutivo, o *ethos* do trabalho, e engendrando zonas de vulnerabilidades inteiramente imprevisíveis na busca de satisfazer seus atos mais primários. Não é arbitrário o fato do terrorismo e a insegurança global serem os sinais mais visíveis do período atual.

A degradação dos recursos naturais aquáticos e terrestres, os desmatamentos e a perda da fertilidade dos solos, a poluição das águas, a acidez das terras e destruição de florestas e a acumulação dos gases (SPANGERBERG, 1998) foram alguns dos efeitos colaterais da modernidade do desenvolvimento que ameaçaram, de forma extraordinária, o meio ambiente natural e concorreram, conjuntamente, para intensificar, no período contemporâneo, o aumento das privações das liberdades substantivas com a persistência das desigualdades sociais, fome, calamidades sociais, e escassez diversa (SEN, 2000).

Por essas razões, na década de 90 as doutrinas neoliberais⁶¹ centradas na defesa do “livre mercado” foram abaladas por inúmeras críticas, uma vez que não haviam logrado sustentar com sucesso, a entrada dos países do Terceiro Mundo no “progresso” – pois trouxeram ainda enormes problemas ambientais –, levando a idéia do desenvolvimento à ruína e ao desmoronamento. Mesmo assim as políticas neoliberais continuaram hegemônicas, campeando a soltas e o fato delas estarem também associadas amiúde ao desiderato dos modelos teóricos globais, fizeram com que o espaço local e/ou regional passasse a adquirir relevância crescente, como *lócus*, para se pensar a implementação das estratégias de desenvolvimento, em função de dois motivos principais. O local, primeiramente, seria um mecanismo para fortalecer a fraca governabilidade do Estado, com o processo de “descentralização”, e, em segundo lugar, em função da crescente pressão da sociedade civil – comunidades – no sentido de exercer maior ingerência na gestão do Estado através dos mecanismos sociais de participação cidadã (ROMANO & ANTUNES, 2002), assim como havia ocorrido no Norte da Itália, que lograra desenvolver, segundo Robert Putnam (1996), melhor padrão material de vida, se comparado com a região Sul, do país italiano, pela efetividade de sua comunidade cívica.

Um dos traços da globalização moderna foi a produção da marginalização significativo do lugar, enquanto espaço de enraizamento do local. Segundo Escobar (2005, p. 134) “...o lugar – como experiência de uma localidade específica, com alto grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixa – continua sendo importante para a maioria das pessoas (...) existe um sentimento de pertencimento que é mais importante do que queremos admitir”, o que faz com que se considere a idéia de regresso ao lugar, como algo relevante. O autor exemplifica que os movimentos sociais de apelo ecológico e cultural a lugares e territórios específicos foram um dos principais protagonistas, que colocaram em confronto a crescente compreensão de que qualquer saída alternativa para o desenvolvimento sustentável, deve

⁶¹ Em linhas gerais a visão neoliberal, surgida nos anos 80, com o esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico, está assentada nos seguintes pressupostos: a) redução do Estado, devido à sua ineficiência em promover o desenvolvimento; b) “ampliação da Sociedade Civil” como mecanismo de controle; e c) “Mercado” livre como estímulo ao desenvolvimento natural (Sachs, 2000). No Brasil “as reformas estruturais do Estado Brasileiro proclamava, dentre seus objetivos, a retomada do crescimento – via redirecionamento do padrão de desenvolvimento – com ênfase na modernização da estrutura econômica no sentido de torná-la mais competitiva internacionalmente, assegurando, assim, ao país condições para enfrentar os novos desafios do ‘mercado’ sobre o contexto da globalização – caso contrário o país estava fadado a exclusão dos ‘benefícios’ da globalização e condenado ao atraso” (Paula, 2003: 183).

levar em consideração os modelos de natureza, baseados no lugar, assim como suas práticas localizadas, que os acompanham. O movimento sindical dos seringueiros do Acre, que aqui estamos mencionando, é um bom exemplo para respaldar essa observação do autor. Não se trata, contudo, destaca o mesmo autor, de essencializar o espaço local, nem tão pouco de negligenciar os aspectos globalizantes, mas de basear os processos sociais, a partir das práticas e saberes onde se materializam. Moacir Palmeira (1999), estudando uma experiência de “políticas públicas” brasileiras chama atenção para a complexidade do poder local, dizendo que este, está sempre em conexão com a política nacional. Segundo o autor, não se pode entender essa dinâmica fora dessa associação do local com seu espaço mais amplo.

Com a falácia neoliberal contrariada nos seus prognósticos, impôs-se a necessidade de se construir outro modelo de desenvolvimento, capaz de corrigir e reajustar os equívocos e erros da fase anterior do desenvolvimento pró-mercado. A partir daí, surge um novo *ethos* para o desenvolvimento, moldado na versão denominada de *desenvolvimento sustentado* (Sachs, 2000), cujo principal desafio seria equacionar o desenvolvimento econômico, com a preservação dos recursos ambientais e justiça social, de modo que solucionasse a insatisfação crescente de amplos setores da população latino-americana, devido à deterioração das condições de vida aprofundadas, a partir da década de 1990.

Eli Diniz (2009) comenta que esse ponto de inflexão do liberalismo, sem rédeas, inverteu as abordagens contemporâneas, recuperando a importância do papel do Estado como regulador, indutor e coordenador do desenvolvimento: “a natureza e a qualidade do intervencionismo estatal reassumem, assim papel de destaque na discussão sobre as vias de desenvolvimento, no contexto do capitalismo globalizado, reconhecendo-se a pertinência de distintas modalidades de ação estatal. Ademais, deve-se acrescentar (...) a importância da função de coordenação estatal para alcançar o aumento do crescimento e competitividade das economias nacionais (...). Ao invés de se pensar, como no auge do pensamento neoliberal, em termos de polaridades, como a contraposição entre modelo estatista-protetionista versus economia de mercado; modelo exportador versus modelo, voltado para o mercado interno; matriz desenvolvimentista versus neodesenvolvimentismo, creio ser mais profícua a proposta da estreita relação de complementaridade entre o mercado, a atividade associativa, os micro-agentes econômicos e os aspectos centrais do marco institucional, vigente, isto é, regimes produtivos referem-se à organização da produção por intermédio de mercados e instituições correlatas” (DINIZ, 2009, p. 12).

Em síntese, a argumentação de Eli Diniz ressalta a centralidade do Estado na coordenação dos agentes econômicos, públicos e\ou privados, para dirigir as estratégias de desenvolvimento, voltadas à “consecução de metas coletivas”; revertendo aquela trajetória de “crescimento, associado à desigualdade na distribuição de renda, marca do antigo padrão desenvolvimentista”. A autora finaliza dizendo que não é mais possível “ênfatisar a expansão econômica, em detrimento dos recursos ambientais. Ao contrário, representam aspectos indissociáveis de um projeto nacional, que responda às aspirações do conjunto da população” (DINIZ, 2009, p. 13)

Neste momento, a natureza passa a figurar nas estratégias de desenvolvimento como pressuposto do próprio desenvolvimento, visto que, nos momentos anteriores, ela era considerada como aspecto de figuração. Mas se o tema da natureza entrou tardiamente nas estratégias de desenvolvimento, isso não significa que o debate sobre a questão ambiental já não estivesse em pauta, no mínimo, desde o após guerras, quando o assunto ganhava

tonalidade científica, é porque a discussão sobre o meio ambiente sempre esteve subordinada ao debate econômico, no tecido social.

Nesse processo, a formulação do conceito de desenvolvimento sustentável foi divulgado internacionalmente, a partir de 1988, pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente – CMMA, conhecida como a Comissão de Brandtland, que produziu um relatório, definindo os princípios do desenvolvimento sustentável, homologados por representantes de mais de 180 países, presentes no encontro. Na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, esses fundamentos da noção de sustentabilidade foram novamente ratificados politicamente. O fundamento da concepção do desenvolvimento sustentável segundo a Comissão assegura que:

O desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforça o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações futuras ...é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades (IBGE, 2002, p. 11)

O Informe de La Haya sobre o Desenvolvimento Sustentável, do conceito à ação, organizado pelo Ministério de Cooperação para o Desenvolvimento da Holanda y PNUD, em março de 1992, considera “que há consenso cada vez maior em todo o mundo em que o desenvolvimento sustentável deve satisfazer às necessidades das gerações atuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades (Jan PRONK y Mahbulul HAQ, 1992, p. 04). Complementa Teresa Flores BEDREGAL que “o princípio da sustentabilidade implica um processo que pode manter-se no tempo, porque em base a uma visão integral de longo prazo, contempla uma série de previsões para que se ocasione um dano mínimo e\ou se reponha tanto o capital cultural como o produtivo e se mantenha boas condições o capital social e cultural”. Adverte dizendo que “isto não é fácil de lograr porque implica um capital humano, altamente qualificado, ciência, tecnologia ambiental e uma ordem político-jurídica efetiva (BEDREGAL, s/d, p. 32).

Nas palavras de Joachim Spangenberg (1998), que explora uma concepção do desenvolvimento sustentável, numa abordagem mais ecológica, o autor parafraseando o cientista P.M. Farnside, destaca os limites e o esgotamento dos recursos naturais os quais o processo de desenvolvimento teria a função básica de promover a sua reorganização para o uso em níveis sustentados. Com esse argumento considera que o “desenvolvimento se refere à uma mudança, que implica em melhoria na maneira com a qual as pessoas se sustentam. Embora a palavra seja, muitas vezes, usada incorretamente como um sinônimo de ‘crescimento’, ela não implica, necessariamente, em aumento do consumo de matéria e energia, numa economia. De fato, se um crescimento contínuo de fluxo ou estoque for necessário, ‘desenvolvimento sustentável’ seria contraditório. Como os limites de crescimento restringem o uso tanto de recursos renováveis quanto de não-renováveis, estratégias para o desenvolvimento sustentável tem que, o longo prazo, concentrar-se na reorganização do uso dos recursos e na divisão dos benefícios desse uso” (SPANGENBERG, p. 20-21).

O grande período, que o debate sobre a valorização da natureza percorreu para chegar a ter efeito nas estratégias de desenvolvimento, na forma como entendemos hoje, efetivamente desde o pós-guerra, até finalmente conquistar legitimidade política dos governos nacionais, de quase todos os países do mundo, ocorrido no final do século XX, indicou o enorme desafio de equalização do desenvolvimento com a ação de coordenação estatal dos agentes econômicos, voltadas para a consecução de metas de justiça social, desempenho econômico e sustentabilidade ambiental. A experiência recente de desenvolvimento do Governo da Floresta, no Acre, tem sido importante para aferir o caráter sustentável do desenvolvimento nessa região mais ocidental da Amazônia.

As atividades produtivas já estavam em desenvolvimento e bastante encastoadas com a política econômica governamental quando, dos conflitos sócio-ambientais, no campo, surge o Movimento Social de Seringueiros, com a organização dos sindicatos rurais, dando visibilidade para o tema da natureza. A articulação da luta pela terra, com a ecologia e a internacionalização da resistência dos seringueiros do Acre pela causa das florestas tropicais, alertaram o mundo sobre a importância da preservação ambiental e proclamaram a necessidade dos processos de desenvolvimento incorporarem a dimensão da sustentabilidade ambiental, como princípio do desenvolvimento. Diante das sofisticadas máquinas, cada vez mais complexa em suas engrenagens, das herméticas teorias sobre o planeta, bem como dos eloqüentes discursos políticos, laudatórios ou não, de forma muito trágica, foram os seringueiros que, no interior das florestas acreanas, tomaram as medidas mais concretas de preservação da natureza, com os empates contra as derrubadas das florestas acreanas, semelhante a outras formas de resistência na latino-américa. Da sua experiência derivaram-se os últimos elementos para o projeto político do Governo da Floresta.

SEÇÃO IV. O GOVERNO DA FLORESTA E O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ACRE, 1999-2006.

Do Movimento Social dos Seringueiros, desencadeou-se um processo político que foi se disseminando, como uma chama ardente, por toda a sociedade do Acre. Mediante processos de mobilização política, tributários das propostas sócio-econômicas dos seringueiros, políticos locais, lideranças sindicais, adeptos, intelectuais, técnicos, fomentadores da cultura, foram agregando-se pela via partidária da Frente Popular do Acre – FPA, com a finalidade de chegar ao governo do Acre e poder promover as medidas políticas e econômicas, orientadas para o desenvolvimento sustentável, de modo a gerar melhoras no padrão material da vida social. Tal façanha completou-se com a ascensão da FPA ao poder do Estado, quando Jorge Viana foi empossado ao Palácio do Governo, em janeiro de 1999, nomeando-se como Governo da Floresta. Mal passados os primeiros quatro anos de mandato, e embora tenha sido reeleito para exercer mais outros quatro anos, o Governo da Floresta passa a ser alvo simultâneo de muitas críticas e/ou ovações. As contestações proclamadas resumiam-se na cantilena do governo colocar em marcha, a batida história de desenvolvimento insustentável, agora, com a fase de mercantilização da natureza, enquanto os que se compraziam dele, aclamavam o desenvolvimento sustentável que havia dado estabilidade social, dinamizado a economia e melhorado o bem estar material de vida dos acreanos. Esta seção tem o objetivo de considerar essas formulações buscando agregar mais informações que possam dimensionar o Governo da Floresta, de forma conjunta com o emparelhamento de algumas variáveis, que testem o desempenho do desenvolvimento sustentável e a prosperidade da vida material e social da população do Acre que ele anuncia.

Embora os fatos históricos estabeleçam conexões com uma ordem seqüencial de encadeamento de eventos sucessivos, que se cristalizam pelas dimensões de tempo-espço, de acordo com as distintas lógicas, decorrentes das interações dos múltiplos agentes envolvidos no decurso dos acontecimentos, ao longo da evolução histórica, podemos dizer que os mais relevantes deles, deixam suas marcas nas suas fases posteriores. No caso do Acre, por exemplo, os desdobramentos mais significativos, relacionados aos conflitos sócio-ambientais sucedidos entre seringueiros e fazendeiros, durante as décadas de 1970-1980, que dividiram a sociedade acreana e suas instituições estatais, praticamente ao meio, com os prós e os contras, os seringueiros, relativos ao uso dos recursos naturais e o seu papel no processo de desenvolvimento, ocorreram atrelados às disputas políticas, em torno da direção do governo estadual, nos anos 1990. Os agentes econômicos e políticos que se agruparam em torno do legado das lutas de resistências dos seringueiros, sucedidas naquela quadra temporal, entraram no embate da disputa eleitoral, com o objetivo de defender as mudanças reivindicadas pela proposição sindical de seu principal líder, Chico Mendes, preceituada na indissociabilidade do desenvolvimento com a sustentabilidade ambiental e pleitear, através desse legado, a adesão social para apoiá-los na conquista do poder do Estado.

Segundo Gramsci (1987, p. 119) “de fato toda a fase histórica deixa seus traços nas fases posteriores”. Nesse sentido, o movimento sindical dos seringueiros, que trazia como estratégia política a luta simultânea de enfrentamento partidário, a ser protagonizada por dentro do aparelho estatal, como tática de ocupação dos postos importantes de decisão da política econômica, via esfera governamental, concretizou-se, efetivamente, com o processo de disputa parlamentar, que se desencadeou, inicialmente, com a vitória de Marina

Silva, para vereadora de Rio Branco, em 1988, reeleita deputada estadual em 1990, e senadora, em 1994; eleição de Julio Barbosa de Aquino, companheiro de Chico Mendes e liderança sindical dos seringueiros, para a prefeitura do município de Xapuri, em 1992, e reeleito em 1996; da vitória de Jorge Viana, profissional liberal e funcionário público, adepto do movimento, para o governo municipal da capital Rio Branco, naquele mesmo ano, de 1992. No entanto, a grande disputa que mobilizaria o debate sobre o desenvolvimento e sua relação com a natureza, aconteceria nas eleições para o governo do Estado, em outubro de 1998.

Em outubro de 1998, com o slogan “Governo da Floresta”, o candidato Jorge Ney Viana Macedo Neves, mais conhecido como Jorge Viana, à frente de ampla coligação política, designada como a Frente Popular do Acre – FPA, foi eleito ao governo do Acre, com 57,7% dos votos, vencendo o candidato de oposição, Alécio Dias (PFL), que obteve 26,3% da contagem eleitoral, seguido por Francisco Brígido da Costa, Chicão, com 14,7% das intenções dos eleitores acreanos⁶². No ano de 2002, foi reeleito no primeiro turno, com mais de 60% dos votos válidos. Estes fatos políticos marcaram profundamente a historiografia sobre o Acre e o Governo da Floresta que se instalou, desde então, ou passou a ser considerado como um fenômeno, herdeiro das causas dos movimentos dos povos da floresta (SANT’ANA JR, 2004; GARRAFIEL, 2008; COSSON MOTA, 2007), popularizado nacional e internacionalmente por seus feitos ou foi nominado como tributário da corrente histórica de expropriação social, generalizada (PAULA, 2005; MORAIS, 2008; GUIMARÃES JUNIOR, 2008) com a diferença de apresentar rótulos novos para recipientes velhos.

Mas, para além do mérito da polêmica, esses acontecimentos, praticamente, repaginaram, sob nova luz, os eventos históricos, do Acre, e o seu desdobramento recente provocou uma ruptura a que todo acreano, minimamente ciente da vida político-econômica estadual, nato ou adotivo, há de fazer referência, isso porque as medidas governamentais adotadas, produziram transformações práticas, de tal modo, que seus efeitos podem ser observados, empiricamente, pelo mais simples homem comum.

No entanto, se o feito do Governo da Floresta foi resultado, de certa forma, da articulação entre variados aspectos políticos e econômicos de onde se derivou relativa legitimidade política com o crescente endosso social dos acreanos, ao seu projeto do governo, o mesmo não se pode dizer do consenso acerca dos resultados empíricos que sua política gerou. A implementação das políticas governamentais de desenvolvimento, ao contrário, têm sido motivos para muitas controvérsias no debate público acreano, advindas tanto do meio acadêmico, quanto do corpo populacional mais especializado.

Seguramente este trabalho não tem a pretensão de fazer caso da polêmica sobre o Governo da Floresta, nem entrar no mérito da questão partidária de seu sucesso ou fracasso, senão que seu único intuito é de procurar conectar, do ponto de vista sociológico, os fios soltos que podem ajudar a entender melhor a especificidade desse governo, a partir dos dados estatísticos e análises científicas disponíveis.

Então, buscar compreender o Governo da Floresta (1999-2006) que se consolidou amparado por um discurso que atualizava fases históricas, implicou retomar os valores da Revolução Acreana, que elevaram as terras acreanas à condição de Território Federal, em 1903; o Movimento Autonomista, de 1950, que defendeu a transformação do Território do Acre em Estado Federal do Acre, ocorrida em 1962; o posicionamento

⁶² Cf. Horário Antunes, 2004.

contrário à política nacional de desenvolvimento das décadas de 1960-1970, de incentivo à pecuarização da Amazônia e desfavorável à população local; os movimentos sociais (sindicalismo rural e povos indígenas) de resistência contra os desmatamentos e em defesa das florestas, que teve em Chico Mendes, sua principal referência política; a condenação da deterioração do patrimônio público e descaso político dos governos anteriores, marcados por corrupção e insegurança pública generalizada; por fim, entender o governo Jorge Viana que legitimou a sua ação governamental, encampando a proposta de desenvolvimento sustentável que combinava diferentes forças sociais, principalmente os trabalhadores rurais – liderados pelos seringueiros – e assumiu o compromisso de equilibrar melhor o uso dos recursos naturais com incremento econômico e material das forças produtivas, tendo como objetivo elevar o padrão de bem-estar social do conjunto da população, como base necessária para conformação de uma identidade local, dotada de auto-estima do ‘ser acreano’, significou lançar luz sobre estes acontecimentos, numa perspectiva de conjunto, na intenção de discriminar, exatamente, como eles foram sendo acoplados à proposta política governamental, que caracteriza a originalidade desse Governo.

A convergência desses fatores, em sentido geral, concorreu para a ascensão do governo, mas as diferentes motivações, expectativas e interesses, envolvidos neles, se melhor aprofundadas, certamente, podem jogar um pouco mais de compreensão sobre a dinâmica de como ele se processa e desenvolve.

Quando assumiu o Palácio do Governo em janeiro de 1999, Jorge Viana passou a tomar no terreno prático da gestão pública às medidas políticas⁶³ que havia pactuado socialmente para chegar ao poder, dentre as quais podemos destacar, sinteticamente as seguintes: i) modificou a estrutura administrativa das secretarias de governo, ajustou o orçamento estadual, valorizou a disciplina do trabalho, compôs um quadro de pessoal técnico, fomentou a capacitação dos servidores públicos; ii) reformou a infra-estrutura das instituições públicas, mercados, Palácio do Governo, centros memoriais, equipando-os com máquinas e equipamentos modernos, computadores, internet, veículos; iii) implementou obras de construção civil em todos os setores sociais, estradas e rodagens, educação, saúde, cultura, esporte-lazer, segurança pública; iv) assimilou demandas das diferentes categoriais sociais, principalmente de seringueiros, indígenas, também comerciantes, industriais, funcionários públicos; v) destacou a memória e a cultura regional, homenageou heróis,

⁶³ Quanto às melhorias de infra-estrutura destacam-se as reformas do Centro Comercial de Rio Branco, a Travessa das Capitâneas, às margens do rio Acre, o Centro Comercial da Avenida Epaminonda Jacome, a Praça da Gameleira e as Casas Comerciais antigas, o Mercado Velho, onde os produtores comercializavam produtos agrícolas, manufaturados e artefatos diversos; o Palácio Rio Branco; Museu da Borracha; Casa dos Povos da Floresta, para valorizar a cultura indígena, seringueiros, ribeirinhos, castanheiros, conta com sala de exposição de artesanatos, artefatos, sala de documentação, videoteca com a história, sobretudo de Chico Mendes, e luta dos seringueiros; reformado o Memorial dos Autonomistas, símbolo da luta pela elevação do Território a Estado do Acre; Teatro Hélio Melo; erguido monumento em homenagem a Chico Mendes, na Praça do Palácio (Jornal A Catraia, Rio Branco\AC, dezembro de 2004. Jornal Laboratório do Curso de Comunicação Social\Jornalismo da Ufac, Ano I, Edição 1; Jornal O Tablóide, Ano 1, Nº 1, Rio Branco\AC, 6 de agosto de 2006). Ademais, foram reformadas e construídas escolas, em praticamente todo o Acre, melhorado as instalações de saúde, postos de saúde, hospitais, na cidade de Rio Branco construído o Hospital da Criança, do Idoso, reformas da Maternidade Bárbara Heliadora; reformas e ampliações dos prédios públicos, as Secretarias de Governo, o Palácio das Secretarias; obras de habitação; reformas, aberturas, asfaltamento de estradas e rodagens, construção de pontes, Ponte Brasil-Bolívia, ligando Epitaciolândia a cidade de Cobija, Ponte Joaquim Macedo, sobre o rio Acre, além de parques urbanos, como o Parque do Tucumã e o Parque da Cidade.

construiu monumentos póstumos, estimulou à preservação de datas históricas, difundiu a história acreana para o Brasil e o mundo; vi) a tudo isso juntou à valorização do meio ambiente, como modelagem geral do seu projeto de governo, para direcionar o modelo de desenvolvimento no Acre, centralizando a política econômica numa mesma direção amalgamada pelos traços mais eminentes da cultura local. E durante os seus oito anos de governo, praticamente modificou o conceito sobre o Acre, esforçando-se por produzir uma identidade do ser acreano.

Nestes oito anos de mandato governamental, o governo intitulado “Governo da Floresta” tem sido alvo de muitas críticas e referências exitosas. No plano das críticas, elas se resumem a diagnosticar, unilateralmente, a afirmação de que o governo está pondo em curso, a devastação das florestas acreanas, com a intensificação das atividades madeireiras e pecuaristas, com concessão de áreas florestais, para exploração de setores empresariais, massificação de planos de manejos madeireiros e estímulo ao incremento da pecuária, pressionando cada vez mais as florestas nativas. Tudo isso tem feito, alega-se, usando o nome daqueles que, outrora foram os principais defensores da manutenção da floresta, como Wilson Pinheiro e Chico Mendes, dentre muitos outros representantes dos seringueiros, que morreram em conflito por terra no Acre, como forma de legitimar a sua política de desenvolvimento.

Os que elogiam, dizem, ao contrário, que o referido governo pôs em movimento um projeto de desenvolvimento de uso sustentável dos recursos naturais, baseado na exploração racional da madeira, através da adoção dos planos de manejo florestal, que têm reduzido, significativamente, os índices de desmatamentos, extração ilegal de madeira e do desperdício florestal, além de ter modernizado as atividades de agropecuária com a otimização das áreas já abertas de capoeira, incentivo do uso de rodízio de pastagens para o gado, acompanhamento de sanidade animal e controle sanitário das criações. Ligado a esse desempenho de tonalidade mais econômico, tem valorizado os aspectos culturais da população e recuperado elementos que homenageiam as principais fases da história acreana. Todos esses elementos foram combinando, intermediado por uma plataforma comum de relação com a natureza, traço este que teria amalgamado um alicerce no qual repousaria a identidade do acreano, compatível, portanto, com o desenvolvimento sustentável, adotado pelo governo do Acre.

Mas, apesar de tão refratárias abordagens, elas acabam positiva ou negativamente por revelar um ponto comum, que sugere o que havíamos deduzido, a saber, o de que elas mal ou bem, colocam em evidência o Governo da Floresta e, portanto, reconhecem o seu caráter emblematicamente evidente. Tal fato nos remete a investigar seus feitos que o colocaram em ruptura, diante dos governos anteriores pois, ao que parece, nenhum deles foi capaz de voltar para si, tantos olhares, desde o simples homem comum até pesquisadores nacionais e internacionais, fenômeno que pode ser facilmente constatado com um rápido passar de vista na imprensa falada ou escrita, em jornais locais, nacionais ou estrangeiros. Contudo, para além da evidência do governo e de sua excelência ou não, o que merece ser destacado como ponto de partida, para sair dessa nebulosa, são as ações práticas que têm pautado a sua gestão, em torno do desenvolvimento, no âmbito local. Talvez, partindo da análise empírica, possamos contribuir para entender esse governo tão polêmico e ao mesmo tempo reconhecido politicamente.

Nesse sentido, tomaremos um conjunto de indicadores⁶⁴, a partir dos quais observaremos a dinâmica do desenvolvimento, com o objetivo de aquilatar a ação com o Governo da Floresta, entre os anos de 1999-2006, período que compreende o interesse da pesquisa, procurando sempre dimensionar os reflexos nas duas maiores cidades da região, Rio Branco e Cruzeiro do Sul.

Convém fazer uma última observação. Como essa secção exigiu uma enorme base de informações, dividimo-na em quatro subsecções, a fim de evitar que ela ficasse muito estendida e também para que, didaticamente, facilitasse melhor a sua organização. A maior parte da base de dados adotada, deriva de fontes do IBGE, mas muitos registros foram feitos baseados na publicação *Acre em Números*, da Secretaria da Fazenda, do Estado do Acre. Tentamos sempre garantir a disponibilidade das informações, na série temporal, que compreende a gestão do Governo da Floresta, para que pudéssemos dimensionar os avanços e\ou retrocessos quantitativos. Nas vezes que isso não foi possível, dispusemos os dados de maneira a contrabalançar esse período, do governo referido utilizando-se de séries mais longas ou curtas ou mesmo de períodos temporais intercalados, não-seriados. Ademais fizemos uso de informações jornalísticas, relativas às ações governamentais. A princípio tínhamos pensado em lançar mão dessa fonte para, semelhante aos dados sistematizados do IBGE e\ou *Acre em Números*, fazer o mesmo com as ações executivas do Governo, empreendidas. Mas isso ia alongar demasiado a secção, mais do que ela já está, e, além disso, teríamos muita dificuldade em sistematizar séries jornalísticas, às vezes tão alternadas no tempo. Então, optamos por utilizá-las, de maneira mais livre, ao invés de dispensá-las, pois consideramos sua importância em localizar as rubricas dos investimentos, os setores fomentados, de forma que ajudam a apreciar melhor os dados seriados, quantitativos, descritos secamente. Finalmente, importa registrar, que em muitas situações não foi possível trabalhar as informações estatísticas de maneira proporcional para as duas cidades referidas (Cruzeiro do Sul e Rio Branco), devido os dados não estarem disponíveis desagregados por regiões.

Nesta primeira parte da secção começaremos analisando as três dissidentes análises, concernentes ao Governo da Floresta com o objetivo de localizar os pontos de divergências\convergências suscitados pelas referidas pesquisas acadêmicas, de modo a poder confrontá-las, frente a novos dados empíricos disponíveis, bem como diante de outro ângulo de investigação. Os estudos que serão abordados, como foi dito, foram selecionados, devido a convergência temática da investigação que eles propõem, sobre a qual teríamos que nos manifestar em razão da nossa análise também estar voltada para compreensão do Governo da Floresta, assim como estes.

⁶⁴ Importa registrar que nossa pesquisa não trata de estudar metodologia de indicadores, tampouco temos a pretensão de aperfeiçoar índice para medir desenvolvimento. O estudo utilizará base de dados de institutos de pesquisas, que medem o índice de desenvolvimento social e econômico das cidades brasileiras, já consolidados como fontes secundárias. O diferencial é que, como usaremos bases de dados, que podem comportar metodologias de cálculos diferenciadas, faremos uma abordagem própria, em termos metodológicos, para o cruzamento dos mesmos, dentro dos interesses da pesquisa, sendo que, os dados usados constarão somente como dados “limpos” quantitativamente, e que a análise que faremos será de inteira responsabilidade do autor.

4.1 Situando a polêmica sobre o Governo da Floresta frente às pesquisas acadêmicas mais recentes

Neta primeira parte da secção, optamos por fazer um sintético balanço da literatura especializada, mais recente sobre o governo em questão, com a finalidade de precisar melhor nossos objetivos, donde podemos partir das lacunas e/ou indagações deixadas em aberto, pelos trabalhos a serem considerados. Sem pretender elencar o cardápio completo dos vários autores que escreveram sobre a gestão do governo de 1999-2006, resolvemos selecionar os três mais representativos trabalhos que, de uma forma ou de outra, acabam recobrando os questionamentos mais polêmicos dos demais posicionamentos ausentes, seja porque apresentam a mesma linha de argumentação, seja porque foram consultados nos trabalhos escolhidos. Então, escolhemos as seguintes pesquisas: i) Paula (2005), intitulado *Desenvolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental*; Morais (2008), *Acreanidade: invenção e reinvenção da identidade acreana*; Horacio Antunes de Sant'Ana Jr. (2004), *Florestania: a saga acreana e os povos da floresta*, por considerar que estas pesquisas ganharam relativa expressividade, do ponto de vista da análise sobre o desenvolvimento regional e que cobriram mais ou menos o período temporal da investigação, ou os que foram mais difundidos, bibliograficamente, no âmbito local, descurando deste panorama, textos como os disponíveis em colunas de jornais locais, nacionais ou estrangeiros.

Um dos trabalhos mais controversos desenvolvido no Acre, refere-se à tese de Paula (2005) *Desenvolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental*, concluída em 2003, princípio do segundo mandato do “Governo da Floresta”. Como o próprio título procura indicar, o autor contestou, de forma incisiva, o projeto político de desenvolvimento sustentável, finalizando sua análise, invertendo o princípio da ação do governo, afirmando o seu caráter insustentável. O autor parte do pressuposto de que três acontecimentos produziram a fórmula do desenvolvimento sustentável, que amparou o plano de governo Jorge Viana: i) o primeiro acontecimento foi a equalização dos conflitos agrários, com a criação de várias modalidades de assentamentos sustentáveis, como as Reservas Extrativistas – RESEX e Projetos de Assentamentos Extrativistas – PAE, ambas políticas criadas pelo governo federal; ii) o segundo fato foi a consideração dos movimentos sociais do campo e da cidade, na formulação de políticas públicas; iii) o terceiro diz respeito à própria eleição do governo da Frente Popular do Acre – FPA ao executivo estadual, respaldado pelo sindicalismo rural dos seringueiros. A convergência desses três componentes, teria favorecido a adoção de medidas de desenvolvimento sustentáveis, uma vez que os conflitos fundiários haviam cessado, os movimentos sociais estavam agora com maior poder de controle das ações governamentais e a direção política do governo estadual, nas mãos daqueles grupos de esquerdas, apoiados pelos referidos movimentos sociais e sensíveis à preservação da natureza (p. 19-20).

Na trilha dessa hipótese, o referido autor contesta a base de sustentação governamental e questiona:

(...) em primeiro lugar, se o problema da distribuição e do ordenamento jurídico do uso social da terra estaria mesmo solucionado de forma satisfatória. E (...) se esse fato reiteraria a idéia de que a democratização do acesso à terra teria repercutido diretamente na democratização do poder político, uma vez que algumas lideranças dos segmentos sociais subalternos no campo ascenderam a postos no poder legislativo e

executivo do estado em 1998. Em última instância (...) se alguns traços fundamentais que caracterizam a ‘modernização conservadora’ – como a manutenção de uma estrutura fundiária concentrada na grande propriedade rural e exclusão de acesso à terra aos segmentos sociais subalternos – desencadeada no campo pós-1964 no Brasil não teriam reproduzidos também no estado do Acre. No contexto mais geral, a pesquisa (...) procurava indagar até que ponto, sob condições mais restritivas ao processo de desenvolvimento nos países periféricos – advindas das imposições do novo ciclo de acumulação capitalista internacional – as possibilidades ou ‘alternativas de desenvolvimento sustentável’ de cunho regional ou local poderiam ser interpretadas como mais promissoras” (p. 21-22). [A conclusão do autor atesta cabalmente o seguinte]: “...pretendemos demonstrar que houve modificações na forma mais não no conteúdo de um desenvolvimento insustentável (PAULA, 2005, p. 22).

Teoricamente, referenciado no conceito de Estado Ampliado, formulado por Antônio Gramsci (1980) segundo o qual a noção de Estado não pode ser entendida somente como coerção dos aparelhos repressivos de estado (força militar) – sociedade política, estrito senso – mas deve ser tomado como uma correlação de forças, que se estabelece, dialeticamente, no confronto da sociedade civil – aparelhos de hegemonia, interesses privados (economia), escolas, instituições culturais, partidos políticos. Embora sua definição conceitual não esteja descrita no texto, sua noção teórica significa que a superestrutura política, os governos, o próprio Estado e seus canais de representação, não se erguem, no limite, como reflexo das relações, instituídas somente no âmbito dos interesses econômicos, uma vez que o dorso da super-estrutura estatal se estende para além do interesse econômico e recobre, simultaneamente, a disputa política pela legitimidade de poder que se desenvolve no seio da sociedade civil, local, por excelência da disputa por hegemonia e busca de consenso entre os diferentes agentes sociais. Nesse sentido, o autor elege o INCRA-AC, como instituição localizada na sociedade política e o MSTR, como a expressão de forças sociais, inscritas na sociedade civil, para entender como essas instituições atuaram ou participaram na definição do curso do desenvolvimento no Acre. Nota-se, portanto, que a sua formulação escapa da análise direta do Governo da Floresta, embora suas apreciações, indiretamente, apontem para a política governamental estatal.

Considerando que tais instituições, INCRA e Sindicalismo Rural, interferiram, de forma diversa, promovendo conquistas substantivas para o redirecionamento do projeto de desenvolvimento, levado a curso, pelos militares nos anos 1970-1980, as mesmas se renderam aos determinismos econômicos. Em linhas gerais, o autor conclui por um desenvolvimento insustentável, com base nos mencionados dados: i) primeiro, que os conflitos fundiários não tinham desaparecido, dados do INCRA indicavam focos de conflitos de terras, em vários pontos do Acre, embora localizados e de pequeno alcance; ii) a concentração fundiária persistiu em que pese a criação de vários projetos de assentamentos extrativistas e reservas extrativistas; iii) os representantes e lideranças dos movimentos sociais haviam sido cooptados pela estrutura governamental e, agora, faziam parte dos quadros do governo, e assim, teriam relegado os ideais de Chico Mendes; iv) a ascensão do governo estadual, sob o princípio do desenvolvimento sustentável, se revelou, insustentavelmente, com a intensificação da atividade da pecuária, inclusive em áreas de reservas extrativistas, extração madeireira com a prática do manejo florestal comunitário e

empresarial, instrumentalizada, legalização da Lei Estadual Nº n°11.284/2006 de concessão de florestas públicas ao domínio de exploração privado. Acresce-se ainda, como traços complementares de sua argumentação, a baixa produção de borracha, a dependência financeira do governo estadual, aos cofres da União e financiamentos internacionais, além da fraca capacidade produtiva agrícola e industrial, devido à incipiência do incremento tecnológico produtivo.

As afirmativas categóricas do autor mostram-se tão convincentes em seus elementos analíticos que, praticamente, deixa o leitor quase sem fôlego. Mas se tivermos um pouco de atenção, poderemos identificar pontos que escapam a sua observação, talvez, até porque, estivessem fora de seu interesse de pesquisa. Antes de precisar algumas indagações, a respeito das bases empíricas, sobre as quais, a pesquisa se funda, cabe fazer algumas observações gerais. A primeira delas refere-se: i) à base de dados, utilizada pela pesquisa, da mesma, não está uniformizada temporalmente, sendo que os indicadores apresentados, na sua maioria, fazem referência ao período temporal, relativo aos anos 1970-1998, portanto, antes do governo Jorge Viana 1999-2006; com exceção de alguns dados, como a situação de terras de domínio privado, situação fundiária, contagem da população, que chegam a cobrir até o ano de 2001, assim como a experiência do Projeto Lumiar e o Projeto de Castanha, localizadas antes dos anos 2000; ii) a outra observação faz referência ao fato da área de abrangência do estudo restringir-se à regional do Alto Acre, portando, não permite nenhuma aferição mais representativa, acerca da segunda regional mais importante do Estado, o Juruá.

Em segundo lugar, e do ponto de vista teórico, embora o autor trabalhe com a noção de Estado Ampliado de Gramsci que pressupõe uma inter-relação entre política e economia, de indissociabilidade “do programa de reforma econômica (...), da maneira concreta, com a qual toda reforma intelectual e moral se apresenta” persiste uma visão marxista mais clássica, de determinação do econômico, que condiciona o complexo ideológico superestrutural subjugando a política, que se desfaz pela força do capital (como se o capital fosse um ser fantasmagórico) internacional que parece pairar como uma instância apartada, tanto da sociedade civil – onde, segundo Gramsci, situa-se o mercado – como da sociedade política, onde se localiza o Estado estrito senso. O autor sintetiza: “em suma interessa chamar atenção (...) para a adoção de uma estratégia do capital para submeter os Estados nacionais ao modelo neoliberal, articulada no formato de uma pinça: numa ponta, pressiona a sociedade política para executar as reformas estruturais; na outra, empurra, através de incentivos financeiros, a sociedade civil para a ‘única alternativa’, a do ‘mercado’” (p. 323). Num outro momento, fazendo referência sobre a mercantilização da natureza, designa o predomínio do privado, na esfera da economia (sociedade civil) e o público da política, vejamos a citação: “Enfim, deve-se deixar bem explícita a idéia de que essa mercantilização expressa a dominância da absolutização do privado em relação ao público, nos mais diversos domínios da vida e em escala planetária” (p. 339). De qualquer ângulo, observa-se a distinção orgânica de separação da sociedade civil (forças econômicas) e sociedade política (expressão jurídica), como se fossem duas realidades totalmente independentes e reduzindo a sociedade econômica a pura economicidade, exatamente o posicionamento que Gramsci havia recusado, essa separação entre Estado e vida econômica (SEMERARO, 1999; GRAMSCI, 1988).

De tal modo há um embaralhamento direcionado da análise que os dados parecem ficar sem saída, ou melhor, independente das evidências, a investigação conduz sempre a argumentação para uma mesma direção, de maneira que, se houve redução do

índice de Gine de desconcentração de terra de 0,9 para 0,6 dos anos 1970 para 1990 persiste a concentração fundiária, ou a mudança não é satisfatória, sem que se considere o significado da redução; e se foram criados vários assentamentos extrativistas e reservas extrativistas e assentadas milhares de famílias, antes em situação de conflito de posse, agora não mais só a terra resolve o problema; agora se coloca a necessidade de inserção econômica, mas se o mercado parecia a saída, agora passa a ser um problema, dado a dinâmica de estruturas de mercado nacional e internacional oligopolizadas; e quando os produtores negociam 50% de sua produção agrícola, esses canais de trocas são intermediados por redes de clientelismo; quando os trabalhadores rurais, antes invisibilizados politicamente, tornam-se lideranças e ascendem ao poder e conseguem inserir-se, politicamente, para mediar suas demandas, é porque elas foram cooptadas pelo aparelho estatal; e quando melhoram de vida material, ocorre diferenciação social, em função de benefícios políticos; quando o Estado acessa recursos internacionais, de agências financeiras, multilaterais, é porque foi subordinado ao capital; se os recursos naturais entram no jogos das trocas econômicas, à base de determinadas experiências-pilotos e transformam-se em políticas públicas, sob o endosso da maioria dos segmentos sociais é porque os ideais foram encapsulados pela mercantização da natureza. De todos os modos os dados ficam enredados num círculo que se fecha em si mesmo, sob o manto do mercado, trazendo a dificuldade para a aferição de mudanças, mesmo considerando que tais alterações pudessem ter se processado por dentro do sistema capitalista dominante. Ademais, o mercado figura quase sempre como uma instância amaldiçoada, como se não fizesse parte da vida social e não fosse um espaço através do qual o trabalho produtivo dos trabalhadores pode ser parcialmente intermediado.

Mas apesar de tudo, não é sem razão o pessimismo e recusa do autor, em considerar certas informações, embora as evidências empíricas contestem parte de sua argumentação, senão, vejamos: i) na (p.85) apresenta uma tabela (Quadro 1.4) do demonstrativo da produção agropecuária, de 1970-1996. No quadro, a produção vegetal tem crescido, significativamente, no período de 1996, em comparação com o ano de 1970. Tanto a produção de arroz, feijão, milho, banana, mandioca, apresentaram incremento de área plantada e produção colhida. O extrativismo (borracha e castanha) manteve produtividade decrescente, enquanto a produção madeireira cresceu vertiginosamente. O mesmo ocorreu com a atividade da pecuária, que aumentou na ordem de 900%, em relação ao período indicado. O autor comenta: “apesar da política fundiária e ambiental e do extrativismo ter obtido certa valorização, ao ser incorporado nas definições de regularização fundiária, de posse e uso das terras, a produção de borracha e castanha, consideradas sustentáculo da economia no estado, foi reduzida em dois terços, enquanto a extração madeireira foi incrementada em cerca de 600%. Desse modo, confirma-se uma situação paradoxal: enquanto, por um lado, aumentam-se as proporções de áreas, destinadas legalmente à exploração ‘racional’ dos recursos naturais (como as reservas extrativistas e os projetos de assentamentos extrativistas), por outro, inviabiliza-se a reprodução social das famílias, que vivem dessa atividade” (p. 85). Nota-se que não merecem destaque as atividades agrícolas, a diversificação produtiva, que saem de cena para dar ênfase somente às atividades extrativistas (borracha e castanha), bem como a atividade de criação de pecuária, que havia apresentado rápido crescimento.

Nessa passagem, merecem destaque algumas observações: i) primeiro, que do ponto de vista político, a idéia de desenvolvimento sustentável foi assumido, como sustentável, a partir da política econômica do governo Jorge Viana (Governo da Floresta),

que se inicia em 1999. Os dados apresentados estão restritos ao ano de 1996, quando ainda Orleir Cameli estava à frente do executivo estadual, cuja visão do desenvolvimento, era motivada pela intensificação das atividades comerciais de madeira e pecuária; ii) em segundo lugar, é bibliograficamente generalizada, o fato de que houve uma diversificação das atividades produtivas no estado, com o declínio do extrativismo da borracha, principalmente, e que muitos trabalhadores extrativistas passaram a incrementar a produção dos cultivos agrícolas que cresceram significativamente, inclusive nas áreas de seringais. Mas o autor se ausenta de comentários sobre a diversificação agrícola que, certamente, serviu para complementar a renda familiar com a desvalorização econômica do extrativismo, por meio do desempenho de outras atividades econômicas que, sem dúvida, foi o meio encontrado pelas famílias rurais, para manterem sua sobrevivência familiar, mesmo que admitamos que a situação não fosse ideal, para considerarmos a idéia do autor; iii) o incremento da pecuária e extração da madeira, parece inquestionável, e o engajamento do autor com as questões ambientais justificam a sua preocupação, porque com estas atividades em desenvolvimento acelerado, decorre desmatamento proporcional das áreas de florestas nativas.

Mas um item de sua constatação chama atenção, o referente à menção de que nos anos 1970, a proporção de cabeças de gado, por hectares, era da ordem de 1,26 cab/ha e, em que 1996, havia passado para 1,37. Isso significa, logicamente, que houve um nível de melhora técnica da produção de pecuária, seja decorrente da possibilidade de otimização do pasto, melhora de pastagens ou mesmo do manejo das gramíneas, rodízio, e uso de cerca elétrica, etc. Mas, mesmo diante de dados da Embrapa (1999a), que demonstra que houve aumento de produtividade de cabeças\hectares, na p.87, o autor tenta buscar sua própria explicação e conclui:

(...) Sabemos que os pecuaristas têm a intenção de apresentar resultados convincentes da sua capacidade de ‘modernização’, contudo não é menos verdadeira a suposição de que a Embrapa – implantada no Acre na década de 1970, com uma atuação direcionada de oferecer suporte à pecuária – tenha necessidade de ‘justificar-se’ perante a sociedade, apresentando de forma positiva os resultados de seu desempenho institucional. É muito difícil avaliar com precisão, a partir da base de dados existentes, os índices de produtividade exatos da pecuária acreana (...) Na média geral, a pecuária amazônica apresenta claras características impeditivas de concorrer frente a uma globalização da economia; tais como: a) baixa produtividade por animal e hectares; b) baixa persistência de pastagens; c) baixo índice de natalidade; d) elevado intervalo entre partos; e) abate com idade elevada e peso baixo; baixa qualidade da carcaça (PAULA?, 2005, p. 88).

Transparece claro, nos termos da pesquisa, sem olvidar o perigo ameaçador que a pecuária significa para a região amazônica, a evidente subestimação da possibilidade de tecnificação da pecuária, na região. Diante dos dados, o autor remete à inconfiabilidade das fontes e submete a análise para uma dimensão mais ampla, recorrendo às informações da SUDAM/PNUD (1997, p 21) produzidas para a região amazônica, que pela citação não se tem ao certo, se faz referência ao Acre ou não.

O autor apresenta dados da pesquisa FINEP – *Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais* (PAULA, 2002) e de

outros diagnósticos sócio-econômicos (p. 327), para áreas de assentamentos extrativistas e reservas extrativistas que apresentaram indicadores favoráveis de melhoria das condições gerais de vida, aumento da renda e oferta de trabalho. Cita a experiência da Usina Chico Mendes para produção de Castanha, em Xapuri, que chegou a constituir-se no segundo maior empregador do município, perdendo apenas para o setor público. Mas sem se deter no impacto sócio-econômico que estas pesquisas poderiam indicar, na superação de contextos anteriores de fragilização econômica e política, desliza ligeiro para constatar que, no caso da Usina de Castanha, ao que pese os obstáculos encontrados pelos seringueiros, para gerenciarem sua própria atividade produtiva, um fenômeno quase inédito do sindicalismo rural, precipitou a capitulação destes, frente aos imperativos do mercado concorrencial, forçando-os a introduzirem medidas 'de flexibilização do trabalho' que, segundo o autor, anteciparam as medidas neoliberais, adotadas no governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1995 (p.330). No dorso de sua constatação chega a comparar esta pequena atividade agroindustrial, uma experiência micro, num contexto florestal, ao processo das grandes corporações de ponta, do mundo moderno industrializado, sem fazer nenhuma mediação da proporção da análise.

Em resumo, a análise do autor deixa o leitor praticamente sem saída, pois todas as possibilidades estão enredadas pelo moinho satânico do mercado. O mais complicado de tudo isso, aliás, refere-se à impossibilidade de uma base de referência para mensuração das mudanças ou alterações, porque, por todos os lados o fantasma do capital, do clientelismo, da cooptação, do mandonismo político passam a ser as balizas por onde tudo deve ser filtrado, com o complicador explicativo de que o capital é o mesmo que subjuga\explora, bem como promove a libertação e melhoria de vida.

Não se trata, certamente, de descurar os condicionantes macroeconômicos, nem negligenciar as forças internacionais de interesses políticos, que se manifestam pela esfera do mercado, com maior intensidade, tentando submeter à vida social em nível internacional, senão de procurar estabelecer balizas que definam o estatuto da mudança, a fim de que se possa averiguar a capacidade das sociedades locais ou mesmo nacionais, de influenciarem os caminhos mediante os quais decidiram trilhar, sem desconsiderar as conexões extra-nacional ou local, da sua política econômica, por dentro da qual procuram resguardar os interesses e\ou objetivos dos diferentes agentes que atuam no âmbito da vida local. No mesmo sentido, trata-se de investigar, no jogo de forças locais, como os interesses econômicos e políticos vão sendo equacionados no curso do processo histórico que lhe é específico e em que medida as antigas cadeias de dominação/subordinação e seus instrumentos (cooptação, clientelismo, mandonismo, subjugo do mercado) vão sendo superados por um tipo particular de relação social, que conduza a um processo de desenvolvimento social que eleve, crescentemente, o bem-estar material da população humana e permita a expansão das suas capacidades substantivas de existência social.⁶⁵

⁶⁵ Se cairmos na cantilena de que o 'capital' determina toda a dinâmica da vida social, incluindo as melhorias sociais que precedem à sedimentação de processos mais amplos de emancipação humana (de busca pela satisfação social das necessidades crescentes), corre-se o perigo de padecer de anacronismo esquizofrênico, quer dizer, de perder a capacidade de compreensão daquelas experiências históricas, de superação das formas de dominação, criadas, exatamente pelo moinho satânico do capital, socialmente determinado. O conhecimento milenar ensina que nenhum poder pode estar contra si mesmo. Ora, se como Karl Marx assinalou, em *O Capital*, que a contradição fundamental do sistema capitalista consiste na exploração do trabalho pelo capital, não se pode ser ingênuo, ao ponto de aceitar, que as conquistas do trabalho sejam dadas do capital, senão que resultado da força político-social do trabalho, que se mantém em permanente

No que se refere ao clientelismo, cooptação e mandonismo local, têm-se as seguintes referências.

1) Mandonismo local e clientelismo. O autor menciona que, com a criação das áreas de assentamentos, as demandas deslocaram-se para questões de infra-estrutura social e produtiva. Dentre os vários programas criados pelo INCRA, para atender às reivindicações dos assentados, o autor destaca o Programa das “Patrulhas Mecanizadas”, executado por uma ‘rede de parcerias’, envolvendo as representações dos beneficiários e os agentes públicos do município. O objetivo das ‘patrulhas mecanizadas’ consistia em promover o melhoramento e abertura de ramais, em consenso com a comunidade local. Ao INCRA caberia garantir a compra das máquinas, que repassaria para os municípios, em regime de comodato, e a estes, caberia a responsabilidade de manutenção e abastecimento do referido maquinário. Os sindicatos ficariam encarregados do monitoramento das obras e a seleção das áreas, em conjunto com os parceiros (prefeitura e INCRA).

O autor menciona que as patrulhas mecanizadas, entre 1995-1999, chegaram a realizar o melhoramento de 2.250 quilômetros de estradas e 1.390 quilômetros, via contratação de serviços de terceiros. As obras executadas tiveram uma redução dos custos, em torno de 30% a 40% nos preços reduzidos. Nesse processo de negociação, muitos conflitos se afluíram, como o das empreiteiras, disputas entre vereadores e prefeitos locais, mas, mesmo diante deles e apesar de politicamente fragilizados, comenta o autor, as representações sindicais conseguiram exercer pressões substantivas para garantir o funcionamento das parcerias, em torno das patrulhas mecanizadas. Mas com base, simplesmente, nos ‘conflitos em si’, o autor concluiu que “nem sempre estratégias políticas destinadas a descentralizar a administração pública, podem ser interpretadas como sinônimo de ‘democratização’ de processos decisórios. Elas podem, em situações como essa que está sendo examinada, revigorar o ‘mandonismo local’ (...), como a maioria das lideranças comunitárias é integrante de esquemas clientelistas, instituídos nos assentamentos, a obtenção de atendimentos preferenciais, eleva o seu prestígio político e, conseqüentemente, dos seus ‘padrinhos’ políticos” (p.306-307).

Nessa passagem, observa-se a dificuldade de aferir resultados e de compreender a dinâmica intrínseca, impressa no tecido social, local. Não se tem parâmetros para definir se, se trata de um processo de democratização e fortalecimento de forças populares ou se, de fato, predominam os mecanismos clientelísticos de subordinação política. A pressão exercida pelos sindicatos locais e a sua consideração na definição de ações públicas, atendidas via parcerias institucionais, no município, levando a cabo a realização de suas demandas, mesmo que parciais porque não realizadas em situação ideal, otimizando custos para que as obras alcancem maior extensão na comunidade, embora conduzida na correlação de forças políticas institucionalizadas, passa a ser considerada como conquista, pelo traço do favor político. Ao mesmo tempo em que os traços de clientelismo e mandonismo local são tomados como relações, objetivadas socialmente. A mudança na conjugação de forças locais com a presença sindical, quebrando interesses de empreiteiras, forçando prefeituras a realizar obras sob sua fiscalização e monitoramento, reduzem-se a atendimentos preferenciais, de esquemas clientelísticos a mando de padrinhos políticos. Assim, por todos os lados, não se sabe exatamente, em que consiste a democratização, nem tão pouco fica claro as relações de clientela e mandonismo local, agravadas, aliás, porque o

estado de mobilização\negociação com os donos do capital. Sem o entendimento deste ponto original de contradição, se perde a possibilidade de compreensão da mudança (contra ou a favor do capital).

autor não se preocupa em explicar as referidas categoriais teóricas, utilizando-as como dadas, cientificamente.

2) Concernente ao fenômeno da cooptação, o autor refere-se à absorção dos trabalhadores rurais pela estrutura governamental, principalmente as lideranças rurais, que ganharam status políticos, assumindo cargos governamentais ou mesmo como representantes parlamentares, o que segundo ele, fez com que abrissem mão dos objetivos pelos quais lutaram nas décadas de 1970-1980, modificando o legado político de Chico Mendes, de quem foram tributários. Alguns aspectos apontam essa cooptação⁶⁶: i) a pecuarização das áreas de reservas extrativistas e assentamentos extrativistas que era vista como bastante danosa à atividade extrativista, pois implicava em conversão de florestas em pasto, passaram a ser incentivadas, sem muito critério, pelas lideranças políticas dos trabalhadores e os desmatamentos seguiram ritmo frenético; ii) a exploração de madeira para fins comerciais, vista pelo sindicalismo rural, como um dos últimos recursos florestais, a ser incrementado como atividade econômica, dado à necessidade de pesquisa, acerca do melhor uso desse produto, passou rapidamente, com a ascensão do governo da FPA, como item de pauta de exportação das políticas de desenvolvimento estadual; iii) a cooptação das lideranças e clientelismo político, complementaram o deslizamento dos objetivos do sindicalismo rural, com o estrangulamento do vínculo entre os representantes e as bases sindicais e associativistas dos trabalhadores, sendo que as decisões passaram a ser tomadas no âmbito das diretorias, acirrando uma diferenciação social entre os trabalhadores, com a

⁶⁶ A ideia de cooptação política sugere a absorção dos movimentos sociais pela estrutura governamental, transformados em “correia de transmissão” dos objetivos do governo, os quais pautarão as suas demandas de reivindicação social. O exemplo concreto da pecuária e madeira é demonstrativo desse sentido especificado. Na década de 1970-1980 a pecuária foi condenada como principal inimiga dos seringueiros, assim como a exploração da madeira, pois ambas atividades implicavam em desmatamentos e deteriorização da base de recursos naturais, sobre a qual os seringueiros mantinham sua sobrevivência, isto é, de extração dos produtos da floresta. Com a politização dos interesses dos seringueiros, de desenvolvimento, baseado na manutenção da “floresta em pé”, concretizada com a criação das RESEX e PAEs e da conquista do poder estadual do governo da FPA, muitas lideranças sindicais (Federação dos Trabalhadores da Agricultura – FETACRE, STR de Xapuri, CNS) passaram a fazer a defesa da exploração de madeira em moldes racionais e criação de pecuária. Essa mudança concreta, suponho, é que se refere o autor como cooptação, ou seja, cooptação dos objetivos do sindicalismo rural, pelos objetivos do governo. Me recordo muito bem, quando o autor estava a fazer sua defesa do seu ainda Projeto de Tese, no CPDA-UFRRJ, em 2000, quando utilizou um Calendário confeccionado pela FETACRE, em que havia uma linda foto de um saudável boi gordo. O seu comentário a respeito daquela propaganda, favorável a pecuária, para os trabalhadores rurais, foi algo parecido com o seguinte: “isso jamais seria possível nas décadas de 1970-1980”. Esse simples exemplo demonstra, de forma incisiva, como os objetivos mudaram. Neste ponto, o autor tem extrema razão, mas permanece a dúvida: qual a profundidade da mudança, por que razão e em quais circunstância mudaram e se o fato de haver mudado, implica em insustentabilidade? A noção de clientelismo político, por sua vez, sugere privilégios e benefícios por laços de apadrinhamento, que passam por fora dos direitos constituídos, e estabelecem compromissos políticos, pactos programados, como por exemplo, troca de votos por favores e presentes materiais, empregos públicos, sem concurso e sem qualificação para o cargo assumido, remuneração governamental, sem trabalho. Um exemplo específico que não figura no trabalho do autor, mas que o sombria, é o fato de muitas lideranças sindicais passarem a fazer parte dos quadros de assessores de parlamentares políticos, como senadores e deputados da FPA. O presidente da FETACRE, até bem pouco tempo, por exemplo, era pago com recursos de gabinetes de parlamentares. A pergunta que urge é a seguinte: fará alguma contestação a federação dos trabalhadores, contrária ao interesse dos parlamentares que lhe pagam? As lideranças políticas dos movimentos sociais, levantarão suas vozes contra o governo que lhe garante financeiramente? Ou, ao contrário, será possível a lideranças dos movimentos, por dentro da estrutura estatal, promoverem as mudanças, visto que agora detém os meios e o poder político para tomar as decisões para a implementação delas?

profissionalização das lideranças. Tal fenômeno também esvaziou a direção das organizações de representação dos trabalhadores com a absorção das lideranças pelo aparelho estatal.

Estes elementos, mencionados de maneira geral, justificam a advertência do autor, de cooptação estatal, das lideranças de representação política do movimento sindical dos trabalhadores rurais, empiricamente balizado pelo deslocamento dos objetivos, anteriormente definidos pelos seringueiros. Em resumo, o trespasse da sociedade civil, de onde se encontravam para a sociedade política para onde canalizaram seu poder, alterou a prioridade dos seus interesses econômicos, como exemplifica o caso da madeira e pecuária. Mas até onde este argumento pode ser sustentado. Não dissemos que não existe, segundo Gramsci, diferenciação entre reforma econômica e a reforma moral ou intelectual, de determinada organização social e que, portanto, a nova concepção social dos dirigentes estatais, que passou a prevalecer, a partir de 1999, no Acre, necessariamente, passa pela organização da ordem sócio-econômica de reestruturação da relação entre os homens e estrutura econômica de produção. Nesse caso, com a idéia de sustentabilidade do desenvolvimento que começa a vigorar, as atividades madeireiras e pecuaristas antes vistas como deterioradoras do ambiente, agora, podem operar, desde que adequadas aos procedimentos de sustentabilidade, garantidos pela utilização de tecnologias, como manejo florestal e/ou otimização das áreas de pastagens, já abertas através do incremento tecnológico.

Nesse sentido, o primeiro traço que parece estar destituído de ênfase, diz respeito ao aspecto conjuntural. O assassinato de Chico Mendes, a criação dos assentamentos extrativistas, a ascensão política de trabalhadores rurais para cargos públicos, parlamentos e executivo municipal ou estatal, alterou, significativamente, os interesses dos trabalhadores. Com a resolução dos conflitos por terra, as necessidades passaram a estar conectadas com a melhoria da situação econômica; com a imobilidade da terra e relativa garantia das florestas, como recurso estratégico para a manutenção do bem-estar material das famílias assentadas, as alternativas com o uso dos recursos naturais passaram a ser primordial para o incremento da renda; com a criação de legislação ambiental e mecanismos de racionalização do uso florestal, incentivo público de financiamento da pecuária e extração madeireira, os trabalhadores passaram a agir, baseado na nova legalidade estatuída em torno dos recursos naturais; a abertura de espaços políticos institucionalizados fez com que o sindicalismo rural e suas lideranças atuassem por dentro do poder estatal, onde estavam representados desde então.

Este ponto relativo à estrutura fundiária merece um comentário adicional. Não se pode olvidar que os seringueiros na condição de trabalhador extrator de borracha inseridos na organização do seringal não detinham o domínio da terra, apresentavam-se como uma espécie de arrendatário e deviam fazer o pagamento da renda pelo uso das colocações onde moravam. Na década de 1980, auge dos conflitos por terra no Acre, 72% da população estadual morava na zona rural, sendo “que 85,3% das famílias ocupadas no setor primário não eram proprietárias das terras que cultivavam” (SILVA, 1982, apud PAULA, 1999, p. 240). Com o processo de resistência sustentado pelo sindicalismo rural, muitas áreas de assentamentos e reservas extrativistas foram criadas apaziguando as disputas pelo acesso à terra no campo acreano e, assim, reordenando o mapa minado da estrutura fundiária regional, isso porque a definição da estrutura agrária define politicamente as relações sociais de produção, bem como a desconcentração fundiária viabiliza mais terras para as famílias de trabalhadores rurais se reproduzirem nelas. Como

resultado de todo esse processo dos conflitos sócio-ambientais e agrários, cerca de 56% do território acreano (aproximadamente 9.211.595 hectares) transformaram-se em áreas de usos coletivos, projetos de assentamentos, reservas extrativistas, pólos agroflorestais, florestas estaduais, áreas de conservação ambiental de uso direito ou indireto. Só para se ter uma idéia, as unidades dos projetos de assentamentos (INCRA), reservas extrativistas (IBAMA) e modalidades de assentamentos estaduais existentes computam um total de 131 áreas para fins de reforma agrária (Acre em Números, 2007-2008). Para situar a questão, utilizaremos os dados apresentados pelo próprio Paula (2004) que demonstra a configuração da estrutura fundiária do Acre através de informações do INCRA, onde a somatória das áreas de assentamentos e discriminadas pelo INCRA, além das áreas reservas extrativistas (Unidades de Conservação de Uso Sustentável) e Terras Indígenas computam mais de 60% do total do território acreano.

Quadro 2: Configuração da estrutura fundiária do Acre

Denominação	Área (ha)	(%) do Estado
Projetos de Assentamento e Colonização	1.588.931	9,62
Terras Indígenas	2.167.176	13,2
Unidades de Conservação de Proteção Integral	1.615.815	9,78
Unidades de Conservação de Uso Sustentável	4.042.074	24,43
Áreas Discriminadas pelo Incra	4.176.064,6	24,9
Áreas da união não Destinadas	824.066	4,99
Áreas para estudo de Discriminação	1.660.478	9,93
Outras: Áreas Urbanas, militares, estaduais, etc	444.659	2,69

Fonte: Incra, 2004

In: PAULA, (2004)

Embora a análise de Paula tenha apontado para uma situação de persistência da concentração fundiária e permanência de focos de conflitos pontuais, não se pode esquecer o impacto destas políticas de reordenamento de acesso à terra que pôs fim, em termos significativos, os conflitos no campo. Não obstante, isso não significa que estejamos aceitando que houve uma desconcentração de terras em termos absolutos. Na verdade, estamos apontando indicadores mais pessimistas do que o apresentado por Paula (2005) – o autor apresentou o índice em 0,6 em 1990 – advertem sobre novo processo de reconcentração das terras na região, com o aumento do índice de Gine mantendo-se em 0,78, em 2003, o que significa alta concentração de terra. Uma explicação para a manutenção da estrutura agrária concentrada na região diante de tantas áreas de assentamentos criadas no Acre, nestes últimos anos, ocorre em primeiro lugar, em razão da redistribuição de terras para os trabalhadores rurais via assentamentos limitar-se a desapropriação daquelas áreas onde os conflitos foram mais intensos (principalmente Rio Branco, Brasiléia e Xapuri), não se caracterizando como uma política de reforma agrária generalizada que pretendia desestruturar o latifúndio; em segundo lugar, estamos presenciando novo processo de reconcentração de terras operadas pelo interior das áreas de assentamentos criadas, como revelou o 1º Censo da Reforma Agrária realizado em dezembro de 1996, cujos dados registraram que no Projeto de Assentamento Pedro Peixoto, um único proprietário detinha mais de 60 lotes de terras contínuo nesse assentamento. Essa mesma situação também foi apontada nos Projetos de Assentamentos do Humaitá e Quixadá (Paula, 1999).

No essencial, as áreas de assentamentos criadas não mexeram na estrutura fundiária geral na região, embora as áreas de latifúndios tenham diminuído visivelmente no decorrer das décadas de 1970\1980\2004. No âmbito nacional, os dados indicam a mesma dinâmica da manutenção da concentração de terras no país, em que se inclui também o Acre, onde 92, 35% dos imóveis (2.700.374) considerados pequenos – menos de 200 hectares – representam 26,59% das áreas rurais cadastradas (82.427.679,80 hectares), enquanto as áreas grandes, acima de 2 mil hectares, correspondem a 39,31% da área cadastrada, equivalente a 121.874.649,70 hectares, para um total de 19.077 imóveis rurais (0,67%). Os imóveis médios cadastrados no INCRA (204.753) correspondem a 7% do total, representam 34,10% das áreas rurais que totalizam 105.728.422,70 hectares. No caso do Acre, o maior percentual dos imóveis encontra-se nessa faixa média que varia entre 200 a menos de 2000 hectares de acordo com as estatísticas apresentadas por Eduardo GIRARDI (2008).

No entanto, se tomarmos as estatísticas seriadas das décadas de 1970-1980-2004 para analisar a situação do Acre, observaremos que os aqueles imóveis situados na faixa de até 100 hectares de módulos rurais detiveram um impacto territorial significativo na estrutura fundiária acreana. Se em 1970, eles representavam um percentual de apenas 1,77% das áreas cadastradas (71.946,4 hectares) para um total de 2.807 imóveis, no ano de 2004, eles somavam aproximadamente 16.980 imóveis rurais e representavam cerca de 20,5% das áreas cadastradas (859.298,1 hectares). Neste mesmo período, as áreas superiores a 10 mil hectares sofreram um decréscimo, baixando de 9.169.134,9 hectares (77,42% das áreas cadastradas) para 1.265.696, em 2004, equivalente a 30,3% da área cadastrada do Acre.

Quadro 1: Terras cadastradas no Acre(1970 -1980)

Área (ha)	1970				1980			
	Nº de imóveis		Área Cadastrada		Nº de imóveis		Área Cadastrada	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
1 a 100	2.807	72	71.946,4	1,77	7.591	68,89	325.667,4	2,74
101 a 1000	526	13,67	187.767,2	4,63	2.229	20,23	630.372,2	5,32
1001 a 9.999	396	10,29	971.348,6	23,97	990	8,98	1.717.723,3	14,50
Acima de 10.000	118	3,06	2.820.608,9	69,61	208	1,88	9.169.134,9	77,42
Total	3.847		4.051.671,1		11.018		11.842.898,2	

Fonte: Cadastro do INCRA(SR 14)

Quadro 3: Terras cadastradas no Acre(1970 -2004)

Área (ha)	1970				2004			
	Nº de imóveis		Área Cadastrada		Nº de imóveis		Área Cadastrada	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
1 a 100	2.807	72	71.946,4	1,77	16.980	84,98	859.298,1	20,5
101 a 1000	526	13,67	187.767,2	4,63	2331	11,66	406.010	9,7
1001 a 9.999	396	10,29	971.348,6	23,97	484	2,42	1.645.449	39,4
Acima de 10.000	118	3,06	2.820.608,9	69,61	165	0,82	1.265.696	30,3
Total	3.847		4.051.671,1		19.980		4.176.064,6	

Fonte: Cadastro do INCRA, 2004

IN: PAULA (2004) Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos. Revista NERA, Ano VII, N. 5, Agosto\Dezembro de 2004.

Contudo, embora se tenha constatado que a resolução dos conflitos fundiários e a distribuição do acesso a terra aos trabalhadores posseiros que nelas viviam não tenha ocorrido de forma satisfatória, pois o índice de Gine, em 2003, registrou um valor de alta concentração fundiária (0,785), conforme demonstra o quadro abaixo, não se pode deixar de constatar a mudança, mesmo que relativa, da situação agrária em prol dos trabalhadores rurais. A estabilidade que a posse da terra permitiu aos seringueiros, por exemplo, ao resolver os conflitos sociais, deslocou as demandas desse segmento social para outros termos, com a predominância da ordem econômica. Ora, com a situação da terra solucionada, agora, colocava-se a esses trabalhadores a problemática da sua manutenção e sobrevivência na terra recém conquistada

Quadro 4: Índice de Gini, 1992-2003

UF	GINI 1992	GINI 1998	GINI 2003	Evolução 1992-2003
Acre	0,883	0,865	0,785	-0,098
Alagoas	0,783	0,783	0,784	0,001
Amapá	0,842	0,775	0,585	-0,258
Amazonas	0,935	0,927	0,837	-0,098
Bahia	0,802	0,826	0,807	0,004
Ceará	0,684	0,695	0,691	0,007
Espírito Santo	0,615	0,632	0,626	0,012
Goiás	0,717	0,720	0,720	0,002
Maranhão	0,740	0,759	0,719	-0,021
Minas Gerais	0,745	0,754	0,741	-0,004
Mato Grosso do Sul	0,807	0,806	0,805	-0,001
Mato Grosso	0,813	0,803	0,763	-0,050
Pará	0,888	0,885	0,823	-0,065
Paraíba	0,753	0,758	0,755	0,002
Pernambuco	0,757	0,756	0,742	-0,015
Piauí	0,743	0,767	0,755	0,012
Paraná	0,693	0,702	0,677	-0,016
Rio de Janeiro	0,728	0,742	0,738	0,010
Rio Grande do Norte	0,739	0,759	0,752	0,013
Rondônia	0,631	0,631	0,567	-0,065
Roraima	0,870	0,789	0,597	-0,273
Rio Grande do Sul	0,713	0,718	0,693	-0,021
Santa Catarina	0,625	0,632	0,607	-0,018
Sergipe	0,788	0,788	0,773	-0,014
São Paulo	0,750	0,754	0,744	-0,006
Tocantins	0,661	0,685	0,678	0,017
Distrito Federal	0,781	0,804	0,827	0,046
BRASIL	0,826	0,838	0,816	-0,010

Dados: DATALUTA-Estrutura Fundiária / Cadastro do INCRA
Cálculo: Eduardo Paulon Girardi

IN: Eduardo Girardi. 2008.

Assim, se olharmos por um ângulo estritamente economicista, poderemos chegar as mesmas conclusões do autor, pelos motivos que foram elencados acima. Mas se visualizarmos que os trabalhadores rurais sempre estiveram destituídos de poder político governamental e que suas demandas passavam, de longe, por fora das políticas públicas, bem como sua voz pouca importância evocou, em termos sociais, em tempos não muito distantes, poderemos atribuir que, as vicissitudes de seus interesses modificaram-se em função das conquistas e perdas sofridas, ao longo do curso que lhe elevou politicamente, assim como face às outras forças sociais em disputa, por dentro do poder político do Estado. Aliás, a conquista do poder estatal por forças progressistas, ocorreu por intermédio

da disseminação de conteúdos político-econômicos, de reconfiguração das forças produtivas, cuja sustentabilidade ambiental representou a face mais concreta desse espírito da nova hegemonia, que se estabelecia na região.

3) O último componente responsável pela ascensão do governo da FPA, denominado como o “Governo da Floresta”, completando o tripé da fórmula do desenvolvimento sustentável, projetado no Acre, segundo o autor, teria favorecido a adoção de políticas de desenvolvimento, voltadas ao melhor uso dos recursos naturais, sob controle de bases comunitárias e solucionado os obstáculos para fazer frente aos novos desafios de manejo dos recursos. Neste componente, a chave de medida para mensuração do autor estava balizada pelo conceito genérico de que “desenvolvimento sustentável” definia-se pela manutenção dos recursos naturais para as populações presentes, sem comprometer sua oferta para as gerações futuras. Segundo ele, com as ações políticas de desenvolvimento implementadas pelo governo, de incentivo à expansão da pecuária, manejo florestal madeireiro e concessão de áreas de florestas para extração privada dos recursos florestais – incipiência do estímulo à economia dos produtos não-madeireiros – a tendência geral seria o esgotamento das florestas em médio prazo (duas gerações), com o crescimento dos desmatamentos, queimadas, associado à pauperização dos trabalhadores rurais, principalmente, nas áreas de assentamentos extrativistas mais sintomático, da agressão à natureza, posto que estas áreas extrativistas foram planejadas, exatamente, para impedir os agravos ambientais.

Portanto, a combinação destes três fatores gerou, ao contrário do slogan governamental, um processo de desenvolvimento insustentável, como o título de sua tese pretende sublinhar. Uma observação geral concernente a este aspecto, se prende ao fato de que o autor afere a insustentabilidade do desenvolvimento, tomando como parâmetro apenas o elemento ambiental, isto é, a devastação das florestas, o desmatamento, as queimadas, responsáveis pela insustentabilidade. Mas o processo de desenvolvimento vai mais além do que o ambiente, não obstante, não se sustente sem ele, visto que todas as relações humanas estão dadas pelas conexões que se estabelecem com o meio natural, assim como toda a base material deriva-se dele. O ponto chave de colocar em evidência aqui, à luz da interpretação do autor, é a intensidade, o ritmo e o modo do procedimento da intervenção humana, em relação ao meio natural.

A questão primordialmente levantada pelo autor, que recobre sua preocupação explicativa do fenômeno da cooptação política e ascensão do Governo da Floresta, parece basear-se num problema só: a política pública de pecuarização e exploração madeireira. Essas duas atividades expressam tanto a evidência da mudança de interesse das lideranças sindicais (cooptação), quanto da insustentabilidade do governo. O ponto de referência é o mesmo: nos anos 1970-1980 a madeira e pecuária foram os motivos dos conflitos agrários no campo e as causas dos desmatamentos. A defesa da floresta e o combate ferrenho do sindicalismo rural contra tais atividades, vieram como efeito desse conflito social latente, inclusive na proposta futura das reservas extrativistas, tanto madeira como pecuária, figuravam como temas bastante delicados, dentro das atividades definidas como passíveis de serem exploradas nas áreas extrativistas.

Mas podemos indagar como foi possível elas serem compatibilizadas como atividades produtivas pelo consentimento dos seringueiros e do governo intitulado Governo da Floresta? O fato delas terem sido incluídas como políticas públicas, justifica, de imediato a cooptação política e a insustentabilidade do governo?

A primeira observação é que, independente da análise do autor, a preocupação com essas duas atividades produtivas, no contexto amazônico, é algo que deve ser levado com a devida consideração que eles representam. Em segundo lugar, parece razoável pensar que, mesmo sobre condição muito adversa, pecuária e madeira pautaram os debates do sindicalismo rural e seu uso produtivo foi cogitado sob certas circunstâncias, segundo o autor sinaliza, fazendo referência ao próprio Chico Mendes, que defendia muitas pesquisas, prioritariamente dos outros produtos florestais, mas não excluía a utilização da pecuária e madeira, se condicionada por critérios de amortização de impactos ambientais. O próprio autor, ao que parece, estaria ciente de que o debate sobre a exploração madeireira e criação de animais havia sido formulado, diante do cenário de ineficiência dos mecanismos de fiscalização do aparelho de Estado, bem como da deficiência dos seus instrumentos de controle dessas atividades, conforme está exposto na publicação, *Diretrizes para um Programa de Reservas Extrativistas na Amazônia* (CNS, 1992) compilada pelo próprio autor, quando fazia assessoria ao Conselho Nacional do Seringueiro, inclusive nesta cartilha se cogitava a possibilidade de exploração da madeira, através do manejo sustentável, quando se questionava, exclusivamente, a proibição da exploração de madeira, que o artigo 22, do Projeto de Lei nº 2.892/92, de regulamentação das reservas extrativistas, propunha, com a alegação de que tal proibição, ao invés de ser geral, poderia ocorrer no Plano de Utilização das Resex, o que deixaria a possibilidade de exploração madeireira pela utilização do manejo florestal.

O próprio Sibá Marinho, citado pelo autor, vigilante liderança sindical bastante reconhecida nas áreas extrativistas de Xapuri, crítico arguto da madeira e pecuária, em entrevista concedida em 1998, mencionava que nas reservas extrativistas a pecuária poderia ser muito bem utilizada em pequena escala como reserva de valor e voltada principalmente para a produção de leite. Na sua fala, a pecuária, em si, não era um problema, e sim, a sua forma de utilização. A quantidade de cabeças por colocação, poderia ser um assunto a ser discutido, de qual seria o número “ótimo” de animais, compatível com o pasto, possível para cada família. Com razão, rechaçava, de forma veemente, a exorbitância de seringueiros com 100 ou 200 cabeças de gado, em áreas de reservas extrativistas; não admitia seringueiro com cabeça de pecuarista. Sob muitos critérios, a madeira, igualmente poderia ser manejada, depois que muitos outros produtos não-madeireiros houvessem sido potencializados, como aqueles já utilizados, tradicionalmente, pelos seringueiros, como castanha, óleo de copaíba, plantas medicinais, resinas e outros. O que não admitia, era colocar, literalmente, o boi e a madeira na frente de outros produtos importantes, economicamente, para os seringueiros, os quais, desde muito tempo, detinham o domínio de seu processo produtivo. A idéia, aqui, parece ser de que madeira e pecuária poderiam figurar como dois produtos a mais, no conjunto das atividades produtivas da reserva, sem que a diversificação produtiva das áreas extrativistas ficasse comprometida, única e exclusivamente, por esses dois produtos. Essa constatação pode ser demonstrada, com maior eficácia, através da indicação preliminar dos produtos extrativistas amazônicos, passíveis de serem industrializados e comercializados. Na publicação do CNS (1992, p. 17) mencionou-se que uma pesquisa inicial “indicou 350 produtos da floresta com capacidade de comercialização, e foram selecionados 21, comercializados por 70 empresas. Ao todo, estima-se que existem 40 produtos que podem ser manejados e que existem em quantidade suficiente”.

À luz dessa observação, nos parece pertinente acrescentar à mudança de conjuntura. A maldição da madeira e pecuária, portanto, não se justificam em si, enquanto

oposição condenatória desse animal específico, ou da extração de certas árvores nobres, de valor comercial raro. O que está em jogo aqui, certamente, refere-se à prioridade dos produtos a serem explorados, à intensidade e à forma de sua utilização, assim como os resultados e apropriação dos benefícios, advindos com o manejo deles. A condenação da pecuária, nos anos 1970-1980, não se deu simplesmente pelo fato do boi ter nascido ou dele existir, pois no Tibet o gado é sagrado, por exemplo – e receio que muitos ambientalistas ou defensores da natureza costumem degustar um bom assado – o expurgo da pecuária, por conseguinte, está relacionado ao sistema sócio-econômico e político que ela instituiu ou instituiu, visto que significava concentração fundiária, devastação de extensas áreas de florestas e expulsão de grandes somas de trabalhadores extrativistas, de seus locais de moradia, num contexto em que a política econômica governamental era dirigida obstinadamente para alimentar esse mecanismo perverso.

A ascensão de muitas lideranças sindicais, antes sem representatividade na esfera estatal, a postos do executivo estadual ou ao parlamento, a partir da década de 1990, bem como a elevação de personalidades políticas, vinculadas pelo compromisso de defesa ambiental, redirecionando o curso do desenvolvimento, permitem deduzir que ocorreram alterações significativas na conjugação das forças econômicas por dentro da institucionalidade estatal do Acre. Agora, daí concluir, baseado nos dados apresentados pelo autor, que tais processos reeditaram fenômenos de cooptação e clientelismo político, de modo que a sustentabilidade do desenvolvimento esteja insustentável, pois o ingresso de líderes sindicais nos quadros governamentais acabou priorizando a madeira e pecuária como principais políticas públicas governamentais, consideramos não ser razoável reduzir essas transformações a esses termos genéricos que não mediam o estatuto da mudança.

Em resumo, interessa-nos fazer as seguintes observações sobre a tese de Paula (2005). Em primeiro lugar, simplesmente consideramos improbilidade, o autor fazer prognóstico sobre o “Governo da Floresta”, uma vez que a base de dados utilizada está restrita ao período anterior ao referido governo, com exceção do quadro sobre situação fundiária, que faz alusão aos dois primeiros anos de seu mandato, mas essa informação é insuficiente e não garante a proporção da afirmativa do autor. Em segundo lugar, no plano ambiental, não consta na tese, índice de desmatamento, e mesmo para os anos antes do governo, se sabe que o desmatamento era grande, mas não se sabe quanto, a que taxa, em que ritmo ou escala processou-se a conversão de florestas. Enfim, visualizamos no seu trabalho um pessimismo racional que acaba tornando impossível assegurar a autonomia dos estados, a garantia da melhoria de vida das populações locais, mensurar as conquistas políticas daqueles mais destituídos de poder político, proteger o meio ambiente, porque tudo se reduz ao moinho satânico do capital, que submete a tudo e a todos, de forma voraz e avassaladora, como um fogo de enxofre inexorável. E ao contrário do que parece pretender o autor, de olhar, a partir das forças de resistência social propulsoras de mudanças, ele só consegue reforçar a visão de dominação e se render perante ela e, assim, fechando todas as possibilidades do possível, alimenta a idéia reacionária de que tudo é impossível.

A pergunta específica, que fica sem calar para não se render ao conformismo é a seguinte: se a forma, legalmente instituída pelas diretrizes políticas do governo, baseada em eficiência técnica – projeto de manejo florestal, legislação específica ambiental, controle e fiscalização, Zoneamento Ecológico Econômico, ZEE – tem instrumentalizado os meios mais adequados para alcançar os objetivos de conservação do ambiente, com incremento econômico e melhoria do padrão material de vida, se comparado com as práticas anteriormente desenvolvidas de exploração ilegal de madeira, desperdício dos recursos e

deteriorização do modo de vida nas áreas rurais? Essa pergunta, ao que parece, permaneceu sem resposta, na análise do autor.

O trabalho de tese de Moraes (2008), recentemente apresentado na Universidade Federal Fluminense – UFF, sob o título “Acreanidade: invenção e reinvenção da identidade acreana” traz elementos novos para pensar a ação do governo Jorge Viana, concernente à questão da identidade do acreano. O objetivo da autora é “discutir a re-significação da identidade acreana, especialmente aquela protagonizada pelo ‘Governo da Floresta’, no período de 1999-2006, destacando os processos discursivos, utilizados na construção da identidade acreana; bem como a construção e re-significação dos signos identitários, em duas dimensões: uma, a criação de espaços de memória no Estado do Acre, e a outra, a ‘escolha’ de alguns ‘espaços de referência identitária’, como Xapuri e Porto Acre, que dão sustentação ao discurso identitário e também a ‘invenção de tradições’, que dão re-significação à identidade acreana” (MORAIS, 2008, p. 13).

O argumento da autora concentra-se na idéia de que, o governo referenciado, inaugurou um projeto de construção da identidade do acreano, alicerçado em três acontecimentos históricos principais: i) Revolução Acreana, entre 1889-1903; ii) Movimento dos Autonomistas, 1957-1962; iii) Movimento dos Seringueiros e Indígenas, nos anos 1970-1980. Tais fatos históricos teriam confeccionado e re-significado a identidade do acreano, num todo harmônico, uma vez que a ligação destes acontecimentos, fixados em pontos de memória e monumentos arquitetônicos – datas oficiais, heróis, esculturas, obras artísticas de homenagens póstumas –, conseguiram nivelar as diferenças que fragmentavam os habitantes do Acre, no que tange aos seus interesses e objetivos: “...as diferenças sociais entre os distintos segmentos da sociedade acreana, foram lapidadas para aplinar as arestas das diferenças, com vistas à construção da identidade acreana, assim índios uniram-se com seringueiros, com fazendeiros, pecuaristas, dentro dos mesmos ideais” (p. 49). Neste movimento de sanar as negatividades presente na ambiência dos acreanos, a Revolução Acreana e Movimento Autonomista serviram para injetar auto-estima e orgulho na psicologia da população local que, no primeiro momento histórico, havia sido abandonada pelo Governo Federal, que não apoiou, diretamente, os levantes armados contra os bolivianos, sendo que tiveram que avançar, sozinhos, movidos por sua força destemida, coragem e vontade de serem brasileiros-acreanos, forçando a criação do Território Federal do Acre. Mas o abandono político continuou depois de instituído o Território, quando, mais uma vez, foi necessária a ação, agora, com o Movimento Autonomista, para corrigir as injustiças contra os acreanos. O último marco histórico, ocorrido nos anos 1970-1980, estabeleceu o vínculo da população local com o meio ambiente, que estava sendo depredado pelos forasteiros, vindos do centro-sul do país, e, definitivamente, pôs termo às desavenças internas, com a ‘inspiração’ de um programa de governo, voltado para o desenvolvimento sustentável da região, que resultou na ascensão ao poder do executivo estadual, do “Governo da Floresta”, em janeiro de 1999.

Em síntese, segundo a autora, esses eventos compuseram a construção do imaginário social do acreano e da acreanidade, mas esta identidade formou-se sob um conteúdo aparente, cujo núcleo não encontrou vínculos com as práticas a ele associadas, pois as ações executadas pelo “Governo da Floresta” se assentaram nas seguintes constatações: i) primeiro, que o Governo da Floresta, que se intitula como a continuação dos anseios dos movimentos sociais do Acre, ‘traiu a confiança dos trabalhadores’ que acreditaram nas mudanças prometidas para os de baixo, para usar a expressão de Osmarino Amâncio. Por outro lado, as supostas inversões dos parâmetros de desenvolvimento

continuam as mesmas, segue a exploração dos recursos naturais, com lucro para quem sempre se beneficiou das políticas públicas estaduais (p. 274); ii) no caso do movimento dos seringueiros foram silenciadas as questões mais importantes, como a luta pela permanência nas colocações de seringa dos seringueiros, pois o que ocorre, conforme lembra Osmarino Amâncio, é a tentativa de transformá-los em mão-de-obra a favor de madeireiros. Nesse aspecto tem havido uma manipulação dos ideais dos movimentos sociais em favor do discurso sobre o desenvolvimento sustentável, que acaba beneficiando a elite local (p. 276); iii) o discurso da acreanidade moldou-se pelo sentimento de pertencimento do povo acreano ao território do Acre, sentimento este que se desenvolve pelo signo da resistência, da necessidade de se manter na terra; mas não guarda relação estrita do lugar de nascimento, porque acreano é aquele que gosta do Acre, é quem ama o Acre (é acima de tudo quem se identifica com o projeto do Acre) (p. 279).

O ponto central da autora é buscar informações para compreender como o Governo da Floresta significou e re-significou a identidade do ser acreano, com o discurso da florestania. O trabalho sustenta que o discurso identitário da florestania forjou-se em dois pilares principais: i) revalorização de acontecimentos históricos; ii) defesa do meio ambiente. Estes dois pilares, por sua vez, recuperam três momentos passados, que lhe dão sustentação. Os três momentos são os seguintes: i) Revolução Acreana, 1889-1903; ii) Movimento Autonomista, 1957-1962; iii) Movimento dos Seringueiros e Indígenas dos anos 1970-1980. Os dois primeiros eventos revitalizam a história da resistência política de constituição do Território Federal do Acre e autonomia política, frente ao Governo Federal, com a criação do Território e de sua posterior elevação à condição de Estado da Federação Brasileira. Este momento reflete, positivamente, sobre a auto-estima ferida com o distanciamento da União, em defender a causa diretamente dos acreanos, imprimindo em seu lugar, o valor de sua coragem, seu heroísmo, sua impavidez, como características inerentes às gentes locais. O terceiro evento procura estabelecer a ligação do povo do Acre com a preservação do meio ambiente e defesa das florestas naturais, pela luta de resistência, sustentada pelos seringueiros e povos indígenas em defesa da floresta. A combinação destes momentos inspirou a elaboração de um Projeto de Governo de Desenvolvimento Sustentável, denominado Governo da Floresta, declaradamente tributário das forças sociais históricas de emancipação do Acre.

A pesquisa da autora, deslizando entre as áreas da geografia e história, coloca foco e acende novos pontos de luz, que Paula (2005), com sua preocupação mais político-econômica, não abordou sobre o governo. Mas, sobre ângulos diferentes, merece destaque a convergência geral da análise que fica evidente na conclusão geral, sobre os resultados alcançados, com a dedução de que o Governo da Floresta representa, na verdade, o governo de mercantilização da natureza e de exclusão dos povos da floresta, dos benefícios do processo de desenvolvimento. Uma primeira observação geral da análise diz respeito à cobertura da pesquisa, que preenche os oito anos de mandato, o que, em tese, pode resultar em vantagens para a pesquisa, porque significa que a autora teve mais acesso à fonte de dados da realidade governamental, já mais consolidada, do ponto de vista das ações executivas do governo analisado. O segundo aspecto é que a pesquisa de Morais (2008), assim como a de Paula (2005), tem como base geográfica de referência, o Vale do Acre, não recobrando, portanto, o Vale do Juruá.

No que diz respeito à análise propriamente dita, consideramos que o objetivo da autora, de buscar entender como ocorre a invenção e re-invenção da identidade acreana, a motiva a investigar, no campo das representações e evidências, quais os elementos que

compõem essa identidade. Nesse sentido, ela percorre os vestígios contidos no próprio discurso governamental. As fontes de referência, na sua grande parte, são jornais, discursos governamentais, políticas implementadas e a literatura regional, considerada respeitável sobre a historiografia acreana. Com base nessas fontes de informações, a autora chega a decifrar, de fato, sinais-chaves da história acreana que procuram marcar pontos de identificação da identidade que povoam o ambiente e as ações do governo. Nesses termos, considerou que, da Revolução Acreana, Movimento Autonomista e Movimento Social de Seringueiros e Indígenas e dos conflitos que esses eventos significaram, emanaram características sociais locais que foram acionados como partes componentes do ser do acreano, pelo governo, sintetizadas no termo florestania. Transparece na noção de florestania, no trabalho, característica de identidade que mescla laços valorativos (coragem, heroísmo, auto-estima – Revolução Acreana), político (autonomia – Movimento Autonomista) e de natureza econômica (vínculo com o ambiente – Movimento Social de Seringueiros e Indígenas de valorização da floresta e práticas de uso sustentáveis). Esses elementos, em síntese, nas palavras da autora, traduziram a designação da re-invenção da acreanidade. As fontes de análise para essa constatação estão bem explicitadas na pesquisa.

Num segundo movimento da pesquisa, a autora chega a concluir que esta identidade, pretenciosa de vínculo com o meio ambiente e de continuação dos anseios dos movimentos sociais acreanos, na verdade, esconde no seu invólucro e, por meio dele, as traições daqueles trabalhadores que acreditaram nas mudanças pretendidas, pois “as supostas inversões dos parâmetros de desenvolvimento, continuam as mesmas, qual seja, exploração dos recursos naturais, com lucro para quem sempre se beneficiou das políticas públicas estaduais” (p. 274). As referências para esta segunda aferição, levam em conta, em linhas gerais: i) a emergência do discurso ambiental, que adveio do movimento social de defesa da floresta (contra a expropriação territorial) e que se irradiou no cenário nacional e internacional; ii) o crescimento das empresas industriais, particularmente do setor madeireiro, o acesso a incentivos fiscais, por partes destas mesmas empresas; iii) a política geral de incentivo ao manejo florestal, concretizada com a criação dos Projetos de Assentamentos Florestais – PAFs e a instituição da Lei Estadual nº11.284/2006, de concessão de florestas públicas, que estendeu a concessão de áreas florestais, também, para os setores empresariais.

No confronto dessa identidade, que se institui com o discurso da florestania, que leva a autora finalizar, alegando um esvaziamento do conteúdo que lhe sustenta, persiste uma tensão que não se equaciona de forma bem resolvida. Talvez desse mau-encontro da identidade, com sua negação possamos levantar algumas questões para reflexão. A primeira, que nos surge à mente, nos faz indagar acerca de que tipo de natureza de vínculo, exatamente, está ancorado a identidade do acreano?

No momento inicial, a autora menciona que a Revolução Acreana significou a luta pelo pertencimento ao território das gentes que habitavam as terras acreanas, que resistiram para permanecer no lugar. Ela cita as palavras do historiador Marcus Venícius e outras fontes que dizem o seguinte:

...A Revolução Acreana é o mito fundador do Acre e da acreanidade porque não é um termo aleatório, ele surge nesse momento e, a partir daí, se identifica um território, um povo, uma identidade’. (p. 54). E complementa em outra passagem: ‘Antes da Revolução Acreana não havia acreanos, mas tão somente brasileiros do Acre. E foi durante essa luta que surgiu nossa identidade como povo (...) não podemos nunca nos

esquecer que a primeira geração de acreanos não foi constituída por pessoas que aqui nasceram, mas por pessoas que pelo Acre deram suas vidas' (p. 55) "(...) o acreano enquanto povo, foi inventado, a partir do evento Revolução Acreana; antes não existiam acreanos nos altos rios e sim cearenses, maranhenses, pernambucanos, rio grandenses – ligados ao extrativismo da borracha – e árabes, portugueses, sírios, libaneses, turcos – ligados ao comercio; todos viviam nos rios Acre, Purus, Xapuri, Iaco, Caeté e tantos outros. Esse povo só passou a ser denominado acreano após a criação do Território Federal do Acre, em 1904. Antes, os brasileiros do acre, eram identificados pelos rios que habitavam. O acreano (ex-nordestino, ex-cearense, o banido pela seca, o renegado) na construção identitária do Governo da Floresta surgiu da relação com o chão (com o Acre, o rio) e, também, na relação com o outro (o boliviano). (p. 80). Cita uma frase do governador Jorge Viana que afirma: 'acreano é quem gosta do Acre, é quem ama o Acre' (p. 279).

Nesse conjunto de citações podemos constatar que o ponto de origem do ser acreano é de natureza político-institucional, de pertencimento a um determinado espaço geográfico, administrativamente constituído dentro de fronteiras, delimitadas politicamente. O traço fundador não é o do nascimento no lugar, não guarda ligação endógena com a terra, visto que as gentes aí instaladas eram provenientes de outras regiões, que por motivos de ordem econômica ou necessidades diversas, se dirigiram às terras acreanas. Isso leva à consideração de que estava ausente, naquele primeiro momento, qualquer ligação mais sólida referente à partilha de valores, laços culturais, idéias e práticas associativas, que caracterizassem aquele acreano como portador de certas idiosincrasias, certa forma de ser socialmente, vivenciada em comunhão entre os seus distintos membros, da definição de determinados projetos de vida e organização social. Também chama atenção, o fato dos diversos grupos indígenas, nativos locais, não estarem incluídos como acreanos, na época. A questão aqui pertinente, de consideração, é a pergunta acerca da existência consolidada do acreano, naquele momento, do ponto de vista da identidade que ela mobiliza, pois segundo sugere, quando insinua que o Governo da Floresta re-inventou o acreano, a acreanidade, está aceitando a idéia de que este acreano, socialmente, já havia sido, minimamente, construído. Em síntese, isso coloca a indagação relativa à contestação de que, quando se constitui a delimitação territorial de um espaço geográfico, com um amontoado de gente dentro, se isso, por si só, configura uma identidade? Ou se a noção de identidade não pressupõe certas relações sociais, valores, crenças, laços associativos, projetos de vida, enfim, um modo de ser, socialmente compartilhado, que cubra o conjunto da comunidade referida, embora sem descurar as tensões inerentes e as relações de forças políticas presentes em seu interior?

Certamente, podemos considerar que a instituição do Território Federal representou o momento embrionário, a partir do qual, se poderia vislumbrar a construção de uma sociedade acreana, visto que alguns elementos primários já estavam presentes, como a língua, todos eram brasileiros, afora isso, o interesse geral, que mobilizava aquelas gentes, era a possibilidade de enriquecimento com a produção da borracha e o retorno iminente para seus locais de origem. Nem mesmo o governo federal acreditou na criação do acreano, enquanto possuidor de capacidades sociais (organização social, instrução, senso de racionalidade, que regulasse o pulso da paixão) que assegurasse a condução do seu próprio destino político, dado o fato de que após a instituição do Território, seus governantes

passaram a ser indicados pela Presidência da República, que enviava pessoas de fora para assumir a direção política do recém-criado governo territorial. Também há confirmação na literatura sobre o assunto, que as motivações da conquista das terras acreanas sempre estiveram ligadas aos interesses das Províncias do Amazonas e do Pará e que a eles só importavam as possibilidades de benefícios econômicos da atividade de produção de borracha para exportação, não parecendo haver, por parte deles, nenhum sentimento de amor por aquelas terras, que não fosse o sentido das receitas fiduciárias, provenientes delas pertencerem, a eles. Aliás, ali não se pretendia, inicialmente, criar uma sociedade, mas um domínio. Nesse sentido, o laço patriótico e civismo exaltado, talvez, tenham ganhado importância, em função do litígio estabelecido, de envolver uma disputa de terras, em fronteiras internacionais. A bibliografia disponível não nos deixa pensar no heroísmo acreano, como se o acreano já existisse, se heroísmo ocorreu, foi de mentalidade brasileira. Ademais, heroísmo, coragem, impavidez, são características tão genéricas que se aplicam a todos os povos da terra.

Essas ponderações incitam outra indagação decorrente delas. Não seriam, então, os Movimentos Autonomistas e Movimento Social de Indígenas e Seringueiros, qualificados, nas suas principais características, pela autora, processos sociais latentes, que permaneciam na capilaridade do tecido social daquelas gentes, como evidência de que a identidade, nos termos que a autora a define, carecia de outros elementos necessários, que estavam recalcados, para que ela fosse, minimamente, legitimada, socialmente, pelos seus interlocutores, como por exemplo, o reconhecimento das populações indígenas, que estavam fora do processo, como os seringueiros, que viviam praticamente em condição de espoliação, ou mesmo a ausência de um projeto político local, refletido no não reconhecimento dos dirigentes políticos, deslegitimado, nacionalmente, pelo poder central, o que, em última instância, rebatia na falta de autonomia, político-administrativa, do próprio Território Federal do Acre?

Mas o que esses questionamentos significam? Aonde eles querem chegar, indagando sobre a débil base da identidade acreana, em sentido geral? Se não havia ainda naquele momento um projeto identitário mínimo, e daí, que importância isso tem para o Acre?

O que buscamos, como orientação de investigação, instigado pela pesquisa da autora, prende-se, precisamente, em aprofundar a seguinte questão: uma identidade, minimamente consolidada com projeto político alinhado em bases sociais mais sólidas, ressoando os distintos interesses dos agentes dessa mesma sociedade, não portaria em seu interior, respostas concretas para sanar certas mazelas sociais, para equacionar desigualdades extremas, enfim, para gerar relativo padrão material de vida aceitável, socialmente, entre seus membros, visto que o projeto político econômico, contido na base dessa identidade, não expressaria um mínimo de equilíbrio das relações de forças propulsoras, para manutenção da dignidade de sua população? Um projeto político de identidade local, que seja, não buscaria promover um processo de desenvolvimento econômico, político, social e humano das próprias forças sociais, que lhe dão sustentação, mesmo admitindo diferenciação de poder econômico-político e considerando que o movimento histórico não dá saltos, mas ocorre de forma lenta e gradual (mesmo os revolucionários)?

Com esse questionamento, nós deslizamos para o segundo movimento da abordagem da autora e chegamos à re-invenção da identidade do acreano, pelo Governo da Floresta. A sua cabal conclusão, combate, frontalmente, o propósito que legitima o

Governo da Floresta, quando diz que “o Governo da Floresta, que se intitula como a continuação dos anseios dos movimentos sociais do Acre, traiu a confiança dos trabalhadores, que acreditaram nas mudanças prometidas para os de baixo (...) e por outro lado, às supostas inversões dos parâmetros de desenvolvimento continuam as mesmas, qual seja, exploração dos recursos naturais (mercantilização da floresta), com lucro para quem sempre se beneficiou das políticas públicas estaduais” (p. 273-274).

Em síntese, a autora finaliza com a idéia de que essa identidade re-inventada, que aciona os melhores propósitos dos movimentos históricos (Revolução Acreana, Movimento Autonomista, Movimento de Índios e Seringueiros), definindo-se como continuador da realização de seus objetivos (auto-estima dos acreanos, autonomia, defesa do meio ambiente), para a elevação do padrão social de vida dos acreanos se põe invertida: nega os interesses dos segmentos sociais mais destituídos de poder, mercantiliza a floresta, e distribui os benefícios da sua política de desenvolvimento para os grupos mais abastados da sociedade, isto é, não altera, em nada a continuidade da dominação, principalmente econômica.

Mas embora a autora chegue a essa constatação, algumas evidências, em seu trabalho, sinalizam para a possibilidade de outra consideração. Menciona a criação da Lei Estadual nº 1.277, de 13-01-1999, denominada Lei Chico Mendes, que o governo instituiu para incentivar a produção de borracha, com a garantia de um preço mínimo para este produto, no valor inicial de R\$ 0,40, passando em 2003, para R\$ 0,70 por cada kilo de borracha comercializado, o que segundo ela, teria contribuído para o incremento da produção, que passou de 763 toneladas, em 1999, para 2.245 toneladas, em 2006. (p. 179). Menciona também a criação da Comissão Executiva da Política de Incentivo à Atividade Industrial – COPIAI, com objetivo de fomentar, com incentivos financeiros, os negócios do setor florestal, agroflorestal, extrativistas, agropecuários, agroindustriais e tecnológicos. (p. 190. Cita a Lei Estadual nº 1.359, que incentiva a montagem de infra-estrutura industrial, com concessão de bens móveis e imóveis, a criação do Pólo Moveleiro de Rio Branco e Parque Industrial, anexo ao Distrito Industrial do Estado, para dinamizar as atividades econômicas locais. Apresenta uma lista das empresas financiadas por essas leis de incentivos às atividades industriais e destaca as que foram financiadas, donde consta, entre as demais do ramo do setor madeireiro, empresas ligadas à movelaria, a produção de borracha e castanha. Reproduz uma matéria do Jornal *Página 20* (12-08-2007), assinada pelo economista José Fernandes do Rego, que faz um balanço da forma do uso da floresta, com o início do governo: “...antes de 1998 apenas 4% do suprimento da indústria madeireira era proveniente de manejo florestal e os restantes 96% provinham de desmatamentos. Hoje, houve uma inversão, 84% do suprimento vem do manejo florestal e 16% do desmatamento (...) esse governo rompeu com o novo-velho modelo e iniciou, a partir do Acre, o redesenho do mapa do desenvolvimento econômico da Amazônia e do Brasil”. (p. 193).

A respeito da participação do setor florestal, incluindo, principalmente, o manejo madeireiro, a autora cita uma reportagem, divulgada pelo site do governo, que dá conta do balanço de sua influência no conjunto da economia do Acre. Mas a apresentação destas informações figura como um indicador negativo, que constataria a mercantização da natureza, contrariando, assim, o sonho dos movimentos sociais de seringueiros, que resistiram, principalmente, contra a derrubada das florestas. Os dados são os que seguem:

...Em 1998, o setor florestal participava com 7,4% no bolo das atividades econômicas e os serviços públicos detinham 41,3%, um peso seis vezes maior. Em 2001, as florestas já participavam com 11,6% do valor da produção e a administração pública, 34,9%. Esse valor subiu em 2002 (36,6%) e voltou a cair em 2003 (34%). Enquanto isso o setor florestal seguiu (...): em 2001, já representava 11,6% - quase tão forte quanto a construção civil, que detinha 11,9% de participação, e em 2002 subiu para 12,8%. Em 2003, as florestas já eram responsáveis pela segunda colaboração no ranking das atividades que mais influenciavam na economia do Acre (...): naquele ano, o setor florestal produziu 16,1% da riqueza. (...) A mercadoria mais importante é a madeira. A Bolívia aparece como grande compradora dos produtos do Acre, especialmente castanha. A política vigente busca vender exclusivamente produtos de alto valor agregado – não a matéria prima. O contrário disso é a devastação como resultado. O mercado verde tem engordado o produto interno bruto PIB no Estado. O índice – que é a soma de todas as riquezas produzidas no Estado – teve seu valor per capita calculado em R\$: 2.730,00 mil em 1998. Em 2003, último ano estudado, o valor (per capita) era de 4.338 mil, segundo Coordenação das Contas Nacionais do IBGE, variação de 16% no período (...). (p. 199-200).

A questão de fundo, portanto, remete à polêmica, acerca da exploração madeireira. Aqui a autora converge com a análise de Paula (2005), obviamente, porque sua visão sobre a questão está influenciada, substancialmente, pela pesquisa do mencionado autor. Numa passagem transcrita do Editorial do Jornal Empate: espaço de debate de idéias políticas e culturais, de Rio Branco, escrito pelo professor da Ufac, deixa transparecer a filiação de sua pesquisa. O Editorial do Empate diz o seguinte:

Quinze anos após o covarde assassinato de Chico Mendes, seus antigos companheiros de luta, aqueles que nada ganharam mercantilizando sua memória e sonhos, aqueles que continuaram e continuam trabalhando e vivendo no interior da floresta, sem deixar de ser o que eram; sem tornarem-se prefeitos, deputados, ou seja lá o que for, assistem atônitos seus ex-companheiros de viagem **entregarem-se à causa da retirada e comercialização de madeira** que tanto criticavam e que tantas dores produziu. Os princípios que projetaram as lutas dos trabalhadores rurais acreanos e lançaram seu representante maior no cenário internacional foram abandonados em troca de **um enganoso projeto de desenvolvimento estadual com sustentabilidade**. Os inimigos de Chico Mendes o eliminaram fisicamente. Os que se diziam seus amigos que, hoje, vivem e acumulam cargos e benefícios às custas de sua memória, tratam de eliminar seus sonhos, seus projetos, sua herança, seus princípios de não mercantilizar a floresta (Jornal Empate, 2003) (p. 203).

No momento seguinte, a autora traz uma série de trechos de falas de importantes lideranças do movimento sindical dos seringueiros, que contestam essa formulação ou que lhe é favorável. Citaremos algumas delas para, ao final, tecer nossos comentários. A voz quase uníssona de contestação da questão madeireira vem de um ex-militante do movimento sindical Osmarino Amâncio:

(...) hoje estamos tentando sobreviver com **medo de perder essa identidade porque o governo quer que a gente deixe de ser seringueiro para ser extrator de madeira**, isso é uma afronta a uma cultura que tanto se lutou para afirmar” (...) **tirar a floresta, tirou a fonte de renda, ameaça a geração futura**. Mas o marketing do governo é grande, sai todos os dias mais de 30 comerciais (nas TVs acreanas) falando sobre manejo florestal, biodiesel. Eles estão destruindo árvores de 500, 600 anos e estão dizendo que as outras vão se recompor em 30 anos, isso não é verdade, ainda não conhecemos a dinâmica da floresta, dizem que só tiram as árvores avós, mas estão tirando até as varinhas (p. 201-202).

Raimundo Barros, da parentela de Chico Mendes, ex-vereador, por 4 mandatos consecutivos, na Câmara de Xapuri, ex-presidente sindical, e contemporâneo do movimento sindical, apresenta uma versão diferenciada sobre a problemática da madeira e comenta o seguinte sobre esse assunto:

Eu prefiro dizer que quando a gente tirou as propostas de desenvolvimento sem agredir a floresta naqueles anos ali quando iniciava o movimento, **essa questão da madeira, ela era uma coisa ignorada porque o que se via era o roubo de madeira, assim como era também os desmatamentos, barrar os desmatamentos e barrar a retirada de madeira eram as nossas metas**”. (...) Eu inicialmente **tive muita resistência**, mas a partir das coisas acontecendo, então comecei a participar das discussões e confesso aqui para vocês que prá mim, e assim é o **juízo de outros companheiros sobre a questão do desenvolvimento sustentável, essa questão do manejo, ele se dando na forma que ele vem se dando e se aperfeiçoando, mas os cuidados, ele não é uma agressão a nossa floresta** (...) veja, nos estudos que são feitos nas áreas que estão sendo tiradas a madeira, em 1 hectare de floresta é retirado no máximo 10 árvores, o que significa de que se num hectare se tira 10 árvore o impacto é pequeno, ao passo que se pega um hectare, derruba e queima (para botar roçado) é um impacto bastante grande (abril de 2008) (p. 204-207).

Podemos concluir essa parte com um trecho da fala do próprio governador Jorge Viana e o exemplo da situação econômica de Duda Mendes, irmão de Chico Mendes, respectivamente:

Na Amazônia, **o ideal é você colher a floresta, ou seja, manejar, tirar aquilo que está maduro, ganhar dinheiro com a floresta e, quem ganha dinheiro com a floresta, vai defender a floresta** (Jornal Pagina 20, 03/06/2005).

Com a borracha produzida e comercializada na Fábrica de Camisinhas, situada na Estrada da Borracha, que dá acesso à cidade de Xapuri, a menos de 20 km da sede do projeto extrativista, Duda Mendes apurou R\$ 2,5 mil. A castanha, vendida para a Bolívia, para as cooperativas de Xapuri e Brasiléia e a compradores de Rio Branco, resultou em outra renda em torno de R\$ 6 mil. E a madeira, comercializada em grande parte na Fábrica de Tacos situada na BR-317, a poucos quilômetros da sede do projeto, ultrapassou R\$ 6,7 mil reais. Tudo isso somado deu uma renda anual para Duda Mendes de mais de R\$ 15,2 mil reais, o que resulta numa

renda mensal de cerca de R\$ 1,27 mil reais, que representam mais de três salários mínimos. Duda Mendes explica que antes do manejo florestal os seringueiros enfrentavam dificuldades econômicas e que a partir do projeto de manejo, dezenas de famílias puderam explorar de maneira sustentável madeira e outras riquezas da floresta, o que lhes permitiu elevar a renda e dispor de recursos para a aquisição e de bens de consumo duráveis (p. 211).

A autora finaliza o seu capítulo 4: *O Governo da floresta e o discurso florestânico*, dizendo que “...Em linhas gerais esse é o discurso florestânico, que para os seus apoiadores (...) é o rumo que deve ser dado ao Acre. (...) Para os críticos, Viana, é visto como o manipulador dos ideais de Chico Mendes e da memória acreana para criar um consenso em torno do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre, o que tem se revestido em uma forte concentração de renda, na exploração de seringueiros, principalmente, pelas empresas madeireiras e no aumento do desmatamento no Acre” (p. 212).

Esses dois primeiros trabalhos, o de Paula (2005) e agora o de Moraes (2008) dão a dimensão dos desafios, paradoxos, ambigüidades e contradições a que o Projeto Político do Desenvolvimento Sustentável, do Governo do Acre (1999-2006), se encontra. Tais trabalhos evidenciam as forças macro-econômicas, os entraves políticos locais e seus diferentes mecanismos expedientes (cooptação, clientelismo), utilizados para reagir contra forças propulsoras de mudança e transformação. Contudo é igualmente inegável considerar que as conquistas alcançadas com a ação governamental de sua política econômica, expressa através de diferentes indicadores sociais, ambientais e econômicos, embora não consensuais, têm alterado significativamente a herança histórica de formação do Acre e imprimido um caminho que extrapola muito de seus entraves conservadores de degradação da sociedade local.

O incômodo das análises e suas tensões internas no manejo dos dados diagnosticados pelos dois estudos, até aqui resenhados, deixa transparecer a ambigüidade do projeto político de desenvolvimento do Governo da Floresta, relativa aos objetivos que ele se propunha realizar para superar os tempos pregressos de crise generalizada da sociedade local acreana. Os antagonismos da realidade local transportaram-se para a própria conflituosidade das análises que, apesar de identificarem mudanças importantes, remetem-nas como efeitos residuais da subordinação exacerbada do capital.

Nessa linha de raciocínio, o trabalho de Horacio Antunes de Sant’Ana Jr. (2004) *Florestania: a saga acreana e os povos da floresta*, com atenção ao primeiro quadriênio do governo⁶⁷, contrasta com os dois estudos anteriores, na medida em que procura revelar as conexões entre as ações de desenvolvimento do governo com a conservação do meio ambiente, chegando à formulações mais promissoras da atuação governamental, sem deixar de mostrar as tensões internas, presentes no projeto de governo. Os objetivos do autor foram definidos nos seguintes termos:

⁶⁷ Cf. também o trabalho de Schmink e Cordeiro (2008) *Rio Branco: a cidade da florestania* que na mesma direção de Sant’Ana (2004) procura capturar os antagonismos e as tensões presentes no Governo, sem deixar de dimensionar o grau da mudança sócio-econômica, ocorrida na capital do Acre aferido através de uma base de dados estatísticos, coletada nos intervalos de 1989, 1994, 1999 e 2004.

(...) reconstruir o percurso histórico da ocupação territorial do Acre, e sua incorporação ao Brasil e de sua articulação com o mundo moderno, apontando os elementos que caracterizam a realidade acreana e amazônica. A partir desse chão histórico, passou a ter como foco principal o governo estadual do Acre empossado em janeiro de 1999, enfatizando suas posições sócio-ambientais e suas políticas governamentais voltadas para esse setor. Assim recuperando a trajetória do conjunto dos atores coletivos (...) que participaram da viabilização eleitoral e/ou sustentaram sua efetivação com destaque para o papel dos movimentos sindical, popular e ambiental, bem como, pelas forças e projetos sociais e políticos confrontados, examinar que tipo de relação existe entre as políticas sócio-ambientais do atual Governo e a história de organização de luta popular no Acre, e também, se estas políticas encaixam-se em um projeto de desenvolvimento regional de longo alcance, contribuindo para que haja uma inversão dos modelos de desenvolvimento até então propostos ao Acre e a Amazônia como um todo (p. 35-36).

Em linhas gerais, Sant'Ana Jr. (2004) inicia sua investigação, recuperando o processo histórico de integração da Amazônia e do Acre ao movimento da modernidade, aludindo que tal integração ocorreu sob os auspícios dos interesses externos da economia internacional. O primeiro momento de integração do Acre, portanto, à modernidade, dá-se dentro da dinâmica da economia de exportação de borracha nativa, intermediado pelas trocas comerciais de longa distância, promovidas pelo sistema de aviação que organizava a força de trabalho, produção e comercialização dessa matéria-prima. A esse primeiro momento, seguiu, posteriormente, a estruturação de grandes projetos de modernização, comandados pelos governos militares, na segunda metade da década de 1960, com o projeto de integração das fronteiras nacionais, através da implantação de obras de infra-estrutura viária e substituição da economia da borracha pelas atividades de agricultura e pecuária. Essa fase deu sinais de esgotamento em finais dos anos 1980, com os processos de resistência dos movimentos sociais diante dos projetos implantados pelos militares, de agropecuarização da Amazônia. O autor constata que até aquele momento, a lógica das políticas, para a região amazônica, que predominou, foi levada a cabo por um tipo particular de elite nacional, que buscava, a todo custo, extrair o máximo de resultados econômicos porque as mesmas, ao atuarem como cúmplices de elites internacionais, reproduziam fórmulas excludentes para as populações locais. Nesse sentido sintetiza seu argumento, comentado sobre o caráter psicológico das elites amazônicas:

Na Amazônia trata-se de elites externas, atuando a partir de realidades modernas já consolidadas e buscando extrair o máximo de resultados econômicos sem grande preocupação com as conseqüências locais que não as afetam. Porém, não se pode esquecer, que para atingir seus objetivos, estas mesmas elites terão de contar com a subserviência das elites existentes localmente ou formar novas elites locais condutoras do processo. Talvez possamos encontrar aqui uma das causas da formação de uma modernidade tão própria da Amazônia (p. 123).

Sant'Ana procura explicar as formas de resistências e ação coletiva que, no caso do Acre, despontaram contra os desmatamentos e exclusão social, levando em conta que as reações das populações atingidas localmente foram reflexos das conseqüências que advieram desse processo, de tal modo que estavam incrustadas nele. As bases dessa revolta

resultaram na formulação de propostas alternativas de desenvolvimento para o estado, que foram se constituindo na combinação da ação de agentes progressistas, vinculados aos sindicatos rurais e urbanos, interesses ambientais, partido político, e segmentos sociais diversos (igreja, profissionais liberais, intelectuais), desdobrando-se na conquista do poder do executivo estadual, nas eleições de 1999, do candidato, Jorge Viana, portador desse conjunto de forças sociais e políticas em ebulição, que obteve grande margem de votos de 57% dos eleitores.

(...) se a Amazônia pode ser percebida como palco de atuação de ofensivas modernizadoras vinda de cima, não se pode deixar de destacar que estas ofensivas geraram reações nas populações locais por elas atingidas. A partir da segunda metade dos anos 1970, esses grupos passam a se configurar como identidades coletivas que, a princípio, têm um comportamento de resistência às agressões aos seus interesses, mas logo se tornam propositivas, contando com apoio de igrejas, partidos, sindicatos, movimentos, profissionais liberais, intelectuais. Estas coletividades ganham força à medida que seus interesses podem ser ressoados aos interesses da preservação ambiental e, conseqüentemente, de grupos ambientais em todo o mundo. Uma de suas principais propostas, surgidas entre os seringueiros, foi a criação da Reserva Extrativista, que pode tomar formato legal e ser legalmente institucionalizada a partir do início dos anos de 1990 (p. 123).

Mas não eram somente os conflitos sócio-ambientais que haviam gerado instabilidade social do governo do Acre. Na verdade, o Acre vivenciava uma crise mais geral, que alcançou a mídia nacional, com denúncias de corrupção política e insegurança generalizada. O contexto das eleições de 1998, em que Jorge Viana, foi eleito governador do Acre, constata que a situação acreana era politicamente delicada: “No Acre, as eleições de 1998 aconteceram em meio a inúmeras denúncias relativas ao Governo Orleir Cameli. As notícias de corrupção, esquadrão da morte, narcotráfico, chegaram ao noticiário nacional. A título de exemplo, pode-se citar a Revista Época que, já no segundo semestre de 1999, retomou estas notícias, lembrando que quando era Governador, Cameli tinha 4 CPFs e um Boing particular 727, com documentação irregular e que fora apreendido pela Polícia Federal, no interior de São Paulo, carregado com contrabando. Lembra ainda, que o Comandante Geral de Polícia Militar, durante seu governo, foi Hildebrando Pascoal, que ficou célebre no noticiário nacional, por seu envolvimento com o narcotráfico e crime organizado (Época, São Paulo, 13 set. 1999, p. 28-34) Depois de empossado, foi denunciado pela CPI do Narcotráfico, da Câmara Federal, por uma séria de assassinatos, tráfico de drogas, formação de quadrilha. Teve seu mandato cassado, em 22\09\1999 e, atualmente, encontra-se preso, aguardando julgamento (Folha de São Paulo, São Paulo, 23-24 set. 1999; Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 24 set. 1999) (p. 250)

Diante do cenário de malversação administrativa, corrupção, esquadrão da morte, narcotráfico, desmatamentos, extração ilegal de madeira e crescimento acelerado da pecuária, a FPA, uma frente ampla de coligação de partidos políticos, procurou arremontar forças que aderissem ao projeto, tanto aqueles que historicamente não partilhavam com o PT, como os que não estavam ligados a partidos políticos. Neste sentido, durante a campanha política, percorreu todos os municípios do estado, conversou com pessoas de diferentes categorias sociais, expôs suas propostas e definiu as diretrizes

gerais de seu futuro governo. O autor comenta como se deu esse processo de mobilização da campanha:

Nos dois anos de campanha, Jorge Viana reunia-se com os mais variados setores da sociedade, em todos os locais do Estado. Uma equipe de trabalho anotava os resultados da conversa e uma equipe menor, a partir destas anotações, formulou algumas idéias básicas, o embrião do que viria a ser a proposta de políticas públicas do Governo. Formou-se uma equipe que, junto com Jorge, visitou todo o interior do Acre apresentando estas propostas, discutindo sugestões, recebendo propostas e documentos. Pediu-se sugestões a estudiosos sobre a questão ambiental e amazônica. Desta coletânea de informações, documentos e entrevistas se gerou um documento preliminar que foi submetido ao Conselho Político da Frente Popular, resultando no Plano de Governo de Jorge Viana. O eixo central era o desenvolvimento sustentável, o uso de recursos naturais de forma racional e inteligente, voltado para o extrativismo (Entrevista 23-11-2000 com Prof. Angelim, atual prefeito de Rio Branco 2009).

Com a posse ao poder do Estado do Acre, em 1999, Jorge Viana assume a nomeação de sua gestão como **Governo da Floresta para assumir que os objetivos de seu projeto definem o discurso de que a preservação da floresta, associada à manutenção de seus habitantes e à melhoria de sua qualidade de vida, é o eixo fundamental da ação governamental**. As primeiras medidas do governo, depois de montar seu corpo administrativo, diante da grande pauperização do patrimônio público, foram direcionadas no sentido de recuperação: i) dos prédios públicos (repartições públicas, delegacias, escolas, hospitais, Palácio do Governo) com o propósito de dar funcionalidade ao seu projeto; ii) regularização do vínculo empregatício do funcionalismo público, da atualização dos salários atrasados (4 meses) pois eles eram pagos costumeiramente com defasagem das datas de vencimento, e como 27% da população economicamente ativa, depende dos pagamentos do governo, direta ou indiretamente, isso gerava uma situação de insolvência da economia local, com grande endividamento dos empregados públicos (inadimplência dos funcionários de contas assumidas, empréstimos bancários, uso de cheques sem caução), isso debilitava a oferta de serviços públicos (água, luz, saneamento) pela ausência de pagamento das tarifas estatais; iii) priorização das ações de desenvolvimento, referenciada na elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE, com projeção do conjunto da população (jovens, comerciantes, movimentos populares, sindicais, padres, pastor, prostituta, parteira, curandeiros, vereadores, médicos, delegados de polícia, juízes), de medidas para melhorar as condições de vida no estado.

As principais linhas de ação do governo definidas a partir dos resultados partilhados coletivamente na primeira fase do ZEE, foram: i) indicativo para atividade industrial (potencial madeireiro, que foi uma demanda do setor empresarial); ii) indicativo para criação e consolidação de RESEXs e PAEs, (demanda dos seringueiros e de parcela de trabalhadores rurais; iii) indicativo de criação e consolidação de unidades de conservação de uso direto e indireto (demanda do Governo e das ONGs); iv) indicativo para pequena agricultura e empreendimentos agro-pecuários de médio e grande porte (demanda do setor patronal e de agricultores); v) indicativo de criação e consolidação de terras indígenas (demandas das comunidade indígenas); vi) subsídios para desenvolvimento do turismo (demanda de empresários e do Governo).(p. 275).

O autor deixa transparecer que, embora o governo tenha se transformado numa caixa de ressonância de distintos interesses sociais, como se pode ver nas diretrizes definidas pelo ZEE/AC, habita uma forte tensão entre as linhas de atuação do governo no que diz respeito à compatibilização desses diferentes interesses. Essa tensão, no equilíbrio de poder que o governo tenta equacionar, através da compatibilização das diferentes demandas, foi percebida no interior do Estado, no âmbito das políticas de desenvolvimento sustentáveis, indicando o tamanho do desafio que o Governo tem para solucioná-las. Horácio Sant'Ana acessando os principais representantes de governo, procura esclarecer como se dá o movimento desse pêndulo que se balança na conjugação de forças entre os distintos agentes, inseridos no projeto de governamental (pecuaristas, fazendeiros, pequenos industriais, também membros do movimento social de seringueiros, indígenas, intelectuais universitários). Em entrevista com Célia Pedrina, ligada ao PT, e integrante da equipe do IMAC comenta esse assunto nos seguintes termos:

Dentro do Governo, existem os desenvolvimentistas. Não há unanimidade com relação à questão ambiental e existem secretários que acham que a ação do Governo deveria passar somente pelo desenvolvimento, até quando defendem o desenvolvimento sustentável, é só com relação à questão econômica. Hoje desenvolvimento sustentável não significa mais desenvolvimento ambiental, privilegiando a ecologia, a preservação, o manejo. Para os desenvolvimentistas a sustentabilidade do desenvolvimento tem uma conotação mais forte, com criação de indústria, empresas. No Projeto BIRD de 250 milhões de dólares, que está sendo elaborado há seis meses na Funtac, existem os sustentabilistas (que submetem a produção de riqueza ao manejo sustentável e preservação) e os desenvolvimentistas (que partem do capital pelo capital e vem a Amazônia como uma grande riqueza de cifras, as águas e os produtos florestais, que brigam para ver qual é a melhor definição de sustentável). O grande embate que se dá hoje é o que quer dizer essa sustentável, se é sustentável econômico, em cifras, ou é sustentável economicamente viável, com manejo e conservação...Existem desenvolvimentistas arraigados no movimento social e outros que não tem nenhuma relação, e até horror ao povo. Existem sustentabilistas, do ponto de vista da conservação, bastante arraigado no movimento social e outros que não conseguem se inserir no movimento social. Jorge Viana tem os dois grupos estabelecidos em seu governo e não pode pender para um lado ou para o outro, pois de um lado, não pode cair na posição da devastação por ser engenheiro florestal, ser muito acreano e amar a floresta. Por outro lado, por ter a visão do desenvolvimento, sabe que precisa gerar emprego e renda (entrevista 25-11-2000, Célia Pedrina) (p. 303).

Antônio Alves, assessor político do Governo:

(...) sustentabilidade ambiental, óbvio; sustentabilidade econômica, para que a gente possa viver; sustentabilidade social, porque não adianta ser um projeto ecologicamente sustentável, economicamente viável, mas que expulsa as populações e manda elas serem periféricas nas cidades, portanto, criando um risco social que vai acabar até com a viabilidade econômica e ambiental, então, é necessário que seja sustentável socialmente também, distribua renda, acabe com a miséria, promova

dignidade das pessoas; mas só que é necessário para que isso aconteça, que o projeto seja politicamente sustentável, que todo mundo participe, que ele seja um projeto não de um governo mas de um povo inteiro, ...um projeto que as organizações sociais participem, que as instituições funcionem, que os sindicatos, cooperativas, conselhos, as mais variadas formas de organização social participem e sejam agentes ativos nisso, aí sim, nós temos um projeto politicamente sustentável, porque é sustentado por uma população politicamente organizada e participativa...Não menos importante, sustentabilidade cultural..O nosso check list das sustentabilidades, ao levar em conta a sustentabilidade cultural está querendo dizer o seguinte: nós temos identidade, esta identidade é produto de uma longa caminhada da humanidade, ela não pode ser desprezada... (entrevista, 05-12-2000, Antônio Alves, assessor político).

Sibá Machado, ex-senador pelo PT do Acre, atualmente e assessor político da Prefeitura Municipal de Rio Branco, 2009:

O neoextrativismo incorpora tecnologia produtiva, pressupõe beneficiamente e industrialização dos produtos para agregação de valor e assim inserir com maior competitividades os produtos extrativos comercialmente. Nesse sentido, tem investido nos sistemas de produção agroflorestais – SAFs, implantação de pequenas usinas Castanha e fábrica de Camisinha: “o governo tem consciência de que a floresta tem muitas potencialidades produtivas, mas tem a preocupação de que esses produtos não continuem a sair do Estado como antigamente, in natura, sem industrializar e com baixos valores agregados. A exploração deve ser racional e não predatória, conservando a floresta. O desafio de enfrentar as relações de mercado é extremamente árduo, o produto tem que ser bom, bem embalado...numa relação de consumidor e fornecedor. É esta relação que se tenta levar agora, alterando lentamente as formas de se produzir e comercializar” (entrevista 13-12-2000, com Siba Machado, ex-senador pelo PT do Acre, atualmente e assessor político da Prefeitura Municipal de Rio Branco, 2009) (p. 296).

Francisco Ubiracy, técnico da Seater-GP, ex-assessor da Prefeitura de Xapuri, na gestão de Julio Barbosa:

(...) a floresta só tem valor para o homem quando tem valor econômico. Esse valor sentimental, esse valor ecológico é muito para nós que dependemos tanto da floresta... para o camarada lá, é a vida dele, ele tem que tirar o dinheiro daquela mata. Ela só vai ter importância ecológica para ele quando for importância econômica. A política do governo é de intensificar a técnica de extração da borracha, da castanha, andiroba, copaíba, madeira, manejo floresta. A agricultura deve ser para sobrevivência, porque não adianta vender arroz tirado da reserva. É preciso assistência técnica, através de entidades como cooperativas, sindicatos, desenvolver conscientização para que o desmate seja de capoeira, garantindo o rodízio em áreas secundárias...deve-se incentivar o uso de leguminosas para a recuperação de áreas, aliado a melhores sementes, tração animal, um conjunto de ações. Deve-se garantir melhor

preço para produtos florestais, para garantir a floresta em pé (entrevista, 18-12-200, Francisco Ubiracy) (p. 298-299).

Sibá Machado:

v) o governo está desenvolvendo pesquisa para incentivar a pecuária sem implicar em aumento de mais desmatamentos, com manejo de pastagens, tecnologias aplicadas ao solo: “Procura-se, então, provar para os pecuaristas que eles podem ganhar muito mais mudando suas práticas predatórias. Hoje já tem fazendeiros arrancando o capim e botando arroz, milho, feijão. Além disso, o Governo tem oferecido idéias para o aproveitamento econômico das reservas florestais das fazendas pecuaristas, com exploração sustentável. Procura oferecer tecnologia para dobrar o aproveitamento do pasto, que hoje é de 0,7 cabeças de gado por hectare, e dobrar o rebanho que é de 1.500.000 sem precisar derrubar mais mata. A Embrapa, como aliada da Secretaria, tem fornecido dados de como fazer pequenos ajustes e aquisição de novas tecnologias (entrevista, 13-12-2000, com Siba Machado) (p. 300).

À luz das referências mencionadas pelo autor, observamos a definição geral de suas diretrizes de orientação da atuação do Governo. A opção pelo desenvolvimento, que associe preocupação ambiental e propicie valorização das populações locais e melhoria da qualidade de vida delas, é o mote basilar da ação. O desafio central da prática governamental que transparece, refere-se ao equilíbrio entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento ambiental. Apesar da tensão inerente no interior do governo, fica evidente a clareza, acerca dos problemas a que estas questões remetem. Há um mínimo de lucidez objetiva de que não se pode criar consciência ambiental sem que a forma de uso dos recursos possibilite, simultaneamente, rentabilidade econômica para a população residente na floresta e, ao revés, de que somente a orientação do crescimento econômico é incompatível com a preservação do meio ambiente. Nota-se, portanto, uma tensão que não é tranqüila, em que o aparelho do estado se mostra um campo de batalha, um tabuleiro de forças político-econômicas, em permanente disputa, pela hegemonia do comando das políticas públicas de desenvolvimento. A partir da compreensão dos problemas envolvidos para a implementação de políticas econômicas coerentes para um Acre sustentável, o Governo prioriza uma saída fundamentada na utilização de tecnologia adaptável ao ambiente local, torna a administração pública mais eficiente, compõe o quadro governamental de competência técnica e política para fazer frente à magnitude dos problemas, de modo a tentar solucioná-los. Como a pesquisa de Sant’Ana não tem como preocupação aprofundar os resultados das políticas de desenvolvimento implementadas, senão que sinaliza para algumas medidas, conforme citamos acima, torna-se inviável fazer qualquer prognóstico concreto acerca das medidas, assim que o próprio autor, ciente dos limites do seu trabalho se recusa a profetizar sobre os desdobramentos futuros.

Mas sem se render a um negativismo que não visualizou em termos empíricos conclui seu trabalho de tese com uma advertência resignada, que lhe é própria:

uma das principais dificuldades e, também, um dos principais estímulos da pesquisa que originou este livro foi lidar com um objeto que está em movimento, com uma experiência societária que está em plena ebulição. Ainda não é possível prever os desdobramentos das políticas do atual

governo, pois o mesmo ainda está se atualizando cotidianamente (...). À dificuldade de consolidar as alternativas de desenvolvimento para o Acre e para a Amazônia continuam grandes. A possibilidade de viabilização, a longo prazo, continua incerta, pois depende do acúmulo de força dos setores sociais que a defendem. (p. 314-315)

A guisa de balanço desses três autores (Paula, 2005; Morais, 2008; Sant'Ana Jr. 2004) para os propósitos que nos interessam, consideramos que três questões exigem maiores aprofundamentos que, direta ou indiretamente, trespassaram as investigações mencionadas: i) a primeira delas diz respeito à relação entre política e economia (Estado e Sociedade; o poder e o mercado), tendo em vista que essa correlação de forças, no caso do Acre, resulta em projetos de política econômica que gere bem-estar material da vida social acreana; ii) em segundo lugar, que rever essa relação significa considerar a perspectiva histórica com o objetivo de identificar como os problemas do passado e/ou os seus êxitos são acionados para acoplar-se às interpretações das respostas dos problemas presente; iii) em terceiro, no caso particular do governo (1999-2006), há uma carência patente de informações empíricas que dê conta de sua ação conjunta, a respeito do desenvolvimento sustentável que se postula, que nos impede de fazer avaliações definitivas, ao mesmo tempo nos fragiliza de propor intervenções, amparadas em balizas mais seguras, para correções de curso, embora as fontes disponíveis indiquem, como os trabalhos que vimos, que muitos cuidados deverão ser tomados, caso o estado pretenda sustentar o seu projeto de desenvolvimento sustentável. No que diz respeito ao cerne das críticas que, por pressuposto, constitui o fundamento geral da proposta de desenvolvimento sustentável do Governo, isto é, as atividades florestais e a pecuária, no essencial, elas são bastante pertinentes, porque, a princípio, o postulado do Governo da Floresta se respaldou socialmente com o compromisso de conter o avanço da pecuária sobre as florestas nativas, por um lado, e garantir a sustentabilidade dos recursos naturais, por outro, considerando que as atividades de pecuária e florestas mostram-se inversamente proporcionais na sua combinação a respeito da preservação ambiental, quer dizer, quando uma próspera a outra se recolhe e vice versa, mas no tocante à racionalidade instrumental da economia, elas se dão muito bem, porque se retira madeira para colocar o gado, e se ganha com as duas, quase ao mesmo tempo. Brilhante e Brown (2002) comentaram que o consumo anual de madeira nas serrarias e processadoras perfazem o volume de 187.573 m³ de madeira, além das 349 marcenarias existentes no Acre, que consomem 13.000 m³ anuais. O levantamento da SEFE catalogou em 1999, a existência de 60 serrarias em atividade, 17 delas em Rio Branco e as demais nos outros municípios do Estado. Na Amazônia Legal atuam, aproximadamente, 3.000 indústria de madeiras na Região Norte (citado BRILHANTE & BROWN, 2002, p. 124; 27).

Quanto aos valores pagos pela madeira consumida, Brilhante e Brown (2002) constataram que as madeiras pagavam entre R\$ 9,00 a R\$ 39,00 pela madeira em pé, dependendo da espécie negociada e da distância da serraria. Esses valores sobem para patamares bem mais elevados com a incorporação de trabalho à madeira. Assis (2003), pesquisando os autos de infração ambiental, inclusive chegou a afirmar que, embora o metro cúbico de madeira serrada alcance o valor de R\$ 645,00 para espécies nobres, como o cedro, por exemplo, as taxas fiduciárias das multas aplicadas para as indústrias infratoras ficavam na faixa de R\$ 94,69 a 46,99 reais, variando de acordo com a espécie, isso

significava praticamente um incentivo para estas empresas de madeira que operavam na ilegalidade, seja na fase da extração, transporte, comercialização, ou processamento.

No manejo florestal na Floresta Estadual do Antimary, segundo levantou Moura (2007), a média do valor pago pelo metro cúbico de madeira gira em torno de R\$ 200,00 reais, tomando uma espécie pela outra. Para termos uma idéia dos ganhos das 7 famílias que participaram do primeiro ano de operação em que foram licenciadas as 3.700 hectares para exploração de madeira, tem-se que o montante gerado foi da ordem de R\$ 206.602,29 reais, ao passo que os participantes juntos receberam deste valor, a quantia equivalente a R\$ 73.850,00 (35,7% do montante total). O maior valor recebido foi o do Sr. Francisco das Chagas da Conceição que teve um faturamento de 18.920 reais, o mais baixo foi o do Sr. José Barbosa de Souza, que recebeu R\$ 1.950,00, os demais ganharam na faixa de R\$ 7.000,00.

Embora os melhores preços pagos pela madeira estejam relacionados com os valores definidos no manejo florestal comunitário, além, às vezes de benfeitorias como a construção das sete casas, beneficiamento de ramais e serviços sociais oferecidos pelo Governo, a grande parcela da renda é transferida para os outros canais de intermediações da cadeia produtiva, onde se destacam as empresas de madeira participantes dos manejos, com ganhos de três vezes mais. Logo depois, indiretamente, os cofres do governo. Não se pode olvidar que a expansão da atividade de madeira tem um grande viés tributário, e os governos, os Estados sempre dependeram dos recursos naturais para aumentar sua capacidade econômica. A promulgação da Lei Estadual N° 1426, de 27 de dezembro de 2001, criando o Programa de Florestas Estaduais, através de sua Política Florestal, instituindo a concessão de florestas públicas para a exploração de madeiras por empresas privadas (PAULA, 2005; MORAIS, 2008) ratifica esse propósito governamental.

O mesmo trabalho de Assis (2003, p. 22) computou que o setor de exportação dessa atividade, deixa nas alfândegas estaduais, pela arrecadação do imposto de ICMS "...o valor de R\$ 220,00 reais, por exemplo, pela espécie de Angelim enquanto que o Governo de Rondônia taxa a mesma espécie em R\$ 120,00 reais o metro cúbico exportado". O autor apresenta as cifras tributadas, diferenciando-as por espécie florestal e seus respectivos tributos que demonstram que o atrativo fiscal também figura como componente importante para considerar a política adotada pelo Governo da Floresta.

Tabela 13. Valor em R\$ atribuído pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ por m³ de madeira serrada no Estado do Acre para referenciar a base de cálculo do imposto do ICMS (ano referência 2000).

Valor em R\$/M ³				
Situação da Madeira	Cedro	Cerejeira	Mogno	Outras espécies
Pranchas-tábuas e cuadrados	300,00	250,00	324,00	130,00
Blocos	700,00	625,00	1.000,00	325,00
Pranchas e blocos serrados com motosserra	937,50	781,25	1.250,00	406,25
Valor Médio	645,83	552,08	858,00	287,08

Fonte: ASSIS (2003, p. 64)

Portanto, o Governo da Floresta tem posto em prática essas duas atividades simultaneamente, a pecuária e manejo de madeira, e o mais agravante alvo das críticas a que elas incitam é que elas, ademais, têm adentrado com a mesma profundidade naquelas

áreas consideradas de resguardo ambiental como as Resex, PAE, Florestas Estaduais, que originalmente haviam sido criadas para impedir que a exploração desmesurada tivesse acesso a elas. Agora a pecuária tem aumentado seu rebanho no Estado, de 471.434, em 1995, para 2.315.798 cabeças de gado, em 2007, registrando um crescimento de 391,22% dessa atividade. Tem sido ela, primordialmente, considerada a grande responsável pelo aumento do desmatamento na Amazônia, pois há uma correlação direta entre atividade pecuária e desmatamento. O mais constrangedor dessa situação, do ponto de vista político dos ideais do Movimento Social, e do discurso sobre Chico Mendes, tem sido constatar o aumento da pecuária nas áreas de Reservas Extrativistas, não simplesmente a existência da pecuária, como se o gado fosse amaldiçoado, o que não é o caso, porque os seringueiros quase sempre buscaram no gado um suporte alimentar (leite e carne) e financeiro para os momentos de necessidades (saúde, por exemplo), porém, referimo-nos ao aumento da pecuária em números substanciais. No PAE Chico Mendes, mais conhecido como Reserva do Cachoeira (área de 29.532 hectares), identificou-se que o fracionamento da área atingiu 27% da floresta; as pastagens cresceram sobre as áreas de capoeira que foram reduzidas em 75%; o rebanho bovino aumentou em 73,5%; e a área desmatada foi de 54,5%. No referido assentamento encontram-se lideranças sindicais com mais de 200 cabeças de gado em suas reservas (ESTEVEZ, 2005, p. 171).

Márcio Cavalcante recupera registros históricos que comprovam que a atividade de pecuária nas áreas de assentamentos extrativistas não é coisa do momento, ela foi estimulada em alguns seringais do PAE Chico Mendes, como na comunidade Dois Irmão, através do crédito da linha Prorural do Fundo Constitucional do Norte – FNO que financiava gado. Essa linha de crédito foi acessada na agência do Banco da Amazônia – Basa por muitas lideranças sindicais, mas a criação de gado já vem acontecendo desde 1980. O autor conclui dizendo que “a maioria das colocações conta com um rebanho bastante significativo, levando em consideração que se trata de uma área de conservação ambiental (CAVALCANTE, 2005, p. 300).

No seringal São Miguel, nas proximidades do Cachoeira, entre os anos de 2001-2004, os moradores fizeram grandes reivindicações junto ao INCRA que empenhou a promessa de transformar a área em Projeto de Assentamento Agroextrativista e, com tal finalidade, ainda chegou a realizar várias reuniões com a própria população local. Nesses quatro anos de investidura junto ao INCRA não se passou nada, somente os mesmos louvores foram ressoados, o resultado foi que, entre este período muitas famílias venderam suas colocações e foram residir em Xapuri, enquanto suas áreas transformaram-se em fazendas e convertidas suas florestas em pastos, em muito pouco tempo. Na circunvizinhança o mesmo estava ocorrendo, pois se viam muitas rés caminhando pelos gramados de outras colocações.

Não foi sem motivo que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (2004), assinalou que, em 2004, as atividades associadas à extração de madeira e pecuária, principalmente, porque também a agricultura figura neste diagnóstico, foram causadoras da devastação de cerca de 27.000 Km² da floresta amazônica e liberado em torno de 495 milhões de toneladas de CO² na atmosfera. No ano de 2005, as informações da Secretaria de Informações Ambientais – SEIM e Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC, divulgaram que haviam sido desflorestadas mais de 200.000 mil hectares de matas nativas no Acre, com grande incidência no mês de agosto, estação de estiagem. Neste mesmo ano, “foi registrado pelo IBAMA um dos maiores índices de queimadas urbanas nos municípios do Acre. O Rio Acre teve sua maior baixa nos últimos 30 anos, atingindo no seu leito

fluvial, nível de 1,64 metros” (citado em FIGUEIREDO, 2008, p. 15; 37). No ano de 1999, o percentual de desflorestamento bruto das florestas acreanas já era da ordem de 15.136 Km², com taxa média de desmatamento anual bruto de 0,33% (IBGE, 2009b). Nos anos seguintes da série 2000-2006, a taxa média anual de desmatamento apresentou uma leve ascendência, fixando-se em 0,38, com ritmo de conversão de florestas de aproximadamente 500 Km² anuais, isto é, equivalente ao mesmo percentual de 1999, com a diferença de que o incremento do desmatamento vai sendo cumulativo e nunca retroativo, quer dizer, a cada ano se acresce uma média de 500 Km² de área desmatada sobre o desmatamento já existente. Em uma palavra, é um processo cumulativo, contínuo e progressivo de substituição da cobertura florestal do Acre. Ninguém, ao que parece, ainda pensou em reflorestamento.

Sobre esses pontos, especificamente merece menção a forma como está se operando a atividade madeireira. O grande mérito do Governo da Floresta acerca disso, parece estar localizado no fato dele ter se empenhado em promover o manejo⁶⁸ florestal e tentar coibir a retirada ilegal de madeiras no Acre, o que de verdade está acontecendo, embora o estudo de Leônidas de Assis chegue a apontar que no ano de 2000, a percentagem de madeira extraída, na forma de manejo florestal correspondesse apenas a 10% (dos 376.000 metros cúbicos extraídos) das atividades madeireiras (ASSIS, 2003, p. 149), identificando o mesmo percentual de exploração ilegal de madeira da ordem de 90% que o levantamento da Secretaria de Extrativismo e Floresta – SEFE havia diagnosticado dois anos antes, quando registrou que, dos 212.000 metros cúbicos de madeira em tora, extraídos no ano de 1998 somente 23.966 haviam sido licenciados pelo órgão ambiental do IBAMA (SEFE, 1999, citado por ASSIS 2003, p. 24).

Mas em se tratando do manejo florestal, em sentido estrito, convém o questionamento de que se a tecnologia adotada pelas práticas de manejo assegura, por si só, a sustentabilidade das florestas, dado o condicionante de que elas estão voltadas, sobretudo, para atender a demanda reprimida mundial de madeiras que chega a 45 milhões de hectares, o que corresponde a 40% a mais de volume, do que é atualmente exportável da Amazônia⁶⁹! Essa constatação pretende chegar a seguinte indagação, o de saber se somente o manejo florestal, tecnicamente realizado, responde pela sustentabilidade ambiental, visto que se toda a Amazônia for alvo de manejo florestal – e isso é o que prega a mais de quarenta anos o Código Florestal Brasileiro, criado pela Lei Nº 4.771, de 15\09\1965, que no seu artigo 15 normatizava o uso dos recursos naturais, mediante a adoção de técnicas e

⁶⁸ “Como é feito o manejo de baixo impacto (inventário florestal): i) a área de floresta é dividida em parcelas a serem exploradas. Técnicos vão ao campo e mapeiam as árvores em diâmetro de corte (pelo menos 50 cm). O trabalho dura até um ano; ii) As áreas recebem uma etiqueta numerada e são marcadas num mapa, que indica também onde são os cursos d’água e os melhores locais para a passagem do trator; iii) O operador do motosserra planeja a direção da queda, para que a árvore abatida destrua o menor número possível de árvores menores. Árvores ocas são deixadas de pé para servir como reservatório de sementes. A árvore derrubada e seu toco também recebem um código, que indica data e sua localização (isso possibilita identificar a origem da árvore, sua localidade). Esse código acompanha a tora até a serraria e o produto final – a chamada cadeia de custódia. Após a exploração a área é deixada em repouso por 25 a 30 anos, até que a floresta se regenere e o estoque de madeira se recupere” (Folha de São Paulo, Domingo, 7 de novembro de 2004, pag. B11).

⁶⁹ Em 2000 a participação estadual no mercado nacional de madeira bruta foi de 376 mil metros cúbicos (1,53%) dos 24,6 milhões de metros cúbicos extraídos nacionalmente. A Amazônia produz aproximadamente 80% desse. A demanda internacional de mais de 40% do valor atual, subestimado aqui pelos dados de 2000, corresponde a um aumento de aproximadamente de 10 milhões de metros cúbicos na oferta para o mercado mundial.

planos de manejo – para exploração, principalmente da madeira, a tendência não seria a floresta tornar-se uma espécie de cobertura florestal sem conectividade, perfurada em suas estruturas biológicas de interação entre animais, plantas e o homem, considerando que a retirada ilegal de madeira foi apenas substituída pela regulada pelo manejo florestal, (com a diferença de evitar um pouco mais de desperdício e gerar dividendos tributáveis) mas que se mantiveram a mesma intensidade e ritmo de retirada florestal, que independente de manejada ou não, foram influenciadas para atender a demanda crescente do mercado! O Sr. J.S.S, de 34 anos, residente do Projeto Agroextrativista Porto Dias, no Acre, avaliando a experiência do manejo comunitário, desabafou dizendo que “eles compram barato (madeireiros, empresas), eles tiram um horror (muito exageradamente) de madeira, e pro cabra (seringueiro) que vendeu, sobra pouco. A mata fica derrotada, as caças foram embora, mas com dinheiro podia recuperar, mas eu acho pouco...quando tudo isso passar vai ficar só o buraco aqui dentro (ESTEVEES & BRITO, 2005, p. 140).

Os dados divulgados pela Folha de São Paulo, em 2004, dão conta da situação da madeira na Amazônia. A Folha de São Paulo, domingo 7 de novembro de 2004 (Manchete: *Aluguel de floresta une madeireiras e ONGs. Amazônia, concessão em Projeto de Lei do governo deve aumentar área de exploração certificada e impulsionar indústria da madeira*, página B1) anunciou que o Ministério do Meio Ambiente estava encaminhando Projeto de Lei, que previa a regulamentação de concessão de florestas públicas para exploração florestal, dentro de um prazo de 20 e/ou 30 anos por empresas madeireiras (estima-se que seja concedida cerca de 50 milhões de hectares, 10% de floresta Amazônia). O projeto conta com o apoio de ambientalistas como Greenpeace e Amigos da Terra e encontra resistência como a do geógrafo Aziz Ab'Saber. A questão de fundo faz referência à problemática da situação fundiária na Amazônia que estimula a extração ilegal de madeira. Empresas como a Madenorte, do empresário Francisco Severino Filho, teve seu projeto de manejo suspenso pelo IBAMA devido a falta de titulação de uma porção de terra de 140 mil hectares, na região do Xingu, no Pará. Um investimento de 5,8 milhões foi perdido. Em Rondônia, o empresário Fábio de Albuquerque, da empresa Ecolog, encontrou uma área de 30 mil hectares e teve seu projeto de manejo certificado com o selo FSC, para extrair madeira de forma não-predatória. O diretor do Programa Nacional de Florestas do Ministério do Meio Ambiente, estima que 42% das atividades madeireiras na Amazônia seja exercidas de forma ilegal. A ideia do projeto do Governo de concessão de floresta objetiva regularizar o setor madeireiro e dinamizar a econômica florestal que só na Amazônia gera 2,5 bilhões por ano. Hoje as florestas com selo verde são menos de 5% do total. A certificação está sendo buscada pelos madeireiros como forma de garantir o mercado externo para a madeira tropical. Países como Reino Unido, Holanda têm demanda reprimida por madeira com FSC. A Europa vai querer que toda a madeira seja legal e extração não-predatória. Segundo dados do Imazon, seriam necessários 45 milhões de hectares para suprir 40% da demanda por madeira sustentável, (com manejo florestal), uma área que só pode ser obtida por concessão de terra pública (Pag. B1). Citou o exemplo da demanda reprimida e ilustrou essa situação pela empresa Juruá Florestal, de Idacir Peracchi, do Pará, que precisava de 150 mil hectares a mais para manter sua produção atual – a área que a empresa explora, em concessão privada, não é suficiente para 30 anos – e de mais 100 mil hectares para investir. “No ano que vem, se não conseguirmos novas áreas, vamos ter de cortar 200 funcionários”.

Em outra Manchete da Folha de São Paulo: *Ministério pretende dobrar as exportações – apenas 14% da madeira extraída na região vai para o mercado externo;*

expectativa é chegar a 30% em dez anos. (pag. B10), o artigo alegava que a extração ilegal de madeira está relacionada ao fato da madeira explorada na Amazônia ser direcionada em 80% para o mercado interno, principalmente para construção de casas e prédios, em São Paulo. Como se tratava de um público interessado em preço baixo, não se importavam com a sustentabilidade, isso incentiva os madeireiros clandestinos que têm certeza do escoamento da produção. Hoje o país responde apenas por 4% da madeira consumida no mundo e a maioria vem de florestas plantadas do Sul e no Sudeste. De toda madeira extraída na Amazônia, somente 14% são destinadas à exportação. O valor chega à cifra de US\$ 500 milhões. O governo brasileiro também tem interesse em aumentar a arrecadação tributária com o comércio de exportação da madeira e estima que crescerá a exportação de madeira aproximadamente em 30% exportáveis, o que geraria um valor de R\$ 5,4 bilhões, e deste total, R\$ 1,5 bilhão seria em tributos governamentais. Os preços no mercado externo do metro cúbico serrado chegam às seguintes cifras: i) Jatobá (*hymenaea courbaril*) US\$ 450; ii) Cedro (*Cedrela SP.*) US\$ 500; iii) Mogno (*Swietenia macrophylla*) US\$ 1.200. O valor das exportações na Amazônia, em US\$ milhões: i) 1998 – 379 milhões; ii) 1999 – 431 milhões; 2000 – 486 milhões; 2001 – 464 milhões; 2002 – 513 milhões. (pag. B11).

4.2. O Desenvolvimento Sustentável do Acre: mensuração das condições de proteção social da vida material

O conciso balanço sobre os três autores mais representativo da análise da administração do Governo do Acre, realizada no intervalo de 1999-2006, constatou que apesar das análises diferenciadas entre eles persiste uma questão comum, conforme já chamamos a atenção, a de colocar em evidência o governo classificado como Governo da Floresta em razão de ter declarado que o seu Projeto de Desenvolvimento seria Sustentável, sendo o mesmo, herdeiro dos ideais das lutas de resistência dos heróis acreanos e movimentos sociais. O equacionamento dos conflitos sociais no campo com a criação de áreas de assentamentos rurais, Pólos Agroflorestais, Reservas Extrativistas, a valorização dos movimentos sociais de participação na política econômica, ligado à ascensão de um grupo considerado progressista, liderado pelo PT, para assumir o Governo do Acre, a partir de 1999, teriam sido os elementos responsáveis pela implementação de iniciativas de desenvolvimento sustentáveis, no âmbito local, dado que a confluência desses componentes haviam quebrado os impeditivos conservadores que travavam o desenvolvimento social acreano. Agora, com as lideranças herdeiras das lutas sociais na direção do Governo o caminho estava aberto para o desenvolvimento sustentável.

Horário Sant'Ana Jr. (2004) nos relembrou os termos em que o Governo fez tal proposição logo que assumiu o Governo. Segundo o autor, “com a posse ao poder do Estado do Acre, em 1999, Jorge Viana assume a nomeação de sua gestão como Governo da Floresta, para assumir que os objetivos de seu projeto definem o discurso de que a preservação da floresta, associada à manutenção de seus habitantes e à melhoria de sua qualidade de vida, é o eixo fundamental da ação governamental (SANT'ANA Jr. p. 175). Por esta razão, a formulação das políticas públicas seria orientada pelas idéias de índios e seringueiros, bem como as proposições do movimento social dos anos de 1970, classificariam o Governo da Floresta (MORAIS, 2008).

Temos em mãos, portanto, os componentes fortes que conferem às bases, onde o Governo da Floresta se assenta: i) forte presença do componente ambiental nas estratégias de desenvolvimento; ii) governo tributário das lutas e movimentos históricos do Acre,

desde Galvez, Plácido de Castro e Chico Mendes; iii) manutenção de seus habitantes e melhorias do padrão material de vida deles. Esses três componentes combinados, por pressuposto, definem o seu Projeto de Desenvolvimento Sustentável, sobre o qual pairam muitas polêmicas, conforme observamos através dos autores resenhados.

Como pudemos constatar, embora os trabalhos apresentados sejam bastante instigantes e convincentes nas análises, o que temos sobre o Governo da Floresta, no entanto, ainda é ínfimo para chegarmos a qualquer afirmação mais categórica. Em primeiro lugar, porque os trabalhos apresentados – e não temos notícias de outros que voltaram suas pesquisas, especificamente, para analisar a gestão do Governo da Floresta – não têm suas abordagens, ao menos, uniformizadas temporalmente, sendo Moraes (2008) a única autora a abranger os oito anos de administração; Horário Sant’Ana Jr.(2004) tem sua pesquisa localizada nos quatro primeiros anos; e Paula (2004), chega a oferecer alguns dados para os dois primeiros anos. O segundo aspecto é que todos os três trabalhos estão referenciados na regional do vale do Acre, com exceção de algumas digressões esporádicas e ligeiras sobre o Juruá, que os autores arriscam a fazer. Por fim, o grande ponto de divergência do Desenvolvimento Sustentável do Governo da Floresta, o que o torna insustentável ou menos sustentável, nos trabalhos dos autores, está centralizado, quase sempre, no componente da natureza, especificamente, na extração e exploração da madeira e atividade da pecuária, que implica em desmatamentos. Não figura um escopo de indicadores mais abrangentes que dê conta de pesquisar a ação do Governo da Floresta, valendo-se de um conjunto de balizas que rodeie a questão do desenvolvimento, tomando, no mínimo, os três componentes juntos, que sustentam os propósitos defendidos pelo próprio Governo da Floresta, segundo anunciamos acima: i) consideração sobre a natureza; ii) valorização do patrimônio cultural local; iii) elevação da qualidade material da vida social da população.

A intenção dessa seção é oferecer esses dados em conjunto. Simplesmente pretendemos contribuir com uma análise sociológica, que procura pesquisar, a partir de aferições empíricas, quantitativas dos processos sociais, neste caso específico, buscando considerar, por dentro das políticas públicas governamentais, como os agentes sociais – políticos e econômicos – estão refletidos nelas, e, mais particularmente, averiguando como o pensar e o dizer do Governo da Floresta estão adequados com o seu agir e o seu feito.

Neste sentido, uma maneira bastante confiável para investigar as ações de um governo, diz respeito a considerar suas tomadas de decisões e execuções diretas na sociedade e os efeitos práticos que elas geraram sobre aqueles afetados por elas. As políticas públicas, portanto, podem ser consideradas um termômetro para medir se os objetivos do Governo da Floresta e do seu Projeto de Desenvolvimento Sustentável foram alcançados e se as ações implementadas por ele foram condizentes com os compromissos assumidos, socialmente.

Portanto, para aferir estes resultados tomaremos uma série de indicadores, com o objetivo de responder às questões, que pretendemos referenciar. Convém lembrar, contudo, que nosso trabalho não se confunde de nenhum modo, com análise metodológica de indicadores, e embora façamos bastante uso deles, abordaremos os dados como já valorados em si, naquilo que eles se propõem a aferir, embora os mesmos passem pelo crivo da nossa interpretação, bem como serão confrontados com outras informações estatísticas.

Com a intenção de facilitar o trabalho, pretendemos adotar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE como Instituto de referência das informações adotadas, em virtude da abrangência territorial de suas pesquisas e principalmente pela confiabilidade

da fonte, que se destaca como parâmetro nacional. No caso de informações mais restritas localmente, usaremos os dados do próprio Governo do Acre, através dos seus sites disponíveis e mais especificamente da publicação *Acre em Números*. No mais, utilizaremos as pesquisas acadêmicas, bem como materiais jornalísticos, jornais impressos e televisivos, publicações oficiais e dados afins aos propósitos de nossa pesquisa.

4.2.1. Dinâmica populacional

Iniciaremos pela questão demográfica. A contagem da população, mais do que um indicador quantitativo para aferir o crescimento ou diminuição populacional de uma determinada região ou localidade, ao qualificar a modelagem da dinâmica demográfica, aponta sobre o processo de desenvolvimento social de uma determinada coletividade, pois o maior ou menor número de habitantes de uma comunidade interfere nas possibilidades de organização política e econômica dela, no mínimo, no que diz respeito à questão da disponibilidade de mão de obra, da pressão sobre os recursos naturais, da situação alimentar. No sentido mais moderno, a quantidade de pessoas configura a existência simultânea das cidades e do mercado consumidor.

No plano da economia, precisamente, uma quantidade significativa de pessoas coloca em primeiro lugar o problema da alimentação e da pressão sobre os recursos naturais. A quantidade de bocas para alimentar-se marca, certamente, o que Marx e Engels (1987) definiram como o primeiro ato histórico. Os homens entram em relações materiais, entre si, para transformação da natureza, a princípio, para satisfazer suas necessidades de sobrevivência materiais mais prementes, a busca por proteção, abrigo, alimentos, por comida e bebida. O ordenamento político tem funcionado, nesse sentido, como princípio regulador da forma de apropriação dos recursos naturais pelos governos e população. Por outro lado, os processos de desenvolvimento social e econômico das sociedades têm sido acompanhados de fluxos e refluxos demográficos estimulados pelos mesmos cursos de desenvolvimento.

A literatura bíblica referente à história de José, filho de Jacó, no antigo Egito (Bíblia de Jerusalém, 2003, Gênesis, cap. 41, vs. 1-33), exemplifica a primazia da ação política no planejamento da atividade econômica, e, por conseguinte, da mediação entre a relação do homem com a natureza, a fim de promover o equilíbrio necessário para a sobrevivência social, no caso aqui exposto, pela garantia da alimentação. Neste mesmo exemplo, percebe-se o entrelaçamento da esfera política, não só com a economia, mas também com a questão religiosa. O texto bíblico expõe, portanto, que o faraó egípcio havia tido um sonho e que nenhum dos seus adivinhos e sacerdotes conseguiram decifrá-lo. Ao tomar conhecimento de que um dos seus súditos de guarda, um hebreu, estava na prisão e que o mesmo tinha poder de interpretar sonhos, mandou chamá-lo. José, então, na presença do faraó ouviu seu sonho, descrito nos seguintes termos pelo faraó: em meu sonho, parecia-me que estava de pé no Nilo. Eis que subiram do Nilo sete vacas bem cevadas e de bela aparência, que pastavam nos juncos. Mas eis que outras sete subiram depois delas, extenuadas, de aparência feia e mal alimentadas, jamais vi tão feias em toda terra do Egito. As vacas magras e feias devoraram as sete primeiras, as vacas gordas. E depois que as devoraram, não demonstravam tê-las devorado. Depois vi em sonho sete espigas subindo de uma mesma haste, cheias e belas. Mas eis que sete espigas secas, mirradas e queimadas pelo vento Oriental, nasceram depois delas. E as espigas mirradas devoraram as sete espigas belas”. A resposta de José: “O Faraó teve apenas um sonho. Deus anunciou ao Faraó o que vai realizar. As sete vacas belas representam sete anos e as sete espigas belas

representam sete anos, é um só e mesmo sonho. As sete vacas magras e feias que sobem em seguida representam sete anos e também as sete espigas mirradas e queimadas pelo vento Oriental: é que haverá sete anos de fome (...) eis que vêm sete anos em que haverá grande abundância em toda a terra do Egito; depois lhe sucederão sete anos de fome, e se esquecerá toda a abundância na terra, em face dessa fome que se seguirá, pois ela será duríssima (...). Agora, que o Faraó aja e institua funcionário na terra, tome a quinta parte dos produtos da terra do Egito durante os sete anos de abundância, e eles reúnam todos os víveres desses bons anos que vêm, armazenem o trigo, sob a autoridade do Faraó, coloquem os viveres nas cidades e os guardem. Esses víveres servirão de reserva à terra para os sete anos de fome que se abaterão sobre a terra do Egito, e a terra não será exterminada pela fome”.

Os registros históricos de todas as sociedades antigas que precederam o período moderno, originado no século XIX, demonstram como a ação econômica estava enredada pelos regulamentos políticos intrínsecos, que regiam o tecido social e não se tem praticamente casos conhecidos de que a atividade econômica estivesse sendo desenvolvida por fora das práticas do comportamento social (Polanyi, 2000). O caso de José, localizado antes da era cristiana, que tornou-se o administrador geral do Egito, complementa o acervo que compartilha dessa relação da política com a econômica, como componentes que engendravam a organização das sociedades antigas. Do ponto de vista social, o crescimento populacional pode implicar em instabilidade dos governos locais, em razão da incapacidade da administração pública, sanar com os desdobramentos advindos da existência excessiva de pessoas as quais ela não consegue alcançar em suas políticas públicas. Muitos problemas sociais, como de marginalização, prostituição, violência, podem ser resultado de um crescimento desordenado de pessoas que não encontram ocupação na sociedade em que residem. O depoimento do ex-governador e ex-prefeito de Cruzeiro do Sul, Orleir Cameli, acerca da situação da marginalização de Cruzeiro do Sul, no Juruá, associa esse problema social com a questão demográfica e a pressão dos recursos naturais:

[Sobre Cruzeiro do Sul] ...O problema social, não é social, é o problema de marginalização. Isso tem que parar. Se lembra que eu falei hoje do programa que eu sou totalmente contra, o auxílio maternidade, eu sou totalmente contra. Eu seria totalmente a favor se o Governo pagasse R\$ 1.500,00 a mais para quem não tiver menino, porque tem que dar uma controlada, chefe. E é uma questão de bom senso. Teresa quanto filhos tu tem. Três. Cada um tem uma casa. São casados já os teus filhos. Ah, ainda são solteiros, mas cada um vai ter que ter uma casa. Se vai ter uma casa, vai ter que ter o que, madeira para essa casa, ela mora na cidade. E quem mora na zona rural tem que ter a casa e o roçado. É questão da sobrevivência. Eu conheço família que tem 22 filhos. E isso numa boa. E dizer e querer dizer que o governo vai dar educação e tudo para um pai de família que tem 22 filhos, não vai, vai dar saúde, não vai. Se tiver dois é possível, agora 22. E eu não culpo nem os políticos não, eu culpo mais as igrejas. São mais responsáveis, apesar de quem faz as leis são os políticos. As igrejas têm uma força muito grande em cima disso. Você viu agora a história lá. O padrasto engravidou uma criança com 9 anos de idade e eram duas crianças. Aí as autoridades autorizam a fazer o aborto, porque estava com uns dois meses de gravidez, aí deu o maior... a igreja não quis. Como é que uma criança de 9 anos pode ter filho, né, e ainda mais que eram dois. (Orleir Messias Cameli, ex-prefeito de Cruzeiro do Sul

(1993-1994), ex-governador do estado Acre (1995-1998), comerciante, industrial. (realizada em fevereiro-março, 1999).

O fluxo de pessoas da cidade para o campo, por sua vez, pode interferir na quantidade de produção interna de alimentos e representar um problema social para os governos, com o crescimento desordenado das cidades, puxando para o âmbito urbano níveis de violência diferenciados, gerando mendicância, exploração sexual de crianças, adolescentes, aumento das taxas de exploração da mão-de-obra, precarização do trabalho, que pode chegar à alta jornada diária e salários baixos, enfim, desemprego. Essas razões associam-se ainda com a pressão antrópica sobre os recursos naturais e trazem dificuldades para os governos administrarem sua política social.

Todos estes fatores levam-no a considerar a quantidade da população, como indicador de referência, para entender o alcance da política de desenvolvimento do governo do Acre. Tentaremos, neste tópico, realizar a descrição de como foi o comportamento da progressão populacional no estado, na medida do possível, se os dados permitirem, focalizando, na mesma seqüência e de modo correspondente, essa dinâmica para as cidades de Rio Branco e Cruzeiro do Sul. Nosso objetivo particular, dentro desse movimento, é de entender essa relação, a partir do fluxo campo-cidade. Temos em vista, que embora a relação campo-cidade não seja tão nítida assim, pelas mudanças recentes dos padrões de comunicação que se estabeleceram entre essas duas áreas, ela pode ser útil para pensarmos como as políticas econômicas repercutem, em ambos espaços, visto que elas orientam ainda a ação governamental de suas políticas, considerando esses limites geográficos e políticos.

No Acre, em 1920, habitavam 92.379 pessoas, sendo 58.330 homens e 34.049 mulheres. Na cidade de Rio Branco a população não passava de 5 mil pessoas e em Cruzeiro do Sul, os habitantes não chegavam ao número de 2 mil, segundo tivemos a oportunidade de conferir estas cifras nas seções precedentes.

Os censos mais sistemáticos do crescimento demográfico do Estado do Acre datam de 1940, quando esta região gozava do título de Território Federal. Dados do IBGE (1996-2007), coletados pelos registros oficiais do governo estadual contabilizaram para esta década, de 1940, um total de 79.768 habitantes, destes 14.139, moravam na zona urbana e 65.630 na zona rural. Nota-se que neste período a população era caracterizada pelo predomínio do rural e a taxa de urbanização beirava aos 17,72%. Os anos de 1950, praticamente, apresentam os mesmos índices populacionais, embora com uma propensão crescente do número total de habitantes. Nesta década, a população subiu para 114.755 pessoas, distribuídos em 21.272 habitantes para a faixa urbana e 93.483 para a rural. A taxa de urbanização não passou de 18,54%. Nas duas décadas seguintes, 1960-1970, o espaço rural mantinha a maior número de habitantes e a taxa de urbanização estacionava, nos anos de 1970, em 27,61%. O total de habitantes chegou a 158.852, em 1960, com 33.534 pessoas morando nas cidades e 125.318 residindo no campo. Nos anos de 1970, a população cresceu para 215.299 habitantes, 59.439 moravam na zona urbana e 155.860 na rural.

Na década de 1980, o ritmo demográfico acelera-se. O fluxo entre campo e cidade altera-se, com tendência de reversão populacional em favor das cidades, que passam a receber grandes contingentes de trabalhadores rurais migrados do espaço rural, praticamente emparelhando os moradores do campo e os da cidade. Neste período, a população total do estado chega a 301.276 habitantes. Na cidade, o número de habitantes aumenta para 131.930, e no campo, seguem morando 169.346 pessoas, mas a taxa de

urbanização fica em torno de 43,79%. No período que compreende a década de 1991 completa-se o processo de inversão da dinâmica populacional entre o campo e as cidades acreanas. Em 1991, a população total apresenta um crescimento vertiginoso e alcança a quantidade de 417.718 habitantes, as cidades passam a comportar 258.520 habitantes e o campo somente 159.198 pessoas. A taxa de urbanização chega aos 61,89%, confirmando a inversão da dinâmica populacional entre rural-urbano, com o predomínio das cidades. Do ano de 1996 até 2000, o ritmo mantém-se ascendente em favor das cidades. Em 1996 o número de habitantes totaliza 483.593, com 315.271 morando nas cidades e 168.322 no campo, a taxa de urbanização sobe para 65,19%. No ano de 2000, a população gira em torno de 557.526, destes, 370 morando nas cidades e 187.259 no espaço rural, 66,41% é o índice de urbanização para esse período. No momento recente de 2007, a população parou na casa de 655.385 habitantes, 464.680 fixando-se nos centros urbanos e 190.705 mantendo-se no campo, com taxa de urbanização da ordem de 70,90% para o período. A taxa média geométrica de crescimento anual para todo o período referido entre as décadas de 1940 até o momento atual de 2007, permaneceu estável, da ordem de 3,0% de crescimento.

Em termos da diferenciação da população por sexo, considerando também o mesmo intervalo entre 1940-2007, o número de homens esteve sempre à frente da quantidade de mulheres. Na década de 1940, os homens representavam 44.079 mil habitantes e as mulheres 35.689. Essa mesma média de propensão da quantidade de homens em relação às mulheres continua proporcionalmente. No ano de 1960, os homens eram estimados em 84.208 e as mulheres representavam 74.644. Em 1970, haviam 112.199 homens e 103.110 mulheres. Na década de 1980, 155.119 homens e 146.157 mulheres. O crescimento proporcional segue em 1991, quando os homens chegam à quantidade de 211.574 pessoas e as mulheres 206.144. No ano de 1996, haviam 244.449 homens e 239.144 mulheres. Em 2000, 280.983 homens para 276.543 mulheres. O atual período de 2007, mantém a diferenciação numérica entre os sexos, registrando 329.001 homens contra 323.752 mulheres.

No ano de 2000, dois anos depois que o Governo da Floresta passou a administrar o Estado do Acre, a população era de 557.526 habitantes, onde 370.267 deles moravam na zona urbana e 187.259 na zona rural, representando uma taxa de urbanização de 66,41% e média da taxa de crescimento anual de 2,92%. No ano 2007, ano em que Jorge Viana deixou a administração do governo estadual, a população havia crescido para 655.385 habitantes, 464.680 morando na parte urbana e 190.705 na zona rural, o índice de urbanização beirou os 70,90%, com taxa de aumento populacional de 18% para os sete anos em relação ao período de 2000, um adicional efetivo de quase 100 mil habitantes durante esse período.

É um número bastante expressivo que, certamente não deve ser subestimado pelos estudos que abordam a temática do desenvolvimento regional. Quase nunca se menciona a estatística demográfica como variável dependente da dinâmica sócio-econômica e ambiental. O aumento populacional acreano, de aproximadamente 100 mil habitantes, entre os anos de 2000 a 2007, não pode ser desconsiderado na avaliação do Governo da Floresta, levando-se em conta que esse crescimento representa quase duas vezes a população da cidade de Cruzeiro do Sul, o segundo maior município do Acre, e considerando que esse crescimento populacional implica em mais demandas das políticas públicas estaduais de desenvolvimento. Abaixo, apresentamos o demonstrativo da dinâmica populacional do Acre, série 1920-2007.

Tabela 14. População do Acre, Urbana-Rural, 1920-2007.

ANO	POPULAÇÃO		Tx. Urbanização %	TOTAL	% média geométrica de cresc. anual
	Urbana	Rural			
1920				92.379*	
1940	14.138	65.630	17,72	79.768	
1950	21.272	93.483	18,54	114.755	
1960	33.534	125.318	21,11	158.852	3.20
1970	59.439	155.860	27,61	216.299	3.13
1980	132.169	169.134	43,79	301.303	3.42
1991	258.520	159.198	61,89	417.718	3.01
2000	369.796	187.541	66,41	557.337	3.29
2007	464.680	190.705	70,90	655.385	2.45

(Fonte: Contagem da população, Censo demográfico, IBGE, 1996-2007. In: SCHMINK, 2008; GUERRA, 2005; ACRE em NUMEROS, 2007-2008).

Tabela 15. População total do Estado do Acre, 1970-2007, Municípios, Região Norte

Brasil, Região, Estado, Município	1970	1980	1990	2000	2007
Brasil	93.134.846	119.011.052	146.825.475	169.799.170	
Região Norte	3.603.679	5.880.706	10.030.556	12.900.704	
Acre	215.299	301.276	417.718	557.526	655.385
Cruzeiro do Sul	43.584	50.472	66.603	67.441	73.948
Rio Branco	83.977	117.101	197.376	253.059	290.639

Fonte: Censo demográfico IBGE, 1970, 1980, 1990, 2000. In SANTOS (2005, p. 49); Acre em Números (2007- 2008).

Não tomamos estes dados demográficos de crescimento populacional geral, mediado pela diferenciação por sexos, como um capricho quantitativo, segundo expusemos, rapidamente, no início desta secção. Três observações, no mínimo, necessitam ser consideradas. A primeira delas, talvez a mais evidente, refere-se simplesmente ao puro crescimento quantitativo do número de bocas humanas, durante os oito anos do mandato do governador Jorge Viana. Esse dado não pode ser menosprezado como menos importante porque, da quantidade de gentes vai depender a capacidade dos recursos materiais para suprir suas carências e necessidades biológicas prementes. A ação política dos governos e as relações de trocas comerciais se desenvolvem em função da intensidade das interações humanas que as circundam, sem contar que para se cobrir as necessidades de alimentação para abastecer o número de bocas, as sociedades humanas demandam a força de seus braços para a realização do trabalho. O segundo aspecto diz respeito à divisão social, que em uma medida muito precisa, considera a diferença por sexo, que em última instância, baliza o comportamento da sociedade. Os registros históricos⁷⁰ (SILVA & SILVA 2007) têm constatado que as mulheres contribuem muito para a fixação dos grupos humanos na

⁷⁰ Cf. O trabalho do Agente Comunitário de Saúde e as relações de gênero nos seringais da Amazônia⁷⁰, parte do Projeto de Pesquisa Metodologia de Pesquisa em Gênero e Sexualidade, MUSA\UFBA. SILVA & SILVA (2007).

terra, sua relação com as atividades produtivas, principalmente implementadas nos arredores da residência e sua afinidade com o trato da terra e criação de pequenos animais contribuem para o estabelecimento das bases familiares, diminuindo a tendência ao nomadismo. Em 1940, as mulheres correspondiam a 35.689, representando 44,74% do total da população de 79.768 habitantes. Em 2007, elas somavam 323.752 pessoas da totalidade de 655.385 habitantes, correspondendo a 49.39%.

No caso particular do Acre, Tocantins (1977) defendeu que o processo de colonização mais sólido das terras acreanas teve, na presença das mulheres, seu elemento diferencial. Os primeiros processos migratórios em direção a esta região, como foram motivados por interesses mais econômicos de extração da borracha, e se necessitava de braços masculinos, a presença da mulher se deu em menor escala. Não é sem motivo que aqueles seringueiros mais produtivos e que tinham a o reconhecimento do patrão pelo trabalho desenvolvido, muitas vezes eram agraciados com mulheres, dado a escassez quantitativa delas. Muitas mulheres indígenas foram tomadas no laço para se fazerem esposas de seringueiros isolados no interior das florestas. O Sr. Julinho, do seringal Cachoeira, afirmou que chegou a presenciar festas nos seringais em que se dançava homem com homem por falta de mulheres e aquelas poucas existentes, quando se encontravam nestes momentos, moralmente tinham quase que a obrigação de bailar com todos os homens para não causar atrito ou descontentamento entre eles. Neste sentido, não nos surpreenderemos da relevância delas no fortalecimento da economia local e de subsistência da alimentação doméstica. Não menos valoroso tem sido sua importância política na região, com destaque para as ações de resistências, levantadas pelo sindicalismo rural, nas décadas de 1970-1980, quando se interpunham na linha de frente, durante os empates, como estratégia de luta, além de serem elas que também asseguravam o feitiço dos alimentos para prover aqueles que estavam acampados.

O terceiro aspecto põe em evidência a própria força numérica dos agentes sociais. Não podemos tomar a quantidade da população acreana como agentes sociais homogêneos e indiferenciados, como os números aparentemente sugerem, se os consideramos em termos absolutos, embora o quantitativo não seja desprezível, para medir o acúmulo de forças que estão em jogo, mesmo que o numeral necessariamente não signifique força social política ou econômica proporcional, pois na maioria dos casos, como no Acre, quase sempre essa força foi desproporcional em desvantagem da grande massa de trabalhadores, numericamente em maioria, se comparado com os outros setores sociais. Na contabilidade genérica, podemos dizer que a população acreana desenvolveu-se incrustada, predominantemente, em raízes agrárias, onde os segmentos de trabalhadores rurais comportaram a grande maioria, aí incluindo, seringueiros, colonos, assentados dos projetos de assentamentos, pequenos trabalhadores rurais independentes e pequenos proprietários, seringalistas. Outro segmento tradicional acreano diz respeito às comunidades indígenas, obviamente, em menor número, embora sua diversidade cultural seja bastante emblemática. Estes dois segmentos, praticamente, respondem pela população que reside, em termos gerais, na faixa rural e florestal do estado. Nos núcleos urbanos propriamente ditos, destaca-se o número de funcionalismo público, com vínculo seja com a esfera municipal, estadual ou federal. Os outros segmentos agregam-se entre profissionais liberais (advogados, professores, médicos, técnicos autônomos ligados às diferentes áreas do conhecimento), comerciantes, fazendeiros-madeireiros, pequenos industriários (cerâmica, café, panificadoras, macenarias, etc), e trabalhadores diversos de manufatura (artesãos,

ferreiros, pedreiros, carpinteiros, eletricitas, cabeleireiros) e ambulantes em gerais. Os políticos profissionais completam o quadro dos agentes sociais.

Tem-se, então, composto o tabuleiro de forças sociais que estabelecem as relações de poder político e econômico no âmbito local. Essa descrição do panorama geral dos agentes sociais tem importância para os nossos propósitos porque, a partir dele, podemos identificar, minimamente, os interesses que motivam esses respectivos grupos e de como eles encontram ressonância na política de desenvolvimento local do governo. Certamente que os interesses se cruzam e variam em função dos demais interesses em disputa, tecendo uma grande rede social com tonalidade infinitesimal de significados, mas, mais do que o emaranhado indecifrável de fios que se conectam entre si, importa desembrulhar aqueles dominantes, as linhas mestras que portam sentidos explícitos e que se expressam em termos concretos nas políticas econômicas e de como refletem, materialmente, sobre aqueles que estão por baixo delas.

Então para que possamos ter uma noção do grau de representatividade dos diversos segmentos sociais, bem como do peso político em adequação com o quantitativo populacional, teremos que considerar como a demografia está distribuída entre os três setores produtivos – primário, secundário, e terciário – de modo a permitir uma caracterização geral da importância econômica dos segmentos sociais.

No ano de 1999, a agricultura participava com 8,58% da força de trabalho do setor primário, com 12.091 pessoas ocupadas em atividades rurais, aqui incluindo agricultura, pecuária e extrativismo; em 2001, apresentou um pequeno incremento na mão de obra rural contribuindo, elevando sua participação para 13,70% nas atividades rurais, sendo ocupadas 21.690 pessoas. No intervalo de 2002-2003 manteve-se oscilante, sobe para 14,2% de mão de obra, em 2002, e decresce para 12,3%, no ano seguinte, com a faixa de trabalhadores situada em 24.559 trabalhadores e 20.617 trabalhadores, respectivamente. Em 2004, a força de trabalho eleva-se significativamente para 34,0%, chegando a 96.015 trabalhadores no setor primário; seguido por uma baixa em 2005, estaciona na casa dos 31,3%, mobilizando aproximadamente 86.992 mil trabalhadores.

No caso do quantitativo rural é importante frisar que estes dados, certamente, não englobam as populações indígenas, que atualmente, em 2006, correspondem à estimativa de 14.318 pessoas distribuídas entre 161 aldeias de vários municípios do Acre. No ano de 2001, essa população foi registrada com 11.507 indígenas, portanto, mostrando um relativo crescimento demográfico em relação a 2006 (ACRE EM NÚMEROS, 1999; 2001; 2006; 2008). Em síntese, podemos constatar a enorme representatividade dos segmentos do campo em termos quantitativos e de sua participação na força de trabalho, que saiu de 8,58% de participação no setor, com 12.091 trabalhadores ocupados, e foi para 86.992 trabalhadores, equivalentes a 31,3% mão de obra rural. Nessa participação, obviamente, merece destaque os trabalhadores rurais, ribeirinhos, colonos, assentados, parceiros, indígenas, pequenos proprietários que correspondem à grande maioria do meio rural. Só para termos uma idéia, os trabalhadores rurais, assentados nos projetos de colonização e reforma agrária do INCRA, incluindo as áreas extrativistas legalizadas do Ibama, correspondem a 85.385 mil pessoas, sem contar com os trabalhadores na condição de posseiros, em áreas de conflitos fundiários, que em 2005, correspondiam a um quantitativo de famílias dispersas em aproximadamente 2 milhões de hectares (PAULA, 2005).

Na indústria – lembre-se que essa atividade econômica é eminentemente urbana, portanto, estamos nos referindo nomeadamente às pessoas da cidade, ao passo que a agricultura diz respeito aos moradores do meio rural, embora no caso de grande

proprietário, a maioria reside na cidade – o setor envolveu e/m 1999, cerca de 16.671 mil trabalhadores, ocupando 11,83% da mão de obra local, nessa atividade econômica; em 2001, mostrou crescimento de 14,98%, com 23.713 trabalhadores; nos três anos seguintes, 2002-2003-2004, entrou em queda, com exceção de 2003 que, com 8,1% de ocupação industrial, elevou a incorporação de mais trabalhadores para 13.494, em comparação a 2002 e 2004. Em 2002, a quantidade de trabalhadores baixou para 11.063, com percentual de 6,4%, enquanto que em 2004, o número de mão de obra decresceu mais para 5,2%, com o trabalho de 14.661 pessoas. No ano de 2005, o número de trabalhadores chegou a 22.652 mil, equivalente a 8,2% da força de trabalho da indústria; em 2006, essa demanda continuou crescendo para 28.000 mil trabalhadores correspondendo a 9,1% pontos percentuais. No geral, podemos identificar um crescimento persistente e progressivo do setor industrial, em termos de ocupação de mão de obra, embora a sua participação percentual tenha oscilado entre o intervalo de 1999-2006, decrescentemente, pois em 1999 apresentava uma taxa de 11,83% e terminou 2006, com 9,1%. A explicação para tal situação, isto é, dessa defasagem percentual e aumento quantitativo efetivo do número de trabalhadores no setor da indústria explica-se pelo incremento geral da mão de obra disponível, devido o aumento demográfico da população, economicamente ativa, para o conjunto dos setores produtivos e da variação interna da demanda dos três setores produtivos em termos proporcionais que apresentam.

O setor de comércio e serviços – entendendo-se o item serviço, relacionado quase na sua totalidade aos serviços de natureza pública – mostrou-se, em absoluto, como o setor que mais absorveu a mão de obra acreana. Em 1999, representava 77,96% da força de trabalho local, ocupando aproximadamente 109.920 trabalhadores; em 2001, apresentou um pequeno decréscimo percentual, baixando para 69,32% de participação no setor, embora o quantitativo da mão de obra tenha praticamente se mantido estável com o equivalente a 109.761 trabalhadores nos serviços públicos e comerciais. No ano de 2002, comércio e serviços representaram 70,5% da população economicamente ativa, com ocupação de 121.832 empregados. No ano de 2003, a força de trabalho chegou a 132.844 trabalhadores, percentual de participação de 79,6% da mão de obra estadual. Em 2004, o número de trabalhadores cresceu para 171.436 pessoas, embora o percentual de participação tenha baixado para 60,9%. Em 2005, ocorreu leve baixa, o número de trabalhadores ficou em 167.918 (60,4%), para novamente apresentar crescimento em 2006, com 188.000 empregos, equivalente a 61,2% da mão de obra empregada.

É importante registrar que a administração pública participa aproximadamente com 40% desse percentual geral, relativo ao setor de comércio e serviços, em razão da esfera dos serviços públicos, está inserida no cômputo dos dados gerais desse item. Só para termos uma idéia dessa participação, convém salientar, que em 2006, dos 188.918 empregados do segmento de comércios e serviços, a administração pública, incluindo educação, saúde e serviços sociais, representava, deste valor, 75.000 funcionários, correspondendo a 39,4%, da parcela da população, economicamente ativa, desse segmento.

Os dados das tabelas abaixo demonstram a seqüência do desempenho dos setores produtivos acerca da ocupação da força de trabalho no Estado do Acre, entre os anos de 1999-2006. Estes dados foram compilados a partir da base de informação disponível na publicação *Acre em Números* (Edições 1999; 2006; 2007-2008).

Tabela 16. Pessoa Ocupadas de 10 anos ou mais de idade, segundo os ramos de atividade, a posição na ocupação do trabalho principal, Acre, 1999-2006.

Discriminação	1999		2002		2004		2006	
	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%
Total	140.870	100	172.819	100	282.112	100	307.000	100
Setores de Atividade								
Agricultura	12.091	8,58	24.559	14,2	96.015	34,0	91.000	29,6
Indústria	16.671	11,83	11.062	6,4	14.661	5,2	28.000	9,1
Serviços*	109.820	77,96	61.042	35,3	117.518	41,7	113.000	36,8
Administração Pública			76.155	44,1	53.918	19,2	53.000	18,8
Atividades mal definidas ou não declaradas	2.288	1,62	--	--	--	--	--	--
Posição na Ocupação								
Empregados	79.107	56,16	92.950	53,8	120.911	42,9	141.000	45,9
Trabalhadores domésticos	12.744	9,05	16.095	9,3	23.588	8,4	18.000	5,9
Conta própria	30.392	21,57	39.937	23,1	75.726	26,8	74.000	24,1
Empregadores	6.210	4,41	4.022	2,3	7.337	2,6	8.000	2,6
Outras	12.417	8,81	19.815	11,5	54.550	19,3	66.000	21,5

Fonte: Acre em Números (1999; 2006; 2007-2008). IBGE, 2001, 2006 – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

* No ano de 1999, o setor serviços foi quantificado de forma agregada incluindo (comércio, serviços, administração pública). Nos anos de 2002 seguintes, os dados foram disponibilizados desagregados por segmentos de comércio e serviços e Administração Pública. No entanto, convém salientar, que no item serviços incluem-se atividades da esfera estatal que não estão inclusas especificamente no item Administração Pública. Isso traz um complicador porque não permite discriminar exatamente os serviços públicos (estatais) daqueles serviços estritamente não-estatais ou não-públicos, ou seja, os serviços particulares ou privados.

Tomamos a variável demográfica com a intenção de realçar sua correlação com a dinâmica mais geral do desenvolvimento, principalmente relacionada à pressão sobre os recursos naturais, mas, sobretudo, referente à capacidade desse desenvolvimento responder, de forma satisfatória, a parcela da população economicamente ativa, portanto, do seu reflexo específico na criação de oportunidades de trabalho, de modo que as famílias tenham condições de alimentar as bocas de suas respectivas casas. Tivemos a oportunidade de constatar que entre 2000-2007, a população geral do Acre teve crescimento aproximado de 100 mil pessoas (97.859 habitantes), sendo que 96,4% deste total ocorreram nas cidades acreanas, isso reforça a tendência de que as cidades e\ou os núcleos urbanos passaram a exercer grande influência na vida social do Acre com o aumento das taxas de urbanização, o que tem alterado bastante a dinâmica das políticas públicas e a orientação dos governos, considerando que a maioria da população agora reside na cidade e não mais no campo. A capital, Rio Branco, por exemplo, comporta quase a metade da população do Estado, embora muitas cidades ainda guardem a predominância das raízes rurais, pois o processo de urbanização não ocorreu de maneira uniforme em todos os municípios da região. No entanto, a capacidade de absorção dessa mão de obra disponível por parte dos setores produtivos, estatais ou privados, caminha de forma bem mais lenta do que a dinâmica populacional. Na seqüência serial (1999-2007) percebemos que a população em idade ativa cresceu 92,2% no período, contudo, a oferta de trabalho manteve-se um pouco mais abaixo desse ritmo populacional, com incorporação apenas de 79,65% do trabalho disponível, persistindo déficit acumulado de desemprego, variando em média entre 33,7%, em 1999, 34,4% 2001, 42,93% 2003, até 38,1% em 2007, percentual de desemprego bem acima da

média nacional, que girou em torno de 9,4%, em 2001 (7.785.067 desocupados); 9,7%, em 2003 (8.537.033); até 8,4%, em 2006 (8.208.227) de desempregados.

Tabela 17. População em idade ativa, economicamente ativa e não economicamente ativa no Acre

Discriminação	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Pop. Em idade ativa	268.979	291.829	300.062	314.912	472.674	484.688	506.000	517.000
Pop. Economicamente ativa	178.123	191.311	183.162	179.700	302.171	326.838	353.000	320.000
Pop. Não economicamente ativa	90.856	100.518	116.900	135.212	170.503	157.850	153.000	197.000

Fonte: Acre em Números (1999; 2006; 2009). Compilação dos dados do IBGE, Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio - PNAD.

No geral, ficou constatado a assimetria da dinâmica populacional em relação ao desenvolvimento dos setores produtivos, onde se evidenciou que o crescimento da população corre bem mais rápido do que o grau de absorção das forças produtivas dessa mão de obra em formação, principalmente quando a força de trabalho disponível é nomeadamente desqualificada profissionalmente, como poderemos constatar pelo baixo nível de formação educacional dos moradores acreanos a ser apresentado adiante. É também evidente que o grau de ociosidade crescente, devido a disponibilidade progressiva de mão de obra em idade ativa, pode resultar, em pressão, sobre a sociabilidade pública, principalmente, relacionada com a delinquência e deterioração social. Não ficou diretamente estabelecido no trabalho a relação que se estabelece de que a maior dinâmica populacional implica em maior pressão sobre os recursos naturais, pois não tínhamos essa preocupação, embora estejamos conscientes dessa relação de causa-efeito, de que o impacto sobre o meio ambiente seja bastante verossímil, principalmente se considerarmos a demanda, por alimentos, que requer aumento da produção, portanto, remete sobre possibilidades de expansão de áreas produtivas, o que por falta de tecnologia, pode resultar em mais desmatamentos, do mesmo modo, que uma família a mais, nas zonas rurais acreanas, significa uma casa a mais e terra disponível para o trabalho produtivo. Nas cidades, o aumento populacional assimétrico pode significar crescimento de condições de vida precária, ambientes urbanos desprovidos de instalações básicas, devido à baixa capacidade do aparato estatal de assegurar assistência pública e responder de forma eficiente aos problemas sociais dele ocasionados, assim como saturação dos serviços já existentes. Na relação mais ampla da população com a economia, observamos a importância da agricultura em expansão com uma quantidade de mão de obra envolvida no setor primário; um comércio mais ou menos consolidado em suas atividades mercantis; e o setor industrial ainda em formação. No entanto, a grande força econômica e social de maior relevância, até o presente momento, no Acre, corresponde ao funcionalismo público das diferentes esferas estatais.

4.2.2. Agricultura

Na década de 1970, como foi dito, do ponto de vista econômico, o Acre vivenciava sua crise produtiva mais aguda. Com a desvalorização da indústria da borracha,

principal atividade econômica local, processou-se a sua substituição pela atividade agropecuária. No plano político, o Acre, naquela década, já tinha alçado ao estatuto de Unidade da Federação, e o então Estado do Acre, de forma mais efetiva, buscava assumir a direção das atividades econômicas com a centralização da política econômica na esfera do governo. O governo da época, Wanderley Dantas (1971-1975), em compasso com a política dos governos militares para Amazônia, tornou público nas regiões do centro-sul do país os incentivos governamentais para aquelas pessoas interessadas na implantação da atividade de pecuária no Acre.

Sem uma atividade econômica principal e as cidades sendo alvo das migrações internas de populações advindas do campo, abarrotando-se de gente desqualificada para outros ofícios de trabalho, que não a agricultura, os centros urbanos esticavam-se, estendendo-se pelos cinturões periféricos que encompridavam cada vez mais. Os governos locais tinham como desafios encontrar as saídas para o desenvolvimento. Nas palavras de Maria Coelho (1998, p. 49) essa situação foi generalizada praticamente em todas as regiões amazônicas, pois “com o declínio da borracha as cidades e núcleos, em número então elevado, foram repetidamente descritas como núcleos urbanos em processo de decadência, associado à ausência de economias urbanas que lhes movimentassem a vida e as economias rurais pouco dinâmicas, fundamentadas em atividades de subsistência e extrativas de baixo valor comercial.

Embora o governo local se voltasse para buscar uma alternativa econômica direcionada para a exportação, à altura da importância que havia exercido a indústria da borracha, os governantes locais não subestimaram a produção agrícola – que desde os primeiros sinais de declínio da borracha havia encontrado apoio estatal, através do qual conseguiu instalar as suas bases produtivas – que apesar de pouco dinâmica havia demonstrado um crescimento da sua produção e produtividade, ganhando relevância na consolidação do mercado interno, no espaço dos principais centros urbanos, principalmente, na oferta de produtos alimentares para o abastecimento das cidades que, tendencialmente, apresentavam taxas de crescimento urbano, com significativo aumento da demanda por produtos agrícolas, devido ao aumento populacional. A centralização do Estado, que estendia cada vez mais suas funções administrativas para alavancar o processo de desenvolvimento econômico e social foi, paulatinamente, criando as condições para a formação do mercado interno, cuja base social de consumidores era formado, predominantemente, por funcionários públicos, oficiais militares, juízes, profissionais liberais, (médicos, advogados), trabalhadores urbanos ligados aos pequenos ofícios e manufaturas como cerâmicas, padarias, construção civil, comércio, pedreiros, ferreiros, carpinteiros, encanadores.

Sob a pressão dos movimentos sociais do campo e sindicalismo rural, no pós-1970, associado à procura de alternativas produtivas para o desenvolvimento do potencial econômico local, com o objetivo de promover a substituição de importações de produtos de necessidades básicas dos quais o estado era muito dependente, os governos acreanos tiveram que incorporar as atividades agrícolas na política econômica de suas administrações como medida para estabelecer as bases materiais da produção econômica na região. Nesse sentido, desde a gestão do governo de Wanderley Dantas (1971-1975), passando por Geraldo Gurgel de Mesquita (1975-1979), Flaviano Melo (1987-1990), que a agricultura veio desenvolvendo-se progressivamente, de forma mais favorável ou não, com mais ou menos incentivos governamentais, disponíveis. O governo de Wanderley Dantas, por exemplo, no quadro de crise da economia da borracha, buscou através de incentivos

fiscais estímulo para a introdução de inovações técnico-produtivas, no setor primário, com a intenção de expandir a fronteira agrícola na região, mais voltada para o grande pecuarista e fazendeiro, o que elevou a intensidade dos conflitos por terra no campo. O então governo de Geraldo Mesquita, ao contrário, fomentou o incremento à produção agrícola como possibilidade de fixação das populações rurais nos seus locais de origem, constituindo-se numa de suas principais políticas, em termos produtivos e sociais. Na perspectiva de promover a consolidação de uma classe média agrária e tentar solucionar os conflitos por terra, o governo criou, entre 1975 a 1979, os Núcleos de Apoio Rural Integrado - NARIS⁷¹, com o objetivo de assentar pequenos produtores rurais e extrativistas, e o Projeto Redenção⁷² com capacidade para assentar 500 famílias rurais (Souza, 1995; Paula, 1998). No auge do debate sobre os rumos do desenvolvimento, o governo de Flaviano Melo, tendo sua administração pressionada internamente por diferentes agentes sociais, definiu como prioridade do seu governo a seguinte orientação:

O Governo do Estado escolheu a agricultura como uma de suas prioridades, por entender que na exploração racional do campo estão, no momento, as principais soluções para os problemas econômicos e sociais do Acre. Ao melhorar as condições de produção da zona rural, criam-se as bases para aumentar a circulação de riqueza e normalizar o abastecimento das populações urbanas (ACRE, 1987, p. 21 apud SILVA, 1998) (...) a agricultura será a minha prioridade zero pela nossa vocação e imenso potencial agrícola que dispomos, junta-se a isso estradas, educação, saúde e assistência ao homem do campo (SILVA, 1998).

Dados do IBGE (2006), confrontando os censos agropecuários de 1970-2006, dão conta do desempenho que a agricultura vem apresentando desde os últimos trinta e cinco anos, em termos de avanço sobre as áreas cultivadas com a implantação dos plantios de culturas temporárias e perenes. A lavoura, desde 1970, tem demonstrado aumento progressivo da área plantada de suas culturas, da ordem de 503,3% para o intervalo 1970-2006, quando passou sucessivamente, de 35.307 hectares, em 1970, para 41.187 ha, em 1975; chegou a 76.608 ha, em 1980; depois passou para 69.719 ha, 1985; subiu um pouco mais, 75.939 hectares, em 1995; e estacionou em 177.732 hectares em 2006. A mesma base de informações constatou o aumento do uso de tratores nas atividades agrícolas, que passou de 24 unidades, em 1970, para 588 unidades, em 2006, indicando um relativo incremento

⁷¹ Sobre o Governo de Mesquita e os NARIS ver, dentre outros, Costa (1993) e Ribeiro e outros (1993).

⁷² O Projeto Redenção tinha como objetivo principal assentar famílias, sobretudo aquelas oriundas de outras regiões do país, que quisessem se estabelecer no Acre. Por isso, uma de suas características principais era de ser constituído por famílias vindas das regiões centro-sul do país, com maior tradição agrícola que os acreanos e por famílias de acreanos, formada de ex-seringueiros, que já moravam no local com a criação do Projeto Redenção. Vejamos o que disse Raimundo Viana, principal responsável do governo, pelo projeto na época: "A intenção nossa era de absorver, na realidade, o nosso seringueiro. Essa era a concepção inicial. Mas aí a gente começou a ver essa dificuldade cultural. Aí nós estabelecemos uma faixa de 20, no máximo 30% dessas pessoas (assentados do Centro-Sul), que seriam colocadas, estrategicamente, dentro do lote de forma que a gente tinha 1 módulo com 16 lotes. Então ali dentro teríamos 5 agricultores que iriam transferir as suas informações e, ao mesmo tempo, receber informações da Amazônia que esse pessoal precisava ter. Mas na verdade, isso foi o que a gente pensou enquanto projeto. Mas quando a coisa começou acontecer na prática a gente não seguiu rigorosamente este percentual. Um pouquinho a mais..." Entrevista concedida em Rio Branco, 1998.

tecnológico do setor primário, equivalente ao índice de 2.350%, embora esse percentual esteja restrito ao uso deste tipo de equipamento agrícola.

Na publicação *Acre em Números* (2008) cuja base de informações é derivada do IBGE (Produção Agrícola Municipal), pode-se verificar os dados agrícolas acerca do volume da produção e os valores recebidos referente aos produtos comercializados para termos uma idéia do efetivo da produção que essas áreas cultivadas expressam. Na série 2002-2006, sobre o a quantidade produzida dos principais produtos agrícolas do Acre, comprovamos um crescimento progressivo da produtividade, embora com oscilações de baixa da produção para alguns anos assim como variações do nível dos preços agrícolas comercializados, conforme pudemos atestar através da confrontação da quantidade produzida com os valores arrecadados. A mandioca, desde 2002, tem alcançado um desempenho crescente quando passou de 363.451 toneladas, gerando um valor de R\$ 70.061.000, para 563.919 toneladas, (R\$ 109.892.000) em 2005. No ano seguinte, 2006, sofreu um pequeno declínio na produção, fechando a safra agrícola com 455.581 toneladas e auferindo um valor de R\$ 78.340.000 milhões de reais. O faturamento auferido com o processo de comercialização variou na relação preço-produção, indicando uma defasagem dos preços agrícolas frente à produção, e vice-versa. No ano de 2004, por exemplo, a produção manteve-se ascendente, 450.335 toneladas-ano, se comparado ao período de 2003 quando produziu 437.028 toneladas, sendo esta safra comercializada pelo valor de R\$ 155.563.000 reais. Mesmo assim, no ano de 2004, apesar do crescimento produtivo, o faturamento foi rebaixado para o patamar de R\$ 125.292.000 milhões de reais, significando uma defasagem do faturamento da ordem de 19,45% em relação aos valores do ano anterior (2003), embora a produção de 450.335 toneladas tenha expressado uma alta de 3,0% da produtividade se comparada com o volume produzido do ano de 2003 (437.028 toneladas).

Nota-se que a mesma situação de variação dos preços em termos proporcionais, relativos à quantidade produzida, aconteceu com a produção do milho, arroz, banana, de forma mais emblemática. Convém assinalar, que essa variação de preços ocorreu de maneira favorável, com a elevação do valor pago, e noutras vezes, desfavorável com sua freqüente diminuição, sendo que esses fluxos de subida e descida dos preços foram uma constante na série temporal 2002-2006. No caso dos plantios de milho, esta cultura demonstrou média de crescimento, relativamente estável, com pequenas variações da produção. No ano de 2002, a quantidade produzida foi de 51.508 toneladas; apresentou uma leve baixa no ano seguinte, 2003, caindo para 50.946 toneladas; em 2004, elevou a produção para 68.252 toneladas; seguido por nova queda, em 2005, quando fixou a produção em 60.979 toneladas; caiu mais ainda e fechou o ano de 2006, com a produção de 56.612 toneladas. O crescimento relativo da seqüência temporal, 2002-2006, foi da ordem de 9,9% para o cultivo do milho. Só para termos uma idéia da oscilação dos preços do milho, se tomarmos o ano de 2003, quando esta cultura havia logrado produzir 50.946 mil toneladas desse produto, ao passo que o ano anterior (2002) a produção foi um pouco superior, de 51.508 mil toneladas, atestaremos que os valores comercializados foram bastante superiores, R\$ 21.490.000 reais, em 2003, aos do ano anterior (2002) de R\$ 15.421.000, embora a produção de 2003 tenha apresentado taxa negativa de (-)1,09% em comparação ao ano de 2002. Os preços tiveram alta de 39,3%, em 2003.

O cultivo de arroz permaneceu praticamente com a sua produção estabilizada, 32.826 toneladas, em 2002; 32.614 toneladas em 2003; uma pequena alta em 2004 elevou a produção para 38.717 mil toneladas; em 2005, decresceu para 31.562 toneladas; e finalmente, estabilizou-se em 32.490 toneladas, em 2006. Os preços respectivos foram os

seguintes: R\$ 14.363.000 reais, em 2002; R\$ 20.455.000 reais, em 2003; R\$ 20.395.000 reais, em 2004; R\$ 13.367.000 reais, em 2005; e por fim, R\$ 13.532.000 reais em 2006. Nota-se um crescimento relativamente estável, com defasagem de (-) 1,0% para a série 2002-2006, da quantidade produzida, com exceção do ano de 2004, que apresentou crescimento de ordem de 17,9%, em comparação ao ano de 2002. Os preços pagos pelo milho também sofreram pressão para baixo, principalmente, se comparado ao par 2003-2004, quando a produção ampliou-se, em 17,9%, e permaneceram, praticamente, os mesmos valores pagos pela produção R\$ 20.395.000 reais.

O desempenho das demais atividades produtivas para a série 2002-2006 como cana de açúcar, crescimento de 208,32%, feijão (4,7%), melancia (8,28) e abacaxi (-8,41%) asseguram o bom desempenho do setor produtivo agrícola e destaca a diversificação da produção. As culturas temporárias listadas acima, computaram valores expressivos, elevando-se de 116.038.000 milhões de reais, no ano de 2002, para R\$ 123.262.000 milhões, em 2006, um faturamento médio na faixa de 6,2% ao ano.

As lavouras permanentes, algumas delas, registraram crescimento, como foi o caso da banana, que passou de 52.870 toneladas, em 2002, para 75.589, em 2006, demonstrando um desempenho médio na faixa de 45,1% ao ano; o guaraná, igualmente, alcançou incremento da produção, com elevação média de produtividade de 10,9%, passando de 55 toneladas, em 2002, para 61 toneladas, em 2006. O café também cresceu 30,6%, entre 2002-2004, embora tenha fechado a safra de 2006, com desempenho médio negativo da ordem de (-) 41,7%, tendo diminuído de produtividade de 2002 quando produziu 1.939 mil toneladas de café para 1.131 mil toneladas, em 2006. A produção de borracha coagulada sofreu queda de (-) de 34,3%, baixou de 852 toneladas produzidas, em 2002, para 559 toneladas, em 2006. Com o palmito aconteceu o mesmo desempenho negativo, da faixa de aproximadamente (-) 75,2% com a redução da produção de 1.955 toneladas, em 2002, para 483 toneladas em 2006.

As cifras da produção comercializada das lavouras permanentes, incluindo banana, café beneficiado, laranja, mamão, borracha coagulada, tangerina, palmito, limão, guaraná e demais produtos geraram um montante anual de R\$ 25.984.000 reais, em 2002; R\$ 27.619.000, em 2003; R\$ 25.801.000, em 2004; R\$ 21.378.000, em 2005; e por fim, R\$ 22.480.000, em 2006. O montante acumulado para a série 2002-2006 foi de R\$ 69.659.000 reais, sendo que à média dos recursos comercializados entre o referido período, mostraram média negativa de (-) 13,4% de liquidez, com a queda dos valores auferidos com a comercialização, baixando de R\$ 25.984.000, em 2002, para R\$ 22.480.000, no ano de 2006.

As tabelas a serem mostradas a seguir apresentam, de forma sistemática, as informações sobre a quantidade produzida e valores adquiridos com a comercialização dos produtos agrícolas das culturas temporárias e permanentes, para a seqüência temporal 2002-2006, que acabamos de comentar. Os dados não deixam dúvida que a dinâmica da agricultura acreana após a década de 1970 ganhou um impulso de produtividade que tem contribuído, de forma significativa, para a consolidação de um circuito comercial interno, bastante importante para fomentar a economia local, principalmente na oferta de alimentos para o abastecimento das cidades, embora o incremento tecnológico e a organização das cadeias produtivas de seus diferentes cultivos seja bastante incipiente, conforme veremos adiante.

Tabela 18. Quantidade produzida e valor da produção dos principais produtos agrícolas do Acre (2002-2006)
(Continuação)

Produtos agrícolas	Quantidade produzida				
	2002	2003	2004	2005	2006
1. Lavoura temporária					
Mandioca (ton)	363.451	437.028	450.335	563.919	455.581
Milho em grãos (ton)	51.508	50.946	68.252	60.979	56.612
Arroz em casca (ton)	32.816	32.614	38.717	31.561	32.490
Cana de açúcar (ton)	11.432	18.409	22.977	25.960	35248
Feijão em grãos (ton)	6.508	7.670	8.914	4.448	6.816
Melancia (ton)	6.199	6.203	5.602	5.560	6.713
Abacaxi (mil frutos)	2.959	3.105	2.801	2.807	2.710
2. Lavoura permanente					
Banana (ton)	52.087	57.918	62.503	55.479	75.589
Café beneficiado (ton)	1.939	2.594	2.533	2.185	1.131
Laranja (ton)	4.879	5.817	7.059	5.558	4.434
Mamão (ton)	2.180	2.523	2.347	1.795	1.820
Borracha coagulada (ton)	852	750	1.329	634	559
Tangerina (ton)	1.673	2.293	2.422	2.983	2.032
Palmito (ton)	1.955	915	702	440	483
Limão (ton)	542	966	1.190	1.340	1.108
Guaraná semente (ton)	55	89	90	90	61

Fonte: Acre em Número, (2007-2008, p. 129-130). Compilação dos dados do IBGE: Produção Agrícola Municipal, 2002-2006.

Tabela 18b. Quantidade produzida e valor da produção dos principais produtos agrícolas do Acre (2002-2006)

Produtos agrícolas	Valor da produção (Mil Reais)				
	2002	2003	2004	2005	2006
1. Lavoura temporária	116.038	155.567	125.292	155.518	123.262
Mandioca (ton)	70.061	91.233	71.126	109.892	78.340
Milho em grãos (ton)	15.421	21.490	17.437	18.774	15.773
Arroz em casca (ton)	14.363	20.455	20.395	13.367	13.532
Cana de açúcar (ton)	1.291	1.394	1.339	1.669	2.678
Feijão em grãos (ton)	8.851	15.839	9.412	5.987	7.195
Melancia (ton)	2.799	2.345	1.947	1.746	1.518
Abacaxi (mil frutos)	2.811	2.213	2.423	2.821	3.029
Demais produtos	441	598	1.213	1.262	1.197
2. Lavoura permanente	25.984	27.619	25.801	21.378	22.480
Banana (ton)	13.271	14.873	11.614	9.489	12.023
Café beneficiado (ton)	1.658	4.413	4.005	4.309	2.802
Laranja (ton)	1.942	1.950	2.503	1.938	1.766
Mamão (ton)	1.173	1.504	1.402	1.156	1.237
Borracha coagulada (ton)	1.119	1.294	2.658	1.087	1.118
Tangerina (ton)	870	793	1.071	981	981
Palmito (ton)	3.910	779	477	636	739
Limão (ton)	221	348	410	415	381
Guaraná semente (ton)	165	267	270	271	183
Demais produtos	1.575	1.398	1.391	1.096	1.250

Fonte: Acre em Números (2007-2008, p. 129-130). Compilação dos dados do IBGE: Produção Agrícola Municipal, 2002-2006.

Como se pode observar a partir das informações oferecidas, ocorreu crescimento da atividade agrícola na região, tanto em termos de produtividade, diversificação, quanto do faturamento que ela proporcionou para a economia local, ao que pese o baixo incremento tecnológico do processo produtivo dessas culturas agrícolas, aspecto que ainda carece de aprofundamento neste trabalho, mas duvidamos muito que tal adoção de tecnologias produtivas na região ultrapasse as técnicas divulgadas pelos SAF's, a criação de unidades agroindustriais como as Casas de Farinhas, engenhos, agroindústria de processamento de frutas como a experiência do Reca, Novo Ideal, Usinas de Castanha e Borracha em Xapuri e Brasília, e o uso de alguns equipamentos como arado, pequenos tratores, máquinas de beneficiamentos diversas, além da enxada, teçado ou foice, e a predominância da ciência do uso da terra pelo manejo da broca-derruba-e-queima, o que em termos relativos e para início da dinâmica produtiva, poderia significar uma base tecnológica bastante desenvolvida se não fosse o fato de estar limitada a pequenas unidades produtivas, não sendo uma realidade substantiva para o conjunto do setor agrícola. Além disso, é generalizada a deficiência da verticalização das cadeias produtivas que apresentam problemas na organização da produção, transportes, comercialização e divulgação dos produtos.

O levantamento realizado por Fabiana Peneireiro e outros (2005, p. 108), entre os anos de 200-2003, em toda a extensão territorial do Acre, diagnosticaram 170 sistemas de produção agrofloretais em diferentes modalidades fundiárias de assentamentos (Reservas Extrativistas, Terras Indígenas, Projetos de Assentamentos do INCRA, Pólos Agrofloretais estaduais, pequenas Chácaras ou sitiantes). O estudo constatou mais do que a relevância da produção agroflorestral para a economia familiar que "...os maiores problemas [enfrentado pelos produtores, agroextrativistas, indígenas, colonos] estão ligados à deficiência das vias e meios de escoamento da produção, como transportes e ramais. Há produção, mas o produtor não consegue comercializar. Essa dificuldade deve-se a possibilidade de escoar a produção, pois os acessos são precários, ao baixo consumo dos produtos locais, muitas vezes porque o consumidor não conhece os produtos, seu valor nutricional, o potencial de uso dos mesmos". Os autores concluíram também "...que a cadeia do SAF's está bastante fragmentária com lacunas nos transportes, beneficiamento, certificação e marketing dos produtos. Dos 170 SAFs pesquisados, 27% disseram escoar a produção através da associação e cooperativas, 15% pagam frete, 12% contam com o apoio das prefeituras e 11% negociam com os atravessadores (marreteiros ou regatões). ...Na Resex Chico Mendes e nos seringais do Rio Liberdade, a produção é transportada em canoas e em lombos de animais pelos varadouros, em alguns casos demorando vários dias de viagem. Nestas condições foram encontrados agricultores cultivando pupunha para palmito e cupuaçu, produtos altamente perecíveis".

Antes disso, porém, convém consolidar a importância da atividade agrícola na economia local. Quanto à força de trabalho, o pessoal ocupado nas atividades agropecuárias correspondeu a 62.081 trabalhadores, em 1970; 77.486 mil, em 1975; 95.754, em 1980; 93.586, em 1995; e finalmente em 2006, a quantidade de pessoas ocupadas estabeleceu-se na faixa de 99.289 trabalhadores (IBGE, 2006). Tem-se, portanto, que no intervalo de 1970-2006 ocorreu um crescimento médio anual de 59,9% do pessoal ocupado no setor primário da produção agrícola com a força de trabalho saindo de 62.081 pessoas para 99.289, respectivamente.

Essa dinâmica do setor primário acreano tem refletido na contabilidade da economia local. O Produto Interno Bruto – PIB, do Acre, tem registrado, na série 2002-

2005, um crescimento progressivo do volume total de produção, no estado. Neste volume, a agropecuária tem mantido uma relativa estabilidade de seu desempenho. Em 2002, contribuiu com 4,5% do PIB; no ano seguinte, 2003, essa participação mais que duplicou, elevando-se para a casa dos 10,3%; em 2004, sofre uma brusca queda e se mantém em 5,4% de participação para finalmente estacionar na faixa de 5,8% de participação do PIB do Acre, em 2005. Neste período 2002-2005, o crescimento da agropecuária foi de 28,8% de desempenho produtivo. O setor tem sido puxado, principalmente, pelo lado da exportação da pecuária, castanha, e madeira. A pecuária, além da carne, oferta couros e outros derivados, que na balança de exportação, de 2006, registrou um faturamento de US\$ 3.782.027 milhões, representando 21,0% das exportações acreanas para o período, com um volume líquido 942.600 quilograma do produto. A safra da castanha, também, em 2006, contribuiu com 13,31% das exportações do estado, acumulando um faturamento de US\$ 2.415.378. Os produtos à base de madeira corresponderam a um faturamento de US\$ 9.444.749 dólares, equivalente a 53,07% dos produtos exportados do estado. Só para termos uma idéia do crescimento geral da economia local, basta considerar que as exportações, que em 2002, eram de US\$ 3.827.000 milhões, subiram para 19.372.000 milhões, em 2007, devido ao grande impulso dessas três atividades mencionadas no rol das atividades produtivas da economia local (ACRE EM NUMEROS, 2008).

O setor agropecuário a partir de 1999, tem aumentado a sua participação no produto interno bruto estadual, saindo de 14,17 (1999) para 17,18%, em 2007. A indústria também demonstrou bom incremento entre 1999-2007, elevando sua participação de 9,47 para 14,66, respectivamente. O ramo da construção civil tem sido a principal atividade desse segmento que tem influenciado o seu bom desempenho na economia acreana, juntamente com a indústria de transformação, pequenas indústrias, fábricas de cerâmicas, bebidas. O número de unidades de empresas de construção civil, por exemplo, que em 1999 era de 306, passou para 455, em 2005. As empresas da indústria de transformação, do mesmo modo, aumentaram suas unidades industriais, passando de 599, em 1999, para 936 unidades, em 2005, com destaque para as unidades de fabricação de produtos alimentícios e bebidas (aumentaram suas unidades de 162, em 1999, para 194, 2004), indústrias de confecções de artigos de vestuários e acessórios (26 unidades, em 1999, para 72, em 2004), e principalmente de unidades de fabricação de produtos de madeiras (em 1999, existiam 115 unidades, em 2004, elas eram de 153). No setor terciário, merece destaque a importância da administração pública no fomento do desenvolvimento da economia acreana, embora se venha configurando um cenário de diminuição de sua participação no PIB estadual, que baixou de 37,36%, 1999, para 34,30%, em 2007, devido o estímulo que a iniciativa privada vem passando através da política econômica governamental, com vista à expansão do ramo industrial e da industrialização das atividades produtivas locais, de modo a tornar a economia acreana menos dependente dos cargos públicos estatais. A criação da Comissão Executiva da Política de Incentivo à Atividade Industrial – COPIAI, através da Lei nº 1.361, de dezembro de 2000, para incentivar a organização das cadeias produtivas dos setores agroflorestais, agrícolas e industriais, representou o esforço mais recente do Governo da Floresta. Como exemplo dessa política tem-se a instalação dos Grupos Farias, de Pernambuco, que implantou a Fábrica de Energia Alternativa Álcool Verde; a Laminados Triunfo, Mato Grosso, que trouxe uma Fabrica de Pisos; e a Ouro Verde, do Rio Grande do Sul, que implantou uma Fábrica de Pisos e Decks, todas usufruindo dos incentivos do governo estadual. O Governo Estadual implantou o Pólo Moveleiro de Rio Branco e construiu o Parque Industrial de Rio Branco, para estimular empresas regionais e

de outras partes do país. Segundo MORAIS (2008, p. 178) “...92 empresas foram beneficiadas com a Lei de incentivos industriais, das quais 30 são madeireiras e moveleiras, e 8 delas, trabalham com a borracha e castanha. Das 73 empresas que tiveram projetos aprovados pela COPIAI, 34 foram beneficiadas com o financiamento do ICMS; 23 com a concessão de bens e imóveis e 15 empresas com ambos incentivos”.

O quadro abaixo apresenta de forma sistemática a dinâmica dos segmentos produtivos do Acre, bem como a participação deles no PIB, compreendendo ao período de 1995-2007. Dentre outras informações, merece ser sublinhado o crescimento do PIB estadual de R\$ 1.867.000.000, em 1999, para 5.761.000.000, em 2007, correspondendo a um desempenho dos setores produtivos da ordem de 308%. Esse momento positivo da economia, precisamente, refletiu o desenvolvimento do conjunto das atividades econômicas.

Tabela 19. Produto Interno Bruto – PIB do Acre e participação dos setores produtivos

Acre – Produto Interno Bruto a preços de mercado (1.000.000 R\$)													
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
	1.237	1.460	1.555	1.694	1.867	2.154	2.475	2.868	3.305	3.940	4.483	4.835	5.761
Atividades Econômicas	Participação (%) no Valor Adicionado Bruto a preço básico												
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Agropecuária	18,81	16,11	12,16	13,03	14,17	14,04	17,02	16,99	19,70	18,37	20,02	16,84	17,18
Indústria	9,99	9,23	9,30	9,74	9,47	9,29	10,13	10,56	9,29	14,52	11,52	12,93	14,66
Indústria extrativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,04	0,02	0,01	0,04	0,08
Indústria de transformação	1,52	1,48	1,46	1,42	1,50	1,57	2,11	2,32	2,26	2,72	3,34	2,95	4,79
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água e esgoto e limpeza urbana	1,64	1,28	0,92	1,19	1,23	1,24	1,13	1,35	1,44	1,70	2,61	1,93	1,89
Construção civil	6,82	6,48	6,92	7,13	6,74	6,48	6,89	6,87	5,55	10,08	5,56	8,01	7,90
Serviços	71,20	74,65	78,54	77,23	76,36	76,67	72,85	72,45	71,01	67,12	68,46	70,23	68,16
Comércio	9,66	8,75	9,84	9,90	9,84	9,93	9,57	9,59	10,33	10,00	10,45	9,59	10,17
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	1,67	1,86	1,67	1,86	1,51	1,67	2,16	2,73	2,61	2,05	2,55	2,78	2,65
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	38,48	36,06	37,20	38,57	37,36	35,46	35,24	36,02	35,60	33,16	33,42	35,80	34,30
Outros serviços	21,38	27,98	29,83	26,90	27,65	29,62	25,87	24,10	22,47	21,91	22,04	22,05	21,04

Fonte: IBGE (2009a). IBGE em parceria com Órgãos de Estados, Secretarias Estaduais de Estatísticas e Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa.

No âmbito da dinâmica produtiva agropecuária, convém sublinhar o reflexo do incremento econômico frente à questão ambiental. No que se refere à produção da pecuária correlacionada com o incremento das pastagens para a alimentação bovina, por exemplo, os dados do IBGE (2006) mostraram que as pastagens, em maior ritmo, apresentaram um incremento bastante superior ao desempenho da agricultura. As áreas de pastagens cresceram, para o mesmo período, aproximadamente em torno da faixa de 1.529,6%. O número de cabeças de gado acompanhou esse desempenho com a expansão das áreas de

pastagens, de modo que a pecuária, que em 1970 contava com 72.166 cabeças de gado chegou, em 2006, com a criação, totalizando cerca de 1.784.474 rés. Esse crescimento correspondeu a 2.372,7% de incremento, entre 1970-2006. Todas as demais atividades de criação de animais, bubalinos, caprinos, suínos, ovinos, responderam por maior incremento da produtividade.

Importa destacar, a partir dos dados levantados por Judson Valentim e Carlos Andrade (2009) a defasagem das informações do IBGE, concernente ao quantitativo da pecuária para o ano de 2006 em razão do procedimento metodológico diferenciado, que considera o número de bovinos, analisando os dados de cadastro dos institutos de defesa animal, referente ao número de aplicação de vacinas contra a Febre Aftosa, em conjunto com o trabalho dos técnicos do IBGE e extensão rural estadual. Os autores considerados fizeram uma adequação dos dados, ajustando-os às informações do IBGE com a Pesquisa Pecuária Municipal, que leva em conta a observação in locu das unidades rurais. Eles diagnosticaram que os dados do efetivo bovino do Brasil para o ano de 2006 foram computados pelo IBGE com um total de 169.900.049, enquanto que a Pesquisa Pecuária Municipal para o mesmo período, catalogou registro diferente, informando um efetivo bovino de 205.886.244 cabeças de gado (VALETIM & ANDRADE, 2009). No caso específico do Acre, em, 2005, o efetivo de pecuária já era quantificado em 2.313.185 milhões de cabeças de gado; em 2006, esse número sobe para 2.452.915 cabeças (ACRE EM NUMEROS, 2008), quantidades bastante superiores aos dados do IBGE da pecuária para 2006.

No item utilização de matas e florestas, os dados apontaram uma redução no volume das áreas de florestas legais, usadas pela atividade econômica. Entre 1975-1980 houve um aumento do manejo dessas áreas florestais da ordem de 130,5%, um ritmo que é compatível com o crescimento da pecuária para o mesmo período. Após a década de 1980, ocorreu a diminuição da pressão sobre as matas destinadas à preservação permanente ou reservas legais, visto que, em 1980 se utilizava aproximadamente de 5.109.464 hectares para o desenvolvimento das referidas atividades produtivas, enquanto que, em 2006, essa área decresceu para cerca de 2.526.551 hectares.

Confrontando esses dados brutos de redução do uso de áreas de reservas legais ou de preservação permanente com a velocidade de crescimento da pecuária em todo o Estado do Acre, a primeira vista, constata-se certa incompatibilidade entre eles, posto que o incremento da pecuária tem implicado, de forma direta, na pressão expansiva sobre a abertura de novas áreas de florestas, incluindo, hoje, as áreas de Reservas Extrativistas e Projetos de Assentamento Extrativistas. Ademais, tem sido a pecuária a principal atividade econômica, considerada a responsável pelo desmatamento e queimadas na região Amazônica, associada à exploração de madeira, a qual ela se articula de maneira bastante combinada. Nos anos de 1991 a 2001, o INPE registrou nas terras acreanas um crescimento do número de focos de incêndios, da ordem de 218,4% entre o período referido, tendo passado, em 1991, de 260 focos de incêndios para 68, em 1999, 454, em 2000, e finalmente, chegando a 828 focos, em 2001 (IBGE, 2002).

Tabela 20: Confronto dos resultados dos dados estruturais dos Censos Agropecuários. Acre – 1970\2006.

Dados Estruturais	Censo					
	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Estabelecimentos	23.102	25.001	27.371	35.049	23788	29.488
Área total (há)	4.122.084	4.291.777	5.679.532	5.234.762	3.183.065	3.780.374
Utilização das terras (há)						
Lavoura (1)	35.307	41.187	76.608	69.719	75.939	177.732
Pastagens (2)	63.354	124.104	264.202	326.026	614.213	1.032.431
Matas e florestas (3)	3.915.172	4.047.568	5.109.464	4.599.715	2.338.412	2.526.551
Pessoal ocupado (4)	62.081	77.486	95.754	115.659	93.586	99.289
Tratores	24	45	248	263	433	588
Efetivo de animais						
Bovinos	72.166	120.143	292.190	334.336	847.208	1.784.474
Bubalinos	10	96	494	625	919	2.050
Caprinos	1.071	843	2.183	2.947	4.798	7.268
Ovinos	13.925	11.243	14.914	22.798	40.258	47.684
Suínos	103.125	109.625	123.669	158.559	161.181	120.602
Aves (galinhas, galos, frangos) (1.000 cabeças)	880	873	1.091	1.414	1.416	1.436
Produção animal						
Produção de leite vaca (1.000 L)	5.095	6.900	14.956	18.146	32.538	21.294
Produção de leite de cabra (1.000 L)		1		1	29	2
Produção de lã						
Produção de ovos de galinha (1.000 duzias)	1.970	1.526	1.715	1.936	1.872	1.429

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1970\2006.

Nota: Lavoura permanente somente foi pesquisada a área colhida para os produtos com mais de 50 pés em 31.12.2006.

(1) Lavouras permanentes, temporárias e cultivo de flores, inclusive hidroponia e plasticultura, viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação e forrageiras para o corte.

(2) Pastagens naturais, plantadas (degradadas e em boas condições).

(3) Matas e\ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, matas e\ou florestas naturais e áreas de florestas também usadas para lavouras e pastoreio de animais.

(4) Em 1995-1996 o pessoal ocupado com laços de parentesco com os produtores que trabalharam no estabelecimento e recebiam salários, foram incluídos como empregados, sem laços de parentesco com o produtor.

Disponibilizaremos os dados formulados por Valentim e Andrade (2009), para que possamos ter uma confrontação elucidativa das informações produzidas acerca da dinâmica do efetivo da pecuária na Amazônia Legal, e, no Acre, em particular, a fim de poder observar visões diferenciadas.

Tabela 21. Dinâmica do rebanho bovino nos estados da Amazônia Legal entre 1975 e 2007

Região	1975		1985		1995		2005		2007		Variação	
	Cabeças	%	Cabeças	%	Cabeças	%	Cabeças	%	Cabeças	%	1975-2005	2005-2007
Acre	119.342	1,7	349.150	2,3	471.434	1,3	2.313.185	3,1	2.315.798	3,3	1.838,3	0,1
Amapá	63.798	0,9	48.370	0,3	93.349	0,2	96.599	0,1	103.170	0,1	51,4	6,8
Amazonas	198.768	2,8	427.504	2,8	805.804	2,1	1.197.171	1,6	1.208.652	1,7	502,3	1,0
Pará	1.430.055	20,4	3.378.894	22,4	8.058.029	21,5	18.063.669	24,2	15.353.989	21,9	1.163,1	-15,0
Maranhão	1.782.518	25,4	3.278.340	21,8	4.162.059	11,1	6.448.948	8,6	6.609.438	9,4	261,8	2,5
Mato Grosso	3.110.119	44,4	6.507.632	43,2	14.153.541	37,7	26.651.500	35,7	25.683.031	36,6	756,9	-3,6
Rondônia	51.507	0,7	764.299	5,1	3.928.027	10,5	11.349.452	15,2	11.007.613	15,7	21.934,8	-3,0
Roraima	249.978	3,6	305.155	2,0	282.049	0,8	507.000	0,7	481.100	0,7	102,8	-5,1
Tocantins	*	*	*	*	5.544.400	14,8	7.961.926	10,7	7.395.450	10,5	43,6	-7,1
Amazônia Legal	7.006.085	100	15.059.344	100	37.498.692	100	74.589.450	100	70.158.241	100	901,4	-5,9

Fonte: Adaptado de IBGE (2009c), In: Valentim e Andrade, 2009.

Nota (*) O Estado do Tocantins não fazia parte das estatísticas, pois foi criado em 1988 por meio do desmembramento de parte do território e do rebanho bovino do Estado de Goiás.

De posse dessas informações torna-se mais pertinente o julgamento acerca da pressão sobre os recursos florestais. Dizíamos acima a respeito da diminuição do uso do volume de matas e/ou florestas legais para desenvolvimento das atividades criatórias e agrícolas, que isso havia suscitado certa incoerência ou discrepância das informações relativas aos recursos naturais, dado que o aumento da pecuária e desempenho agrícola, historicamente, repercutem na pressão sobre as florestas nativas, devido o baixo incremento tecnológico e o tipo extensivo do uso da terra manejada com práticas bastante rudimentares do ponto de vista produtivo. O que temos de averiguar para minimizar a controvérsia provável é questionar como se deu a equalização dos recursos ambientais com os processos produtivos.

Em recente trabalho publicado intitulado *Tendências e perspectivas da pecuária bovina na Amazônia Brasileira*, Valentim e Andrade (2009) fazem um balanço das últimas três décadas, abordando a dinâmica da pecuária na Amazônia Legal e seu impacto no uso dos recursos naturais. No detalhamento do diagnóstico da situação ambiental na Amazônia Legal⁷³ consideraram que 61% da superfície territorial (de 5.217.423 Km²) é ocupada pelo Bioma Amazônia (3.182.628,03 Km²), o restante, 24%, se refere ao Cerrado e áreas de transição, e 15% de áreas antropizadas (782.613,45 Km²), desde 8% correspondem as áreas de pastagens cultivadas (62.609,04 Km²), 5% de vegetação, e 2% de agricultura. No ano de 2008, o desmatamento passou a ocupar aproximadamente 70 milhões de hectares na Amazônia Legal.

No que diz respeito ao rebanho bovino, os autores mostraram que o efetivo brasileiro, que no ano de 1975 era de 102 milhões de cabeças, passou para 207 milhões de cabeças de gado em 2005, demonstrando crescimento de 102% no intervalo 1975-2005. A

⁷³ A Amazônia Legal corresponde a 59% do território brasileiro e engloba os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Roraima, Tocantins e a parte Oeste do Maranhão. Representa uma superfície de 5.217.423 Km², com 775 municípios e uma população de 23,6 milhões de habitantes em 2007. Cf. Valentim e Andrade (2009, p. 9-10).

região Norte foi quem mais apresentou desempenho da produção bovina, com crescimento de 1.683%, se comparado com os percentuais de crescimento das regiões Sul (9%), Sudeste (28%), e Nordeste (47%). No caso particular da Região Norte houve um incremento do efetivo bovino que subiu de 2,1% de participação no conjunto do rebanho brasileiro, em 1975, e elevou-se para 19,0% em 2007; deste percentual, a Amazônia Legal contribuiu com o rebanho nacional, passando de 6,8% para 35,1% entre 1975-2007. O Acre acumulou crescimento de 1.838% do efetivo bovino para o mesmo período de 1975-2005. No entanto, no ano de 2007, ficou diagnosticado que os Estados do Pará e Mato Grosso juntos, representavam 58,5% do total do rebanho da Amazônia Legal, enquanto que o Acre, Amapá, Roraima e Amazonas, agregados, correspondiam a somente 5,9% do total da região para aquele ano de 2007 (VALENTIM & ANDRANDE, 2009).

Embora o efetivo bovino tenha apresentado desempenho em todo cenário nacional para a série temporal 1975-2007, em termos absolutos, ficou constatado uma diminuição do quantitativo de pecuária entre os anos 2005-2007, tanto para o Brasil, quanto para a Região Norte e Amazônia Legal. A redução refletida foi da ordem de 4% devido (i) “ao aumento do abate de fêmeas ocorrido entre 2003-2006, reduzindo a disponibilidade de animais de reposição; (ii) aumento da taxa de abate no Brasil, no período, estimulado pela recuperação dos preços da arroba; (iii) e redução das taxas de desmatamento na Amazônia Legal, em função do aumento das ações de monitoramento e controle ambiental” (p. 10-11).

Após exposição destes dados sobre pecuária, os autores os confrontam com a dinâmica das pastagens, mostrando que a área de pastagens no país havia sido aumentada em aproximadamente 4% para o período 1875-2006, passando de 165,5 milhões para 172,3 milhões de hectares. Deste percentual, a região Norte contribuiu com 518% para o mesmo período referido, sendo que ocorreu um acréscimo de pastagens cultivadas (gênero *Brachiaria* e *Panicum*). Entre os anos 1975-2006 as pastagens cultivadas cresceram de 24% para 56%, com conseqüente redução das pastagens naturais, que apresentaram diminuição de sua área baixando de 76% para 44% de superfície. Na Amazônia Legal, as pastagens naturais diminuíram sua participação na área total, entre o mesmo período de 1975-2006, passando de 73% para 36%, mas mesmo assim as pastagens naturais ainda colaboram com 90% do total dessas áreas. Os maiores índices de incremento das pastagens ficaram por conta de Rondônia (2.155%), Amazonas (855%), e Acre (732%); sendo que este último estado contribuiu com o uso de 10% do cômputo das pastagens disponíveis na Amazônia Legal (VALENTIM & ANDRADE, 2009).

A tabela abaixo reflete a dinâmica da área de pastagens nos estados da Amazônia Legal, entre 1975 a 2006.

Tabela 22. Dinâmica da área de pastagens nos estados da Amazônia Legal entre 1975 e 2006

Região	1975		1985		1996		2006		Varição 1975-2006
	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%	%
Acre	124.104	0,6	326.026	0,8	614.213	1,2	1.032.431	1,7	732
Amapá	350.023	1,7	478.894	1,1	244.978	0,5	432.035	0,7	23
Amazonas	192.385	0,9	476.134	1,1	528.913	1,0	1.836.535	3,0	855
Maranhão	3.808.835	18,7	5.446.563	12,7	5.310.552	10,4	6.162.692	10,0	62
Mato Grosso	11.243.468	55,3	16.404.370	38,4	21.452.061	41,9	22.809.021	37,0	103
Pará	3.037.190	14,9	6.596.393	15,4	7.455.728	14,6	13.167.856	21,4	334
Rondônia	224.570	1,1	1.100.876	2,6	2.922.069	5,7	5.064.261	8,2	2.155
Roraima	1.353.168	6,7	1.247.213	2,9	1.542.565	3,0	806.559	1,3	-40
Tocantins	*	*	10.650.900	24,9	11.078.156	21,7	10.290.856	16,7	-3
Amazônia Legal	20.333.743	100	42.727.369	100	51.149.235	100	61.602.246	100	203

Fonte: Adaptado de IBGE (2009d; 2009e). In: Valentim e Andrade (2009)

Nota (*):O Estado do Tocantins foi criado em 1988 por meio do desmembramento de Parte do território do Estado de Goiás. Entretanto, o IBGE conseguiu, a posteriori, destacar os dados de are de pastagens do estado a partir do Censo Agropecuário de 1985.

Na análise de confrontação do uso de pastagens e efetivo de rebanho de pecuária, com o objetivo de investigar a existência da diminuição ou não da pressão sobre os recursos naturais pelo incremento dessa atividade produtiva, os autores adotaram a taxa de lotação das pastagens como indicador de aferição que consiste na utilização de um índice de eficiência para identificar a otimização ou subutilização dos pastos, posto que “a taxa de lotação das pastagens é um índice que é determinado, dividindo-se o rebanho pela área de pastagens existentes em um país, região, estado, município, ou propriedade” (p. 19) observando a necessidade de realizar a depuração da pecuária do conjunto dos animais que se alimentam de gramíneas, o que pode causar sobre notificação de áreas. O estudo constatou que ocorreu aumento da taxa de lotação das pastagens, no Brasil, da ordem de 83% entre 1975-2006, com o incremento da relação unidade animal por hectares, passando de 0,51 UA\ha para 0,94 UA\ha (p. 22). O Acre apresentou desempenho da taxa de lotação, elevando o índice de eficiência do coeficiente hectares de pastagens-unidade animal, de 0,76UA\ha, em 1975, para 1,77 UA\ha, em 2006, equivalente a um crescimento médio de 134% para o intervalo do período referenciado. Tomando somente o intervalo de 1996 a 2006, em que a taxa de lotação de pastagens saiu de 1,03UA\ha para 1,77UA\ha, respectivamente, notamos que a média de incremento da taxa de lotação foi de 71,84%, bastante superior a seqüência das últimas três décadas. A tabela abaixo mostra a evolução da taxa de lotação das pastagens entre 1975-2006.

Tabela 23. Evolução da taxa de lotação das pastagens nas regiões do Brasil e nos estados da Amazônia Legal entre 1974 e 2006

Região	1975	1985	1996	2006	Variação (%) 1975-2006
	UA-Unidade Animal\Ha				%
Norte	0,34	0,35	0,55	0,97	187
Nordeste	0,60	0,62	0,68	0,81	35
Sudeste	0,57	0,66	0,73	0,94	64
Sul	0,88	0,96	1,01	1,18	18
Centro-Oeste	0,30	0,45	0,59	0,91	201
Brasil	0,51	0,58	0,68	0,94	83
Amazônia Legal	0,30	0,36	0,54	0,91	203
Acre	0,76	0,79	1,03	1,77	134
Amapá	0,17	0,17	0,64	0,76	347
Amazonas	0,78	0,68	1,08	0,51	-35
Pará	0,40	0,45	0,66	1,04	160
Maranhão	0,53	0,59	0,64	0,92	73
Mato Grosso	0,21	0,30	0,49	0,84	305
Rondônia	0,21	0,54	1,00	1,68	716
Roraima	0,16	0,21	0,21	0,51	224
Tocantins	*	0,26	0,36	0,57	118

Fonte: Adaptado de IBGE (2009c; 2009d; 2009e) In: Valentim e Andrade (2009)

Nota (*): O Estado do Tocantins foi criado em 1988 por meio do desmembramento de Parte do território do Estado de Goiás. Entretanto, o IBGE conseguiu, a posteriori, destacar os dados de are de pastagens do estado a partir do Censo Agropecuário de 1985.

Com esse sintético balanço, Valentim e Andrade (2009) chegaram à constatação de que a adoção de tecnologias e manejo diferenciado da forma de uso da terra, a atividade produtiva da pecuária impediu a incorporação de cerca de 213,1 milhões de hectares da Amazônia Legal Brasileira, destinadas ao uso desta atividade econômica. As reduções ocorreram principalmente nas regiões Norte, que evitou o uso de florestas em 29% e o Centro Oeste, que contribuiu com 54%. Na Amazônia Legal, o ganho foi da ordem de 147,5 milhões de hectares, que foram poupadas de serem convertidas em áreas de pastagens para o uso da pecuária bovina. Esse desempenho das tecnologias, na atividade de produção de pecuária, portanto, tem evitado o crescimento dos desmatamentos. No entanto, os autores finalizam dizendo que o uso de tecnologia ainda é bastante incipiente, pois estudos realizados no Estado do Acre confirmaram que a combinação de consórcios tecnológicos com o uso de leguminosas, gramíneas, asseguram que a relação taxa de lotação de pastagens pode alcançar o coeficiente de 2,5UA\ha até 2,7UA\ha, e que “a discrepância entre as taxas de lotação médias dos estados da Amazônia Legal e os níveis possíveis de serem atingidos em pastagens produtivas se deve ao elevado grau de degradação de pastagens e ao baixo nível de adoção de tecnologias na região” (p. 22).

Os dados do INPE, para o intervalo 2004-2007, diagnosticaram a redução da taxa de desmatamento que baixou na Amazônia Legal em 58%, diminuindo as derrubadas de florestas de 2,74 milhões de hectares para 1,15 milhões de hectares ao ano. No ano de 2008, o referido instituto, assinalava que o desmatamento havia sido da ordem de 1 milhão de hectares (VALENTIM & ANDRADE, 2009).

O Gráfico 4, abaixo, apresentado por Valentim e Andrade (2009), mostra o quantum de desmatamento evitado no Brasil e nos Estados da Amazônia Legal, entre 1975-2006.

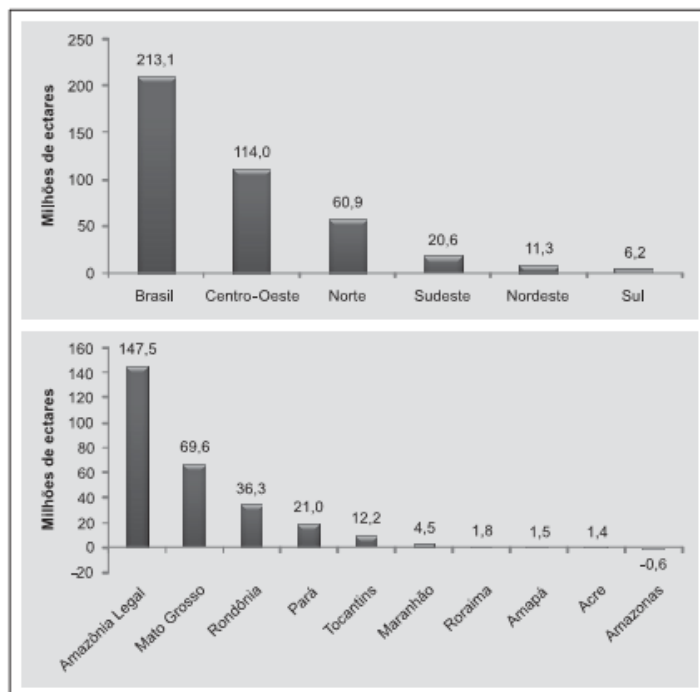


Gráfico 4 – Desmatamento evitado no Brasil e nos estados da Amazônia Legal entre 1975 e 2006, em função do aumento de produtividade na pecuária.

Fonte: Calculado com base no aumento das taxas de lotação das pastagens no período, utilizando dados do IBGE (2009c; 2009d; 2009e).

In: Valentim e Andrade, 2009.

4.2.3. Indústria, comércio e serviços

Uma das características mais conspícuas, que marcou o desenvolvimento do Acre, sem sombra de dúvida, foi a ausência de tecnologia e a incipiência do processo de industrialização da produção, isso justificou a sua dupla dependência externa, em primeiro lugar, dos produtos industrializados, de regiões bem distantes de sua área geográfica, e, em segundo, de recursos financeiros do poder central do país. Essa característica deficitária tecnológica não era algo desconhecido das autoridades governamentais que tinham consciência das insuficiências dos recursos tecnológicos que marcavam a economia da região. Silva (1998) comenta que quando investigou a criação da Fundação de Tecnologia do Acre – Funtac, em 1987, na gestão de Flaviano Melo, constatou, num de seus relatórios, que a referida instituição já havia sido pensada no momento em que se constituía, em 1985, o Departamento de Pesquisas Tecnológicas dos Recursos Naturais DPTRN, vinculado à Secretaria de Indústria e Comércio, em que justamente se fazia referência à criação de bases institucionais que garantissem o fomento da automação por parte do aparelho governamental com a intenção de responder às demandas produtivas, orientadas pelo seguinte diagnóstico, expresso em um de seus relatórios:

A dependência econômica do Estado das transferências federais, a quase inexistência de industriais e a condição de fornecedor de matéria prima, se constituíam nos fatos que levaram a criação de uma Instituição que tivesse

como objetivo gerar conhecimentos que contribuísse para quebrar esse ciclo. Isso poderia se dar pelo fornecimento de tecnologia à iniciativa privada, que de posse dessas transformações decidiria pela instalação de pequenas indústrias de transformação, que mesmo não produzindo em produto acabado, agregaria maior valor a essa matéria-prima, até então exportada sem qualquer beneficiamento (SILVA, 1998b, p. 27).

Mesmo considerando a existência do Distrito Industrial que havia sido criado desde 1975, voltado, nomeadamente, para ofícios de cerâmica, indústria madeireira, movelarias devido à demanda das atividades de construção civil na região, a situação da indústria parecia estar sendo ainda insuficiente para dar conta dos desafios do processo de industrialização, se levamos em conta as informações de Silva (1998), dando ênfase sobre a fragilidade do desenvolvimento tecnológico, em meados da década de 1980, dez anos depois de instituído o Distrito Industrial. Essa constatação leva-nos a atestar que o desempenho produtivo da economia acreana foi um processo lento e gradual, principalmente, com respeito à incorporação de conhecimento tecnológico na produção, pois o caso específico considerado no extrato do relatório supracitado, referente ao conhecimento técnico de exploração dos recursos naturais do estado, nomeadamente, os recursos florestais madeireiros, no contexto em que a questão ambiental passava a figurar como uma exigência do desenvolvimento. Naquele momento, assim como há dez anos atrás, a forma de extração da madeira não obedecia nenhum critério técnico para minimizar os impactos ambientais, e fazer uso de florestas tropicais com alta biodiversidade, de forma sustentável, sem nenhum conhecimento tecnológico, era um grande desafio, principalmente, quando se pensava a grande densidade de espécimes raras ou exóticas em que, em uma hectare de floresta podia-se encontrar, entre 100 e 300 espécies de árvores (ROCHA & BROWN, 2002).

Nesse sentido, o processo de industrialização do Acre foi um movimento contínuo que se estendeu desde a formação das terras acreanas até os dias atuais, onde os primeiros governos foram tendo a necessidade de fomentar aqueles setores que, em princípio, figuravam como os mais emergenciais. A primeira indústria em funcionamento, como vimos, foi a indústria de produção da borracha. Em seguida, a demanda pelo desenvolvimento das cidades e núcleos urbanos em formação, exigiu o incremento de manufaturas como cerâmica, olarias, para atender o crescimento das obras de construção civil em alvenaria, a partir do governo de Hugo Carneiro, no começo da década de 1930, como a construção do Palácio do Governo, por exemplo, o Mercado Público, e instalações governamentais, bem como residências particulares, podem constatar. O depoimento do presidente da Juceac, João Batista de Queiroz, que comentou sobre a dinâmica da economia acreana indicou mais ou menos a seqüência em que os segmentos industriais foram sendo estimulados no Acre. Merece destaque a enorme influência das atividades comerciais que foram as primeiras atividades mercantis em funcionamento no âmbito urbano. No seu balanço sobre o registro de firmas e o desempenho das atividades comerciais, no ano de 2005, fez o seguinte comentário para o Jornal Página 20, conforme a Manchete: Otimismo com a economia, Acre bate recorde no registro de firmas.

(...) O levantamento efetuado aponta o registro, de janeiro a setembro deste ano, 2005, de 934 novas firmas, enquanto, em igual período do ano passado, o montante alcançou 822 novas firmas registradas (...) Outro dado importante é que neste ano ainda não ocorreu nenhuma falência, enquanto no ano passado aconteceram duas (...) os ramos das firmas

registradas referem-se ao i) comércio varejista (lojas, restaurantes, lanchonetes, lojas de departamentos e comércio em geral); ii) em seguida vem as firmas de prestação de serviços; iii) em terceiro, as indústrias de transformação como madeireiras, fabricação de móveis, olarias cerâmicas. **Segundo ele, na história da Junta Comercial a seqüência de registros tem sido esta, através dos tempos.**

Quanto à categoria dos registros, a maioria é firma empresária e firma empresária limitada. No geral, elas estão incluídas no registro de micro-empresas, por serem empresas de pequeno porte, que têm incentivos diferenciados no campo tributário, administrativo e no campo empresarial. Além da sede da Junta Comercial na cidade de Rio Branco, há uma Delegacia em Cruzeiro do Sul, segundo maior pólo de desenvolvimento do Estado, que dispõe dos mesmos serviços da capital. (Grifo nosso) (Jornal Página 20. Rio Branco-AC, quinta-feira, 6 de outubro de 2005, p. 4).

Nessa síntese bastante elucidativa, a respeito da dinâmica do registro de firmas comerciais da Junta Comercial do Acre, e, por conseguinte, da paisagem da vida econômica estadual, pois do quantitativo de atividades mercantis em funcionamento decorre a movimentação da economia local, o dado importante mencionado no depoimento que convém sublinhar refere-se à tendência histórica do setor industrial e comercial como os principais ramos de atividades. Como já havíamos indicado, o comércio⁷⁴ é o setor que mais tem exercido papel central dentro do rol da economia local, acompanhado pelo setor de serviços. As indústrias de transformação, representada principalmente pelo segmento madeireiro e cerâmico, como serrarias, fábricas de tijolos, marcenarias, foram as que se desenvolveram mais tardiamente. Nos anos de 1930 predominaram as cerâmicas. Na década de 1970, sobretudo, as madeireiras se difundiram pelo território acreano com a intensificação das derrubadas para a implantação da pecuária. Hoje, na Juceac, consta, aproximadamente, o registro de 50 mil empresas mercantis espalhadas por todo o Acre, onde se destacam aquelas ligadas ao comércio (lojas, restaurantes, hotéis, comércio varejista e atacado), em segundo lugar, os registros de empresas de prestação de serviços (telefonia, computação, transporte, saúde, educação), e finalmente, as empresas mercantis

⁷⁴ É importante frisar que a predominância das atividades comerciais na região acreana, apesar de relevante para a economia local, tem obstaculizado em muito o florescimento dos demais setores econômicos, nomeadamente o agrícola e industrial. Isso porque a atividade comercial, em contextos industriais débeis, tem sido caracterizada, fortemente, pela tendência de monopolização mercantil, alimentada pela importação de mercadorias de outras regiões. Na parte inicial deste trabalho, comentamos que o sistema de aviamento impôs severas restrições ao desenvolvimento agrícola durante os ciclos dinâmicos da indústria da borracha, por exemplo, isso porque quanto menor fosse a produção de produtos internos nos seringais, maiores seriam os lucros auferidos pelos comerciantes. No momento atual, é ilustrativo à situação do município de Cruzeiro do Sul, em que o segmento comercial representa o setor mais dinâmico da economia daquela cidade. Devido às condições geográficas de isolamento, a atividade comercial tem monopolizado o mercado local, dificultando o desenvolvimento dos setores produtivos e industriais como por exemplo a produção de hortaliças e alimentos básicos agrícolas. Só para se ter uma idéia, o quilograma de tomate, batatas, cebolas de cabeça que vêm de outras regiões do país, chega a custar R\$ 8,00, sendo que a maioria desses produtos poderia ser estimulada localmente para dinamizar a produção interna do município, elevar o nível de renda dos trabalhadores, bem como contribuir para a diversificação da economia da cidade, em seus diferentes setores produtivos. Há a necessidade de uma política econômica municipal direcionada para fomentar a produção de alimentos locais, estimulando o cultivo e pequenas manufaturas ou indústrias para processamento daqueles produtos de vocação regional.

de atividades industriais, se sobressaindo entre elas as indústrias de transformação e construção civil, complementadas pelos demais ofícios como panificadoras, sorveterias, torrefação de café.

Para termos uma idéia dos dados cadastrais da Juceac desde o ano de 1998 a 2007, apresentaremos a dinâmica das atividades mercantis do Acre e do faturamento da Junta Comercial a partir dos impostos arrecadados, com os respectivos registros de firmas desta instituição, como indicador de desempenho dos setores comerciais, prestação de serviços e indústria. No ano de 1998, foram constituídas 930 firmas mercantis e 57 foram extintas, destas 555 estavam ligadas ao comércio varejista, 210 de prestação de serviços e 112 eram de empresas voltadas para a indústria de transformação (58) e construção civil (54), 8 firmas do setor agropecuário. As demais estavam relacionadas às firmas da indústria de extração (1), comércio atacadista (13), transporte (16), comunicações (2), ensino (7) e outras atividades (6). A receita da Juceac para o registro dessas 930 firmas, gerou um faturamento de R\$ 193.854,26 reais.

Em 1999 houve um pequeno aumento no número de firmas registradas que subiram para o número de 959, assim como ocorreu a extinção de outras 67 firmas. Destas 959, 446 eram de atividades comerciais varejistas, 220 de prestação de serviços, 98 de indústria de transformação, 71 de construção civil, 79 de comércio atacadista. As demais eram ligadas à agropecuária (4), extração vegetal (4), instituições financeiras (1), transporte (15), comunicações (2), ensino (17), outras atividades (12). O faturamento da Juceac para o ano de 1999, referente à efetuação dos registros das firmas mencionadas foi da ordem de R\$ 226.500,61 reais, um acréscimo da arrecadação de 16,84% se comparado com o ano anterior. O registro de firmas também apresentou um pequeno crescimento de 3,1% ao ano.

No ano de 2000, o registro de firmas subiu para 1.177 empresas mercantis. Os setores mais dinâmicos mantiveram os mesmos índices de desempenho proporcional em relação aos demais setores. Merece destaque as empresas ligadas à agropecuária, que aumentou para 37 registros, o comércio varejistas cadastrou novas 536 firmas mercantis, a prestação de serviços, igualmente, permaneceu com patamares elevados em 279 registros, comércio atacadista com 57, indústria de transformação 120, construção civil 83. As demais mantiveram o desempenho, extração vegetal (3), pesca e aquicultura (2), transporte (18), comunicações (2), ensino (14), outras atividades somaram 26 firmas registradas. O faturamento a Juceac elevou-se para a ordem de R\$ 321.110,66 reais, incremento de 20,49%. Igualmente o percentual dos registros cresceu na faixa de 22,7% ao ano.

Em 2001, a movimentação dos cadastros mercantis notificou os seguintes números: ao todo, foram constituídas 1.101 empresas quantidade inferior que do ano passado, queda de 6,45% do total de registros. Os setores dominantes mantiveram o desempenho proporcional, sendo que o comércio varejista constituiu 518 firmas, a prestação de serviços veio logo em seguida, com 279 cadastros mercantis, em terceiro, o segmento de construção civil com 107 registros, indústria de transformação fez 85 cadastros. Os demais ficaram distribuídos em comércio atacadista (62), agropecuária (3), extração vegetal (1), indústria extrativa (3), transporte (18), comunicações (1), ensino (11), e outras atividades comerciais (13). A arrecadação anual foi de R\$ 342.857,25 reais, equivalente a um acréscimo de 6,77%.

No ano de 2002, os registros seguiram em queda, uma baixa de 8,1%, quando foram cadastradas 901 firmas na Junta. O comércio varejista constituiu 455 firmas, prestação de serviços 196, comércio atacadista 65, indústria de transformação e construção civil 73, e 66, respectivamente; agropecuária fez 2 registros, indústria extrativa, 2,

transporte (14), ensino (21), e outras atividades comerciais somaram juntas 7 firmas mercantis com registros. A arrecadação gerada pela administração da Junta Comercial somou faturamento de R\$ 335.341,90 reais, acumulando uma queda da ordem de 2,19%, em relação à receita do período precedente.

No triênio 2003, 2004 e 2006 a demanda por registros de firmas mercantis permaneceram constantes, embora com as matrículas em direção decrescente. Neste período foram cadastradas 789, 783, 785, respectivamente, refletindo uma defasagem percentual de 12,4%, em relação a 2003; de 13%, em relação a 2004; e por fim, de 12,8% em relação a 2006, considerando como parâmetro o total de firmas cadastradas, 901, em 2002. No entanto, a receita derivada dos tributos dos registros mercantis, ao contrário, apresentaram valores mais elevados: em 2003, o faturamento de R\$ 550.010,39 reais; em 2004, de 745.452,56; e em 2006, o faturamento somou 968.641,18 reais. Com base do montante de 2002, de R\$ 335.341,90, o triênio de 2003, 2004 e 2006 representaram um crescimento percentual anual da ordem de 64,01%, 122,29% e 188,85%, respectivamente. Os segmentos setoriais, indústria, comércio, e prestação de serviços, praticamente, mantiveram suas matrículas estáveis, notificando baixas oscilações quantitativas para os mesmos no triênio referido. Em 2003, a indústria de transformação e extrativa somaram 100 registros de firmas, construção civil teve 57 firmas constituídas; o comércio varejista apresentou 678 novos registros e o comércio atacadista 67; o setor de prestação de serviços cadastrou 274 empresas. No ano de 2004, a indústria extrativa e indústria de transformação juntas constituíram 92 firmas; construção civil, 23; comércio varejista, 648, comércio atacadista, 67; prestação de serviços 210 cadastros mercantis. Em 2006, as indústrias de transformação e extrativas matricularam 58 empresas; construção civil, 53 firmas; comércio varejista 612, o atacadista, 59 registros; prestação de serviços notificaram 252 empresas mercantis.

No cômputo geral, o triênio em questão sofreu diminuição, principalmente do segmento de construção civil e indústria de transformação, embora ambos setores tenham mantido patamares elevados de registros mercantis, sendo que o comércio varejista e atacadista é que deu demonstração, inclusive, de aumento do número de novas firmas cadastradas para o período. Ao que pese a sistemática das cifras de não estarem devidamente apuradas, o propósito de trazer à tona a dinâmica dos registros de firmas mercantis catalogadas pela Junta Comercial do Acre, entre o período de 1998-2006, foi no sentido de mostrar pelo lado das matrículas e faturamento da Juceac, o incremento da atividade econômica no Acre, em razão de que a quantidade de empresas mercantis em operação indica, do ponto de vista econômico, a possibilidade de mensuração da tônica do desenvolvimento que efetivamente está ocorrendo, principalmente, relativo às instalações físicas dos setores econômicos, no Acre.

Outro indicador importante para aquilatar o grau da dinâmica dos setores econômicos, bem como da presença do Estado na política econômica de desenvolvimento refere-se à participação da receita tributária, concernente à circulação de mercadorias e serviços no orçamento governamental. No balanço da receita tributária do exercício de 2003, merece destaque o incremento do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços – ICMS, que participa com 76,35% da arrecadação dos tributos, chegando a corresponder a 15,55% das receitas totais do orçamento do Estado do Acre. Nos anos de 2005 e 2006, a receita tributária recolhida à base de ICMS, passou a participar do grupo de tributos, contribuindo com 79,64% e 78,14%, respectivamente. Os valores arrecadados saltaram de R\$ 184.774.627,84, em 2003, para R\$ 307.895.618,47, em 2006, representando

acréscimo de 66,63% do total dessa ordem de arrecadação tributária. No conjunto geral das receitas tributárias, os valores arrecadados pelo governo estadual passaram de R\$ 220.084.338,05, em 2002, para R\$ 394.038.291,77 no exercício de 2006. No intervalo assinalado, o Orçamento Geral do Estado do Acre obteve um incremento significativo, passando de R\$ 1.276.650.277,22, em 2003, para R\$ 2.264.258.168,14, em 2006.

A Tabela 24 e Tabela 25, abaixo, produzidas pela Secretaria da Fazenda e Gestão Pública do Estado do Acre (2003; 2006), mostram o comparativo das receitas tributárias para os exercícios de 2002-2003, em relação com recolhimento tributário do ano de 2006, mantendo a média de quase quinze por cento (14,92%) do total das receitas governamental.

Tabela 24. Receita Tributária Comparativo 2002-2003

Estado do Acre
Receita Tributária Comparativo 2002-2003 RS 1,00

DISCRIMINAÇÃO	2002 (A)	% REC. TRIB.	2003 (B)	% REC. TRIB.	B/A %
Imposto de Renda	36.396.465,31	16,54	42.260.359,77	17,46	16,11
IPVA	6.416.410,45	2,92	7.089.986,37	2,93	10,50
ITCD	183.183,41	0,08	134.812,11	0,06	(26,41)
ICMS (*)	169.482.858,82	77,01	184.774.627,84	76,35	9,02
Taxas	7.605.420,06	3,46	7.743.941,33	3,20	1,82
TOTAL	220.084.338,05	100,00	242.003.727,42	100,00	9,96

Fonte: Balanços Gerais do Estado do Acre de 2002 e 2003

(*) – ICMS de 2003, líquido da dedução de R\$ 23.451.278,45 para formação do FUNDEF.

Tabela 25. Receita Tributária Comparativo 2005-2006

Estado do Acre
Receita Tributária Comparativo 2005-2006 RS 1,00

LINHA	DISCRIMINAÇÃO	2005 (A)	% REC. TRIB.	2006 (B)	% REC. TRIB.
1	Imposto de Renda	56.278.071,77	15,33	66.537.547,92	16,89
2	IPVA	9.298.931,01	2,53	11.968.097,39	3,04
3	ITCD	426.265,10	0,12	335.136,85	0,09
4	ICMS LÍQUIDO	292.461.837,67	79,64	307.895.618,47	78,14
5	. Arrecadação	329.757.036,99	89,80	348.497.340,54	88,44
6	(-) Formação FUNDEF	37.295.199,32	10,16	40.601.722,07	10,30
7	Taxas	8.751.261,92	2,38	7.301.891,14	1,85
8	TOTAL	367.216.367,47	100,00	394.038.291,77	100,00

Fonte: Balanços Gerais do Estado do Acre de 2005 e 2006

Os valores das linhas 5 e 6 não estão incluídas no somatório, visto tratar-se apenas de demonstração.

Esse volume de operações, contudo, pode ser visualizado pelo montante financeiro da produção econômica, expresso pelo índice convencional do produto interno bruto – PIB estadual. Os dados do IBGE (2007), na série 1995-2007, que mostraremos abaixo, constataram a dinâmica do conjunto total de riqueza produzida regionalmente. Nota-se claramente um crescimento constante e progressivo do PIB, ao longo do período referenciado, o que sugere um incremento, igualmente exponencial, dos diversos setores econômicos, que se acentuam, ascendentemente, a partir do ano de 2002. No intervalo da série 1995-2007, o rendimento do PIB do Acre mais que triplicou, alcançando um percentual médio da ordem de 365,7% ao ano, subindo de R\$ 1.237.000.000,00 (um bilhão duzentos e trinta e sete milhões de reais) para R\$ 5.761.000.000,00 (Cinco bilhões, setecentos e sessenta e um milhões de reais). Neste mesmo período, a renda *per capita*

cresceu de R\$ 2.512,25 reais e passou para R\$ 8.789,49 reais em pouco mais de dez anos, equivalente a um crescimento per capita de 249% ao longo da série, evidentemente um incremento da renda, bastante significativo. Só para termos uma idéia do período do Governo da Floresta a taxa de rendimento médio do PIB do Acre, para o período 1999-2007, foi da ordem de 208,5% ao ano, valor percentual bem superior ao interregno precedente 1995-1999, que foi de média de 50,9% ao ano, praticamente quatro vezes menos que o alcançado pelo atual Governo.

No âmbito dos municípios, Rio Branco aparece como o maior dinamizador da economia estadual. No ano de 2006, deste percentual, a capital representava 54,0% de participação do PIB estadual, com movimentação produtiva de R\$ 2.611.114.000, enquanto Cruzeiro do Sul, o segundo pólo econômico, tenha participação de 9,06% do PIB estadual. Na série 2003-2006, Rio Branco saltou de um PIB municipal de 1.740.760.000 (52,67% do PIB do Acre) para 2.611.114.000 (IBGE, 2009a), mantendo crescimento do PIB municipal da ordem de 50,0%, e o patamar de contribuição do PIB estadual praticamente no mesmo nível de seu desempenho, um pouco acima dos cinquenta por cento (54,0%). Já a economia de Cruzeiro do Sul que, em 2003, movimentava um valor de R\$ 292.890.000 (8,86% do PIB do Acre) subiu para R\$ 438.186.000 (9,06% do PIB estadual), em 2006, permanecendo sempre abaixo dos dez pontos percentuais de participação estadual, embora incrementando em 49,60% o valor de sua economia e melhorando a renda per capita da população que saltou de R\$ 3.800,00 para R\$ 5.053,00.

Embora o PIB do Acre tenha aumentado – assim como o das duas principais cidades acreanas – nessas proporções indicadas para a série 1995-2007 (365,7%), ele representa apenas, se comparado ao PIB nacional, uma participação de 0,17% para o ano de 1995 e 0,21% em relação ao ano de 2007. Em termos relativos à Região Norte, a participação acreana não passa dos 4,15% para o ano de 1995 e de 4,31%, em 2007, ficando acima somente de Roraima (BIB de R\$ 4.169.000.000,00) e abaixo dos demais estados da região como, Rondônia, Amapá, Tocantins, Amazonas e Pará. O estado do Pará é quem apresenta o maior PIB da Região Norte (R\$ 49.507.000.000,00), com contribuição de 1,86% em relação ao PIB do Brasil que, em 2007, foi de R\$ 2.661.345.000.000,00 de reais.

A tabela abaixo demonstra o PIB do Brasil e das Grandes Regiões da Federação para a série 1995-2007.

Tabela 26. Demonstrativo do PIB do Brasil e das Grandes Regiões da Federação – 1995-2007

<i>Contas Regionais do Brasil</i>													
Regiões / Estados	Produto Interno Bruto a preços de mercado (1 000 000 R\$)												
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
NORTE	29.793	36.328	38.710	40.955	44.418	51.706	59.074	69.310	81.200	96.012	106.442	119.993	133.578
Rondônia	3.137	3.845	4.488	4.799	5.400	5.946	6.549	7.780	9.751	11.260	12.884	13.107	15.003
Acre	1.237	1.460	1.555	1.694	1.867	2.154	2.475	2.868	3.305	3.940	4.483	4.835	5.761
Amazonas	10.069	12.495	12.572	13.199	13.934	16.750	18.050	21.791	24.977	30.314	33.352	39.157	42.023
Roraima	1.004	1.188	1.284	1.347	1.570	1.777	2.033	2.313	2.737	2.811	3.179	3.660	4.169
Pará	10.998	13.355	14.312	15.091	16.504	19.050	22.321	25.659	29.755	35.563	39.121	44.370	49.507
Amapá	1.507	1.819	2.030	2.038	2.128	2.357	2.802	3.292	3.434	3.846	4.361	5.260	6.022
Tocantins	1.840	2.166	2.468	2.786	3.016	3.672	4.843	5.607	7.241	8.278	9.061	9.605	11.094
BRASIL	705.641	843.966	939.147	979.276	1.065.000	1.179.482	1.302.135	1.477.822	1.699.948	1.941.498	2.147.239	2.369.484	2.661.345

Fonte: IBGE (2009 a). IBGE em parceria com Órgãos de Estados, Secretarias Estaduais de Estatísticas e Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa.

Nos resta saber agora qual a participação dos setores econômicos no conjunto da riqueza produzida no mercado local acreano, para atestarmos de forma mais precisa o desempenho dos segmentos produtivos no Acre. No início desta seção, sinalizamos alguns indicadores sobre a participação do segmento agropecuário que no conjunto desta série apresentou uma regularidade no seu rendimento produtivo, com a média beirando aos 18% de participação no valor adicionado bruto do PIB. Em meados da década de 1990, a agropecuária participou com 18,81% do PIB estadual, com tendência decrescente para o triênio seguinte, chegando em 1999 com 14,17% de contribuição. Nos dois quadriênios posteriores registrou percentual ascendente, com leve baixa para os dois últimos anos. Em 2001, sua participação sobe para 17,02% chegando a contribuir com 20,02%, no ano de 2005, e finalmente fecha o ano de 2007, com participação na faixa de 17,18% do PIB estadual, com valores correspondentes da ordem de R\$ 985.131.000,00 reais, faturamento nada desprezível para uma agropecuária de baixo uso tecnológico. Conforme assinalamos em partes precedentes, a carne de gado e industrialização de couro e derivados exerceram enorme influência no desempenho da agropecuária na região.

O conjunto do setor industrial totalizou participação de 9,99% do PIB do Acre, em 1999, com a indústria de transformação contribuindo com 1,52% e construção civil 6,82% deste valor. No ano de 2007, a indústria contribuiu com 14,66% do PIB, com destaque para a construção civil com 7,90% de participação deste percentual. Na série 1995-2007, o setor industrial manteve ritmo de crescimento constante, com leve oscilação no quadriênio final. No ano de 1995, a participação do setor foi de 9,99%, chegando a 10,13% em 2001. Seguido por leve baixa, fixou sua participação em 9,29%, em 2003. No ano de 2004, a indústria participa com 14,52% do PIB estadual, decresce, em 2005, para 11,52%, e finalmente estabilizando sua participação de 14,66%, em 2007, contribuindo com o equivalente a R\$ 959.782.600,00 reais do PIB deste ano (2007), uma quantia bem

próxima do faturamento da agropecuária com 17,18% do PIB (R\$ 989.782.000,00). No setor industrial, como já dissemos, a atividade madeireira foi quem mais contribuiu para a elevação do índice da participação do PIB nesta última década, acompanhado pelo segmento de construção civil, devido às grandes obras governamentais, principalmente, construção de estradas, habitação, reformas gerais dos prédios públicos, bem como pelo crescimento das instalações comerciais e de serviços. A construção civil saiu de 6,82% de participação no PIB do Acre, em 1995, para 7,90%, em 2007, com destaque para o ano de 2004, quando a sua contribuição chegou à casa dos 10,08% do PIB estadual. Só para termos uma idéia do florescimento do setor industrial de transformação, localizado no Parque Industrial, Distrito Industrial, Pólo Moveleiro, e demais localidades, com instalações industriais incluindo os outros municípios fora de Rio Branco, das 88 empresas inscritas nestas zonas mencionadas, onde se destacam os ramos de processamento de madeira, cerâmicas, industrialização de alimentos e empresas de material de higiene e limpeza, o faturamento bruto alcançado no ano de 2009 aproximou-se do valor de R\$ 126.456.179,40. Estas 88 empresas destes distritos industriais mantinham um total de 1.920 empregos diretos, em 2009 (SDCT\Departamento da Política de Incentivos às Atividades Industriais – COPIAI, 2010).

O setor de serviços, incluindo, comércio, atividades financeiras, administração pública e outros serviços é quem tem maior contribuição na dinâmica econômica no Acre, participando com 68,16% em 2007. No primeiro ano da série 1995-2007, começou contribuindo com 71,20% do PIB, em 1997, essa participação elevou-se para 78,54%, diminuindo o índice de participação, progressivamente nos anos subseqüentes; desceu para 72,85%, em 2001, decresceu mais ainda em 2004, quando chegou a 67,12%, para finalmente fechar a série com 68,16% de contribuição, o equivalente ao faturamento de R\$ 3.926.697.600,00 (três bilhões novecentos vinte seis milhões, seiscentos noventa e sete mil e seiscentos reais). O segmento do comércio propriamente dito manteve sua participação média na faixa dos dez por cento. Iniciou a série 1995-2007, contribuindo com 9,66% e fechou o ano de 2007, com 10,17% de participação, um ritmo de desempenho visivelmente estabilizado no contexto da economia acreana. Como vimos, o comércio varejista e atacadista, foram os que apresentaram grande dinâmica comercial, com registros de firmas mercantis, em quantidades consideráveis na Junta Comercial do Acre, com destaque para as redes de supermercados, lojas de material de construção, lojas de eletrodomésticos, acessórios de peças de automóveis, lojas de confecções, e mais recentemente, as firmas de assistência técnica e, acessórios de comunicação, telefonia.

É importante assinalar que a Administração Pública ainda mantém o maior percentual de contribuição do setor terciário, isso tem caracterizado a economia do Acre como bastante dependente da estrutura estatal, principalmente através dos repasses da União, embora os dados indiquem uma diminuição lenta da contribuição do governo na economia, o que por outro lado, explica a expansão das atividades econômicas da iniciativa privada, nomeadamente do segmento industrial, que aos poucos estão ocupando os espaços antes realizados pelo poder público. No ano de 1995, a administração pública, estrito senso, participava com 38,48% do PIB estadual; em 1998, manteve os mesmos 38,57%, passando a declinar, lentamente, para 35,24%, em 2001, para 33,16%, em 2004, e por fim, estacionando em 34,30%, ao final da série, em 2007. Convém sublinhar, portanto, que apesar da ampliação lenta dos setores de iniciativa privada e simultânea, retração do aparato estatal, as empresas particulares mantém forte dependência dos incentivos governamentais para se estabelecerem na região, seja do ponto de vista dos investimentos, da infra-estrutura

urbana, incentivos fiscais, ou mesmo das participações diretas através das parcerias estatais nos negócios privados. O jornal local da TV Record, Gazeta em Manchete, de 1 de setembro de 2010, registrou a fala de um empresário que dizia que sem o respaldo do governo estadual, prefeitura de Rio Branco e Basa, não era possível, empresários, desenvolverem sozinhos a indústria de reciclagem de material plástico na região (Acreplast).

O ponto relevante, acerca da diminuição da participação estadual na dinâmica econômica refere-se, tão-somente, à tentativa das autoridades governamentais de buscarem auto-suficiência em relação aos repasses do poder central, através do fomento da iniciativa privada, de modo que possam criar possibilidades de aumentar a capacidade produtiva local para dinamizar o mercado interno de cuja dinâmica pode originar-se receita necessária para garantir um saldo nas contas correntes, ampliar a capacidade de investimentos públicos, bem como assegurar a cobertura de parte das carências e necessidades de vida que exigem a população. Contudo, isso não implica numa saída do Estado da economia, o que seria uma falácia, como vimos desde o princípio do trabalho, mas indica efetivamente a tentativa do poder estatal de incentivar alguns setores da economia para ampliar a plataforma de atividades produtivas, principalmente daqueles ramos em que o Acre tinha mais deficiência, como os setores industriais. Por outro lado, o fomento estatal desses ramos produtivos que, necessariamente produzem dinâmica econômica, pois agrega trabalho e valor local, por outro lado, gera demanda produtiva no setor empresarial que ao desenvolver-se ou expandir-se em atividades agrícolas, industriais ou serviços, respondem para o Estado com a produção de receitas para a administração pública. É precisamente a fusão do poder político dos governos com o poder econômico dos agentes empresariais que configura a consolidação do mercado interno, enquanto circuito centralizado pela ação do Estado.

Essa fusão da política e economia através do desenvolvimento gerenciado pela política econômica governamental, no caso do Estado do Acre, permite considerar dois fatores importantes que estão em processamento. O primeiro deles diz respeito à consolidação de uma infra-estrutura mínima, capaz de sustentar o incremento contínuo que a dinâmica econômica exige. No Acre, primordialmente, estamos assistindo a integração dos municípios pelas estradas e BR's que estão sendo construídas, com destaque para a BR 364, que liga a capital à cidade de Cruzeiro do Sul, e por pressuposto, os vales do Acre, Purus e Juruá. Não somente internamente a interligação econômica está sendo pensada, mas internacionalmente, pois o governo estadual está muito empenhado em realizar a ligação do Acre com o Pacífico, através de rotas comerciais de saída pela Bolívia e Peru. No caso da Bolívia, a BR – 317 que cruza a maioria dos municípios do Alto e Baixo Acre, ligando Rio Branco a Assis Brasil, e passando por Senador Guiomard, Capixaba, Xapuri, Brasiléia e Eпитaciolância, também caminha em direção à cidade de Puerto Maldonado e de lá para o mercado andino de La Paz. Pelo lado da BR – 364, a rota começaria integrando a cidade de Cruzeiro do Sul com a cidade de Pulcalpa, depois Lima, no Peru.

No jornal O Estado do Acre, edição especial, novembro-dezembro de 2005, publicação oficial do Governo da Floresta, o Editorial eufórico fazia o seguinte comentário:

O que era um sonho, uma proposta debatida durante mais de duas décadas, por pioneiros que ousaram discutir uma nova rota de desenvolvimento para o país, a integração do Brasil com os países andinos do Peru e da Bolívia, através do Estado do Acre, já é uma realidade (...)

mesmo que ainda dependa de obras físicas como a ponte sobre o rio Acre e da estrada que leva aos portos do Pacífico (...) A integração que se sedimenta cada vez mais, é consequência de um trabalho que começou em 1999, quando o atual Governo tomou posse no Estado para a execução de seu primeiro mandato (O ESTADO DO ACRE, p. 3).

Neste mesmo ano, foi realizada uma viagem, cuja delegação era formada por 65 pessoas, em que mais de 30 deles eram empresários (representantes do SEBRAE, Banco do Brasil, Banco da Amazônia), e os demais, parlamentares, representantes dos poderes Legislativo, Judiciário, e do Governo do Acre, que percorreram as cidades peruanas de Madre de Dios, Cuzco, Puno e Arequipa. O contentamento deixado transparecer pelo noticiário oficial, de regozijo dos participantes, dizia respeito às possibilidades de intercâmbios comerciais de exportação de carnes, castanha, óleo de soja, açúcar, frios, madeira e até mesmo motocicletas. No comércio de importação, figuravam produtos de hortaliças, frutas, legumes, peixes e fertilizantes. Os segmentos de construção civil, agropecuária, alimento, transportes, móveis, combustíveis, comércio e serviços (O ESTADO DO ACRE, 2005, p. 3), portanto, circunscreviam o campo em que as trocas econômicas entre os três países fronteiriços: Brasil, Bolívia e Peru, se dariam. Neste sentido, o ponto central das estradas, enfatizadas pelo Governo do Acre, por um lado, cumpria uma função estritamente mercantil. Mas o Governador Jorge Viana, em entrevista concedida ao jornal enfatizou também o compromisso social quando, segundo ele tem "...defendido sempre que nós não podemos ver esta Estrada do Pacífico ou Interoceânica como uma solução para os nossos problemas [Acre]. Penso que junto com ela, nós tenhamos tanto do lado brasileiro como no Sul do Peru, um grande programa de investimentos nas áreas social e ambiental, para que a gente possa incluir uma grande parcela de pessoas que realmente são pobres (...) porque senão (...) a Estrada pode trazer boas soluções, mas pode também nos trazer problemas (O ESTADO DO ACRE, 2002, p. s(d)).

O componente correlacionado com a integração através da interligação dos municípios, estados e mesmo países, em processo no Acre, refere-se à associação verticalizada da política econômica do Governo Estadual com a administração da economia privada. Os setores madeireiros e de agropecuária são indicativos dessa movimentação, no sentido de que a ação governamental está sendo direcionada para assegurar, no caso das industriais de madeira, a matéria prima de que elas necessitam com o processo de manejo florestal, concessão de florestas públicas, Agências de Negócios, estímulo à exportação, de modo que a cadeia produtiva não tenha interrupção em nenhuma de suas etapas com a entrega do produto final no mercado local, nacional ou internacional. O mesmo se passa com o segmento pecuário que, malgrado, apresente maior independência de suas instalações verticalizada, conta com o controle e fomento governamental na base produtiva e comercial, com o apoio na parte da sanidade animal com garantia de vacinação do gado contra febre aftosa, bem como tem dado forte suporte para a realização de feiras agropecuárias como a Expoacre, que acontece todos os anos. Mas o aspecto de efeito mais exclusivo da ação governamental em favor da pecuária, de efeito simbólico em potencial, tem sido a tentativa de associação da essência do seu marketing de governo, quando procura vincular a pecuária com a idéia de preservação ambiental criando inclusive o fenômeno do "boi verde". Um slogan, por sinal muito contraditório e bastante fora de propósito, pois o mesmo dá a entender que a pecuária, exatamente, se alimenta da floresta

e, por essa razão, torna-se esverdeada, posto que a floresta tem sido consumida pelo capim para abastecer o gado. Em nenhum sentido relativo, a idéia do “boi verde” implica reflorestamento ambiental ou mesmo preservação dos recursos naturais. Na hipótese mais otimista como a de Judson Valentim e Andrade (2009) o incremento tecnológico da atividade pecuária permite uma redução da pressão sobre as florestas, embora essa diminuição não signifique, necessariamente, uma reversão do quadro do desmatamento, porque a demanda de conversão de novas áreas é progressiva e contínua, como tem mostrado os dados ambientais.

A esse respeito, a Edição do Jornal o Estado do Acre (Ano III, Nº 69, Rio Branco\AC, de 28 de abril de 2003, p. 08), com a Manchete: *Acre livre de febre aftosa*, colocava a questão da sanidade da pecuária nos seguintes termos: “Os técnicos do Instituto de Defesa Animal e Floresta do Acre – IDAF estão em campanha para a vacinação de todo o rebanho de pecuária do Acre. O rebanho está estimado em 1,72 milhões de cabeças de gado. Com o trabalho de vacinação espera-se, não só livrar a pecuária da febre aftosa como também elevar a qualidade do rebanho, para ampliar as possibilidades de inserção no mercado, principalmente do mercado de exportação. A maior comercialização da carne é feita com os Estados do Amazonas e Mato Grosso. O gado acreano é considerado de grande potencial econômico devido condições de produção, o que faz com que o gado fosse considerado como ‘boi verde’, em função das condições climáticas, da criação solta no pasto, sem confinamento e sem necessidade de uso intensivo de hormônio para reduzir o tempo de abate, alimentação com capim, e características do relevo plano-ondulado que não exige do gado muito esforço físico, portanto, deixa a carne macia, sem ser dura ou musculosa”.

À agricultura é que tem sido dispensado pouco suporte governamental de incentivo à verticalização das cadeias de produção que, como foi dito, sofre de grande fragmentação de suas etapas produtivas, seja na organização da produção, processamento, transportes, ou comercialização pelos motivos já demonstrados. Só agora, recentemente, em 2010, o governo estadual e municipal tem se empenhado em estruturar os mercados de Rio Branco, inclusive dando melhores instalações para os Mercados Públicos. Também foi criado a Central de Comercialização e Abastecimento de Rio Branco – Ceasa, em funcionamento experimental desde 1º de março deste ano. A Ceasa conta com 30 boxes e 130 espaços para produtores rurais e vão ser instaladas 39 empresas em uma área de onze hectares, com a participação de cerca de mil produtores. A Ceasa, investimento de 8 milhões, pretende ser um espaço de mercado para venda de produtos agrícolas, principalmente, os hortifrutigranjeiros, a serem comercializados no atacado e no varejo. Sérgio Lopes, diretor-presidente da Ceasa, informou que, aproximadamente 16 mil toneladas desses produtos agrícolas serão comercializados por ano na capital, ele espera que com a Ceasa esse número possa ser aumentado, significativamente. Os principais ramais, próximos da cidade de Rio Branco que ligam os Pólos Agrofloretais ao núcleo urbano da capital, foram asfaltados, visando garantir o abastecimento da capital, o ano inteiro, sem as interrupções anteriores, ocasionadas pelas chuvas. (Jornal A Gazeta. Manchete: *Secretaria de Segurança define Planejamento para Ceasa*, Rio Branco, sábado, 27 de fevereiro de 2010; e Manchete: *No 1º dia, vendas na Ceasa atingem uma tonelada*, Edição de 2 de março de 2010).

Em linhas gerais, convém assinalar a desagregação das cadeias produtivas, ligadas às atividades agrícolas (como produção de alimentos), obstaculizada pela fragmentação das fases do processo de produção (produção, processamento, escoamento,

comercialização), o que tem refletido a desestruturação do mercado interno na sua dimensão relativa à proteção e o fomento do abastecimento doméstico, a partir do incentivo organizacional da produção local devido à ausência de coordenação da política econômica governamental, voltada para essa preocupação. O que não se passa com aquelas atividades produtivas, incentivadas para o mercado de exportação, como são o caso dos setores madeireiros e pecuaristas, principalmente, que tem suas etapas da cadeia produtiva destes ramos já bastante articuladas. Não se trata de desconsiderar a mercado externo, porque as divisas de exportação são muito importantes para a economia acreana em fase de expansão, embora ela represente ainda algo abaixo de 1% do PIB estadual, mas de equacionar o setor exportador com o fomento do mercado doméstico. Isso exige mecanismos diferenciados da política econômica domestica, tanto para a produção quanto para o consumo.

O atual Projeto da Zona de Processamento de Exportação do Acre – ZPE\AC⁷⁵ é algo que comprova essa despreocupação com a compatibilização das duas dimensões do mercado acreano (interno e externo), na medida em que incentiva, demasiadamente, o setor exportador, promovendo bastante estímulos fiscais, mas ao mesmo tempo subestima a produção a ser destinada para o mercado doméstico, assim como desvaloriza os insumos\recursos provenientes da região. Essa medida da política econômica tende a desprover o mercado doméstico dos benefícios do incremento industrial quando privilegia a exportação de 80% da produção das empresas instaladas sem incidência de impostos mercantis e permitem que a totalidade de suas divisas comercializáveis possam permanecer em investimentos, no exterior, ao passo, que o limite de produção de 20%, destinada para o mercado interno sofra “integralmente, de todos os impostos e contribuições normais sobre a operação” inclusive daqueles impostos que haviam sido suspensos em razão da aquisição de insumos regionais (ZPE\ACRE, 2010, p. 16). Isto significa dizer que nas compras e instalações das empresas da ZPE\AC, os empreendedores poderão usufruir de suspensão de impostos de diferentes esferas (federais e estaduais) como IPI, PIS, CONFINS, PIS-Importação, abatimento de fretes, ICMS estadual, etc., no entanto, a comercialização da produção, principalmente aquela destinada ao mercado doméstico acreano, estará desprotegida desses benefícios, de modo, que a população consumidora não terá nenhum benefício comercial ou vantagem do processo de industrialização do Acre, com exceção dos custos. Temos, então, que um dos grandes desafios da recente industrialização da produção acreana prende-se à capacidade da política econômica de proteger o mercado interno, a produção e o consumo, fortalecendo as atividades produtivas domésticas, sem com isso desconsiderar a importância do mercado de exportação para a obtenção de divisas, através de alguns produtos regionais de potencial econômico.

4.3. Desenvolvimento Humano: renda, educação, longevidade, saúde, saneamento, habitação

Vimos até o momento que a administração do Governo da Floresta, no intervalo 1999-2006, gerou uma dinâmica produtiva que elevou o incremento das atividades

⁷⁵ O Projeto ZPE\Acre foi protocolado no MDIC no dia 16 de junho de 2010. No dia 28 do mesmo ano, foi aprovado pelo Conselho das Zonas de Processamento de Exportação – CZPE através da Resolução Nº 9 de 28\06\2010, publicada no Diário Oficial da União nº 122 de 29\06\2010. O Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva assinou o Decreto de 30 de julho de 2010 que foi publica no DOU Nº 124, no dia 01 de 2010, criando a ZPE\AC. (ZPE\AC, 2010).

econômicas em todos os três setores convencionais de aferição de rendimento do PIB estadual, suscitando uma efervescência na economia do Acre que ultrapassou, efetivamente, os desempenhos anteriores. Se nossa hipótese tem procedência, o desenvolvimento das atividades econômicas – no caso desse projeto político específico que reivindicou tal finalidade – por conseguinte, resulta em impactos que se supõem positivos de promover a melhoria dos padrões materiais de existência social e, portanto, pressupõe um aumento da qualidade de vida da população em geral, pois segundo assinalou Polanyi (2000, p. 56), “... se um efeito imediato de uma mudança é deletério, então, até prova ao contrário, o efeito final também é deletério”. Mas como no caso em questão, estamos considerando que os primeiros efeitos imediatos da mudança se afiguram salutares, desse modo, então, isso nos leva a imaginar que os possíveis resultados também possam sê-lo. Nesse sentido, passaremos a averiguar uma base de variáveis que indiquem o comportamento do desenvolvimento social e humano da população, a fim de pesquisar tal constatação.

Convém advertir que a dificuldade de compilar as temáticas abordadas a seguir, em unidades seriais para o intervalo que nos interessa (1999-2006), a partir das bases de dados disponíveis, devido aos impedimentos metodológicos para montá-las em uma seqüência coerente, nos levou a adotar as informações disponíveis na publicação *Acre em Números* (2007-2008), em virtude delas oferecerem os registros seriados mais completos em termos anuais, a partir dos quais será possível apresentar, para alguns assuntos, a cobertura completa dos oito anos do governo em questão. Ademais, como a base de dados da referida publicação baseia-se nas fontes do IBGE e de outras instituições de pesquisas nacionais, tal condição assegura o controle das informações disponíveis, devido ao parâmetro de confronto marcado pelos dados nacionais. Nos casos em que tivermos somente dados disponíveis dos primeiros anos do Governo da Floresta, na publicação *Acre em Números* lançaremos mãos das fontes do IBGE, para complementar os últimos anos dele, embora os dados estejam fora do período da pesquisa, como dados de 2008, por exemplo, pois como o Governo da Floresta fez a sucessão de seu governo, o quadriênio (2007-2010) também está inserido dentro do projeto político, classificado como Governo da Floresta.

4.3.1. Trabalho e Renda

Temos apresentado informações que constataram um crescimento significativo do PIB estadual para a série 1999-2006 da ordem de 365,7% ao ano, indicando um salto no faturamento de R\$ 1.237.000.000,00 (um bilhão, duzentos e trinta e sete milhões de reais) para R\$ 5.761.000.000,00 (Cinco bilhões setecentos e sessenta e um milhões de reais). Também mostramos que neste mesmo período, a renda per capita seguiu o mesmo ritmo, passando de R\$ 2.512,25 reais para R\$ 8.789,49 reais, na última década. No entanto, ainda falta uma peça do ponto de vista econômico para fecharmos esse quebra cabeça do desenvolvimento regional, a peça ausente é o trabalho e o rendimento do trabalho, variável importante para apontar a apropriação dos benefícios produzidos pelo desenvolvimento econômico.

A população economicamente ativa, isto é, a força de trabalho em ação, aumentou de 302.000, em 2004, para 353.000, em 2006, representando um crescimento da demanda por mão de obra de 16,8%. No entanto, a população em idade ativa para o trabalho apresenta-se bem maior do que o número de vagas disponível porque se a população ocupada em 2004 era de 302.000 pessoas, a quantidade de gente em condições

de trabalho era de 473.000 indivíduos, isso confere um percentual de 36,1% de mão de obra disponível que não encontra ocupação, portanto, desempregados. No ano de 2005, o número de pessoas empregadas subiu para 327 trabalhadores, crescimento de 8,2%. Mas como o número de pessoas em idade de trabalho também cresceu para 485.000 indivíduos, a margem de desocupados\desempregados, apesar de ter baixado um pouco, persistiu na casa dos 32,5% de desfiliaados ocupacionais. Em 2006, a população economicamente ativa passou para 353.000, aumento da oferta de trabalho de 7,9%. Novamente a quantidade de trabalhadores em idade ativa subiu para 506.000 e manteve a média de desocupados na faixa dos 30,2%, em relação à oferta de empregos (ACRE EM NÚMEROS, 2007-2008). Temos, portanto, conforme já foi dito, taxa de desemprego superior a 30%, para a série referida (1999-2006), percentual bem acima da média nacional que se encontra abaixo de 10% da população em idade ativa.

Os dados suscitam uma dedução categórica da relação força de trabalho em idade ativa-oferta de trabalho disponível, quase que inversamente proporcional, ou no mínimo assimétrica, posto que a quantidade de mão de obra disponível cresce em proporções bem superiores – no caso apreciado na faixa dos 30% - em relação à oferta de ocupações em atividades produtivas. A parte específica do que estamos tratando, podemos referenciar que tal situação está relacionada à conjugação de vários fatores, os quais podemos destacar os seguintes: i) aumento ritmado da taxa de fecundidade cujo percentual da Região Norte, em 2006, figurava como o maior do país e crescimento igual da taxa dos nascidos vivos, que na Região Norte também apresentou desempenho médio de 9,2%, aumentando a população de 290.708 mil, em 2000, para 317.493 mil, em 2006; ii) também esse crescimento pode referir-se à diminuição do número de mortes, devido às melhores condições de vida e mesmo diminuição do número de homicídios, principalmente na faixa de idade ativa, que há diminuído, no Acre, de 25% de homicídios, em 2000, para 18,0%, em 2005, na faixa de idade entre os 15 a 39 anos (IBGE, 2009).

Em resumo, podemos considerar que embora do ponto de vista do trabalho essa condição possa ser indesejada, ela pode demonstrar situação de melhoria em outros setores da vida social, o que não isenta os governos de tomarem medidas para equacionar a questão populacional com as possibilidades de demanda das atividades econômicas. Alguns sociólogos, como Malthus, ficaram famosos por sugerirem o controle da taxa de natalidade, a fim de equilibrar o nível de emprego e reduzir as desigualdades sociais, mas tal sugestão, isoladamente, não garante a igualdade de melhoria das condições de trabalho que passa pela redistribuição dos produtos gerados pela riqueza econômica, embora o ponto essencial que convém deixar explícito refira-se ao caráter indissociável do desenvolvimento econômica e dinâmica populacional, relação esta que merece ser considerada pelas políticas governamentais.

Da força de trabalho empregada, a maior demanda das atividades produtivas advém do setor de comércio e serviços que, em 2004, contava com 118.000 empregados representando 41,8% da mão de obra ocupada, quantidade essa que sofreu uma queda, baixando para 111.000 mil trabalhadores, em 2005, e 113.000, em 2006, com o percentual de ocupação do trabalho de ordem de 36,8%. A agropecuária vem em segundo lugar, em demanda de mão de obra. Em 2004 o número de trabalhadores empregados em atividades agropecuárias girou em torno de 96.000 (34%), desceu para 87.000, em 2005 (31,3%), e chegou em 2006, com 91.000 trabalhadores (29,6%). A administração pública ocupa a terceira posição em ocupações trabalhistas, com 22.000 funcionários, em 2004, (7,8%), 26.000, em 2005 (9,4) e 32.000 funcionários, em 2006, com 10,4% da mão de obra ocupada

nos serviços governamentais. Considerando que saúde, educação e demais serviços sociais são de cobertura governamental, constatamos que a administração pública ocupa um percentual bastante superior aos três poderes constituídos, visto que educação, saúde e serviços sociais somaram em 2006, 43.000 trabalhadores, o equivalente a 14,0% de ocupação de trabalho, aumentando em mais de dez mil funcionários, em relação a 2004 e 2005, quando tinha 31.000 (11%), o que eleva a participação da administração pública em ocupações de trabalho para a faixa de contribuição de 24,4% da mão de obra.

Até o momento, as atividades industriais correspondem ao setor que menos tem ocupado mão de obra. Havia 15.000 mil trabalhadores em 2004 (5,3%). Esse número passou para 23.000, em 2005 (8,3%), e subiu novamente para 28.000 ocupações, em 2006, correspondendo a um percentual de ocupação de 9,1% da força de trabalho disponível para aquelas atividades produtivas do setor industrial.

Os dados revelam que a agropecuária e o comércio expressaram taxas decrescentes de ocupações de trabalho, ao passo que a administração pública e a indústria ampliaram o número de trabalhadores nos seus quadros de atividades. No caso do setor primário, apesar do incremento da produção agrícola que presenciamos, o fenômeno mais evidente tem sido a evasão dos filhos mais jovens que se deslocam para as cidades em busca de educação e trabalho, muito embora os números indiquem um aumento da população rural, que apesar de crescer em quantidade, esteja perdendo aqueles em idade ativa para o trabalho, mantendo uma proporção bem maior dos mais idosos e crianças. Ligada à migração do campo se inscreve o bom desempenho da pecuária nos últimos anos, devido ao relativo incremento tecnológico, o que reforça a tendência da pecuária ser caracterizada como uma atividade produtiva que não incorpora muita mão de obra para a realização dos trabalhos nas fazendas. Nos dois casos, os fatores sugerem uma evasão da disponibilidade de trabalho na agropecuária, associado ao aumento de equipamentos produtivos e criação de pequenas unidades de produção, como agroindústrias, usinas, estejam contribuindo para a redução da demanda rural de mão de obra.

Em relação à administração pública, verifica-se que o governo tem aumentando significativamente sua capacidade de arrecadação tributária, bem como os repasses da União também tem se elevado, em função dos desempenhos positivos do país, de modo que sua capacidade de investimentos tem proporcionado um círculo virtuoso de dinamização da atividade econômica, e isso tem elevado o poder de compra dos funcionários devido aos melhores salários. Os investimentos governamentais em obras de infra-estrutura e construção têm puxado o setor industrial, principalmente o segmento de construção civil, cerâmicas. O desempenho do setor madeireiro, por sua vez, dinamizou as atividades de exportação e, internamente, desenvolveu as indústrias de transformação como marcenarias, movelarias, madeireiras. Tudo isso junto tem levado à efervescência do mercado, e de certo modo, esse bom momento econômico levanta o questionamento acerca da diminuição do número do trabalho no comércio em geral, visto que as lojas de material de construção, lojas de eletrodomésticos, e demais segmentos terciários tem aumentado suas vendas em virtude do poder de compra, de parte da população economicamente ativa em expansão. O que talvez explique a diminuição do número de empregos oferecidos no comércio seja a maior concorrência interna entre os estabelecimentos comerciais que talvez tenham forçado os seus proprietários a reduzirem o número de funcionários para manter sua margem de lucro e oferecer melhores preços de mercado para seus produtos serem mais competitivos. De todo modo, embora a dinâmica econômica seja visível, a política econômica não tem utilizado mecanismos para proteger a produção e o consumo local de modo a satisfazer as

necessidades crescentes da população acreana, principalmente as com menores rendimentos.

O quadro abaixo apresenta a dinâmica da população economicamente ativa acima de 10 anos ou mais de idade, por setor de atividade e posição na ocupação do trabalho principal no Acre, 2003-2007.

Tabela 27. Pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade, por setor de atividade e posição na ocupação do trabalho principal – Acre

Discriminação	2003		2004		2005		2006		2007	
	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%
Setor atividade total	166.955	100	282.000	100	278.000	100	307.000	100	308.000	100
Agricultura	20.617	12.35	96.000	34.0	87.000	31.3	91.000	29.6	81.000	26.2
Indústria	13.497	8.08	15.000	5.3	23.000	8.3	28.000	9.1	38.000	12.4
Comercio e serviços	91.770	54.97	118.000	41.8	111.000	39.9	113.000	36.8	77.000	25.0
Administração pública	19.426	11.64	22.000	7.8	26.000	9.4	32.000	10.4	32.000	10.4
Educação, saúde, serviços sociais	21.648	12.97	31.000	11.0	31.000	11.2	43.000	14.0	80.000	26.0
Posição na ocupação	166.955	100	282.000	100	278.000	100	307.000	100	308.000	100
Empregados	91.187	54.62	121.000	42.9	128.000	46.0	141.000	45.9	147.000	52.8
Trabalhadores domésticos	16.753	10.03	24.000	8.5	21.000	7.6	18.000	5.9	18.000	6.4
Conta própria	39.883	23.89	76.000	27.0	69.000	24.8	74.000	24.1	69.000	24.7
Empregadores	5.041	3.02	7.000	2.5	8.000	2.9	8.000	2.6	7.000	2.6
Outros	14.091	8.44	54.000	19.1	52.000	18.7	66.000	21.5	67.000	13.5

Fonte: IBGE\Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – Pnad. In: Acre em Números (2006; 2007-2008; 2009)

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de atividade

Não obstante, a dinâmica econômica processar-se com expansão da oferta de empregos, a rentabilidade dos diferentes setores econômicos, relativa aos níveis dos salários pagos, tem se mantido pressionado para baixo, principalmente, daquelas camadas com os menores rendimentos, se expandido nas camadas intermediárias e expressando uma diminuição do número de trabalhadores com os soldos mais superiores; isso tem indicado que nas duas pontas mais extremadas da pirâmide salarial os pagamentos têm sofrido uma depressão salarial, enquanto que no nível intermediário dos trabalhadores está ocorrendo porcentagens maiores de pagamento dos funcionários recebendo rendas médias. No ano de 2002, por exemplo, mais da metade da população em ocupações de trabalho, isto é, 56,03%, equivalente a 96.836 pessoas, das 172.819 economicamente ativas, estavam recebendo soldos entre menos de meio salário mínimo até menos de dois salários mínimos, sendo que 33,83% destes recebiam pagamentos inferiores a um salário mínimo, e 11,97% menos de meio salário mínimo (20.694 trabalhadores).

No ano de 2005, neste mesmo patamar de salários, o número de pessoas com rendimento percentual, com menos de meio salário mínimo até menos de dois salários, elevou-se para 62,13%, sendo que desta cifra, 12,05% deles recebiam menos de meio salário mínimo (33.436 mil trabalhadores), e 26,18% entre meio e menos de um salário mínimo, 72.657 trabalhadores, refletindo no cômputo geral para esse intervalo, um

crescimento das pessoas recebendo os menores salários, equivalente à média de 10,8%, entre 2002-2005. Neste mesmo período, 2002-2005, os trabalhos na faixa salarial entre mais de três salários mínimos e menos de cinco, foram os que obtiveram expansão, passando de 14.370 trabalhadores, em 2002, equivalente a 8,79%, para 22.088 pessoas, em 2005, representando 7,96% da faixa de rendimento. Embora o percentual de trabalhadores tenha apresentado uma redução aparente, baixando de 8,79% (2002) para 7,96% (2005), essa defasagem explica-se pelo aumento da população economicamente disponível para a atividade do trabalho, portanto, não reflete depressão do quantitativo efetivo de trabalhadores com esse nível de rendimentos, que subiu de 14.370 trabalhadores, em 2002, para 22.088, em 2005.

O que desses números podemos deduzir claramente, considerando a depreciação dos salários mais baixos para maior número de trabalhadores e redução da quantidade daqueles com soldos elevados, conforme veremos a seguir, é a elasticidade de uma camada intermediária que se dissipa visivelmente pelos setores econômicos da sociedade acreana, provavelmente, uma camada formada basicamente pelo pessoal técnico do funcionalismo público, com salários variando entre R\$ 2.000,00 a R\$ 3.000,00 reais. Na terceira faixa de salários, os superiores a cinco e menores que dez salários mínimos, assim como os acima de dez salários e menos de vinte, os mesmos sofreram uma retração do número de pessoal, recebendo tais soldos. No caso das rendas entre 5-10 salários mínimos, em 2002, elas perfaziam 8,06% dos rendimentos para pagamento de 13.932 trabalhadores; no ano de 2005, tiveram uma diminuição do número de pessoal para 10.238 pessoas, pressionando o percentual para baixo no valor de 3,69%, refletindo uma redução de quase 3.000 pessoas, entre o período que deixaram de receber esses valores salariais.

Indiretamente podemos aferir esse crescimento, de uma parcela intermediária da população acreana com médios salários, através do incremento da frota de automóveis, considerando que a deficiência dos transportes coletivos no Estado pressiona as pessoas a possuírem carros próprios para o deslocamento na cidade, nomeadamente para chegarem no horário em seus locais de trabalhos. Só para termos uma idéia, o conjunto da frota de automóveis que era de 68.479 veículos, em 2004, aumentou para, aproximadamente, 115.917 unidades, em 2008. Em 2010 a frota total de automóveis já havia alcançado 138.587 unidades. Na cidade de Rio Branco, por exemplo, nesse mesmo período de 2004-2008, o quantitativo de automóveis aumentou de 50.902 unidades para 83.614 veículos, crescimento de 64,2% para a série 2004-2008. Em 2010, na capital, somente os veículos próprios correspondiam a 42.561 unidades, sem contar os carros de empresas particulares, motocicletas, que juntos somavam, aproximadamente, 10 mil automotores. Em Cruzeiro do Sul havia 6.895 automóveis, em 2004. No ano de 2008, eles já chegavam à cifra de 11.257 mil unidades automotoras, sem contar, igualmente, as motocicletas e veículos particulares (Acre em Números, 2009, p. 88).

No caso dos rendimentos entre 10-20 salários mínimos, estes também encolheram. Eles somavam 3,07%, em 2002, para o pagamento de 5.312 pessoas e baixaram para 1,61%, o equivalente ao rendimento de 4.473 trabalhadores dessa faixa salarial. Por fim, os pagamentos acima de 20 salários mínimos sofreram um decréscimo, diminuindo de 2,0% (3.451 pessoas), em 2002, para 0,50%, em 2005, correspondendo a 1.384 trabalhadores.

Em resumo, relativo ao balanço das variáveis que influenciou nas classes de rendimento mensal dos trabalhos no Acre, nos resta a ilação de que a classe dos salários gerais apresentou defasagem, se considerado o ritmo do desempenho do conjunto da

economia acreana, definido pelo índice do PIB, que cresceu na ordem média de mais de 300% ao ano, em relação ao período estudado, bem como da renda per capita. No entanto, a tendência de cristalizar uma carreira média de salários na faixa intermediária da sociedade, seria um caminho promissor, caso demonstrasse tendência expansiva, proporcional à dinâmica econômica, que não é o caso que se configura, na medida em que a classe de rendimentos inferior a 1 salário mínimo e menos de 2 salários, que representaram mais de 60% dos rendimentos do trabalho, indicaram um estrangulamento social em relação à importância das categorias desses ofícios, isso permite a persistência de crescimento com desigualdade, pois a diminuição que está ocorrendo nos pagamentos acima de 10 salários mínimos e menos de 20 salários, bem como a retração nos acima de 20 salários, que poderiam ser transferidos para os demais setores, não está expressando esta tendência de redistribuição de melhores condições de renda para os outros segmentos do trabalho, com exceção da classe intermediária entre 3-5 salários mínimos, que mostrou um pequeno incremento para série estudada. Isso permite concluir que a deterioração dos salários também chegou ao nível da cúpula ou que a cúpula está ficando cada vez mais seletiva, concentrando mais renda, muito embora a redução do nível de pagamento dos mais elevados salários não signifique uma tendência de distribuição de renda, mas talvez uma reconcentração em menores grupos das faixas mais altas de rendas, posto que os saldos resultantes da diminuição dos altos salários não fluem para as camadas inferiores.

Essas considerações podem ser corroboradas pelos dados do IBGE (1999) e IBGE (2008), que computaram as classes de rendimentos mensais familiares per capita para os referidos anos (1999 e 2008), chegando à constatação de que 83,8% do conjunto dos rendimentos de todos os trabalhos, encontram-se na faixa de até $1\frac{1}{4}$ de salário, a menos de 2 salários mínimos (em 1999, era de 64,5%), sendo que destes, 67,8% de trabalhadores recebem até menos de 1 salário mínimo (em 1999, era 44,0%) e 40,7% de menos $1\frac{1}{4}$ de salário até $1\frac{1}{2}$ salários mínimos (em 1999, era de 24,1%). Ao contrário, os rendimentos acima de 2 salários mínimos e mais somaram juntos apenas 11,3% do total dos salários pagos, que absorveram os maiores rendimentos (em 1999 era de 29,6%), em que 5,3% deles estavam na casa das rendas entre 2-3 salários (em 1999 era de 10.1%), 3,6% entre 3-5 salários (em 1999 era de 9.1%), e somente 2,0% acima dos 5 salários mínimos e mais (em 1999 era de 10.4%), o que expressa alta concentração dos rendimentos e defasagens daqueles salários pagos aos trabalhadores da camada mais baixa da sociedade. Tudo isso conspira para o desenvolvimento com desigualdade. As tabelas abaixo apresentam a dinâmica das classes de rendimentos de todos os trabalhos, das pessoas acima de 10 ou mais economicamente ativas, 2002-2005.

Tabela 28. Pessoas de 10 anos ou mais, ocupadas na semana de referência, por classe de Rendimento mensal de todos os trabalhos, no Acre, 1999-2006.

Classe de rendimento – em Salário mínimos (SM)	1999		2002		2003		2004		2005		2006	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Total pessoas ocupadas			172.819	100	166.955	100	282.112	100	277.557	100	307.000	100
Até 1\2 SM			20.694	11,97	17.345	10,39	30.041	10,65	33.436	12,05	31.000	10,10
Mais 1\2 SM			37.783	21,86	38.704	23,18	69.231	24,54	72.657	26,18	76.000	24,76
Mais de 1 a 2 SM			38.359	22,20	42.399	25,40	65.135	23,09	66.343	23,90	69.000	22,48
Mais de 2 a 3 SM			18.527	10,72	18.537	11,10	19.141	6,78	14.998	5,40	19.000	6,19
Mais de 3 a 5 SM			14.370	8,32	14.680	8,79	19.171	6,80	22.088	7,96	21.000	6,84
Mais de 5 a 10 SM			13.932	8,06	11.860	7,10	13.145	4,66	10.238	3,69	16.000	5,21
Mais de 10 a 20 SM			5.312	3,07	6.378	3,82	7.434	2,64	4.473	1,61	7.000	2,28
Mais de 20 SM			3.451	2,00	2.220	1,33	2.146	0,76	1.384	0,50	---	---
Sem rendimento ¹			19.959	11,55	14.091	8,44	54.550	19,34	51.631	18,60	66.000	21,50
Sem declaração			432	0,25	741	0,44	2.118	0,75	309	0,11	2.000	0,65

Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. In: Acre em Números (1999; 2006; 2007- 2008)

(1). Até 2003, as estatísticas do PNAD referem-se somente à parcela urbana da população. A partir de 2004, os resultados agregaram as informações das áreas urbana e rural para o Acre. Inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios.

Tabela 29. Pessoas residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar per capita, segundo as Grande Regiões, Unidades da Federal e Regiões Metropolitanas – 2008

Grandes Regiões, Unidades Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas residentes em domicílios particulares									
	Total (1.000 pessoas)	Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar per capita (salário mínimo) (%)								
		Até 1\4	Mais de 1\4 até 1\2	Mais de 1\2 até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5	Sem rendimento	Sem declaração
Brasil	189.408	10,3	18,4	27,1	22,7	7,5	5,4	4,1	1,7	2,9
Norte	15.285	14,7	25,4	28,8	17,1	4,7	3,3	1,6	2,1	2,3
Rondônia	1.516	11,1	22,3	30,1	21,2	6,2	4,1	2,0	1,4	1,6
Acre	691	17,1	23,5	27,1	16,1	5,3	3,6	2,4	2,5	2,3
Amazonas	3.388	16,2	23,3	27,6	17,8	5,0	3,3	1,4	3,3	2,2
Roraima	419	12,6	25,0	27,9	18,7	6,8	3,3	2,3	1,6	1,8
Pará	7.352	15,4	27,1	28,3	15,8	4,0	2,9	1,4	2,0	3,0
Região Belém	2.083	9,9	21,3	29,3	19,0	5,9	4,7	3,1	2,2	4,5
Amapá	626	8,7	26,2	36,2	19,2	3,8	4,1	0,7	0,9	0,2
Tocantins	1.294	13,2	24,9	30,9	17,1	5,4	3,4	2,9	1,2	1,1

Fonte: IBGE (2009).

4.3.2. Longevidade, Saúde e Saneamento

Nas duas últimas décadas a esperança de vida ao nascer, no Brasil, mostrou-se mais promissora para todas as regiões do país. Os indicadores apresentaram aumento da

expectativa de vida dos brasileiros que, em 1980, o percentual médio de expectativa de vida, ao nascer, era de 62,5 anos de idade, sendo que os homens tinham menos probabilidade de vida (59,6 anos de idade) do que as mulheres, que mostravam maior esperança de vida, 65,7 anos. Em 1991, o índice de esperança de vida subiu para 66,9 anos de idade, para os homens 63,2 e mulheres 70,9; novamente em 2000 e 2005 os indicadores mostravam-se favoráveis à vida após o nascimento de 70,4 e 72,1 anos de idade, respectivamente, onde os homens passaram de 66,7 para 68,4 anos de vida e as mulheres de 74,4 para 75,9 anos de vida, relativos aos mesmos períodos correspondentes. A média do crescimento nacional da expectativa de vida ao nascer foi de 15,3% para o período 1980-2005. A Região Norte, igualmente, elevou a expectativa de vida, ao nascer, de sua população saindo de 60,8 anos de vida em 1980, para 66,9 em 1991, e subindo para 69,5, em 2000, para finalmente equilibrar-se em 2005, com expectativa de vida em torno de 71,0 anos de idade, obtendo uma elevação da esperança de vida para essas duas décadas e meia de 16,7%. Os homens subiram a esperança de vida de 58,2 anos de idade para 68,2 anos de vida entre 1980-2005, ao passo que as mulheres passaram de 63,7 para 74,0 anos de vida para o mesmo período correspondente, refletindo uma média de crescimento da esperança de vida ao nascer da população do Norte, da ordem de 17,1% para os homens e de 16,1% para as mulheres, respectivamente. As menores expectativas de vida ao nascer encontram-se nos Estados de Alagoas com 67,2 e Maranhão com 68,0; a esperança de vida mais elevada é do Distrito Federal, com 75,6 e do Estado de Santa Catarina com 75,5 anos de vida (IBGE, 2009).

Tabela 2 - Esperança de vida ao nascer, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 1980/2005

Grandes Regiões	Esperança de vida ao nascer, por sexo											
	1980			1991			2000			2005		
	Total	Ho- mens	Mu- lheres	Total	Ho- mens	Mu- lheres	Total	Ho- mens	Mu- lheres	Total	Ho- mens	Mu- lheres
Brasil	62,5	59,6	65,7	66,9	63,2	70,9	70,4	66,7	74,4	72,1	68,4	75,9
Norte	60,8	58,2	63,7	66,9	63,7	70,3	69,5	66,8	72,4	71,0	68,2	74,0
Nordeste	58,3	55,4	61,3	62,8	59,6	66,3	67,2	63,6	70,9	69,0	65,5	72,7
Sudeste	64,8	61,7	68,2	68,8	64,5	73,4	72,0	67,9	76,3	73,5	68,5	77,7
Sul	66,0	63,3	69,1	70,4	66,7	74,3	72,7	69,4	76,3	74,2	70,8	77,7
Centro-Oeste	62,9	60,5	65,6	68,6	65,2	72,0	71,8	68,4	75,3	73,2	69,8	76,7

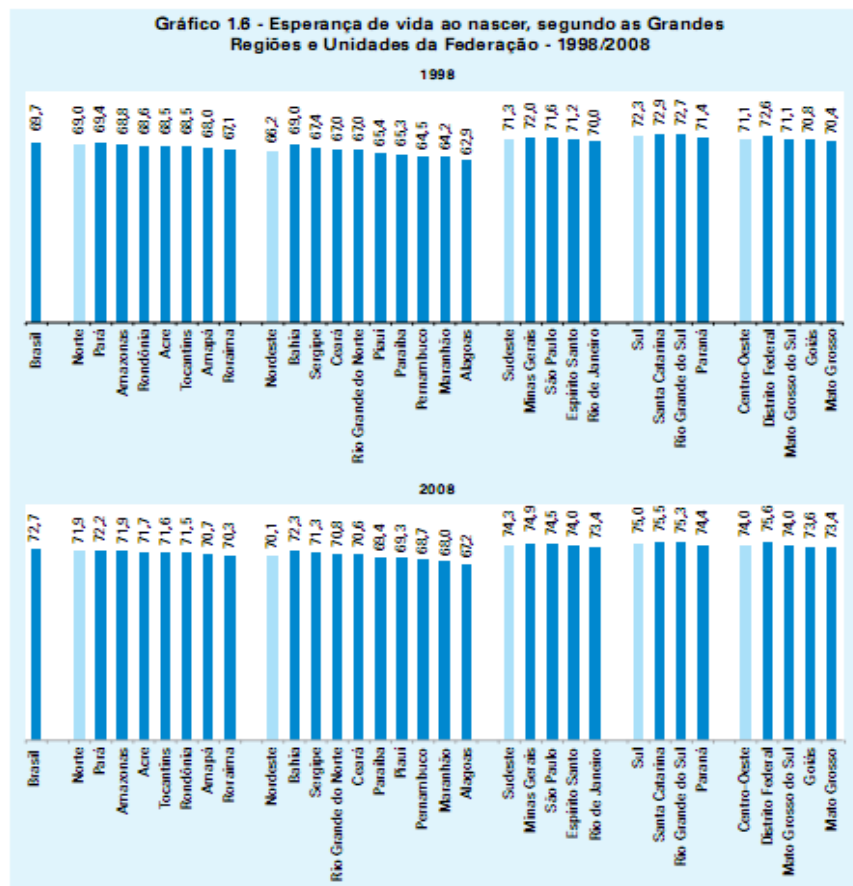
Fonte: Projeto IBGE/Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA/BRASIL (BRA/02/P02), População e Desenvolvimento: Sistematização das Medidas e Indicadores Sociodemográficos Oriundos da Projeção da População por Sexo e Idade, por Método Demográfico, das Grandes Regiões e Unidades da Federação para o Período 1991/2030.

In: IBGE, 2009. (Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil)

No Acre, a expectativa de vida acompanhou o desempenho nacional. A esperança de vida, ao nascer, dos acreanos que, em 1998, era de 68,5 anos de vida passou para 71,7 anos, em 2008, refletindo um crescimento da expectativa de vida, ao nascer, de 4,6% para a década. A defasagem da esperança de vida, ao nascer, do acreano em relação à média nacional é de 1,3 anos de vida e de 0,2 anos de vida para a média da região Norte. Certamente a situação do Acre, quanto à esperança de vida, não se explica por si só, senão que pela consideração dos fatores estruturais em curso de âmbito nacional devido às situações de "... melhoria das condições de habitação, particularmente, o aumento relativo

de domicílios com saneamento básico adequado e a ampliação da cobertura dos serviços de saúde, [que] vem contribuindo para reduzir as mortes infantis e, conseqüentemente, elevar o padrão da expectativa de vida, ao nascer, no país. Ademais, também o número de morte de jovens, na faixa etária entre 15-29 anos de idade, diminuiu de aproximadamente 60% para cada mil habitantes para cerca de 50%, para o período de 2000-2005 (IBGE, 2009).

Convém sublinhar que os investimentos em saúde no Acre também têm sido visíveis no que diz respeito às instalações que foram construídas, reformadas ou ampliadas. Como dissemos, foi construído, nesse Governo, o Hospital da Criança, Idoso, Hospital do Juruá, e várias unidades de pronto atendimento em saúde. A maternidade Bárbara Heliodora passou por processo de modernização de seu quadro de pessoal e instalações, isso tem melhorado a qualidade da oferta do serviço de saúde, com programas voltados para atenção ao parto e acompanhamento às gestantes. É por essas razões que a Maternidade Bárbara Heliodora foi reconhecida pelo UNICEF, em 2006, com a homenagem 'Hospital Amigo das Crianças'. Igualmente a maternidade foi homenageada, nacionalmente, com o prêmio Galba de Araújo, que lhe rendeu um valor de R\$ 30 mil reais, pelo reconhecimento da qualidade do atendimento e humanização do parto e de amamentação, considerado o mais desenvolvido entres os estados da Região Norte (Jornal O Tablóide, Ano I, Nº 1, Rio Branco\AC, 6 de agosto de 2006, p. 06).

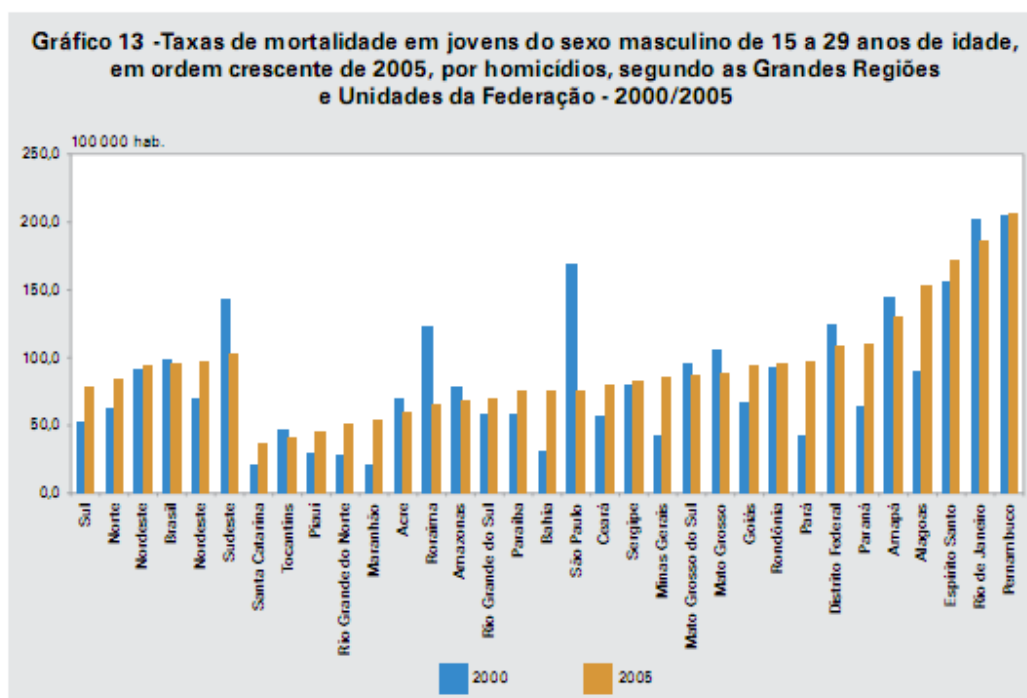


Fonte: Projeto IBGE/Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA/BRASIL (BRA/02/P02), População e Desenvolvimento: Sistematiza-Fonte: Projeto UNFPA/BRASIL (BRA/02/P02) - População e Desenvolvimento - Sistematização das Medidas e Indicadores Sociodemográficos Oriundos da Projeção da População por Sexo e Idade, por Método Demográfico, das Grandes Regiões e Unidades da Federação para o período 1991/2030.

In: IBGE, 2009. (Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil)

Em comparação com as taxas da América Latina e Caribe, na série 2005-2010, o Brasil ocupa a 14ª colocação no ranking dos 20 países latino-americanos e caribenhos. As melhores taxas de esperança de vida, ao nascer, são de Costa Rica, com 78,8 anos de vida, seguido por Cuba, com 78,6 anos de vida, Chile, 78,5 anos de vida, Uruguai (76,1 anos de vida), México (76,1 anos de vida), e Panamá (75,6 anos de vida). Os índices mais baixos são de Bolívia, com 65,5 anos de vida e Haiti com 61,2 anos de vida. No quesito taxa de mortalidade infantil, por cada mil nascidos vivos, o Brasil mantém a 14ª posição com a média de 23,5% de mortalidade. Os menores percentuais de mortalidade infantil são os de Cuba, com 5,1%, Chile com 7,2%, Costa Rica com 9,9%, México ocupa a sexta posição, apresentando taxa de 16,7%. Bolívia e Haiti são os dois países com as piores taxas de mortalidade infantil com 45,6%, e 62,4%, de causas de mortes infantis, respectivamente.

No caso da variável fecundidade, o Brasil ocupa a segunda posição com taxa média de 1,90 de filhos, perdendo somente para Cuba que é de 1,5 filhos. Chile e Costa Rica apresentam 1,94 e 1,96 de fecundidade, respectivamente. Os maiores índices são de Haiti com 3,55 filhos e Guatemala com média de 4,15 filhos.



Fontes: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade 2000/2005; e IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Projeto UNFPA/BRASIL (BRA/02/P02) - População e Desenvolvimento, Indicadores Sociodemográficos Prospectivos para o Brasil 1991-2030.

In: IBGE, 2009.

Embora os indicadores apontem o aumento da expectativa de vida da população acreana, bem como da brasileira, em geral, com o crescimento da longevidade e a relativa melhoria dos serviços prestados a saúde dos moradores, no que diz respeito às condições de saneamento básico, esgotamento sanitário e rede coletora pública, os dados disponíveis apontam, ainda, a existência de uma precariedade generalizada na maioria das regiões do país, em particular na Região Norte, onde se situa o Acre. Não obstante, as informações que

tivemos acesso estejam desatualizadas por ausência de dados mais recentes, elas servem como parâmetro para aludir sobre os prognósticos desse componente de saneamento básico, guardadas às devidas ponderações ocasionadas pela defasagem das estatísticas utilizadas aqui. Os dados do IBGE (2002) referentes ao ano de 2000, demonstram que os domicílios urbanos residenciais do Acre (367.886 habitantes), que não tinham esgotamento sanitário com fossa séptica ultrapassavam os 51,7% das habitações. Esse percentual praticamente se generalizava nas áreas rurais, onde a maioria das residências (183.743 habitações) não mantinham lugares apropriados para o depósito dos dejetos humanos, com apenas 0,1% do total de habitantes da zona rural, que usufruíam de melhores situações. Em toda a extensão do território do Acre, os serviços de tratamento e coleta de esgoto sanitário também apresentavam indicadores bastante deficientes. Apenas 26,3% das cidades acreanas continham rede coletora de esgotamento sanitário. Mas do total dos 15.002 metros cúbicos de esgotos coletados por dia, não havia nenhuma forma de tratamento realizada pelos serviços públicos governamentais.

Essa situação se mantém, em se tratando da situação da coleta e destinação do lixo urbano. Das 538,9 toneladas de lixo recolhido por dia durante o ano de 2000, foram considerados que somente 55% dele, isto é, 296,2 toneladas/dia, tem destinação adequada, em conformidade com parâmetros ambientais. Embora, o percentual de destinação da rede coletora pública esteja com taxa de inferior a média nacional (59,5%) dos 228.413 toneladas/dia de lixo, essa situação bastante ambígua em relação ao projeto de desenvolvimento sustentável do governo estadual. Nas ruas dos bairros adjacentes ao centro urbano da capital Rio Branco, assim como nos arredores principais da cidade de Cruzeiro do Sul, no Juruá, é muito comum avistar-se grande quantidade de lixo espalhada ao longo das ruas residenciais.

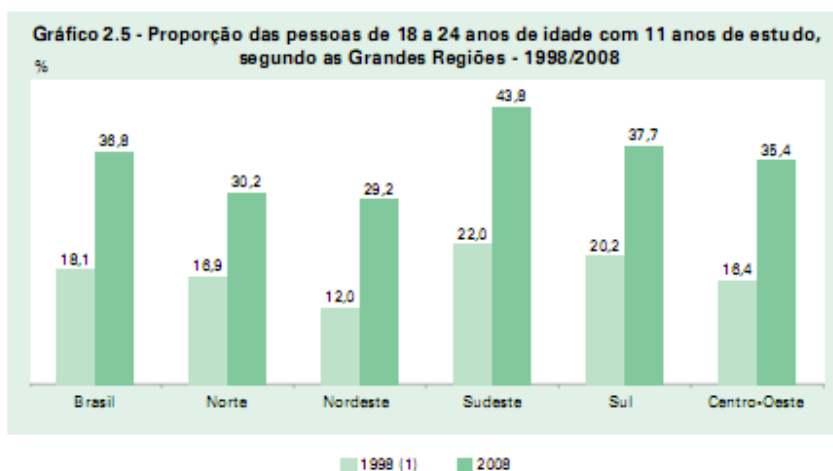
Segundo o IBGE (2002), o acesso ao serviço de coleta de lixo e tratamento do esgotamento sanitário é fundamental para a proteção de saúde, através do controle e a redução de vetores de transmissão das doenças, relacionadas à ausência de condições básicas de saneamento e acomodação apropriada do lixo, com a poluição dos solos e das águas, através do chorume. A combinação dos serviços de coleta de lixo e esgotamento sanitário com outros indicadores (econômico, educacional, social), pode proporcionar significativa melhoria para a qualidade ambiental e saúde do entorno imediato dos moradores das áreas beneficiadas e, nesse sentido, podem ser importante variável de identificação do índice de desenvolvimento humano da região mencionada.

4.3.3. Educação.

Os dados sobre os níveis educacionais do país (IBGE, 2009), para a série temporal 1998-2008, apontam uma significativa melhoria do padrão de ensino nacional, em razão da dinâmica econômica que exige, cada vez mais, ocupação de postos de trabalhos daquelas pessoas melhores qualificados, profissionalmente. Os níveis de escolaridade revelaram “...melhoras, se comparados àqueles da década anterior, porém são ainda insuficientes e não compatíveis com o nível de desenvolvimento do país, basta observar a escolaridade média da população. Em 2008, o brasileiro de 15 anos ou mais de idade, tinha, em média, 7,0 anos de estudos”, não chegando, portanto, a completar o ensino fundamental, que é de 8 anos. Neste ano, 50,2% da população com 25 anos de idade ou mais, tinham o ensino fundamental incompleto; 9,4 haviam concluído o fundamental; 21,5 chegaram a

terminar o médio, com 11 anos de estudos; 4,4% fizeram o nível superior, mas não concluíram; e somente 9,5 pessoas fizeram e terminaram algum curso superior. A taxa de analfabetismo, em 2008, permaneceu na casa dos 10,0% das pessoas de faixa etária acima de 15 anos ou mais, correspondendo a 14,2 milhões de brasileiros espalhados por todo país.

Na Região Norte, o percentual de pessoas de faixa etária entre 18 a 24 com média de 11 anos de estudos, ou seja, com ensino fundamental e médio completos, entre 1998-2008, foi de 16,9 e 30,2 respectivamente, revelando um aumento da escolaridade média de 78,6% para o período referenciado, embora ficando abaixo da média da nação. Os melhores desempenhos da escolaridade média foram estimados na Região Sudeste, que passou de 22%, em 1999, para 43,8%, em 2008, o número de pessoas com ensino fundamental e médio completos. A média nacional ficou em 18,1% para o ano de 1999, e 36,8%, em 2008. A taxa de analfabetismo da Região Norte gira em torno de 10,8% (1.127.000 pessoas) considerando as pessoas de 15 anos ou mais, ficando a frente somente da Região Nordeste com 19,4%, de analfabetos (7.486.999), e na retaguarda do Centro-Oeste com 8,2% (837.000), Sudeste 5,8% (3.611.000) e região Sul, a que possui menor índice de analfabetismo em termos percentuais, 5,5% (1.157.000). Se, considerarmos o analfabeto funcional, isto é, aquele que eventualmente ler, escreve, conta, mas não entende o que faz, esse percentual alcança a faixa de 24,2% de pessoas, sendo que desde 41,1% encontram-se na zona rural da região (IBGE, 2009a).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1998/2008.
(1) Exclusiva a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

In: IBGE, 2009

No Acre, os dados revelaram que houve uma melhora visível nas condições de escolaridade da população local, porém ainda insuficiente para o grau de desafio que o desenvolvimento econômico e social exigem nessa região que demonstra enorme carência de pessoas capacitadas, com elevado índice de estudos em todas as áreas do conhecimento, inclusive de ampla formação profissionalizante. Os obstáculos geográficos, as desigualdades regionais, o baixo desenvolvimento tecnológico e produtivo, as carências sociais prementes, ademais, tem contribuído para puxar os índices de alfabetização da população local para baixo que, por efeitos diversos, não têm condições de investirem na educação dos filhos, forçando-os a entrarem cada vez mais cedo nos postos de trabalho em sacrifício de sua capacitação, por soltos precários, e pela sobrevivência familiar. Isso em parte é uma constatação, porque como o Acre ainda é um estado bastante jovem, cuja

população está em processo de estabilização social, a tendência dos governos estaduais sempre foi de incentivar a importação de pessoas de outras regiões do país, inclusive porque muitos governos foram formados com pessoas advindas de outros estados, quase sem vínculo com a região, que passaram a ocupar os melhores postos de trabalho, ao invés de haver investimentos na formação dos residentes locais que padecem, ainda hoje, com os piores salários e as ocupações mais penosas. Afortunadamente, os indicadores regionais parecem sinalizar para um incremento da capacidade educacional interna em que a população tem a oportunidade de melhorar seus níveis de escolaridade e conhecimento profissional para inverter essa situação.

No entanto, os desafios ainda são enormes, embora estejam mais promissores do que nas décadas anteriores. A taxa de analfabetos, por exemplo, que era de 34,8%, em 1991, baixou para 23,7, em 2000. Deste total, 21,2%, em 1991, e, 14,0%, em 2000, correspondiam à população de analfabetos da cidade de Rio Branco. Cruzeiro do Sul, em 1991, tinha 37,4% de analfabetos e passou para 28,5%, no ano de 2000. Nas duas cidades ocorreram os reflexos da diminuição do analfabetismo no âmbito estadual, na faixa de 33,9% de redução na cidade de Rio Branco e 23,7 de redução do analfabetismo em Cruzeiro do Sul.

O indicador que serve de aferição para demonstrar o aumento quantitativo do ingresso escolar e das possibilidades de formação refere-se ao número de matrículas e a disponibilidade de cursos em todas as fases educacionais, desde o nível primário mais elementar até o superior. No Acre as matrículas cresceram na série 2002-2006 em média 1,7% ao ano, equivalente a 4.317 matrículas a mais, passando de 253.736, em 2002, para 258.053 em 2006, incluindo todas as séries de educação estadual. No ensino infantil houve aumento de matrículas, cresceu de 25.011, em 2002, para 27.244, em 2006; ensino fundamental que passou de 149.619, em 2002, para 155.829, em 2006; ensino médio, que tinha 25.024, em 2002, alcançou 32.044 alunos matriculados em 2006; educação especial que passou de 1.135, em 2002, para 1.230, em 2006; educação profissional, que aumentou de 825, em 2004, para 1.160, em 2006. A única classe de ensino que sofreu redução do número de matrículas foi a educação de jovens e adultos decrescendo de 52.947, em 2002, para 40.546, em 2006. Conforme mostra os dados educação no Acre, 1999-2006.

Tabela 30. Número de Matrículas da Educação Básica, do Acre. 1999-2006

Discriminação	Quantidade					
	1999	2002	2003	2004	2005	2006
Matrícula inicial	212.112	252.736	258.591	161.556	260.591	258.053
Educação Infantil	19.017	25.011	25.460	25.901	25.839	27.244
Ensino Fundamental	144.284	149.619	148.007	151.535	153.317	155.829
Ensino Médio	22.832	25.024	28.497	29.736	31.288	32.044
Ed. Jovens e Adultos*	25.004	52.947	55.361	52.455	46.317	40.546
Educação Especial	975	1.135	1.266	1.104	1.208	1.230

Fonte: MEC, Inep, Deaes. In: Acre em Números (1999; 2006; 2007-2008).

* No ano 1999, a fase que consta de Educação de Jovens e Adultos fora discriminada como de Ensino Supletivo.

O número de estabelecimento escolar, com a demanda de mais matrículas, teve um adicionamento de suas instalações físicas. No cômputo geral, no intervalo de 2002-

2006, as 1.687 instalações escolares ascenderam para 1.734, com a construção de mais 47 novas escolas e\ou blocos escolares para atender à Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional, Formação Indígena. Em Rio Branco, atualmente, estão em funcionamento 271 escolas do total destes 1.734 estabelecimentos de ensino e Cruzeiro do Sul conta com 159 deles.

Na sua maioria, os estabelecimentos escolares contam com os serviços de abastecimento de água, energia e esgoto sanitário, principalmente aquelas escolas localizadas nos núcleos urbanos dos municípios. Do total das escolas do Acre, em 2006, somente 956 tinham os três serviços de logística disponíveis, abastecimento de água, energia elétrica e esgoto sanitário, correspondendo a 55,1% do conjunto das escolas em atividades. Havia, deste total, 1.731 escolas, quase a totalidade dos estabelecimentos de ensino, que mantinham esses serviços de abastecimento de água, mas apresentavam alguma deficiência no saneamento e\ou ausência de oferta de energia elétrica, outras 1.178 que possuíam instalações de saneamento e esgoto, mas que faltava em energia.

No nível da educação superior no Acre, o número de matrículas, ao contrário, sofreu uma retração no último ano da série 2002-2006, crescendo de 9.801 matrículas em 2002, para 12.621 matrículas em 2006, mantendo uma média de desempenho de 28,7% do número de matrículas. As matrículas para a universidade federal pública subiu de 8.571, em 2002, chegou com 8.926, em 2004, mas sofreu uma queda em 2006, passando para 4.764 matrículas, o que parece um pouco estranho porque nos últimos tempos os cursos universitários têm se expandido com o aumento de novas áreas do conhecimento, bem como houve uma extensão – processo de interiorização – para os municípios onde a Ufac não se fazia presente, levando ofertas de cursos e vagas. Ademais, o percentual de vagas é relativamente inflexível para baixo, sendo que com o aumento de cursos, a tendência é aumentar o número de ofertas, além disso, as inscrições para os vestibulares sempre ultrapassam em várias vezes o número de oferta geral de vagas para todos os cursos, dado a concorrência pelos cursos na universidade pública, isso tudo deixa-nos sem razão para entender a diminuição de matrículas para o ano de 2006 na Ufac. Ao contrário, as faculdades particulares tiveram um adicional significativo do número de matriculados para seus cursos, que se elevou de 983, em 2002, e passou para 6.869 matrículas, em 2006, correspondendo a um aumento do número de matrículas da ordem de 598,7% para a série 2002-2006. No caso específico das faculdades particulares, esse crescimento exponencial pode ser explicado, simplesmente, pela demanda reprimida por vagas existente no Acre – o que mais justifica ainda o caráter nebuloso da diminuição de matrículas na Ufac – e não pela transferência de demanda do ensino público para o ensino particular, porque, no geral, parte dos alunos que se dirigem para o ensino particular decorre do fato de não terem passado no vestibular da Ufac, e em segundo lugar, porque os cursos na Universidade não estão ficando vazios, em virtude do crescimento das faculdades particulares, porque, como dissemos, a concorrência na Ufac é cada vez mais intensa. Em resumo, pode-se constatar que o ensino particular atua na faixa da demanda reprimida por formação superior do Estado, além disso, ele oferece cursos em outras áreas do conhecimento, bem como cursos de perfil profissionalizantes, o que gera uma atração ainda maior entre a população que deseja formar-se em cursos de graduação e tem condições de pagar a mensalidade. E por fim, os programas do Governo Federal como o ProUni, lançado nesta última década, têm estimulado o crescimento de demanda nas faculdades particulares com a oferta de bolsas para os estudantes que não têm condições de arcar com as taxas de mensalidades escolares.

No momento atual, o Estado conta com uma única instituição federal de ensino superior pública, a Universidade Federal do Acre – Ufac, que oferece 22 cursos de graduação e três cursos de mestrado, afora algumas especializações para temas especiais. Em alguns municípios a Ufac tem núcleos como em Cruzeiro do Sul, que conta com nove cursos de graduação, Brasília, além dos cursos modulares que são oferecidos em quase todos os municípios do Estado, no formato de módulos seriados para diferentes formações. As demais 6 instituições de ensino superior são faculdades particulares que foram se constituindo na década de 1990. Essas instituições de ensino superior particulares têm crescido em número e em cursos ofertados à população, nesta última década. Há a Faculdade Barão do Rio Branco – FAC (Uninorte) com oferta de 18 cursos de graduação entre cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Sociais, Psicologia, Sistemas de Informação, Marketing, dentre outros; a Faculdade de Desenvolvimento Sustentável do Acre – IEVAL, instalada em Cruzeiro do Sul com curso nas áreas de Administração e Meio Ambiente; Faculdade do Acre – FAC, com 10 cursos, entre Ciências Sociais, Serviço Social, Artes, Ciências Biológicas, Letras; Faculdade Teologia e Filosofia – Sinai, com cursos de Filosofia; Instituto Superior do Acre – Iesacre, com cursos em Administração, Comunicação Social, Jornalismo, Serviço Social; Faculdade da Amazônia Ocidental – FAAO, com cerca de 18 cursos superiores entre Ciências Sociais, Administração, Direito, Turismo, Artes Visuais, Enfermagem, Odontologia, Fisioterapia, Sistema de Informações, Psicologia.

As informações disponíveis têm constatado, como estamos procurando mostrar, uma ampliação do ensino público em todos os níveis da formação educacional, em número de matrículas e instalações, bem como um crescimento importante do ensino superior, também assinalado em termos de expansão de áreas do conhecimento. Quer isto dizer, que a população do Acre está tendo acesso a mais ensino e a mais formação e em melhores condições de instalações logísticas. Contudo, falta aferirmos o nível de formação e de aprendizagem, isto é, o desempenho da educação dos acreanos. No geral, os processos de avaliação são as ferramentas metodológicas convencionais, utilizadas para diagnosticar o grau de desenvolvimento da educação do país, o nível de aprendizagem e a adequação do conhecimento com as demandas econômicas e sociais da sociedade.

No Brasil, o Enem e o Enade constituem os dois processos de avaliação da educação nacional. O Enem é aplicado para os alunos do ensino Fundamental e Médio e o Enade junto aos alunos das instituições de ensino superior, Universidades, Faculdades, Institutos Superiores. Antes, porém, de apresentarmos estes dados, convém sublinhar que, com base nas pesquisas do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais – Inep\Mec, na série 1991-2004, o ensino fundamental e médio no Acre assinalou rendimento positivo de seus alunos. No Ensino Fundamental, o rendimento de aprovação que era de 69.2%, em 1999, subiu para 70,5%, em 2000, se estabelecendo em 72.3% de rendimento, em 2001, quando em 2002, alcançou taxas de aprovação de 75.4%. No ano de 2003, esse percentual elevou-se para 77.4%, e finalmente sofreu uma baixa de rendimentos e estacionou em 76.1% de aprovação dos estudantes para esse nível de ensino, em 2004, registrando um rendimento médio de 9,6% ao ano, para a série 1999-2006. Dentro deste quadro, os alunos da 1ª-4ª séries obtiveram crescimento da aprovação média de 8.4% para o período referido, enquanto os alunos de 5ª-8ª séries tiveram melhores desempenhos, com 11,3% de aprovação média para a série, 1999-2004. O desempenho do ensino médio foi bem inferior aos do ensino fundamental, notificando média de aprovação dos alunos de 2,04% de

rendimento para o mesmo período, que passou de 73.4 de rendimento, em 1999, para 74.9, de rendimento de aprovação em 2004.

A taxa de reprovação, no entanto, manteve-se praticamente estável na faixa dos 13,4 em 2004, para o Ensino Fundamental que, em 1999, era de 13,7, apresentando leve declínio de reprovados. O que contribuiu para deixar a taxa de reprovação média do Ensino Fundamental praticamente a mesma para a série foi o rendimento dos alunos de 5^a-8^a séries que forçaram uma diminuição das reprovações, de 9.9, em 1999, para 7.9, em 2004, porque entre os discentes de 1^a-4^a séries o índice de reprovação cresceu de 15.3, para 16.4 para os anos de 1999 e 2004, respectivamente. No Ensino Médio houve um adicional negativo que saiu de 4.9, de reprovação em 1999, e subiu para 6.1, em 2004. A média de evasão escolar no Ensino Fundamental permaneceu em 10.5% de abandonos escolares para a série 1999-2004, e de 19,0%, em 2004. No Ensino Médio, apesar de alta evasão, ocorreu a diminuição de 12,4% para o período, baixando de 21.7, em 1999, para 19.0%, em 2004 (ACRE EM NÚMEROS, 2006).

No conjunto da população do Acre de 15 anos ou mais (total de 458.000 pessoas), no ano de 2008, 15,3% delas tiveram ou nenhuma instrução educacional ou estudaram menos de um ano, 2% chegaram a completar um ano de ensino, 3,1% dois anos de estudos, 3,6% três anos de estudos, 9,1% completaram os quatro anos de estudos, 5,0% fizeram cinco anos de estudos, 2,6% chegaram até os seis anos de estudos, 4,7% fizeram sete anos de estudos, 10,8, completaram oito anos de estudos, 4,3 realizaram nove anos de estudos, 4,1, dez anos de estudos, 21,4, onze anos de estudos, 2,7, doze anos de estudos, 1,4, treze anos de estudos, 1,2 quatorze anos de estudos, 7,2 quinze anos ou mais de estudos. Isto significa que 45% da população acreana, de 15 anos ou mais de idade não completou o nível fundamental que requer 8 anos de estudos; somente 10.7% lograram esse objetivo; 8.4% têm Ensino Médio incompleto, sendo que 21.4% conseguiram fazê-lo; 5.3% têm ensino superior incompleto; e somente 7,2% conseguiram completar graduação e/ou chegaram a elevar sua formação com especializações e pós-graduação. O nível de analfabetos circula entre 24.4% do total da população acima de quinze anos ou mais (IBGE, 2009a).

Esses percentuais (10.7% Ensino Fundamental; 21.4% Ensino Médio; 7.2% Ensino Superior e mais; 24,4% de Analfabetismo) se comparados com a situação do Brasil e Região Norte, para o ano de 2008, revelam que, no quesito Ensino Fundamental, o Acre mantém-se praticamente com o mesmo desempenho da taxa brasileira, que é de 10.6%, inclusive com 0.2 pontos a mais que o Brasil, e acima da Região Norte (10.4%), com 0.4 pontos a mais. No desempenho do Ensino Médio, o Acre fica abaixo em 5.3% em relação ao Brasil que tem taxa de conclusão desse nível de ensino da ordem de 22.6%. A mesma diferença persiste para a situação do Ensino Superior, em que a média nacional é de 7.7%, sendo que a média do Acre é de 6.4%. Em comparação com a Região Norte, o desempenho do Acre, concernente ao Ensino Médio, se manteve abaixo da média desta Região Norte que foi de 22.3%. A diferença do Acre em relação ao Norte do país estabeleceu-se de forma mais acentuada no nível do Ensino Superior, chegando a quase 50% a distância entre o Acre e o Norte, visto que a média da Região Norte fixou-se na faixa de 4.8% dos alunos com 15 anos ou mais que lograram concluir a graduação para o ano de 2008.

Queremos sublinhar um último confronto de dados empíricos, disponíveis do quesito educação para as várias modalidades de ensino da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Alfabetização de Jovens e Adultos, Supletivo), a fim de assegurarmos o caráter geral de prosperidade que tem demonstrado

nestes últimos anos o rendimento escolar, no Acre, fazendo uso das fontes de informações do Censo Escolar 1999 e 2008, do Instituto Nacional de Pesquisa e Estatísticas Educacionais do Brasil – Inep\Mec, para o intervalo intercalado 1999-2008, em cuja ênfase destacaremos, nomeadamente, os indicadores que dizem respeito aos rendimentos, classificação da escolaridade e do aprendizado acreano, bem como os aportes brutos de ingresso na escola.

No Censo Escolar 1999 (INEP\MEC, 2000) consta que foram efetuadas um total de 19.069 matrículas na Educação Infantil, incluindo, as matrículas em Creche (451), Pré-Escola (17.219), e Classes de Alfabetização (1.399). Na modalidade de classe em Pré-Escola, o total das matrículas efetuadas compreenderam tanto registros para a zona urbana (15.659) quanto zona rural (1.560), da soma destas 17.219 matrículas listadas acima. Nestes três níveis de Educação Infantil, a vinculação das matrículas correlacionaram-se, do ponto de vista administrativo, com a oferta escolar da rede de ensino estadual, federal, municipal e ensino privado, com a ressalva de que o ensino particular não atua nas zonas rurais do Acre para nenhum nível da Educação Infantil, bem como para o Ensino Médio ou Fundamental. Também, importa sublinhar que dos níveis referidos de ensino da Educação Infantil, somente a Pré-Escola computou matrículas nas zonas urbana e rural, não ocorrendo o mesmo com o ensino em Creche, ou nas Classes de Alfabetização, que não foram oferecidos nas áreas rurais do Acre. Em 2006, o número de matrículas dessa classe escolar já alcançava a quantidade de 27.244 registros (ACRE EM NÚMEROS, 2007-2008, p. 45).

No Ensino Regular, referente ao de nível Fundamental, o número de matrículas escolares efetuadas, no ano de 1999, totalizou 144.284 inscrições, na rede Federal (297), Estadual (90.815), Municipal (46.284) e Ensino Privado (6.888). Deste valor, 45.784 matrículas correspondiam ao ensino na zona rural. No ensino Fundamental, a administração federal, assim como o particular não ofereceram nenhuma modalidade de classes, sendo a rede estadual e municipal as que exercem a cobertura completa do serviço de educação público. Uma informação pertinente refere-se à quantidade de matrículas do Ensino Fundamental na zona rural em que a faixa etária que mais demanda por matrículas está relacionada com as pessoas com idade entre 7-14 anos. Das 45.784 matrículas da zona rural, somente 520 delas foram efetuadas por pessoas de faixa etária de 29 anos ou mais, sendo que os jovens entre 11-17 anos de idade (correspondendo a 3.564 matrículas) estavam cursando de 5ª a 8ª séries, corrigindo aquela velha idéia de que na zona rural só habitam anciãos e de que as séries mais altas são cursadas por aqueles de maiores idades. Em 2006, no Ensino Fundamental estavam inscritos 155.829 estudantes.

Ensino Médio. Nessa modalidade de ensino houve, em 1999, um total de 22.832 matrículas efetuadas, sendo 241 delas direcionadas à zona rural, incluindo as quatro redes administrativas de ensino, federal (108 matrículas), estadual (20.727 matrículas), municipal (343 matrículas) e ensino particular (1.654 matrículas), as quais operaram de forma conjunta, mas somente para o caso das escolas em atividades nas cidades, porque, na zona rural fizeram-se ausentes tanto a instituição federal quanto o ensino particular. Neste nível de classe, novamente, na zona rural a demanda por matrículas concentrou-se na faixa etária das pessoas entre 20-24 anos de idade. As pessoas com idade igual ou acima de 29 anos efetivaram somente 53 matrículas. No conjunto geral das matrículas por séries, observa-se que o 1º ano do Ensino Médio registrou 9.826 inscrições, o 2º (6.473), o 3º (4.952), 4º (852), e as classes não seriadas ficaram com 729 matrículas. No Ensino Média, em 2006, as matrículas avançaram para 32.044 inscrições (ACRE EM NÚMEROS, 2007-2008, p. 45).

Educação Especial. Os alunos portadores de necessidades especiais entre as quais se destacam a visual, auditiva, física, mental e múltipla, no ano de 1999, demandaram um número total de matrículas da ordem de 975 inscrições, correspondendo ao ensino em Creches de Estimulação Precoce (109), Pré-Escola (302), Fundamental (535), Educação de Jovens e Adultos\Supletivo (2), e outros tipos de ensino (27 matrículas). Em 2006, o Ensino Especial, o número subiu para 1.230 matrículas.

Por fim, no Ensino de Educação de Jovens e Adultos\Supletivo, o total de matrículas processadas foi de 25.004, distribuídas nos níveis de Alfabetização, com 626 delas, Fundamental, com 20.211, e Ensino Médio com 4.167 matrículas, incluindo a administração estadual, municipal e ensino particular. A faixa etária de mais interesses por matrículas, nessa modalidade de escolaridade, fixou-se entre àqueles alunos de idade circunscrita entre 15-19 anos, que corresponderam a 8.621 registros escolares. Em 2006, as matrículas chegavam à casa dos 40.546 registros (ACRE EM NÚMEROS, 2007-2008, p. 45)..

Em 1999, o Acre, para atender todos esses níveis de classes escolares da Educação Básica, contou com um total de 9.157 docentes efetivos em salas de aula nas escolas dos centros urbanos e 2.418 de professores na zona rural. Do conjunto das administrações de ensino atuando nas cidades, 38 do pessoal docente eram da rede federal, 6.166 da estadual, 2.257 da rede municipal, e 696 do ensino particular. Como vimos, nos espaços rurais predominou a atuação do ensino público, oferecido pelas administrações estaduais ou municipais, e em alguns casos, a administração federal exerceu presença no campo. Estes professores contaram, em 1999, com um total de 1.622 estabelecimentos escolares nas cidades e 1.295 nas áreas rurais, além de mais 57 instalações voltadas para a educação dos povos indígenas.

O resultado dos trabalhos docentes e presença efetiva dos discentes em salas de aula rendeu, no nível do Ensino Fundamental, converteu-se num quantitativo de aprovação média geral de 93.742, equivalente a um percentual de 64,97% de aproveitamento dos alunos que cursavam as diferentes séries para o total de 144.284 matrículas. A distribuição dos aprovados por esfera administrativa de educação correspondeu a 251 alunos do ensino federal, 59.576 aprovações na esfera estadual, 27.338 na municipal e 6.577 no ensino particular. Deste total de 93.742 aprovações, 25.493 delas foram relativas ao ensino da zona rural, que respondeu com rendimento positivo de aprovados, da ordem de 56,22% do total das matrículas da zona rural (45.784 matrículas) e 98.500 matrículas, concernentes à zona urbana, que respondeu com 69,28% de aproveitamento. As reprovações no Ensino Fundamental chegaram à faixa estatística de 19.946 discentes, média geral de 13,82% de não-aproveitamento escolar, sendo 11 deles da rede federal, 12 estadual, 7.715 municipal, e 187 do ensino particular. Deste total, correspondia a zona rural o número 9.007 reprovados, que fizeram com que o percentual de desempenho ficasse negativo em 19,67% de não-aproveitamento, onde 4.159 das reprovações rurais pertenciam à rede estadual e 4.848 ao ensino municipal. As 10.939 reprovações localizadas na zona urbana dos municípios responderam por 11,10% de não-aproveitamento escolar. Neste ano de 1999, os concludentes do Ensino Fundamental chegaram ao número de 5.965 alunos (74,20 aproveitamento do total de 8.038 cursando a 8ª série), destes, 3.222 eram mulheres e 2.743 homens.

No Ensino Médio a estatística total dos aprovados foi de 14.803, resultando numa média geral de aproveitamento escolar de 64,83% do total de 22.832 matrículas efetuadas. Destas 14.713 aprovados eram estudantes da zona urbana (64,44% de

aproveitamento) e 90 deles da zona rural, equivalente a 37,34% de rendimento escolar. Os reprovados totalizaram 820 alunos (3,59% não-aproveitamento), 818 deles (3,58% não-aproveitamento) estudavam nas cidades e 2 reprovações no campo (0,82% não aproveitamento). Neste ano de 1999, dos 3.638 alunos que conseguiram concluir o Ensino Médio (62,68% de aproveitamento relativo aos 5.804 discentes das últimas séries) 1.487 eram homens e 2.151 mulheres. Nos dois níveis de formação da Educação Básica constatase, com frequência, um número maior de concludentes do sexo feminino, em comparação com os masculinos.

As notas médias do Enem (2008), referentes ao Ensino Médio mensuram o desempenho empírico desta fase educacional dos estudantes do Acre. Elas constataram que, no ano de 2008, o aproveitamento dos discentes acreanos situou-se abaixo da nota média nacional geral (49,60) para o Ensino Médio Regular\Magistério e Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos, de (45,72), 7,82% de rendimento negativo em comparação a média brasileira; percentual negativo também de 6,69% para o Ensino Médio Regular\Magistério (46,28); e 22,17% para os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (média de 38,60). Em comparação com a Região Norte (EMR e EJA – 45,96; EMR – 46,54; EJA – 39,64), o desempenho escolar para essas mesmas fases de ensino permaneceram praticamente equiparados no Acre, que apresentou nota média geral de 45,72 para EMR e EJA, 46,28 para EMR, e 38,60 para EJA, em 2008. A nota média geral, do Município de Rio Branco para as fases de ensino EMR e EJA, EMR e EJA, ficaram em torno de 46,50; 47,02; 40,06, respectivamente, conforme ilustra o quadro abaixo.

Tabela 31. Médias do Enem por Município e por Escolas dos Alunos Concluintes do Ensino Médio em 2008 (Acre)

Níveis	Modalidades	Prova Objetiva	Média Geral	Objetiva com correção	Média Geral com correção
BRASIL	EMR e EJA	40,53	49,60	39,70	48,92
	EMR	41,11	50,14	40,27	49,46
	EJA	32,93	42,31	32,25	41,72
Região	EMR e EJA	34,85	45,96	34,13	45,34
	EMR	35,32	46,54	34,59	45,90
	EJA	29,82	39,64	29,21	39,10
Estado	EMR e EJA	34,35	45,72	33,64	45,10
	EMR	34,85	46,28	34,13	45,64
	EJA	28,19	38,60	27,62	38,07
Município	EMR e EJA	35,64	46,50	34,90	45,86
	EMR	36,15	47,02	35,40	46,36
	EJA	29,53	40,06	28,92	39,50

(fonte: Inep\Mec\Censo Escolar, 2008).

Nota:

* **EMR** = Ensino Médio Regular e/ou Ensino Médio Regular - Normal/Magistério.

* **EJA** = Escolas que possuem o Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos (Presencial ou Semi Presencial).

* **EMP** = Ensino Médio Regular e/ou Ensino Médio Regular - Normal/Magistério e/ou Ensino Médio integrado à Educação Profissional.

* **SC** = Sem Conceito (escola com menos de 10 alunos matriculados nas series finais do Ensino Médio ou no EJA; ou menos de 10 alunos concluintes participantes no ENEM 2008; ou escolas em que nenhum dos participantes concluintes fez a Redação).

Merece dizer que a elevação da nota média geral do ensino no Acre ter sido bastante influenciada pelos patamares das notas médias dos estudantes do ensino da rede particular, que lograram os melhores desempenho no processo de avaliação para o ano de 2008 do Enem e o ensino da administração federal. As escolas da rede estadual não ultrapassaram a nota média geral da casa dos 4 pontos. Uma das melhores notas médias, geral, desta esfera administrativa foi a Escola Arena da Floresta com 47,60, a Escola Estadual Alcimar Nunes Leitão com nota 46,73 e o Colégio Estadual Barão do Rio Branco que alcançou o conceito de 46,48. As demais escolas estaduais ficaram abaixo desses valores. O Centro Educacional e Cultural, conhecido como Colégio Meta, da rede particular, por exemplo, alcançou a nota média geral de 59.20 pontos e o Centro Educacional Lato Sensu também da rede privada, obteve nota média geral de 61.63. Do mesmo modo, o Colégio de Aplicação, da administração federal, embora na casa dos quarenta pontos, conseguiu o melhor conceito do ensino público, com 49,74 pontos. Considerando a nota média geral destas escolas elencadas todas sediadas nos centros urbanos, o conceito da zona rural não deixou a desejar. Na escola Dr. Santiago Dantas, por exemplo, a nota média geral girou em torno de 42.07 tanto para as fases EMR e EJA quanto para EMR, respectivamente (Censo Escolar, Inep/Mec, 2008).

Nas escolas do município de Cruzeiro do Sul, as médias gerais de desempenho do Ensino Médio permaneceram mais ou menos equiparadas com o desempenho das escolas da cidade de Rio Branco, segundo demonstra o quadro com as notas médias gerais de todas as escalas daquela cidade do Juruá.

Tabela 32. Notas Médias do Enem por Município e por Escolas dos Alunos Concluintes do Ensino Médio em 2008

Região: Norte	Níveis	Modalidades	Prova Objetiva	Média Geral	Objetiva com correção	Média Geral com correção
UF: AC						
Município: Cruzeiro do Sul	BRASIL	EMR e EJA	40,53	49,60	39,70	48,92
Localização: Todas		EMR	41,11	50,14	40,27	49,46
Rede de Ensino: Todas		EJA	32,93	42,31	32,25	41,72
Dep. Administrativa: Todas	Região	EMR e EJA	34,85	45,96	34,13	45,34
		EMR	35,32	46,54	34,59	45,90
		EJA	29,82	39,64	29,21	39,10
	Estado	EMR e EJA	34,35	45,72	33,64	45,10
		EMR	34,85	46,28	34,13	45,64
		EJA	28,19	38,60	27,62	38,07
	Município	EMR e EJA	32,71	46,39	32,03	45,75
		EMR	33,46	47,21	32,78	46,56
		EJA	23,87	36,68	23,37	36,18

(Censo Escolar, Inep\Mec, 2008).

As duas maiores médias gerais das escolas estaduais do município de Cruzeiro do Sul foram da Escola Estadual Dom Herinque Ruth (média geral de 48,48) e Escola Estadual Flodoardo Cabral (média geral 48,10), ambas do ensino médio. A Escola Estadual Dr. Valério Caldas de Magalhães alcançou média geral de 39,05 e a escola Manoel Braz de Melo, na zona rural, pontuou média geral de 43,56 para as classes do Ensino Médio\Regular e Educação de Jovens e Adultos. Contudo, a melhor pontuação foi alcançada pelo Instituto Orfanológico Santa Teresinha (média geral de 55,72) de ensino particular.

4.3.4. Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do Acre

Concluiremos esta seção considerando a premissa de Maria Janete dos Santos (2005), segundo a qual “...quanto maior o desenvolvimento humano e [econômico] de uma área melhores são as condições de vida da população. Quanto mais elevadas são as taxas de alfabetização, maior a tendência de melhorias nos níveis de consciência ambiental da população, portanto, de comportamentos e práticas mais racionais. Quanto maiores os níveis de pobreza, maiores as deficiências de alimentação, habitação (saneamento básico), educação, saúde, e maiores as pressões antrópicas sobre os recursos naturais” (SANTOS, 2005, p. 17). Tal formulação sobre a correlação entre a função do desenvolvimento humano e progresso econômico e, conseqüentemente, seu impacto nas melhoras do bem-estar e consciência social, já havia sido expressada há bastante tempo pelo antigo pressuposto geral de Luiz Angel Rojo, quando assinalou que o motor do desenvolvimento econômico não era formado exclusivamente por investimentos em capital material produtivo, senão que desempenhava um papel decisivo nos gastos em educação, em saneamento, saúde, isto é, em capital humano que, por efeito, transformam-se em capital produtivo, especialmente qualificado (ROJO, 1965).

Com o propósito de verificar essa interdependência da relação entre progresso econômico e desenvolvimento humano, buscaremos encerrar essa investigação, trazendo o Índice de Desenvolvimento Humano como maneira de aferir o produto final do desenvolvimento sustentável do Governo da Floresta, que, segundo seus formuladores, proporcionaria a elevação das condições materiais e humanas do conjunto da população do Acre, na medida em que a essência fundamental orientadora do seu desenvolvimento sustentável enfatizava que a preservação da floresta, a participação da sociedade local, associadas à manutenção de seus habitantes em seus locais de moradia, conduziam à melhoras da qualidade de vida de seus habitantes (SANTANA JR, 2004), algo semelhante à prosperidade, que havia ocorrido no Sul da Itália, guardadas às devidas ressalvas, conforme tinha evidenciado Robert Putnam (1996) no seu livro *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*.

Tem-se, portanto, que os indicadores do índice do desenvolvimento humano consistem em ferramenta fundamental para qualificar o nível de desenvolvimento obtido pelas sociedades modernas. Eles começaram a ganhar importância em 1947, quando o PIB passou a mensurar o grau de desenvolvimento econômico das nações. Nos anos 1970\1980 incorporou medidas para calcular as mudanças sociais. Nos anos de 1990, com o tema do

meio ambiente ganhando ressonância no cenário mundial, passou a integrar variáveis ambientais para combinar os medidores de desenvolvimento sustentável. Inicialmente o IDH foi elaborado pela ONU, com o objetivo de mensurar o nível do progresso dos países. O PNUD, posteriormente, adicionou outras variáveis de aferição do IDH, não somente limitadas à questão da renda, mas considerando também fatores que alcançassem as melhorias sociais, como educação e saúde. Atualmente, o IDH considera os componentes, Educação, Renda, Longevidade, levando em conta as variáveis relativas à educação (alfabetização e taxa de matrícula), à longevidade (esperança de vida ao nascer), e à renda (PIB per capita). Na década de 1990 buscaram-se indicadores para cobrir o nível de sustentabilidade ambiental das políticas públicas, a partir da formulação do conceito de desenvolvimento sustentável, amadurecido com a ECO 1992, pela Confederação das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. O índice do IDH varia de 0-1, onde 0 significa nenhum desenvolvimento e 1 representa o total de desenvolvimento, em que países com IDH entre 0,499 são considerados baixos; países entre 0,5 a 0,79 são considerados médios; maior que 0,8 é considerado alto (SANTOS, 2005, p. 23).

Todo o percurso que trilhamos, agora, pode ser sintetizado, empiricamente, de forma bastante compreensível, pela disposição estatística do IDH-M do Acre, medida que consubstancia a variação da dinâmica do desenvolvimento econômico e social local. O quadro abaixo indica, para a série temporal 1970-2000, o movimento geral de tal desempenho, incluindo todos os municípios do Estado.

Tabela 33. Escala do IDH-M do Acre (1991-2000)

Brasil, Regiões Municípios	Estados,	1970	1980	1991	2000	2000	2005	2008
					Classifica ção	IDH-M		
<i>Brasil</i>		0,462	0,685	0,742		0,766		
<i>Região Norte</i>		0,391	0,572	0,617		0,725		
Estado do Acre		0,347	0,506	0,584		0,697	0,751	0,751
Rio Branco		0,429	0,659	0,703	1º	0,754		
Senador Guiomard		---	0,466	0,608	2º	0,701		
Epitaciolândia		---	---	0,600	3º	0,684		
Plácido de Castro		---	0,449	0,572	4º	0,683		
Acrelândia		---	---	0,580	5º	0,680		
Assis Brasil		---	0,358	0,575	6º	0,670		
Brasiléia		0,334	0,422	0,551	7º	0,669		
Xapuri		0,300	0,404	0,564	7º	0,669		
Cruzeiro do Sul		0,316	0,429	0,605	8-9º	0,668		
Porto Acre		---	---	0,564	10º	0,663		
Sena Madureira		0,294	0,446	0,545	11º	0,652		
Mâncio Lima		---	0,387	0,545	12º	0,642		
Bujari		---	---	0,574	13º	0,639		
Capixaba		---	---	0,536	14º	0,607		
Tarauacá		0,239	0,332	0,493	15º	0,604		
Manuel Urbano		---	0,341	0,510	16º	0,601		
Rodrigues Alves		---	---	0,486	17º	0,550		
Feijó		0,287	0,346	0,496	18º	0,541		
Porto Walter		---	---	0,430	19º	0,540		
M. Thaumaturgo		---	---	0,402	20º	0,533		
Stª R. do Purus		---	---	0,452	21º	0,525		
Jordão		---	---	0,362	22º	0,475		

Fonte: PNUD\IPEA\JFL – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1998, 2000. In: Santos (2005) (*grifo nosso*)

Os indicadores do IDH-M revelaram que, no Acre, ocorreu um desenvolvimento geral, que atingiu o conjunto dos municípios do estado, no intervalo da década de 1970 a 2000, perfazendo uma média de 27,1%. Houve um incremento quantitativo da ordem de 45,8% para o intervalo das décadas de 1970-1980, englobando a situação da renda, educação e longevidade. Entre 1980-1991, o desempenho foi de 8,30%, elevando-se para 27,18% nas décadas de 1991-2000. O Acre, durante esse período de trinta anos, obteve desenvolvimento de 100,86% IDH, quando saltou de 0,347 ponto, em 1970, para 0,697, em 2000. Esse crescimento progressivo geral foi suficiente para tirar o estado de um baixo índice de desenvolvimento e colocá-lo entre as cidades médias do país, não obstante, se posicionando sempre inferior à média nacional (1970 = 0,462; 1980 = 0,685; 1991 = 0,742; 2000 = 0,766) para todos os períodos referidos, assim como também seu desempenho ficou abaixo da média dos estados da Região Norte (1970 = 0,391; 1980 = 0,572; 1991 = 0,617; 2000 = 0,725). Em 2005, o IDH do Acre passou para 0,751, melhorando as condições de saúde (IDH-L 0,763), educação (IDH-E 0,844), embora piorando na condição de renda dos acreanos, com o decréscimo do IDH-R de 0,692, em 2000, para 0,647, em 2005.

Se tomarmos os dois principais centros municipais, em termos populacionais e desenvolvimento econômico, Rio Branco e Cruzeiro do Sul, observar-se-á um ritmo levemente variado para o IDH-M nessas duas cidades, mais favorável para população da capital Rio Branco, embora a prevalência ascendente se mantenha para os dois municípios. No caso de Rio Branco, capital estadual, entre as décadas de 1970-1980, o percentual de crescimento alcançou a faixa de 53,61% de incremento, saindo de 0,429, em 1970, para 0,659, em 1980. Teve um desempenho bastante negativo em relação ao período precedente obtendo desempenho de 6,67% para o intervalo de 1980-1991, aumentando levemente (7,25%) entre 1991-2000, relativo à elevação do índice IDH de 0,703 para 0,754, para o período. Na série 1970-2000, a performance alcançada foi de 75,75% de desenvolvimento, com a subida do indicador de 0,429 para 0,754 pontos do IDH, na capital Rio Branco.

Já em Cruzeiro do Sul, o desenvolvimento para a série 1970-2000 registrou desempenho médio de 111,39%, embora a performance seja superior ao da capital, o IDH da população cruzeirense permaneceu abaixo (1970 = 0,316; 2000 = 0,668), dos indicadores correspondente à cidade de Rio Branco (1970 = 0,429; 2000 = 0,754). Entre 1970-1980, o percentual de crescimento do IDH, em Cruzeiro do Sul, foi de 35,75%, elevando o índice de 0,316 pontos para 0,429 pontos, respectivamente. O IDH subiu de 0,429 para 0,605, registrando crescimento de 41,02% entre 1980-1991. Finalmente estabeleceu-se com o desempenho de 10,41% no período de 1991-2000, quando o IDH chegou a 0,668 pontos.

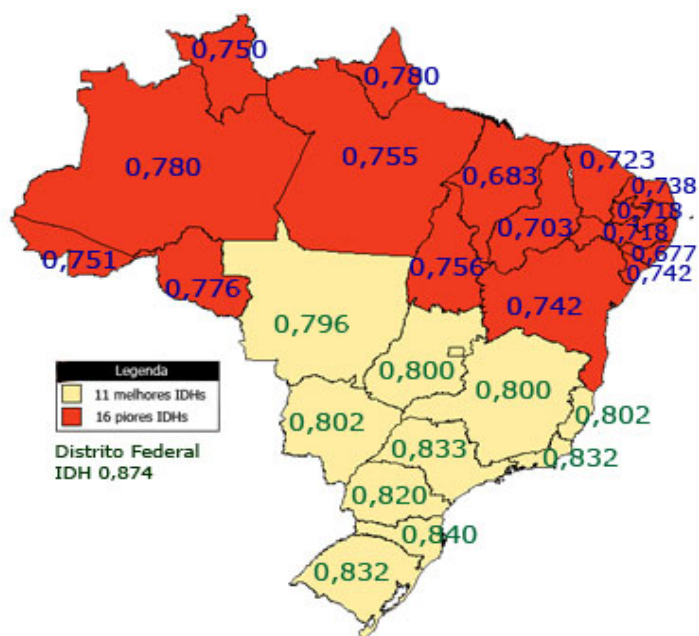
Nos quesitos renda, educação e longevidade, para a série 1970-2000, com uma única exceção registrada na variável longevidade (Cruzeiro do Sul 1980 = 0,571; Rio Branco 1980 = 0,531), a cidade de Rio Branco apresentou um desenvolvimento mais elevado, se comparado com o município de Cruzeiro do Sul, para as três dimensões referidas. Na questão da renda, Rio Branco mostrou melhora do incremento econômico familiar de 70,04%, subindo de 0,414 pontos para 0,704 pontos do IDH-R da série, com destaque para o período 1970-1980, quando este percentual correspondeu a 115,45% de desempenho. O melhor desenvolvimento registrado na capital foi em relação à variável educação (104,76%) que subiu de 0,420 pontos para 0,860 pontos, dentro do período 1970-

2000. O indicador de expectativa de vida, longevidade, apresentou crescimento médio de 53,18%, elevando-se de 0,455 pontos para 0,697. No caso de Cruzeiro do Sul, os melhores desempenhos ocorreram no nível de renda e educação, que registraram incremento percentual de 237,85% e 120,48% respectivamente, correspondendo à elevação da renda de 0,177 pontos para 0,598 pontos e da educação de 0,327 pontos para 0,721 pontos do IDH. Na variável longevidade, o percentual de desenvolvimento foi de 54,27%, com a subida do indicador de 0,444 para 0,685 pontos. Nota-se, pelos dados apresentados, que a educação foi o fator positivo que influenciou a elevação do IDH-M da cidade de Rio Branco, ao passo, que em Cruzeiro do Sul o IDH-M foi puxado, principalmente, pelas variáveis de renda e educação, juntas.

A respeito da variável renda de Rio Branco, entre 1970-1980, essa ocorrência deu-se pelo contexto sócio-econômico do período, quando se vivenciou a desarticulação da economia da borracha e se direcionou as políticas econômicas e os investimentos para a agropecuária, em grande efervescência, naquele momento em que houve significativos investimentos em empreendimentos de criação de gado e extração madeireira, com a instalação de muitas destas empresas na região. Também o aparelho estatal em expansão, provavelmente, incorporou em seus quadros, uma quantidade significativa de funcionários públicos com a instalação de novos departamentos do governo estadual, bem como ocorreu a instalação de sedes de representações federais no estado, como o INCRA, o que certamente concorreu para elevar o indicador de renda daquela época, na capital.

O Acre, com IDH de 0,697, em 2000, situou-se entre aqueles municípios brasileiros considerados como de porte médio do IDH, pois se encontra no intervalo entre 0,5 a 0,79 pontos que define o desenvolvimento do tipo médio, embora com desempenho inferior,

mantém-se dentro da média de classificação nacional, cujo IDH é de 0,766. Em relação aos demais estados do país, o Acre ocupou a posição 21ª, em 2000. No ano de 2008, o Acre saltou para a 16ª posição, melhorando, significativamente, o IDH estadual passando para 0,751 o índice de desenvolvimento humano (Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil, 2008). Os melhores indicadores nacionais para o ano de 2000 pertencem ao Distrito Federal (0,844), Santa Catarina (0,822), São Paulo (0,82) Rio Grande do Sul (0,814), Rio de Janeiro (0,807), que são considerados estados com alto IDH. Desses estados, com



elevado índice de desenvolvimento, os maiores patamares do IDH-M correspondem às cidades paulistas de São Caetano do Sul (0,919) e Águas de São Pedro (0,908), Niterói\RJ com (0,886), Florianópolis\SC com 0,875, Santos\SP, com 0,871, Bento Gonçalves\RS

(0,87) e Balneário Camboriú\SC com índice de 0,867. As taxas menores estão com a Bahia (0,688), Sergipe (0,682), Paraíba (0,661), Piauí (0,656), Alagoas (0,649), e em último lugar, encontra-se o Maranhão (0,636). No IDH-M, em 2000, o reflexo dessas performances de desempenho pode ser demonstrado pelas sete cidades que apresentaram as piores classificações, foram elas: Caraúbas do Piauí\PI (0,487), Ipixuna\AM (0,487), Araioses\MA (0,486), Centro do Guilherme\MA (0,484), Guaribas\PI (0,479), Traipu\AL (0,479), Jordão\AC, (0,474), e finalmente, Manari\PE, com 0,467 (Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2000).

Fonte: IDH (índice de Desenvolvimento Humano) para os Estados Brasileiros, em 2008, PNUD (<http://br.geocities.com>, 07-10-2010)

No Acre, o ranking de classificação do IDH-M, tem a cidade de Rio Branco, ocupando a primeira posição, com 0,754, seguido por Senador Guiomard, (0,701), Epitaciolândia (0,684), Plácido de Castro (0,683), Acrelândia (0,680), que completam as cinco primeiras posições. O município de Cruzeiro do Sul (0,668) está situado na 8ª posição. Os dois últimos municípios considerados com os menores indicadores do IDH-M do estado é o de Santa Rosa do Purus (0,525) e Jordão (0,475), este último é o único a apresentar o indicador abaixo de 5 pontos, em comparação com todos os demais municípios.

Como forma de termos uma base mais ampla de comparação, convém assinalar o IDH em parâmetro mundial, somente para efeito de confronto de dados. O IDH mais elevado, isto é, a faixa de interseção que se encontra entre 0,802 a 0,935 pontos, situam-se entre os países como Canadá, Austrália, EUA, Noruega e Islândia, assim como quase todas as nações que fazem parte da Europa Ocidental, como Alemanha, França. Na América Latina, as melhores avaliações do IDH compreendem países como Chile, Argentina, Uruguai. Dentre os países com mais baixo IDH, àqueles entre 0,252 a 0,484, figuram os africanos em maioria, como Nigéria, Etiópia, e Serra Leoa (GEO-MUNDI FÍSICO, 2009).

Tomando *stricto sensu*, o IDH como fator de medição do desenvolvimento de uma determinada sociedade, considerar-se-ia que a situação do Acre, em se posicionando dentre aquelas Unidades da Federação do Brasil com taxas medianas de IDH, a sua condição mostra-se um tanto próspera, se levarmos em conta as grandes desigualdades regionais e os enormes obstáculos que se sobrepõem diante de um estado tão pequeno como o Acre, com baixo desempenho tecnológico-industrial, portanto, pouca dinâmica econômica local, com os setores agroextrativistas em consolidação, frágil desenvolvimento em saneamento básico e infra-estrutura social e produtiva bastante limitada, e ainda por cima, com grande dependência dos recursos da União, o que debilita a sua capacidade de investimentos próprios. Malgrado essas considerações, tem-se que reconhecer que nos últimos anos, principalmente, aqueles que compreendem a administração do Governo da Floresta, o desenvolvimento do IDH no Acre tem obtido significativo incremento, com destaque para educação, sobretudo. No entanto, se olharmos para alguns países ao nosso redor e mesmo para muitos estados brasileiros, que apresentam IDH com patamares muito elevados, como as cidades paulistas de São Caetano do Sul (0,919) e Águas de São Pedro (0,908), ou mesmo, Niterói\RJ com (0,886), Florianópolis\SC com 0,875, Santos\SP, com 0,871, Bento Gonçalves\RS (0,87) e Balneário Camboriú\SC com índice de 0,867, constataremos que as possibilidades de desenvolvimento social e humano são muito reais para os dias atuais e não necessitam de mais demonstrações ou experiências empíricas; mas

se, contudo, até o momento, o Acre – e isso também vale para muitos estados e municípios brasileiros, sobretudo os do Norte e Nordeste – bem como os demais estados, ainda não obtiveram uma situação mais favorável, em termos de desenvolvimento humano, semelhantes a estas possibilidades concretas de desenvolvimento econômicos e social existentes, é porque, por alguma razão, persistem os fatores de exclusão e impostura política, que conspiram por manter a desigualdade como a principal responsável pelas precárias condições de existência humana das cidades brasileiras e acreanas.

À luz do que enfatizamos na secção ficou em relevo a idéia de que o Governo da Floresta, eleito em 1999 para dirigir o poder executivo do Acre, foi produto do Movimento Social, desencadeado nas décadas de 1970-1980, de resistência contra a conversão das florestas em pastos para a criação da pecuária e em defesa de um desenvolvimento sustentável da vida na floresta, que garantisse a perpetuidade do uso dos recursos naturais e a reprodução social daqueles que viviam nela. A euforia dos primeiros anos do referido governo, que havia colocado em prática uma política favorável para a resolução dos conflitos sociais através da concordância da regularização fundiária das áreas dos trabalhadores rurais, assumindo as reivindicações destes como parte constitutiva de seu projeto de desenvolvimento, bem como agregada uma base social, respaldada por todos os segmentos da sociedade civil mais progressistas, como maneira de desobstruir os entraves para a dinamização econômica, cedeu lugar à críticas por parte de uma fração da população dos círculos acadêmicos e dos segmentos mais especializados, acerca da condução do curso do desenvolvimento sustentável, que advogava que ele tinha mais elementos de insustentabilidade do que de sustentável, primordialmente as críticas recaiam fazendo referência à continuidade da exploração desordenada dos recursos naturais, dado a persistência do ritmo de desmatamento e a expansão da atividade da pecuária na região, pressionando as áreas de florestas, sem contar com a existência de focos de conflitos por terras em várias partes do Estado, bem como do processo de reconcentração fundiária nas áreas de assentamentos rurais.

A despeito das contestações, o Governo da Floresta seguiu com ampla legitimidade política, frente à maioria social e, não sem razão, porque à sua gestão era-lhe atribuído o mérito de ter conseguido recuperar a capacidade de funcionamento administrativo do aparato estatal, dado melhores condições de trabalho para o funcionalismo público, fomentado a dinamização dos setores econômicos e garantido relativa prosperidade dos indicadores de produção, saúde, educação, e segurança pública, o PIB e IDH-M estadual demonstraram isso. Ademais, tanto no plano nacional quanto internacional, o Acre conseguiu o reconhecimento de suas propostas de desenvolvimento como políticas promissoras e inovadoras do ponto de vista social, econômico e ambiental. Os dados empíricos que dispusemos na secção têm corroborado, em grande parte, com estas constatações, embora a outra parte deles tenha revelado vários indícios que apontam para a manutenção de certas assimetrias. Na variável renda, por exemplo, constatamos que, embora o PIB Estadual e a renda *per capita* tenham praticamente triplicado em termos absolutos na série 1995-2007, onde o PIB saltou de R\$ 1.237.000.000,00 para R\$ 761.000.000,00, acumulando um acréscimo da ordem de 365% de rendimento médio, ao mesmo tempo, em que a renda *per capita* passou de R\$ 2.512,25, em 1995, para R\$ 8.789,49, em 2007, crescimento de 249%, o conjunto da renda da população local tem se alaistrado naqueles extratos com salários mais baixos, onde os segmentos que auferem soldos de menos de meio salários mínimos até menos de 1 salário mínimo chegam a representar mais de 30% da população economicamente ativa, sem contar o nível de

desemprego que alcança mais de 33% da população estadual, para o ano de 2007, bem acima da média nacional que registrou índice de desemprego abaixo dos 9% para este mesmo ano. No que diz respeito aos investimentos, os mesmos têm sido concentrados na cidade de Rio Branco, e nos núcleos mais urbanizados dos municípios, como Cruzeiro do Sul, em detrimento das áreas rurais, que apresentam problemas de trafegabilidade praticamente durante todo o período do inverno acreano. Além disso, as cadeias produtivas, com exceção da pecuária e manejo florestal madeireiro que têm suas fases estruturadas, os demais produtos, no geral, apresentam estrangulamento nas suas várias etapas de intermediação, como transporte, beneficiamento dos produtos, acomodação, registros e marketing, bem como ressentem de uma política de fomento aos mercados local e regional. A derrota eleitoral de Raimundo Barros, em Xapuri, em 2004, primo de Chico Mendes e uma das principais lideranças regionais do sindicalismo rural progressista, depois de 8 anos do governo municipal de Júlio Barbosa, seu aliado nas lutas dos seringueiros, para Vanderlei Viana, do PMDB, prefeito na época em que Chico Mendes foi assassinado, tendo seu currículo com várias passagens pela polícia, antecipou os mesmos problemas que o atual Governo da Floresta mantém insolúvel, qual seja, o de reorientar os investimentos das políticas públicas no âmbito das cidades em detrimento das áreas rurais. A derrota de Raimundo Barros esteve muito ligada ao ressentimento dos trabalhadores rurais de terem sido preteridos pelos investimentos da prefeitura. Na situação de Rio Branco, essa condição se agrava pelo dilema político dos governantes se perceberem na encruzilhada do interesse partidário do voto pela razão simples de não conseguirem compatibilizar a atenção para os 50% da população que mora na capital, com os próximos de 15% da população que vive nas zonas rurais do entorno da cidade, percentual quase insignificante em termos eleitorais se comparado com os moradores urbanos.

No plano das controvérsias sociais, esses obstáculos que elencamos (situação da renda, rural versus urbano, e suas conseqüências, exploração madeireira, pecuária e persistência dos desmatamentos) por incrível que parece ainda não têm se generalizado em termos de inconformismo entre o conjunto da população no sentido de romper o “pacto social” que o Governo da Floresta conseguiu instaurar com a sua ascensão ao executivo governamental do Acre, em 1999. O que os dados sugerem, é que a linha mestra de *concertação* governamental entre os diversos segmentos em torno do projeto de desenvolvimento sustentável ainda se mantém sólido e, praticamente sem contestação substantiva, a insatisfação, ao que parece, vem germinando das periferias urbanas daquelas áreas mais precárias e onde a assistência estatal quase não consegue chegar levando suas políticas de serviço social. Na cidade de Rio Branco, essa situação quase levou a derrota do governo Tião Viana, que foi eleito com (50,51%) para o governo do Acre, com aproximadamente 4 mil votos à frente do candidato Tião Bocalon (49,49%), que, aliás, venceu o candidato governamental na capital, principal centro eleitoral.

Tudo isso tem alertado que, malgrado todos os avanços promovidos pelo governo da Floresta, e eles foram substantivos, ocorre uma significativa decolagem, concernente à amplitude e à profundidade do que o desenvolvimento sustentável proclama em relação à base empírica que ele recobre.

SEÇÃO V. POLÍTICA E SUSTENTABILIDADE: DA DESGOVERNABILIDADE À LEGITIMIDADE DO PODER POLITICO NO ACRE

Agora Nossa História Tem Valor

Há sete anos o povo acreano decidiu mudar a sua história, acabando de uma vez com a associação da imagem do Acre com o **crime organizado, à corrupção e ao atraso**. O Governo da Floresta tornou essa decisão realidade, trouxe de volta **os valores do nosso passado** e recuperou o **respeito do Brasil pelo nosso Estado**. Trabalhando com **honestidade**, enfrentando a corrupção e combatendo o crime organizado, voltamos a ser lembrados como o bravo Estado que fez a Revolução Acreana para se tornar brasileiro.

A **recuperação da qualidade do serviço público** e da **economia regional** nos devolveu o **espírito de independência** cultivado pelo Movimento Autonomista. O compromisso com o **desenvolvimento sustentável e a justiça social** não deixar o mundo esquecer que o Acre é a Terra de Chico Mendes.

Este **resgate dos nossos melhores valores do passado e o presente** de trabalho honesto **devolveu a auto-estima** do povo acreano.

Agora nossa história tem valor. Nosso passado é de glória, o presente é de lutas e o futuro promissor, porque esta é a grande obra construída por todos os acreanos nestes sete anos de trabalho: o nosso Acre valorizado. Governo da Floresta Nosso Acre Valorizado.

(Jornal O Estado. Manchete: Publicidade. Rio Branco, AC, domingo, 2 de abril, Ano 5, nº 289).

Nesta última seção abrem-se conjecturas sobre os fundamentos políticos e culturais que deram legitimidade de poder ao Governo da Floresta, assinalando que eles ultrapassaram o nível da realidade material da dinâmica econômica e se conectaram por detrás dos recalques sociais, ressentimentos históricos que, desde tempos pretéritos, têm empalidecido a vontade de identificação do seu corpo social com as ramificações com a terra/lugar em que tal tecido social se incrusta. Muito além das transformações de ordem econômica, a legitimidade política do Governo da Floresta traduziu-se como a possibilidade de advento da valorização de um sentimento simbólico de identificação social de sua gente, de estima com o lugar, de dizer um lugar que aqui tem gente, que tem consciência política, direção da organização social. Lugar este que não se compraz somente pelo vínculo de sua gente com a terra, mas que reivindica o lugar social de participação no projeto político. Talvez um sentimento ainda não adensado na devida espessura que a identidade social exige em virtude das contradições e incompletudes que o projeto político do Governo da Floresta, todavia, mantém, pois não se disseminou na devida medida pelo conjunto da sociedade do Acre. Esta última Seção procura os indícios desse desenlace mais simbólico do poder político que opera de forma entremeada, mas por cima da camada material e lhe dá sustentação.

Na primeira Seção: *Razões históricas e os elementos endógenos referenciados do Projeto Político do Governo da Floresta*, em que abordamos a formação do Acre, conferindo destaque para a Revolução Acreana e o Movimento Autonomista, consideramos que desses dois movimentos suscitaram-se os componentes políticos, os quais o Governo

haveria de fazer uso deles. O caráter promissor da Revolução Acreana, ao seu término, teve que se conformar com a incompletude da luta política que almejou quando o governo brasileiro anexou-o ao território nacional na categoria de Território Federal do Acre, que por sua natureza político-jurídica, manteve-o sob a tutela do poder da União. Esse embaraço político de não ser reconhecido pelo Estado do Brasil como uma Unidade da Federação a usufruir de Carta Constitucional e de dirigir os rumos de seu próprio Governo nascente, ressaltados os enfrentamentos ocorridos no Congresso Nacional acerca da inconstitucionalidade ou não do ato de transformação do Acre na condição de Território, maculou de forma indelével os brios da população política local que, de maneira muito discreta, foi considerada como incapaz de direção política, justificativa que ganhou apelo sociológico de Euclides da Cunha (1999) e Oliveira Viana (1943) que assinalaram com um olhar bastante dominado pelo etnocentrismo europeu e de maneira bem convergente pelo par binário do moderno versus atraso que aquela gente não gozava de consciência política e organização social, sendo, portanto, impossibilitada de dirigir o seu destino, cabendo ao Estado do país a função de tutelá-los.

O Movimento Autonomista foi a resposta local para tentar preencher essa lacuna de ressentimento político, aberta com a constituição do Território do Acre. Mas mal havia logrado o seu intento político com a elevação do Acre à condição de Estado da Federação do Brasil, em 1962, os governos locais se esbarraram frente ao dilema da economia da borracha em franca decadência, um mercado interno débil para se contrapor à dependência externa da economia extrativa e à emergência dos conflitos sociais no campo. O Movimento Social dos Seringueiros e Indígenas que se desencadeou nas décadas de 1970-1980, foi indicativo de que as máculas políticas se encontravam bem em baixo da camada social do Acre. Os trabalhadores rurais – sobretudo seringueiros – e os grupos indígenas, historicamente espoliados, não encontravam espaço nem ressonância dentro das medidas políticas e econômicas governamentais do Acre. A investida da pecuarização nas terras acreanas, por incentivos estatais aumentando a exclusão social e solapando as bases dos recursos naturais, com grandes desmatamentos florestais, fontes nas quais os seringueiros e indígenas encontravam seu sustento e reprodução social, apontaram para o estrangulamento das relações sociais locais e criaram os fundamentos sobre os quais se instalaram o inconformismo e a revolta dos trabalhadores e indígenas na disputa por espaços de poder, na esfera estatal.

Os fatos históricos da formação do Acre e os sentidos empíricos e simbólicos inerentes a eles, pela primeira vez na vida social local, arrolaram os acontecimentos de tal sorte a colocá-los emparelhados, juntos com todas as suas contradições e paradoxos em confronto, até então insolúvel, manifestando-se dentro de um mesmo evento de tempo-espaço, qual seja, o da problemática da definição do desenvolvimento local. Todavia não havia de ser qualquer tipo de desenvolvimento, porém a exigência precípua de um projeto político de desenvolvimento, que desse conta da incompatibilidade das atividades produtivas em curso e incorporasse os seguintes elementos anteriormente negligenciados que evidenciamos nas partes precedentes.

As lições e os elementos que estes três movimentos históricos geraram estavam, assim, descritos para o Governo da floresta, o qual teria que se posicionar diante deles ou para afirmá-los ou par negá-los: i) a pecuária que desmatava a floresta e a produção extrativista que dependia da permanência das árvores em pé; ii) a formação de um mercado interno diante do declínio do mercado de exportação; iii) a valorização da agricultura, desenvolvida por camponeses pauperizados e desprotegidos; iv) a incorporação dos

segmentos do trabalho rural – seringueiros e indígenas, principalmente – que quando não excluídos, certamente, foram subestimados pelas políticas públicas; v) a integração geográfica das regiões do Acre cujo os principais vales permaneciam praticamente sem nenhuma ligação política e\ou econômica interna, os Vales do Acre e o Juruá; vi) por fim, a insuficiência de laços de sociabilidade e enraizamento que articulasse o tecido social acreano, fragmentado por conflitos múltiplos, decorrente dos antagonismos de interesses dos vários segmentos do trabalho. Além destes elementos históricos se somaram os problemas daquele momento presente que compreende a quadra temporal da década de 1990.

Os governos estaduais que se sucederam após estes conflitos sociais sobre os rumos do desenvolvimento como, principalmente, o de Flaviano Melo (1987-1990), Romildo Magalhães (1991-1994) e Orleir Cameli (1995-1998), e que antecederam ao Governo da Floresta, por uma razão ou por outra, ou por várias razões simultâneas, não conseguiram responder ao conjunto dos desafios que estavam colocados, a partir das décadas de 1970-1980, seja por que não fizeram uma leitura cuidadosa dos mesmos, seja porque suas tendências político-partidárias guardavam ranços sociais que não podiam ser compatibilizados com tais empreendimentos. Na gestão de Flaviano Melo (1987-1990) basta dizer somente que o seu governo foi o palco político em que se deu o assassinato de Chico Mendes. Na administração do senhor Romildo Magalhães (1991-1994), que, aliás, era vice do governador eleito, Edmundo Pinto, vigorou o ressentimento contido e o medo disfarçado da população local, dado pelo assassinato do governador Edmundo Pinto, em 1991, na capital de São Paulo, quando se dirigia para Brasília, para denunciar a corrupção das contas Flávio Nogueiras, do Governo Flaviano Melo, que até hoje permanece insolúvel a autoria do crime. Acresce à sistemática insegurança que rondava o Acre devido à atuação do esquadrão da morte, montado por dentro do próprio esquadrão policial do Acre. O funcionalismo público passava meses sem receber salários, de modo que sua administração foi um verdadeiro caos. O governo de Orleir Cameli (1995-1999), ao que pese os investimentos em rodovias, com o objetivo de promover a integração dos municípios acreanos e dinamizar a economia estadual, envolveu-se em uma série de escândalos, sendo acusado de corrupção e narcotráfico. Estes fatos foram noticiados pela mídia nacional (SANT'ANA JR, 2004).

A epígrafe que dispusemos no início dessa Secção com o título *Agora Nossa História Tem Valor* contém algumas palavras-chaves que compõem o Projeto Político do Governo da Floresta que, em síntese, poderiam ser resumidas no resgate dos valores do passado; o trabalho com honestidade; a qualidade dos serviços públicos; recuperação da economia da região; o compromisso com o desenvolvimento sustentável e a justiça social. A recuperação destes aspectos teria devolvido a auto-estima dos acreanos e transformado a imagem do Acre, frente às demais regiões do país com a inversão das suas manchetes policiais.

O objetivo desta Secção consiste em tentar compreender como se deu o processo de organização do conjunto desses componentes históricos a que fizemos referência acima e a que tipo de perfil político e\ou a que forças sociais eles se compraziam enfeixar-se para serem incorporados, visto que se sucederam vários governos, anteriores ao do Governo da Floresta, e nenhum deles haviam sido capazes de equacionar os problemas colocados para o desenvolvimento do Acre, que para todos eles já estavam dados, a saber, o de promover mais dinâmica econômica, mais estabilidade social e mais legitimidade do poder político governamental.

5.1. O desenvolvimento como projeto político-social de compatibilização dos interesses no Acre

O processo de desenvolvimento econômico, em sentido restrito, implica uma ação política orientadora de tal processo. Ocorreu que, com a crise de representatividade da política que abriu o século XXI (SANTOS, 2001; SILVA, 2006), o desenvolvimento econômico seguiu seu próprio destino através do princípio de maximização do lucro, mas não contava que o seu rastro de deterioração da capacidade das forças do trabalho, exclusão social, e principalmente, esgotamento dos recursos naturais (LEFF, 2000), dos quais se alimentava, estava lhe abrindo uma cova funda para o seu próprio precipício, no qual acabaria por sucumbir-se dentro dela. As respostas mais efetivas contra o avanço do “moinho satânico” vieram da combustão política dos movimentos sociais de trabalhadores pauperizados, camponeses e indígenas, camadas médias, que respaldaram as vitórias eleitorais, de governos progressistas na América Latina, como Hugo Chaves, na Venezuela, do líder indígena Evo Morales, na Bolívia (2005), da socialista Michelle Bachelet (2006), no Chile, e do governo de Luis Inácio Lula da Silva no Brasil (2002), seguidos por Nestor Kirchner, na Argentina, e líderes de igual calibre no Uruguai e Equador, a partir do princípio do século XXI. Esse debate das idéias políticas, que havia sido enegrecido pelas políticas neoliberais, segundo Luis Fiori, foi sendo aberto novamente por políticos não familiarizados com as discussões eminentemente teóricas, dos clássicos da esquerda socialista marxista européia, pois eram “...homens que defendem valores éticos, sociais e políticos populares, nacionais e igualitários (...) e criticam o intervencionismo dos EUA” (FIORI, 2007, p. 99).

De todos esses casos, o ensinamento principal que ecoou para o começo do século XXI foi o de que a política, ao contrário do que se anunciava com o fim da história (SANTOS, 2002), consistia no essencial princípio de direção da vida social e de que, portanto, ele permanecia mais vivo do que nunca, por uma razão muito simples, a de que o desenvolvimento econômico e social das sociedades modernas era coisa demasiado séria para ficar a cargo exclusivo de planejadores econômicos sem o devido direcionamento estatal da política econômica. E a presença do Estado, por pressuposto, enquanto aparelho instrumental da força política, tornara-se indispensável para coordenar, regular, fomentar, e direcionar o desenvolvimento de modo que o desenvolvimento humano realmente resultasse na sustentabilidade da vida material e social e na perpetuidade dos recursos naturais. O ingrediente primaz, para que tal objetivo fosse alcançado implicava em amparar o Estado nas forças propulsoras da sociedade civil, dando maior espaço de participação social. A esse respeito, Giovanni Arrighi (2001) demonstrou que os períodos de prosperidade econômica e/ou os de transições das grandes turbulências de expansão comerciais haviam sido intermediados por amplos “pactos sociais”, que deram estabilidade aos países hegemônicos dos sistemas políticos e econômicos. “A tese central é que as expansões sistêmicas do comércio e da produção, que caracterizam cada período de hegemonia, basearam-se em pactos sociais entre grupos dominantes e subordinados” (ARRIGHI, 2001, p. 161).

Mas como foi dito, na década de 1990, a turbulência e a instabilidade política foram os traços mais gerais que caracterizaram a política mundial e a situação dos Estados nacionais (ARRIGHI, 2001, p. 220). No entanto, a insatisfação de amplos setores da população dos países onde a política neoliberal foi aplicada, na íntegra, como a brasileira, as abordagens contemporâneas sobre o desenvolvimento sofreu uma alteração significativa em sua análise, invertendo a antiga visão neoliberal. Ganha legitimidade a idéia de

desenvolvimento, articulando estabilidade econômica, ética com justiça social e sustentabilidade ambiental, como componentes indissociáveis para alcançar o bem-estar coletivo (DINIZ, 2009).

Embora estejamos tratando da situação de um Estado-membro, o Acre, cuja particularidade o mantém como integrante do Estado federal do Brasil, o ambiente interno em que ele se insere estava assaz, influenciado pelos reflexos da ordem mundial, e nacional, mas com tonalidades especificamente locais, conforme já explicitamos os seus aspectos instáveis em momentos precedentes.

Tem-se, portanto, que a ascensão do Governo da Floresta, em 1999, ao poder do executivo estadual do Acre, ocorreu dentro deste contexto político-econômico generalizado, acrescido de que, no plano local, o desafio de salvaguardar a manutenção dos recursos naturais, por dentro de um projeto político governamental, ainda estava por se fazer: os conflitos no campo continuavam; a insegurança persistia com assassinatos inauditos e incógnitos; o campo vivia apartado das cidades, socialmente, como lugar do atraso e pela precariedade da infra-estrutura das vias rodoviárias; a economia pulsava, empurrada pela prática da atividade madeireira ilegal, pecuária extensiva e muita atividade comercial de trocas de mercadorias industrializadas, oriundas dos centros mais dinâmicos do país; socialmente os elementos étnicos, formadores da população acreana, conviviam praticamente descartados de uma modelagem de sociabilidade que lhes dessem unidade, através da integração de uma idéia regional de pertencimento, e por fim, os governos anteriores haviam descredenciado, em muito, a atividade política com as séries de escândalos a que promoveram.

É dentro deste cenário que o projeto político do Governo da Floresta se movimentou. De acordo com a argumentação de Santana Jr. (2004, p. 256), o candidato da FPA passou a explorar esses episódios que lhe podiam ser bastante favoráveis, durante a corrida eleitoral, baseado neles, o método de campanha do Governo consistiu na seguinte estratégia política:

Nos dois anos de campanha, Jorge Viana reunia-se com os mais variados setores da sociedade, em todos os locais do Estado. Uma equipe de trabalho anotava os resultados da conversa e uma equipe menor, a partir destas anotações, formulou algumas idéias básicas, o embrião do que viria a ser a proposta de políticas públicas do Governo. Formou-se uma equipe que, junto com Jorge, visitou todo o interior do Acre, apresentando estas propostas, discutindo sugestões, recebendo propostas e documentos. Pediu-se sugestões a estudiosos sobre a questão ambiental e amazônica. Desta coletânea de informações, documentos e entrevistas, se gerou um documento preliminar, que foi submetido ao Conselho Político da Frente Popular, resultando no Plano de Governo de Jorge Viana. O eixo central era o desenvolvimento sustentável, o uso de recursos naturais de forma racional e inteligente, voltado para o extrativismo (SANTANA JR, 2004, p. 256).

Temos aí, portanto, a indicação dos segmentos ou extratos sociais que compactuaram com as proposições apresentadas pelo candidato Jorge Viana. De forma geral, pode-se argumentar que a situação era tão caótica e grave os problemas daquele período, que interesses divergentes convergiram com os objetivos da plataforma política da FPA. No caso mais específico, o suporte populacional que respaldou a candidatura de Jorge Viana esteve vinculada aos movimentos sociais ligados às comunidades eclesiais de bases –

Ceb's organizados pela Igreja Católica; os segmentos membros do sindicalismo rural e urbano, onde se destacam Marina Silva, Ornóbio Marques, Edivaldo Magalhães, Perpétua Almeida e professores universitários; movimento estudantil universitário; e segmentos de profissionais liberais públicos onde se destaca Jorge Viana e Tião Viana; também, aderiram segmentos de fazendeiros e pecuaristas que apostaram nas propostas de manejo florestal e uma atividade de pecuária integrada ao projeto de desenvolvimento sustentável propugnado.

No exercício da prática de campanha, o candidato da FPA, portanto, começou a tentar estreitar a distância entre o possível governo com os seus representados potenciais, consultando os seus interesses, anseios e necessidades, reavivando o princípio característico da representação política (BOBBIO, 2000). A busca por procurar assentar o seu projeto de campanha governamental nos interesses das bases sociais acreanas, ao mesmo tempo, que ia identificando as fissuras e insatisfações sociais, historicamente negligenciadas, demonstrava um esforço preliminar genuíno da ação política, que poderia ser considerado como bastante promissor à atividade de representação política do auspicioso candidato ao governo estadual.

Nesta linha de atuação, o candidato da FPA, ao dialogar com todos os interesses situacionais, se deparou, obviamente, com aqueles dissidentes entre si, mas com método de concertação política procurou instaurar uma aliança que fosse “apoiada por parte dos fazendeiros, pecuaristas, convencidos de que o governo poderia contribuir para a modernização da pecuária, sem depredação ambiental, ou os madeireiros que aceitassem a idéia de manejo florestal. Para obter apoio por parte destes setores foi importante a explicitação clara do projeto de governo pretendido, a credibilidade, conhecimento e intenções do candidato” (SANT’ANA JR. 2004, p. 252). Embora os pecuaristas e fazendeiros fossem tidos como potenciais inimigos dos seringueiros e indígenas, o candidato da FPA procurou conciliá-los com as forças dos movimentos sociais e populares, do campo e das cidades de maneira propositiva. Talvez como tenha sugerido o Secretário de Planejamento e Coordenação do Estado, Gilberto do Carmo Lopes Siqueira, a situação do Acre era tão crítica que a sociedade queria de alguma forma uma mudança e muita gente se juntou, sem perceber as profundas diferenças que existiam entre determinados segmentos sociais (ibid, p. 254). Não foi sem motivo que segundo Santana Jr. (2004) e Guimarães Jr (2008) tenha permanecido durante a gestão de Jorge Viana a frente do Governo da Floresta uma permanente tensão entre duas visões antagônicas: os desenvolvimentistas e preservacionistas que persistiria durante toda a administração do referido governo. Isso indicava o caráter diverso da composição da base de sustentação do governo e dos vários interesses situacionais envolvidos, registrando um relativo grau de divergências entre tais interesses.

Sobre essa condição, Hélio Jaguaribe (1958, p. 49) advertiu-nos, dizendo que “são as autênticas ideologias que, sejam quais forem os interesses situacionais que representem, formulem para a comunidade, como um todo, critérios e diretrizes que a encaminhem, no sentido de seu processo faseológico, ou seja, que permitam o melhor aproveitamento das condições naturais da comunidade, em função dos valores predominantes na civilização a que pertence”. Desse modo, a condensação dos interesses sociais da comunidade acreana, mesmo aqueles aparentemente irreconciliáveis, como o caso-típico dos seringueiros e fazendeiros, não poderiam mais ser inconseqüente diante da questão ambiental, que havia se difundido pelo mundo e encontrado muitos defensores governamentais e da sociedade, primordialmente os fazendeiros-pecuaristas, visto que o

meio ambiente deveria ser preocupação de toda a sociedade humana, de tal modo que o princípio da sustentabilidade da natureza haveria de ser o sustentáculo que o candidato da FPA encontraria para ligar os interesses dos diferentes segmentos sociais.

Guimarães Júnior (2008) indicou na sua recente dissertação (*A construção discursiva da florestania*) que a ativação discursiva do componente ambiental foi o fundamento primordial do projeto do Governo da Floresta que cumpriu o papel de fazer a articulação dos interesses no Acre com a intenção de solucionar os problemas de ordem econômica e social, pois como assegurava o refrão do seu slogan de campanha, somente desse modo, “a vida vai melhorar”. Essa promessa de sustentabilidade ambiental, de contenção dos desmatamentos e dinamização do extrativismo florestal, por sua vez, vinha ancorada na valorização das práticas culturais dos povos da floresta, dos interesses dos índios e seringueiros.

Essa idéia-força da questão ambiental, portanto, utilizada como liame para unir os interesses, os mais dissidentes no contexto local, determinados pela ambígua relação dos pecuaristas-madeireiros versus seringueiros-extrativistas em que as oposições se davam, além de definir-se pela viscosidade que a temática ambiental havia despertado nacional e internacionalmente, um outro aspecto que corroborou para essa convergência, naquele momento, só pode ser visualizada mais claramente, tempos depois com a premência das próprias exigências econômicas, que tal questão ambiental havia anunciado para a sustentação das atividades produtivas, nomeadamente a madeireira e pecuária. A esse respeito, o depoimento da Presidente da Associação das Indústrias de Madeira Manejada – Asimmanejo, Fátima Oliveira, proprietária da Indústria e Comércio Nova Canaã e Brasil Verde, foi indicativo do revigoramento do caráter ambiental nas práticas dos madeireiros, dadas às exigências do próprio ramo produtivo desse setor, que poderia ser vítima da sua própria ação, caso não incorporasse medidas de valorização dos recursos naturais, como sugere o lema ‘Manejar é Conservar’, adotado pela Indústria e Comércio Nova Canaã e Brasil Verde. Com essa preocupação empresarial, a Presidente pronunciou-se nos seguintes termos:

...a maioria dos madeireiros não virou ambientalista, mas compreendeu que o manejo é a única maneira de garantir a sustentabilidade de nosso negócio. Por isso deixamos de ser predadores para usar os recursos com inteligência, a fim de preservá-los (...). O mercado para madeira manejada é cada vez menor, oito em cada dez clientes que nos fazem encomendas já exigem madeira manejada. Acreditamos que dentro de dois ou três anos todos exigirão isso e quem não tiver se adaptado às novas regras não vai sobreviver (Jornal Página 20, Rio Branco, 5 de julho de 2005, p. 10. Manchete: *Manejo cria empregos e garante sobrevivência de madeireiros*).

Todo projeto político nacional [regional ou local], assinalou José Vieira Pinto (1960), “postula a uma idéia-força, aquela, à luz da qual o processo é compreendido e interpretado (...) só quando subordinamos os fatos e o seu desenrolar a uma interpretação que, em última análise, decorre de um projeto, é que lhes damos consistência histórica. Só então é possível falar de desenvolvimento”. A relação com a natureza e preservação dos recursos naturais foi a idéia-força, na qual o candidato da FPA procurou assentar a sua proposta de governo e firmar os pressupostos do desenvolvimento local para canalização dos interesses da comunidade, de modo que assegurassem respostas materiais e sociais

positivas de melhoria das condições de vida da população. A esse fato liga-se outro de igual magnitude, o tipo particular do perfil político do candidato ou do governador Jorge Viana⁷⁶ que se auto-define como um ‘aliancista’ político. Em entrevista concedida à Revista *IstoÉ*, de São Paulo, Jorge Viana, abordando a relação entre PT e PSDB, dois partidos historicamente opositoristas no cenário nacional, declarou a necessidade de diálogo entre as referidas agendas partidárias, um diálogo que ele já havia feito desde 1999, no âmbito local, quando o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), apoiava o PT do Acre, ao mesmo tempo, em que a sua gestão enfrentava a oposição do partido dos trabalhadores no cenário nacional (Entrevista no Jornal Página 20, Rio Branco-AC, 5-6 de junho de 2006. Manchete: *Lula com FHC*).

Num outro momento, Jorge Viana declarou a mesma postura de político ‘aliancista’ e respondeu às críticas de fazer acordos com partidos de natureza ideológica bem distante do PT, nas seguintes palavras: “Desde que comecei o meu trabalho, em 1990, pela Frente Popular, sempre me coloquei como um aliancista. Acho que o que está agora não é um projeto do PT nem da Frente Popular. É um projeto mais amplo. Que bom que mais pessoas de outras forças políticas estão vendo nossa proposta como a melhor iniciativa para o Acre. Acho que a gente tem que está aberto a isso. Mas a aliança que eu sempre gostei de fazer foi com a população” (Jornal Página 20, Rio Branco, 3 de agosto de 2006. Manchete: *A oposição quer destruir o que eu fiz*).

Em todo caso, malgrado às possíveis críticas que o pacto social do Governo da Floresta venha a suscitar, devido à extensão do seu alcance, e ao que pese ainda a tensão entre desenvolvimento e sustentabilidade, os dados quantitativos e identificáveis, que apresentamos nas seções precedentes, corroboram para a maioria dos indicadores disponibilizados dessa correlação entre o projeto de desenvolvimento sustentável do Governo da Floresta e os efeitos à elevação das bases materiais de existência social da população do Acre, no seu conjunto, muito embora tal processo de desenvolvimento não tenha se alastrado por todas as camadas sociais dos acreanos de forma proporcional, seja em termos geográficos de sua abrangência, pois se concentra na capital Rio Branco a maior proporção de suas conquistas, o que a princípio pode ser bastante compreensível, dado que quase 50% da população reside na capital, seja em termos sócio-econômicos, concernente à distribuição dos benefícios gerados pelo crescimento material do produto interno bruto, caso se considere que na situação da renda, por exemplo, cerca de 30% da força de trabalho em atividade, repousando na faixa salarial de menos de meio a menos de 1 salário mínimo, com decréscimo fiduciário das camadas que auferem até dois salários

⁷⁶ O candidato Jorge Viana pertence a linhagem de família tradicional do Acre. Seu pai Wilde Viana foi deputado estadual por mais de vinte anos durante o regime militar. Registros indicam que Wilde Viana fazia parte da lista dos mais de 28.555 informantes ligados aos Extinto Serviço Nacional de Informação (SNI), Conselho de Segurança Nacional (CSN). Seu tio Joaquim Falcão Macedo ocupou o último mandato de governador indicado pelo regime militar. Foi por essa razão que o nome de Jorge Viana, num primeiro momento, não foi bem aceito para concorrer a candidatura, pois ele não havia participado nem tinha ligações diretas com os movimentos sociais. Contudo, sua facilidade de trânsito e diálogo com os diferentes segmentos sociais lhe garantia particularidade na relação com os distintos interesses, além do mais era bastante preparado, pois conhecia toda a extensão territorial do Acre e os vários problemas enfrentados pelas populações tanto do campo quanto da cidade. O seu perfil político, definido como aliancista, permitiu que uma pactuação social que, no entanto, nem sempre resultou harmônica no equacionamento dos problemas, sendo, portanto, razoável entender a permanente tensão que o Governo da Floresta carregou durante oito anos de administração do Acre. Cf. Guimarães Jr (2008).

mínimos, vis-à-vis, à elevação dos rendimentos dos trabalhadores entre 3-5 salários da população economicamente ativa.

No âmbito mais geral, os trabalhadores rurais respondem pelas maiores dificuldades econômicas e sociais, o que evidencia, por outro lado, que os resultados do desenvolvimento material têm nas cidades o seu foco direcional de ação, com poucos resultados para o campo, com o agravante de que se esboça um fenômeno bastante assimétrico na vida rural em que uma pequena parcela da população, aliás, muito reduzida mesmo, beneficia-se de valores muito consideráveis, ao passo que os demais incrementam as estatísticas das faixas inferiores, com rendimentos difíceis de prover a reprodução da unidade familiar.

Numa contagem bastante otimista a esse respeito, Morais (2008, p. 212) registrou que um morador do PAE Chico Mendes, Duda Mendes, computa anualmente valores reais, aproximado de R\$ 15.200,00, o que lhe confere uma renda mensal da ordem de R\$ 1.270,00, fruto da borracha produzida para a Fábrica de Camisinha, em Xapuri (R\$ 2.500,00 reais), da castanha vendida para a Bolívia para as cooperativas de Xapuri e Brasília e a compradores de Rio Branco (R\$ 6.000,00 reais) e da madeira comercializada em grande parte na Fábrica de Tacos, na BR-317, num valor de aproximadamente (R\$ 6.700,00 reais). No Projeto Reça, uma das unidades produtivas mais promissoras das áreas rurais do Acre, referência na Amazônia de desenvolvimento sustentável, dotada de forte componente organizacional e uma infra-estrutura produtiva, invejável para muitos produtores da região, Jeigiane Portela da Silva (2003), em sua análise econômica de eficiência de desempenho para os referidos produtores, assinalou que no período de 2001-2002 verificou-se que os mesmos obtiveram uma renda bruta de 2,7 salários mínimos/mês, equivalente à época a R\$ 540,00 reais “sendo que, deste valor o produtor se apropriou de 86%, representado pela relação margem bruta familiar/renda bruta (MBF/RB), derivados da produção dos sistemas agroflorestais – saf’s e atividades de criação de animais, principalmente gado”. A autora concluiu informando que com a renda líquida igual a (RL) de R\$ 152,83, a unidade de produção familiar do Projeto Reça demonstrou capacidade de se reproduzir, gerando excedente econômico (PORTELA DA SILVA, p. 04. Boletim Informativo do Pesacre – BIP, Ano VII, Nº 01, Rio Branco\AC, Out-Dez, 2003).

Estes dois exemplos atestam pela negativa à situação dos demais trabalhadores rurais do Acre, em virtude dos casos apresentados se referirem às duas experiências, de certo modo, privilegiadas, onde foram concentrados grandes investimentos econômicos e sociais, sendo que não representam a realidade rural acreana como um todo, pois são pontuais. Oxalá que essas experiências fossem a regra, mas não as são, apesar da real constatação, a muito verificável de que os resultados seriam auspiciosos. A primeira foi alvo de muitos projetos de estímulo à produção, a fundos perdidos, tendo em vista que fora a área onde Chico Mendes viveu. O Projeto Reça, por sua vez, tem uma história muito singular de empenho de produtores, que com muito afinco, desde meados da década de 1980, buscaram na sustentabilidade da produção agroflorestal, a auto-eficiência produtiva e reprodução social de suas famílias. Tiveram no apoio da pastoral católica italiana seus primeiros suportes financeiros, a partir dos quais puderam edificar sua força de organização social e produtiva, promissoras (RECA, 2003).

Uma contabilidade menos otimista e mais próxima da realidade atual, não obstante, ainda que ela não se configure como uma tendência de conjunto, foi apresentada pelo geógrafo Jorge da Silva Freitas, no XIV, Encontro de Geógrafos, realizado na cidade de Rio Branco, entre os dias 16-21 de julho de 2006, com a participação de estudantes

brasileiros, da América Latina e EUA. O geógrafo assinalou que o segredo da sustentabilidade amazônica consiste na diversificação produtiva e incorporação de tecnologias adaptadas às práticas extrativistas, mas advertiu sobre a incipiente automação disponível, incorporada às atividades dos seringueiros, em sua maioria, de modo que inviabiliza o aumento de sua produtividade e impede de inserir-se no mercado de forma mais competitiva. No seu cômputo, os seringueiros, hoje, se dedicam à repartições de suas áreas “...em taliões que são explorados de acordo com a época do ano [manejo madeireiro], cortando borracha, catando castanha, extraíndo sementes, madeira e ervas medicinais. Hoje tiram uma média de R\$ 2.300,00 por ano com borracha, outros R\$ 3 mil com a castanha e entre R\$ 1.500 e 2.000 mil, com outros produtos. Isso pode não parecer muito, mas o valor de um real no seringal é diferente da cidade, pois lá ele busca na mata ou no roçado a maioria do que precisa” (Jornal Página 20. Rio Branco-AC, 30-31 de julho de 2006. Encarte Especial, p. 2. Manchete: *Neoextrativismo*).

Esses aspectos, rapidamente elencados e já referenciados amplamente no conjunto deste trabalho, por diferentes enfoques, poderiam ser razões suficientes para arranhar a legitimidade do Governo da Floresta, todavia, não se verificaram vestígios sociais, substanciais de inconformismo, que pudessem constatar essa suposição. A isso se deve atribuir o fato de que se existem evidências empíricas, relativamente desfavoráveis que poderiam embaraçar a ação governamental desse governo, a ele, muito mais se deve conferir-lhe à realização de modificações concretas, promissoras que alteraram de forma significativa toda a estrutura da sociedade local, do que lhe afiançar automaticamente resíduos sociais assimétricos herdeiros, desde os tempos mais remotos da história acreana que, todavia, persistem. Oxalá que se desatem todos, embora estejamos muito distante dessa situação.

Essa enfática constatação acerca do êxito do Governo da Floresta não tem o propósito de remediar a realidade acreana sustentando que, aqui a situação caminha às mil maravilhas, à revelia da generalização da pobreza que o neoliberalismo ajudou a aprofundar por todos os cantos do mundo, muito pelo contrário, na verdade ela se faz muito mais mordaz pela simples razão de que foi possível fazer conquistas importantes com o poder de um Estado-membro, relativamente pequeno e a administração de poucos recursos em um tempo bastante curto, ultrapassando as realizações de governos que geriram o Acre por décadas consecutivas. O impacto dessa conclusão se assenta, substancialmente, no ‘choque empírico’ que as ações do Governo da Floresta promoveram, positivamente, vis-à-vis ao caráter desolador de tempos passados. Dois depoimentos merecem destaques concernente à essa posição, o do médico George Sampaio Pires e o da Dra. de Letras Luisa Galvão Lessa, ambos publicados no Jornal Página 20, da edição de domingo-segunda, 9-10 de abril, de 2006.

A professora Dra. Luisa Galvão Lessa, acreana, atualmente docente do Instituto de Ensino Superior do Acre – IESACRE, comentou que, devido à ausência de ensino superior na região, em tempos atrás, isso fez com que se deslocasse para outras partes do país. Nos períodos em que vinha de férias para a cidade de Rio Branco, “sempre (...) sentia profunda melancolia, uma sensação de estar voltando para um lugar perdido no tempo. A cidade não melhorava, piorava em diversos aspectos. Ruas escuras, esburacadas, escolas maltratadas, repartições públicas decantadas, pessoas desiludidas com a estagnação do lugar, vida sem ascensão, aos traços de modernidade. (...) Em 1992, retornando do Rio de Janeiro, após curso de doutorado, senti a crueza de um lugar pobre, atrasado, sem ações de políticas públicas, onde os administradores queriam ‘se dar bem’”. Depois que retornou do Canadá,

em 2003, se defrontou com a surpresa, que para melhor confrontação da realidade, transcrevemos o relato na íntegra:

O aeroporto era outro, havia extensa rodovia iluminada a fazer a ligação entre a viajante sonhadora, que desembarcava e a nova cidade de Rio Branco. E à medida que se avançava pelas ruas, a surpresa aumentava. Via-se o Palácio Rio Branco, Palácio das Secretarias, Teatro Hélio Melo, Museu dos Autonomistas, Teatro Café, Chafariz do Palácio, Parque da Maternidade com uma grama verdinha, arbustos enfeitando a orla do então igarapé, restaurantes, quadras esportivas, teatro de arena, ciclovias, pontes, arcos, jardins, iluminação moderna. Uma outra cidade, com construções modernas, prédios, restaurantes, reformados, uma cidade bonita, encantadora, acolhedora, urbanizada, humanizada. (...) em 2006, uma nova surpresa, a cidade ganhava o Parque do Tucumã, com urbanização moderna. E agora, atravessando para o 2º Distrito, mais avanços: o Centro Histórico, o Calçadão da Gameleira, a construção da ponte do mercado, a terceira ponte, a revitalização do antigo comércio, com as casas voltadas para o rio. (...) Dar gosto ver o trabalho do jovem governador Jorge Viana, um acreano que ama e respeita sua cidade e sua gente, fazendo em menos de uma década aquilo que muitos não ousaram por quase um século. Minha homenagem a esse jovem senhor! (Jornal Página 20, Rio Branco-AC, 22 de março de 2006, p. 3. Manchetes: *Rio Branco, cidade que ganhou feição de cidade*).

Enfatizando aspectos gerais das realizações das políticas públicas do referido governo, mas dando um relevo pelo ângulo das ações em saúde, o médico George Sampaio Pires apresenta-nos um quadro comparativo, bastante interessante pela síntese que ele contém. Também o disponibilizaremos os componentes que ele demonstra e seus respectivos contra pontos.

Acre Hoje	Acre Passado
1. Servidor recebe salário todo mês	Servidor trabalhava e não recebia
2. qualificação técnico-profissional do servidor	Desprezo pelo servidor
3. bom trabalho na área médica	Péssimo atendimento à população
4. aquisição de equipamentos médicos	Hospitais abandonados
Faculdade de medicina	Nenhum projeto
Médicos concursados	Ausência de concursos públicos
Unidades de saúde recuperadas	Caos nas unidades de saúde
Complexo médico do Tucumã	Bairros sem serviços médicos
Programa de médico da família	Ausência de serviço médico-família
Maternidade reformada	Maternidade decadente
Hospital infantil reformado	Serviços caóticos
Hospital do idoso	Idoso sem assistência médica
Fundação Hospitalar equipada	Hospital de base saqueado
Complexo hospitalar universitário	Ausência de perspectiva
Qualificação médica	Falta de qualificação
Especialização médica	Desprezo pela formação médica
Curso de mestrado em medicina	Nenhum programa de capacitação
Centro de Hemodiálise	Pacientes sem atendimento
Medicina nuclear	Paciente de câncer sem atendimento

Educação e saúde como investimento	Educação e saúde como prejuízo
------------------------------------	--------------------------------

(Fonte: Jornal Página 20, Rio Branco-AC, 9-10 de abril de 2006, p. 3. Manchete: O retrocesso ronda a cidade)

Além das ações materiais implementadas pelo Governo da Floresta na área da saúde, o médico finaliza suas constatações trazendo à tona componentes relevantes, característicos da natureza da atividade política que abordaremos, sequencialmente, como critérios fundamentais para aqueles homens que têm a política como vocação, quando arrematou seu argumento com o seguinte posicionamento: “O governador Jorge Viana demonstrou, nestes anos, ser possível conciliar política e ética, política e honra, política e mudança, política e trabalho (...). O governador resgatou importantes valores junto à população

5.2. A representação política no Governo da Floresta: do desgoverno à governabilidade.

O desgoverno a que estamos nominando, ou a turbulência política, em sentido amplo, caracteriza-se por um estado de generalizada instabilidade política e social, que ocorre quando pactos sociais e/ou valores, anteriormente aceitos, não encontram mais os vínculos nos quais eles se atavam. No campo da representação política, esses vínculos se despregam quando o estrangulamento ou rupturas irrompem os liames que ligavam os interesses das bases sociais, vis-à-vis, àqueles os quais estavam encarregados de representá-los no campo político governamental. Max Weber (2000) lembra que mesmo nos reinados antigos orientais, em que o poder religioso detinha a legitimidade de dirigir seus governados, o simples fato do líder religioso não prever uma calamidade epidêmica ou catástrofes naturais era motivo suficiente para que os seus subordinados o descredenciasse como soberano.

Nos tempos modernos não foi mais a força física, coercitivamente, que passou a assegurar a coesão social, dando estabilidade política aos governos democraticamente constituídos. O próprio Nicolau Maquiavel que ganhou fama por dissociar a atividade política de valores morais e/ou simbólicos para a conquista do poder político, já havia identificado que além da força era necessário o consentimento social para que o príncipe ganhasse o domínio territorial. O consentimento ou a adesão dos grupos sociais derivar-se-ia através da passagem pela representação dos interesses, quando as expectativas múltiplas dos agentes sociais se fazem sentir no corpo denso das atividades e das práticas políticas do governante e se expressa mediante a consecução das políticas que são formuladas no escopo de seus projetos governamentais. No momento presente, devido à debilidade da democracia representativa, o voto ainda consiste no único instrumento político de que dispõem os cidadãos para a delegação da representação política, não obstante isso, ele ainda torna-se capaz de explicar, ressalvado todo o tipo espúrio de manobras de ilusionismo a que está acometido a população, os fatores de hegemonia e legitimidade do poder político estatal.

Neste tópico, pretendemos delinear os fatores que levaram à estabilidade do poder político, no Acre, sob a direção do Governo da Floresta, que estão para além do instrumento de delegação, que permite o voto porque, por mais que a legitimidade do poder de um projeto político governamental não dispense a aferição pontual de tempo em tempo, acerca do andamento do governo, como possibilita a votação, ela exige um contínuo

processo diário de realização dos objetivos e metas que salvaguardem a durabilidade do pacto social, ao longo do tempo.

O significado etimológico do vocábulo governo deriva do latim, *guberno*, *gubernatum*, *gubernare*, que traz o sentido de dirigir, governar um navio, por exemplo, pois tal vocábulo tinha seu uso associado à linguagem náutica. Da origem grega, temos *kubernao*, também com alusão específica de direção de um barco. Isso porque na terminologia latina o termo *gubernaculum* vem a designar ‘o leme’ do barco (HOUAISS, 2001, p. 1469), o que pelos arredores acreanos também conhecemos pelo nome de timão. Tal vocabulário tem vasto uso na política, em que a noção de governo, genericamente, refere-se à administração gerencial das instituições estatais. A governabilidade de determinado governo, nas sociedades contemporâneas, basear-se-ia na capacidade efetiva do governante conseguir adesão e consenso público, num quadro favorável de estabilidade social e dinâmica econômica suficiente para que o Estado pudesse responder, com eficácia, à prestação dos serviços sociais e investimentos econômicos, a que compete suas responsabilidades.

Em condições opostas a essas, conforme dissemos, o cenário político do governante encontrar-se-ia no desgoverno, isto é, no rebojo da desgovernabilidade política. Bobbio et. al. (2004) arrola os principais aspectos que conformariam um quadro de não-governabilidade. Segundo ele, os elementos seriam: i) a crise fiscal do Estado, com a abrangência de prestação de serviços públicos cada vez mais amplos e a maior presença na economia a aparato estatal entraria numa crise de insolvência, em que sua capacidade financeira ver-se-ia menor do que as demandas de serviços reivindicados; ii) ilegitimidade do poder político, ausência de coesão social, falta de legitimidade das instituições públicas, uma dificuldade do governo em relacionar-se com as organizações de oposição; iii) uma crise do apoio político dos cidadãos às autoridades e ao governo. Nas palavras de Habermas “a crise de não-governabilidade é a soma de uma crise de *input* e de uma crise de *output*. As crises de *output* têm a forma de crise de racionalidade: o sistema administrativo não consegue compatibilizar, nem agilizar, eficientemente, os imperativos de controle que lhe chegam do sistema econômico. As crises de *input* têm a forma das crises de legitimidade: o sistema legitimador não consegue preservar o nível necessário de lealdade da massa, impulsionando, assim, os imperativos de controle do sistema econômico que ele assumiu” (citado por BOBBIO, p. 548).

Tentaremos caracterizar a situação do Acre, a fim de que se torne mais aceitável a nossa hipótese de aqui se vivenciava uma situação de crise de governabilidade política que não se localiza somente no governo imediatamente precedente ao Governo da Floresta, mas que vinha sendo escalonada à mercê de sucessivas administrações pretéritas, que lhe foram antecessoras. Tomemos alguns elementos que concorrem para o que estamos chamando de desgovernabilidade. Do ponto de vista da sociabilidade temos que, desde os anos de 1970-1980, os conflitos por terra no campo e os assassinatos de trabalhadores rurais foram frequentes e já estavam passando, quase despercebidos, pela banalidade dos mesmos, até que a brutalidade da morte de Chico Mendes, isto já em 1988, véspera da década de 1990, desaguou em mais descontentamento social; nas cidades, o esquadrão da morte campeava solto, aterrorizando a população, principalmente, na capital Rio Branco, o sentimento de medo já se configurava quase como uma característica da identidade acreana. No plano da economia: i) a situação de debilidade do mercado se arrastava, igualmente desde os anos 1970, quando diante da falência da indústria da borracha, os governos locais – ressalvado o fortalecimento da agricultura em condições adversas de infra-estrutura que

impedia maior produtividade e dinamismo – ficaram enredados no dilema da pecuarização e exploração madeireira, incompatíveis com a sobrevivência social dos trabalhadores do campo e, principalmente, com o esgotamento dos recursos naturais que estavam se esvaindo em ritmo acelerado; e, ii) a atividade comercial representava o setor mais dinâmico, num contexto de ínfima industrialização dos ofícios produtivos, tanto no campo quanto nas cidades. Os repasses da União correspondiam à maior fonte de recursos do Estado.

No âmbito da institucionalidade dos organismos governamentais: i) conviviam-se com o ranço do recém esgotado autoritarismo militar, com baixa participação social e alto índice de obscurantismo da ação das esferas estatais, que levou à deterioração paulatina da eficácia destas mesmas instâncias; e, ii) o aparato militar estava contaminado, os representantes governamentais, em sucessivas gestões, se viram presos aos esquemas de corrupção e impostura pública. Não foi sem motivo que o Banco do Estado do Acre – Banacre foi à falência e tanto Flaviano Melo, Romildo Magalhães e Orleir Cameli tiveram seus nomes vinculados a denúncias de malversação dos recursos estatais. A capacidade fiscal do Estado do Acre depreciada, não alcançava pagar o funcionalismo em dia, de forma que era comum os funcionários públicos receberem seus pagamentos com meses de atrasos ou não receberem por até três meses seus vencimentos. Os parques serviços públicos concentravam-se mais nas cidades, as áreas rurais eram penalizadas com tal situação.

Na mesma linha de argumentação, Guimarães Junior (2008, p. 25), chegou a identificar recentemente que as propostas do Governo da Floresta coincidiam exatamente com aquilo que havíamos caracterizado, pois na sua visão, a FPA pretendia promover a superação desses aspectos através das seguintes promessas que propugnavam: “...articular, politicamente, a recomposição de um quadro político representativo, dilacerado por sucessivos escândalos de corrupção a exporem, nacionalmente, os descaminhos da política acreana; economicamente, veicula a promessa de bem-estar e geração de riqueza e renda, mediante a reativação de uma tradição laboral, fundada no fazer na cultura extrativista; social e culturalmente manifesta uma redenção e reconciliação de conflitos históricos, culminando com a promessa de um reencontro com uma essência identitária, esmaecida no transcurso do tempo”.

Numa entrevista concedida por Antônio Alves, um dos formuladores das orientações políticas da FPA, em referência à vitória de Jorge Viana para a Prefeitura de Rio Branco, em 1992, as balizas políticas já estavam delineadas pelo compromisso com a “coisa pública”, pois o problema da corrupção estava colocado como um dos principais problemas dos gestores governamentais. A fala de Antônio Alves se expressa nos seguintes termos:

Ganhamos! (...) Mas e agora? Agora temos a responsabilidade de administrar a vida de um município, Rio Branco, capital do Acre, na qual se concentra metade da população do estado. Uma parte da população quer que façamos uma boa administração, protegendo seus bens, sua segurança, melhorando a cidade e não atrapalhando seus negócios. É o pessoal que acha o Jorge um bom rapaz, mas tem medo do PT, porque adquiriu certas facilidades e não quer perder. Sente-se ameaçada pela violência urbana e acha que alguém tem que dar um jeito nisso. Esse alguém somos nós. Já a outra parte quer que façamos uma administração não apenas boa, mas milagrosa. Quer que alguém a salve da miséria e do desespero que vive. Há outras atitudes: a indiferença que espera pelo momento de dizer “eu não disse, são todos iguais!”; a oportunista, que

acha que o PT não pode ser tão honesto assim e não vê a hora de conseguir uma boquinha; e a inimiga, que vai trabalhar por nosso fracasso aberta ou veladamente, dependendo da situação (...). Temos que ter uma consciência de que a nossa pior derrota seria fazer ‘uma boa administração’, sem mudar a realidade social que nos cerca. A honestidade é obrigação básica, não é programa de governo. E nós precisamos de um programa, um norte, um rumo que possa ser seguido, uma idéia para tornar real. Precisamos ser muito práticos para dar respostas concretas a problemas concretos. Mas justamente por isso, precisamos mais do que uma utopia. Não podemos esquecer do nosso sonho, não podemos desistir da batalha pra realizar (GUIMARÃES JR, 2008, p. 91).

Todas essas características, portanto, sinalizaram para a constatação de que o caráter da coisa pública havia sido acometido de intoxicação política desde tempos pretéritos. Ora, tudo isso estava colocado nas eleições de outubro de 1998 e igualmente todos os candidatos, minimamente esclarecidos, estavam cientes dessas problemáticas e tiveram certamente acesso a elas, porque não se tratava de suposições enigmáticas, e muito menos elas estavam restritas a determinados iluminados, com visões proféticas. Todas as problemáticas eram de natureza eminentemente pública e, certamente, de conhecimento do cidadão parcamente esclarecido porque circulavam abertamente nos noticiários locais e/ou nacionais, portanto, a concorrência eleitoral estava aberta, por assim dizer, de forma igualitária para todos os candidatos.

Já dissemos, ou ao menos, os dados que apresentamos nas primeiras linhas desta Secção fazem alusão pragmática, que a forma metodológica da prática política com que o candidato da FPA iniciou o seu trabalho de campanha eleitoral resguardou minimamente os princípios da representação política, no sentido de manter-se cada vez mais estreitado, com os interesses das bases sociais, aos quais pretendia representar, diminuindo a distância entre o potencial representante e os potenciais representados, descurando as diferenciações internas, com o objetivo de organizar um projeto político governamental bastante adensado com o tecido social, de onde sua força poderia emergir, por isso, o mesmo tinha muitas chances para lograr a vitória na corrida eleitoral para o cargo de governador do Acre. Sem muitas surpresas, foi exatamente isso que aconteceu, com a ascensão ao poder o Governo da Floresta. Como disse Karl Polanyi (2000), fazendo referência às transformações na Inglaterra do século XIX, quando do avanço da industrialização e se esboçava o mercado auto-regulado, se os primeiros impactos de uma mudança são negativos, até que se prove o contrário, os seus posteriores desdobramentos também o serão. Metaforicamente, poderíamos aplicar essa premissa para o processo inicial do Governo da Floresta, aceitando o argumento de que a sua forma de fazer campanha e as estratégias de articulação das forças sociais, situacionais ao seu projeto de governo, começaram por uma maneira politicamente eficaz, voltada a dar respostas satisfatórias para o conjunto da população local. Desse modo, os desdobramentos do seu trabalho político haveriam de trazer-lhe resultados promissores, como de fato sucedeu, e até que se prove, também o contrário, nosso trabalho tem demonstrado que em todas as áreas setoriais ocorreram modificações que referenciam tal mudança, embora estejamos de acordo que o horizonte político-econômico acreano não apresente nada de extraordinário do ponto de vista de mudanças estruturais, pois todas as melhorias processadas, embora impulsionadas pelo movimento de proteção social, sucederam-se, dentro do contexto de uma economia capitalista, de modo

que, o caminho que se visualiza ainda contém muitos entraves que precisam ser superados, pois as medidas tomadas não foram acompanhadas por outras, necessárias, que pudessem promover o aprofundamento daquelas precedentes, geradas pela pressão do movimento social em favor da equalização das desigualdades, no âmbito da produção e da sociabilidade política.

Sobre essas questões concernentes à busca de um entendimento mais verificável da aprovação majoritária do Governo da Floresta, gostaríamos de abordá-las por um enfoque mais restrito ao conhecimento político sem, contudo, olvidarmos de suas motivações econômicas e culturais. Trata-se de esquadrihar, particularmente, o perfil da ação política do Governo, confrontando-a com o perfil social da pessoa do governador do Governo da Floresta, Jorge Viana, com o intuito, muito genuíno, de procurar fazer verificações, questionando se ocorreram mudanças da ação política, da *prática de fazer política*, em relação ao quadro mais amplo da atuação política no atual período contemporâneo em que se sobressai o tipo mais incoseqüente do político, que, segundo Max Weber (1998) é aquele que não defende causa nenhuma e não tem sentimento de responsabilidade, caracterizando-se como o adorador do poder pela vaidade do poder, pois pretende somente atender a reprodução de suas próprias conveniências de maneira incoseqüente.

Em trabalho anterior, intitulado *O STR de Xapuri e a representação política dos interesses dos seringueiros* (2006), constatamos, em linhas gerais, a prática do *fazer político* de Chico Mendes, à frente da direção sindical, de como ele conseguiu ser inconfundível liderança política com grande legitimidade de poder sindical, derivado de seu trabalho intenso de base junto às comunidades dos seringais, de diálogo, de capacidade de escutar e de traduzir os interesses das comunidades, da notória habilidade de negociação vis-à-vis às esferas estatais, instituições não-governamentais, intelectuais, segmentos sociais diversos, no nível nacional e internacional. No mesmo trabalho também verificamos, após sua morte, que a ligação sindical ao aparato partidário do PT, do município de Xapuri, havia gerado um estrangulamento do vínculo do sindicato em relação às suas bases de sustentação sindical que, dentre outros motivos, tinha sido provocado pela incoseqüente aceitação do sindicato, em assumir as pautas da agenda partidária, em detrimento dos problemas, especificamente sindicais, isso teria levado à época, em virtude da preponderância dos interesses partidários de extensão muito mais ampla do que as restritas, expectativa dos sindicalizados rurais a um deslocamento dos compromissos com os trabalhadores rurais, não obstante uma parcela das demandas dos trabalhadores rurais pudesse ser identificada na política partidária local. Com essa guinada dos interesses sindicais articulados, que estavam a agenda partidária de forma debilitada, quando ocorreu a ascensão do PT ao executivo municipal, em 1996, as ações das políticas públicas locais privilegiaram, desproporcionalmente, o espaço urbano e minimizaram as demandas rurais, de maneira que as ações municipais se concentraram no núcleo urbano de Xapuri.

Nos dias atuais é possível compreender os desdobramentos dessa relação, pois o desgaste de depreciação política, ocasionado pelo distanciamento da base sindical de suas lideranças gerou um descontentamento que afetou diretamente a direção partidária. Devido à eferescência do movimento sindical de Xapuri, Julio Barbosa de Aquino, companheiro de Chico Mendes chegou ao poder do executivo municipal de Xapuri, em 1996, compatibilizando um mandato de oito anos, até 2004, igualmente Raimundo Mendes Barros, ascendeu à Câmara Municipal e por dezesseis anos consecutivos ocupou a cadeira de parlamentar no município. O primeiro abalo que a forte liderança de Julio Barbosa

sofreu foi duplamente desalentador, visto que o referido prefeito não logrou fazer seu sucessor, tendo como principal candidato o nome de Raimundo Mendes Barros, primo de Chico Mendes, com o agravante de haver perdido as eleições de 2004, para Vanderlei Viana, prefeito, quando Chico Mendes havia sido assassinado, em Xapuri, declaradamente contrário aos interesses dos seringueiros e com uma ficha pública bastante depreciada, de passagem pela polícia. Com todo esse currículo Vanderlei Viana foi vitorioso e de um golpe só derrubou os dois baluartes vivos da pujança do sindicalismo rural do Acre, Julio Barbosa e Raimundo Mendes Barros, do poder municipal de Xapuri.

Esse episódio chamou muita atenção dos adeptos partidários do PT e obviamente deve ter produzido muitas análises da coligação da FPA que haveriam de extrair alguns ensinamentos desse acontecimento. Em se tratando de procurar razões para explicar tal evento e ficando nos termos do argumento que expusemos, constata-se que um relevante aspecto teve influência considerável em particular. A subordinação dos interesses sindicais ao partido do governo de Julio Barbosa, deslocou as prioridades da política municipal para atender às demandas da cidade. Como as bases sindicais estavam tonsuradas políticas e distanciadas das representações sindicais e estas, por sua vez, não foram capazes de fazer pressão municipal, porque haviam assumido a agenda partidária, o esperado aconteceu, isto é, a concentração dos investimentos na área urbana, os trabalhadores ficaram desassistidos, e, considerando que metade da população de Xapuri vive nas florestas, não levou muito tempo para que os trabalhadores rurais se dessem conta de que haviam sido preteridos, de modo que os descontentamentos deles repercutiram, ligeiramente, na política do governo municipal, através do seu único poder político disponível, para a contestação e inconformismo, a saber, o instrumental do voto.

Esse adendo que exploramos, abrindo esse pequeno parêntesis para relatar o exemplo de Xapuri, tem o papel de por em confronto o *fazer político* do Governo da Floresta, pela razão primordial de ter saído de Xapuri, o protótipo de modelo de desenvolvimento que Jorge Viana buscou assumir na escala mais ampliada do poder estadual e/ou porque Xapuri represente o lugar aonde frutificou a proposta de desenvolvimento sustentável. Neste primeiro momento, vimos que Julio Barbosa parece ter deslizado exatamente no espaço social em que vivem as pessoas – trabalhadores rurais, seringueiros – de onde a idéia de sustentabilidade nasceu, isto é, o interior das florestas e áreas rurais. E o fracasso de eleger seu sucessor político no executivo municipal de Xapuri deveu-se, em grande medida, à sua negligência em relação aos interesses rurais e à denúncias de malversação dos recursos públicos a que incorreu de não prestação de contas, dos recursos financeiros da prefeitura, inclusive com a ocorrência de um incêndio inexplicável nos documentos contábeis da municipalidade. O Jornal A Gazeta relatou que Julio Barbosa de Aquino, ex-seringueiro, ex-presidente do STR de Xapuri, do CNS, ex-prefeito de Xapuri e atual Secretário Nacional do Meio Ambiente, fundador do PT no Acre, foi condenado pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE a devolver R\$ 318,6 mil aos cofres da municipalidade por falta de comprovação de saldo bancário. Irregularidade na prestação de contas do exercício de 1999, com o desaparecimento do dinheiro que estava em conta corrente da prefeitura (Jornal A GAZETA, Rio Branco-AC, 17 de setembro de 2009. Ano XXI, nº 7.036).

No caso do Governo da Floresta ter logrado a sucessão do seu governo depois de oito anos de gestão, é um fato que diferencia a gestão de Jorge Viana, que merece atenção mais apurada em razão do destino do seu projeto político não haver sucumbido, como aconteceu com o projeto político de Júlio Barbosa, em Xapuri. Desses motivos

procuraremos os indícios. Santana Jr. (2004) descreveu que as primeiras ações do governo foram direcionadas para sanear a capacidade das instituições estatais e estabelecer-lhes a sua capacidade de funcionamento. O governo tinha o entendimento de que sem um aparato estatal eficaz seria pouco provável colocar o seu projeto adiante. Nesse sentido, recuperou o patrimônio público que havia sido dilapidado, restaurou as repartições públicas, delegacias, escolas, hospitais, Palácio do Governo, mercados, dotou-as de equipamentos e instalações modernas, regularizou o pagamento dos funcionários, em atraso de 4 meses sem recebimento, enfim, devolveu o poder de compra dos servidores públicos e robusteceu o Estado para o seu funcionamento público efetivo, com destaque para a normatização da exploração florestal, Zoneamento Ecológico Econômico, e delineamento dos potenciais produtivos do Acre. No âmbito da política, incorporou os interesses dos seringueiros e indígenas, convocou organizações de representação dos trabalhadores, ONGs, lideranças sociais de diferentes atuações para comporem os quadros de sua administração governamental.

O próprio governador Jorge Viana, em janeiro de 2003, avaliou o seu primeiro mandato governamental nos seguintes termos:

Nós trabalhamos duro neste primeiro mandato para reconstruir o Acre. Agora vamos construir. Temos uma oportunidade única de iniciarmos os próximos 100 anos da nossa história de maneira certa. Nosso segundo mandato passa principalmente por uma economia forte, consolidada e baseada na florestania, com indústrias sendo implantadas. Será o momento em que o Acre passa verdadeiramente a ter um setor privado. Já temos um governo e agora precisamos de uma economia sustentável. Vamos atacar forte a economia da floresta. Temos a mais rica floresta do mundo e precisamos usar os nossos talentos, nossos conhecimentos para consolidar esse novo momento que o estado vive. Nós criamos as condições no primeiro mandato com boas leis que foram aprovadas na Assembléia, e os deputados nos ajudaram muito nisso, para ter uma boa lei de incentivos fiscais, temos um novo distrito industrial sendo construído. Sabemos qual o rumo que norteará nossa economia nos próximos 100 anos baseada na sustentabilidade da floresta (GUIMARÃES JR. 2008, p. 132).

Com essas medidas assegurou relativo dinamismo da economia, devido ao grande peso do funcionalismo público na ativação do mercado local. O governador do Acre, naquele momento, Arnóbio Marques, mais conhecido como Binho Marques, asseverou a esse respeito, quando ainda não era governador, que O Acre é muito dependente de repasses da União pela sua baixa arrecadação de impostos, em função da baixa dinâmica econômica. O Estado do Acre, em termos proporcionais, é o segundo Estado que tem o maior número de pessoas da população economicamente ativa, formada por funcionários públicos, só perdendo para o Distrito Federal... Como 27% da população economicamente ativa é formada por funcionários públicos, grande parte da população depende, direta ou indiretamente, do governo (Citado por SANT'ANA, JR. 2004, p. 275).

No contexto dos atrasos do pagamento dos funcionários públicos fortaleceu a usura da agiotagem no estado, pois era freqüente o endividamento de servidores que acionavam empréstimos de dinheiro a juros estratosféricos, o comércio vivia na

insolvência, embora sobrevivendo dos juros bastante atrativos, e a compra ‘do fiado’ era um procedimento já bem formalizado da economia local.

No âmbito da dinâmica econômica, ainda, o governo empenhou-se em realizar o Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE, a partir do qual estabeleceu a direção das ações do seu projeto de desenvolvimento sustentável. Para a realização do ZEE contou com a participação de vários segmentos sociais, consultou os ramos produtivos – setor primário, indústria, comércio e serviços – dialogou com as gentes simples da sociedade local, moradores “...mais antigo, os jovens, o comerciante falido e o que deu certo, líderes de movimentos populares e sindicais, padres, pastores, prostitutas, parteiras, curandeiros, vereadores, médicos, delegados de polícia, juízes. Não foram entrevistadas autoridades como Prefeitos e Presidente da Câmara, que seriam ouvidas em outras instâncias. O eixo das entrevistas era pedir a cada um entrevistado que fizesse uma análise do Acre, nos últimos 10 anos, da situação atual e quais os sonhos. Nesses municípios houve o compromisso de que os sonhos dos entrevistados teriam peso na elaboração do ZEE” (Entrevista 25-11-2000, Célia Pedrina, encarregada da coordenação da equipe, citado por SANT’ANA JR. 2004, p. 275).

Tornando o ZEE a matriz diretora de planejamento do desenvolvimento sustentável de seu governo, como de fato tem sido essa a sua finalidade, tomou-o com a diferença de realizá-lo contando com a participação social, praticamente, de todos os interesses/demandas sociais latentes, criando um mecanismo político de participação social, a partir de um planejamento de perfil técnico. Desse modo, o governo não somente definiu as prioridades a serem realizadas pelo executivo estadual, como também através do ZEE angariou o consentimento e coesão de bases sociais para lhe dar sustentação na sua gestão política.

No caso particular das demandas dos trabalhadores rurais, por exemplo, “todos os programas de desenvolvimento econômico e social do Governo do Acre (1999-2002), voltado para o incremento da produção rural e bem-estar social, como o Projeto de Construção das Casas de Farinha, centrado na Regional do Juruá, o Projeto Ribeirinho, em todo o Acre, de escoamento da produção, através da doação de barcos e caminhões, o Programa de Eletrificação Rural, abertura de ramais, o Programa Centros de Florestania de infra-estrutura (construção de escolas, postos de saúde, centros de cultura e lazer, sistema de saneamento alternativo, instalações de usinas, rádios comunitárias, telefonia rural), e financiamento (fundo de florestania), foram mediados pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Acre – Fetacre, juntamente com os sindicatos, com exceção do sindicato de Rio Branco, que naquele momento era o único sindicato que fazia oposição ao governo estadual [e não havia se filiado à Federação] (...) Por meio desses programas, foram doados barcos, motores, caminhões, e construídas e entregues prontas, mais de 100 casas de farinhas, todas equipadas com maquinário e instalações” modernas (SILVA, 2006, p. 248).

Embora o fenômeno da participação institucionalizada em espaços com status público tenha sido generalizado pelo país, a partir da década de 1990 (GOHN, 1997; TAPIA, 2007), com a criação de Conselhos municipais, estaduais e federais de discussão de temáticas diferenciadas (saúde, educação, desenvolvimento, meio ambiente, cidadania, direitos sociais) motivada pela ampliação dos canais de democratização nacional, convém sublinhar que no Governo da Floresta, estes Conselhos públicos significaram a inserção daqueles segmentos sociais que não tinham vozes na esfera institucionalizada, bem como suas demandas/interesses não ressoavam nas políticas de desenvolvimento social e econômico, com a eficácia que suas reivindicações exigiam, situação certamente

semelhante à de muitas regiões brasileiras. No caso particular dos trabalhadores rurais e suas formas de representação política e\ou econômica, elas passaram a ocupar assentos nestes espaços de participação para discutirem as suas expectativas e a compatibilização delas no interior das políticas públicas.

Jorge Tapia (2007) verificou em seu trabalho sobre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES criado durante a gestão do governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, a partir de 2002, que esses arranjos institucionais têm se constituído, mundialmente, como alternativas de coordenação contras as políticas neoliberais de desregulação dos mercados, pois essas estruturas institucionais têm ampliado as oportunidades de participação e canalização das expectativas dos diferentes atores sociais, inclusive com a fiscalização e controle dos investimentos, levando à configuração de pactos sociais, direcionados para a definição das estratégias de desenvolvimento social e econômico dos governos nacionais. O autor lembrou que “...nas várias políticas, a desregulação e concertação representam alternativas políticas, para o encaminhamento da reforma da regulação social, isto é, correspondem a duas maneiras institucionais e políticas de ação e interação estratégica dos principais atores nacionais” (p. 193). Mas tem prevalecido nas atuais experiências dos Conselhos uma modelagem de concertação e modos de *governance*, com vista à garantia da proteção social uma vez que as articulações institucionais promovida por estes têm sido no sentido de coordenação da relação entre a voracidade do mercado vis-à-vis à ação do Estado, visto que a composição dos membros participantes dos Conselhos estão ligados à associações empresariais, federação e\ou confederação de sindicatos, representantes governamentais, em que se privilegia temas de governabilidade econômica e social.

Silva (2006, p. 252) comentou que, no Acre, os conselhos passaram a ser os espaços privilegiados de participação através dos quais o movimento sindical de trabalhadores rurais e suas formas de representação política e\ou econômica exerceram a ação política, em busca de compatibilizar os interesses de suas bases sociais, junto às esferas estatais, elevando-as ao status público,

Os conselhos e comissões tornaram-se os principais meios de interlocução\reivindicação dos dirigentes sindicais. O STR de Xapuri, bem como outros porta-vozes dos seringueiros, Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS, Cooperativa Agroextrativista de Xapuri – CAEX, Associação do Moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes – Amorex, Fundação Chico Mendes, passaram a participar de conselhos municipais de saúde, educação, orçamento participativo; das comissões junto ao Banco da Amazônia – Basa para o estabelecimento de critérios relativos a financiamentos do Fundo Constitucional do Norte – FNO\PROCERA\Prodex; junto ao INCRA e IBAMA, na definição de áreas de conflitos a serem arrecadadas para fins de reforma agrária, na seleção dos assentados; junto ao Instituto de Meio Ambiente do Acre – Imac pelo licenciamento de áreas para queimadas e combate ao fogo; de conselhos estaduais (Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – Consectma) e federais (Conselho Nacional de Meio Ambiente – Conama) de meio ambiente. Nos conselhos estaduais e federais, a participação aconteceu (...) no nível da Federação e do CNS (SILVA, 2006, p. 252).

Não cabe nos termos do nosso trabalho caracterizar o grau de eficácia da participação da representação política dos trabalhadores rurais – como Fetacre, CNS, ONG's ambientalistas e indigenistas – no Governo da Floresta para averiguarmos se realmente estes espaços públicos têm permitido a participação social, em condições de correlação de forças políticas equilibradas, por dentro de tais conselhos, de modo a resguardar que os trabalhadores tenham suas demandas\interesses atendidas de forma efetiva, através das políticas públicas formuladas e implementadas. Tomaremos como 'dado', apesar dessa lacuna sublinhada, que se as organizações de representação dos trabalhadores têm assento nos espaços de formulação e definição das políticas a que a eles interessam, os mesmos estão compactuando e\ou consentido com a natureza das mesmas, assim como da maneira como elas estão sendo executadas, uma vez que não se tem visto nenhum tipo de manifestação social de descontentamento por parte destas organizações de representação política. No entanto, para minimizarmos a amplitude desse problema apresentaremos resumidamente os resultados de uma recente análise sobre a participação da sociedade civil – representações de trabalhadores e ONG's – em cinco importantes espaços de definição de políticas públicas criados durante a administração do Governo da Floresta, a partir de 1999, com o objetivo de direcionar as suas ações de desenvolvimento sustentável.

Atualmente existem 12 conselhos públicos de participação institucionalizada no Estado do Acre, 10 deles são conselhos estaduais e 2 deles pertence à esfera municipal de Rio Branco. O Ministério Público do Estado – MPE fez a contagem e deu a listagem dos conselhos existentes no período de 2008: 1. Conselho Estadual de Entorpecentes do Acre; 2 Conselho Estadual de Cultura; 3. Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente; 4. Conselho Tutelar de Rio Branco; 5. Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS; 6. Conselho Estadual de Saúde; 7 Conselho Popular de Saúde; 8. Conselho Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – CEMACT; 9. Conselho Florestal Estadual; 10. Conselho de Desenvolvimento Rural Florestal Sustentável – CDRFS; 11. Conselho Municipal de Saúde; 12. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (MENESES, 2008, p. 50).

Não teremos a pretensão de tomar, do ponto de vista da análise, todos os conselhos existentes. Com base nos dados que temos disponíveis, faremos rápida consideração sobre os principais deles, no que diz respeito à relação que mantêm com as políticas públicas de desenvolvimento sócio-econômico e ambiental. Tomaremos como exemplo o CEMACT, CEZEE, PDRFS, CEAA-BID e o CFE, a partir das informações de Meneses Filho (2008).

Com exceção do Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – CEMACT, criado em 1992, através da Lei nº 1.022, como órgão deliberativo e normativo, integrado ao Sistema Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – SISMACT, os demais conselhos foram instituídos durante a gestão do governo de Jorge Viana. A Comissão Estadual do Zoneamento Ecológico-Econômico – CEZEE, instituída pelo Decreto 503 de 06\04\1999, cujo objetivo consistia em coordenar, acompanhar e avaliar a elaboração e realização do ZEE. O Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Florestal Sustentável – CEDERS, criado pelo Decreto 2544 de 21 de agosto de 2000, que foi revogado pelo Decreto 8423, de 11 de agosto de 2003, deu nova configuração ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Florestal Sustentável. O CDRFS tem estatuto deliberativo e prevê a definição dos Planos de Desenvolvimento Rural e Florestal Sustentável – PDRFS, do Programa Estadual de Reforma Agrária, do Programa Estadual de

Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, priorização das atividades produtivas de agricultura, extrativismo e floresta. Por fim, temos a Comissão Estadual de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre (Contrato BID 1399\OC-BR) – CEAA-BID, formalizada em 10 de junho de 2004, pelo Decreto nº 5549, alterado posteriormente pelo Decreto nº 11.580, de 28 de janeiro de 2005, com o objetivo de acompanhar, avaliar e definir as diretrizes do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado, cujo apoio financeiro proveio do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. O Conselho Florestal Estadual – CFE instituído pela Lei nº 1.426 de 27 de dezembro de 2001 para definir a política florestal do Acre, sua representação é colegiada com caráter normativo e deliberativo (MENESES FILHO, 2008, p. 11-12).

Meneses Filho (2008) fez uma descrição detalhada da participação dos segmentos da sociedade civil, caracterizando o nível de intervenção destes atores na formulação, avaliação e definição do direcionamento das políticas públicas destes cinco Conselhos. Na tabela abaixo, o autor mostra a composição dos Conselhos mencionados e o número de membros que participam deles, dando ênfase ao cargo da presidência, em que todos os dirigentes dos Conselhos são representantes governamentais, anos de criação, e a sua estrutura organizacional.

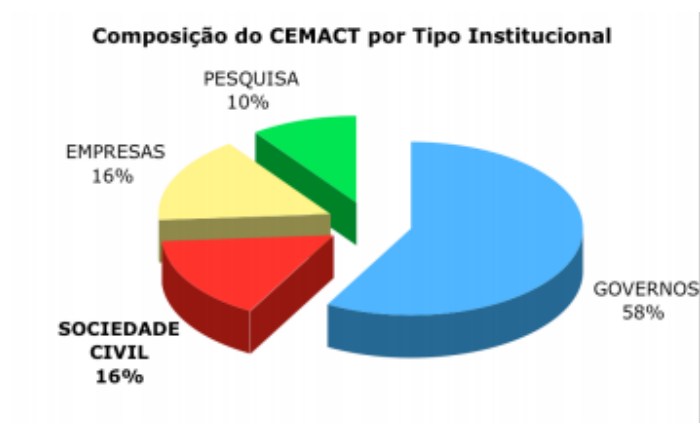
Tabela 1 - Ano de criação, responsabilidade institucional da presidência, estrutura dos 5 espaços de participação e número de membros

	CEMACT	CEZEE	CDRFS	CEAA - BID	CFE
Criação	1992	1999	2000	2002	2003
Presidência	SEMA	SEMA	SEPLANDS	SEPLANDS	SEPLANDS
Estrutura	<ul style="list-style-type: none"> • Plenário • Secretaria Administrativa • Câmaras Técnicas (4) 	8 Câmaras Temáticas: <ul style="list-style-type: none"> • Governo Estadual • Governo Federal • Outras Esferas Governamentais • Pesquisa • Empresarial • Indígena • Trabalhadores • Sociedade Civil (ONGs) 	<ul style="list-style-type: none"> • Plenário • Secretaria Executiva • Câmaras Técnicas (2) 	<ul style="list-style-type: none"> • Plenário • 9 Câmaras • Comissão Executiva • Secretaria Administrativa • Câmaras Técnicas (0) 	<ul style="list-style-type: none"> • Plenário • Secretaria Executiva • Câmaras Técnicas (0)
Qtd. membros	19	34	25	59	22

Na discriminação setorial dos membros participantes do CEMACT, das 19 instituições envolvidas, 58% delas referem-se à representação dos órgãos governamentais das três esferas de governo (42% estadual, 11% federal, 5% municipal). Os representantes da sociedade civil (ONG's e trabalhadores) participaram com 16% dos membros, igual ao setor empresarial, que também ocupou 16% das vagas do CEMACT. Após a criação do CEMACT, até o período de realização da pesquisa, haviam sido realizadas 48 reuniões do Conselho, que abordou e encaminhou questões relativas à: i) administração (aprovação de regimento interno, constituição de Câmaras Técnicas, posse de conselheiros e elaboração de Planos de Trabalho); ii) questões normativas; iii) questões acerca das políticas ambientais e científicas; iv) normatização de Unidades de Conservação Ambiental; v) aprovação de Planos Operativos.

A Figura 1. Composição do CEMACT por Tipo Institucional, abaixo, mostra o percentual da participação por tipo institucional de vínculo dos seus membros efetivos.

Figura 1.

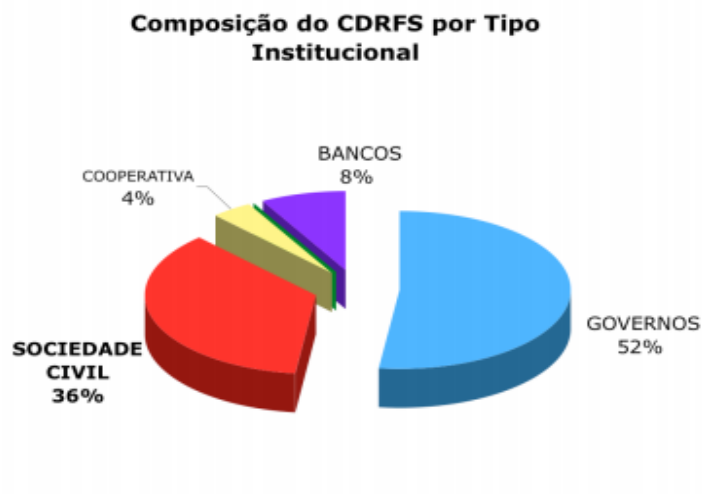


Fonte: Meneses Filho (2008, p. 12)

No caso do CEZEE, a participação governamental chegou a ocupar 43% das vagas do referido conselho. Os trabalhadores e ONG's representaram 27% dos espaços ocupados, as empresas do setor privado contribuíram com 21%, e 9% das cadeiras foram destinadas às instituições de pesquisa, como a Embrapa\AC. Neste Conselho foram realizadas 14 reuniões, abordando temas concernentes à: i) metodologia de elaboração do ZEE, fase II, a qual foi aprovada; ii) aprovação de diretrizes para construção do Mapa de Gestão

O CDRFS considerado pelas organizações de representação dos trabalhadores (Fetacre, CNS, CUT, e CPT) como o canal de participação mais importante, pois daí deriva-se a formulação, elaboração e o direcionamento das macro-políticas de desenvolvimento sustentável do Governo da Floresta, se discute temas como cadeias produtivas, prioridade dos investimentos nas regiões na agricultura familiar, linhas de financiamentos, assistência técnica, dentre outros. Dos 25 membros formalizados com assento no Conselho, 36% são de representação do Governo Estadual, que junto com às demais instituições governamentais de nível federal, totaliza 52% de órgãos governamentais. A sociedade civil conta com 36% dos espaços, as cooperativas 4%, e os bancos somam 8% das vagas. A pizza abaixo discrimina o percentual de participação das instituições do governo e da sociedade no CDRFS. O Conselho chegou a fazer 19 reuniões na qual discutiram e encaminharam as seguintes questões: i) Política de Desenvolvimento Rural e Reforma Agrária; ii) Crédito Rural e Investimentos; iii) normatizações administrativas (elaboração do Regimento Interno e Câmaras Técnicas); iv) Integração das Políticas Federais com as Estaduais; v) Definição de taxas por serviços promovidos pelo Estado. A Figura 2. Composição do CDRFS por Tipo Institucional, a seguir, discrimina a composição deste Conselho, definindo o percentual de membros por tipo de participação institucional.

Figura 2.

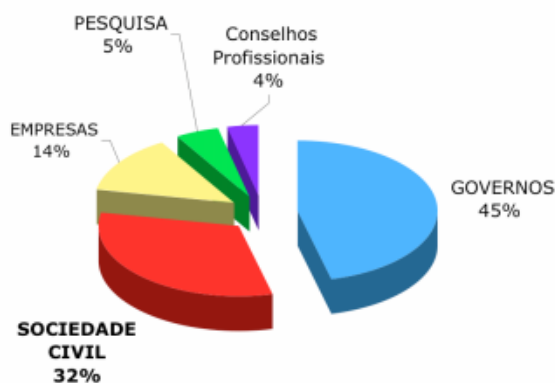


Fonte: Meneses Filho (2008, p. 13)

O CEAA-BID é composto por 59 membros distribuídos em 9 Câmaras setoriais. A representação governamental ocupava 45% das vagas disponíveis, sendo destes, 27% do Governo Estadual (10% do governo federal, 9% de outras esferas de governo). A sociedade civil somava 32% das vagas ocupadas, 14% couberam às empresas do setor privado, 5% estavam ligadas às instituições de pesquisa, e 4% foram preenchidas por representantes de conselhos de profissionais liberais. A Figura 3. Composição da CEAA-BID por Tipo Institucional, igualmente, apresenta a discriminação da participação dos seus membros componentes.

Figura 3.

Composição da CEAA-BID por Tipo Institucional

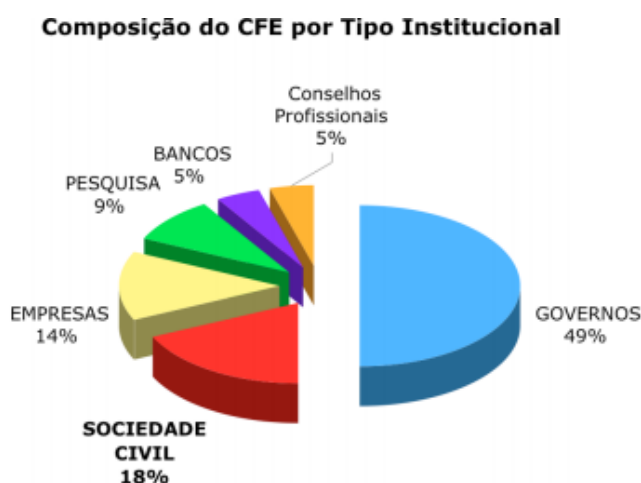


Fonte: Meneses Filho (2008, p. 13)

O CFE foi formado com a participação de 22 organizações. Destas, 49% referiam-se aos setores governamentais. As representações dos trabalhadores rurais e

ONG's somavam juntas 18% dos membros. As empresas do setor privado correspondiam a 14% de participação, logo depois vinham as instituições de pesquisa (9%), os bancos financeiros (5%), enquanto as representações dos conselhos de profissionais liberais contavam com 5% dos espaços disponíveis. O Conselho fez 6 reuniões com as seguintes pautas e respectivos encaminhamentos: i) discussão dos Programas Florestais (melhorias de ramais em projeto de manejo florestal comunitário); ii) normatizações administrativas (Regimento Interno, inclusão de novos membros, definição do Fundo de Desenvolvimento Florestal); iii) Licenciamento de atividades florestais e desmatamento, e aprovação de Planos de Manejo Florestal, em áreas de Reservas Extrativistas; iv) Regulação da Lei Florestal (mecanismos associados ao Passivo Ambiental e de instrução normativa para licenciamento da exploração florestal. A composição do CFE está expressa na Figura 4. Composição do CFE por Tipo Institucional, abaixo.

Figura 4.



Fonte: Meneses Filho (2008, p. 13)

Tomando somente as instituições de representação da sociedade civil que têm assento nesses espaços de participação política com status público, enfatizando somente as organizações dos trabalhadores rurais e urbanos e as ONG's ambientalistas e organizações indígenas, veremos que as mesmas assumiram assentos em praticamente todos os espaços dos cinco Conselhos considerados. Os setores empresariais e/ou comerciais não constam nessa esquematização. Merece destaque a participação da Fetacre e do CNS com representação em praticamente todos os espaços, com ressalva para a Fetacre, que não participa do CEMACT. A tabela abaixo nomeia os fóruns de participação destas instituições da sociedade civil.

Tabela 3 – Organizações da Sociedade Civil que tem assento nos espaços analisados.

Tipo Organiz.	Organização	CDRFS	CFE	CEAABID	CEMACT	CEZEE	Total
Trabalhadores	CNS	X	X	X	X	X	5
ONG	PESACRE	X		X	X	X	4
Trabalhadores	FETACRE	X	X	X		X	4
ONG	SOS AMAZONIA			X	X	X	3
ONG	CTA	X		X		X	3
Trabalhadores	CUT	X		X		X	3
Indígena	OPIN (UNI)	X		X		X	3
ONG	CPI	X		X			2
ONG	WWF-BRASIL		X	X			2
ONG	GTA	X	X*	X	X*	X*	2
Indígena	OPIRE			X		X	2
Indígena	OPIRJ			X		X	2
ONG	RAMH			X			1
ONG	CIMI			X			1
ONG	COMIM			X			1
ONG	CPT	X					1
Indígena	OPITAR			X			1
Indígena	OPIAC			X			1
Indígena	AMAAIAC			X			1

* - Espaços cujo assento é do GTA e que são delegados a outras organizações.

Fonte: Meneses Filho (2008)

Deste conciso levantamento, nos interessa pontuar a evidência empírica da participação das organizações da sociedade civil, relativa aos trabalhadores, tanto do campo quanto das cidades nos espaços de participação pública institucionalizados. Hoje esse fato aparenta ser bastante banal, mas a pouco tempo atrás essa situação era improvável, pois o avanço das formas de democratização dos espaços governamentais para a participação dos trabalhadores, ocorreu, por ondas sucessivas de práticas de resistências, mobilizações e conflitos, muitas vezes sangrentos. Houve muita pressão frente às instituições governamentais para que os trabalhadores garantissem alguma chance de serem ouvidos em suas reivindicações, demandas, interesses, necessidades. No momento atual, as formas de mobilização social, expressas em manifestações maciças, com forte presença de agregados humanos dos segmentos sociais em espetáculos públicos, não deixaram de ser acionados quando as portas dos governos não abrem canais de diálogo e interlocução. Contudo, a realidade dos Conselhos têm resultado numa tendência de apaziguamento dos interesses, através dos espaços de negociações institucionalizados, pois eles acabaram sendo "...responsáveis pela importante integração dos agentes econômicos e sociais no processo de tomadas de decisões dos governos", como aconteceu com a experiência dos Conselhos europeus (TAPIA, 2007, p. 195), em particular, o caso italiano estudado por Robert Putnan (1996) em que decorreu uma visível prosperidade do bem-estar social, com a participação da sociedade civil, junto aos governos do Norte da Itália.

O caso do Acre também corrobora com esta constatação, na medida em que a maior mobilização das diferentes organizações de representação da sociedade civil, junto à esfera governamental, tem resultado em significativos avanços das condições materiais de vida na região, se comparado a momentos precedentes. Contudo, algumas pesquisas têm apontado que a intercessão da sociedade com o governo, resultando na configuração de relativo pacto social, isso teria, por outro lado, gerado certa desmobilização das ações mais

contestatórias, característica daqueles movimentos sociais das décadas de 1970\1980, no Acre. No entanto, no atual transcurso da história acreana, observa-se que a diminuição das formas mais tradicionais de manifestação da sociedade, traduzida pelos movimentos de massa, isso não significa necessariamente neutralização da ação política destas organizações dos trabalhadores, senão que ela indica, tão-somente, uma mudança na estratégia da ação política delas, que passaram a compatibilizar, a depender da conjuntura, formas contestatórias de expressão popular, com estratégias de negociação institucional, através da atuação por dentro dos canais de participação social de status públicos, como representa o caso dos diferentes Conselhos, federais estaduais ou municipais.

Nesse sentido, atualmente, as estratégias de mobilização política dos trabalhadores alternam-se nas táticas de mobilização-negociação, pressão social e diálogo político, sendo que atualmente predomina a negociação e diálogo, dado que, praticamente, durante os oito anos de mandato do Governo da Floresta não ocorreu manifestações de massas sistemáticas. Neste período, temos registros das manifestações sucedidas em 2005 de contestação contra os desmatamentos, pois no verão daquele ano, entre agosto-setembro, a cidade de Rio Branco chegou a ficar encoberta por fumaça que impediu as operações de pousos e decolagens no aeroporto internacional Plácido de Castro, com o registro do aumento de notificações, relacionadas à problemas respiratórios no pronto socorro da capital. Estudantes, organizações diversas da sociedade civil, universitários, grupos teatrais, sindicalistas urbanos e população em geral, fizeram passeatas pelas principais ruas do centro da cidade, contestando o agravamento das queimadas acreanas. Coincidia com aquele coro de vozes, reivindicações, simultâneas, no âmbito municipal, em defesa pela manutenção da taxa de ônibus, que os empresários dos transportes coletivos haviam anunciado aumentar, bem como os professores federais da Universidade Federal do Acre – Ufac, por ocasião da deflagração da greve nacional, aproveitaram o momento para dar visibilidade pública à sua manifestação pela defesa da universidade pública no país.

Nos meados do segundo milênio, as administrações dos governos (municipal e estadual) também foram pressionadas pelo segmento dos motos-taxistas que reivindicavam a regulamentação e normatização do trabalho dos condutores de motocicletas como atividade de transporte, com status público. No âmbito das demandas do movimento rural, uma das mobilizações de maior publicidade ocorreu em 2004, com a participação de várias organizações de representação dos trabalhadores rurais, sindicatos, ONGs, junto ao INCRA, cobrando as promessas daquela autarquia federal, referentes, à regulação fundiária e criação de assentamentos rurais, como as áreas do seringal São Miguel e São José, localizadas entre os municípios de Etipaciolândia e Xapuri. Tem-se diagnosticado também que, em 2005, os dados catalogados pelo INCRA, indicavam a existência de 60 áreas rurais de potenciais pontos de conflitos agrários, onde se demandavam a regularização da situação fundiária dos posseiros que lá viviam, cuja área de abrangência perfazia aproximadamente 2 milhões de hectares de terra e que envolvia uma população de trabalhadores não revelada (PAULA, 2005), embora se estimasse em muitas pessoas.

Que lições analíticas podem ser extraídas dessas mobilizações contestatórias, desses, por assim dizer, conflitos sociais! Que semelhanças e\ou diferenciações eles guardam com os conflitos das décadas de 1970\1980, de tal modo que se poderia considerar instável, politicamente, o Governo da Floresta! O primeiro pressuposto geral que distingue a natureza dos conflitos apontados, dos anteriores, indica que estes se caracterizaram por sua natureza pontual, não sistemática, e de caráter estritamente momentâneo. Não se tratou de turbulência estrutural no nível estadual como àqueles ocorridos nas três décadas atrás.

Nessa linha, outro aspecto relevante das reivindicações deflagradas, definiu-se por demandas institucionalmente localizadas das distintas esferas de poder político governamental, de forma que não apresentaram caráter generalizado. Os motos-taxistas demandavam da esfera municipal e reivindicavam da prefeitura a regularização de sua atividade. Os trabalhadores rurais e suas respectivas instituições de representação dirigiram-se para o INCRA. A população, insatisfeita com a possibilidade de aumento da tarifa de ônibus, cobrava igualmente da prefeitura medidas para conter os ânimos dos empresários dos transportes coletivos. O único traço contestador do Governo da Floresta permanece até hoje, expresso ou tacitamente, ligado às críticas quanto à questão da sustentabilidade. Esse tem sido, por assim dizer, o calcanhar de Aquiles do Governo da Floresta e o grande desafio que ele ainda não logrou consenso coletivo mútuo, com a mesma eficácia e densidade com que tem alcançado êxito em outras ações de sua administração.

Os desmatamentos no Acre seguem, mantendo o ritmo e o compasso de 3,2% (2001-2002: equivalente a 727 Km²), 4,0% (2002-2003: equivalente a 978 Km²), 3,1% (2003-2004: equivalente a 803 Km²) na participação dos desmatamentos da Amazônia Legal, a terceira posição mais baixa de contribuição, comparativamente aos demais estados amazônicos. Mato Grosso é quem mais desmata com 35,6%, 42,5%, 48,1%, respectivamente, seguido pelo Pará com 36,1%, 28,0%, 25,7%, e Rondônia (15,6%, 13,7%, 15,8%). Abaixo do Acre, encontram-se o Maranhão (4,5%, 4,0%, 2,8%), Tocantins (1,1%, 0,8%, 0,4%) e Roraima quem menos desmata (0,0%, 0,0%, 0,0%), correspondentemente aos períodos analisados (Fonte: MMA\INPE, disponível Jornal Página 20, 22-23 de maio de 2005, p. 14. Manchete: *Acre é quem mais preserva na Amazônia*)

Os dados dos quadros abaixo sistematizam a evolução do incremento do desmatamento na Amazônia Legal e o percentual de participação de cada um dos estados membros, para as séries temporais (2001-2002; 2002-2003; 2003-2004), respectivamente.

Tabela 34. As áreas desmatadas na Amazônia Legal nos últimos três períodos (Km²)

Estados	2001-2002 (verificado- confirmado)	2002-2003 verificado- confirmado	2003-2004 estimado	Evolução 2002- 2003 para 2003- 2004
Mato Grosso	8.177	10.458	12.586	20%
Pará	8.288	6.880	6.724	-2%
Rondônia	3.586	3.369	4.141	23%
Amazonas	874	1.734	1.054	-39%
Acre	727	978	803	-18%
Maranhão	1.044	986	725	-26%
Tocantins	259	190	107	-44%
Roraima	5	3	-	-
Total	23.143	24.597	26.130	

Fonte: MMA\INPE (Disponível em Jornal Página 20, Rio Branco-AC, 22-23 de maio de 2005, p.14).

Tabela 35. A participação dos Estados no desmatamento anual da Amazônia Legal (Km²)

Estados	2001-2002	2002-2003	2003-2004
Mato Grosso	35,6%	42,5%	48,1%
Pará	36,1%	28,0%	25,7%
Rondônia	15,6%	13,7%	15,8%
Amazonas	3,8%	7,0%	4,0%
Acre	3,2%	4,0%	3,1%
Maranhão	4,5%	4,0%	2,8%
Tocantins	1,1%	0,8%	0,4%
Roraima	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: MMA/INPE (Disponível em Jornal Página 20, Rio Branco-AC, 222-23 de maio de 2005, p. 14).

Se compararmos o incremento do desflorestamento no Acre, de praticamente toda a década de 1990, conforme demonstra os dados do IBGE (2002, p. 89), na tabela abaixo com informações sobre o desflorestamento bruto na Amazônia Legal, com as taxas de degradação ambiental, do período de administração do Governo da Floresta (1999-2006), mostrados acima, poderemos constatar que, efetivamente, ocorreu uma redução expressiva da quantidade de desmatamento na região acreana, que seguia ritmo de conversão florestal, da ordem média anual entre 12 a 14 mil quilômetros quadrados, ao passo que no período atual, apresentam o compasso médio, próximo de mil quilômetros quadrados.

Tabela 44 - Desflorestamento bruto da Amazônia Legal, segundo as Unidades da Federação - 1992/1999

Unidades da Federação	Desflorestamento bruto da Amazônia Legal (km ²)						
	1992	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Total	440 186	469 978	497 055	517 069	532 086	551 782	569 269
Rondônia	36 865	42 055	46 152	48 648	50 529	53 275	55 274
Acre	11 100	12 064	13 306	13 742	14 203	14 714	15 136
Amazonas	23 999	24 739	26 629	27 434	28 140	28 866	29 616
Roraima	4 481	4 961	5 124	5 361	5 563	5 791	6 112
Pará	151 787	160 355	169 007	176 138	181 225	188 372	194 619
Amapá	1 736	1 736	1 782	1 782	1 846	1 962	1 963
Tocantins	23 809	24 475	25 142	25 483	25 768	26 404	26 613
Maranhão	95 235	95 979	97 761	99 338	99 789	100 590	102 326
Mato Grosso	91 174	103 614	112 150	119 141	125 023	131 808	137 610

Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, Programa de Estimativa do Desflorestamento na Amazônia - PRODES.

Nota: Dados do mês de agosto.

IN: IBGE: 2002.

No entanto, apesar da redução inconfundível do desperdício natural e da decrescente ilegalidade das ações de exploração dos recursos florestais, a escala média de intensidade de conversão do meio ambiente, de cerca de 3% anual, sem preocupação com reflorestamentos, somente sinaliza que o ritmo mesmo baixo de desmatamento acumulativo, pode resultar no retardamento de um pouco mais de tempo do prazo de desfiguração generalizado dos recursos ambientais acreanos, em razão da forte tendência de aceleração da exploração madeireira, para atender à demanda reprimida internacional e\ou nacional dessa matéria prima, mesmo considerando essa extração através dos manejos florestais. Isto quer dizer que a priorização da natureza nas estratégias de desenvolvimento, não podem se restringir apenas à diminuição do desperdício ou à legação da exploração, mas necessariamente passa pela valorização das florestas no seu conjunto, como um patrimônio humano, que está para além da estrita motivação do interesse do lucro econômico, embora elas tenham importante papel em proporcionar fatores econômicos para as populações e os estados que convivem com elas. Isso significa a priorização de uma política econômica de extração daquelas atividades extrativistas que são, tradicionalmente, compatíveis com a existência das florestais em sua estrutura natural. No plano prático do desafio econômico das florestas, merece ser sublinhado a quantidade de produtos florestais com capacidade de comercialização. Levantamento do CNS (1992) identificou 350 deles. Naquele momento havia sido selecionados 21, já comercializados, por 70 empresas. Na geral havia sido diagnosticado a possibilidade concreta de extração de 40 produtos florestais, incluindo aqueles para fins alimentares, medicinais, cosméticos, e industriais, tradicionalmente utilizados por diferentes comunidades amazônicas. A madeira estava entre estes produtos, mas ela não corresponde a uma das atividades mais delicadas, pois requer a extração de toda a árvore, era vista com reticência pelos trabalhadores e, por isso, haveria de ser bastante estudado o processo de sua extração, de modo que ela não poderia figurar como produto principal do desenvolvimento, embora pudesse estar entre as atividades de extrativismo florestal.

Quanto à questão da regularização fundiária, não se pode deixar de fazer as contas de que, aproximadamente 60% das áreas do território acreano foram transformadas em áreas de conservação integral, de uso sustentável, ou projetos de assentamentos agroextrativistas, incluindo as três esferas administrativas de governo. O índice de Gine, que mede a concentração\desconcentração de terra, refletiu uma queda sensível, baixando, na década de 1990, para 0,6 pontos, em comparação com a situação dos anos de 1970\1980, de 0,9 pontos, de modo que se a questão da terra ainda constitui uma problemática que envolve muitas famílias de posseiros – e é pertinente que ela mereça mais atenção governamental – ela, nem de perto, se configura como uma situação, estruturalmente explosiva, capaz de colocar em xeque a administração governamental que analisamos, nem tampouco o caráter pontual dos atuais conflitos se assemelha à sistemática daqueles conflitos por terra, que foram protagonizados pelos seringueiros no passado, de maneira generalizada.

Essa natureza esporádica dos conflitos recentes e a pontualidade de suas demandas, que não questionam a estrutura do processo de desenvolvimento atual, limitando-se às suas reivindicações situacionais periféricas do corpo estatal, corroboram com a nossa hipótese de que as negociações dos interesses sociais estão sendo tratadas, politicamente, através de outras estratégias de mobilização, em que destacamos a participação institucionalizada pelos Conselhos estaduais. Ocorreu que, com a institucionalização da esfera pública de participação popular e das organizações dos

trabalhadores, assim como dos demais segmentos da sociedade, modificam-se, substancialmente, as estratégias políticas dos sindicatos rurais, federações e mesmo ONG's, em termos da relação da sociedade civil com as esferas governamentais, nos seus diferentes níveis de representação, federal, estadual, municipal. Isso, explica-se, pela razão muito simples de que a abertura dos espaços públicos de participação social, institucionalizada, muitas vezes, significou a incorporação das demandas\interesses dos segmentos frente à ação dos governos. É certo que sempre haverá demandas, porque a vida nunca pára de pulsar, e mesmo quando as reivindicações de certas questões são atendidas, outras nascerão, em decorrência delas, e outras ainda permanecerão, devido ao alto estado de carência em que se encontram os trabalhadores, e\ou mesmo porque, quando se dá a assimilação de demandas, geram-se outras necessidades nas bases sociais, devido à sociedade local, quanto a nacional, ainda viver no reino das necessidades materiais prementes.

Em trabalho passado (SILVA, 2001), chegamos a classificar essa situação como demonstrativa da possível ocorrência de processo de cooptação política, tentando explicar o arrefecimento dos movimentos sociais e esvaziamento das formas de resistências. A ambigüidade analítica, que transpassou todo o corpo dessa pesquisa acadêmica, tensionada pela incorporação dos interesses dos trabalhadores rurais, assimilação de várias lideranças sindicais e de ONGs, pela esfera governamental, bem como pelas conquistas positivas que tal movimento social havia alcançado, através do governo, não levou, na devida conta, que a ascensão do Governo da Floresta implicava, necessariamente, na formação de um quadro de pessoal técnico e absorção de lideranças políticas, que pudessem definir a linha diferenciada de desenvolvimento, que o projeto político do governo tinha proposto. Se o Governo da Floresta significava uma ruptura em relação às administrações passadas e se, portanto, precisava romper com os vícios estatais da esfera governamental, ele não poderia estabelecer tal diferenciação política, se não fosse buscar nos quadros daqueles movimentos de resistência, que o levou a ascensão ao executivo estadual, sem chamar as entidades de representação dos movimentos sociais para comporem o corpo governamental.

Horário Sant'Ana Jr. (2004) entendeu bem esse processo quando, através de entrevistas que fez com o pessoal do governo, revelou a importância dos quadros advindos dos movimentos sociais, para o funcionamento eficiente do projeto político da gestão de Jorge Viana. Os trechos das falas abaixo elucidaram o entendimento, que não havíamos compreendido naquele momento, de grande pulsão política local.

...os melhores quadros, o que tinha de mais moderno e mais apropriado para compor a estrutura governamental estavam na Universidade ou nas ONGs. Se o Governo não lançasse mão destes quadros, teria que recorrer a membros de governos anteriores, antiquados. Treze secretários são professores da Ufac, e o quadro intermediário (2º e 3º escalões) vêm das ONGs. As idéias, o projeto político, o cunho popular, a ênfase nas questões ambientais, o respeito às tradições vem da história das ONGs. A incorporação destes quadros corresponde ao objetivo de empregar as experiências destas pessoas e de suas ONGs, no Governo (Entrevista Francisco Rildo Cartaxo, Secretaria de Produção, em 07-12-2000).

O Governo não pretende substituir o trabalho das organizações não-governamentais e dos movimentos sociais. A eleição do Governo Jorge Viana e seu projeto político teve por base o fortalecimento do movimento social do Acre e é esta a base de sustentação do projeto de governo. O

Governo tem obrigação de trabalhar em parceria com este setor, fortalecendo estas organizações, estabelecendo convênios e dando apoio institucional. No entanto, nos primeiros meses de Governo, causou preocupação o fato de muitos militantes das ONGs passarem a compor a estrutura do Estado, pois esta era a capacidade técnica, instalada e que não tinha vez nos governos anteriores.

(...) Por exemplo, só oriundos do CTA, uma das principais ONGs do Estado, o Governo tem Carlos Vicente, Secretário de Extrativismo, e Binho, Secretário de Educação. Mas os governos passam e os movimentos permanecem. Hoje as ONGs têm voltado a se fortalecer. O Estado busca estabelecer parcerias, com a preocupação de nunca substituir o trabalho que fazem tanto as ONGs, quanto as Pastorais da Igreja, quanto os movimentos sociais amplos como a Rede Acreana de Mulheres, SOS Amazônia, etc (Entrevista Prof. Raimundo Angelim, em 23-11-2000).

Neste sentido, portanto, além da absorção de pessoas dos movimentos sociais na estrutura governamental, os Conselhos tiveram importante papel nessa relação dinâmica entre sociedade civil e Governo, no que diz respeito ao encaminhamento das demandas dos movimentos sociais. Os espaços de participação públicos da sociedade civil, com destaque para as representações dos trabalhadores, durante o Governo da Floresta, trouxeram alguns ensinamentos, acerca da *prática do fazer política*, do referido governo, ao mesmo tempo, que, aludiu características do próprio perfil político da figura do seu governante, Jorge Viana. A pouco salientamos a importância da presença das organizações dos trabalhadores rurais e indígenas (Fetacre, CNS, CUT, ONG's) nos cinco Conselhos estaduais de definição, avaliação, orientação, formulação e implementação das políticas públicas, que embasaram as ações do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Governo da Floresta, com destaque para o CDRFS, de caráter deliberativo, em que as representações dos trabalhadores participam, com a ocupação de 35% das vagas existentes.

A natureza da participação dos trabalhadores, a princípio, sinaliza para um caráter duplamente positivo, pois, por si só, a constituição dos espaços institucionalizados durante o Governo, indica a disposição do mesmo de manter uma interlocução com a sociedade, ao mesmo tempo, que o assento das representações dos trabalhadores informa uma mudança na correlação de poder, por dentro do aparelho estatal, pelo simples fato de agora eles estarem no jogo de forças políticas, com canais de participação representativa. Contudo, à medida que a participação social dos trabalhadores indica a possibilidade de canalização de suas demandas, ela não implica que, efetivamente, elas possam ser executadas na íntegra, embora todas as medidas governamentais tenham sido acompanhadas pelas representações dos trabalhadores. Na tabela abaixo, que discrimina o quantitativo dos membros que participam dos Conselhos e o percentual de representação institucional que eles correspondem, demonstra-se que a esfera governamental ocupou a maior parcela de representação em todos os Conselhos mencionados (CEMACT 68%, CEZEE 53%, CDRFS 60%, CEAA-BID 51%, CFE 63%), o que, empiricamente, significou o caráter tenso do Governo da Floresta que, por um lado, respondeu positivamente às expectativas dos trabalhadores, por outro lado, manteve a possibilidade, em última instância, de definir as políticas públicas favoráveis às suas prioridades políticas.

Tabela 4 – Número de membros dos 5 espaços e porcentagem de membros da Sociedade e da Sociedade Civil, dos Órgãos Governamentais e dos Governos Estadual e Federal

	CEMACT	CEZEE	CDRFS	CEAA - BID	CFE
Número de membros	19	34	25	59	22
% Sociedade	32	47	40	49	37
% Sociedade Civil	16	27	36	32	18
% Órgãos Governamentais	68	53	60	51	63
% Governos Estadual e Federal	58	43	52	45	49

Fonte: Meneses (2008, p. 60).

Essa constatação majoritária da representação governamental do Governo da Floresta permite visualizar sua prática política de abertura à interlocução social, porém deixa transparecer, por outro lado, que essa mesma participação correu sob certos limites. Tecnicamente, por esse percentual de representatividade, o Governo não correria o perigo, em nenhum destes espaços apresentados, de se ver confrontado a aceitar os direcionamentos ou mesmo orientações deliberativas que fossem contrárias às suas linhas de prioridades, de modo que nem necessitaria de utilizar recursos de persuasão, porque sua maioria percentual dispensaria tal infortúnio. Caso não fosse o caráter mínimo do pacto social do Governo, de acionar os interesses mais de baixo das camadas sociais, provavelmente os rumos das políticas públicas poderiam seguir outros caminhos menos promissores, mas como ele, tem enfaticamente, afirmado que o pacto que gosta de fazer é com a população, a força dos trabalhadores mantém-se visivelmente efetiva, como as ações implementadas que puderam confirmar.

De toda maneira persiste uma tensão do caráter participativo do Governo da Floresta, que tem antecedente e ela não se restringe apenas à centralização da esfera governamental, mas rebate também na qualidade da intervenção dos representantes da sociedade civil e dos porta-vozes dos trabalhadores. A natureza centralizadora do PT, que predomina na composição da coligação da FPA, é uma herança desafortunadamente histórica. A idéia da centralização e de certo personalismo político, em um grupo de vanguarda, sempre circulou pelas cabeças das orientações de perfil marxista. Acresce a ausência de experiência social-popular brasileira, de participação na vida política, embriagada pelo mandonismo, pela personificação do poder de mando da liderança. Do lado dos trabalhadores, essa carência de diálogo político, por dentro da esfera pública institucionalizada, muitas vezes deixou os porta-vozes sindicais tolhidos pela dificuldade de acompanhar o debate técnico, que muitos assuntos acerca do desenvolvimento, exigem. Igualmente, estar nas mesas de negociações, participando dos Conselhos públicos, implicava posturas mais propositivas e menos contestatórias, os trabalhadores eram mais hábeis na contestação e pouco dúctil em fazer análises que lhes favorecessem propositivamente. Não podemos desconsiderar que a baixa instrução pode limitar a participação, mesmo tendo em mente que o saber do produtor rural contém alto grau de conhecimento prático, sobretudo, se considerarmos que nas interlocuções entre os diversos setores, geralmente o diálogo não é complementar, em função dos interesses em disputa, portanto, caso os trabalhadores não estivessem cientes das implicações dos assuntos em discussão, seria muito pouco provável que eles encontrassem ressonância favorável nas falas dos demais interlocutores, alguns potencialmente opositoristas, porque não se trata

de debates entre pares políticos, mas de disputas por fazer valer interesses dissidentes, embora por dentro de uma proposição de unidade governamental.

Esta constatação já havíamos diagnosticado em princípio de 2001, no trabalho de síntese da tese sobre o sindicalismo rural, em Xapuri (SILVA, 2006, p.253), quando, dentre outros aspectos, registramos a fala de uma liderança do CNS, que fazia a seguinte argumentação:

A conquista da redemocratização fez com que os dirigentes sindicais se aperfeiçoassem. As lideranças sindicais têm de estar mais preparadas para a negociação política. Mas os dirigentes têm dificuldades em lidar com esse momento. A participação nos espaços públicos pegou as lideranças sindicais despreparadas, porque estavam restringidas, sobretudo, pelo analfabetismo e pela falta de uma visão mais ampla das relações políticas, pois muitas vezes as lideranças sindicais, que participam dos espaços decisórios, não sabem as dimensões das questões que são tratadas, não tem o conhecimento dos interesses submetidos às mesmas.

Meneses Filho (2008) também chegou a algumas constatações convergentes, com análises de trabalhos anteriores, acerca da participação da sociedade civil – trabalhadores e ONG's – na relação com o Governo da Floresta, a partir da atuação dela nos Conselhos que já havia sido identificada por Silva (2002, 2002a, 2006), Paula & Silva (2005), Paula (2005). Meneses sublinha a rotatividade das lideranças nos assentos de participação nos Conselhos, que gera uma descontinuidade do acompanhamento dos temas tratados; menciona o estrangulamento da representação sindical, sem o suporte das demandas originárias das bases sociais, caracterizando a centralização dos assuntos sindicais no nível das lideranças; comenta sobre a acomodação sindical em fazer proposições em decorrência de acordos tácitos, subordinação das pautas sindicais aos interesses partidários do governo; considera processo de cooptação política; resume a desarticulação das opiniões dos porta-vozes sindicais, que, às vezes, não entram em consenso com os outros membros da sociedade civil, em relação aos setores empresariais, industriais e/ou madeireiros, pecuaristas que trazem proposições fechadas com a adesão de todos os seus membros participantes; ilustra a dificuldade das lideranças em acompanhar os debates técnicos nas câmaras setoriais; enfim, sintetiza as contradições sindicais no diálogo com o governo, quando estas entidades de representação política dos trabalhadores encontram-se na condição de base social de sustentação do executivo governamental.

Na conclusão de sua análise sobre a relação da sociedade civil e o Governo da Floresta, descreve-a da seguinte forma:

Embora o quadro geral de avaliação e análise destes espaços evidencie uma dinâmica distante da ideal democracia participativa percebe-se, tanto por parte do Governo, que criou estes espaços e os valoriza como importantes fóruns de interlocução com a sociedade, como parte da sociedade civil, que tem consciência do seu papel e de sua missão na influência política que levem em conta seus interesses, que há uma deliberada e verdadeira intenção de aperfeiçoamento de processos, mudanças de posturas e de formas de atuação tanto do Governo como da sociedade a fim de garantir a implementação de uma democracia participativa no Estado do Acre. Esta intenção está refletida tanto na análise crítica da sociedade e do Governo em relação ao funcionamento

destes espaços e à atuação da sociedade civil, assim como, nas recomendações para a melhoria e aperfeiçoamento destes espaços e da atuação da sociedade. No entanto, essas mudanças ocorrerão apenas se houver comprometimento e compromisso do Governo e da sociedade de realizarem as lições de casa, que eles mesmos se propuseram, buscando novos acordos com um maior grau de consciência e conscientização. E também dependem da disponibilidade de recursos, para que a sociedade civil implemente as recomendações necessários ao desenvolvimento e melhoria dos processos de articulação, participação, influência (MENESES FILHO, 2008, p. 80).

Em resumo, a relação da sociedade civil – trabalhadores, ONG's – com o Governo da Floresta, deixa transparecer um processo de interlocução e diálogo das demandas/interesses, dos diferentes segmentos sociais envolvidos nos Conselhos, nos quais as políticas públicas são formuladas. Não resta dúvida que tal processo político carece de aperfeiçoamento, devido o Governo manter o controle das formulações das políticas que, de alguma forma, garante os interesses políticos dominantes dos demais setores governamentais. A compartimentalização do tratamento de assuntos polêmicos e estratégicos para o desenvolvimento do Acre, no sentido de evitar que eles sejam discutidos em relação entre si, como a questão do manejo madeireiro, que é tratada, exclusivamente, pela CFE, sem o devido tratamento pelo CDRFS, responsável pela definição das políticas macro de desenvolvimento sustentável, formulações das políticas agroextrativistas e agricultura familiar, enquanto recurso para evitar conflitos no interior dos Conselhos, pode criar um estrangulamento na sustentabilidade do desenvolvimento que em, em menos ou mais tempo, pode resultar na baixa adesão social à política do projeto do Governo, em virtude da possibilidade de uma decalagem, concernente aos impactos das políticas formuladas, pois as mesmas podem chegar a não produzir os resultados materiais e/ou ambientais esperados, a que o desenvolvimento sustentável se propõe realizar e, assim, contrariar o discurso do projeto político do Governo. Nesse caso, o não enfrentamento na devida conta dos temas de exploração da madeira e atividade de pecuária, por dentro dos Conselhos pode ser contrariado pelas ambigüidades da realidade ambiental na região, como ocorreu em 2005 e agora em 2010, com os grandes desmatamentos, que chegaram a impedir as manobras de pousos e decolagens no aeroporto internacional Plácido de Castro, entre os dias 17, 18, 19 de agosto, sem contar o aumento de mais de 30% dos atendimentos de crianças e idosos no pronto socorro da cidade de Rio Branco, como noticiou o *Jornal Gazeta em Manchete*.

Por outro lado, a concentração majoritária das decisões de formulação das políticas públicas, pela esfera governamental, traduz-se no tipo particular do Governo, de concentração de poder, na medida em que a participação da sociedade civil chega, somente, a determinado limite de intervenção. A conciliação de interesses, mediada por recursos técnicos e/ou políticos, de concertação social, que não esgotam as divergências de opiniões, acerca de determinados temas relevantes (como manejo madeireiro, gado, e produção extrativista não-madeireiro, conservação ambiental), em termos de participação social, tende a levar as contradições para o nível da realidade material, depois de implementadas as políticas públicas. Ademais, se a participação do movimento social nos Conselhos de desenvolvimento tem se dado no nível das lideranças sindicais, que mantém um descolamento de suas bases sindicais, como Meneses (2008) diagnosticou, é muito

provável que se eles estão debatendo outros interesses sociais, os descontentamentos estejam se afluindo pela capilaridade social dos trabalhadores, que vivem nas áreas rurais do Acre. A condição material de vida mais desfavorável nas áreas rurais do estado, devido ao baixo padrão de organização da produção e verticalização das cadeias produtivas das unidades familiares, conforme mostramos neste trabalho, atestam a diminuta atenção efetiva das políticas públicas, voltada para a dinamização da economia rural e das atividades do conjunto dos trabalhadores, apesar da relativa melhora em comparação com tempos anteriores.

Mas o fato incontestável do sindicalismo rural e dos trabalhadores rurais terem sido a base ampla que amparou, politicamente, a eleição do Governo da Floresta e que legitimou a defesa da sustentabilidade do uso múltiplo das florestas, pode significar que, quando estes perceberem que sua confiança não tem resultado no compromisso das políticas públicas governamentais, em melhoras do bem-estar social, obviamente, eles deixarão de ser signatários das propostas do Governo, porque segundo lembra Berrington Moore Jr. (1987), quando ocorrem violações morais, desrespeitos, expulsões, têm-se os componentes cruciais para fazer surgir a consciência, o sentimento de injustiça, face à situação vivenciada.

O fato social do Governo da Floresta chegar ao ponto de não ser capaz de assimilar as críticas da sociedade civil, seja por centralização política, seja por personalismo, seja pelo interesse puramente calculista do mercador econômico, sem que haja a necessidade de limitar ou cercear suas mais veementes formas de expressão de seu inconformismo e\ou, mesmo de desacordo da condução governamental das políticas públicas, é o primeiro indício de que o projeto político do Governo pode ruir a qualquer momento. Todavia, essa situação parece não está no horizonte próximo da sociedade local do Acre.

5.3. As razões da estabilidade social e legitimidade política do Governo da Floresta do Acre.

O horizonte de uma possível fratura do projeto do Governo da Floresta, que se esboça longínquo, deve-se, não somente ao quadro atual da dinâmica econômica e ao estável pacto social, que se mantém entre os diferentes segmentos da sociedade local, mas decorre, primordialmente, do alicerce imaterial que o Governo promoveu, que envolve, como uma nuvem densa, o imaginário social, articulando as expectativas de conjunto dos acreanos, eivadas por uma relativa auto-estima e estabelecimento de laços de revalorização e pertencimento da vida, no lugar. Nesse sentido é que Álvaro Viera Pinto (1960, p. 29) considerou que um “projeto de desenvolvimento só pode receber execução coerente quando submetido à idéias, categoriais reguladoras (...) como processo à luz de uma teoria interpretativa da realidade (...) assim como só é possível as etapas futuras do desenvolvimento, se nos valermos dos conceitos gerais dessa interpretação, pois fora disso, é deixar-nos ir ao sabor dos movimentos eventuais, das improvisações de curto alcance, e, freqüentemente, em retrocesso, das iniciativas isoladas e às vezes inoportunas, caminhando em marcha atáxica para fins imprevisíveis”.

Dessas idéias interpretativas da realidade, por sua vez, depende a legitimidade do poder político, para levar adiante o processo de desenvolvimento, e em boa medida, elas devem estar amparadas, densamente, no tecido social, através da criação de pontos de identificação, mediante os quais derivem a formatação de um imaginário social, favorável a tal processo político de desenvolvimento, porque nenhum projeto político irá muito longe

se não combinar três fatores essenciais, que dão motricidade aos processos de desenvolvimento, economicamente e politicamente, os quais se pretendem alavancar, a saber: i) dinâmica econômica; ii) estabilidade social; iii) e legitimidade do poder político. Embora Giovanni Arrighi e Beverly Silver (2001), analisando as transições hegemônicas dos países eurocêntricos, tenham demonstrado que as expansões imperialistas foram levadas adiante, tendo as guerras e os conflitos intra-estatais e interestatais à frente de seus avanços, mostraram mais, enfaticamente, que, simultaneamente às escaladas bélicas, os pactos sociais, as alianças estratégicas entre classes e frações de classes intra e interestatais, foram essenciais para estabelecer a legitimidade do poder político em ascensão. No fundamental de sua argumentação, que interessa aos propósitos deste trabalho, os autores consideraram que nos momentos de eclosões sociais e conflitos generalizados, se colocava, quase sempre, o entendimento de que com instabilidades sociais, as trocas econômicas sairiam prejudicadas e que, ao revés, os períodos de prosperidades material e social, mundiais, ocorreram quando as convergências entre a dinâmica econômica e a estabilidade do poder político e social foram impulsionadas entre os grupos sociais.

Na edição do Jornal, *O Varadouro*, 1977, consta o registro de uma entrevista do farmacêutico, Edgard Neves, realizada em 29 de julho de 1921, recém chegado de Manaus, ao Jornal do Commercio de Rio Branco, comentando sobre a administração do Governador do Acre, Sr. Epaminondas Jacome, em que declarou “ser horrível e gravíssima a situação do Acre. Disse que o Governador se mostra alheio à miséria do povo, cego aos infortúnios, tendo batido o ‘record’ da incompetência. Classificou-o de macaco em loja de louças, esbanjando inépcia. O Sr. Neves afirmou que o governador está odiado e impopularizado e descerá d’hai de bubuia”. Naquele momento, constatou que “os índices de vendas e demissões no comércio, oscilam, segundo fatores particularíssimos, como o atraso no pagamento do funcionalismo público ou a falta de estoques nas lojas, no período do inverno, motivada pela dificuldade de transporte de mercadorias pela BR-364” (Jornal O Varadouro, Ano I, Nº 2, Rio Branco\Acre, 1ª quinzena\julho, 1977, p. 15).

O fato da observação do Sr. Neves localizar-se num tempo aparentemente distante do período que analisamos, o ano de 1921, quando o Acre ainda era Território, e do mesmo não ser morador residente da região, em destaque poderia soar como inverossímil ou mesmo como falacioso, se não fosse a persistência temporal de práticas inescrupulosas da ação governamental local, que transcorreu no tempo, aprofundando-se. Nos períodos marcados pelo domínio dos caciques acreanos, ou seja, aqueles governadores-interventores, indicados pela Presidência da República, vindos de outras regiões do país, durante meio século consecutivo, 1920-1960, dessa governos, a situação não foi muito diferenciada da apontada pelo sr. Neves no princípio daquela década.

Os redatores do Jornal, *O Varadouro*, já nos idos de 1977, fazendo referências às figuras de José Guimard dos Santos e Oscar Passos, ex-governadores-interventores do Acre, principais caciques políticos destes períodos, chegaram à consideração, a partir das palavras do acreanista sr. Foch Jardim que “...as campanhas políticas para o Território do Acre e depois Estado, representavam basicamente, uma disputa entre caciques, pela maior fatia do bolo, diante de uma população que ficava à margem das decisões tomadas entre seus líderes, e que constantemente pagavam pelo pecado de ter votado em nomes que não correspondiam às suas melhores expectativas, de progresso e conquista social”. Na Manchete de *O Varadouro: a herança dos caciques*, os articulistas continuam a argumentação, retratando uma grande insatisfação social, dizendo:

O que há, na verdade, é uma crise política evidente, que esses candidatos procuram dissimular, mais uma vez, em benefício próprio. O que há é um fosso enorme entre os eleitos e eleitores, Governo e governados, capaz de fazer valer as repetições de editoriais como o de Foch Jardim, publicadas há duas décadas. Um fosso que será superado na medida em que o povo representado nos seus diversos segmentos de classes sociais, tenha condições de exercer e fazer valer sua vontade soberana. Neste sentido, os diversos grupos e entidades que advogam o direito de estudar têm a obrigação de ajudar (não substituir ou impor) a população a conquistar sua soberania através de uma autêntica educação política e que será exercida em sindicatos e partidos livres e autônomos. No caso específico do Acre porque não tomar ou retomar esse processo dentro da Universidade, nos Sindicatos, nas Comunidades Eclesiais de Base, enfim, nos setores onde há compromisso com as classes marginalizadas! (...) ficar esperando, corre-se o risco de (...) dar de cara novamente com encarnações de novos caciques ou com um vazio político ainda mais grave (Jornal O Varadouro, Ano I, Nº 6, Rio Branco\Acre, dezembro de 1977, p. 04. Manchete: a herança dos caciques).

As várias edições do Jornal, *O Varadouro*, que se estenderam de 1977-1981, um dos noticiários considerados mais esclarecedores da situação política, econômica e social do Acre deste período, possibilitam o leitor inteirar-se das dificuldades que vivia a população local, passando desde condições educacionais, saúde, alimentação, moradia, trabalho e renda, fluxos migratórios. Em todos esses temas se presencia uma situação de extrema debilidade, precariedade e insalubridade social existente. Se as condições não eram lá tão favoráveis para os habitantes citadinos, seria muito imaginar que fossem melhores nas zonas rurais, no interior dos seringais. O cientista Clodovis Boff, em visita aos centros dos seringais do Acre, durante o período de transição da indústria da borracha para agropecuária, na década de 1970, descreveu o tipo social dos seringueiros, utilizando termos muito severos:

Dentro do quadro rústico e selvagem que oferece a Amazônia, o homem, no seu aspecto físico, aparece com traços hirtos e retorcidos como os arbustos da caatinga. Geralmente magro, desdentado, envelhecido prematuramente aos 35, 40 anos, está infalivelmente rodeado por uma penca de filhos, de cor pálida, amarelos, andar lento e freqüentemente vítimas de vermes, anemias e outras doenças. É um espetáculo triste, doloroso, mas objetivo de uma raça enfraquecida, em degenerescência, sobrevivendo mais por teimosia, pela força interna do próprio impulso vital, do que, propriamente, por condições biológicas. Isso contrasta com a exuberância da natureza amazônica e, de modo particular, com o vigor corporal das populações de indígenas, que ainda não tiveram contato com a civilização e estão vivendo das mesmas condições físicas, mas não sociais. Aí está o segredo! (Jornal O Varadouro, Ano I, Nº 6, Rio Branco\Acre, dezembro de 1977, p. 12-13. Manchete: seringueiros uma espécie em extinção).

Na quadra temporal dos anos de 1980, o cenário foi seguido pelo ímpeto do desenvolvimento aos pulos, mantendo-se, basicamente, no mesmo tique-taque do relógio descompassado, basta lembrar-se que neste momento os conflitos sociais se aprofundaram

culminando com os assassinatos de Wilson Pinheiro, em 1980, Ivair Higino, em junho de 1988, e de Chico Mendes, em dezembro do mesmo ano. Na década de 1990, com a euforia da ‘redemocratização’ do país, o Acre deu o primeiro passo, da nova década em direção ao cemitério, para despedir-se do recém Governador eleito, Edmundo Pinto, tragicamente assassinado, em 1992, quando, em trânsito, em São Paulo, para de lá dirigir-se a Brasília, onde prestaria depoimento contra irregularidades públicas cometidas pelo governo anterior. O obscurantismo do episódio nunca revelado, abriu um fosso enorme no imaginário do Acre, manchando, com tinta vermelha, o fazer da política local, muito embora ele não tenha inibido os espíritos políticos que levaram adiante a malversação da coisa pública, seqüencialmente. Acresce a essa conjuntura local, a desintegração social, posta em curso no plano nacional, ocasionada pela política neoliberal com o desmonte da nação, trazendo privatizações das esferas estatais, diminuição dos gastos de proteção social e aumentando o descontentamento social (LESBAUPIN, 1999), em que a chacina dos trabalhadores rurais em Eldorado dos Carajás, na região sul do Pará, resume o tipo de tratamento especial, dispensado pelas lideranças políticas contra os trabalhadores, durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso. Parafrazeando a metáfora de Giovanni Arrighi (2001), mesclada pela de Karl Polanyi (2000), na década de 1990, podemos dizer, que o gênio satânico ficou fora da garrafa.

Nessa linha de raciocínio, temos defendido que o Governo da Floresta atuou nas fendas intersticiais desses obstáculos acumulativos, definindo uma política econômica direcionada para contrabalançar os estrangulamentos existentes e assim promover uma equalização sócio-econômica que fosse favorável à sua governabilidade política, o gênio satânico havia de ser colocado dentro da garrafa. Neste sentido, dinamizou o mercado interno do Acre, com o fomento das atividades comerciais, industriais e agroextrativistas, incrementou o PIB local e melhorou os indicadores do IDH-M, embora as atividades produtivas ainda sejam incipientes e os incrementos do produto interno bruto local não tenham repercutido, substancialmente, na equidade social de forma abrangente e necessária, pois os descompassos econômicos das faixas de renda da população, evidenciadas (parte IV) e as descontinuidades das fases das cadeias produtivas, assim como a prosperidade econômica, mostraram-se ainda assimétricas para as faixas de trabalhadores de renda mais inferiores. No entanto os rearranjos sociais que ocorreram, os pactos sociais efetuados entre as frações de classes sociais, grupos de interesses, a partir da integração de seus interesses ao projeto político do Governo têm dado estabilidade e coesão social interna no Acre, cuja base mantém-se como a sustentação do seu projeto político de desenvolvimento sustentável.

Nas palavras de José Murilo de Carvalho (1990, p. 10) a legitimidade de poder dos governos depende da construção de um o imaginário coletivo, pois atingir o imaginário social de determinada sociedade, significa a possibilidade de formar “visões de mundo”, estabelecer valores e modelar condutas. Nos momentos de crise política e econômica muito bruscas, por exemplo, o controle do imaginário social é, particularmente, importante para a modelação das “almas” do conjunto da população, uma vez que os simbolismos e mitos, por seu caráter difuso e compacto, tornam-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações, medos e definição dos rumos dos projetos coletivos. “Um imaginário social, que atinge não somente as cabeças das pessoas, mas os corações, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo”, porque o imaginário social é constituído e se manifesta por meio de idéias, utopias, símbolos, alegorias, rituais e mitos.

A categoria fundamental utilizada pelo Governo da Floresta, que tanto procura explicar a realidade acreana, como dirigiu o seu processo de desenvolvimento, passou pela noção de *sustentabilidade*, sustentabilidade essa que, por um lado, lançou luz interpretativa sobre a inviabilidade dos processos precedentes de desenvolvimento, e por outro, indicou que a sustentabilidade ambiental, a ligação dos acreanos com a natureza e seus recursos naturais, constitui-se no caminho mais viável e o traço distintivo pelo qual os povos amazônicos conseguirão alcançar melhoria no padrão material da vida social e, por pressuposto, aonde devem ancorar a sua política de desenvolvimento, porém, um tipo particular de desenvolvimento sustentável, localizado que, ao respeitar a natureza, se coadunou enquanto projeto de vida do acreano e implicou na configuração de sua própria identificação cultural, de sua população, dando-lhe coesão e sociabilidade com o resgate de valores tradicionais, os mais ‘nobres’ da gente do Acre.

Morais (2008), a esse respeito, argumentou que, na verdade, o Governo da Floresta não criou a identidade do acreano, mas reinventou a identidade do Acre, considerando que o acreano já havia conquistado sua existência logo que se deu a constituição do Território do Acre. A autora assinala que a Revolução Acreana, que levou a conquista do território acreano em 1903, o Movimento Autonomista, que deu a independência política, com a ascensão do Território do Acre à condição de Estado da Federação do Brasil, em 1962, e o Movimento dos Seringueiros e Indígenas, das décadas de 1970-1980, contra a derrubada das florestas, responderam pelos três componentes explicativos da reinvenção da identidade do ser acreano, na medida em que estes acontecimentos serviram como fatos históricos para dar unidade e angariar o consentimento para o seu projeto governamental.

Nossa formulação parte do pressuposto de que por várias razões pela primeira vez na história da formação do Acre, a idéia de identidade social encontrou sua composição mais definida no Governo da Floresta, enquanto configuração de uma consciência de pertencimento, que vincula determinada comunidade política, dando-lhe estabilidade social e unificando seus principais valores, por dentro de um movimento amplo de sociabilidade, que articula economia, política e cultura no âmbito local. Não se trata, portanto, de identidades categoriais e\ou de sujeitos fragmentários individuais, mas dos traços de conjunto de autodeterminação da formação social. Tampouco essa façanha político-social se deve a tributos, sociologicamente falando, da ação extraordinária de determinado sujeito histórico, no caso o governador Jorge Viana, sem desconhecer a sua hábil capacidade de conciliação e interpretação dos fatos históricos e no condicionamento deles, senão que os fatores explicativos devem-se ao fato da convergência simultânea de condições, que se combinaram dentro do mesmo turbilhão de fenômenos no tempo-espaço. Talvez a ‘virtude’ do Governo tenha sido a sua capacidade de agir articuladamente no momento certo, aproveitando a fortuna dos acontecimentos determinados.

Nestes termos, nosso argumento diverge, significativamente, da abordagem de Moraes (2008), em uma parte devido ao ângulo sociológico de como abordamos a questão da identidade, na outra parte, em razão da forma de interpretação do ajustamento dos aspectos e o encadeamento das etapas que a compõe. Tomamos a concepção de identidade social em sentido amplo, definida por caracteres internos, específicos de determinada formação social que os distinguem de outras formas de sociabilidades externas, vistas por dentro de processos de desenvolvimento. Em particular, o que estamos tratando como identidade social nada mais seria do que laços de pertencimento e sociabilidade, que dão coesão a determinados grupos, conferindo-lhes estabilidade social, que ultrapassam as

diferenciações individuais e\ou mesmos interesses particularizados situacionais de momento. Tal processo ocorreria pela mediação de interações políticas (ARENTO, 2004) que permitiriam a possibilidade de relações sociais estabilizadoras e socializáveis, apesar das dissidências dos interesses econômicos imediatos.

Não querendo fazer caso de polêmica estéril, nossa divergência localiza-se na idéia contestatória de reinvenção da identidade acreana (MORAIS, 2008) simplesmente porque consideramos que não havia ainda identidade⁷⁷, minimamente, configurada, consolidada em termos de formação social de conjunto do Acre. Em concordância com Morais, o que ela chama de reinvenção, estamos tomando como projeto de identidade constituída, minimamente, em seus componentes. Essa divergência, aparentemente banal, tem implicações empíricas. Como dissemos, a concepção que adotamos sobre identidade, refere-se a um processo sócio-histórico de desenvolvimento de todas as potencialidades da vida social, dado por uma confluência de conjunto, onde destacamos quatro aspectos principais: i) localização político-administrativo de território; ii) estabelecimento de laços de sociabilidade culturais de ligação dos diferentes grupos; iii) formação de mercado interno com a ligação do campo à cidade (e vice-versa); iv) definição do projeto político de desenvolvimento, legitimado pelos vários interesses sociais em evidência.

Nas Seções I, II, III, exploramos os processos da Revolução Acreana, Movimento Autonomista e Movimento Social de Seringueiros e Indígenas e, a partir deles, abordamos os processos econômicos que levaram, paulatinamente, ao delineamento de uma política econômica, voltada para formação de um mercado interno, definida, simultaneamente, à medida que os preços da borracha chegavam a patamares baixíssimos, suficientes para levar a bancarrota de sua indústria extrativista; analisamos o processo político de ampliação da presença do Estado na economia local, estendendo-se àqueles setores desprotegidos, economicamente, como a agricultura e criação de animais; os processos sociais de exploração e povoamento das terras acreanas, indo até a emergência da temática ambiental, que vieram à tona, com a irrupção dos conflitos sociais no campo, entre seringueiros e pecuaristas, nas décadas de 1970-1980, em defesa das florestas.

Nestas três seções ficou demonstrado que se no primeiro momento ocorreu a conquista político-jurídico do território, não se pode dizer que a sua população conquistadora havia estabelecido, já naquele momento, laços de vínculos estáveis, de sociabilidade e cultura, pois eram gentes do Amazonas, Pará, Ceará, Paraíba, Pernambuco, “cangaceiros tumultuários da Parahyba, jagunços explosivos e turbulentos de Itapicurú e do São Francisco, sertanejos rebeldes e indomáveis do Cariry” (VIANNA, 1943, p. 144-145) que tinham baixa afinidade social entre si, o que os uniam, correspondia ao fato de falarem

⁷⁷ Convém sublinhar que não estamos nos referindo à identidades de grupos particulares e\ou, mesmo em termos de indivíduo isoladamente, muito menos estamos considerando a fragmentação das identidades do período contemporâneo, resultado dos processos de globalização, mediatização, e desterritorialização social, devido ao desfalecimento da noção de classe social e do irromper de temas como meio ambiente, feminismos, etc, que permitem uma miríade de identidades a partir de um mesmo indivíduo e\ou grupos. Ou mesmo dos processos de tecnificação e mediatização da vida social que desobriga a relação social face a face, dado o peso da mídia eletrônica, onde os indivíduos\internautas interagem num mundo virtual, sem face e fronteiras. Cf. Stuart Hall (2005); Zygmunt Bauman (2005). Nos referimos à identidade como as interações sociais de comunidades nacionais e\ou locais, estabilizadoras, mediadas por sociabilidade entre seres humanos de carne e osso, sociabilidade esta mais abrangente entre determinadas pessoas que habitam determinados espaços e que, por razões diversas, estão presos a eles por laços de solidariedade e pertencimento, independentemente dos meios possíveis utilizáveis de potencialização da relação humana e dos deslocamentos eventuais de um lugar para outro.

a mesma língua e pisarem o mesmo chão. Sequencialmente, se do ponto de vista da emancipação política, o Acre havia conquistado autonomia política, com a criação do Estado do Acre, do lado da economia, vivenciava-se a crise do mercado externo, sem que houvesse ainda se configurado um mercado interno, que salvaguardasse a atividade econômica. Entre uma coisa e outra, a sociabilidade acreana, tão pouco, havia sido alvejada, dado o irromper dos intensos conflitos sócio-ambientais entre seringueiros e pecuaristas, ademais sua população, em formação, não parava de receber migrantes de outras partes do país, principalmente, estimulados pelos projetos de colonização do INCRA, na altura do princípio dos anos de 1980. Em todo caso, mesmos os seringueiros e indígenas, os primeiros autóctones e os segundos, os povoadores mais antigos da camada mais baixa da sociedade local, em nada gozavam de reconhecimento político e suas atividades econômicas eram, igualmente, desvalorizadas socialmente, como o extrativismo e agricultura de subsistência, assim como o campo vivia apartado das cidades, praticamente. Como se tudo isso não fosse pouco, as políticas econômicas governamentais foram explicitamente favoráveis durante os primeiros setenta anos de existência do Acre aos seringalistas, comerciantes, quase na sua exclusividade, a população geral ficava à margem do poder político. Nos anos subseqüentes, como se poderia esperar, mesmo não sendo o adivinho Tirésias, emergiriam os conflitos sociais no campo, seguido por assassinatos de trabalhadores, crescimento desordenado do principal núcleo urbano, Rio Branco, circulada por cinturões de favelas que lhe engolfavam, corrupção política, instabilidade local sistêmica, baixa dinâmica social, e deslegitimidade dos poderes governamentais mantendo deteriorada a quase inexistente coesão social.

Na altura de 1977, por exemplo, quando a capital Rio Branco ainda possuía aproximadamente 80 mil habitantes, o prefeito Fernando Inácio dos Santos, 28 anos, recém indicado para a administração do executivo municipal, esforçara-se, com suas idéias, de como fazer sua gestão naquela cidade com,

(...) um crescimento de 7% ao ano, problemas graves de saneamento básico (água, esgoto), iluminação precária, bairros novos surgindo, abastecimento ainda desordenado, migração inchando a cidade, coleta de lixo imperfeita, poeira, buracos nascidos de uma capa asfáltica não muito segura, uma concentração irracional do comércio. O caos! Não tanto mas, enfim, problemas maiores do que normalmente uma cidade considerada média costuma ter, uma cidade em formação (...), temos que levar em conta que Rio Branco não é uma cidade industrial, portanto, o dinheiro é escasso". (Jornal O Varadouro, Ano I, Nº 2, Rio Branco\Acre – 1ª Quinzena\Julho, 1977, p. 03. Manchete: Muito problema senhor prefeito!).

O resultado dessa turbulência social e convergência de fatores instáveis, que se estenderam no tempo, levaram, inevitavelmente, ao reordenamento das relações de poder, no âmbito local, com arranjos de alianças entre frações de classes sociais, grupos, categorias de trabalhadores, uma mescla de camadas vindas de baixo, com parcelas da sociedade vinda de cima da pirâmide social. Neste sentido, tais conflitos, dos anos de 1970-1980, permitiriam a pactuação social das camadas de trabalhadores, seringueiros e indígenas, com apoio de segmentos de intelectuais, funcionários públicos progressistas, parcelas eclesiais católicas, técnicos de organizações não-governamentais, comerciantes e fazendeiros. Um arranjo social que uniu os interesses do campo e das cidades acreanas mediados por um projeto político governamental, que tinha na sustentabilidade dos recursos

naturais e culturais de sua gente, o terreno sobre o qual teria impulso para lançar-se ao poder do Estado do Acre. O Governo da Floresta floresceu desse pacto social, dessa aliança múltipla entre sindicatos dos trabalhadores rurais e urbanos (Fetacre, CUT, Sindicatos setoriais como educação), partidos políticos, ONGs, industriais, funcionalismo público generalizado, setores da imprensa. O descontentamento em escalada ampliada, permitiu uma aliança abrangente, que reuniu interesses bastante divergentes que, devido à instabilidade econômica, política e social, esse empreendimento tornou-se possível. Contudo, não se deve pensar que a conciliação de interesses, historicamente ambíguos, em pactos sociais signifique a mesma coisa que a exorcização completa dos conflitos sociais. Na verdade, no caso acreano, o pacto social estabelecido apenas trouxe para a esfera governamental, para dentro dos Conselhos, das secretarias executivas estatais, por exemplo, aqueles interesses, antes excluídos, dando-lhes possibilidades deles se expressarem em condições de poder mais equilibradas, pelo interior do Estado. Neste sentido, o Governo da Floresta não representou o esvaziamento dos interesses dos trabalhadores, com a absorção das demandas, expectativas, assim como dos quadros dos segmentos da sociedade civil – o que seria uma contradição em termos, pois se agora o movimento social, em geral, havia conquistado representatividade na esfera estatal, ele não poderia estar desmobilizado – para os seus quadros governamentais, senão que ele expressou as próprias disputas das forças políticas e econômicas da sociedade, no dorso do tabuleiro estatal, como bem apontou Sant’Ana Jr (2004), quando enfatizou os enfrentamentos, por dentro do Governo da Floresta, entre os desenvolvimentistas e os sustentabilistas e de como essa tensão criou a possibilidade de políticas mais criativas social, ambiental, econômica e politicamente:

Jorge Viana tem os dois grupos estabelecidos em seu governo e não pode pender para um lado ou outro pois, de um lado, não pode cair na posição da devastação, por ser engenheiro florestal, ser muito acreano e amar a floresta. Por outro lado, por ter visão do desenvolvimento, sabe que precisa gerar emprego e renda. (...) Nessas escolhas eu acho que as duas vertentes que formam o Governo são necessárias, são duas pernas para caminhar. No entanto, acho que nós não podemos fugir do fato de que o projeto adequado para o ambiente em que vivemos, é um projeto, essencialmente, sustentabilista. Nós temos que fazer uma opção clara pelo desenvolvimento, no entanto, nós temos que optar pela sustentabilidade (SANT’ANA, p. 33; 36).

Essa aliança social começou a materializar-se, politicamente, com a eleição de Jorge Viana para a prefeitura de Rio Branco, em 1992, com o slogan de campanha “Vida Nova na Cidade”. Como dissemos, na cidade de Xapuri, Julio Barbosa de Aquino ascendeu ao poder do executivo municipal, em 1996, Raimundo Mendes Barros, primo de Chico Mendes, assumiu uma cadeira parlamentar na Câmara Municipal de Xapuri por quatro vezes consecutivas, Marina Silva elegeu-se como vereadora de Rio Branco (1992), depois assume a cadeira de Deputada Estadual, e finalmente torna-se senadora da República, em 2002. Jorge Viana, em 1999, eleva-se ao poder do executivo estadual do Acre por oito anos seguidos. Sebastião Viana, seu irmão, consegue eleger-se para o senador federal, em 1998, reelegendo-se, em 2006, além de muitos outros ex-seringueiros e\ou sindicalistas rurais que iniciam na vida parlamentar, como Juarez Leitão (deputado da Assembléia Legislativa do Acre), ex-presidente do CNS.

Essa reviravolta do poder social, acarretou dupla mudança no tabuleiro de forças políticas por dentro da esfera estatal, a primeira delas está relacionada à composição do

poder político governamental com a ascensão de sindicalistas e ex-trabalhadores rurais do campo e das cidades, pois estes haviam permanecido afastados da participação do poder estatal. A segunda modificação diz respeito ao traçado técnico, burocrático-administrativo, de conduzir a ação do executivo governamental, que parte destes novos atores representam. Essas modificações, por outro lado, agregaram um novo aspecto ao processo de restauração do poder do Estado do Acre, cujo traço característico expressou-se pela fusão do poder econômico, com o poder político, que passou a ser enfeixado nas mãos das mesmas pessoas, em que as elites econômicas, se valendo de seu capital econômico, acessaram o poder político, ao passo, que as elites políticas emergentes, desabastecidas economicamente, se utilizaram de seu capital político para adentrarem ao poder econômico. Esse desenho de reestruturação do poder, por dentro do Estado do Acre, deslocou antigos políticos, desprestigiados (Nabor Junior, Romildo Magalhães, Narciso Mendes) e ativou novos candidatos à composição das elites locais econômicas e políticas (Jorge Viana, Cesar Messias, Orleir Cameli, Sebastião Viana, Edivaldo Magalhães, Marina Silva, Perpétua Almeida).

O caso típico da primeira situação, isto é, de empresários prósperos que se interpuseram na vida política, pode ser encaixado na figura de Orleir Cameli e Cesar Messias, ambos empresários de Cruzeiro do Sul, hoje donos de redes de supermercados, fazendas, serrarias, iniciaram na vida política, na década de 1990. Orleir Cameli foi prefeito de Cruzeiro do Sul, em 1992, e eleito governador do Estado do Acre, em 1994. Cesar Messias, igualmente, foi prefeito de Cruzeiro do Sul, em (2000), deputado estadual (1994), e hoje é vice-governador do Acre, na gestão de Arnóbio Marques, eleito em 2006. Os dois personagens, oriundos da vida empresarial, acessaram o poder político e hoje detém tanto poder econômico, como prestígio político. A segunda situação, daqueles que através do capital eminentemente político, adentraram no capital econômico, é representada pelos novos políticos que vieram da articulação da FPA, eram ex-sindicalistas e\ou mesmo funcionários públicos, ou profissionais liberais como Jorge Viana, Sebastião Viana, Edivaldo Magalhães, Perpétua Almeida e Marina Silva. Todos de perfil sindical ou técnicos, sem capital econômico, descapitalizados, adentraram o poder econômico, através do capital político, e ressalvadas às exceções, hoje eles usufruem tanto de poder político, quanto econômico. Hoje, Jorge Viana e Sebastião Viana, por exemplo, são proprietários de fazendas e supermercados em Rio Branco e, recentemente, Jorge Viana teve que se descompatibilizar da presidência de uma empresa particular, de fabricação de helicópteros, sediada em Minas Gerais, da qual é associado, inclusive o recém helicóptero adquirido pelo Estado do Acre, na gestão de Arnóbio Marques, veio dessa referida empresa.

Nos dois casos, temos os exemplos de comerciantes, ou antigos patrões, que, em sendo parte dos negócios comerciais, entraram na vida política, acumulando a função de vereadores, deputados, prefeitos ou mesmo governadores, mantendo, a partir daí, dupla funcionalidade. Temos os exemplos dos descapitalizados economicamente, que se projetaram como lideranças políticas através de suas atividades, às vezes produtivas, às vezes técnicas ou intelectuais e se elegeram como vereadores, deputados, prefeitos, senadores ou mesmo governadores, e ao acumular liderança política, passaram a adentrar no mundo dos negócios capitalizados (fazendas, empresas, comércio). Também eles passaram a enfeixar dupla funcionalidade (política e econômica).

A segunda característica decorrente desta restauração do poder, do ponto de vista estrito, da representação política governamental, lança luz sobre a desintegração do *tipo tradicional do fazer política*, do período dos governos anteriores aos anos 1980, no Acre.

Os exemplos precedentes citados, além de indicarem que, na restauração do poder estatal o elemento econômico incorporou e se estendeu ao político e que o elemento político incorporou e se estendeu ao econômico, nessa mesma ordem, alertou para o vácuo da política daqueles períodos de outrora. Esse vácuo pode ser atentamente visualizado, se olharmos para o fato de que as novas elites político-econômicas, no Acre, advieram de espaços sociais, eminentemente, localizados por fora da política estatal, por assim dizer, de espaços da sociedade civil, quer dizer, não houve uma renovação das elites políticas, pelo espaço estritamente profissional da política, isso significa dizer que se os antigos políticos já figuravam com baixa representatividade, as elites emergentes deveriam surgir de outros lugares que não do espaço da própria política parlamentar, e foi por dentro dos lugares econômicos, que elas prosperaram, considerando que os sindicatos, técnicos, funcionário público constituem parte do sistema de produção e organização do trabalho, em virtude do espaço da antiga política de direção parlamentar ou governamental apresentar-se debilitado em suas práticas tradicionais.

Esse reordenamento e reestruturação do poder político do Estado do Acre, do ponto de vista da ação do *fazer política*, de que estamos falando, que diferencia esse momento da administração do Governo da Floresta, dos demais, podem ser traduzidos, até que se prove o contrário, pelo seu caráter *técnico-administrativo-normativo e eficiência da gestão pública* de condução da administração política, do desenvolvimento estadual, um princípio modelado por certo compromisso moral de “tornar o Acre um lugar bom de se viver”. Essa frase, de várias formas, já foi pronunciada pelo ex-governador Jorge Viana e Raimundo Angelim, atual prefeito de cidade de Rio Branco, que também faz parte da coalizão de forças do Governo da Floresta. Certa vez presenciamos um funcionário do segundo escalão do Governo, em funções no IMAC, assinalar em palavras mais ou menos similares a essas, o questionamento “de que adiantava andar em Mitsubishi na cidade de Rio Branco, se quando se descia do carro se pisava em esgoto”.

Esse princípio do *fazer política* de caráter mais técnico-administrativo e normativo que estamos classificando, se expressa, duplamente, por um lado, pela relativa lisura no que diz respeito à aplicação dos recursos públicos, por outro, refere-se à eficiência, na elaboração, execução dos projetos das obras governamentais. Merece destaque a quantidade das realizações de infra-estrutura do Governo da Floresta e da qualidade dos acabamentos de tais empreendimentos, segundo já tivemos oportunidade de mencioná-los. Nos oito anos de mandato do Governo da Floresta, se não estamos bem informado, por outro lado, o Governo, praticamente, passou ileso de acusações de malversação fiduciária ou qualquer tipo de impostura política. Mesmo diante dos escândalos nacionais, em que o PT foi alvo de envolvimento em corrupção, com favorecimento ilícito de partidos nanicos, para aprovação e\ou adesão das propostas do governo Luis Inácio Lula da Silva, o Governo da Floresta ficou imune a essas críticas, no plano local. Nas páginas do Jornal Folha de São Paulo, 2005, encontramos uma única acusação que envolvia o governo Jorge Viana, relativo a contratos de publicidade, que haviam sidos reajustados de forma irregular, sem licitação. (Jornal Folha de São Paulo, sábado, 10 de setembro de 2005, p. A 24. Manchete: *Contrato reajustado de maneira irregular é suspenso no Acre*).

Esse duplo caráter *técnico-administrativo-normativo e eficiência da gestão da coisa pública* desmitifica a noção-comum de que a esfera pública é ineficiente (versos os setores privados) e recoloca a atualidade do vínculo essencial entre a natureza moral-legal com a política, trazendo o senso de responsabilidade com a coisa pública e de proporção

conseqüente com os atos políticos segundo adverte Max Weber (2005), fazendo referência a política, como vocação. Em entrevista do governador Jorge Viana concedida a Revista IstoÉ, transcrita pelo Jornal Página 20, na sua edição de 6 de junho de 2006, o governador, ao ser questionado sobre sua posição, relativo a um caso ilícito de malversação de recursos públicos, na esfera federal, que estava sob investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, referiu-se ao devido episódio contestando a pergunta da Revista: - “O governo sabe como essa CPI termina! Resposta do governador: - Não sabe, mas o governo está tranqüilo. Não podemos ter medo disso. Esse foi um caso de polícia: um funcionário de carreira pedindo dinheiro. Esse cidadão (Maurício Marinho) já era para está na cadeia”. (Jornal Página 20, Rio Branco-AC, p. 15).

Esse trecho deixa transparecer, de forma lúcida, o vínculo de responsabilidade e proporção com a coisa pública, que liga a *prática do fazer política* do Governo da Floresta, que tem marcado estes anos da sua administração pública, contrariando o perfil do político profissional, que não tem responsabilidade com nada e incorre em todo tipo de corrupção sistemática, um fenômeno que tem se alastrado no campo da política, de maneira generalizada, nos dias atuais, forçando o estabelecimento de uma catastrófica dinâmica social, quando na sua obscuridade procura, sorrateiramente, tornar a corrupção quase como um princípio virtuoso de precedência das relações sociais, pelo seu caráter repetitivo e mórbido de generalização⁷⁸. É razoável imaginar que as consecuições realizadas pelo Governo não haveriam de ter gerado os mesmos resultados impactantes, positivamente, se a porcentagem da corrupção dos recursos destinados para as obras implementadas, houvessem sido desviados para fins escusos, como costumava ser muito freqüente observar, a olho nu, infinidades financeiras investidas em ações de instalações ou benefícios, que nunca chegaram a ser concluídas e/ou favorecido os seus destinatários.

Mas no feixe amplo da coligação da FPA, constataram-se denúncias de práticas ilícitas, envolvendo, não diretamente, o Governo, mas alguns de seus membros participantes. Os casos de Juarez Leitão, da FPA, que foi cassado em Feijó e perdeu o mandato de prefeito, em 2009, por envolvimento ilícito; de Francisco Pianko, assessor indígena do Governo do Acre, acusado de abuso sexual de jovens Yawanawa, e investigado pelo Ministério Público Federal, em 2009; o de Julio Barbosa de Aquino, ex-seringueiro, ex-presidente do STR de Xapuri, do CNS, ex-prefeito de Xapuri e atual Secretário Nacional

⁷⁸ Nos últimos anos tem-se vivenciado no Brasil uma escalada sem precedente na história nacional de sucessivos escândalos de malversação dos recursos públicos divulgados pela mídia do país. No centro dos escândalos públicos encontram-se os parlamentares e representantes dos executivos governamentais, instituições partidárias e sindicais, como os principais promotores da corrupção do dinheiro público. Desnecessário se fazer elencar o cardápio das diferentes denominações que as diligências promovidas pela Polícia Federal brasileira a que foram classificadas, pois foram muitas, basta mencionar que, de acordo com as notícias mais recentes divulgadas pelo Jornal do Brasil, edição de 26\05\2010, e segundo os próprios parlamentares da Câmara Federal, aproximadamente a corrupção corresponde a 29% dos gastos da saúde, 39% dos gastos com educação, e representa 105% de todo o orçamento de segurança pública do país. Os parlamentares disseram ainda que se houvesse um nível de corrupção igual ao da Dinamarca (conferir índice) a remuneração salarial dos brasileiros seria superior aos percentuais atuais em mais de 70% do soldo que se recebe hoje. Só para termos uma idéia percentual, isso significa que o atual salário mínimo que é da ordem de R\$ 450,00 reais poderia tranquilamente está sendo equivalente a R\$ 765,00, estendido para cerca de 11.928.137 milhões de pessoas (Anuário Estatístico do Brasil, 2008) considerando os diferenciais dos valores salariais recebidos por brasileiros em atividades econômicas providos pela administração pública, em segurança, saúde e seguridade social.

do Meio Ambiente, um dos fundadores do PT, no Acre, condenado pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE a devolver R\$ 318,6 mil aos cofres da municipalidade (Jornal A GAZETA, Rio Branco-AC, 17 de setembro de 2009. Ano XXI, nº 7.036, p. C1-3). Esses acontecimentos corresponderam aos episódios que passaram, por fora, da responsabilidade estrita do Governo da Floresta, tanto em termos temporais quanto da esfera específica em que se geraram as motivações de denúncias, com exceção do caso de Francisco Pianko que, apesar de ter conotações de natureza pessoal, não o livra de ser assessor governamental e personalidade pública, embora exista quem diga que, culturalmente, nas comunidades indígenas a relação sexual começa muito cedo e que, por isso, não se tem que fazer exageros ou alardes a respeito do fato de uma liderança indígena de outra etnia, por seu cargo governamental, poder participar de vez em quando de uma festança em outra tribo.

O que estes três acontecimentos supracitados indicam, do ponto de vista político, na verdade, é uma tendência, ainda não delineada na sua amplitude, mas já esboçada tacitamente em vestígios que os próprios fatos conferem, de um novo realinhamento do poder político, que se configura no horizonte próximo, ao menos no âmbito da esfera estadual e do poder governamental, em que os ex-sindicalistas rurais e representações indígenas estão sendo, paulatinamente, deslocados e descredenciados para assumir tão-somente a periferia do poder, no nível das municipalidades, que lhes são correspondentes e/ou de assessores políticos de segunda escala. Essa nova combinação, caso se complete, tende a fortalecer a centralização política em torno de pequenos quadros políticos, uma vez que a emergência dos sindicalistas rurais, havia desaguado um número de concorrente bem maior do que a capacidade de absorção das vagas parlamentares e executivas do governo, o que poderia prejudicar futuras conquistas eleitorais de personalidades melhores, posicionadas política e economicamente. Além disso, esse deslocamento para as municipalidades de figuras minimizadas, favorece a hierarquização das forças políticas principais, porque os quadros políticos, flutuantes da esfera majoritária, asseguram a adesão da população no âmbito dos municípios pela teia social de aderência.

Com respeito ainda ao perfil técnico-normativo do Governo da Floresta, ele tem mediado, inclusive, os conflitos de interesses do processo de desenvolvimento sustentável, na medida em que as dissidências, anteriormente estabelecidas entre as atividades de pecuária, madeireira e extrativismo florestal não-madeireiro, até certo ponto incompatíveis entre si, têm sido equacionadas pelos mecanismos técnicos de orientação, da exploração produtiva e apaziguado os ânimos potenciais de descontentamento, costurando, primordialmente, o consentimento e garantindo a sustentação do Governo. Sem desconsiderar a importância do desempenho tecnológico na relação com a sustentabilidade e o desenvolvimento, pois como mostramos, Valetim e Andrade (2009) atestaram, em inovador trabalho de pesquisa significativa, redução da conversão ambiental da atividade de pecuária no Acre, devido ao incremento de tecnologias de manejo de pastagens, utilização de cercas elétricas, recuperação dos solos, com o uso de leguminosas. No entanto, ocorre que os planos de manejo, tecnicamente orientados, têm servido como ferramenta explicativa para recobrir todas as assimetrias produtivas e de interesses. Os planos de manejos madeireiros, por exemplo, racionalmente definidos, conseguiram assegurar o consentimento, tanto de madeireiros quanto dos seringueiros, e qualquer disfunção que, por ventura, eles possam ocasionar, afetando a diversidade ambiental, recoloca o argumento de que os planos precisam ser melhorados. Esse excessivo caráter técnico, inclusive, de desviar o olhar do ritmo e da intensidade da exploração pode, em médio prazo, mostrar-se totalmente ineficaz para resolver o desafio da sustentabilidade.

Esse caráter técnico-normativo e eficiente do Governo da Floresta trouxe consigo novamente, dupla consequência, que só agora, no terceiro mandato do seu projeto político, pode-se visualizar. Por um lado, promoveu o aumento da produtividade dos setores econômicos, racionalizou determinados processos produtivos, otimizou o uso dos recursos (financeiros e naturais), evitando os desperdícios em escala, estruturou, em padrões modernizadores, a infra-estrutural material da região, e, ainda, conquistou, com isso, consentimento político, para compartilhamento social de seu governo; por outro lado, o diálogo, predominantemente técnico-normativo, tem esgarçado a representação dos interesses sociais, no âmbito das lideranças políticas e as alianças que foram pactuadas, mediadas no sentido de que o instrumental, unicamente técnico-normativo, não é suficiente para o equacionamento das dissidências de temas complexos, como a sustentabilidade do desenvolvimento – pois todas as dimensões da vida social não se reduzem ao âmbito técnico – por esta razão, os indícios de assimetrias têm se mostrado, no plano empírico da realidade material, com o distanciamento social das bases rurais, dados os obstáculos que condicionam a vida rural (social e produtiva), insuficiência da sustentabilidade dos planos de manejo madeireiro, que têm provocado desconectividade da densidade florestal e seus recursos de fauna e flora, predomínio da extração de madeira contra os outros produtos não-madeireiros, estímulos predominante à pecuária e baixo fomento agrícola e extrativista, ou de baixa industrialização dos demais produtos da floresta, assim como concentração dos investimentos públicos de melhoria social, nos centros urbanos, frente à desassistência dos bairros periféricos e zonas rurais.

À luz do que foi apresentado, torna-se, empiricamente inquestionável, o caráter promissor das conquistas do Governo da Floresta, seja no sentido da dinâmica econômica, seja no da estabilidade social, com o entrelaçamento dos diferentes agentes e interesses dos acreanos ao corpo institucionalizado das políticas sociais e econômicas de desenvolvimento, mediado pela ação do Estado do Acre. O simultâneo processo de extensão da participação da sociedade civil – considerando, principalmente, as camadas da sociedade locais mais desprotegidas politicamente – por dentro do aparato estatal, assim como a ampliação das funções do Estado, direcionadas à incorporação das demandas dos trabalhadores e de proteção social, no âmbito das suas políticas econômicas, tem propiciado a restauração da correlação de forças do poder político, no nível local, em proporções mais estabilizadoras. Ademais, o conjunto dessas convergências, associado, ainda ao estabelecimento de laços culturais, de revalorização do pertencimento e exaltação da memória coletiva dos acreanos, tudo isso integrado ao projeto político do Governo da Floresta, tem gerado uma legitimidade do poder do governante, que corresponde a um tipo de *prática de fazer política* assemelhando ao que Max Weber (2005) denominou da *política como vocação* em relação à responsabilidade com que tem tratado a coisa pública e o caráter consequente através do qual assumiu seus atos políticos que se revelaram na administração de sua gestão à frente do Governo do Acre, entre 1999-2006 praticamente ileso de imposturas políticas envolvendo sua personalidade de governante.

CONCLUSÃO

O percurso analítico que fizemos para determinar as razões explicativas, que levaram à ascensão do Governo da Floresta e a sua manutenção no poder da administração governamental do Acre, durante mais de duas gestões consecutivas que, agora, nas eleições de três de outubro de 2010, obtiveram a aprovação das urnas, para iniciar o quarto mandato do mesmo projeto político da FPA, levou-nos a formular algumas proposições conclusivas. Conforme ficou explícito, nossa investigação sobre o Governo da Floresta procurou enfocá-lo, a partir do processo de desenvolvimento, dando ênfase particular para a relação estabelecida entre os interesses econômicos e políticos e a intersessão deles, através da ação governamental, levada a efeito pela política econômica de desenvolvimento. Com esse propósito, foi-nos necessário revisitar três acontecimentos históricos, relevantes, na historiografia acreana que tratamos, principalmente, nas duas primeiras seções, a saber, a Revolução Acreana, o Movimento Autonomista e o Movimento dos Seringueiros, a partir dos quais, buscamos fazer uma releitura, acerca dos motivos que impulsionaram o sucesso do Governo da Floresta, porque o mesmo havia se pronunciado herdeiro e continuador desses eventos históricos de resistência. Nas partes subseqüentes, observamos como os elementos acionados desses acontecimentos, foram assimilados pela plataforma da política econômica do Governo da Floresta e lhe deram sustentação e legitimidade governamental, inclusive permitindo, recentemente, a sucessão de seu projeto político por mais quatro anos consecutivos desse governo.

Proposição 1. A indissociabilidade das motivações econômicas e políticas na formação e desenvolvimento do Estado do Acre.

Os acontecimentos ou fatos históricos recuperados pelo Governo da Floresta, para compor os valores e objetivos defendidos por seu projeto político governamental, representado pela Revolução Acreana (1903), Movimento Autonomista (1910) e Movimentos Sociais de Indígenas e Seringueiros (1970-1980), tiveram efeito funcional para os propositores de suas formulações, porque forneceram aspectos econômicos ou sócio-políticos, que haviam sido subestimados, historicamente, pelos representantes públicos. Na identificação destes aspectos apropriados, que localizamos no trabalho (valores culturais e sociais de autodeterminação, interesses políticos, motivações econômicas excludentes), evidenciou-se a forte interdependência das variáveis econômicas e políticas, que concorreram durante todo o processo de expansão, colonização e povoamento do território do Acre. O impulso expansionista dos mercados europeus que instigaram amazonenses e paraenses a adentrarem às terras acreanas revelou as riquezas naturais da região, donde as florestas de seringueiras despertaram particular interesse para abastecer o setor industrial de pneumático emergente dos centros mais dinâmicos da Europa e EUA. À importância econômica evidente destas terras resultaram em levantes insurrecionais que levaram à constituição do Território Federal do Acre e a sua anexação ao Brasil.

No entanto, a condição de Território gerou um ressentimento político entre os acreanos que tiveram que se submeter à tutela da União, e a governos indicados pela Presidência da República, isso teria empalidecendo aqueles brios que a Revolução Acreana havia despertado. Na condição de “cidadãos de segunda categoria” (MARAIS, 2008), do ponto de vista político, a maioria da população residente dos seringais, os seringueiros,

presenciou seus sonhos de autonomia deslizar para uma inserção nas relações de produção marcada pela subordinação ao padrão seringalista serem aprisionados pelo endividamento econômico. Essa dupla condição gerou dupla resposta. O Movimento Autonomista (1910-1960) foi uma resposta direta da sociedade política acreana para restaurar a autonomia política dos acreanos diante do poder central e o Movimento dos Seringueiros (1970-1980) constituiu-se na reação dos trabalhadores rurais para quebrar as teias de dominação a que estavam submetidos no momento em que o ordenamento do seringal se desintegrava completamente e a economia da borracha chegava ao seu esgotamento, tendo a atividade de pecuária pressionando para o seu desfecho final.

Nos conflitos sócio-ambientais ocorridos nas décadas de 1970-1980 protagonizadas pelo sindicalismo rural dos seringueiros explicitaram-se o conjunto dos elementos-problemas acreanos os quais o Governo da Floresta havia de considerar para consolidar a sua proposta de governo, que podemos sintetizar através dos seguintes aspectos: i) uma fisionomia social interna composta por segmentos sociais bastantes antagônicos entre si; ii) interesses da maioria da população sem ressonância das políticas governamentais (principalmente seringueiros e indígenas); iii) uma econômica de exportação em decadência sem mercado interno configurado; iv) dilema em formular uma proposta de desenvolvimento que fosse compatível com os distintos interesses situacionais e a base dos recursos sociais disponíveis; ausência de elementos de identidade que desse uma feição mínima de sociabilidade para sua gente possibilitando uma integração social mais sólida.

Na esteira desses movimentos supramencionados, evidencia-se o entrelaçamento profundo das instâncias da política e economia na formação política e econômica do Acre, em que o jogo de interesses em disputa se alterna, embora prevaleça sempre o impulso crescente de centralização política do domínio governamental diante das forças econômicas do mercado, forças econômicas estas que ao fundirem-se com a política governamental, vão deslocar as lutas de interesses sociais para dentro do tabuleiro de forças do poder estatal, onde passa a estar em jogo a disputa pela direção governamental do rumo do desenvolvimento.

Nesse sentido, foi que a configuração do mercado acreano e os intercâmbios dele derivados, assim como a ampliação progressiva da esfera política sobre os domínios da economia, engolfando os seus limites e regulando, política e administrativamente, a circulação e produção das mercadorias, embora tenha ocorrido de forma associada e convergente, na definição do espaço do mercado e do território acreano, estas instâncias, expressas pela ação dos agentes da esfera governamental, por um lado, e pelos interesses econômicos de comerciantes, industriais e trabalhadores, por outro, alternaram-se em termos de preponderância, de uma em relação à outra, de modo que, se no período de vigoroso impulso da indústria da borracha, os interesses dos grandes seringalistas tiveram influência significativa na definição das políticas, em outros momentos, essa situação operou-se de forma diferenciada. A partir de 1940, por exemplo, com a crescente centralização política das atividades econômicas, em diversificação, o Estado passa a ganhar enorme destaque na condução do desenvolvimento, despertando desde então, entre os diferentes agentes, fortes acirramentos pelo controle do poder governamental, no direcionamento dos empreendimentos econômicos e sociais. O traço característico dessa mudança da correlação da política e economia expressou-se pela diversificação da produção e pela diferenciação dos interesses em disputa, com a entrada em cena dos trabalhadores, seringueiros e indígenas, nas décadas de 1970-1980 associado ao processo

de elevação do Território à condição de Estado Federal do Acre, com seu conseqüente processo de ampliação institucional.

Os traços relativos aos valores culturais, sociais e políticos, que enriqueceram estes episódios, isto é, aqueles que corresponderam aos melhores resultados dessas manifestações dos acreanos, foram modulados, finalmente, em torno de um projeto de desenvolvimento sustentável, onde a sustentabilidade natural, a relação com a natureza serviu como amálgama para enfeixar a fórmula, através da qual o Projeto Político do Governo da Floresta teria ingredientes para remediar grande parte das agruras sociais, políticas e econômicas do Acre.

Proposição 2. Os efeitos assimétricos da produção econômica devido aos desequilíbrios do peso político e\ou econômico na correlação dos interesses e a expansão do poder estatal sobre a economia

No período que transcorre de 1903 até a década de 1940, a inter-relação das esferas econômica e política, apresenta característica específica em sua associação, referente às atividades produtivas. Ressalvadas as intervenções federais, a administração governamental dos Departamentos do Território do Acre permanece, praticamente, ausente do fomento direto às atividades produtivas, em geral, durante os momentos de prosperidade da indústria da borracha. As restrições dos plantios agrícolas, que vigoraram em muitos seringais acreanos e o interesse generalizado das autoridades governamentais, em torno das receitas fiscais da circulação da borracha, dão testemunho da baixa ação política governamental no fomento da economia. A política dos governos locais baseava-se, principalmente, na arrecadação tributária, derivadas das atividades econômicas, sobretudo, beneficiando-se dos impostos da produção da borracha. Os poucos investimentos públicos eram feitos em educação e saúde. Somente com os indícios de desvalorização da indústria extrativista, a partir de 1910, os gestores departamentais começaram a tomar as primeiras medidas direcionadas para o incremento produtivo, delineando desde então, os dispositivos políticos iniciais, que estabeleceriam o começo de uma orientação governamental, projetada para a dinamização do desenvolvimento do mercado local, através da criação das Colônias Agrícolas, objetivando a produção de alimentos e o abastecimento das cidades acreanas, devido à deterioração do sistema de aviamento e, conseqüentemente, a diminuição das mercadorias industrializadas, comercializadas. Depois da década de 1940, a ação estatal amplia-se cada vez mais em direção à centralização das atividades econômicas. Essa postura mais intensiva da ação estatal na economia ganhou força normativa com os termos da Constituição do Estado do Acre, de 1º de março de 1963 e, reforçada, na nova Carta Constitucional Estadual, elaborada em 26 de abril de 1971, onde se estabelecia o papel do Estado, enquanto agente impulsionador do desenvolvimento econômico e social, de fomento da produção agrícola, pastoril, industrial, tecnologia e ciência profissional, de modo a promover o bem estar da comunidade. Com isso, o Estado ganha importância econômica e as motivações pela direção do seu comando governamental, intensificam cada vez mais entre os segmentos econômicos e políticos.

Proposição 3. A insatisfação e descontentamento dos agentes sociais e a concorrência dos interesses estabelecida através do poder estatal e a eleição do Governo da Floresta

Neste mesmo intervalo temporal, em que se opera a expansão da esfera estatal, incorporando na sua política econômica governamental o incentivo à diversificação da produção econômica, no plano político, constatamos que os agentes, principalmente das camadas subalternas, ligadas ao trabalho rural, mantiveram-se sem participação política

efetiva nos rumos governamentais, não tinham direito de voto a grande maioria, por conseguinte, afastados da intervenção na economia. Os governantes, com efeito, mantinham-se nos cargos executivos, legitimados mais pelas forças nacionais que lhes indicavam, assim pelos apoios daqueles segmentos dominantes, locais, economicamente prevaletentes, do que propriamente usufruíam de legitimidade política, advinda da população trabalhadora, sobretudo, rural. O aparelho estatal tinha grande serventia, em geral, para atender os interesses de pequenos grupos e interesses dominantes, localizados, de modo que a baixa participação social se refletia nas péssimas condições da vida material dos segmentos dos trabalhadores. Nas décadas de 1970-1980, a convergência relativa à crescente relevância estatal, na economia, associada com a ressentida participação das camadas trabalhadoras nos direcionamentos da política econômica regional, diante de contextos de instabilidades econômicas e conflitos políticos, em torno da luta pela posse das terras dos seringueiros e preservação das florestas, acirrarão os ânimos dos distintos grupos sociais, com interesses divergentes entre si, pelo controle do poder governamental do Acre, para definir os rumos do desenvolvimento regional. A década de 1990 correspondeu ao momento mais emblemático dessa disputa e quem saiu vitorioso foi a composição de interesses, que melhor conseguiu articular forças propositivas, para equacionar o conjunto desses desafios ligados, por um lado, a resolução dos conflitos políticos, e por outro, a dinamização da economia com a garantia da melhoria da vida material, sem comprometer a sustentabilidade dos recursos naturais. A vitória política do Governo da Floresta, nas urnas em outubro de 1998, foi o desdobramento dessas convergências.

Proposição 4. As realizações do Projeto Político de Desenvolvimento Sustentável do Governo da Floresta: a dinamização econômica e a estabilidade social

No período durante o qual o Governo da Floresta (1999-2006) esteve à frente do executivo do Acre, pôs em curso as linhas gerais das propostas de candidatura, assumidas na campanha eleitoral, que lhe proporcionou a direção da gestão administrativa do Estado. No geral destas medidas, implementou um conjunto de reformas, relativas à melhoria da infra-estrutura material, com a construção de estradas, aparelhamento e reconstrução das instituições públicas, atualização dos vencimentos salariais dos diversos segmentos do funcionalismo público, revalorização do patrimônio cultural, dinamização das atividades econômicas, com incentivos industriais, produtivos, comerciais, bem como o melhoramento dos serviços públicos de educação, saúde, saneamento das principais cidades acreanas, principalmente, Cruzeiro do Sul e a capital Rio Branco. O resultado destas medidas, orientadas pela política econômica de desenvolvimento sustentável, refletiu no aumento do índice de desenvolvimento humano (IDH) estadual e municipal, dinamização da economia com o incremento da renda per capita e do produto interno bruto estadual (PIB), crescimento das atividades produtivas, industriais e comerciais. Com o “pacto social”, que firmou entre os interesses situacionais dos distintos agentes econômicos e políticos, conseguiu alcançar relativa estabilidade social da população local, devido o embrulhamento que fez dos interesses, mobilizando-os por dentro de uma configuração identitária, que acionava valores e características para promoção do pertencimento social, em prol das causas do desenvolvimento sustentável do Estado do Acre. Esse esforço para a interligação do sentimento de acreanidade, expressou-se, não somente, pela revalorização dos aspectos culturais e mediação dos valores regionais, mas ocorreu, simultaneamente, através da implementação dos processos de interligação rodoviária inter-municipal, consolidação progressiva, da relação do campo com as cidades, sedimentação do mercado interno com a

ligação das diferentes fases das cadeias de produção regional de algumas atividades econômicas. Enfim, as relações de pertencimento social que se procurou instaurar no tecido social acreano desenvolveram-se, entrelaçadas, ao processo de desenvolvimento econômico.

Proposição 5. Os resultados ambíguos do Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Governo da Floresta

Não obstante, o Projeto Político do Governo da Floresta tenha logrado enormes feitos, incontestáveis empiricamente, nas esferas econômica, política e social, o seu desempenho não atingiu a consecução dos objetivos propostos na íntegra, sem ambigüidades e/ou persistências de padrões paradoxais, frente aos mesmos objetivos defendidos. Tais ambigüidades não se referem somente à insuficiência temporal ou de recursos disponível incipientes, para sanar a totalidade da dívida, historicamente acumulada, de necessidades crescentes, mas dizem respeito à implementação das ações empreendidas que não conduziram, de maneira ampliada e progressiva, a resultados satisfatórios de atendimento do conjunto da coletividade. No plano econômico, embora a renda *per capita* e o PIB tenham demonstrado crescimento significativo triplicando seu faturamento, os extratos mais baixos da pirâmide social, apesar de terem sido incorporados ao mercado de trabalho, expandiram-se, geometricamente, recebendo salários precários, em que a faixa salarial, entre menos de meio e até um salário mínimo, alcançou o quantitativo de mais de 30% da mão de obra economicamente ativa. O nível de desempregos superou a média nacional (6%) e fixou-se na casa dos 33% da força de trabalho, em condições de atividade, mas sem ocupação laboral. Os trabalhadores rurais e as atividades agrícolas a eles relacionadas permaneceram, praticamente, desassistidas nas suas necessidades mais emergenciais, apresentadas nas diferentes etapas das cadeias produtivas, se comparados com as atividades pecuaristas e madeireiras, que obtiveram grande suporte governamental para o incremento de seu desempenho. Esse explícito empenho governamental, em promover as atividades madeireiras e pecuaristas, por sinal, foi responsável pelo grande descompasso dos objetivos governamentais, com o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais, devido ao desconforto que elas causaram para o meio ambiente natural. As queimadas e os desmatamentos, embora tenham diminuído em relação aos períodos anteriores ao Governo da Floresta, persistiu o ritmo de conversão das florestas e a intensidade das queimadas florestais. Nos anos de 2005 e 2010, em que as queimadas alcançaram níveis críticos, as internações por problemas respiratórios, envolvendo crianças e idosos, principalmente, chegaram a, praticamente, triplicar os atendimentos nas unidades de saúde da cidade de Rio Branco. As operações de pouso e decolagem tiveram suas atividades suspensas no aeroporto da capital, José Plácido de Castro, em vários dias, dos meses de agosto\setembro, daqueles anos. Muitas críticas têm sido direcionadas à insustentabilidade dos planos de manejo florestal, de uso múltiplos, colocados em ação, desde que o Governo da Floresta assumiu a administração estadual, devido a priorização da extração das madeiras de grande interesse internacional, em detrimento dos diversos produtos extrativos não-madeireiros, tradicionalmente utilizados pelas populações e, bastante promissores para a comercialização, como plantas medicinais, óleos, frutos diversos, pescados, resinas, essências para uso de cosmético, sem contar o seu valor natural para a harmonia da situação climática do planeta.

Esses aspectos colidentes com os objetivos propugnados pela FPA, associados à concentração mais significativa dos investimentos nas cidades, nos centros urbanos, dos seus respectivos municípios, com destaque para as cidades de Rio Branco e Cruzeiro do

Sul, produziram descontentamento generalizado nas áreas periféricas das cidades e, sobretudo, nas zonas rurais. A vitória apertada nas últimas eleições governamentais, do ex-senador licenciado Tião Viana (50,51%) para o governo do Acre, com aproximadamente 4 mil votos à frente do candidato Tião Bocalon (49,49%), cujos conteúdos dos candidatos da oposição mobilizados em campanha, referem-se à exploração desses aspectos assinalados, representa eloqüente indício da objetividade dessa constatação. Ademais, pudemos constatar que os marcos das mudanças empreendidas pelo Governo da Floresta não aprofundaram as restrições vorazes dos imperativos do mercado capitalista, no sentido de aprofundamento de sua regulação e planejamento, direcionado para o atendimento das necessidades crescentes do conjunto da população, com exceção da incorporação de algumas demandas dos segmentos dos trabalhadores rurais, por isso, que, apesar das transformações em prol de melhorias sociais, em geral, mantiveram-se os traços de continuidade de processos de exclusão e deterioração social, em que se incluem parcelas significativa dos acreanos. Desse modo, o alcance da estabilidade social projetada com o “pacto social” entre fazendeiros\madeireiros e os demais trabalhadores rurais (seringueiros principalmente) em torno do desenvolvimento sustentável que puseram fim aos intensos conflitos em torno das florestas acreanas apaziguando o campesinato em geral, com a idéia de sustentabilidade ambiental e social, apresenta-se mutilada diante do descompasso dos benefícios obtidos por fazendeiros e madeireiros em contraposição a vida social dos trabalhadores rurais, que se vê subestimada ainda pela preferência das cidades em detrimento do campo.

Proposição 6. A legitimidade governamental e os desafios do Governo da Floresta

Embora o Projeto Político do Governo da Floresta tenha transcorrido entre realizações substantivas e a persistência de incompletudes, que eles haviam prometido solucionar, mesmo assim, teve expressivo reconhecimento político à administração desse Governo. A legitimidade política que Jorge Viana recebeu, inclusive sendo o senador mais votado no Acre, nas eleições de 2010, obtendo 204.077 mil votos, ou seja, 31,75% do eleitorado estadual, isso não decorreu, somente, enquanto resultado da restauração da capacidade operacional do Estado, da dinamização da economia local ou mesmo da ressonância dos distintos interesses sociais, na composição da plataforma do desenvolvimento por ele levado a curso, mas também adveio da forma, do método, como a sua administração levou, a efeito, suas realizações. Não se trata de fazer proclamações laudatórias, porém de sublinhar o caráter da probidade que orientou os oito anos de sua gestão. Em tempos, em que a impostura política corre solta com a corrupção concebida, quase como estatuto de virtuosidade e civismo, o Governo da Floresta desenvolveu-se ileso de acusações que pudessem macular, diretamente, a sua principal liderança governamental. O caráter *técnico* e *normativo* que precedeu suas ações públicas aludiu para a possibilidade de restauração da relação indissociável, preexistente entre a moral e economia, tão fora de moda nos tempos contemporâneos. Ao que pese a necessidade premente de corrigir e redirecionar a política econômica de desenvolvimento do Governo da Floresta, para que ela eleve-se, de fato, ao estatuto da sustentabilidade ambiental, econômica e política, que tanto apregoa publicamente, não se pode deixar de reconhecer que o Estado do Acre já esteve muito mais longe de alcançar esse horizonte.

Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. IPEA – Diretoria de Estudos Sociais. Nº 3. São Paulo: USP, 2000.

ACRE EM NÚMEROS. 1999. SEPLAN, Governo do Estado do Acre, Rio Branco, 1999.

ACRE EM NÚMEROS. 2003. SEPLAN, Governo do Estado do Acre, Rio Branco, 2003.

ACRE EM NÚMEROS. 2005. SEPLAN, Governo do Estado do Acre, Rio Branco, 2005.

ACRE EM NÚMEROS. 2006. SEPLAN, Governo do Estado do Acre, Rio Branco, 2006.

ACRE EM NÚMEROS. 2007-2008. SEPLAN, Governo do Estado do Acre, Rio Branco, 2008.

ACRE. Documentos para a história do. Constituição do Estado do Acre: Brasília: Senado Federal, Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Junior, 2003.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Quebradeiras de Coco Babaçu: identidade e mobilização. São Luis\MA: III Encontro Internacional das Quebradeiras de Coco Babaçu, 1995.

ALEGRETTI ZANONI, Mary Helena. Projeto Seringueiro: estudo de caso em um seringal nativo do Acre. UnB, Brasília. 1979 (dissertação).

ALTO JURUÁ, Manifesto do Partido Autonomista do. À Presidência da República e a Câmara dos Deputados. Cruzeiro do Sul, 1919.

ANDERSON, Perry. O papel das idéias na construção de alternativas. IN: BORON, Atílio (Org.). Nova hegemonia mundial: alternativas de mudanças e movimentos sociais. 1ª Ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO, 2004

ANUÁRIO ESTATÍSTICO 2008. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior; Secretaria do Desenvolvimento da Produção. Brasília: SDP, 2008.

ARENDDT, Hannah. O que é política! 5ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ARRIGRI, Giovanni, & SILVER, Beverly J. Caos e governabilidade no moderno sistema mundial. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora da UFRJ, 2001.

ASSIS, Leônidas Dantas de. Controle da atividade madeireira no Estado do Acre, no período de 1992-2000. Rio Branco: UFAC, 2003. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Manejo dos Recursos Naturais)

BARROS, Glimes Rego. Nos confins do extremo oeste: a presença do capitão Regos Barros no Alto Juruá (1912-1915). Vol. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1993. (ISBN 85-7011-170-3)

BASÍLIO, Sandra Teresa Cardioli. Seringueiros de Xapuri na luta pela terra e Defesa da Floresta: o projeto seringueiro, cooperativismo e educação popular. PUC São Paulo, 1992.

BAUMAN, Zygmunt. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi\Zygmunt Bauman. Trad. Carlos Alberto Medeiro. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BEDREGAL, Teresa Flores. ¿Que es desarrollo sostenible?. ICIB – Instituto de la Biodiversidad. Desarrollo Sostenible. Revista de Ecología Política de Bolívia, nº1. Bolívia: La Paz, s/d.

BENCHIMOL, Samuel. Amazônia: um pouco antes e além depois. Manaus-AM: Umberto Calderaro, 1977.

BENCHIMOL, Samuel. Romanceiro da Batalha da Borracha. Manaus: imprensa oficial, 1992.

BOBBIO, Norberto. Direito e Estado no Pensamento de Emanuel Kant. Ed. EDUNB, Brasília, 1992.

BOBBIO, Noberto. Dicionário de política. 5ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. vols. I e II.

BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O afeto da terra: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza w o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1999. (Coleção Pesquisas)

BRANDT, Sergio Alberto. Mercado agrícola brasileiro. São Paulo: Nobel, 1979.

BRAUDEL, Fernand. *A Dinâmica do Capitalismo*. Lisboa: Editorial Teorema, 1985 (ed. Económica, 1986, 127 p.

_____. Uma lição de história de Fernand Braudel. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editio, 1986\1989.

BRILHANTE, S. H. C. & BROWN, Irving Foster. Recursos madeireiros do Estado do Acre: quanto e como é explorado. Rio Branco: UFAC, 2002. IN: **LOPES, Vilma Maria Bessa; OLIVEIRA, Ana Maria Alves (Orgs).** CADERNOS UFAC. Desenvolvimento sustentável: Ecologia e Manejo de Recursos Naturais na Amazônia. Estudos e Pesquisas, Nº 7. Rio Branco-AC: UFAC, 2002.

BRILHANTE, Marinelson de Oliveira. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – território rural do Alto Acre e Capixaba. Pesacre\MDA\SDT, 2007.

BROWN, Irving Foster; ROCHA, Andréa Alechandre. IN: LOPES, Vilma Maria Bessa; OLIVEIRA, Ana Maria Alves. (Orgs.) Desenvolvimento Sustentável: ecologia e manejo dos recursos naturais na Amazônia. Rio Branco\AC: Cadernos UFAC, 2002.

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado*. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1980.

BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas\São Paulo: Papyrus, 1996.

CADAXO SOBRINHO, Edilson Simões. Análise econômico ambiental da substituição da floresta tropical amazônica por atividades antrópicas. Análise aplicada ao estudo de viabilidade da rodovia BR – 364 no trecho Rio Branco, divisa com o Peru, Acre, Brasil. Universidade Federal Fluminense, 1999. (tese)

CAMPBELL, Constance Elaine. O papel do projeto de educação popular na mobilização de uma comunidade rural: um estudo de caso com seringueiros do Acre/Brasil. Tradução: Cleusa Roney. UFF, 1990. (dissertação)

CARVALHO, H. M. O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionamentos do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis\RJ: Vozes, 2005.

CARVALHO, José Murilo. A formação das almas: o imaginário da República do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Lucas de Araújo. Colonização e meio ambiente: estudo de duas experiências de assentamento na Amazônia Ocidental. Campinas/SP: UNICAMP, 2000. (tese)

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

CASSIRER, ERNST. Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção Tópicos).

CAVALCANTE, Marcio Roberto Vieira. A questão do gado e da madeira na Reserva Extrativista Chico Mendes: algumas reflexões. IN: Marco Antônio de OLIVEIRA. (Org.) Pesquisa socioparticipativa na Amazônia ocidental: aventuras e desventuras. Rio Branco:EDUFAC, 2005.

CASTRO, Genesco. O Estado independente do Acre e José Plácido de Castro: excerptos históricos. Rio Branco: Fundação Cultural do Acre, 1930. Reedição, 1998.

CNS. Diretrizes para um programa de reservas extrativistas na Amazônia. Rio Branco: Poronga, 1993.

CNS. III Encontro Nacional dos Seringueiros. Rio Branco\AC, 1992.

COELHO, Maria Célia Nunes. IN: FATHEUER Thomas; ARROYO, João Cláudio; MACHADO, José Alberto da Costa (Orgs.). Amazônia: estratégias de desenvolvimento sustentável. Uma contribuição para a Elaboração de Planos de Desenvolvimento e Agenda 21. Simpósio Internacional da Amazônia – SAI, UFPA: 1998.

COPIAI. Departamento da política de incentivo às atividades industriais. Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia. Governo do Acre, 2010.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. Capital e Trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre. São Paulo: Cortez. Rio Branco, AC: UFAC, 1992.

COSTA, Carlos Alberto Franco da. Conflitos sociais no campo e os núcleos de apoio rural integrado – NARIS. DE/UFAC, Rio Branco, 1993. (monografia)

COSTA, Craveiro. A conquista do deserto Ocidental: subsídios para a história do território do Acre. Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998. (1ª edição, 1973, Editora Nacional)

CRULS, Gastão. Impressões de uma visita à Companhia Ford Industrial do Brasil. IBGE, Revista Brasileira de Geografia, Ano 1, nº 4, outubro de 1939.

CRUZEIRO DO SUL Prefeitura Municipal de. 77º Aniversário de Cruzeiro do Sul. 19º da Emancipação política do Acre. 1904-1981. Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul, 1981.

CRUZEIRO DO SUL, Prefeitura Municipal de. Edição comemorativa do centenário 1904-2004. Senador Geraldo Mesquita Jr. Vol II, Tomo, I, Brasília, 2004.

CRUZEIRO DO SUL, Prefeitura Municipal de. Cruzeiro do Sul: um século 1904-2004. Cruzeiro do Sul: 2004.

CRUZEIRO DO SUL, Prefeitura Municipal de. Lei Orgânica do Município. Edição Oficial: ACRE, 1990.

CRUZEIRO DO SUL, Prefeitura Municipal de. Álbum: a cidade de Cruzeiro do Sul: revisitando o Juruá. Cruzeiro do Sul\AC - Universidade Federal do Acre, 1994.

CRUZEIRO DO SUL, Território do Acre. Relatório Apresentado ao Presidente da República Juscelino Kubistchek de Oliveira. Abril de 1957.

CUNHA, Euclides. Um paraíso Perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Coleção Documentos Brasileiros. Volume nº 203. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1986

DAHRENDORF, Ralf. Após 1989: moral, revolução e sociedade civil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

DEAN, Warren. A luta pela Borracha no Brasil: um estudo de história ecológica. São Paulo: Nobel, 1989.

DIEGUES, Antônio Carlos. O mito da natureza intocada. 2ª edição. São Paulo: hucitec, 1998.

DINIZ, Eli. Estado, variedades de capitalismo e desenvolvimento em países emergentes. Seminário Internacional INCT-PPED-IE-UFRJ, Rio de Janeiro, 3 a 6 de novembro de 2009.

DOMINGOS NETO, José de Almeida. Aos trancos e barrancos: identidade, cultura e resistência seringueira na periferia de Rio Branco (1970-1980). Rio Branco: ADUFAC, 2004.

DUARTE, Élio Garcia. Conflitos pela terra no Acre: a resistência dos seringueiros de Xapuri. Rio Branco/AC, Casa da Amazônia, 1987.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

EAGLETON, Terry. Ideologia: uma introdução. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

ELIADE, Mircea. O sagrado e o profano. A essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador II: formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993. 2v.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? IN: LANDER, Edgardo (Org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. Estado, Ecologia e o desenvolvimento da questão agrária na Amazônia. Programa de Ensino e Pesquisa em Reforma do Estado: CAPES/MARE/CNPq/FINEP-CPDA/UFRRJ, RE-RH/02, Rio de Janeiro, 1998.

_____. Do “Manso” ao “Guardião da Floresta”. Um estudo do processo de transformação social do sistema seringal, a partir da Reserva Extrativista Chico Mendes, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 1999. (Dissertação de mestrado)

ESTEVES, Benedita Maria Gomes & BRITO, Eduardo José E. Conflitos e identidades na formulação do princípio de desenvolvimento sustentável: o caso do assentamento extrativista Porto Dias, no Acre. IN: OLIVEIRA, Marco Antônio de (Org.). Pesquisa

socioparticipativa na Amazônia ocidental: aventuras e desventuras. Rio Branco:EDUFAC, 2005.

FARIA DA SILVA, Jorge Araken. Marechal Gregório Thaumaturgo de Azevedo. O genial fundador da cidade de Cruzeiro do Sul. Conferências pronunciadas dia 27 de setembro de 2001, teatro Nauas. Cruzeiro do Sul-AC, 2001.

FATHEUER Thomas; ARROYO, João Cláudio; MACHADO, José Alberto da Costa (Orgs.). Amazônia: estratégias de desenvolvimento sustentável. Uma contribuição para a Elaboração de Planos de Desenvolvimento e Agenda 21. Simpósio Internacional da Amazônia – SAI, UFPA: 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária na América Latina – Enciclopédia contemporânea de América Latina y el Caribe. Disponível em: [HTTP://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Bernardo2006](http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Bernardo2006).

FERNADES, Marcos Inácio. O PT no Acre: a construção de uma terceira via. UFRN, 1999. (dissertação)

FERRANTE, Miguel Gerônimo. O seringal. 2ª Ed. Rio Branco: UFAC\FUNDAPE, 2003.

FIGUEIREDO, Raimundo Lima de. Desmatamento e queimadas na Amazônia e suas conseqüências para o aquecimento global, Rio Branco: UFAC, 2008. (Monografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas)

FIGUEIREDO, Tte. Cel. Lima. O Acre e suas possibilidades. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, n. 2, p. 172-215, abril de 1940.

FIORI, José Luís. Estados, moedas e desenvolvimento. In: Fiori, José Luís (org.). *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: Vozes, 1999, pp. 49-85.

FIORI, José Luís. Formação, expansão e limites do poder global. In: Fiori, José Luís (org.). *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, 2004, pp. 11-64.

FIORI, José Luis. Olhando para a esquerda latino-americana. **IN: DINIZ, Eli (Org.).** Globalização, Estado e desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil, 6ª Ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

GALVÃO, Roberto. Aspectos da economia da borracha no Território do Acre. Revista Brasileira de Geografia. Ano XVII, Nº 2, Abril-Junho de 1955.

GARRAFIEL, Denise Regina. As políticas públicas de desenvolvimento sustentável no Estado do Acre (1999-2002). Rio Branco: UFAC, 2008. Dissertação.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Atlas da questão agrária brasileira: uma análise dos problemas agrários através do mapa. Universidade Federal do Mato Grosso: 2008. (Disponível: www.fct.unesp.br/nera/atlas)

GONÇALVES, Carlos Valter Porto. Nos Varadouros do Mundo: da territorialidade seringalista à territorialidade seringueira; dos seringal à Reserva Extrativista. 1999.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização. São Paulo: Cortez, 1997.

GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 7ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

_____. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. 6ª edição. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GTA. Políticas públicas para um Acre sustentável: estratégias de atuação das ONG's e Movimentos Sociais. Aquiri, Comitê Chico Mendes, GTA-AC. Rio Branco: Editora Poronga, 1998.

GUDYNAS, Eduardo. Ecología, economía y ética del desarrollo sostenible. ICIB\CLAES – Centro Latino Americano de Ecología Social. Ecuador: Plural Editores, 2003.

GUERRA, Antônio Teixeira. Estudo Geográfico do Território do Acre. Série A. Biblioteca Brasileira. Publicação nº 11. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Conselho Nacional de Geografia, 1955. **IN: ESTUDO GEOGRÁFICO DO TERRITÓRIO DO ACRE.** Editora Integral. Brasília: Senado Federal, 2005.

_____. Alguns aspectos geográficos da cidade de Rio Branco e do Núcleo colonial do Seringal Empresa. Revista Brasileira de Geografia. Ano XIII, Nº 4, outubro-dezembro, 1951.

GUIMARÃES JUNIOR, Isac. A construção discursiva da florestania: comunicação, identidade e política no Acre. Niterói-RJ: UFF, 2008. (dissertação).

HALL, Stuart. Identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: PD&A, 2004.

HOUAISS, Antônio & VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S\C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: contagem da população, 1996^a. Rio de Janeiro, 1997.

IBGE. Atlas do desenvolvimento humano do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE. Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2002. Diretoria de Geociência. Estudos e Pesquisas, Nº 2. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. Resultados Preliminares. Rio de Janeiro: 2006.

IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios: 2003-2006. Contas Nacionais, Nº 26. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

INEP\MEC. Censo Escolar 1999. Brasília: 1999.

INEP\MEC. Censo Escolar 2008. Brasília, 2008.

INEP\MEC. Censo Escolar 2006. Sinopse Estatística Educação Básica. Brasília: 2006.

INGOLD, Tim. Culture and perception of the environment. IN: CROLL, E. & PARKIN, D. (Orgs.). O bush base: forest camp. Culture, environment. Londres: Routledge, 1992.

JAGUARIBE, Hélio. O nacionalismo na atualidade brasileira. Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro: MEC, 1958.

JERUSALEM, Bíblia de. Nova edição revisada e ampliada. 2ª impressão. São Paulo: PAULUS, 2003.

KEYSER, B. La renaissance rurale. Paris, Colin, 1990.

LEFF, Enrique. Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau-SC: Editora da FURB, 2000.

LEFEBVRE, Henry, 1986. IN: MARTINS, José de Souza. (org.) Introdução Crítica à Sociologia Rural. São Paulo: Hucitec, 1986.

LEIS, Hector. A modernidade insustentável. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. [Capítulos 3 e Parte II. (p. 41-198)]

LEIS, Hector. A modernidade insustentável. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. [Capítulos 3 e Parte II. (p. 41-198)]

LESBAUPIN, Ivo (Org.). O desmonte da nação: balanço do Governo FHC. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

LESSA, Ricardo. Amazônia: as raízes da destruição. São Paulo: Atual, 1991.

LIMA, Araújo. Exploração da Amazônia. Revista Brasileira de Geografia, Ano 5, Nº 3, Julho-setembro, 1943.

LIMA, Cláudio de Araújo. Plácido de Castro: um caudilho contra o imperialismo. Rio Branco: Fundação Cultural do Acre, 1973. Reedição, 1998.

LIMA, Cláudio de Araújo. Coronel de Barranco. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970

LIMA, Eli de Fátima Napoleão; DELGADO, Nelson Giordano; MOREIRA, Roberto José (Orgs). Mundo Rural IV. Configurações rural-urbanas: poderes e políticas. Rio de Janeiro: Mauad X: Edur, 2007.

LIMA, Eli de Fátima Napoleão. História e Narrativa: Euclides da Cunha na Amazônia. Rio de Janeiro-RJ: UFRRJ\CPDA, 2002. Tese de doutorado.

LÖWY, Michael. Marx, Engels e a ecologia. **IN: MARGEM ESQUERDA**, Revista. Ensaios marxistas. Nº 3. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MACFARLENE, Alan. A cultura do capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. [Cap. 4. Natureza (105-128)]

MANN, Michael. Estados nacionais na Europa e noutros continentes: diversificar, desenvolver, não morrer. **IN: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.)** Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

MAPA. Geo-Físico. 2009.

MARSDEN, Terry. Exploring a Rural Sociology for the Fordist Transition. *Sociologia Ruralis*, Vol. XXXII (2/3) 1992. p. 209-230.

MARTINELLO, Pedro. A batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o Vale Amazônico. Cadernos da UFAC, 1988.

MARTINS, Edilson. Chico Mendes: um povo da floresta. Rio de Janeiro: garamond, 1998.

MARTINS, José de Souza. (org.) Introdução Crítica à Sociologia Rural. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. O Poder do Atraso: ensaios de Sociologia da História Lenta. HUCITEC, São Paulo, 1994.

MARX, Karl & ENGELS, F. A ideologia alemã. 6ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I. 16ª. Trad. Reginaldo Sant'Anna. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MEIRA, Augusto. Autonomia acreana. Rio Branco: Fundação Cultural do Acre, 1913. Reedição, 1998.

MENDES, Chico. Chico Mendes por ele mesmo. Coleção autor por ele mesmo. São Paulo\SP: Editora Martin Claret, 2004.

MENESES FILHO, Luis. Análise da participação da sociedade civil da governança de cinco espaços de definição de políticas públicas do Estado do Acre. Rio Branco: GTA\UICN\WWF, 15 abril de 2008.

MERCOESTE. Perfil competitivo do Estado do Acre. Projeto Estratégico Regional do SENAI. Mercoeste-Acre, Brasília, 2002.

MÉSZÁROS, István. O poder da ideologia. São Paulo: Bointempo Editorial, 2004.

MOORE JR. Berrington. Injustiça: as bases da obediência e da revolta. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MORAES, Reginaldo Carmello Correa. Estado, desenvolvimento e globalização. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

MORAIS, Maria de Jesus. Acreanidade: invenção e reinvenção da identidade acreana. Niterói-RJ: UFF, 2008.

MOREIRA, Roberto José. Cultura, política e mundo rural na contemporaneidade. Estudos Sociedade e Agricultura, nº 20. Rio de Janeiro: CPDA, 2003.

MOTO, Nilton Luiz Cosson. Florestania, mateiros, varadouros, ramais, igarapés: extensão rural no Pólo Agroflorestal Dom Moacir, Bujari\Acre. Recife-Pernambuco: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2006.

MOURA, Divoneide das Chagas de. Manejo Florestal na Floresta Estadual do Antimary: uma visão histórica, Rio Branco: UFAC, 2007. (Monografia do Curso de História).

MOURA, Margarida Maria. Camponeses. São Paulo: Ática, 1986.

MOURÃO, Nilson Moura Leite. A prática educativa das Comunidades Eclesiais de Base no Estado do Acre: popular e transformadora ou clerical e conservadora ? São Paulo: PUC, 1988. (dissertação)

O'DWYER, Eliane Cantarino. Seringueiros da Amazônia: dramas sociais e o olhar antropológico. Niterói: EdUFF, 1998.

OLIVEIRA, Luis Antônio Pinto. O sertanejo, o brabo e o posseiro: os cem anos de andanças da população acreana. Belo Horizonte-MG: CEDEPLAC\UFMG, 1982.

OLIVEIRA, Marco Antônio de. (Org.) Pesquisa socioparticipativa na Amazônia ocidental: aventuras e desventuras. Rio Branco:EDUFAC, 2005.

OLIVEIRA, Odete Maria de. Teorias globais e suas revoluções: elementos e estruturas. Vol. I, Rio Grande do Sul-Ijuí: Editora Unijuí, 2004. (Coleção Relações Internacionais e Globalização; 6).

PADUA, José Augusto. Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2002.

PAUL, R. E. The Rural-urban continun. Sociologia Ruralis, vol. 1, n 3-4. IN: PAHL. Readings in Urban Sociology, Oxford, Perganon Press, 1968.

PALMEIRA, Moacir. Poder Local. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 1999.

PARAÍBA, Junta Comercial do Estado da. Boletim Informativo. Paraíba: dezembro de 2008.

PAULA, Elder Andrade e SIMIONI SILVA, Sílvia (Orgs.). Trajetória das lutas camponesas na Amazônia-acreana. Rio Branco: ADUFAC, 2006.

PAULA, Elder Andrade. Seringueiros e Sindicatos: um povo da floresta em busca de liberdade. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1991. (Dissertação de mestrado)

PAULA, Elder Andrade. Desenvolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

_____. Movimentos Sociais, Diversidade e Pensamento Único na Amazônia. Rio Branco, 2005a.

_____. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e a representação política dos interesses dos seringueiros. IN: PAULA, Elder (Org.). Trinta Anos de Sindicalismo no Acre, Rio Branco: ADUFAC/UFAC, 2002.

_____. A Conquista da Terra nas Florestas do Acre. IN: MEDEIROS, Leonilde Sérvalo & LEITE, Sérgio Pereira (Organizadores). A Formação dos Assentamentos Rurais: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/ UFRGS/CPDA, 1999.

_____. Impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais. Equipe da Universidade Federal do Acre – UFAC. Relatório FINEP/CPDA/UFRRJ/UFAC, 2002.

PENEIREIRO, Fabiana Mongeli et. al. Avaliação da sustentabilidade de sistemas agroflorestais no Estado do Acre IN: **OLIVEIRA, Marco Antônio de. (Org.)** Pesquisa socioparticipativa na Amazônia ocidental: aventuras e desventuras. Rio Branco:EDUFAC, 2005.

PINTO, Álvaro Vieira. Ideologia e Desenvolvimento Nacional. Instituto Superior de Estudos Brasileiros. 2ª Ed. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Textos brasileiros de filosofia). MEC, Rio de Janeiro, 1959\1960.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação. As Origens da Nossa Época.* Rio de Janeiro: Campus, 4ª ed., 2000 (1ª ed. inglês: 1944), Caps. 1-2, 3, 6, 11-18, pp. 17-47, 51-61, 89-98, 161-257.

POTYGUARA, José. Terra caída. Rio Branco-AC: Fundação Elias Mansour, 1998.

PRADO JR. Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. 5ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense Limitada, 1957.

PRONK, Jan y HAQ, Mahbubul. El Informe de La Haya. Desarrollo sostenible – del concepto a la acción. Ministerio de Cooperación para el Desarrollo de Holanda y PNUD: Marzo de 1992.

PUTMAM, Robert D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. (1ª Ed. Em inglês: 1993).

RAMOS, Guerreiro. A redução sociológica: introdução ao estudo da razão sociológica. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda., 1965.

RECA. Nosso jeito de caminhar: a história do Projeto Reca contada por seus associados, parceiros e amigos. Organização de Teresa Moreira. Brasília: Secretaria de Coordenação da Amazônia\MMA, maio de 2003.

REDFIELD, R. Peasantry: part-societies e the social organization of tradicion. IN: **REDFIELD, R.** The little community and peasant society and culture. Chicago: Midway Reprint, 1989. (1ª edição, 1956)

REGO, José Fernandes. Estado e Políticas Públicas: a recuperação econômica da Amazônia durante o regime militar. São Luis: EDUFMA, Rio Branco: UFAC, 2002.

RIBEIRO, José Afonso Soares e outros. O governo Geraldo Mesquita e os conflitos pela posse da terra no Acre: 1975-1979.DH/UFAC. Rio Branco, 1993. (monografia)

RICHTER, Martha. Conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável de São Francisco de Paula – um plano de ação preliminar. Porto Alegre: EDIPURS, 1998.

ROJO, Luis Angel. Keynes y el pensamiento macroeconômico actual. Madrid, Editorial Tecnos, 1972.

ROMANO, Jorge. & ANTUNES, Marta. Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Rio de Janeiro: ActionAid, 2002.

ROMERO, José Luis. América Latina: as cidades e as idéias. Trad. Bella Josef. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.

SACHS, Inácio Wolfgang et. alii. Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

SALES, Gardênia de Oliveira. Avaliação Econômica da Produção Extrativa no Interior da Amazônia: o caso do Seringal Nazaré em Xapuri-AC. Rio Branco, UFAC, 2003. (monografia)

SANT'ANA Jr. Horário Antunes. Florestania: a saga acreana e os povos da floresta. Rio Branco: EDUFAC, 2004.

SANT'ANNA, Marcílio R. Os Imperadores do Acre: uma análise da recente expansão capitalista na Amazônia. Brasília: S.N., 1998. Mimeo. (Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia do ICH da UnB).

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: Santos, Boaventura de Sousa (org.). *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*. Porto: Edições Afrontamento, 2ª ed., 2002, pp. 31-106.

SANTOS, Boaventura de Souza. Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 8ª Edição. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Laymert Garcia dos. Biodiversidade e políticas públicas. IN: FATHEUER Thomas; ARROYO, João Cláudio; MACHADO, José Alberto da Costa (Orgs.). Amazônia: estratégias de desenvolvimento sustentável. Uma contribuição para a Elaboração de Planos de Desenvolvimento e Agenda 21. Simpósio Internacional da Amazônia – SAI, UFPA: 1998.

SANTOS, Maria Janete Souza dos. Indicadores de Desenvolvimento e Qualidade de Vida na Amazônia: experiência do Acre. Brasília: UnB, 2005. (dissertação de mestrado)

SANTOS, Edson Vanda Pereira dos. Diálogos, práticas e espaços participativos: a participação da comunidade da Resex Cazumbá-Iracema no Programa Biodiversidade: Brasil-Itália. Rio de Janeiro: CPDA\UFRRJ, 2007.

SARACENO, Elena. O Conceito de Ruralidades: problemas de definição de uma escala européia (Unine: CRES) Roma, 1996.

SCHMINK, Marianne & CORDEIRO, Mâncio Lima. Rio Branco: a cidade da florestania. Belém: EDUFPA, 2008.

SEBRAE\AC. Relatório Final Analítico e Descritivo: pesquisa econômica censitária dos empreendimentos da Regional VI de Rio Branco-Acre. Rio Branco: SEBRAE\AC, 2006.

SEMERARO, Giovanni. Cultura e educação para democracia: Gramsci e a sociedade civil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SEN, Amartya Kumar. Sobre ética e economia. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. Desenvolvimento como liberdade. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, Adalberto F. Raízes da Ocupação Recente das Terras do Acre: movimento de capitais, especulação fundiária e disputa pela terra. Mimeo. Belo Horizonte, 1982. (Dissertação de mestrado apresentada ao CEDEPLAR-UFMG).

SILVA, José Porfírio. Preservação e sutileza: a política de desenvolvimento do governo do Acre (1987-1990). Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1998. Dissertação.

SILVA, José Pórfiro. A reação do Governo do Acre face às críticas ao estilo de desenvolvimento local: intenções e ações (1987-1990). CPDA\UFRRJ, 1998b.

SILVA, Maria Jeigiane Portela. Sistemas agroflorestais melhoram a renda e o nível de vida de pequenos produtores. **IN: Boletim Informativo do Pesacre – BIP**, Ano VII, nº 1, páginas 4-5. Rio Branco-AC, outubro-dezembro, 2003.

SILVA, Mauro C. Rocha. Sindicato em Movimento: representação política e os interesses no STR de Xapuri. CPDA/UFRRJ, dezembro de 2001. (dissertação de mestrado).

SILVA, Mauro C. Rocha. O STR de Xapuri e a representação política dos interesses dos seringueiros. **IN: PAULA, Elder & SILVA, Silvio Simione (Org.).** Trajetórias da luta camponesa na Amazônia-acreana. Rio Branco-AC: EDUFAC, 2006.

SILVA, Mauro C. Rocha & SILVA, Valéria Rodrigues da. O trabalho do agente comunitário de saúde e as relações de gênero nos seringais da Amazônia. Projeto Metodologia de Pesquisa em Gênero, Saúde e Sexualidade, Salvador-BH: MUSA\UFBA, 2007.

SILVA, Moacir Fecury Ferreira. O desenvolvimento comercial do Pará no período da borracha (1870-1914). Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, 1978. (dissertação).

SILVA, Silvio Simione. Na fronteira agropecuária acreana. Rio Branco: ADUFAC, 2003.

SOBRINHO, Castelo Branco & BRANDÃO, José Moreira. O Juruá Federal. Brasília: Senado Federal, 2005.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. História do Acre. Rio Branco: Fundação Elias Mansour, 1995.

SMITH, Neil. In: Desenvolvimento desigual. Natureza, capital e produção de espaço. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1984. (Caps. 1. A ideologia da natureza, p. 27-66 e, 2. A produção da natureza. (p. 67-108)

SPANGENBERG, Joachin H. IN: **FATHEUER Thomas; ARROYO, João Cláudio; MACHADO, José Alberto da Costa** (Orgs.). Amazônia: estratégias de desenvolvimento sustentável. Uma contribuição para a Elaboração de Planos de Desenvolvimento e Agenda 21. Simpósio Internacional da Amazônia – SAI, UFPA: 1998.

TAPIA, Jorge Ruben Biton. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: os desafios da construção institucional. **IN: DINIZ, Eli (Org.).** Globalização, Estado e desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

TOCANTINS, Leandro. Estado do Acre: geografia, história e sociedade. Rio Branco-AC: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998. (1ª edição, 1984, Assessoria de Comunicação do Estado do Acre)

_____. Formação Histórica do Acre. 4ª Ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001. 1º e 2º vols.

VALETIM, Judson Ferreira & ANDRADE, Carlos Maurício Soares de. Tendências e perspectivas da pecuária bovina na Amazônia brasileira. Amazônia, Ciência e Desenvolvimento. Vol. 4, nº 8. Belém: janeiro-junho de 2009.

VIANNA, Oliveira. Pequenos estudos de Psychologia Social. 3ª Ed. Argumentada. Companhia Editora Nacional, 1942. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 5º Brasileira. Vol. 216)

WANDERLEY, Maria de Nazaré B. A Emergência de uma nova Ruralidade nas Sociedades Modernas Avançadas, 2000.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; 3ª edição. Brasília; Editora da Universidade de Brasília, 2000. vol. I.

_____. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; 3ª edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999. vol. II.

_____. Ciência e política: duas vocações. Trad. Jean Melville. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2005.

WHITEHEAD, Alfred North. O conceito de natureza. São Paulo: Martins Fontes, 1993. [Conferências de 1919. Resumo e os conceitos físicos fundamentais (193-236)].

WOLFF, Cristina Scheibe. Mulheres da floresta: uma história: alto Juruá, Acre (1890-1945). São Paulo: Hucitec, 1999.

ZIZEK, Slavoj e DALY, Glyn. Arriscar o impossível: conversas com Zizek. São Paulo: Martins Fontes, 2006. (Coleção dialética).

Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE, Programa Estadual de Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre: aspectos socioeconômicos e ocupação territorial. Documento final, vol. II. Governo do Estado do Acre. Rio Branco: SECTMA, 2000.

Jornais

Folha de São Paulo. Domingo, edição 7 de novembro de 2004, p. B-1, Manchete: aluguel de floresta une madeireiros e ONGs. Amazônia, concessão em Projeto de Lei do Governo deve aumentar área de exploração certificada e impulsionar indústria de madeira

Folha de São Paulo. Sábado. P A 5. 11 de outubro de 2003.

O Rebate. Ano XI, nº 367. Cruzeiro do Sul. Edição 21 de fevereiro de 1932.

O Rebate. Ano XI, nº 362. Cruzeiro do Sul. Edição 17 de janeiro de 1932.

O Rebate. Ano XXVIII, Nº 1.064. Cruzeiro do Sul, 5ª feira 16 de março de 1953 (p. 1).

O Estado. Ano 5, nº 289. Rio Branco-AC, edição 2 de abril, 2005.

O Estado do Acre. Edição Especial. Publicação Especial do Governo da Floresta. Rio Branco: edição novembro-dezembro de 2005.

O Estado do Acre. Ano III, Nº 69. Rio Branco-AC: edição 28 de abril de 2003. Manchete: Acre livre de febre aftosa.

Página 20. Rio Branco-AC, edição 5 de julho de 2005. Manchete: Manejo cria empregos e garante sobrevivência de madeireiros.

Página 20. Rio Branco-AC, edição 5-6 de junho de 2006. Manchete: Lula com FHC.

Página 20. Rio Branco-AC, edição 3 de agosto, 2006. Manchete: A oposição quer destruir o que eu fiz.

Página 20. Rio Branco-AC, edição 30-31 de julho de 2006. Encarte Especial. Manchete: neoextrativismo, p. 2.

Página 20. Rio Branco-AC, domingo-segunda, 9-10 de abril de 2006.

Página 20. Rio Branco-AC, edição 22 de março de 2006. Manchete: Cidade que ganhou feição de cidade.

Página 20. Rio Branco-AC, edição 22-23 de maio de 2005. Manchete: Acre é quem mais preserva na Amazônia, p. 14.

A Gazeta. Ano XXI, nº 7.036. Rio Branco-AC, edição 17 de setembro de 2009.

A Gazeta. Ano XXI, Nº 7.036, p. C1-3, Rio Branco-AC, edição 17 de dezembro de 2009.

A Gazeta. Rio Branco-AC, edição 27 de fevereiro de 2010. Manchete: Secretaria de Segurança define planejamento para Ceasa; Manchete:

A Gazeta. Rio Branco-AC, edição 2 de março de 2010. No primeiro dia vendas na Ceasa atingem uma tonelada.

TV Gazeta. Jornal da Noite. Rio Branco, 13-07-2010

O Varadouro. Ano I, Nº 2. Rio Branco-AC, edição 1ª quinzena julho de 1977, p. 15.

O Varadouro. Ano I, Nº 06. Rio Branco-AC, edição dezembro de 1977, p. 04. Manchete: A herança dos caciques.

O Varadouro. Ano I, Nº 6. Rio Branco-AC, edição dezembro de 1977, p. 12-13. Manchete: seringueiros, uma espécie em extinção.

O Varadouro. Ano I, Nº 2, Rio Branco-AC, edição 1^a quinzena de julho 1977, p. 03.
Manchete: Muito problema Sr. prefeito.

A Catraia. Jornal Laboratório de Comunicação Social\Jornalismo. Ano I, Edição 1. Rio Branco-AC, edição 3 de dezembro de 2004.

O Tablóide. Ano I, Nº 1. Rio Branco-AC, edição 6 de agosto de 2006. Manche: Merendeiras da rede estadual de ensino participam de curso de capacitação. (p. 7)

O Juruá. Ano IV, Nº 74, Cruzeiro do Sul, 28 de outubro de 1956.